Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Enero de 2010

Editada en junio

Asdi
Agencia Sueca de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo

Govern de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials, Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 611

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil

Integrantes	Roberto Leher (coordinador); léase el resto del equipo al final
Fuentes	jornales Folha de Sao Paulo, O Globo, O Estado de Sao Paulo, Brasil de Fato; agencia Brasil; MST na Imprensa, Jornal do MST, CMI y Boletim DATALUTA

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil
Cronologia do conflito social
Janeiro de 2010

Sábado 2

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Correntina – Bahia (região nordeste) (SINDTEC) lança nota para repudiar o não pagamento do 13º salário em 2009, o salário de dezembro de 2009 e o abono de férias equivalente a um terço da remuneração mensal e que agentes da Prefeitura "vêm tentando silenciar este Sindicato, impedindo, a mando do Prefeito Maguila, a circulação dessas informações."

Domingo 3

Moradores indígenas do município de Prainha, estado do Pará (região Norte), acampados às margens do rio Uruará sofrem atentado. Eles protestam desde novembro contra a retirada ilegal de madeira feita pela madeireira Jaurú localizada na Reserva Indígena Renascer. Segundo os indígenas, uma balsa carregada de madeira ilegal, empurrada pela embarcação B/M Silva Guedes III, teria sido a origem de disparos contra os acampados. Um morador foi ferido no joelho e outro, alvejado na coxa e no peito. Um permanece internado. Duas pessoas ficaram feridas sem gravidade, segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Pará, conforme matéria do jornal Folha de São Paulo.

3º feira 5

Das 164 pessoas físicas e jurídicas citadas na relação de empregadores que contratam trabalhadores em situação análoga à escravidão, a chamada "Lista Suja", mais de 40% estão concentradas no Pará (46 casos) na região Norte e no Maranhão (22) na região Nordeste. A lista também registrou empregadores de Mato Grosso do Sul (18), Goiás (16), Mato Grosso (12), Bahia (11), Piauí (4), Ceará (3), Santa Catarina (3), Paraná (3), Minas Gerais (3), Rondônia, Tocantins (16) (2) e Amazonas, Rio Grande do Norte, São Paulo e Espírito Santo, com um registro cada. A atualização da lista suja incluiu 12 empregadores flagrados pela exploração ilegal de trabalhadores, entre eles a Cosan, uma das maiores empresas do setor sucroalcooleiro, dona da rede de postos de combustíveis Esso e fabricante do açúcar União. A fiscalização que rendeu à Cosan a entrada na lista suja libertou 42 trabalhadores em uma unidade da companhia no município de Igarapava, em São Paulo (região Sudeste). O cadastro é atualizado semestralmente e são incluídos na lista os nomes dos empregadores que não têm mais como recorrer na Justiça. São mantidos no cadastro aqueles que não quitam as multas de infração, casos de reincidência entre outros. No total, de acordo com a lista, 314 trabalhadores foram libertados nas propriedades que passaram a integrar a nova versão do documento. Quem tem o nome incluído na lista suja fica impossibilitado de obter financiamento em instituições públicas ou privadas. Na relação, há propriedades incluídas desde 2004. Para que empregador tenha o seu nome excluído do cadastro, é necessário que por dois anos, contando a partir da inclusão, ele tenha corrigido irregularidades identificadas durante inspeção.

5º feira 7

Mais de 500 pessoas realizam protesto contra o aumento da tarifa dos ônibus municipais de São

Paulo na região central da cidade – SP (região Sudeste). O ato foi organizado pela Rede Contra o Aumento da Tarifa. Os manifestantes protestam contra o prefeito Gilberto Kassab do Partido Democrata (DEM) que reajustou as passagens de R$ 2,30 para R$ 2,70, um aumento de 17%. A passeata terminou em violência com a Polícia Militar (PM) utilizando bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha para dispersar a multidão do Terminal Parque Dom Pedro. Quatro pessoas foram detidas e, segundo manifestantes, aproximadamente dez ficaram feridas. Segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o transporte ocupa o terceiro lugar na relação de gastos das famílias brasileiras.

O Movimento Nacional de Direitos Humanos divulga manifesto de repúdio às recentes manifestações dos chefes das Forças Armadas e do ministro de Defesa, Nelson Jobim, contra a comissão de verdade prevista no Programa Nacional de Direitos Humanos. No texto, lê-se que "é inaceitável que, da penumbra do conservadorismo e do revanchismo antidemocrático, se esboce esta reação dos setores militares". Para o movimento, que agrega cerca de 400 entidades de todo o Brasil, de acordo com seus organizadores, "a reação dos militares e do Ministério da Defesa não são bem-vindas e contrastam com os compromissos constitucionais e internacionais com os direitos humanos assumidos pelo Brasil". Um dos capítulos do Programa Nacional, anunciado em dezembro, trata dos direitos dos cidadãos à memória e à verdade. O presidente da Ordem Nacional dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, também divulgou nota sobre o assunto, dizendo que o país deveria seguir a Argentina, onde a presidente Cristina Kirchner abriu os arquivos sobre a atuação das Forças Armadas no período da ditadura militar argentina, entre 1976 e 1983. Em relação à proposta, do projeto de lei que descriminaliza o aborto, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), está reagindo de forma severamente crítica. O secretário-geral da CNBB, dom Dimas Lara Barbosa criticou o projeto de lei referente ao aborto e ainda declarou que a carta do Programa Nacional de Direitos Humanos promove a intolerância religiosa, ao sugerir que não sejam usados símbolos religiosos, como crucifixos em repartições públicas.

Cerca de 500 manifestantes bloqueiam a Avenida Sapopemba para protestar contra os estragos causados pela chuva, em Jardim Pantanal, em São Paulo – SP (região Sudeste). A região ficou alagada após as fortes chuvas dos últimos dias. Os moradores reivindicam uma solução por parte do poder público para o problema.

A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) promove uma passeata em Jaru – Rondônia (região Norte) com objetivo de protestar e exigir justiça pela morte de Élcio Machado e Gilson Gonçalves, seqüestrados no dia 7 de dezembro de 2009 e vítimas de tortura e assassinato. A manifestação contou com estudantes do Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR) e seguiu pelas principais ruas da cidade, escoltada de longe pela PM.

6º feira 8

Um grupo de moradores protesta contra prefeito Gilberto Kassab (DEM) em visita ao Jardim Pantanal, região da zona leste de São Paulo – SP (região Sudeste) que enfrenta alagamentos desde o início de dezembro. Os moradores protestam contra os estragos causados pela chuva e reivindica uma solução por parte do poder público. Diante do protesto, Kassab resolveu antecipar sua saída do local.

Sábado 9

Cerca de 60 integrantes da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) ocupam, numa única ação, as fazendas Cabreúva e Nossa Senhora Aparecida, em Agudos

– São Paulo (região Sudeste). As lideranças afirmam que as áreas foram consideradas improdutivas e estariam em processo de desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Estudantes acampam na porta da entrada principal da Câmara do Distrito Federal, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em protesto contra governador José Roberto Arruda (ex-DEM) que sofre denúncias de corrupção. No dia 11 de janeiro, os parlamentares retornarão ao trabalho para iniciar o processo de *impeachment* do governador Arruda e decidir a situação dos parlamentares envolvidos no esquema de corrupção investigado pela Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal (PF).

2º feira 11

Manifestantes pro e contra o governador José Roberto Arruda (ex-DEM) realizam protesto na Câmara do Distrito Federal, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Cerca de 400 manifestantes contra Arruda e 600 pró participam do protesto de acordo com o jornal Folha de São Paulo. Estudantes que protestam contra Arruda estão acampados desde a tarde do dia 10 de Janeiro na porta da entrada principal da Casa. O deputado distrital Leonardo Prudente (ex-Dem), filmado guardando dinheiro na meia, retornou à presidência da Câmara e fechou as portas por conta das manifestações. A PM retirou à força estudantes da rampa de acesso à portaria principal e do gramado da Câmara. Do lado de fora, 2 trios elétricos se enfrentavam: contra o governador, os estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que entraram em confronto com a polícia e; a favor de Arruda estavam moradores de cidades-satélites arregimentados por associações de moradores em ônibus fretados por essas entidades. Os parlamentares retornam hoje ao trabalho para iniciar o processo de *impeachment* do governador Arruda e decidir a situação dos parlamentares envolvidos no esquema de corrupção investigado pela Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal (PF).

Policiais civis do estado da Bahia (região Nordeste) realizam paralisação de 24 horas, para reivindicar a contratação de 340 agentes e escrivães aprovados no concurso de 1997, ainda não nomeados para exercer o cargo. Segundo o presidente do Sindicato dos Policiais Civis da Bahia (Sindipoc), Carlos Gomes Lima dos Santos, "desde abril de 2009 a justiça baiana deu ganho de causa aos concursados", o que foi negado pelo delegado-geral da Polícia Civil, Joselito Bispo da Silva. No entanto, ele admite que por causa de uma "falha de edital", o concurso realizado em 1997 continua válido até os dias de hoje. O presidente do sindicato afirma que há falta de profissionais no estado. "A Bahia tem uma carência de cerca de 3 mil profissionais. São apenas 3.761 servidores, enquanto que, para cumprir o que define a lei orgânica, deveríamos ter 6.640".

Moradores do bairro Duques, de Petrópolis – Rio de Janeiro (região Sudeste) fecham a pista no sentido Juiz de Fora da BR-040 (Rio-Juiz de Fora), na altura do Km 84. Os moradores protestam para reivindicar da Concer, empresa que administra a rodovia, providências em relação à Rua Rodrigo da Silva Moraes Bento. A via de acesso à comunidade com cerca de 200 metros de extensão e paralela à BR-040 ameaça desabar desde dezembro. A manifestação causou um engarrafamento de mais de 8 quilômetros no sentido Petrópolis. A via foi liberada após a chegada de policiais rodoviários federais, que intermediaram as negociações entre manifestantes e representantes da Concer.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva declara considerar um erro a inclusão, no Programa Nacional de Direitos Humanos, apresentado pelo Ministério dos Direitos Humanos em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), do projeto de lei que descriminaliza o aborto no Brasil. Integrantes da CNBB receberam recados do chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, de que o

governo vai analisar os pontos criticados pela Igreja no Programa Nacional de Direitos Humanos.

3º feira 12

Cerca de 500 índios, segundo a Agência Brasil, 250 índios, de acordo com a PM, bloqueiam a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e impedem que funcionários entrem no prédio, para protestar contra o Decreto 7.056, editado em 28 de dezembro do ano de 2009, que, segundo eles, extingue administrações e postos do órgão. “Esse decreto, que havia sido anunciado como uma medida de reestruturação da Funai, nada mais significa do que a extinção de 24 das cerca de 50 administrações regionais e de todos os postos indígenas no país”, afirmou o cacique geral Caboquinho Potiguara. O decreto, em vigor desde o dia 4 de janeiro, tem previsão de ser sancionado no dia 21 pelo presidente Lula. Representantes de cerca de 20 etnias participam da manifestação em Brasília. Além dos Potiguara, que levaram 180 índios representantes das etnias Tabajara, Xucurú, Fulni-ô, Atikum, Carajás, Xavantes, Kaiapó, Cambiwá e Terena, entre outras estiveram presentes. O presidente da Funai, Márcio Meira, negou a extinção de postos e administrações regionais do órgão. De acordo com Meira, é preciso traduzir e explicar melhor o que está no decreto para que as diversas etnias indígenas possam assimilar o que ele significa. Houve apenas mudança na nomenclatura das unidades regionais, o que não foi compreendido pelos indígenas, disse o presidente da Funai. “Não houve extinção de administrações regionais, houve mudança de nome. O que era administração regional passou a se chamar coordenação regional."Ele explicou que houve mudança na distribuição das unidades com base na nova gestão territorial, que inclui 36 regiões geográficas. Em cada uma dessas regiões existem atualmente várias unidades da Funai. Meira esclareceu ainda que haverá um reforço institucional, com mais pontos de atendimento aos índios. O presidente da Funai, que recebeu representantes de diferentes etnias ao longo do dia, pretende agendar encontros com membros daquelas com que ainda não se reuniu para esclarecer todos os pontos de dúvida. “Estamos abertos ao diálogo. Os índios estão se manifestando de forma positiva e é possível fazermos ajustes no decreto”, afirmou.

Cerca de 60 indígenas ocupam a sede da Funai em Curitiba – Paraná (região Sul). Eles protestam contra o Decreto 7.056, editado em 28 de dezembro do ano de 2009, que, segundo eles, extingue administrações e postos do órgão. O decreto, em vigor desde o dia 4 de janeiro, tem previsão de ser sancionado no dia 21 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O decreto de reestruturação da Funai prevê a criação de 36 coordenações regionais, em vez das atuais 45, e de 297 unidades locais, que terão atuação semelhante à dos atuais 337 postos.

Cerca de 150 índios bloqueiam a BR-373, perto de Pato Branco – Paraná (região Sul), onde se concentra a maior população indígena do estado. Eles protestam contra o Decreto 7.056, editado em 28 de dezembro do ano de 2009, que, segundo eles, extingue administrações e postos do órgão. O decreto, em vigor desde o dia 4 de janeiro, tem previsão de ser sancionado no dia 21 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O decreto de reestruturação da Funai prevê a criação de 36 coordenações regionais, em vez das atuais 45, e de 297 unidades locais, que terão atuação semelhante à dos atuais 337 postos.

Funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) realizam protesto em frente à sede do banco em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles escolheram o dia de aniversário de 149 anos da instituição para reivindicar novo plano de cargos comissionados. Segundo o Sindicato dos Bancários de Brasília, os empregados da Caixa reivindicam também que a empresa devolva os valores descontados, relativos aos dias parados na greve de 2008. Segundo eles, não houve respeito ao acordo de compensação. De acordo com o sindicato, um acordo aditivo firmado em 2008 previa a implantação do plano até o fim de 2009.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, entidades feministas e representantes da comunidade homossexual protestam contra a decisão do presidente Lula, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) de retirar do texto do Programa Nacional de Direitos Humanos, os temas do aborto e da união civil entre pessoas do mesmo sexo. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres prometeu insistir na manutenção do artigo referente à descriminalização do aborto. Representantes da comunidade Gays Lésbicas Bissexuais e Trangeneros (GLBT) ficaram surpresos diante da possibilidade de Lula retirar do programa o trecho sobre a união civil homossexual. A legalização já aparecia no plano elaborado pelo governo Fernando Henrique e foi discutida em conferência realizada em junho de 2008, com a presença do presidente Lula.

4º feira 13

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) garante a um quilombola - descendente de escravo - morador da Ilha da Marambaia localizada na Baía de Sepetiba no Rio de Janeiro (região Sudeste), a posse definitiva da terra. A decisão da Primeira Turma do STJ, de dezembro de 2009, foi divulgada neste dia 13. A disputa envolvia um morador da ilha e a União, que além de ajuizar uma ação de reintegração de posse, pretendia receber do quilombola indenização por perdas e danos no valor de um salário mínimo por dia, a partir da data de intimação até a restituição do imóvel. De acordo com o procurador da República Daniel Sarmento, que acompanha a questão, a decisão não encerra o caso porque não garante a titulação definitiva de toda a comunidade. “Essa ação julgou o caso de um morador e não de todos. É a primeira vez que um tribunal superior examina essa questão", explicou o representante do Ministério Público Federal. Provocada pela Marinha, que mantêm em Marambaia um centro de treinamento e pretende construir no local uma base para submarinos, a União tinha decisão favorável a reintegração de posse na instância de primeiro grau, mantida pelo Tribunal Regional Federal da 2º Região. Depois que o pescador recorreu ao STJ, o ministro Luiz Fux apresentou uma série de argumentos com base no Artigo 68 da Constituição Federal, que garante aos descendentes de escravos a posse coletiva das terras ocupadas pela comunidade. A comunidade quilombola da Marambaia é reconhecida pela Fundação Palmares e pelo Incra, embora a Marinha só admita a existência de pescadores na ilha. A ação de titulação da comunidade está em discussão na Casa Civil.

5º feira 14

Bancários, juntamente com integrantes de movimentos sociais e sindicalistas, realizam manifestação em frente ao gabinete do prefeito Gilberto Kassab (DEM) em São Paulo – SP (região Sudeste) para protestar contra o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) da cidade. O aumento do Imposto, que pode chegar a 300%, foi sugerido pelo prefeito e aprovado pela Câmara Municipal no fim do mês de novembro. De acordo com o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Luiz Cláudio Marcolino, os paulistanos “devem se manifestar contra o aumento, a favor de um reajuste salarial e por uma vida melhor, com transporte e saúde pública de qualidade”. Ele também reforça que o reajuste vai afetar a vida da população pelos próximos três anos. O objetivo do Sindicato agora é acompanhar os processos de 13 vereadores da cidade – que votaram pelo aumento do IPTU – que são acusados de receberem doações ilegais para campanhas eleitorais. Se forem cassados, as ações da Câmara têm de ser anuladas – incluindo o aumento do IPTU. A manifestação foi apoiada por moradores em situação de rua. Eles também denunciaram o prefeito, dizendo que “Kassab está fechando albergues e tentando esconder a população de rua por debaixo do tapete”.

Cerca de 600 pessoas reúnem-se em frente ao Teatro Municipal de São Paulo – SP (região Sudeste) para se manifestar contra o aumento da passagem de ônibus na capital. Os manifestantes saíram em

passeata e conseguiram reunir cerca de 1.500 pessoas para reivindicar a anulação do aumento. O ato, organizado pela "Rede Barrar o Aumento", prosseguiu de maneira pacífica rumo à Prefeitura Municipal. A tropa de choque iniciou procedimento de contenção. Apesar da tensão, não houve conflito direto.

Cerca de 100 jovens de classe média de bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste) promovem uma rixa pela internet que apavora moradores do bairro Grajaú. Eles se espalham pela região para um confronto marcado na Praça Edmundo Rego. No caminho depredaram carros e lixeiras, além de espancar transeuntes. A PM interveio e 25 pessoas foram detidas, dos quais, 16 menores. A passagem dos jovens pelo bairro provocou o fechamento de parte do comércio, principalmente na Praça Edmundo Rego. Os policiais encontraram com o grupo um soco inglês, 4 rojões, protetor bucal, pedaços de madeira com pregos nas pontas e uma touca ninja com pedras portuguesas dentro. A rivalidade entre os bairros tem sido amplamente divulgada pela internet em comunidades do Orkut, blogs, e-mail etc.

Domingo 17

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC arremata um prédio por R$ 1,2 milhão para abrigar um curso de formação e qualificação dos seus cerca de 100 mil filiados, segundo a Folha de São Paulo. Destinado a contar a história das negociações coletivas desde a década de 80, o curso terá início, em caráter experimental, na semana seguinte ao Carnaval. No último acordo coletivo, com vigência de 2009 a 2011, as montadoras cederam à reivindicação do sindicato de liberação do empregado um dia por ano, sem desconto em folha para um curso de oito horas, cabendo ao sindicato oferecer aulas e refeição. Em 2010, o curso atenderá 120 alunos por semana, num projeto-piloto. Mas a meta fixada para daqui a cinco anos é reunir 650 trabalhadores por dia em sala de aula.

2º feira 18

Índios protestam contra construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu – Pará (região Norte), que terá seu leilão efetivado ainda este semestre, segundo nota divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente. Parte de protesto dos indígenas também se dá em repúdio à união das empresas Odebrecht e Camargo Corrêa no consórcio bilionário pela licitação de construção de Belo Monte.

Depois de retirar seus pertences da Funai e se preparar para desocupar o prédio, indígenas de várias etnias resolvem continuar em frente à sede da fundação em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste) e aguardar a chegada de representantes da Polícia Federal (PF) para negociar a prorrogação do prazo de permanência no local. Segundo a assessoria de imprensa da Funai, o prazo estipulado pela PF para a saída dos índios terminaria às 17h. Os índios estão no local há uma semana, reivindicando alterações no decreto 7.056 que, segundo eles, extingue administrações e postos da Funai nos estados e nas aldeias. Na semana passada, o presidente da Funai, Márcio Meira, afirmou que não havia mudança, apenas uma reestruturação da distribuição das unidades e uma modificação na nomenclatura. Porém, os representantes indígenas alegam que alguns postos já foram fechados desde o dia em que o decreto entrou em vigor, 4 de janeiro. Os índios afirmam que vão continuar com as manifestações contra o decreto e avisam que poderão até mesmo reocupar o prédio, se não for revogado o decreto, que deve ser sancionado no dia 21 pelo presidente Lula.

O Movimento Desperta Índio lança carta aberta sobre a reestruturação da Funai. Na carta, os índios repudiam e alertam sobre o Decreto Nº 7.065, assinado em 28 de dezembro de 2009 pelo Presidente Lula, que promove a reestruturação da Funai. A extinção de todos os Postos Indígenas, algumas

coordenações da estrutura da Funai em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e mais 24 Administrações Executivas Regionais em todo o Brasil fazem parte de uma política que, segundo eles, vem sendo adotada desde que o atual presidente da Funai, Márcio Meira, assumiu e deixou as Organizações Não Governamentais (ONG´s) indigenistas assumirem o controle da Funai. Eles atribuem às ONG's a continuidade do processo de colonização e extermínio dos povos indígenas no Brasil e a Márcio Meira os atrasos da demarcação de terras indígenas. Além disso, afirmam que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) invadem terras indígenas, destroem fauna e flora e provocam inundações. Eles citam como exemplos a construção da Usina de Belo Monte, no Pará (região Norte), que inundará as terras de índios Kayapó e a usina de Estreito, em Tocantins (região Norte), que afeta o povo Apinajé, dentre outras obras. Na carta, os índios afirmam que "Hoje, ao contrário do faziam há muito tempo atrás, os novos bandeirantes não matam mais os indígenas, acabam com a alma do povo. Levam a vida da cidade para dentro de cada aldeia, fazem com que os jovens percam a vontade de seguir a tradição de seus antepassados, tenham vergonha de falar a língua e de se assumirem enquanto índios." Os índios reivindicam explicações sobre a terra, sobre as mortes e desaparecimento de indígenas, sobre as obras, além de transparência da Funai. Eles lutam contra a repressão à sua identidade étnica e pelo fim do "colonialismo" pelo branco, a política assistencialista da Funai, que "trata o índio como mendigo, indigente, coloca-o a margem da sociedade". A carta alerta: "o índio não precisa perder sua tradição por usar um celular, por freqüentar uma faculdade ou por ter um carro. Isso é jogada política para embranquecer o índio e fazer com que ele acredite que ele não é mais um membro daquela comunidade."

3º feira 19

Cerca de 200 representantes de etnias indígenas de todo o Brasil desocupam pacificamente a sede da Funai, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), e se instalam na Esplanada dos Ministérios para pressionar o Governo Federal a revogar o Decreto Presidencial Nº 7.056, que extingue Administrações Regionais e Postos da Funai, remanejando funcionários e retirando a assistência às aldeias, além de alterar a finalidade da fundação, que passa a se tornar apenas uma formuladora, coordenadora e articuladora de política indigenista – o que, segundo lideranças indígenas, se configura numa verdadeira "privatização da Funai". O decreto retira da Funai a obrigação constitucional de proteger, inventariar e dar destinação ao Patrimônio Indígena, além de transferir a proteção e assistência aos povos nativos à iniciativa privada. Com o aval de todos os povos indígenas do Brasil, é entregue à Procuradoria Geral da República petição do Centro de Etnoconhecimento Sociocultural e Ambiental Cauieré (CESAC) contra a reestruturação da Funai, um documento escrito por Arão da Providência, indígena Guajajara, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, pedindo revogação do decreto. O texto entregue na Procuradoria Geral da República solicita a adoção de medidas administrativas e judiciais necessárias ao restabelecimento da finalidade legal da Funai; bem como que o Governo Federal dê efetividade e cumprimento aos serviços de educação, saúde e assistência, nos termos estabelecidos pelas leis brasileiras, pela Resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas. O parecer requer ainda a suspensão do edital de Nº 01/2010, do concurso público para Funai, por desrespeitar os princípios de Diferenciação Cultural, Bilingüismo e Etnocidade, inerentes aos concursos públicos relacionados aos órgãos de assistências específicas indígenas. O parecer jurídico também solicita a instauração de procedimentos criminais para apurar e processar os administradores e gestores públicos pelos danos aos Povos Originários, hoje com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo do país; bem como a instauração de procedimentos criminais perante aos Tribunais Internacionais para apuração e condenação do governo federal por prática de crime contra humanidade, nos termos das normas internacionais de que o Brasil é signatário. Assinam o manifesto: Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste,

Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região (ARPIPAN) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Enquanto os manifestantes ocupam a Esplanada dos Ministérios, cerca de 50 indígenas protegem a sede da Funai, impedindo que o presidente do órgão, Márcio Meira, entre no prédio. Márcio Meira afirmou na semana passada que "não haveria mudança, apenas uma reestruturação da distribuição das unidades e uma modificação na nomenclatura", declarou ainda que faltava "uma tradução do decreto e que era necessário explicá-lo aos indígenas" (que não haviam, segundo ele, entendido bem o texto da reestruturação). Representantes dos Povos Originários pedem a pronta destituição de Márcio Meira, que julgam "o maior traficante de direitos do Brasil", e exigem a suspensão do decreto e a reabertura imediata dos postos.

Moradores do bairro Cidade Dutra, em São Paulo – SP (região Sudeste) realizam protesto contra as enchentes e são reprimidos pela PM, que lança bombas de efeito moral. Os manifestantes se reúnem após uma chuva fazer transbordar o córrego urbanizado e a água tomar as ruas da cidade. Os moradores reclamam que a urbanização do córrego passou a provocar alagamentos, pois foi reduzido de 8 para 3,5 metros de largura. Revoltado com as enchentes, um grupo fechou a principal avenida do bairro. Quando a polícia chegou, houve confronto. O confronto durou mais de 5 horas.

As famílias ocupadas no conjunto habitacional Jardim Gilda, em Piracicaba – São Paulo (região Sudeste) recebem ordem de reintegração de posse do terreno. A notificação de desocupação, datada de 18 de janeiro, ameaça, caso as casas não sejam desocupadas imediatamente, de interferência com força policial. Moradoras do conjunto habitacional se reúnem para escrever uma carta que deverá ser entregue ao prefeito no dia 21 de janeiro. No dia 26 de dezembro de 2009, cerca de 60 casas do conjunto foram ocupadas por trabalhadores que não concordavam com a forma de distribuição das casas: no sorteio de outubro de 2009, apenas 626 casas foram para a população inscrita, muito menos do que as 11.961 famílias concorrentes. O objetivo da ocupação é chamar a atenção do governo para a situação das famílias que estão esperando há até 14 anos por uma moradia. Na carta, as moradoras denunciam o processo de distribuição de moradias que está sendo praticado pela política habitacional de Piracicaba e reivindicam construção e distribuição de moradias para todos os inscritos nos programas habitacionais para famílias de baixa renda.

Centenas de moradores do bairro Jardim Lucélia, no distrito de Grajaú, em São Paulo – SP (região Sudeste) paralisam a Avenida Belmira Marin, usando os móveis destruídos pela chuva, para reivindicar seu direito à moradia digna e denunciar o descaso do poder público. O protesto é iniciado após a chuva deste dia 19 inundar suas casas e eles perderem todos os seus bens. Os moradores são reprimidos pela polícia.

4º feira 20

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, concede mais uma liminar suspendendo parcialmente a demarcação de terras indígenas homologadas no fim de dezembro pelo presidente Luiz Inácio da Silva. Em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Mendes suspendeu parcialmente a demarcação da Terra Indígena Anaro, em Roraima (região Norte), retirando a Fazenda Topografia da área de posse dos índios. No dia 29 de dezembro, o presidente do STF havia suspendido parte da demarcação da TI Arroio-Korá, em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O ministro suspende a eficácia do decreto em relação às fazendas Polegar (1573 hectares), São Judas Tadeu (3804 hectares), Porto Domingos (760 hectares) e Potreiro-Corá (444 hectares). Os proprietários argumentam que os 1,5 mil hectares da fazenda Topografia foram comprados legalmente em 1943 e não podem ser incluídos na área repassada aos índios, já que o STF fixou a data de 5 de outubro de 1988 como marco para reconhecimento de terras indígenas. No total, a reserva tem 30 mil hectares. De acordo com o STF, os proprietários alegam ainda que a

ordem do governo federal de desocupação da área em 30 dias “desconsidera o fato de que a questão ainda está sob análise do Poder Judiciário”, em ação que corre na Justiça Federal de Roraima. Com a liminar, os efeitos do decreto em relação a Fazenda Topografia estão suspensos até que o STF se manifeste em definitivo sobre o pedido.

Moradores da Favela 19 e da Favela 20, em Rio Bonito, distrito de Grajaú, São Paulo - SP (região Sudeste) afetados pela enchente do dia 19 de janeiro, protestam. Os moradores paralisaram a Avenida Teotônio Vilela e se dirigiram até a Subprefeitura da Capela do Socorro. Eles exigem uma reunião com o subprefeito Valdir Ferreira. Moradores do bairro jardim Lucélia, na mesma região, que fizeram manifestação no dia 19 de janeiro realizam outro protesto neste dia 20 e fecham novamente a Avenida Belmira Marin.

5º feira 21

A decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, de suspender a homologação de terras indígenas até que o assunto seja julgado, provocou questionamentos de líderes indígenas e de representantes de entidades como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Funai. Os fazendeiros e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) elogiaram a decisão. Nos dias 19 e 20 deste mês, o ministro concedeu liminares suspendendo homologações que estendiam a demarcação das terras Arroio-Corá, em Mato Grosso do Sul, e Anaro, em Roraima. No Cimi, o secretário adjunto, Cleber Buzatto, disse ter “estranhado” uma decisão tão rápida durante o recesso do Judiciário. “Estranhamos a rapidez do presidente do Supremo em conceder essas liminares em meio ao recesso, quando existem questões mais urgentes para o país no STF há mais tempo”, afirmou Buzatto. O advogado do Cimi, Rogério Batalha, também acha que a decisão de Mendes deverá ser revista pelos demais ministros na hora do julgamento. Batalha lembrou que o principal fundamento usado por Mendes ao conceder as liminares foi o fato de que os índios não ocupavam as terras em 1988, quando a Constituição foi promulgada. Usada também no julgamento da Raposa Serra do Sol, em Roraima, essa premissa foi fundamental para que fosse mantida pelo STF a demarcação da terra indígena. A CNA comemorou a decisão e reforçou o pedido de que Supremo crie uma súmula vinculante para o assunto. Assim, diversas questões parecidas não precisariam chegar à instância final, sendo resolvidas mais rapidamente com base nas orientações da Suprema Corte. Em nota, a Funai afirma que o amplo direito de defesa e do contraditório foi respeitado durante o processo de homologação da terra e que “não existem, portanto, vícios de maculação nos processos em questão”. A nota lembra que a Procuradoria Federal Especializada da Funai vai recorrer da decisão referente à Terra Indígena Anaro, em Roraima, e que já entrou com recurso no caso da Arroio Corá, de Mato Grosso do Sul. Conforme o texto, a Funai espera que a Advocacia-Geral da União (AGU) apresente os recursos cabíveis para o plenário do Supremo Tribunal Federal.

As Centrais Sindicais CUT, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e Nova Central decidem em reunião, em São Paulo, estado de São Paulo (região Sudeste), convocar uma nova Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que será realizada no dia 1º de junho. As centrais esperam reunir mais de 10 mil lideranças sindicais, para debater e provar um documento de propostas e definir de forma unitária o apoio a um candidato à presidência da República comprometido com o progresso e a ampliação das conquistas sociais. As Centrais também decidiram ainda realizar uma manifestação unificada no Congresso Nacional, dia 2 de fevereiro, em Brasília (região Centro-Oeste) em defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários.

Funcionários da empresa Furnas Centrais Elétricas no Rio de Janeiro realizam paralisação de 24 horas, que envolveu servidores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e de Minas Gerais (região

Sudeste). Segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro (Sintergia), o protesto teve adesão total entre os cerca de 3.500 funcionários e contratados da empresa no estado. De acordo com o secretário-geral do Sintergia, Luiz Fernando de Souza, foram feitos piquetes nas portas das seis unidades de Furnas no Grande Rio e na sede da empresa no bairro de Botafogo, na zona sul da capital. Os funcionários de Furnas dizem que a empresa não cumpriu alguns acordos do Plano de Cargos e Salários, como equalizar os salários. Segundo Luiz Fernando de Souza, os funcionários prometem fazer novas paralisações na semana que vem, caso a empresa não se manifeste sobre suas demandas. “Vamos dar um prazo para a empresa e, na semana que vem, daremos prosseguimento à mobilização, podendo fazer paralisações de até 48 horas ou 72 horas”, disse.

As famílias ocupadas no conjunto habitacional Jardim Gilda, em Piracicaba – São Paulo (região Sudeste) sofrem despejo pela tropa de choque da polícia militar e pela CDHU, após terem recebido, no dia 19 de janeiro, notificação de reintegração de posse das 60 casas ocupadas. Segundo informações divulgadas pelo Centro de Mídia Independente (CMI), as famílias ainda foram deixadas em frente a um albergue que se encontra fechado.

6º feira 22

As famílias ocupadas no conjunto habitacional Jardim Gilda, em Piracicaba – São Paulo (região Sudeste) que sofreram despejo no dia 21 de janeiro protestam em frente à Prefeitura de Piracicaba. Os moradores exigem serem atendidos por representantes do poder público. No fim do dia eles conseguem apenas 3 noites de abrigo no albergue e algumas promessas de negociação.

Parentes e amigos de 5 adolescentes desaparecidos em Luziânia - Goiás (região Centro-oeste), fazem uma passeata na principal avenida da cidade e vão até a prefeitura cobrar agilidade nas investigações dos casos. Os adolescentes, com idades entre 13 e 17 anos desapareceram misteriosamente nos últimos 20 dias de um mesmo bairro. A polícia acredita na possibilidade de os jovens terem sido seqüestrados para trabalho escravo, por se tratar de uma região com muitas fazendas e de casos de trabalho escravo ocorrerem com certa freqüência.

2º feira 25

A defesa da unidade de propostas da sociedade e da mobilização permanente das organizações sociais marcaram as discussões de abertura do Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os organizadores do evento falaram sobre os desafios e avanços do encontro, que completa dez anos, e acirraram as críticas contra o neoliberalismo. Segundo informações da Agência Brasil, um dos principais líderes do MST, João Pedro Stédile, destacou o papel do fórum diante do enfraquecimento do neoliberalismo, após a crise financeira internacional, que desarticulou mercados e exigiu a intervenção dos Estados. Para o ativista, o fórum precisar ser fortalecido como espaço de mobilização. A proposta dividiu o FSM entre os que apóiam a idéia e os que acreditam que isto descaracterizaria o Fórum. A justificativa é a grave situação da esquerda no mundo, pois a maior parte dos governos é de direita. Ao defender uma mudança de consciência individual e a articulação em torno de temas comuns, o empresário Oded Grajew destacou a necessidade da “mobilização constante, para que as propostas do fórum se transformem cada vez mais em políticas públicas". O coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (Ibase), Cândido Grybowski, falou sobre a formação de uma “consciência global”, forjada também nos dez anos de fórum. “O mais importante é desemperializar nossas cabeças para uma solução global”, reforçou ao destacar a importância da rotatividade do evento, que passou também pela Índia, Venezuela, Quênia, nos últimos dez anos, e voltou ao Brasil em 2009, na edição de

Belém – Pará (região Norte). Milhares de pessoas participaram da abertura do evento nas ruas da capital, Porto Alegre. Representantes de religiões de matriz africana abriram a tradicional marcha do Fórum Social Mundial (FSM), cobrando o lançamento do Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa. A apresentação do documento estava prevista para o dia 20 de janeiro, mas foi adiada pelo governo federal. De acordo com o Babadiba de Iemanjá, o governo segurou a divulgação do plano por pressão de setores das igrejas Católica e Evangélica. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) explicou que o lançamento foi adiado porque o documento estava incompleto. Por meio da assessoria de imprensa, a secretaria alegou que "o documento não tinha sido devidamente pactuado com outros ministérios". Na data prevista da divulgação do plano, representantes das religiões afro estavam em Brasília, quando a Seppir anunciou a suspensão. A nova data para apresentação do plano não foi marcada, mas a secretaria acredita que deve ocorrer ainda neste semestre. O plano foi elaborado em parceria com os religiosos e traz ações para a regularização fundiária de terreiros, medidas para dar segurança aos cultos e às imagens, além de políticas nas áreas de educação e preservação histórica. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2000, informa que cerca de 0,3% da população brasileira se declara praticante de religiões afro como o candomblé, a umbanda, o omolocô e o tambor de mina. O FSM dará palanque a 4 pré-candidatos à presidência: Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PV), Heloisa Helena (PSOL) e Ciro Gomes (PSB), além do próprio presidente Lula. Esta edição especial do FMS reunirá cerca de 70 intelectuais e ativistas de vários países que ajudaram a criar o Fórum Social Mundial.

Cerca 80 militantes da Rede Contra o Aumento das Tarifas, moradores do Jardim Pantanal e Jardim Romano e manifestam-se em frente à prefeitura de São Paulo – SP (região Sudeste). O protesto ocorre no momento em que o prefeito Gilberto Kassab se encontra no prédio com o presidente Lula e José Serra, condecorando-os com a medalha 25 de janeiro, criada por Kassab em dezembro de 2009 pra comemorar o aniversário da cidade. Os manifestantes protestam contra o aumento das tarifas no transporte público e a falta de atendimento a moradores de bairros que têm sido alagados pelas enchentes.

Estudantes da Universidade de São Paulo (USP) e militantes da Rede de Luta Contra o Aumento da Tarifa realizam protesto e são agredidos pela PM em frente à Sala São Paulo, em São Paulo – SP (região Sudeste), onde se encontra o governador José Serra em cerimônia de posse do novo reitor da USP, João Grandino Rodas. A PM usou bombas de gás e efeito moral, além de cassetetes e balas de borracha. Os manifestantes protestam contra o futuro aumento das tarifas de trem e metrô e contra a posse do novo reitor da USP. Três manifestantes da Rede foram detidos e há alguns feridos. Os militantes exigem maior democracia na universidade. Eles alegam que o 2º turno da eleição para reitor, no qual Rodas foi definido como 2º da lista tríplice, foi realizado fora do campus da universidade e sob forte aparato policial, impedindo o acompanhamento pelos estudantes.

As cerca de 10 famílias ocupadas no conjunto habitacional Jardim Gilda, em Piracicaba – São Paulo (região Sudeste) que sofreram despejo no dia 21 de janeiro, voltam à Prefeitura para reivindicar as medidas que deveriam ser tomadas para abrigá-las. O presidente da Empresa Municipal Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba (EMDHAP), Walter Godoy dos Santos, explicou que "é preciso aguardar porque o CDHU e a EMDHAP não dispõem de casas para essas situações". Segundo ele, as casas vazias do Jardim Gilda estão sendo disponibilizadas para moradores que precisam sair de áreas de risco e para as famílias que foram sorteadas. As famílias continuam sem ter para onde ir.

Uma pesquisa divulgada pelo Ministério do Trabalho, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) revela que o Rio de Janeiro (região Sudeste) é o estado com maior número de trabalhadores em condições análogas à da escravidão resgatados em 2009. O balanço feito pela coordenadoria de Erradicação do Trabalho Escravo, revela que em 2009, cerca de 511 trabalhadores foram resgatados

no Rio de Janeiro é 11 vezes maior que o total de libertados em 2008 (46).

3º feira 26

O MST informa que nove dos seus militantes são detidos nos acampamentos de Iaras na cidade de Borebi em São Paulo (região Sudeste). Segundo o MST, os acampamentos foram cercados e a polícia está realizando operações de busca, apreensão e prisão. De acordo com a assessoria de imprensa da Secretaria Estadual de Segurança de São Paulo, as prisões fazem parte da Operação Laranja, deflagrada pela Polícia Civil para cumprir 20 mandados de prisão temporária e 30 de busca e apreensão expedidos pela Justiça de Borebi. De acordo com o MST, a repressão significa o aprofundamento de todo um processo de criminalização e repressão que foi acelerado a partir da repercussão exagerada e dos desdobramentos políticos ocorridos na região de Iaras (SP) por causa da ocupação da fazenda da Cutrale. O movimento reclama também que não estão tendo pleno acesso às informações contidas nos inquéritos. De acordo com o MST, a situação de Iaras reforça a necessidade de novos mecanismos de mediação dos conflitos rurais, conforme previsto na terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Em outubro de 2009, o MST derrubou parte do laranjal da empresa Cutrale, em Borebi (SP), para protestar contra a apropriação de terras públicas no Complexo Monções. O incidente teve grande repercussão e, segundo parlamentares ruralistas, facilitou o recolhimento de assinaturas para instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados.

Cerca de 50 índios ocupam, por aproximadamente 10 minutos, as pistas da Esplanada dos Ministérios em frente ao Ministério da Justiça, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para protestar contra a redução no número de administrações regionais da Funai, proposta por decreto assinado no final de 2009 pelo presidente Lula. O grupo de índios está acampado há cerca de uma semana em frente ao Ministério da Justiça para pedir audiência com o ministro da Justiça, Tarso Genro, ou com o presidente Lula. O protesto ocorreu pouco antes de Lula chegar ao Ministério, onde participaria da cerimônia de criação dos programas "Bolsa Copa" e "Bolsa Olimpíada". Durante a manifestação, os índios dançaram na pista principal da Esplanada e obrigaram a PM a desviar o trânsito por alguns minutos. O decreto de reestruturação da Funai prevê a criação de 36 coordenações regionais, em vez das atuais 45 administrações regionais, e de 297 unidades locais, que terão atuação semelhante à dos atuais 337 postos indígenas (atuantes nas principais aldeias do país). O maior problema, segundo lideranças da manifestação, é que, caso o decreto entre em vigor, os índios de alguns estados que possuem administrações regionais terão de viajar para outras cidades em busca de auxílio da Funai, como os índios Potiguara, de João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). Os índios também dizem que não foram consultados sobre o documento proposto pelo presidente da Funai, Márcio Meira, e assinado por Lula, conforme prevê a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. Entretanto, Meira argumenta que está havendo um erro de interpretação sobre o decreto. Segundo ele, nenhuma unidade será fechada, mas reestruturada e passará a ser uma coordenação técnica.

Cerca de 30 pessoas, segundo cálculos da PM, bloqueiam a Rua José Artur Nova, no Parque Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste) em uma manifestação pacífica. Há pelo menos 50 dias, as inundações são uma constante na vida dos moradores das vilas erguidas na várzea do Rio Tietê, no distrito do Jardim Helena, bairro de São Miguel Paulista. Segundo a subprefeitura de São Miguel Paulista, não há um levantamento preciso sobre o número de famílias residentes no local, uma área habitacional que nasceu a partir de invasões, mas estima-se uma população em torno de 7 mil pessoas.A subprefeitura informou que equipes estaduais e municipais têm se mantido de prontidão em bases de atendimento com integrantes da Defesa Civil, bombeiros e assistentes sociais para os auxílios emergenciais, e considerou o ato fruto de infiltrações políticas. Desde o começo do mês, vem sendo realizado o cadastramento dos moradores para que sejam retirados do local, onde

será construído um parque de lazer. Até agora, segundo a subprefeitura, foram removidas 280 famílias para casas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e 580 preferiram receber a bolsa-aluguel, de R$ 300 mensais.

Moradores atingidos por enchentes protestam em São Paulo – SP (região Sudeste). Eles bloqueiam 2 avenidas, uma no Jardim Pantanal e outra na Chácara Três Meninas. No dia 24 de janeiro, cerca de 8 mil famílias tiveram suas casas inundadas e perderam quase tudo, graças à abertura das comportas das barragens do Alto Tietê. A várzea do Tietê começou sua ocupação por empresas privadas como Nitroquímica e Matarazzo. Depois a região foi ocupada pelo governo do estado, que fez obras no local. Por volta de 1986 começou a ocupação por moradores de baixa renda. Hoje o Pantanal é uma ocupação com cerca de 20 mil famílias. O governo Serra anunciou no início de 2009 a construção de um parque linear para a qual retiraria cerca de 5 mil famílias. Os moradores alegam que "estas inundações fazem parte da estratégia de Serra para desocupar a várzea e construir o maior Parque Linear do Mundo". Em ambas as manifestações há presença de policiais. No Jardim Romano, 2 moradores são detidos e 3 horas depois liberados.

Organizações populares e escolas, clubes e associações de moradores do bairro de Serviluz, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste) enviam carta aberta de repúdio à instalação de um estaleiro no bairro. Os moradores alegam que, apesar de o governador afirmar que o empreendimento não trará impactos ambientais e sociais, "é consenso entre os ambientalistas sérios da cidade que o impacto será imenso e não afetará somente o Serviluz, mas toda a orla de Fortaleza". Eles dizem também que a obra trará sérios impactos sociais, pois removerá famílias, afetará práticas esportivas e culturais, destruirá a identidade e os laços comunitários. As organizações reivindicam à Prefeitura, Câmara de Vereadores e Ministério Público que defendam o meio ambiente e os direitos da comunidade.

4º feira 27

O juiz substituto da Comarca de Abaré, Bahia (região Nordeste), Antonio Henrique da Silva, realiza audiência em acampamento com 40 integrantes do MST, além de representantes do Incra, Aquiles Nairé Benício de Carvalho (ouvidor agrário da região) e Eduvaldo Silva Vanderlei da Hora, do proprietário da área, Francisco Gomes Guedes, e de uma guarnição da Companhia Independente de Policiamento Especializado CIPE/Caatinga, sob o comando do tenente Érico de Carvalho. A determinação prevê a desocupação da área e informa a data para saída voluntária. A audiência, de duas horas, resulta em um acordo, que concede a um grupo de 10 integrantes do MST um prazo adicional de 90 dias para colheita da lavoura plantada no local, desde que todos os barracos construídos na área sejam derrubados. Também ficou acordado que não deverá mais ser iniciado o plantio de qualquer cultura agrícola, além de os integrantes ficarem obrigados a pagar as contas de energia elétrica no período em que estiverem no local.

Um vídeo com militantes do MST é divulgado pela Polícia Civil de São Paulo – São Paulo (região Sudeste), no qual Miguel Serpa, líder do MST na região de Bauru (SP), convoca outros militantes a ocupar e causar "pelo menos prejuízo" na fazenda da empresa Cutrale, em Iaras, interior de São Paulo. No vídeo, Serpa e outros 6 militantes, foram presos ontem por estarem ligados à ocupação e depredação do laranjal da fazenda da Cutrale. Estão presos também o ex-prefeito de Iaras, Edílson Xavier e a vereadora Rosimere Serpa, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Rosimere é casada com Serpa, que integra a direção estadual do MST. O vídeo foi achado na casa do ex-prefeito. O advogado do MST, em nota ao jornal O Globo, disse que as prisões são arbitrárias, já que nenhum dos sem-terra foi intimado a prestar depoimentos desde setembro de 2009, quando ocorreu a ocupação. Ainda segundo ele, a polícia teria agido de forma truculenta ao cumprir os mandatos. Um dos coordenadores nacionais do MST, Gilmar Mauro, afirmou que as prisões são lamentáveis e

servem para fazer show em ano eleitoral.

A Marcha Mundial de Mulheres realiza uma caminhada pelas ruas de Gravataí em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) o Fórum Social Mundial. A Marcha contou com mais de 300 participantes. Os movimentos feministas defendem a ratificação pelo Brasil da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para estimular a sociedade a repensar o papel do homem nas famílias brasileiras. O documento recomenda que os países criem mecanismos para ajudar os trabalhadores no cuidado com filhos e parentes. Mais do que abrir creches, a ratificação do instrumento poderia permitir que os homens participassem mais das tarefas domésticas e do cuidado com idosos e crianças, inclusive, com ampliação da licença paternidade. O objetivo do movimento de mulheres é recolher assinaturas para cobrar do governo federal a ratificação do documento para que seja encaminhado para aprovação do Congresso Nacional. O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, admite que o governo deve voltar atrás em mais um ponto do Programa Nacional de Direitos Humanos. A redação do trecho que trata da descriminalização do aborto deve mudar, para retirar pontos de vista que correspondem à opinião do movimento feminista, e não do governo, segundo Vannuchi. Para a representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFMEA) Kauara Rodrigues, “as pressões conservadoras são oportunistas”. Ela defende a integralidade das propostas incluídas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) 3. “O recuo é um contrassenso. Essas propostas são resultado de um processo amplo e democrático de consulta e discussão, que não inclui apenas as mulheres.”A integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy, salienta que é preciso verificar como seria a nova redação das propostas sobre o aborto. Ela assinala que o PNDH 3 “é inaugural” ao incluir a descriminalização e que é importante que a temática permaneça, mesmo que haja uma “acomodação da linguagem".“O que tem acontecido é um processo de negociação no contexto de pressões. Os direitos humanos se escrevem com a tinta da luta política”, disse Jacqueline. Em nota publicada este mês de apoio ao PNDH 3, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher manifestou apoio "à justa e corajosa iniciativa de inclusão do tema dos direitos sexuais e reprodutivos no programa explicitado nos seguintes termos: apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos”.Estudo divulgado no ano passado pelo CFEMEA estima que o Brasil registre por ano 250 mil internações de mulheres por complicações decorrentes de abortos ilegais. Segundo a pesquisa, cerca de 1 milhão de abortos são realizados no país anualmente. Ainda durante o FSM, o líder indígena Henderson Hualinga, da Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana, reivindica durante o FSM, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), a saída da Petrobras de uma área de exploração de petróleo em uma região de floresta situada no noroeste do Peru. “Na região do Lote 117 [na fronteira Peru-Equador-Colômbia], os povos Quechua estão dizendo bem claro que não querem a Petrobras. Ali é uma reserva natural e nós queremos nosso território são”, disse, em um debate sobre sustentabilidade. Segundo Hualinga, a empresa brasileira explora petróleo em uma área concedida pelo governo peruano sem consultar os povos indígenas que vivem na região. “O governo peruano tem entregado nossos territórios a empresas multinacionais, porque lá estão o petróleo, a madeira, todos os recursos que nós temos. O governo não nos considera e não nos respeita, por isso faz todo tipo de negócio com nossa terras sem nos consultar. As empresas exploram e deixam para nós a contaminação e as enfermidades.” Hualinga também denunciou a perseguição de líderes indígenas da Amazônia peruana por causa da defesa dos interesses dos povos tradicionais da região. A entidade vai aproveitar o FSM para fazer um abaixo-assinado pedindo a volta dos exilados indígenas ao Peru. A Petrobras negou que esteja desenvolvendo, atualmente, qualquer operação no bloco 117, na fronteira entre o Peru, o Equador e a Comlômbia, conforme denunciou, no Fórum Social Mundial, o líder indígena peruano Henderson Hualinga, da Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana. Por meio da assessoria de imprensa, a Petrobras respondeu que “a empresa, no momento, apenas realiza levantamentos aerogravimétricos, autorizados pelos órgãos competentes daquele país. Ou seja, a companhia somente faz sobrevoos na região do bloco, sem qualquer presença física em terra”.

A Federação Anarquista de São Paulo (FASP) lança moção de apoio em São Paulo – SP (região Sudeste), por sua Frente Camponesa e Indígena, aos índios que ocuparam a Funai em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e à luta de todos os povos na resistência contra o avanço do latifúndio e do agronegócio. Na moção, eles reivindicam imediata revogação do decreto 7056, atendimento às reivindicações dos povos indígenas e demarcações dos territórios indígenas.

Servidores públicos do ministério do Meio Ambiente e demais instituições ligadas ao órgão, protestam em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) a favor da reestruturação de carreira da categoria, que está desde 2004 sem reajustes. Concentrados em frente ao ministério do Meio Ambiente, os servidores caminharam até o anexo do ministério do Planejamento com faixa, cornetas e apitos exigindo uma posição dos ministérios para sobre a situação da categoria. A reestruturação prevê, além do reajuste salarial, a criação da gratificações para funcionários descolados para atuar na fiscalização de áreas de risco ou de difícil acesso. A mobilização ocorre em todo o país e faz parte do calendário de protestos que deve desencadear uma greve geral, a partir do dia 3 de março, caso não haja negociação. O presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ibama (Asibama) informou que o grupo está aberto à proposta, pois a categoria necessita de equiparação salarial baseada no piso de servidores que desenvolvem atividades semelhantes.

O Movimento Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) ocupam a subprefeitura de São Miguel Paulista – São Paulo (região Sudeste). Mais de 50 pessoas estão trancadas dentro das dependências da subprefeitura, sem poderem sair nem entrar. O MLB quer pressionar a prefeitura de São Paulo a tomar medidas emergenciais contra as enchentes provocadas pelas fortes chuvas dos últimos dias que caíram sobre São Paulo. A prefeitura tem oferecido para estes casos de maior urgência uma "Locação Social". Essa bolsa consiste em 6 parcelas de R$ 300, além de um adicional de R$ 200 para a realização do transporte e retirada dos móveis para que as famílias deixem suas casas. Ao deixarem as casas, a prefeitura desloca alguns funcionários para derrubar as estruturas alegando serem inabitáveis. Um dos motivos para a retirada das famílias dessa região, segundo o MLB, é a construção do Parque Várzeas do Tietê, que será uma espécie de "porta de entrada" para a cidade de São Paulo. Com a construção do parque, muitas casas deverão sair da região.

6º feira 29

Miguel Serpa, da coordenação estadual do MST, em São Paulo (região Sudeste), aparece em reportagem do Jornal Nacional como tendo assinado, em 2007, um convênio com o Incra com o valor estimado em R$ 13,4 milhões. Pelo convênio, caberia à Cooperativa de Comercialização de Serviços dos Assentamentos da reforma Agrária de Iaras, interior de São Paulo, realizar extração de madeira e, com o dinheiro arrecadado, fazer melhorias em assentamentos do MST, como perfuração de poços, abertura de estradas, preparação do solo para o plantio e implantação de uma agroindústria. O Ministério Público Federal entrou com uma ação contra o Incra e a cooperativa por causa do convênio. A Justiça concedeu uma liminar bloqueando as contas da entidade presidida por Serpa.

Mais de 50 entidades sindicais, representantes de universidades, professores, partidos políticos, deputados e juristas participam do ato de apoio ao MST no estado de Santa Catarina (região Sul). A atividade condena a prisão arbitrária do coordenador do MST de Santa Catarina, Altair Lavratti, do militante Rui Fernando da Silva Júnior, e da líder comunitária Marlene Borges. Lavratti foi algemado e preso em Imbituba, quando participava de uma reunião com catadores de material reciclado, num galpão, na noite do dia 28 de janeiro. Marlene e Rui foram presos na manhã deste dia 29, depois de se apresentarem voluntariamente. Rui também foi algemado. As acusações envolvem esbulho possessório (tomada violenta de um bem), formação de quadrilha e incitação. Juristas presentes no ato destacaram as prisões como arbitrárias e ilegais, pela utilização de escutas

consideradas criminosas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo uso indiscriminado de algemas, além do conflito de competências em razão da investigação realizada por uma polícia cuja atividade é amplamente questionada dentro do próprio sistema de segurança – a P2, serviço de inteligência da PM de Santa Catarina. Durante o ato, os representantes de mais de 50 entidades assinaram uma moção de apoio ao MST, e de repúdio à ação da PM e do Judiciário.

Um grupo de manifestantes entra na Assembleia dos Movimentos Populares, no FSM em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes, defendem a saída do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e da Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Com faixas e cartazes com os dizeres "Arruda na Papuda", em referência à penitenciária do DF, "Chega de corrupção" e "Poder para o povo" o grupo foi aplaudido ao entrar no auditório do Gasômetro, na região central da capital Gaúcha. O protesto foi organizado por estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que se organizaram pela *internet*. O FSM de Porto Alegre chega ao fim neste dia 29 depois de uma semana de debates que avaliaram os dez anos do processo que nasceu para pensar "um outro mundo possível". Em uma semana, a reunião de Porto Alegre teve 915 atividades na capital e em cincos cidades da região metropolitana. A organização registrou a participação de inscritos de 39 países, de empresários a desempregados. Dos inscritos, 59,3% eram mulheres e 40,7% homens. Na conta dos dez anos do Fórum Social, os idealizadores incluem o enfraquecimento do modelo neoliberal – que deu sinais de colapso com a crise financeira internacional – e a criação de uma sociedade civil global, que se mobiliza mundialmente. Segundo Grzybovski, dez anos depois, a tendência é de que o FSM se torne "menos anti e mais pró", substituindo o discurso de desconstrução por propostas para se chegar ao outro mundo possível. "O fórum é um espaço de construção de inteligência coletiva, de uma nova visão, um novo imaginário, novos conceitos, e isso a partir de agora vai ser a grande tarefa", apontou.

O Fórum Social Mundial Temático da Bahia em Salvador (região Nordeste) é palco de protestos contra a presença militar brasileira no Haiti. Ativistas do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) organizaram uma manifestação em frente à praça Campo Grande, em Salvador. De acordo com o secretário-executivo da Conlutas, Paulo Barela, o ato foi realizado em defesa da autodeterminação do povo haitiano e contra o envio de tropas ao país.

A manifestação teve a participação de jovens estudantes e provocou congestionamentos no centro da capital baiana. O PSTU, a Conlutas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a organização Intersindical estão arrecadando R$ 100 mil para enviar ao país arrasado pelo terremoto do dia 12 de janeiro. Hoje de manhã, duas ativistas estenderam uma grande faixa na Universidade Católica de Salvador, onde ocorria o credenciamento para o fórum. A faixa dizia "solidariedade sim, ocupação militar não". Ainda neste dia 29, o MST participa do FSM temático em Salvador com o integrante da coordenação nacional do movimento, João Paulo Rodrigues, no debate "Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Soberania Alimentar". O MST cobrou a criação de novos mecanismos para agilizar a desapropriação de terras, uma mudança da prioridade da política de crédito e implementação de um programa nacional de agroindustrialização nos assentamentos.

Um ato público em defesa do Código Florestal é promovido em Ribeirão Preto, São Paulo (região Sudeste), por movimentos sociais, entidades de movimento estudantil, sindicatos e partidos políticos, entre eles MST, Via Campesina, União Nacional dos Secundaristas (UBES), União Nacional dos Estudantes (UNE), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), Partido Verde (PV), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), CUT, Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). A atividade de mobilização lotou a Câmara Municipal da cidade no intuito de mostrar à população a necessidade de se

assegurar a implementação das medidas de preservação e recuperação ambiental contidas no Código Florestal, dentre elas, a averbação e reflorestamento das reservas legais e a recomposição arbórea das áreas de preservação permanente, medidas essas essenciais ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade, ao conforto climático, à prevenção de tragédias ambientais e ao combate à erosão genética. A atividade é uma resposta à articulação feita pelos ruralistas a partir da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e de seus deputados federais e senadores, que tentam alterar o Código Florestal. É apresentada uma carta pública chamada "Carta de Ribeirão Preto e Região em Defesa do Código Florestal" pelas entidades presentes, contendo as motivações da mobilização, em que se contrapõe "a submissão da dignidade humana e do bem comum aos desígnios do mercado; a subversão do princípio democrático, consagrado nas Constituições contemporâneas, que determina a supremacia do interesse socioambiental sobre o privado."

Sábado 30

O coordenador do MST de Santa Catarina, Altair Lavratti, o militante Rui Fernando da Silva Júnior, e a líder comunitária Marlene Borges que haviam sido presos na cidade de Imbituba, Santa Catarina (região Sul) são libertados.

Domingo 31

Uma assembleia aprova os termos da *Carta de Salvador*, documento final do FSM Temático da Bahia que aconteceu na capital Salvador (região Nordeste). O texto faz alguns adendos à *Carta de Porto Alegre*, aprovada no FSM 10 Anos.De acordo com a representante da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), Lúcia Stumpf, o documento aborda cinco principais temas, como a soberania nacional por meio da defesa do pré-sal e a oposição à presença de bases estrangeiras no continente sul-americano, sobretudo de bases norte-americanas no Panamá e em Cuba.O texto também condena a opressão contra a população negra, as mulheres e os homossexuais e pede um Brasil mais democrático, com participação direta do povo nas decisões, além do fortalecimento do Estado como indutor do desenvolvimento."Foram 15 falas, várias concordando com o conteúdo da *Carta de Porto Alegre* e alguns adendos, como um que reivindicou uma presença ainda mais forte da solidariedade no Haiti. Isso já estava presente na carta, mas precisa ficar mais explícito", disse Lúcia.Segundo ela, também ficou aprovado um calendário de lutas com assembleia em São Paulo no dia 31 de maio. No ato, os movimentos sociais devem decidir a lista de reivindicações para os candidatos à presidência da República nas eleições deste ano."Não é uma assembleia que pretende apoiar qualquer candidatura. Entendemos que esse não é o papel dos movimentos sociais."

Glossário de siglas

CMI	Centro de Mídia Independente
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DF	Distrito Federal
FSM	Fórum Social Mundial
Funai	Fundação Nacional do Índio
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestise Transexuais

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e a Conjuntura Latinomericana do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ).

Fontes[1]: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.

1 A mídia eletrônica Agência Chasque deixou de realizar suas atividades, por isso não faz mais parte das fontes que compõe a cronologia OSAL Brasil.

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Febrero de 2010

Editado en junio

Asdi
Agencia Sueca de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo

Govern de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials, Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 630

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana de Brasil

Integrantes Roberto Leher (coordinador); léase el equipo completo al final

Fuentes jornales Folha de Sao Paulo, O Globo, O Estado de Sao Paulo, Brasil de Fato; agencias Chasque de Notícias y Brasil; MST na Imprensa, Jornal do MST, CMI y Boletim DATALUTA

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Fevereiro de 2010

2º feira 1

Cerca de 400 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) acampam em frente à prefeitura de Jardim Alegre - Paraná (região Sul). Vindos do assentamento 8 de Abril (antiga fazenda Sete Mil), os manifestantes reivindicam melhorias na educação e no transporte. De acordo com os sem-terra, problemas nas estradas que ligam o assentamento às escolas fizeram com que cerca de 800 estudantes assentados perdessem muitas aulas ao longo do ano de 2009. Segundo informações do site do MST, os assentados do 8 de Abril compõem cerca de 40% de toda a população da cidade, mais de 14 mil habitantes. Por falta de acessibilidade, Silva, coordenador do MST no estado, conta que os alunos têm que andar cinco quilômetros para pegar uma condução que os leva até os locais de aula. Os manifestantes foram recebidos pelo prefeito de Jardim Alegre, José Martins de Oliveira do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De acordo com ele, "a prefeitura vai tentar atender, na medida do possível, as reivindicações dos manifestantes".

Índios brasileiros e Organizações Não-Governamentais (ONGs) pedem ajuda à Organização das Nações Unidas (ONU) para frear a transposição do Rio São Francisco. A delegação inclui ainda membros da Comissão Nacional dos Professores Indígenas, do Conselho Indigenista Missionário e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. De acordo com o jornal, O Estado de São Paulo, o grupo entregou a relatores das Nações Unidas um estudo sobre o impacto ambiental e social do projeto e apelou para que a entidade pressione o Supremo Tribunal Federal (STF). O grupo apontou o alagamento e a destruição das terras de oito mil índios, onde cerca de 33 povos seriam afetados. O grupo levou a mesma denúncia à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

3º feira 2

Famílias ligadas ao MST, do acampamento 11 de Novembro, localizado no município de Inhapi, próximo à divisa com Mata Grande, em Alagoas (região Nordeste), são surpreendidas com a chegada de uma brigada militar para expulsá-las das terras da fazenda Capim, onde vivem e produzem há mais de seis anos. Mesmo com o acordo firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o MST e o Governo do Estado através da Secretaria de Agricultura, o juiz Ferdinando Scremin Neto da comarca de Água Branca oficializou a disputa pela terra entre as famílias como caso de polícia. Os agricultores dispersos pela ação de reintegração de posse deixaram para trás a terra já preparada para o cultivo. Os ex-acampados do 11 de Novembro aguardam agora uma posição por parte do Incra e continuam mobilizados.

As associações dos delegados da Polícia Federal e da Polícia Civil divulgam nota na qual questionam a legalidade da investigação conduzida pela Polícia Militar (PM) contra integrantes do MST que terminou com a prisão de 3 sem-terras no final de Janeiro. Os policiais criticaram a realização de interceptação telefônica sem a participação de um delegado de polícia e sem a instauração de uma investigação formal, conforme determina a Constituição. Acusados de planejar ocupações de terra, Altair Lavratti, Rui Fernando da Silva e Marlene Borges foram detidos nos dias 28 e 29 de janeiro e libertados no dia 30 de janeiro, por decisão do Tribunal de Justiça (TJ) de Santa

Catarina (região Sul). As associações reclamam de estar “sem explicação o fato de que todos esses atos tenham sido albergados pela Justiça Estadual, com o endosso do Ministério Publico Estadual, fiscal da lei e guardião da Constituição”.

Vinte e oito trabalhadores submetidos a condições degradantes são libertados em ação do Ministério Público do Trabalho e de auditores fiscais do Ministério do Trabalho na Fazenda Tarumã, em Santa Maria das Barreiras – Pará (região Norte). Segundo o jornal O Estado de São Paulo, os proprietários foram obrigados a indenizar imediatamente os trabalhadores pelo tempo de serviço e devolver-lhes o que foi cobrado indevidamente. A conta superou os R$ 200 mil.

4º feira 3

O Movimento Xingu Vivo para Sempre - Comitê Metropolitano, fórum composto por mais de 20 entidades, entre organizações e movimentos sociais, lança nota de apoio e vai a público apresentar desagravo em favor do Ministério Público Federal (MPF) no Pará (região Norte) agravado de forma injusta e ameaçadora pela Advocacia-Geral da União (AGU), no que se refere à atuação do MPF no caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Na nota, eles denunciam que a AGU, no intuito de representar e defender a União, ameaçou processar membros do MPF que se contraporem ao processo de licenciamento e construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, alegando que as ações do MPF são sem fundamento, destinadas exclusivamente a tumultuar a consecução de políticas públicas relevantes para o país. Com isso, a construção da hidrelétrica de Belo Monte, abriu uma guerra entre a AGU e o MPF. Segundo o jornal O Globo, a AGU anunciou que vai processar procuradores da República acusados de tentar inviabilizar a construção da usina, mesmo sem conhecimento prévio do conteúdo da licença concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a execução da obra. Para o Ministério Público Federal do Pará, a instituição está apelando para a coerção. O MPF também divulgou nota rebatendo as críticas da AGU, afirmando que os procuradores estão analisando o caso há 13 anos e que se necessário vão ajuizar ações contra a construção da usina.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) divulga nota de repúdio contra a série de protestos estudantis contra-revolucionários organizados por universitários venezuelanos. O comunicado, que pede o reconhecimento das garantias da liberdade de censura estatal e do devido processo sumário no país, é assinado pelo Comitê Central da entidade. O texto afirma que a Rede Caracas de Televisão Internacional (RCTVI) e outros 5 canais reacionários estão a serviço do imperialismo estadunidense. A nota informa ainda que a censura promovida pelo Estado é uma medida que garante a pluralidade de apoio à revolução bolivariana, além de ser o primeiro passo para democratizar os meios de comunicação no país.

Sessenta e sete bispos da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) assinam um abaixo-assinado rejeitando pontos do III Programa Nacional de Direitos Humanos do Brasil. A nota reafirma a posição da CNBB contra a descriminalização do aborto, a união entre pessoas do mesmo sexo e a idéia de impedir a ostentação de símbolos religiosos. Em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, reuniu-se com integrantes da CNBB e ouviu as queixas da entidade. Vannuchi disse à CNBB, que a defesa da descriminalização do aborto será retirada do programa, mas não deu a mesma garantia sobre os demais pedidos, segundo o jornal O Globo.

5º feira 04

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o mérito do habeas corpus, interposto pela defesa de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, determina que o fazendeiro volte à prisão, onde cumpria pena de 30 anos de reclusão, por ter sido um dos mandantes do assassinato da missionária Dorothy Stang. Vitalmiro foi absolvido no segundo julgamento ocorrido em 6 de maio de 2008 e colocado em liberdade. O Ministério Público apelou da decisão do Tribunal do Júri e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em 7 de abril de 2009, anulou o segundo julgamento e decretou novamente a prisão de Bida, considerando a necessidade da garantia da ordem pública e a conveniência da instrução criminal. Bida aguarda preso o julgamento dos recursos impetrados pela defesa contra a decisão do Tribunal que anulou o segundo julgamento que o inocentava. Da decisão do STJ que decretou sua prisão cabe recurso perante o STF. Em relação ao outro acusado de ser mandante do crime, Regivaldo Pereira Galvão, tramita no Tribunal de Justiça do Estado, o pedido de desaforamento do processo da comarca de Pacajá para a comarca da capital.

Ambientalistas, ribeirinhos, agricultores, indígenas e integrantes do Movimento Xingu Vivo para Sempre e Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB) iniciam uma série de ações contra a Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no estado do Pará (região Norte). O primeiro ato é uma vigília em quatro cidades do estado do Pará – Altamira, Belém, Itaituba e Santarém – em frente às unidades do Ibama, que liberou licença prévia para a construção da usina de 11.233 megawatts (MW) de potência. Cerca de 150 pessoas participam do ato em Altamira. De acordo com a assessora técnica do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Renata Pinheiro, a liberação da licença ambiental pelo Ibama foi um golpe para os moradores da região, mas que ninguém vai desistir dos seus direitos. A assessora destaca que há a possibilidade de as ONGs entrarem na Justiça contra o empreendimento. Ela ainda comenta que organizações ambientais internacionais estão sendo contatadas e já aderiram ao movimento a International Rivers, World Wildlife Fund (WWF), Greenpeace e Amigos da Terra. Segundo informações do Centro de Mídia Independente, o Movimento Xingu Vivo para Sempre lançou neste dia 4 em Altamira carta de repúdio e de indignação contra a liberação da licença prévia da Usina. Eles denunciam o descaso dos órgãos governamentais envolvidos na implantação desta usina para com o cumprimento das leis que regem o país, o que compromete o futuro dos povos da região do rio Xingu. Eles reclamam na carta sobre a ação dos governantes em "decidir o futuro de nossa região, sem nos consultar, sem nos ouvir, sem nos respeitar e alguns sem ter jamais colocado os pés em nossa região" e questionam a atuação dos órgãos governamentais de controle ambiental no desenrolar do processo. Denunciam também "a rapidez e o atropelo" que marcaram as diversas etapas do licenciamento ambiental de Belo Monte e a falta de transparência com a omissão de diversos documentos que deveriam por lei estar disponíveis para a sociedade através do site do Ibama. Na carta, o movimento afirma que a usina não produzirá tanta energia quanto promete, e que esta energia não terá baixo custo, não será limpa e não será direcionada para os povos da região, mas sim para o capital das grandes empreiteiras, mineradoras, indústrias siderúrgicas nacionais e estrangeiras.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Cesar Asfor Rocha, suspende liminarmente os efeitos de portaria do Ministério da Justiça que determinou a demarcação da terra indígena Porquinho dos Canela-Apãnjekra, no Maranhão (região Nordeste). De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, a decisão atende ao recurso dos moradores não-índios dos municípios atingidos pela demarcação.

A Rede Barrar o Aumento (da passagem dos transportes públicos) realiza ato em São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes protestam contra o reajuste nas passagens de ônibus.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) critica a declaração do general Raymundo Nonato Cerqueira Filho, que defendeu que gays só devem ser aceitos nas Forças Armadas caso mantenham segredo sobre sua orientação sexual. Conforme o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, "é lamentável que este tipo de discriminação ainda continue existindo nos dias de hoje nas Forças Armadas brasileiras". ONGs ligadas ao movimento gay classificaram o episódio como "absurdo".

6º feira 5

A Frente de Luta por Moradia (FLM) lança nota na qual reivindica que a Prefeitura de São Paulo – SP (região Sudeste) torne pública a lista de prédios desapropriados. No dia 4 de fevereiro, o prefeito Gilberto Kassab do Partido Democrata (DEM) assinou decreto de desapropriação de 43 prédios no centro expandido de São Paulo. Dez prédios já tinham sido desapropriados em 2009. A cerimônia contou com a participação de empresários, artistas e entidades como o sindicato do setor imobiliário. A FLM denuncia que "os movimentos organizados, que sempre levantaram a bandeira pela defesa de habitação de interesse social, não se fizeram presentes por boicote da prefeitura" e que apenas 3 representantes de movimentos, avisados informalmente às vésperas da assinatura, assistiram o evento. A FLM defende que o governo municipal dê espaço ao diálogo com os movimentos para que participem deste processo, exige que sejam priorizadas as famílias que mais precisam (com rendimento de até 3 salários mínimos) e que a Prefeitura esclareça as regras de acesso às moradias. Em seu pronunciamento no dia 04 de fevereiro, Kassab afirmou que os prédios desapropriados vão abrigar artistas e funcionários públicos, não fez referência ao atendimento às famílias organizadas que moram em cortiços ou em assentamentos precários na periferia da cidade e sofrem com as enchentes. A FLM esclarece que "de modo algum se opõe à destinação de prédios a funcionários públicos ou artistas. Apenas reitera que a destinação de prédios ociosos para habitação de interesse social é uma reivindicação histórica dos movimentos".

Integrantes do Movimento pelo Passe Livre (MPL), trabalhadores, desempregados e estudantes ocupados no Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Espírito Santo (SETPES), em Vitória – espírito Santo (região sudeste) lançam manifesto e promovem ocupação contra o aumento abusivo da passagem de ônibus, pela melhoria nas prestações de serviços de transporte público coletivo e pela viabilização de outras soluções. Eles ocuparam o prédio em protesto contra as medidas do governador Paulo Hartung e do prefeito João Coser, que aumentaram o preço da passagem, segundo os manifestantes, "aproveitando-se do *Reveillon*, período em que o povo estava em festa e os estudantes em férias". Eles reivindicam a redução imediata da passagem.

Sábado 6

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) completa cinco anos com um ato político que reune mais de 500 integrantes de entidades da sociedade civil, professores universitários, movimento sindical e estudantil e partidos políticos em Guararema, no interior de São Paulo (região Sudeste). Como conta Geraldo Gasparin, da coordenação da ENFF, durante estes cinco anos 1.600 educandos passaram pela escola, sendo que mais de 50% foram mulheres. Mais de 300 professores voluntários deram aulas nos cursos, conferências e seminários. Ademar Bogo, da coordenação nacional do MST, destaca que a ENFF "é uma grande conquista da classe trabalhadora". Para ele, a escola cumpre um papel importante de articulação das forças de esquerda, que estão em um momento de fragmentação. "A ENFF está ajudando a reconstruir a universidade pública", sustenta o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, ex-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes - SN). Para ele, o poder privado

está pautando as pesquisas e trabalhos da universidade pública no país. Neste quadro, a escola demonstra que apenas uma educação baseada no espírito público pode garantir o avanço do país. O deputado federal por São Paulo, Ivan Valente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-SP) também manifesta solidariedade a todos os militantes do MST que estão presos no interior de São Paulo e condena a criminalização da luta pela Reforma Agrária. “Essas prisões são políticas”, denuncia o deputado.

Cerca de 200 trabalhadores do MST reocupam a fazenda São Francisco II, grilada pelo tenente-coronel aposentado da Polícia Militar (PM) Valdir Copetti Neves, em Ponta Grossa - Paraná (região Sul). Segundo informações do site do MST, após a ocupação, o ex-tenente-coronel foi até o local com um grupo de seguranças, fortemente armados, ameaçando os sem-terra de morte e disparando vários tiros por cima dos barracos. Neves permaneceu próximo ao local da ocupação com o grupo de homens armados, ameaçando os trabalhadores e vigiando todos os passos das pessoas no local. As famílias sem-terra estão com medo, pois há grandes riscos de ataque por parte do grupo de Neves, por se tratar de uma forte articulação entre o ex-tenente e milícias privadas da região. Está é a terceira vez que o MST ocupa a área, de 33 alqueires que pertence a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), e teria sido grilada por Neves. O MST promete permanecer na área por tempo indeterminado, até que a situação seja resolvida.

Domingo 7

Cerca de 500 manifestantes voltam a pedir o afastamento do governador José Roberto Arruda no Eixo Rodoviário de Brasília, Distrito Federal (região Centro-oeste). Participaram do ato estudantes, representantes de entidades sindicais, como Central única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), e militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT)

2º feira 8

A turma do curso de Pedagogia de Terra de Minas Gerais realiza um ato público no Incra de Belo Horizonte, Minas Gerais (região Sudeste) para reivindicar maior incentivo a políticas públicas voltadas para a Educação do Campo. O ato é um momento de comemoração da continuidade de cursos e do próprio Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e, além disso, o direito desses educadores de ocuparem as escolas do campo pelas vias legais. Segundo Maria Isabel Antunes, coordenadora do curso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a grande luta hoje é a afirmação do Pronera para que não caia num vazio sem continuidade e que não sejam ceifados outros projetos como este. Ela coloca ainda que o programa é fundamental para a existência dos cursos de pedagogia, e que o Incra precisa fortalecer este projeto, pois ele é o grande responsável pela sua continuidade. A professora Rosely Augusto, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entregou ao Incra uma carta da Rede Mineira de Educação do Campo, com o repudio ao Tribunal de Contas da União (TCU) e o acórdão (TCU 2653/2008) que impedem os movimentos sociais de participarem ativamente da construção e parceria nos cursos com as universidades. A mesma carta será levada ao Incra Nacional e ao TCU pela professora Maria Isabel Antunes. A turma de estudantes de pedagogia, com o nome Vanessa dos Santos, é a primeira do curso de Licenciatura em Educação do Campo do país e se prepara para colocar os conhecimentos adquiridos a favor da Educação do Campo e do povo campesino.

Cerca de 200 moradores da várzea do Tietê, área conhecida por Jardim Pantanal, realizam protesto em frente à sede da prefeitura, no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com panfleto distribuído no ato os moradores protestam contra "o descaso, a humilhação, a doença e a desesperança que atingem o povo alagado", A principal reivindicação do grupo de moradores – que há exatos dois meses enfrenta alagamentos – é garantir que sejam indenizados, caso tenham que deixar as casas por causa de obras na várzea do Tietê. A PM utilizou spray de pimenta e cassetes contra os manifestantes. Ao menos quatro pessoas foram encaminhadas para o hospital e diversas outras tiveram irritações nos olhos e escoriações.

3º feira 9

A Via Campesina lança um abaixo-assinado sugerindo que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), instalada recentemente para criminalizar a Reforma Agrária, seja utilizada para investigar os crimes do agronegócio. No texto, a entidade afirma que "a restrição dos trabalhos dessa CPMI à investigação apenas de convênios de entidades parceiras do MST representará, unicamente, mais uma iniciativa parlamentar de criminalização dos movimentos sociais, e não uma contribuição ao desenvolvimento e democratização do campo brasileiro." A Via Campesina pede o envio de cópias das adesões para o presidente da CPMI, senador Almeida Lima do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/SE) e para o relator, deputado Jilmar Tatto (PT/SP). Assim afirma o abaixo assinado: "Queremos manifestar aos senhores nossa total solidariedade ao MST e a todos os movimentos sociais e entidades que colocam seus esforços na luta por uma Reforma Agrária justa e necessária. O Brasil nunca será uma sociedade democrática, nem justa, se não resolver essa vergonhosa concentração da propriedade da terra, em que apenas 15 mil fazendeiros são donos de 98 milhões de hectares, como denunciou o ultimo censo, e que menos de 2% do total dos estabelecimentos controlam mais de 45% de todas as terras. E quem luta pela democratização da propriedade não pode ser criminalizado justamente por aqueles que querem manter o monopólio da propriedade da terra." Para Gilmar Mauro, um dos principais pensadores e articuladores do MST, a CPI "em ano eleitoral, vai abrir palco para alguns políticos fazerem suas campanhas", atraindo atenção de setores conservadores e angariando recursos.

Na primeira reunião no Rio de Janeiro da rede de solidariedade "Somos Todos Sem Terra" em 2010, representantes do MST e de outros movimentos sociais começam a definir estratégias e um calendário de lutas. Lançado com atos em capitais há dois meses, o movimento tem por objetivo reagir à campanha sistemática da grande mídia, em aliança com a bancada parlamentar do agronegócio e sua CPMI do MST, que tentam criminalizar a luta pela Reforma Agrária e os movimentos populares em geral. Os ativistas elegeram o Fórum Urbano Mundial, entre os dias 22 e 26 de março, na zona portuária do Rio, como data e local das primeiras manifestações de rua da campanha. Para acontecer paralelo e em espaço físico próximo ao Fórum Urbano, reunindo chefes de Estado, o FSM e outros setores das esquerdas estão organizando o Fórum Social Mundial Urbano. Esse Fórum deverá contar com militantes do "Somos Todos Sem Terra" em mesas de debate. O objetivo da campanha é conquistar reconhecimento à luta pela Reforma Agrária na sociedade brasileira e somar forças para a disputa ideológica contra o agronegócio e a mídia.

Dois militares homossexuais fazem protesto no Senado, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) pedindo que a indicação feita pelo presidente Lula, do general Raymundo Nonato de Cerqueira Filho para o Superior Tribunal Militar (STM) seja barrada. Os dois militares que estão fazendo esse protesto foram presos em 2008, após terem assumido um relacionamento homossexual. O general provocou polêmica na semana passada ao afirmar, na Comissão de Constituição e Justiça, que é contrário à presença de homossexuais nas Forças Armadas. O casal

enviou carta ao presidente Lula, responsável pela nomeação do general para uma cadeira no STM. A carta também foi assinada pelas ONGs Tortura Nunca Mais e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis.

Estudantes realizam protesto na inauguração de dois prédios da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Minas Gerais (região Sudeste), denunciando os problemas de estrutura da Universidade. Há falta de acessos ao local, déficit de professores e carência de água. As obras da Universidade começaram em 2007 e o atraso nas obras estendeu o término para 2012. Os dois prédios inaugurados pelo presidente hoje abrigam desde agosto cerca de mil alunos, matriculados em seis cursos. Mas só se chega a eles por uma rua de terra ou trilhas de boi. Em dias de chuva forte, carros e ônibus não atravessam a lama, o que tem levado ao cancelamento das aulas. No palanque, o presidente Lula e sua comitiva tiveram de enfrentar os protestos. As vaias dos estudantes chegaram a abafar os discursos da prefeita de Teófilo Otoni, Maria José Hauesein (PT), e do reitor, Pedro Ângelo Almeida Abreu. O governo admitiu falhas e prometeu avaliar as reivindicações.

4º feira 10

Acampados do MST na Fazenda Jabuticabal, em São Joaquim do Monte, Pernambuco (região Nordeste) são ameaçados de despejo, em expulsão marcada para o dia 11 de fevereiro. O MST condenou a incapacidade do Incra, do Governo do Estado e dos órgãos responsáveis em resolver um conflito social que se arrasta há mais de cinco anos. As famílias prometem resistir ao despejo. Segundo informações do site do MST, cercando o acampamento, o proprietário voltou a montar trincheiras com pistoleiros contratados.

A mobilização das forças sociais contra o processo de criminalização dos sem-terra na região de Iaras - São Paulo (região Sudeste) culmina com a suspensão da prisão dos militantes do MST. O Desembargador Luiz Pantaleão, da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, acolheu o pedido de habeas corpus feito pela defesa. Da sentença, porém, ainda cabe recurso e o mérito ainda será julgado. Apesar de soltos, os sem-terra continuarão como réus no processo que investiga ação realizada na área grilada pela empresa Cutrale. O processo está na fase de inquérito e outras 55 pessoas ainda podem ser indiciadas. Há a possibilidade de mais detenções e outros tipos de repressão no estado.

5º feira 11

Três militantes do MPL se acorrentam na Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) em São Paulo – SP (região Sudeste) para manifestar seu repúdio ao aumento das passagens de ônibus que vigora desde 4 de janeiro. Outros 20 militantes fazem manifestação em frente ao órgão, dando apoio à ação e informando à população sobre o ato. O movimento visa, com essa ação, pressionar pela presença do secretário de Transportes, que também acumula a função de presidente da CET, Alexandre de Moraes, em audiência pública sobre o aumento dos transportes públicos em São Paulo, marcada para 01 de março na Assembléia Legislativa de São Paulo. Esse ato se insere na jornada de luta contra o aumento das passagens, pela qual 5 protestos já foram realizados desde novembro de 2009. O MPL acredita que o transporte coletivo é um direito essencial, assim como saúde, habitação, moradia e educação e que, portanto, deve ser gratuito para garantir o acesso pleno à cidade, sem exclusão.

O Movimento Fora Arruda e Toda Máfia inicia uma vigília numa marquise do prédio do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste), onde o governador do Distrito Federal, Jose Roberto Arruda, tenta conseguir um *habeas corpus* para sair da prisão. Os manifestantes pressionam as autoridades para que o *habeas corpus* seja negado. Um manifestante acendeu velas aos pés da estátua da Justiça, em comemoração à prisão do governador. A corte especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou do cargo e mandou para a cadeia o governador, acusado de comandar tentativa de suborno para atrapalhar a operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, que investiga o "mensalão" do DEM no Distrito Federal. Na história da democracia brasileira, Arruda é o primeiro governador a ser preso no exercício do cargo.

6º feira 12

Grupos de sem-terra ligados a José Rainha Júnior, dissidente do MST, começam a montar 70 acampamentos em frente a fazendas das regiões de Araçatuba, Andralina e Pontal do Paranaparema, em São Paulo (região Sudeste). A ação faz parte do chamado "Carnaval vermelho", e tem como objetivo, segundo Rainha, chamar a atenção para as fazendas improdutivas, em processo de desapropriação pelo Incra e aquelas consideradas terras públicas, reivindicadas pelo Estado para a Reforma Agrária.

A trabalhadora rural Zildenice Ferreira dos Santos, denuncia ao Ministério Público Federal, em Ourinhos, interior de São Paulo (região Sudeste), que acredita estar sendo usada como "laranja" de uma conta conjunta na Caixa Econômica Federal (CEF) mas o Incra esclarece o caso. Segundo Zildenice, foram depositados R$ 700 mil na conta, que beneficiaria o MST por meio de um convênio público. A conta, no entanto, não permite saques e necessita de três assinaturas para que o dinheiro seja repassado a empresas de material de construção. A ex-assentada, Zildenice deixou o MST e trabalha para a Cutrale, em Iaras (SP), como coletora de laranjas. O dinheiro depositado na conta, segundo o superintendente do Incra, foi depositado pela CEF para o programa de habitação. Ele apresentou documentos, como um comunicado, assinado por Zildenice em 15 de julho de 2008, declarando que não seria mais procuradora de seu grupo de assentados no Programa Incra/CEF de habilitação para o assentamento Zumbi dos Palmares. O Incra informou que em outubro de 2008 enviou o ofício 36/2008 à CEF, pedindo a troca de procurador.

O assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang no município de Anapu - Pará (região Norte), há exatos cinco anos, não fez com que os números sobre conflitos e mortes no campo diminuíssem no Brasil, afirma o coordenador nacional da CPT, Dirceu Luiz Fumagalli. Para ele, a falta de um desfecho e de punição dos principais acusados pelo crime faz com que aumente a tensão e os conflitos agrários, principalmente na Amazônia. De acordo com dados da CPT, em 2009, 63 trabalhadores foram assassinados em conflitos agrários no estado do Pará e mais 379 sofreram ameaças de morte. Segundo a entidade, foram registradas 181 novas ocupações de fazendas no Pará, e mais de 30 mil famílias estiveram envolvidas nesses conflitos. Para Fumagalli, a demora no julgamento e na condenação dos envolvidos estimula a impunidade, o que pode resultar no aumento de mortes no campo. Segundo ele, nos primeiros anos após o assassinato da religiosa, houve uma redução das mortes e dos confrontos relacionados à questão fundiária. No entanto, observou o coordenador, essa melhora no quadro foi passageira. O coordenador nacional da CPT defendeu a proposta contida no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos de se criar comissões de conciliação para resolver problemas no campo antes de levar os casos à esfera judicial.

Manifestantes favoráveis ao ex-governador José Roberto Arruda, preso no dia 11 acusado de corrupção e suborno, realizam manifestação do lado de fora da superintendência da Polícia Federal

de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), local onde Arruda está preso. Os poucos manifestantes gritavam palavras de apoio a Arruda e exibiam várias faixas com dizeres de incentivo, tais como "Quem ama Brasília, torce por Arruda. O resto é politicagem". Um grupo chegou a entoar uma reza, outro acendia velas para o governador.

Manifestantes comemoram decisão que mantém preso o governador José Roberto Arruda (sem partido), em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), Os cerca de 40 manifestantes, comemoraram a informação de que o ministro Marco Aurélio Mello teria decidido negar o pedido de *habeas corpus* e manter a prisão do governador. A concentração de manifestantes foi maior durante a madrugada, quando cerca de 100 pessoas permaneceram acampadas em frente ao edifício sede do STF, na Praça dos Três Poderes. As representações do PT e da CUT no Distrito Federal protocolaram na Câmara Legislativa do DF pedido de *impeachment* do governador em exercício, Paulo Octavio (DEM). Ele substitui o governador licenciado Arruda, preso desde o dia 11 de fevereiro na superintendência da Polícia Federal (PF) por tentativa de suborno a testemunha da Operação Caixa de Pandora da PF. Em pedidos separados, o PT-DF e a CUT-DF alegam que Paulo Octavio não pode assumir o governo do Distrito Federal porque também estaria envolvido no suposto esquema de corrupção investigado pela Operação.

Sábado 13

Famílias do MST sofrem ameaça de despejo na Fazenda São Francisco II, em Ponta Grossa, Paraná (região Sul), que pertence a Embrapa. A fazenda foi ocupada no dia 6 de fevereiro por aproximadamente 200 trabalhadores. O conflito teve início quando, o ex-coronel da PM condenado há mais de 18 anos de prisão, Valdir Copetti Neves, tentou despejar à força, as famílias acampadas. O ex-coronel e capangas armados cercaram o acampamento. Durante o confronto, segundo informações do site do MST, Copetti tentou intimidar as famílias alegando ainda ser o "mandante" da força policial da região. Os trabalhadores do MST conseguiram manter o acampamento e expulsar o grupo, mas logo em seguida Copetti retornou ao local acompanhado da filha e de um número ainda maior de capangas que atiraram contra os trabalhadores, além de ameaçá-los com carros, avançando sobre as pessoas em alta velocidade. O MST denuncia ainda que, durante a negociação, o tenente Azevedo exigia conversar somente com representantes do Movimento e impedia os demais trabalhadores de se aproximarem. A posição dos policiais ficou explícita quando um deles, atirou uma bala de borracha contra o trabalhador Davi. Dois funcionários da fazenda e uma das filhas do proprietário também ficaram feridos no confronto. Os sem-terra afirmam que reagiram "em nome da própria segurança" quando o tenente coronel mandou funcionários atirarem em direção ao acampamento. Já a família de Neves disse à polícia que os sem-terra iniciaram as agressões ao tentar aumentar a área ocupada. A confusão ocorreu um dia após uma decisão da Justiça, que determinava a desocupação da área. Para o MST, o caso da ocupação deve ser resolvido pela justiça, e não de forma violenta, como vem tentado o ex-coronel. A terra já é reivindicada pelo movimento desde 2004, e o processo de luta pela área resulta em três reintegrações de posse.

Um grupo de cerca de 5 mil pessoas está acampado próximo a fazendas do oeste do estado de São Paulo (região Sudeste) para reivindicar a aceleração do processo de assentamentos na região. A Secretaria de Segurança Pública do estado não confirmou o número de pessoas envolvidas na manifestação. O líder dissidente do MST José Rainha Júnior mobilizou milhares de pessoas para erguer acampamentos na estrada de 61 fazendas em 36 municípios nas regiões do Pontal do Paranapanema e Alta Paulista, no oeste do estado de São Paulo (região Sudeste). A ação é conhecida como "Carnaval Vermelho", mobilização do movimento durante as festividades para reivindicar a

Reforma agrária. Hoje os sem-terra ocupam mais 3 fazendas no Pontal do Paranaparema. Segundo Rainha, os manifestantes continuarão com o protesto até serem recebidos por representantes do governo federal. De acordo com Rainha, as propriedades visadas pelo movimento são improdutivas ou estão em terras públicas. No entanto, ele descartou a invasão das fazendas, caso o grupo não seja recebido pelo governo. "Não é o único instrumento para pressionar o governo. A ocupação é um deles e nós optamos por essa outra metodologia. Chamar a atenção da opinião pública e denunciar a realidade que nós estamos vivendo com pressão em frente às fazendas". Rainha diz que seu grupo integra o MST, apesar de a coordenação nacional do movimento negar que o líder faça parte de seus quadros. "O MST não é um movimento que tem carteirinha para pertencer, é um movimento social, movimento de massa. Não tem filiação. Eu fundei o MST, sou fundador, nunca sai". Os sem-terra do grupo de Rainha são em sua maioria ex-cortadores de cana que perderam o emprego com a mecanização da atividade. "Eu diria que 80% do pessoal são os assalariados rurais, desempregados".

Movimentos sociais e de defesa do meio ambiente se organizam individualmente, para entrar na Justiça, como última tentativa de barrar as obras da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará (região Norte). De acordo com matéria do jornal O Estado de São Paulo, os movimentos tentam se reestruturar após o Ibama ter concedido há duas semanas a primeira de três licenças ambientais para a construção da Usina. As ONGs pretendem entrar na Justiça questionando principalmente um parecer técnico do Ibama, de novembro de 2009, em que técnicos relatam que "algumas questões não puderam ser analisadas na profundidade apropriada". O documento também apontava falhas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Domingo 14

Cerca de 20 pessoas ligadas ao Movimento Luta pela Terra (MLT) ocupam a Fazenda Bartira, em Martinópolis, a 553 km de São Paulo – SP (região Sudeste), de acordo com a Folha de São Paulo. Segundo a PM, a fazenda não estava na lista das áreas que seriam ocupadas durante o "Carnaval Vermelho".

2º feira 15

Dissidentes do MST são proibidos de ocupar a Fazenda Bandeirantes, em Salmourão, região da Alta Paulista – São Paulo (região Sudeste), pela Justiça de Tupã, sob pena de prisão. Desde do dia 13 de fevereiro, cerca de 200 sem-terra estão acampados num dos limites da fazenda. A fazenda é uma das 63 áreas que integrantes dos grupos ligados a José Rainha Júnior escolheram para acampar no chamado "Carnaval Vermelho".

O Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, na companhia de uma procuradora do Trabalho, autua a Fazenda Santa Mônica, no município de Natividade, ao sul do estado de Tocantins (região Norte). A fazenda é propriedade de Emival Ramos Caiado, irmão do deputado federal e líder do Partido dos Democratas (DEM), Ronaldo Caiado. Na fazenda foram encontrados 26 trabalhadores que, embora registrados, estavam submetidos ao chamado trabalho degradante: trabalhavam sem disporem de água potável, sem equipamento de proteção individual e dormindo em um acampamento precário. Por exigência dos auditores fiscais do trabalho, os contratos de todos os empregados foram rescindidos com o pagamento de indenização a cada trabalhador, calculada com base em seu tempo de serviço, que não superou 3 meses. Emival Caiado alega que "a legislação nacional não está de acordo com os costumes locais" e acrescenta: "tinham umas pessoas

consertando uma cerca de arame muito longe da sede e estas pessoas, como é de hábito delas, estavam acampadas no mato. Eles [o grupo móvel] falaram que aquilo não era uma acomodação condigna e decente". O Grupo Móvel fiscalizou outras 6 fazendas na região e encontrou, na Fazenda Olho D'Água, em Montes Claros de Goiás, em Goiás (região Centro-oeste), 2 menores de idade trabalhando em carvoaria. Na crítica à fiscalização, Emival e seu irmão advogado: Brano Caiado, relataram que os menores são filhos de um trabalhador que prepara o carvão. Segundo eles, as crianças estariam em férias na fazenda e tinham ido levar água para o pai quando a fiscalização chegou. No relatório dos auditores consta que as crianças estavam há mais tempo na fazenda já que apresentavam marcas de fuligem, ferimentos e queimaduras típicas do trabalho neste setor.

3º feira 16

Cerca de 5 mil pessoas participam da 33ª edição da Romaria da Terra, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul (região Sul). Sob o lema "Quilombos: Terra, Trabalho e Inclusão", a romaria deste ano de 2010 enfocou o lançamento de uma agenda de mobilização pela titulação dos territórios quilombolas. Os romeiros vindos de várias cidades gaúchas se reuniram em um seminário e antes de partirem para a procissão, discutiram sobre o tema. Representantes de comunidades de quilombolas de todo o estado do Rio Grande do Sul marcaram presença na romaria para denunciar o descaso nas esferas municipal, estadual e federal quanto à implementação de políticas públicas e à titulação de seus territórios. Eles também protestam contra a ofensiva encabeçada por partidos da direita que pretendem anular o Decreto 4487/2003 - por meio do qual é reconhecida uma comunidade quilombola. Segundo informações do site do MST, das 184 comunidades existentes no Rio Grande do Sul, somente seis estão em processo de regularização. A demora tem acirrado os conflitos e muitas lideranças quilombolas são ameaçadas de morte, presas, perseguidas e assassinadas.

4º feira 17

Com o tema "Economia e Vida" e o lema "Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro", é lançada a tradicional Campanha da Fraternidade na sede da CNBB, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (região Sul). A campanha deste ano critica os modelos econômicos voltados especialmente ao lucro. Dom Remídio José Bohn, Bispo auxiliar de Porto Alegre, acredita que a campanha possa potencializar atividades que já são realizadas pela população, como a economia solidária. Para ele, "As igrejas estão unidas no sentido de promover, para o bem da sociedade, e para a reflexão do tempo da Campanha da Fraternidade o verdadeiro sentido da economia que deve estar a serviço da vida e da cultura da pessoa humana. Portanto, o grande objetivo é colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida fundamentada no ideal da cultura e da paz, a partir de um esforço conjunto das igrejas cristãs e de pessoas de boa vontade para que todos possam contribuir para a construção do bem comum". Neste ano, a atividade é promovida por outras quatro igrejas, entre elas de confissão luterana, presbiteriana e anglicana, que compõem o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs no Brasil (Conic).

Manifestantes em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) realizam protesto para reivindicar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não receba o governador em exercício do Distrito Federal, Paulo Otávio (DEM-DF). O grupo se concentrou no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede provisória da Presidência da República. Os manifestantes levaram um bolo para o presidente, simbolizando "um bolo" que Lula deve dar em Paulo Otávio, que está desde o fim da semana pedindo para se encontrar com Lula. Paulo Octávio assumiu o cargo após a prisão do governador licenciado José Roberto Arruda (sem partido, ex-

DEM), acusado de envolvimento no esquema de corrupção e de pagamento de propina investigado pela Operação Caixa de Pandora da Polícia Federal (PF). Na semana passada, Paulo Octávio disse que quer pedir o apoio do presidente para continuar governando. O governo do DF enfrenta um pedido de intervenção federal apresentado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel ao Supremo Tribunal Federal (STF). O STF deu prazo de cinco dias úteis para que o governo do DF apresente a defesa prévia. Caso o STF decida pela intervenção, caberá a Lula nomear o interventor. Paulo Octávio disse que quer discutir com Lula como seria essa intervenção.

Cerca de 70 simpatizantes de Arruda, reunidos do lado de fora da Superintendência da PF em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), realizam uma manifestação que quase termina em violência. Enquanto os manifestantes pró Arruda estavam reunidos, um homem se aproximou e, em silêncio, amarrou na cerca bonecos de espuma com as fotos do governador e dos presidentes do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, além de uma bandeira do Brasil e de algumas faixas. Em seguida, o homem, que se identificou apenas como "Rivanor de Sousa, um índio", ateou fogo aos bonecos. Quando as chamas atingiram a bandeira (que não chegou a pegar fogo) os simpatizantes de Arruda passaram a hostilizá-lo, tentando inclusive detê-lo. Segundo informações da Agência Brasil, PMs assistiram à confusão sem fazer nada. Os simpatizantes de Arruda também hostilizaram jornalistas que estavam no local. Rivanor prometeu voltar a queimar novos bonecos no dia 18, na Praça dos Três Poderes. O presidente da União de Proprietários de Trailers e Quiosques do Distrito Federal, Luiz Ribeiro, parado ao lado de uma faixa onde se lia "Brasília está órfã", disse que a intenção do grupo que apóia a libertação de Arruda, era fazer uma manifestação pacífica, encerrada com uma oração.

5º feira 18

O PT inicia em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) o 4º Congresso do Partido. O congresso iniciado hoje ocorre até o dia 20, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. O encontro reúne 1.350 delegados, para discutir as eleições deste ano e a política de alianças do partido. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fez neste dia 18 um balanço das ações do governo federal para as delegações internacionais que participam do 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT). No dia 20, Dilma será indicada, oficialmente, pelo partido, como pré-candidata à Presidência da República. A ministra disse que, em 30 dias, deixará o cargo, por causa das eleições, e que até lá tudo permanece igual. Perguntada sobre a declaração do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu de que ele não ficará mais na clandestinidade e ajudará a campanha dela, Dilma disse que o apoio será bem-vindo.

6º feira 19

Cerca de 70 famílias do MST, ligadas ao dissidente José Rainha Júnior, acampadas numa área de cinco hectares desde o dia 13 de fevereiro, têm despejo requerido pelo prefeito petista Luiz Carlos dos Reis Donato, em Santo André do Aracanguá, na Alta Paulista, em São Paulo (região Sudeste). De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, a área é considerada improdutiva pelos sem-terra.

Indígenas da aldeia de Serra do Padeiro, no município de Buerarema, Bahia (região Nordeste), sofrem ataques e ameaças de fazendeiros da região. Segundo informações do site do MST, as agressões aconteceram durante manifestação dos produtores da região contra a demarcação das terras Tupinambás na Praça Domingos Cabral. Ao avistarem José Domingos e Givaldo indígenas Tupinambás que vendem a produção de farinha da comunidade na praça, os fazendeiros e seus

simpatizantes os perseguiram e ameaçaram. Revoltados com as agressões, a comunidade indígena ocupou parte da área indígena demarcada, ainda em poder de um dos fazendeiros - o principal agitador e incentivador de agressões contra os indígenas. Os indígenas esperam que investigações sejam realizadas para evitar os ataques que freqüentemente têm sofrido.

Cerca de 40 famílias queimam móveis e fecham rua São Joaquim, em São Paulo – SP (região sudeste) em protesto contra os alagamento provocados pelas fortes chuvas dos últimos dias. Segundo informações do CMI, dois cortiços, com cerca de 40 famílias estão alagados há 3 dias no centro de São Paulo. Os moradores afirmam que já solicitaram providencias à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e à Prefeitura, mas denunciam que uma diz que a responsabilidade é da outra.

As mudanças para o Programa do PT, aprovadas durante o 4º Congresso do Partido em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) são anunciadas. A manutenção da política econômica e o incremento dos programas sociais são propostas que permanecem na pauta do PT. "Continuidade significa aperfeiçoar. Temos o desafio de integrar mais as políticas sociais", comentou o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, que conduziu o Bolsa Família, um dos principais programas de distribuição de renda do governo. As mudanças aprovadas hoje no programa referem-se a políticas para afirmação de direitos das mulheres, Reforma Agrária, redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salários, apoio incondicional e explícito ao Plano Nacional de Direitos Humanos, além mudanças na política tributária, com o objetivo de taxar especialmente grandes fortunas. O programa do PT, de acordo com Walter Pomar, que preside a tendência Articulação de Esquerda, se tornou mais "radical" na defesa de pontos considerados "de esquerda". O texto será encaminhado pelo partido para a comissão a ser formada com os demais partidos que se unirão em torno da candidatura de Dilma. "Não houve mudanças. O que houve foi um processo de radicalização. Que a coalizão fará um programa mais ao centro nós temos certeza, mas não por causa nossa. Nossa posição como partido na coalizão será mais à esquerda". Para o deputado federal por São Paulo, José Genoino, que pertence a uma das tendências mais influentes do partido, o Campo Majoritário, a principal contribuição do PT no programa de Dilma será a maneira com que a legenda defenderá as conquistas do governo Lula. Sobre a aprovação de uma emenda que indica para a revisão de leis criados no governo de Fernando Henrique Cardoso, Genoino alerta que essa posição não é unanimidade no partido. Há setores da esquerda que não veem que nós [*governo Lula*] não fizemos uma ruptura. Nós não destruímos a casa para construir uma nova. Nós estamos mudando a ordem por dentro da ordem", ponderou.

Os três maiores bancos privados no Brasil – Itaú Unibanco, Bradesco e Santander – demitiram 9,9 pessoas em 2009, segundo matéria do jornal O Estado de São Paulo. No mesmo período, os três bancos acumularam lucro líquido superior a R$ 23,5 bilhões e aumentaram o número de agências e a base de clientes nesse período, de acordo com levantamento divulgado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), entidade ligada à CUT. O estudo foi elaborado em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e tem dados dos balanços dos bancos como base. O Itaú Bradesco foi o que mais lucrou e também o que mais cortou vagas: R$ 10,067 bilhões de lucro e 7.176 postos de trabalho fechados. No mesmo período, o Santander fechou 1.652 vagas, enquanto seu lucro cresceu 40,76% para R$ 5,508 bilhões. Já o Bradesco cortou 1.074 empregos e lucrou R$ 8.102 bilhões.

Sábado 20

Os indígenas da aldeia de Serra do Padeiro, no município de Buerarema, Bahia (região Nordeste),

que ocupam uma fazenda na região são violentamente surpreendidos pela Polícia Federal em companhia de fazendeiros. De acordo com lideranças indígenas, os policiais agiram com violência, atirando e intimidando as pessoas. Durante a ação, diversos indígenas se refugiaram na mata, dois deles juntamente com outros dois não indígenas foram presos pelos policiais. Os detidos são acusados pela Polícia Federal de formação de quadrilha, reação à prisão e esbulho possessório. Os dois não indígenas foram liberados. Segundo a liderança Glicélia Jesus da Silva, "temos direito à terra que nos pertence tradicionalmente. Além disso, esse fazendeiro é o principal agitador do povo contra nossa comunidade, mesmo não tendo motivos para isso".

2º feira 22

Camponeses organizadas no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ocupam cerca de 40 agências da Caixa Econômica Federal (CEF), distribuídas em 12 estados brasileiros. A ação envolve mais de 8 mil agricultores, que reivindicam o financiamento de moradias pelo Programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida” na área rural, e cobram mudanças nas exigências de implementação do programa. Diversas agências estão paralisadas nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo (região Sudeste), Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Piauí (região Nordeste), Rondônia, Pará (região Norte), Goiás (região Centro-Oeste), Santa Catarina e Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo informações do site do MST, o Programa, anunciado pelo governo Lula em meados de 2009, previa a construção de 1 milhão de novas casas para famílias com renda de até 10 salários mínimos, mas até agora nenhuma casa foi financiada na área rural brasileira. Os camponeses tem enfrentado inúmeras dificuldades na implementação do programa, e reivindicam mudanças no projeto. Uma das principais reivindicações gira em torno da diferença no valor do subsídio para construção das casas. Para municípios com população de até 20 mil habitantes o subsídio é de 12 mil reais, e para municípios com população maior é de 15 mil. Para o MPA, esta diferença não se explica, e acaba tratando as famílias camponesas de forma desigual. O movimento propõe ainda o aumento do subsídio, uma vez que, mesmo o valor de 15 mil é insuficiente para construir uma moradia camponesa nas condições ideais de habitação. Os camponeses querem também uma forma mais simplificada de comprovação de posse da terra. O MPA cobra ainda maior agilidade na operacionalização do Programa, e denuncia que o corpo de funcionários da Caixa Econômica é pequeno diante da demanda do Programa, fazendo com que os processos caminhem com muita lentidão. Outras questões como a forma de repasse do recurso estão também na pauta de reivindicação, que será apresentada pela direção do Movimento à Casa Civil e à CEF em audiência já marcada para o dia 22 de fevereiro, em Brasília (região Centro-Oeste). Também estão previstas audiências junto ao Ministério das Cidades e Secretaria Geral da República, que aguardam confirmação.

Acampadas há mais de dois anos, as 40 famílias do acampamento João Sem Terra, em Senador Pompeu - Ceará (região Nordeste), recebem ordem de despejo. Segundo a direção do MST na região, a área reivindicada pelos trabalhadores tem mais de 2 mil hectares, é improdutiva e está abandonada. Além disso, desde o início da ocupação, as famílias vêm sendo ameaçadas por jagunços da fazenda. Os sem-terra pretendem resistir no local.

Cerca de 50 índios Guajajara, da terra indígena Caru no estado do Maranhão (região Nordeste), interditam um trecho da Estrada de Ferro Carajás (no km - 289), pertencente à empresa Vale, no município de Alto Alegre do Pindaré. De acordo com nota distribuída pela Vale, no momento todas as ferrovias da Estrada de Ferro estão paralisadas. O trem teve a sua viagem interrompida, e os passageiros serão transportados de volta a São Luís. De acordo com o jornal o Estado de São Paulo, os índios protestam contra o suposto descumprimento de acordo firmado em 2006 entre a empresa e

a prefeitura de Alto Alegre do Pindaré que previa, a construção de uma estrada para a ligação entre a aldeia Maçaranduba e o rio Pindaré. Segundo os moradores da região, a obra foi iniciada, mas não foi concluída. Os índios também exigem melhorias no sistema de saúde da aldeia.

O leilão da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará (região Norte), previsto para abril, ganha mais um concorrente de peso. A Vale anuncia ter assinado um memorando de entendimentos com a construtora Andrade Gutierrez, a Neoenergia e a Votorantim Energia para disputar a construção da usina. Até então, apenas um bloco, formado pelas empreiteiras Camargo Corrêa e Odebrech, havia anunciado interesse pelo leilão. O governo ainda corre por fora para tentar a criação de um terceiro consórcio e, para isso, poderá acionar o grupo Eletrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Cinco membros do Conselho de Política Ambiental da Zona da Mata (Copam) fazem pedido de vista na audiência para votar o licenciamento de instalação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Nova Brito no Rio Ipiranga, no trecho do município de Ponte Nova - Minas Gerais (região Sudeste). Com isso, a decisão fica suspensa até a próxima reunião do Conselho, que pretende analisar melhor o processo de instalação desta e de outras hidrelétricas. O advogado do MAB, Leonardo Pereira Rezende, que acompanha o caso, avalia como positivo o pedido. “Foi bom porque vai permitir uma melhor análise do processo e subsidiar a votação da licença de instalação da PCH Nova Brito e a avaliação do estudo integrado feito para três projetos na Bacia do Rio Ipiranga, que é a PCH Pontal, a UHE Baú e a PCH Nova Brito. Entendemos que se a licença de Brito passar pelo Copam, fatalmente as demais licenças passarão.”

Motoristas de ônibus iniciam uma greve geral por tempo indeterminado em Minas Gerais (região Sudeste). A Justiça do Trabalho de Minas Gerais determinou neste mesmo dia 22 que a greve dos ônibus e na região metropolitana seja encerrada imediatamente. Foi marcada na tarde de hoje, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), uma reunião entre as partes envolvidas para que um acordo fosse fechado, mas o sindicato da categoria não compareceu, segundo informações da assessoria do MPT. Um novo encontro foi agendado para o dia 23. O Ministério Público pediu na tarde de hoje que os grevistas cumprissem uma escala mínima de 50% da frota, sob pena de multa de R$ 30 mil por dia de descumprimento. Além da capital Belo Horizonte, as cidades de Sabará, Contagem, Brumadinho, Betim, Ibirité, Pedro Leopoldo e Vespasiano foram atingidas. Segundo a PM, há registros de atos de violência em diferentes regiões. A SetraBH, que representa empresas de transporte de passageiros urbanos, confirmou 63 ônibus depredados. Pelo menos um motorista foi preso no bairro de Jardim Atlântico quando furava o pneu de ônibus que deixavam as garagens. Um grupo também foi detido quando apedrejava um ônibus na avenida Américo Vespúcio, no bairro Caiçara, região noroeste da capital. Segundo o sindicato, os rodoviários decidiram pela greve nesse domingo dia 21. Eles rejeitaram a proposta das empresas de ônibus, que ofereceram 4,36% de aumento salarial, e continuam reivindicando reajuste de 37%, redução da jornada de trabalho para seis horas diárias, fim da função dupla do motorista e fim da compensação de horas extras. Em nota, as empresas de transporte coletivo da região metropolitana de Belo Horizonte informaram que apresentaram ao sindicato uma proposta de reajuste que coloca os trabalhadores do setor entre os de maior remuneração, considerando os salários pagos em todas as capitais do país. Para as empresas, "a ausência ao trabalho pode representar demissão por justa causa por descumprimento da Lei de Greve".

As unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (antigas FEBEM e atual FUNDAC) em Pernambuco (região Nordeste) que estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como meio de abrigar e reeducar menores infratores, são acusadas pela Coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do Estado de pouco

diferirem dos campos de concentração do período nazista. O relatório enviado pela Coordenação apresenta o cotidiano das instituições como um retrato do inferno: no sertão havia meninas nuas recolhidas em uma cela da unidade masculina; na região metropolitana, havia um menino morto sem sequer ter recebido socorro. O Ministério Público verificou, ainda, a existência de "cafuas" (celas de castigo) em todos os lugares que visitou. Segundo os promotores, é comum o uso de porretes para conter os internos. O Juiz da Vara Regional da Infância e da Juventude determinou o afastamento de 28 agentes.

Moradores do Morro do Vidigal, no Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste) fazem manifestação queimando pneus e bloqueando as duas pistas da Avenida Niemeyer no fim da tarde em protesto contra a falta de energia. Segundo moradores, desde a queda de um poste, na semana passada, eles estão convivendo com sucessivas quedas de energia em diferentes pontos da favela. A Light atribuiu os problemas com o fornecimento de energia ao Vidigal ao alto índice de ligações clandestinas feitas pelos moradores da favela.

Cerca de 40 famílias queimam moveis e fecham Rua São Joaquim em protesto contra alagamento no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Com a chuva dos últimos dias e a falta de infra estrutura da cidade, vários pontos de alagamento tem prejudicado a vida das pessoas que muitas vezes perdem todos os seus pertences.

3º feira 23

Grupo de 300 sem-terra ligados à Federação da Agricultura Familiar (Fetraf) ocupa a Fazenda Piquenique, em Amambaí, no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Segundo o jornal O Estado de São Paulo, o líder da ocupação, José Lino, afirmou que a área não será desocupada uma vez que já deveria ter sido transformada em assentamento pelo Incra em 2009. O Incra, alega que há uma pendência judicial na 1ª Vara de Ponta Porá.

Lideranças indígenas do Pará (região Norte) e o presidente da Funai, Márcio Meira, fazem acordo em reunião realizada no Ministério da Justiça, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O encontro entre 15 representantes indígenas de Altamira, no Pará, e o presidente da Funai discutiu o Decreto 7.056, assinado em dezembro de 2009, que prevê a reestruturação da Funai. De acordo com o presidente do Conselho Indígena de Altamira, Luís Xipáia, os indígenas temiam pelo fechamento do posto que a Funai mantém na região, mas a conversa com Meira tranquilizou os líderes. Márcio Meira declarou que o decreto teve o apoio das principais organizações indígenas. Segundo ele, o texto pode ser modificado, mas não extinto. De acordo com Meira, não é possível a aprovação de todos os 225 povos indígenas do país. A Funai está esclarecendo os detalhes do decreto que estavam gerando dúvidas, disse o presidente. Ele informou que um concurso público, com provas marcadas para o dia 14 de março, vai permitir a contratação de 3.100 funcionários para a Funai até 2012. Segundo Meira, a medida vai corrigir as distorções como a manutenção de mais de 60 coordenações regionais no país, ou seja, acima de duas para cada um dos 27 estados brasileiros. Meira ressaltou que o decreto prevê a participação de representantes das comunidades indígenas na gestão da fundação. No dia 22 de fevereiro, foi apresentado à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.393, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-PR). O projeto pede o cancelamento do Decreto 7.056, que trata da reestruturação da Funai. No projeto, o autor argumenta que o decreto da Funai fere os termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que diz, em seu Artigo 6º, que há necessidade de consulta prévia aos povos indígenas interessados acerca de alterações na estrutura administrativa

dos órgãos responsáveis pelas políticas e programas que lhes são concernentes.

Empregados terceirizados da limpeza e conservação e o pessoal de apoio administrativo do Ministério da Fazenda em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) deflagram greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores declaram que ficarão paralisados até que voltem a receber os vales-transporte e alimentação suspensos pela empresa Visual Locação de Serviços e Construção Civil desde o início de fevereiro.

4ª Feira 24

Jovens fazem manifestação em frente à sede do Ibama contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), segundo a Folha de São Paulo. O ato foi organizado pela internet, nas vésperas do carnaval. Os manifestantes denunciaram que serão feitas mais de quatro usinas na região. A população local e mais de 23 mil índios que vivem no Xingu serão deslocados. De acordo com integrantes do movimento, o projeto busca também garantir energia para o desenvolvimento de indústrias de alumínio. A empresa Vale, ao entrar na disputa do leilão, mostrou o seu entusiasmo. Nos últimos 30 anos o projeto vem sofrendo resistências de ONGs, populações indígenas e outros setores da sociedade civil. O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o governo federal, concedeu uma licença prévia para a construção da primeira represa no estado do Pará, o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no Rio Xingu. A licença permitirá a abertura de concorrência para grupos empresariais.

Parentes de vítimas da violência realizam manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) na capital do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). Antes da manifestação foi realizada uma missa na Igreja São José, no centro do Rio, para lembrar os meninos João Hélio – que morreu há três anos, depois de ter sido arrastado por sete quilômetros preso pelo cinto de segurança de um carro,– e Pedro Fabbri, que faleceu há cinco anos, após ter sido espancado e torturado por sua babá. Christina Fabbri, mãe de Pedro, disse que a babá foi condenada a cinco anos e sete meses de prisão, mas ainda não está detida. Segundo ele, os parentes foram à Alerj reivindicar leis mais justas e severas, pois as atuais "são arcaicas, de 70 anos atrás".

A Prefeitura de São Paulo – SP (região Sudeste) interdita moradia de 13 famílias no bairro da Bela Vista após forte chuva cair na capital paulista durante a madrugada do dia 18 de fevereiro e o muro de um cortiço desabar. Todos os moradores foram retirados das habitações e impossibilitados de retirar seus pertences. A Guarda Civil Metropolitana (GCM) está de plantão no local para impedir a entrada de pessoas no imóvel. A Frente de Luta por Moradia (FLM) vem tentando dialogar com o governo municipal de forma que seja viabilizado atendimento habitacional digno às famílias.

5º feira 25

A CNBB divulga nota em apoio aos bispos do Pará e Amapá (região Norte) que se manifestaram contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Segundo o texto, a entidade tem “grande preocupação” com a população da região, já que a licença prévia para construção da usina já foi concedida pelo Ibama. Os bispos alertam às “autoridades brasileiras” que a construção da usina não comece sem que sejam proporcionadas “reais oportunidades para que as populações implicadas possam debatê-lo e tenham suas considerações respeitadas”. A conferência ressalta que a área a ser inundada vai desalojar indígenas e milhares de famílias de áreas ribeirinhas. “O processo não levou em conta os povos indígenas, os ribeirinhos e os que residem em bairros de

Altamira, que serão certamente os primeiros prejudicados. Não levou em conta, igualmente, as considerações técnicas feitas por cientistas, a argumentação do Ministério Público Federal e as ponderações de movimentos sociais". O Ibama se defendeu afirmando que todo o processo de licenciamento foi cumprido. A CNBB defende a paralisação do processo.

Família indígena Guajajara é despejada de Itaipu, Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). A operação contou com representantes municipais da Secretaria de Obras, Meio Ambiente, Assistência Social, Conselho Tutelar, Fiscalização, Controle Urbano e apoio da Guarda Municipal, Polícia Civil e PM, somando mais de 50 pessoas para derrubar a casa. A ação é comandada pessoalmente pelo Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Niterói, José Antonio Fernandes.

Intersindical lança nota de apoio ao movimento dos trabalhadores rodoviários de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), que iniciaram no dia 22 uma greve por tempo indeterminado. Dentre os pontos apresentados na pauta estão o reajuste salarial de 37%, carga horária de 6 horas diárias, fim da compensação de horas e fim da circulação dos ônibus sem cobrador. Afirma a Intersindical na nota "As concessionárias do transporte público na região faturam milhões de reais diariamente explorando a utilização dos ônibus por parte da população, que paga uma das tarifas de transporte público urbano mais caro do país".

Grupo de manifestantes se organiza em 2 ações simultâneas contra o aumento das passagens de ônibus, trem e metrô de São Paulo – SP (região Sudeste). A Rede de Luta contra o Aumento da Tarifa organizou os atos para reivindicar um transporte público e de qualidade. O primeiro grupo se dirigiu ao Terminal Anhangabaú e os manifestantes panfletam e dialogam com a população sobre o aumento das passagens, que beneficia empresários enquanto exclui a população de ter acesso ao transporte. O segundo grupo se dirigiu ao Terminal Parque Dom Pedro para outra ação direta, onde é promovido um "catracasso", possibilitando que usuários do transporte público usufruam gratuitamente do serviço. Neste mesmo dia 25, outros manifestantes contra o aumento da passagem estendem faixa em túnel da Avenida Nove de Julho, também no centro da cidade. O protesto faz parte das ações artísticas convocadas para "combater os abusos que a população enfrenta no transporte público em São Paulo diariamente", segundo o próprio movimento. A intervenção é mais uma das inúmeras manifestações contra as medidas anti-populares do prefeito Gilberto Kassab (DEM).

6ª Feira 26

A Rede Mineira por uma Educação no Campo, composta por vários movimentos sociais de Minas Gerais (região Sudeste), entre eles o MST e a CPT, divulga uma moção de repúdio contra o Acórdão 2653/2008, estabelecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que impede os movimentos sociais de estabelecer parcerias e participar ativamente da construção de cursos nas universidades. Segundo a moção, "(...) repudiamos esse Acórdão e toda e qualquer que seja a ação de caráter segregatório, discriminatório e ou vexatório de órgãos de controle do Estado. E pedimos que se faça vistas a esse Acórdão e que o Tribunal de Contas da União volte a cumprir seu papel de exame, revisão e julgamento dos atos concernentes à receita e despesa do Estado Brasileiro deixando a execução das políticas para as deliberações de órgãos executivos competentes. Ao lado disso, também solicitamos que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Comissão Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) se reúna tendo a regulamentação do Pronera como pauta, contando com a participação dos movimentos sociais e sindical, envolvidos."

A manifestação em defesa da legalização da maconha é proibida pela Justiça, em decisão liminar, em São Paulo – SP (região Sudeste), conforme a Folha de São Paulo. A passeata estava prevista para acontecer no dia 27 no vão livre do Museu de Arte de São Paulo, na avenida Paulista. O Judiciário atendeu pedido do Ministério Público paulista e concedeu medida cautelar para suspender a manifestação. Este é o terceiro ano consecutivo que a marcha é desaprovada pela justiça. O Grupo de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes (Gaerpa), do Ministério Público paulista, conseguiu liminar em Mandado de Segurança impetrado junto ao Tribunal de Justiça proibindo a Marcha da Maconha. A decisão é da desembargadora Maria Tereza do Amaral. "Não se desconhece o direito constitucional à liberdade de expressão e reunião, que, à evidência não se está afrontando neste acaso, porquanto não se trata de um debate de idéias, mas de uma manifestação de uso público coletivo da maconha", escreveu a desembargadora na decisão cautelar.

Sábado 27

Cerca de 100 famílias ligadas ao MST reocupam a fazenda Capim, em Inhapi - Alagoas (região Nordeste). As famílias haviam sido despejadas do imóvel por ação da PM no dia 2 de fevereiro, quando o governo do estado descumpriu o acordo firmado com o MST e o Incra em dezembro de 2009, durante ocupação da Secretaria de Agricultura, em que ficou acordado o assentamento das famílias na região.

Cerca de 60 manifestantes pró-legalização da maconha se reúnem no vão livre do MASP, em ato organizado pelo Coletivo Gandhia, em São Paulo – SP (região Sudeste), segundo a Folha de São Paulo. Não há conflito. O Coletivo Gandhia, que organizou uma marcha conhecida como "Marcha do Orégano" para este dia 27, é proibido de executar a marcha. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) (região Sudeste) concedeu no dia 26 de fevereiro uma liminar com mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e suspendeu a realização da passeata. Na decisão, a desembargadora Maria Tereza do Amaral cancelou a promoção do evento sob o argumento de que ele representa uma manifestação de uso público coletivo da maconha. O grupo aconselhava explicitamente os manifestantes a não portar drogas ilegais no evento e levar um cigarro de orégano para realizar um ato simbólico. Em pedido ajuizado no início da semana, o promotor de Justiça Walter Tebet Filho exigiu a suspensão do evento devido ao conteúdo de mensagens publicadas na internet pelos organizadores da marcha. De acordo com o promotor, eles conclamam à prática de conduta ilícita, inclusive alardeando que, em ato simbólico, cada um acenderá seu cigarro de maconha durante a passeata. Apesar de o grupo agir pacificamente distribuindo flores, a polícia tomou os panfletos dos manifestantes que estavam no local e proibiu que faixas em branco sejam estendidas no chão sob a alegação de que as mesmas atrapalhando o tráfego dos pedestres. O Coletivo Gandhia afirma que "irá radicalizar sua atuação pacífica e simbólica em prol da regularização da produção, do uso e da comercialização da maconha".

Domingo 28

O agricultor e militante do MST José Aparecido Costa da Silva (conhecido como Cido) é preso no assentamento Frei Damião, em Inhapi - Alagoas (região Nordeste), acusado de ter relação com o acampamento 11 de novembro na fazenda Capim, localizado próximo. Segundo a direção estadual do MST de Alagoas as condições no cárcere são as piores, sem refeições três vezes ao dia ou qualquer higiene para o pai de quatro filhos e produtor rural.

Os assentamentos da reforma agrária são concentrados longe dos acampamentos dos sem-terra no

governo Lula, o que acentua o descontentamento de movimentos e entidades do campo, em especial o MST, com a política agrária da gestão petista, de acordo com matéria da Folha de São Paulo. Segundo a reportagem, com base em dados do Incra, das 574 famílias que o governo diz ter assentado entre 2003 e 2009, 50% foram encaixadas em lotes no Pará (região Norte), Maranhão (região Nordeste) e Mato Grosso (região Centro-oeste), estados da Amazônia Legal, região que concentra apenas 17% dos acampados do país. Bahia e Pernambuco (ambos da região Nordeste), que reúnem 37% daqueles que esperam um lote de terra, acomodaram 8% dos assentados até agora pelo governo federal.

Glossário de siglas

CMI	Centro de Mídia Independente
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DF	Distrito Federal
FSM	Fórum Social Mundial
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPL	Movimento pelo Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e a Conjuntura Latinoamericana do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Mariana Santos (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Chasque de Notícias, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Marzo de 2010

Editada en julio

Asdi
Agencia Sueca de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo

Govern de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials, Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 649

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil

Integrantes	Roberto Leher (coordinador); léase el resto del equipo al final
Fuentes	jornales Folha de Sao Paulo, O Globo, O Estado de Sao Paulo, Brasil de Fato; agencia Brasil; MST na Imprensa, Jornal do MST, CMI y Boletim DATALUTA

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Março de 2010

2º feira 01

Cerca de 200 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) marcham até o centro de Paicatu, a 530 km de São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, os sem-terra protestam contra o despejo de um acampamento, montado durante o "Carnaval Vermelho". O grupo, ligado a José Rainha, ocupou a frente da prefeitura e gritou palavras de ordem contra o prefeito Nelson Bonfim do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A Rede de Luta Contra o Aumento da Tarifas no Transporte Público e o mandato do Deputado Estadual Carlos Gianazzi realizam Audiência Pública na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo (ALESP) para discutir o aumento das tarifas de transporte coletivo do estado. Os representantes do governo não comparecem ao evento. A Rede reivindica: custeio indireto dos transportes coletivos (rumo a um transporte verdadeiramente público); gestão pública dos transportes; e combate ao transporte individual.

3º feira 02

Cerca de 50 integrantes do MST ocupam o prédio da Prefeitura de Itapetininga, a 165 km de São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam melhorias no assentamento Carlos Lamarca, no bairro Monjolo, a 40 km da área urbana. Representantes dos assentamentos alegam que o acesso ao local é precário, falta água, transporte escolar e atendimento médico. Após reunião com assessores do prefeito Roberto Ramalho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), os assentados saíram do prédio. De acordo com a prefeitura, as reivindicações serão atendidas na medida do possível.

Policiais civis e militares de vários estados realizam manifestação em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores reivindicam a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do piso salarial.

Diversas organizações políticas, entre elas, Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), MST, Pastorais Sociais, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Pastorais Sociais da Igreja Católica, Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), reunidos no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da cidade de Imperatriz, Maranhão (região Nordeste), lançam carta aberta em que discutem a proposta de alteração do Código Florestal Brasileiro, a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente, a Lei de Crimes Ambientais e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A carta é direcionada à Comissão Especial da Câmara Federal e assim, em pequeno trecho afirma: "Somos contrários à forma intempestiva com que está sendo conduzido o processo de alteração do Código Florestal, posto que vem alijando a ampla participação da Sociedade Civil Organizada."

Comissão de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), acompanhados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), constata que, em lavouras de tomate fiscalizadas em Ribeirão Branco, Apiaí, Itapeva e Taquarivaí, região do alto do Vale do Ribeira – São Paulo (região Sudeste), o trabalhador fica até 14 h na roça, não tem roupas, calçados, luvas e equipamentos adequados para se proteger do sol e de agrotóxicos, além de não dispor de água, banheiro e local para as refeições. A precariedade no trato com o trabalhador foi constatada em boa parte das 21 lavouras fiscalizadas, dentre elas, as do sítio City Paraíso e da fazenda São Sebastião. A ação resultou em 98 autos de infração e na firmação de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MPT. Se não forem cumpridas as regras básicas trabalhistas e de saúde e segurança no trabalho, os proprietários da terra poderão até ser considerados solidariamente responsáveis em ações do MPT encaminhadas à Justiça.

4º feira 03

Manifestantes exigem a retirada do projeto de criação do Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) da pauta do Conselho Universitário. No protesto, os manifestantes adentraram os portões da UFRGS em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (região Sul), após tumulto ocasionado pelo trancamento dos portões pela Reitoria. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), alguns estudantes foram agredidos pelos seguranças da Universidade quando tentavam impedir o fechamento de um dos portões. Na sequencia, os manifestantes somaram-se ao ato das mulheres da Via Campesina, que se deslocavam até o prédio da Administração Central. Uma comissão representando as entidades e movimentos sociais presentes no ato foi recebida pelo Reitor Carlos Alexandre Netto e seu vice, Rui Oppermann no saguão do prédio central da UFRGS. Mesmo frente aos apelos dos manifestantes, a Reitoria declarou que não aceitará a reivindicação dos manifestantes.

Representantes da Sociedade civil favoráveis às cotas acusam a advogada do Partido Democrata (DEM) - que questionou na Justiça a adoção de cotas na Universidade de Brasília (UnB) – de racista. Os militantes estavam no Supremo Tribunal Federal (STF), que iniciou uma série de três audiências públicas em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste) para discutir a adoção de cotas raciais nas Instituições Federais de Ensino Superior. Oradores a favor e contra as cotas se alternaram nas exposições. Presente à audiência, o ministro do STF Joaquim Barbosa deu sinais de contrariedade com os discursos contra as cotas e demonstrou simpatia pelo sistema. O ministro da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial, Edson Santos, defendeu as cotas em nome do governo.

5º feira 04

Manifestantes paralisam o trânsito em protesto contra o governador José Roberto Arruda após Câmara Legislativa do Distrito Federal - Brasília (região Centro-oeste), aprovar o relatório pela abertura de *impeachment* contra o governador, acusado de chefiar o mensalão do DEM. Deputados distritais presentes, 19 no total, votaram, em sessão extraordinária, a favor da abertura do processo de *impeachment* do governador licenciado do Distrito Federal. Foram a favor tanto parlamentares da base aliada quanto da oposição. Após a abertura do processo, deputados distritais da oposição acreditam na cassação do mandato de Arruda, preso desde o dia 11 de fevereiro. Com a abertura do processo, os advogados de Arruda têm 20 dias corridos, depois da notificação, para apresentar a defesa. A partir do recebimento dos argumentos, o relator da Comissão Especial, Chico Leite, fará um novo parecer que será submetido novamente ao Plenário.

Para ser acatado, o novo parecer precisa da aprovação de 16 dos 24 distritais em Plenário. Em caso de aprovação, o governador é afastado do cargo por 120 dias. Em seguida, o processo será analisado por um tribunal especial, formado por 5 deputados e 5 desembargadores que serão escolhidos por sorteio. Depois desse trâmite, sai a decisão de cassar ou não o governador.

Cerca de 90 municípios fluminenses que recebem *royalties* do petróleo realizam, durante todo o dia, manifestação conjunta para protestar contra a emenda que estende a partilha dos *royalties* da exploração do petróleo da camada pré-sal a todos os municípios brasileiros e não apenas aos produtores, como é feito atualmente. A emenda, de autoria do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), deverá ser votada no dia 10 de março. As cidades produtoras alegam que, caso a emenda seja aprovada, a brusca redução dos recursos oriundos dos *royalties* poderia levar muitas prefeituras à falência. Na cidade de Quissamã, no norte do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste), todos os órgãos da administração pública municipal estão fechados, com exceção do serviço de urgência e emergência do hospital local. Foi realizado um ato público, pela manhã, com cerca de 10 mil pessoas, segundo a prefeitura. O prefeito da cidade, Armando Carneiro, disse que a paralisação é uma demonstração do que pode acontecer se o município perder os cerca de R$ 88 milhões que recebe hoje com os *royalties*. No dia 10 o governador, Sérgio Cabral e os prefeitos das cidades atualmente beneficiadas com os *royalties* do petróleo se encontrarão com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes.

Dezenas de estudantes e integrantes de movimentos sociais instalam-se com barracas em frente à Reitoria da UFRGS em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes declaram que ficarão em vigília até o dia 5 de março, quando o Conselho Universitário aprecia o projeto de criação do Parque Tecnológico da UFRGS. A vigília dá continuidade às diversas manifestações ocorridas em função do polêmico projeto.

6º feira 05

Mais de 10 mil professores da rede estadual de São Paulo (região Sudeste), reunidos em assembléia na Praça da República, aprovam greve por tempo indeterminado, a partir do dia 8 de março, "pela dignidade do magistério e qualidade da educação". As principais reivindicações da categoria são: reajuste salarial imediato de 34,3%; incorporação de todas as gratificações, extensiva aos aposentados; plano de carreira justo; garantia de emprego; concurso público – 100 mil professores, 48% do total são temporários–; condições de trabalho; condições de ensino-aprendizagem para os alunos; dentre outras. Representantes dos diretores de escola e supervisores de ensino também participam da assembléia, e decidem, em suas instâncias, entrar em greve em conjunto com os professores. Os professores aprovam ainda o calendário de mobilizações, com realização de uma nova assembléia no dia 12 de março, no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp). Às vésperas da assembléia, o governo do estado anunciou a incorporação da Gratificação por Atividade de Magistério (GAM) em 3 parcelas, a serem pagas em 2010, 2011 e 2012. A proposta é considerada pelos grevistas "uma afronta e um desrespeito", tamanha insuficiência diante das demandas dos professores. Os grevistas também enviaram uma carta à comunidade escolar (pais e alunos), explicando o porquê da greve. Na carta, eles denunciam que "o governo estadual permite e incentiva que estudantes e pessoas não habilitadas ministrem aulas no lugar de professores habilitados", o que desrespeita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Segundo os professores, a greve durará até que o governo negocie com a categoria o atendimento das reivindicações em busca da melhoria da escola pública. O

movimento é liderado pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Após a votação da greve, os professores saem em passeata até a Praça da Sé. A PM estima em 5 mil o número de presentes; os organizadores, em 10 mil.

Participantes do último dia da audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre políticas afirmativas para a reserva de vagas no Ensino Superior defendem as chamadas cotas raciais com o argumento de que proibir a exclusão de negros não gera a inclusão automática deles na sociedade. As audiências iniciaram no dia 3 e terminaram neste dia 5 de março O representante da Organização Não Governamental (ONG) Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), Fábio Konder Comparato, lembrou que a Constituição de 1988 tentou criar no Brasil um Estado social que pretendia não apenas fazer leis, mas dar um novo rumo ao país por meio da promoção do bem para todos. O expositor admitiu que os sistema de cotas não resolve o problema da pobreza no país, mas destacou que o STF deve julgar apenas a constitucionalidade da medida afirmativa. "Mais de um século depois da abolição da escravatura no país, ainda estamos a discutir uma política que certamente não é suficiente para dar a negros e pardos uma posição de relativa igualdade com os demais brasileiros, mas nada se diz sobre a necessidade ética e jurídica de se dar aos descendentes de escravos uma mínima compensação", concluiu. De acordo com a representante da ONG Ação Educativa, Denise Carreira, as políticas educacionais implementadas no Brasil não têm sido suficientes para enfrentar as desigualdades raciais na área. Ela defendeu que o "racismo silenciado", a falta de reconhecimento e de estímulo e a baixa expectativa em relação a crianças, jovens e adultos negros geram "impactos terríveis" e que o Estado brasileiro precisa avançar no enfrentamento do racismo.

Sábado 06

Cerca de 500 militantes da União de Núcleos de Educação Popular para Negras(os) e Classe Trabalhadora (UNEafro-Brasil) participam da Aula Pública em Defesa da Aprovação de Cotas pelo Superior Tribunal Federal (STF). O Ato acontece no auditório do sindicato dos Químicos, centro de São Paulo – SP (região Sudeste) e inaugura o ano letivo dos cursinhos da UNEafro em 17 cidades do estado de São Paulo. O tema discutido é a constitucionalidade do sistema de cotas nas universidades públicas. Para Douglas Belchior, membro do Conselho Geral da UNEafro, que coordena a mesa de debates, o intuito principal da aula é iniciar o processo de formação política dos estudantes dos cursinhos e reunir forças sociais a favor das cotas e ações afirmativas para negros(as). Participam da atividade Milton Barbosa, fundador do Movimento Negro Unificado (MNU), João Paulo Rodrigues, da direção nacional do MST, Édson França, da União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO), Cidinha Aparecida, do Instituto Sindical Interamericana pela Racial (INSPIR), o rapper Aliado G, da Nação Hip Hop, Luciana Araújo, da Revista Debate Socialista, Juninho, do Círculo Palmarino, Alex Minduim, da Gaviões da Fiel, Wagner Hosakawa, Secretário da Assistência Social de Guarulhos e Gabriel Sampaio, da Consulta Popular. Do campo acadêmico os professores Evandro Luis, Pró-reitor Comunitário da Universidade de São Francisco (USF) e Profª Ana Karin, da Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista (FESB). O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Luiz Claudio, representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (Sinsprev) e da Sociedade Amantes do Samba Paulista (Sasp) também estiveram presentes. Participam ainda o deputado federal Ivan Valente, o deputado

estadual Raul Marcelo (PSOL) e os deputados estaduais José Cândido e Vicente Cândido pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Domingo 07

O governo apresenta seus números referentes á Reforma Agrária e é desmentido pelos movimentos sociais. Segundo dados apresentados pelo governo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assentou 580 mil famílias em 47 milhões de ha de terra de 2003 a 2009. Foram construídas e recuperadas 382 mil casas. Por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), mais de 353 mil assentados tiveram acesso à escola. Para o presidente do Incra, Rolf Hackbart, os dados mostram o compromisso do governo federal em priorizar a reforma agrária. "Se isso não é prioridade, eu não sei o que é." No entanto, os movimentos sociais afirmam que a reforma agrária, na prática, está paralisada. "O governo abandonou um projeto estratégico de reforma agrária", afirmou o coordenador nacional do MST, José Batista de Oliveira. Os números de famílias assentadas são contestados pelo especialista na questão agrária brasileira Ariovaldo Umbelino, professor de geografia da Universidade de São Paulo (USP). Segundo ele, o governo contabiliza todas as famílias que receberam títulos de terra como beneficiários da reforma agrária e, com isso, os números sofrem distorções que mostram a distribuição de terras três vezes maior do que a real. "Desde o Fernando Henrique [*Cardoso*] o governo começou a contar todo mundo como sendo da reforma agrária, e não é". De acordo com o professor, parte dos que recebem títulos já tem direito legal sobre a terra e por isso a regulamentação é apenas uma obrigação do Estado. "No caso do posseiro e do ribeirinho, é regularização fundiária, eles já estão na terra. As leis brasileiras já lhes garantem o direito sobre aquela área." O presidente do Incra defende a metodologia alegando que as famílias que recebem titulação passam a ter acesso às políticas públicas implementadas pelo governo. "Evidentemente que eu vou contar uma família que está em um assentamento. Tem lotes vagos nesse assentamento. Eu tiro as famílias da lona e coloco nesses assentamentos, claro que eu vou contar. Porque essas famílias começam a ter direito à assistência técnica, à casa." O professor da USP acredita que as políticas do governo estão corretas, mas que há erro na nomenclatura, pois segundo ele, isso não deve ser nomeado de reforma agrária. Além da redistribuição de terras, a coordenadora da CPT, Isolete Wichinieski, afirma que faltam políticas para propiciar um desenvolvimento mais justo no campo. "Há algumas políticas que já existem como a questão do crédito, que contribui para que o trabalhador possa ter subsídios para conseguir uma produção. Mas não basta isso, é necessário saúde, educação e lazer." Para ela, parte dos recursos do governo tem sido direcionados na direção contrária à reforma agrária. "O investimento que o governo faz para atrair capital estrangeiro tem aumentado muito a expansão do agronegócio." Como exemplo, o historiador da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Clifford Welch cita os recursos investidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em grandes empresas agropecuárias. Segundo o presidente do Incra, entretanto, o governo federal procura priorizar o desenvolvimento sustentável do campo focado na produção de alimentos. "A prioridade do governo em termo de recursos não é para esses setores [*agronegócio*]. Agora, evidentemente, o dinheiro é para produção, e o modo de produzir depende muito do produtor", disse.

2º feira 08

A organização internacional Via Campesina realiza manifestações em 15 estados para lembrar o Dia Internacional da Mulher e protestar contra o avanço do agronegócio. Em

Porto Velho – Rondônia (região Norte), um grupo paralisa o trânsito na estrada de acesso ao canteiro de obras da Hidrelétrica de Santo Antonio. Em Recife – Pernambuco (região Nordeste), cerca de 400 militantes ocupam a sede da Secretaria Estadual de Agricultura e Reforma Agrária e entregam ao secretário Ângelo Ferreira um texto de protesto contra a paralisação da reforma agrária no estado. Em Campo Grande – Mato Grosso (região Centro-oeste), cerca de 300 mulheres realizam uma caminhada de quase 20 km pelas ruas centrais com faixas e entregam uma pauta de reivindicações ao Incra. Em Belo Horizonte - Minas Gerais (região Sudeste), mulheres marcham na região central contra a opressão do agronegócio, criminalização dos movimentos sociais, machismo e violência contra a mulher. No Ururaí, Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro (região Sudeste), manifestantes realizam marcha na BR-101 rumo à Usina Capim. Em Novo Maracanaú – Ceará (região Nordeste), há um protesto em frente à indústria química Nufarm. Na Paraíba (região Nordeste), há marcha pelas ruas de Sousa, no sertão do estado. Em Alagoas (região Nordeste), há manifestações e marcha em três cidades: Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia. No Mato Grosso (região Centro-oeste), há uma campanha de doação de sangue e encontro estadual de trabalhadoras rurais. Em Tocantins (região Norte), há caminhada em comemoração ao centenário da data. Já em Goiás (região Centro-oeste), mais de 600 mulheres participam de caminhada contra o agronegócio no município de Rubiataba. Ocorreram protestos ainda no Paraná, Bahia e em São Paulo.

A organização internacional Via Campesina realiza manifestações em diversos estados para lembrar o Dia Internacional da Mulher e protestar contra o avanço do agronegócio. Cerca de mil mulheres, integrantes da Via Campesina, de várias regiões do Paraná (região Sul), ocupam a Usina Central do estado, em Porecatu. As mulheres permaneceram na usina até as 10h, quando saíram em passeata pelas ruas do município. O movimento lembra que em 2008, 228 trabalhadores foram encontrados em situação degradante, semelhante ao trabalho escravo, em fazendas que atendem a usina. As áreas ocupadas, aguardam a desapropriação do Incra, mas a maior parte delas apresenta problemas. Em 2009, o instituto considerou improdutiva uma área de 20 mil ha e até agora não há documentação. De acordo com a organizadora do movimento, Izabel Grein, o protesto faz parte da mobilização nacional contra a violência e o agronegócio e em defesa da reforma agrária. “Nosso lema é 'Mulheres Camponesas em Luta Contra o Agronegócio, pela Reforma Agrária e Soberania Alimentar' e hoje estamos protestando contra a monocultura da cana, que no Paraná ainda se utiliza do trabalho escravo”, disse ela. Outra ponto de reivindicação do movimento é o assentamento de 6 mil famílias que estão nos acampamentos do estado. No fim da tarde, as mulheres promoveram ato de solidariedade doando alimentos da reforma agrária aos cortadores de cana na praça central do município vizinho, Florestópolis. Os alimentos serão distribuídos também nos bairros pobres onde vivem trabalhadores do corte da cana, que, segundo o movimento, na semana anterior estavam em greve, reivindicando salários atrasados.

Mulheres da Via Campesina e de diversos movimentos sociais como movimento indígena, integrantes do Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA) e Mulheres do Território da Paz, acampadas desde o dia 4 de março, realizam neste dia 8, Dia Internacional da Mulher, uma marcha. A marcha saiu da praça do Campo Grande e seguiu até a Praça Municipal de Salvador – Bahia (região Nordeste). Relembrando os 100 anos da morte de 129 mulheres em uma fábrica nos Estados Unidos da América, as mulheres foram às ruas para exigir o fim da violência contra a mulher e maior atuação nos espaços de poder, além da soberania alimentar.

Cerca de 3 mil mulheres que participam da Terceira Ação Internacional no Brasil da Marcha Mundial das Mulheres, que ocorre de 8 e 18 de março, realizam grande ato

público no Largo do Rosário, no centro de Campinas – São Paulo (região Sudeste). As mulheres, que vêm de todas as regiões do país, farão uma caminhada por cidades, Campinas, Valinhos, Vinhedo, Louveira, Jundiaí, Várzea, Cajamar, Jordanésia, Perus e Osasco, até chegar São Paulo, onde realizarão um ato de encerramento para dar visibilidade à luta das mulheres brasileiras e reivindicar mudanças em suas vidas. O lema das mobilizações é "Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres", e suas reivindicações se baseiam em 4 campos de ação: autonomia econômica das mulheres; bens comuns e serviços públicos; paz e desmilitarização; e violência contra as mulheres. A marcha também pretende demonstrar sua solidariedade à população do Haiti após o terremoto que atingiu o país em janeiro. Haverá coleta de contribuições para a reconstrução da ação das mulheres da Marcha no Haiti e do movimento feminista do país. Segundo informações do CMI, A Marcha Mundial das Mulheres já realizou duas ações internacionais, em 2000 e 2005. A primeira contou com a participação de mais de 5 mil grupos de 159 países e territórios. Ainda em São Paulo, manifestantes realizam uma passeata na capital do estado. Homens participaram, ao lado das mulheres, na passeata em homenagem a elas. O secretário de Formação Política do Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Coligadas no Estado de São Paulo (Sinsexpro), Paulo Rogério Prado, foi à passeata representar as trabalhadoras do seu sindicato.

Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, algumas das principais ambientalistas brasileiras participam de um debate promovido pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Elas discutiram aspectos fundamentais dos problemas ambientais do país, entre eles a questão do desmatamento e da ocupação ilegal da terra. As ambientalistas foram homenageadas pelo ministério que mandou imprimir marcadores de páginas com os nomes de mulheres que lutam pela causa do meio ambiente no Brasil. Ao todo, serão distribuídos marcadores de páginas homenageando 16 ativistas ambientais. Além de Bertha Becker, os marcadores trarão também os nomes da missionária americana Dorothy Stang, assassinada no Pará por defender o direito à terra; Magda Renner, uma das fundadoras da Rede Internacional sobre Pesticidas; e Judith Cortesão, do programa Globo Ecologia.

Em sessão especial realizada no Ministério da Justiça em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), a Comissão da Anistia homenageia no Dia Internacional da Mulher, 15 mulheres que entraram com recurso requerendo indenização e declaração de anistia política. Elas foram presas durante a ditadura militar (1964-1985) e pediram reparação do Estado pelas perseguições que alegam ter sofrido por terem participado de movimentos contra o regime das décadas de sessenta e setenta. Algumas dessas mulheres afirmam que foram perseguidas só por serem parentes de militantes de grupos ou facções que lutavam contra o regime militar. Na sessão de hoje, a comissão foi presidida pela advogada Sueli Belatto, vice-presidente do colegiado, e tinha um júri composto apenas por mulheres. Ela afirmou que a Comissão da Anistia rejeitou a menção da palavra "subversiva", que consta em documentos requeridos à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), oriundos do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). "Não é subversão lutar pela democracia", esclareceu a advogada, destacando o sofrimento das mulheres durante a ditadura. Sueli lembrou que muitas das mulheres que foram presas na época dos chamados anos de chumbo sofreram assédio e até estupro na prisão. "E há muito ainda a ser contado sobre o que aconteceu". Na sessão especial de hoje, após o resultado de cada apreciação, Sueli Belatto pediu desculpas às requerentes em nome do Estado e comunicou o arbitramento da indenização que, em alguns casos, depende de cálculos do tempo de prejuízo alegado.

Professores da rede estadual de São Paulo (região Sudeste) deflagram greve por tempo indeterminado, informa o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do estado. De acordo com boletim enviado à imprensa pelo sindicato, a greve foi aprovada em assembleia no dia 5 de março. De acordo com o texto, a categoria reivindica reajuste salarial imediato de 34,3%, incorporação de todas as gratificações, plano de carreiras e concurso público. Em carta aberta à população, a diretoria do sindicato informou que 100 mil professores (cerca de 48% do total) são temporários e defendeu a realização de concursos públicos. A Secretaria Estadual de Educação afirmou que ainda não foi informada sobre a greve e que não tem conhecimento de paralisação em nenhuma escola.

O relatório de 2009 do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) sobre direitos humanos critica o Brasil por uso de trabalho escravo, o uso de trabalho infantil e ameaças a trabalhadores do setor da cana de açúcar. Conforme o jornal Folha de São Paulo, o texto cita a "lista suja" do Ministério do Trabalho, que afirma que 165 empregadores em 17 estados usaram força de trabalho em condições análogas ao trabalho escravo.

Relatório divulgado este mês de março pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) aponta que em 2009, a cada 2 dias um homossexual foi morto no país.. A entidade realiza o levantamento anualmente, baseado em casos divulgados pela imprensa nacional e regional. O número total de mortes em 2009 foi 198, mas nos dois primeiros meses de 2010 já foram documentados 34 homicídios. Segundo o fundador do GGB, Luiz Mott, os números podem ser ainda maiores já que não há estatísticas oficiais sobre o assunto. O grupo realiza o levantamento há 30 anos, desde a sua fundação. "Nós chamamos a atenção para que as secretarias de segurança pública ou o Ministério da Justiça desenvolvam mecanismos para coletar e interpretar esses dados, mas até agora não conseguimos sensibilizar o poder público para a importância desse levantamento", reclamou Mott. Os dados de 2009 apontam que entre os mortos 59% eram *gays*, 37% travestis e 4% lésbicas. Bahia (região Nordeste) e Paraná (região Sul) foram os estados que registraram o maior número absoluto de assassinatos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT): 25 homicídios em cada unidade da federação. Curitiba foi a cidade com mais vítimas, 14 ao total. No comparativo regional, o Nordeste foi o campeão de assassinatos com 38% dos casos. A maioria das mortes foi com arma de fogo e, segundo o GGB, aproximadamente 80% das ocorrências têm "autor desconhecido". "São crimes de ódio que se caracterizam por muitos golpes, tiros, aplicação de tortura, queimadura e enforcamento", relatou Mott.

3º feira 09

Cerca de 800 trabalhadores rurais sem-terra e pequenos agricultores tentam realizar protesto em Santo Augusto, Rio Grande do Sul (região Sul) mas são impedidos pela Brigada Militar. Os trabalhadores, organizados pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) pretendiam realizar um ato pela desapropriação da área em Santo Augustinho, mas tiveram sua caminhada bloqueada pelos policiais. Segundo os sem-terra, a fazenda encontra-se em litígio na Justiça há mais de três décadas e os proprietários são favoráveis à desapropriação da área. Os sem-terra afirmam que não há previsão para deixarem a estrada.

As cerca de 3 mil mulheres que participam da Terceira Ação Internacional no Brasil da Marcha Mundial das Mulheres, que ocorre de 8 e 18 de março, saem de Campinas e

chegam à cidade de Valinhos, em São Paulo (região Sudeste), para um ato. O ato contou com a presença das delegações de 25 estados. Houve apresentações musicais, batucadas e falas sobre os 100 anos do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. Elas participaram de discussões sobre os temas: trabalho doméstico e de cuidados: um debate sobre a sustentabilidade da vida humana e história da Marcha Mundial das Mulheres e suas lutas.

Os professores da Universidade de Brasília (UnB) deflagram greve após assembleia que reuniu cerca de 200 docentes. Com isso, interrompe-se o semestre que havia começado no dia 8 de março. Os técnicos também vão se reunir na próxima semana para decidir se aderem à paralisação. O objetivo da greve é assegurar o pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP), cujo corte foi determinado pelo Ministério do Planejamento em 2009. De acordo com a UnB, a URP representa cerca de 26,05% dos salários de professores e técnicos "que, desde o final de 2009, convivem com incertezas sobre seus vencimentos". Segundo o ministério, a URP não é uma gratificação, mas um índice econômico criado em 1987 para reajuste de preços e salários. Uma auditoria da Secretaria de Recursos Humanos da pasta apontou irregularidades nessa movimentação financeira, incluindo a extensão do benefício a servidores contratados recentemente. A UnB alega que o pagamento é garantido por medida judicial e por isso é realizado mediante rubrica específica no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). Em nota entregue ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o reitor da UnB, José Geraldo, disse que a decisão do ministério contraria liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a favor da instituição e "gera instabilidade na comunidade acadêmica". De acordo com o Ministério do Planejamento, a assessoria jurídica da pasta está elaborando um parecer conclusivo sobre o pagamento da URP e as negociações com a universidade vão continuar.

4º feira 10

Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau, liderança que representa as cerca de 130 famílias indígenas Tupinambá que vivem na aldeia da Serra do Padeiro, nos municípios de Buerarema e Olivença, em Ilhéus – Bahia (região Nordeste) tem sua casa invadida por cinco policiais federais fortemente armados. Segundo seus familiares, no momento de sua prisão, durante a madrugada, Babau foi violentamente agredido e ameaçado de morte. De acordo com membros da Comunidade Indígena da Serra do Padeiro, durante a ação policial, parentes do cacique se esconderam debaixo da cama, com medo de sofrer abusos e agressões por parte da Polícia Federal (PF). Vários móveis da casa foram quebrados. Segundo depoimento de alguns indígenas, os policiais "pretendiam levar Babau sem ninguém perceber, tanto que eles agiram durante a madrugada e após entrarem na casa fecharam a porta". Os familiares procuram notícias e querem ver do cacique, mas, de acordo com eles, somente a imprensa local tem acesso ao mesmo. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançou nota de repúdio a prisão Na carta, o Conselho diz que repudia a ação da Polícia Federal "por entender tratar-se de conduta ilegal e despropositada, porque realizada às 2h40 da madrugada, sem apresentação de qualquer mandado de prisão e de forma violenta". O Cimi reivindica que o Departamento de Polícia Federal e o Ministério da Justiça apresentem a decisão judicial que determinou a prisão preventiva do cacique Babau e que demonstrem a integridade física e moral do líder.

O coordenador regional do Cimi, Egon Heck, denuncia que o governo do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), prefeituras e fazendeiros estão usando recursos judiciais e administrativos para inviabilizar o processo de demarcação das terras indígenas na

região de Dourados, no sul do estado. Segundo ele, quem se opõe à demarcação usa "estratagemas" e recorre a "medidas protelatórias" como a exigência determinada pela Justiça de aviso prévio de 30 dias aos ocupantes das terras em análise para realização de trabalho de campo para a demarcação; e como a participação de representantes do governo estadual nos grupos de trabalho que devem fazer estudos das áreas. De acordo com nota da Fundação Nacional do Índio (Funai), "os estudos de identificação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul foram interrompidos em setembro de 2008, até a publicação da Portaria nº179, de 26 de fevereiro de 2009, que estabeleceu os procedimentos a serem adotados pelos grupos de trabalho da Funai. No documento, fica garantida a participação de um servidor indicado pelo governo do estado do Mato Grosso do Sul para acompanhar os estudos de identificação e delimitação". A avaliação do coordenador geral do Cimi destoa da percepção de Percílio de Sousa Lima Neto, vice-presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Ele esteve no estado nos últimos 3 dias liderando a comissão que foi verificar as denúncias de violações dos direitos dos indígenas e elaborar um relatório com recomendações ao Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral da República, Ministério da Justiça e ao governo do Mato Grosso do Sul. A comissão esteve em audiência com o governador do estado, André Puccinelli (PMDB), e com a diretoria da Federação da Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul (Famasul). A comissão também visitou a aldeia da comunidades Kaiowá/Guarani Ñanderu Laranjeira e a aldeia Passo Piraju, próximas a Dourados. De acordo com Percílio Neto, "os índios vivem em absoluto estado de miserabilidade". No dia 16 de março, em Brasília, será apresentada uma nota sobre a viagem da comissão na reunião do CDDPH, que completa 46 anos. O principal assunto da reunião, no entanto, será o debate sobre a terceira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3). Entre as ações programáticas do PNDH 3 está "garantir demarcação, homologação, regularização e desintrusão das terras indígenas, em harmonia com os projetos de futuro de cada povo indígena, assegurando seu etnodesenvolvimento e sua autonomia produtiva".

Um grupo de ex-soldados especializados da Aeronáutica realiza manifestação no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para pedir reintegração à Força Aérea Brasileira (FAB). Eles promoveram uma passeata pelas ruas do centro da cidade, que terminou em frente ao Tribunal Regional Federal da Segunda Região, onde está tramitando o processo de reintegração dos ex-militares. Segundo a Associação Nacional dos Ex-soldados Especializados (Anese), os soldados foram contratados por meio de concursos públicos entre 1994 e 2002. Nesse período, 12 mil homens ingressaram na Aeronáutica. Os soldados especializados serviram por 6 anos e depois foram dispensados da Força Aérea, como reservistas. O ex-soldado Paulo Schinaider alega que não sabia que o serviço era temporário, já que o edital do concurso não trazia essa informação. Ele achou que poderia fazer carreira na Aeronáutica. O objetivo da manifestação era pedir uma audiência com a presidência do Tribunal Regional Federal para explicar a situação dos ex-soldados antes que seus processos sejam votados no dia 24 de março. Segundo a Anese, pelo menos 17 ex-soldados já conseguiram ser reintegrados por meio de ações individuais. A Aeronáutica informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que os decretos 880 de 1993 e 3.690, de 2000, prevêem que o prazo máximo para permanência de um soldado especializado na Força Aérea é de 6 anos.

5º feira 11

Uma decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região determina que a UnB deve continuar pagando a Unidade de Referência de Preços (URP) a seus funcionários até que haja uma decisão da Corte sobre o processo. O Sindicato dos Trabalhadores da

Fundação UnB havia recorrido ao TRF para que o pagamento fosse mantido até o julgamento da ação. A desembargadora Neuza Maria Alves acatou o pedido do sindicato. De acordo com nota divulgada pelo tribunal, a desembargadora ordenou que o processo seja incluído na pauta de julgamento na "primeira oportunidade, por se tratar de pagamento mensal de parcela sub judice". Os professores da UnB estão em greve contra a determinação do Ministério do Planejamento de suspender o pagamento da URP aos funcionários da instituição. De acordo com a UnB, a URP representa cerca de 26,05% dos salários de professores e técnicos. No dia 10 de março, em nota, o Planejamento informou que só pagará a URP a servidores beneficiários de decisões judiciais. A assessoria do Ministério do Planejamento informou que ainda não havia sido comunicada sobre a decisão do TRF. Segundo o ministério, a URP não é uma gratificação, mas um índice econômico criado em 1987 para reajuste de preços e salários. De acordo com a pasta, o índice era pago desde 1989 aos servidores que recorreram à Justiça à época pedindo o pagamento de uma diferença de 26,05%. Mas, por decisão administrativa, em 1991 passou a ser pago a todos funcionários como se fosse uma gratificação, inclusive a servidores recém aprovados em concurso.

Manifestantes protestam contra o projeto que altera os critérios da distribuição dos *royalties* do petróleo, aprovado no dia 10 de março em votação na Câmara dos Deputados, bloqueiando os dois sentidos da BR-101, nas proximidades do município de Campos, no Rio de Janeiro (região Sudeste). Entre 200 a 300 pessoas interditaram as duas pistas da Rio-Campos e chegaram a tocar fogo em pneus, o que provocou uma nuvem de fumaça na rodovia. Os manifestantes defendem a manutenção do atual critério de distribuição dos *royalties*. A cidade de Campos é a principal produtora de petróleo do país. É lá que está localizada a Bacia de Campos, a maior província produtora brasileira. O estado do Rio de Janeiro também responderá por boa parte dos futuros campos do pré-sal, uma vez que parte da Bacia de Santos onde estão as reservas, está em águas fluminenses. O projeto aprovado no dia 10 de março pelos deputados, ainda terá que ser apreciado pelos senadores, onde o governo pretende reverter a decisão de distribuir igualitariamente os *royalties* entre todos os estados e municípios, independente se são ou não produtores.

Os professores da rede estadual de São Paulo (região Sudeste) continuam em greve. A paralisação teve início no dia 8 de março e, segundo o Sindicato Apeoesp, continua sendo ampliada. Em nota, a Secretaria Estadual de Educação afirmou que apenas 1% dos professores da rede estadual está em greve e voltou a reiterar que "as escolas estaduais funcionam normalmente". Ainda de acordo com a nota, os grevistas terão desconto salarial relativo à faltas e vão perder o bônus por resultados e o programa de valorização de metas. Na Escola Oscar Thompson, as professoras fizeram outras reivindicações, além do aumento de 34,3% pedido pelo sindicato, elas reivindicam a incorporação das gratificações, a elaboração de um plano de carreiras e a realização de concurso público. Em nota, a Secretaria Estadual de Educação afirmou que a folha de pagamentos cresceu de R$ 7,8 bilhões para R$ 10,4 bilhões, um crescimento de 33% entre 2005 e 2009. A Apeoesp informou que ainda não tem um balanço sobre o total de professores que aderiram à paralisação.

6º feira 12

O governador da Paraíba (região Nordeste), José Maranhão (PMDB), assina contrato com o Incra para concessão do direito real de uso de uma área de 1.007 ha no sertão do estado, ocupada por 141 famílias de trabalhadores rurais desde 2004. Conforme

informações do jornal O Estado de São Paulo, sem infraestrutura, a área produziu 160 toneladas de alimentos em 2009.

Sindicalistas e trabalhadores entregam a representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) uma pauta de reivindicações pedindo a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 h semanais, sem redução dos salários. A pauta foi recebida pelo gerente do Departamento Sindical, Márcio Antonio D'Angiolella, que se comprometeu a encaminhá-la para uma negociação com as indústrias paulistas. A Fiesp, por meio de sua assessoria de imprensa, disse que não fará nenhum comentário sobre a pauta até que ela seja discutida dentro da federação. O documento foi assinado por 51 sindicatos de São Paulo. Os sindicalistas afirmam que a jornada de 44 h praticada no Brasil é uma das maiores do mundo e a redução para 40 h permitiria que o trabalhador participasse de cursos de aprimoramento profissional e passasse mais tempo com sua família. Para os sindicalistas, a redução implicaria num aumento, no custo total de produção, "de apenas 1,99%" e poderia gerar 1,7 milhões de empregos imediatamente."Temos a certeza quase absoluta de que a Fiesp não vai aceitar", admitiu o presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, Claudio Magrão de Camargo Cre, o Magrão. Segundo ele, essa é uma primeira tentativa de acordo pela redução da jornada e que haverá também uma pressão sobre o Congresso Nacional para que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231 seja aprovada. "Com a pressão política das eleições deste ano, tenho certeza de que eles [*parlamentares*] vão votar favoravelmente à redução da jornada de trabalho", afirmou. De acordo com o deputado federal e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, caso os acordos não avancem, a alternativa será deflagrar uma greve nos setores de metalurgia, química, alimentação e comércio, por exemplo. Para Jayme Borges Gamboa, coordenador da bancada patronal do Grupo 10 – que reúne sindicatos dos setores de lâmpadas, material bélico, estamparia, equipamentos odontológicos, dentre outros – a redução da jornada vai trazer muitos problemas para a indústria e para a economia porque menos horas de trabalho, em sua opinião, vão significar "menos produção". Segundo ele, não é verdade que a redução da jornada vá gerar novos empregos. "Acredito que a redução de jornada não cria nenhum emprego se não tiver posto de trabalho. E posto de trabalho só é criado quando se tem uma economia devidamente sustentável", afirmou.

Os professores da UnB afirmam que vão manter a paralisação até a o dia 16 de março, mesmo diante da decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) de determinar a continuidade do pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP). Eles iniciaram a mobilização no dia 9, para assegurar o recebimento do benefício, cujo corte foi determinado pelo Ministério do Planejamento em 2009. No dia 11, o TRF da Primeira Região determinou que a universidade continue pagando a URP aos funcionários da instituição até que haja uma decisão da Corte sobre o processo. Essa parcela representa 26,05% dos vencimentos dos servidores. O coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), Cosmo Balbino, afirmou que há até mesmo a possibilidade de a greve ser mantida até o dia em que a folha de pagamento dos servidores sair. A Justiça de primeiro grau, em caráter de antecipação de tutela, havia determinado o pagamento. Em seguida, foi prolatada sentença em que se decidiu pela improcedência do pedido. O Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub) recorreu e solicitou que os efeitos negativos da sentença ficassem suspensos até decisão do TRF da Primeira Região. Segundo nota divulgada pelo tribunal, ficou estabelecido que se mantenha a íntegra da decisão judicial de primeiro grau até que o processo seja julgado definitivamente. A desembargadora Neuza Maria Alves ordenou ainda que o assunto seja incluído em pauta de julgamento na primeira oportunidade, por se tratar de

pagamento mensal de parcela *sub judice*. O Ministério do Planejamento havia informado que o pagamento da URP seria feito apenas aos servidores beneficiários de decisões judiciais. Em nota, o Sintfub informou que a decisão do TRF que mantém o benefício representa "mais uma arma" contra o pronunciamento feito pela pasta.

Os professores da rede pública de ensino de São Paulo (região Sudeste) decidem, em assembleia manter a greve iniciada no dia 8 e saem em passeata pela Avenida Paulista. A assembleia ocorreu no vão do Museu de Arte de São Paulo (Masp) na Avenida Paulista e reuniu mais de 15 mil professores, segundo os organizadores, e 5 mil, de acordo com a polícia. Após a assembléia, os professores se deslocam até a sede da Secretaria da Educação, na Praça da República. Segundo informações do CMI, o governador do estado, José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) mandou fechar o espaço aéreo para que a passeata não fosse filmada. Uma nova assembleia foi marcada para o dia 19. Segundo o Apeoesp sindicato, a adesão dos professores já ultrapassa os 80%. As principais reivindicações da categoria são o reajuste salarial de 34,3%; a incorporação de todas as gratificações, extensiva aos aposentados; plano de carreira; garantia de emprego; a revogação das leis 1093, 1097, 1041 (Lei das Faltas); e concurso público de caráter classificatório. Em nota, a Secretaria Estadual de Educação afirmou que a folha de pagamento dos professores cresceu de R$ 7,8 bilhões para R$ 10,4 bilhões, um aumento de 33% de 2005 a 2009. De acordo com a secretaria, 1% dos professores aderiu ao movimento. Segundo, o jornal Folha de São Paulo diretores de escolas estão sendo orientados a não conceder entrevistas ou a fornecer dados à imprensa sobre a greve. Segundo a Secretaria da Educação, a orientação é para que os pedidos de jornalistas às escolas sejam encaminhados à assessoria de imprensa da pasta, que viabilizaria entrevistas e forneceria dados.

A Justiça Federal reconhece, em primeira instância, a validade das audiências públicas realizadas para discutir a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará (região Norte). O Ministério Público Federal alegou irregularidade com relação à participação popular nos debates e havia solicitado em setembro novas audiências públicas antes da liberação da obra. A Procuradoria Federal Especializada, órgão da Advocacia-Geral da União (AGU), argumentou que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) forneceu transporte, alimentação e estada aos moradores de localidades em que não houve audiência pública para que todos pudessem participar. A Subseção Judiciária de Altamira (PA) aceitou a validade das audiências e indeferiu o pedido de liminar requerido pelo MPF."Em princípio não vislumbro a necessidade de realização de audiências em todas as comunidades atingidas. Como bem salientou o requerente, as audiências, então realizadas, tiveram lugar nas comunidades mais atingidas e ampla divulgação", diz a decisão do juiz de Altamira, Antônio Campelo. Com uma potência instalada de 11 mil megawatts, a Usina de Belo Monte será a segunda maior do Brasil, atrás apenas da Hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná. Estima-se que o custo da obra será de R$ 9 bilhões e a previsão é de que esteja concluída em 2014.

Sábado 13

Polícia reprime ciclistas durante a Pedalada Pelada em São Paulo – SP (região Sudeste). Quatro ciclistas foram detidos. Segundo estimativas, cerca de 100 pessoas participam da Terceira edição da Pedalada Pelada (versão nacional da *World Naked Bike Ride*). Um dos manifestantes foi detido por "desacato", outro agredido e despido (teve a bermuda arrancada) por policiais. As outras 2 ciclistas, após serem ameaçadas de atropelamento

pelos policiais, foram detidas por "ato obsceno". Além disso, os ciclistas foram reprimidos com *spray* de pimenta. A *World Naked Bike Ride* é um protesto pacífico que acontece em dezenas de cidades do mundo. Seu principal objetivo é defender a inclusão do uso de bicicletas nas políticas de transportes das cidades. Em São Paulo a pedalada também denuncia a poluição causada pelos automóveis e o aumento do número de mortes no trânsito na capital.

Manifestantes protestam contra o aumento das tarifas dos bondes, em frente à sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), e entram em conflito com policiais, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo informações do jornal Folha de São Paulo, a polícia invadiu o local e prendeu líderes estudantis.

Domingo 14

O Ministério Público Federal pede que a Polícia Federal submeta o índio Babau, liderança Tupinambá, preso no dia 10 de março na Bahia (região Nordeste) a um exame pericial para constatação de eventuais lesões corporais sofridas na prisão. Conforme seus familiares, Babau teria sido submetido a tortura. De acordo com o superintendente da PF, José Maria Fonseca, Babau foi indiciado em 6 inquéritos. Na lista de crimes estão: ameaça, tentativa de homicídio, lesão corporal, formação de quadrilha, incêndio criminoso, dentre outros. Fonseca afirma que "Há indícios de que pessoas estão desaparecidas por conta de suas ações. Das 11 comunidades que vivem lá, oito não apóiam ele. Nem se tem certeza de que ele seja índio". A PF não responde sobre a demora do trajeto entre a casa do cacique e a delegacia, em Ilhéus.

O governo brasileiro terá cadeira na Décima Terceira Reunião do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e será confrontado com relatos de grupos de diretos humanos sobre a precária situação carcerária no Espírito Santo (região Sudeste). Entre os problemas listados estão a superlotação, o uso de contêineres como celas, torturas e até mortes por esquartejamento dentro dos presídios. Desde 2004 os grupos de direitos humanos denunciam violações. Já foi pedida a intervenção federal e o caso foi levado à Organizações dos Estados Americanos (OEA), mas nada ocorreu. O Brasil deverá receber recomendações de conduta do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (ES). Na capital do estado, Vitória haverá uma vigília em frente ao palácio do governo para pedir o fim da violação dos direitos humanos nas prisões. O relatório mais duro não é das Organizações de direitos humanos, mas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assim como o do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). As duas entidades pediram a intermediação do Conselho Nacional de Justiça da ONU.

2º feira 15

A Organização Popular Aymberê (OPA) manifesta sua solidariedade ao Cacique Tupinambá Babau, líder da aldeia Serra do Padeiro, em Ilhéus – Bahia (região Nordeste), preso no dia 8 de março pela PF. Na declaração de solidariedade, divulgada pela organização, eles afirmam que o indígena é "mais uma vítima da ação do Estado Brasileiro de criminalizar a pobreza e os movimentos sociais".

Motoristas e cobradores deflagram greve Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Segundo avaliação da BHtrans, empresa de administração municipal que gerencia e fiscaliza as empresas de transporte coletivo, cerca de 50% dos ônibus que

operam nas 310 linhas não circularam devido a paralisação. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, 5 pessoas foram presas acusadas de atirar pedras e esvaziar pneus de ônibus.

Metroviários do Distrito Federal - Brasília (região Centro-oeste) deflagram greve para reivindicar melhores condições de trabalho e aumento real. Eles denunciam ainda que o governo do Distrito Federal, através do Jornal Correio Braziliense, tem veiculado informações "mentirosas" sobre a greve e a categoria. O Jornal teria informado, por exemplo, que agentes de segurança recebem salário de R$ 2.190, o que não seria verdade. Os trabalhadores afirmam que o governo teria se negado a negociar questões referentes à jornada de trabalho, mas que, pelo contrário, os metroviários estão dispostos a negociar.

Manifestantes fazem marcha pela melhoria de condições de presídios, em Vitória – Espírito Santo (região Sudeste). No dia 14 de março, foi anunciado que o governo brasileiro terá cadeira na Décima Terceira Reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU e será confrontado com relatos de grupos de diretos humanos sobre a precária situação carcerária no estado. Entre os problemas listados estão a superlotação, o uso de contêineres como celas, torturas e até mortes por esquartejamento dentro dos presídios. Desde 2004 os grupos de direitos humanos denunciam violações.

3º feira 16

Cerca de 200 pessoas interditam parte da Estrada do M'Boi Mirim, na Zona Sul de São Paulo - SP (região Sudeste). O ato provocou um grande congestionamento, de acordo com o jornal O Estado de São Paulo. Os manifestantes reivindicam melhorias no transporte público.

4º feira 17

Manifestantes realizam protesto convocado pelo governo estadual e por prefeituras no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra a Emenda Ibsen Pinheiro, que redistribui os *royalties* do petróleo entre os estados da Federação. Com a emenda, aprovada na Câmara dos Deputados, no dia 10 de março, o estado do Rio perderá R$ 7 bilhões anualmente. Todas as prefeituras se engajaram no ato em repúdio à emenda que prejudica diretamente o Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo (região Sudeste). Milhares de estudantes da rede de ensino estadual também participaram da manifestação, trazidos de ônibus cedidos pelas empresas. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, os senadores Marcelo Crivella e Francisco Dornelles, além de artistas, participaram da manifestação. Para atrair a população para o ato, chamado "Contra a Covardia, em Defesa do Rio", o governo do estado e algumas prefeituras, entre elas a da capital, decretaram ponto facultativo nas repartições públicas na tarde de hoje.

Professores em greve protestam em Francisco Morato – São Paulo (região Sudeste) e recebem o governador José Serra (PSDB) com ovos no local onde ele inaugura uma escola técnica. Segundo informações do CMI, o governador ordenou a diretores de escolas que neguem informações à imprensa. Segundo os professores, a medida é para evitar que a população tome conhecimento das deficiências da rede estadual de ensino e da amplitude da greve dos professores. A imposição está expressa em memorandos enviados por e-mail às direções das escolas estaduais. Um deles, distribuído pela

Diretoria de Ensino Leste Três, diz o seguinte: "Agradecemos a preciosa atenção em relação aos informes sobre os números de professores que estão aderindo à greve. Entretanto, em virtude dessa paralisação, a imprensa está entrando em contato diretamente com as escolas solicitando dados e entrevistas. Solicitamos ao Diretor de Escola para não atender a esta solicitação."

Um grupo de 23 pessoas trabalhando em condições degradantes e análogas às da escravidão são libertos em ação do Ministério do Trabalho em uma fazenda em Bom Jesus, no nordeste do Rio Grande do Sul (região Sul). De acordo com o jornal o Estado de São Paulo, o produtor rural, cujo nome não foi divulgado, teve de regularizar a situação dos trabalhadores, pagar verbas rescisórias e assegurar condições de retorno do grupo ao seu local de origem.

A Rede Marisa, uma das maiores redes de roupas do país, é autuada em R$ 633,67 mil pelo Ministério do Trabalho em São Paulo (região Sudeste), após auditores fiscais encontrarem funcionários estrangeiros em condições análogas à escravidão, em uma oficina que presta serviço à rede. Foram flagrados 17 bolivianos e um peruano.

5º feira 18

Cerca de 3 mil mulheres de várias partes do Brasil e de vários movimentos sociais encerram a participação na Marcha Mundial das Mulheres em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo – SP (região Sudeste) A Marcha teve início no dia 8 de março, com uma caminhada saindo de Campinas. A intenção das mulheres, que passaram por nove cidades até chegar à capital paulista, foi chamar a atenção para o papel da mulher na sociedade, centrando as reivindicações em quatro temas: a autonomia econômica, a paz e desmilitarização, a não violência contra a mulher e a contrariedade à privatização dos serviços e bens públicos. Entre os principais temas reivindicados estavam a legalização do aborto, a realização da reforma agrária e o fim da violência contra a mulher. Em cada cidade por onde passaram, as mulheres participaram de cursos e atividades de formação com temas como saúde da mulher, economia solidária, reforma agrária, agroecologia e direito ao aborto. A marcha é parte de um ato internacional que vai terminar em uma grande mobilização no dia 17 de outubro, na República Democrática do Congo.

Mais de 100 estudantes, filhos de assentados por Reforma Agrária, recebem certificado de conclusão do curso de Magistério da Terra, na Universidade Estadual do Ceará (UFC), no Ceará (região Nordeste). O curso teve início em março de 2006 e é resultado de uma parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Desde 1998, o Pronera financia cursos voltados para assentados da reforma agrária. Além de cursos de graduação, o programa também financia a educação de jovens acima de 15 anos. Estima-se que mais de 100 mil jovens do campo já tenham feito cursos de Nível Médio ou Superior via Pronera. No estado, já foram alfabetizados mais de 4 mil trabalhadores das áreas de assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária, e já se formaram em Pedagogia mais de 100 estudantes que hoje atuam nas escolas dos assentamentos.

A ONG Survival International denuncia à ONU, que os membros das tribos Guaranis que vivem no Brasil estariam vivendo uma das piores situações de direitos humanos de um grupo indígena no hemisfério ocidental. Segundo a ONG, os índios estariam sofrendo com a desnutrição, a alta taxa de suicídio, a violência e a falta de acesso às terras. O documento ainda aponta a demora da União em promover a demarcação de

terras. Em nota, a Funai disse que as demarcações das terras indígenas no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) são paralisadas na Justiça "por grupos econômicos e políticos locais". Do outro lado, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do estado, Eduardo Riedel, que tem recorrido à Justiça contra as demarcações, afirma que as ações visam sobretudo defender o direito à propriedade, assegurado na Constituição. A ONG reivindica á ONU que tome medidas para forçar o Brasil a dar uma solução para o problema.

Estudantes da Universidade de São Paulo (USP) que moram ou buscam uma vaga no Conjunto Residencial da USP (CRUSP) ocupam um dos prédios da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas), em São Paulo – SP (região Sudeste). Entre as reivindicações estão o aumento na oferta de moradia para os alunos, mais transparência no processo seletivo e o fim de expulsões. A ocupação é decorrência de a Coseas ter encerrado unilateralmente as negociações com a Associação dos Moradores do Crusp que estavam em andamento.

Cerca de 50 professores, liderados pela Apeoesp, protestam durante a inauguração de um viaduto do Complexo Viário Jaraguá, em São Paulo – SP (região Sudeste). As principais reivindicações da categoria são o reajuste salarial de 34,3%; a incorporação de todas as gratificações, extensiva aos aposentados; plano de carreira; garantia de emprego; a revogação das leis 1093, 1097, 1041 (Lei das Faltas); e concurso público de caráter classificatório. Em nota, a Secretaria Estadual de Educação afirmou que a folha de pagamento dos professores cresceu de R$ 7,8 bilhões para R$ 10,4 bilhões, um aumento de 33% de 2005 a 2009. De acordo com a secretaria, 1% dos professores aderiu ao movimento.

6º feira 19

Militantes camponeses participam de uma caminhada, em Campina Grande - Paraíba (região Nordeste). O protesto marca abertura da Quinta Festa da Semente da Paixão. Os marchantes vestidos de preto simbolizam o luto pela contaminação crescente dos alimentos por agrotóxicos e transgênicos. Carros de som explicavam à população sobre as ameaças dos transgênicos e dos agrotóxicos. Além da troca de sementes, que permite a ampliação do trabalho dos guardiões, muitos agricultores levaram suas sementes à barraca onde são feitos testes rápidos de detecção de transgênicos. A preocupação dos agricultores é saber se suas sementes de milho foram contaminadas. Foram testadas sementes de diferentes regiões do estado e também do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, mas nenhum caso de contaminação foi identificado. Os agricultores cujas sementes foram testadas receberam um certificado e assinaram uma declaração comprometendo-se a não cultivar as sementes geneticamente modificadas e seguir promovendo a conservação das sementes crioulas.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, afirma que o órgão vai continuar promovendo audiências prévias para mediar conflitos agrários ainda que o item fique fora do novo Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3). No dia 16 de março, o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Paulo Vannuchi, divulgou que já é decisão do governo alterar 3 ações programáticas do PNDH 3, inclusive a proposta de mediação de conflitos agrários, retirando a exigência de audiência prévia com os envolvidos antes de decisões judiciais como a reintegração de posse. Questionado sobre a possibilidade de uma intervenção para incluir o item no PNDH, Hackbart afirmou ser “um eterno otimista”. Apenas no sul do Pará, segundo ele, 18 reintegrações de posse foram feitas por meio de audiências entre as duas partes, com participação do próprio

Incra e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O governo federal aguarda a realização de audiências no Congresso Nacional para alterar o Decreto Presidencial 7.037, de dezembro de 2009, que instituiu a terceira edição do PNDH. A primeira audiência será realizada no Senado Federal no dia 8 de abril. De acordo com a SEDH, o processo de elaboração do plano levou dois anos e envolveu a participação de 14 mil pessoas.

Professores, estudantes e servidores da UnB protestam em frente ao Ministério do Planejamento em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles reivindicam o pagamento integral da Unidade de Referência de Preços (URP), que representa mais de um quarto dos salários dos professores e servidores da UnB (26,05%). Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), Cosmo Balbino, a greve será mantida até que a situação em relação à URP seja resolvida e que o benefício seja pago a todos os docentes e servidores da instituição. Os estudantes, que estão sem aula desde o dia 9 de março, confeccionaram bonecos gigantes como forma de protesto e apoio a greve. O Ministério do Planejamento, em ofício encaminhado no dia 18 de março à Secretaria de Recursos Humanos da universidade, recomendou que seja feito o pagamento, conforme já havia determinado a Justiça Federal. O ministério foi procurado hoje, mas não se pronunciou sobre o assunto.

Cerca de 8 mil professores da rede estadual paralisam a Avenida Paulista e a Rua da Consolação, em São Paulo – SP (região Sudeste). Os professores estão em greve desde o início do mês de março. A categoria, que reivindica 34% de reajuste salarial e fim dos programas criados pelo governo, promete "radicalização" do movimento.

Trabalhadores públicos da área da saúde do estado de São Paulo (região Sudeste) iniciam paralisação de 48 h, a partir deste dia 19. Os trabalhadores protestam contra o descaso do governo José Serra (PSDB), que não apresentou proposta salarial na data-base da categoria – 1º de março – nem cumpriu acordo negociado em 2009 de reestruturação da carreira da saúde. A Comissão de Negociação do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (SindSaúde-SP), chegou a se reunir com representantes da Secretaria de Gestão Pública, no dia 5 de março, e da Secretaria da Saúde (SES), no dia 15 de março. Nas duas reuniões, segundo a Comissão, o descaso foi confirmado. Os trabalhadores reivindicam: 40% de aumento salarial para reposição de perdas salariais, envio do projeto de reestruturação da carreira da saúde conforme acordo negociado com o SindSaúde-SP em 2009, aumento do vale-refeição dos atuais R$ 4 (desde 2000) para R$ 14, jornada de 30 h para todos os trabalhadores da saúde, valor do Prêmio de Incentivo igual para todos, implantação das Comissões de Saúde do Trabalhador (COMSAT's) em todas as unidades de saúde e implementação das orientações deliberadas pelas COMSAT's já atuantes, implementação das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado com atendimento de toda a população em todas as suas necessidades, fim das Organizações Sociais de Saúde (OSS) e retorno das unidades e serviços terceirizados para a administração direta no estado.

Sábado 20

Cerca de 5 mil pessoas, segundo a Polícia Militar (PM), participam da "Marcha da Cidadania pela Vida" nas ruas do centro de São Paulo – SP. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, o grupo, formado principalmente por religiosos, é contrário a projeto de lei que descriminaliza o aborto no país.

Moradores de 4 municípios do Rio Grande do Sul (região Sul) realizam protesto contra a emenda Ibsen (do deputado gaúcho Ibsen Pinheiro), que redistribui os *royalties* do petróleo. Cerca de 3,5 mil pessoas se reuniram na ponte Giuseppe Garibaldi, que liga os municípios de Tramandaí e Imbé, onde prefeitos e lideranças sindicais discursam para os manifestantes. As cidades Osório e Cidreira se unem ao protesto. Segundo o prefeito de Tramandaí, a cidade de 50 mil habitantes deixaria de receber 20% da receita anual.

Domingo 21

Líderes indígenas da reserva Raposa/Serra do Sol – Roraima (região Norte) acusam o governo estadual de entrar irregularmente na área para elaborar estudos sobre a construção de hidrelétricas. Conforme o jornal Folha de São Paulo, a regional da Funai afirmou que não autorizou a entrada de técnicos.

Policiais e bombeiros do Rio de Janeiro realizam manifestação a favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 300 de 2008, que tramita na Câmara dos Deputados e que prevê a criação de um piso salarial nacional para a categoria. A passeata foi realizada na orla de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os policiais reivindicam mais rapidez na tramitação da proposta. Segundo o coronel da Polícia Militar do Rio Paulo Ricardo Paul, a passeata faz parte de uma série de manifestações que ocorrem em todo o país, convocada pela Frente Parlamentar em Defesa dos Policiais e Bombeiros Militares, já que, no dia 10 de março, a Câmara interrompeu a votação de todas as PEC por 20 dias. A PEC 300, na verdade, foi anexada a outras propostas com teor semelhante no ano de 2009, gerando a PEC 446 de 2009. O objetivo é criar um piso nacional para acabar com disparidades entre os salários de servidores dos diversos estados. O salário de um soldado da PM do Distrito Federal, por exemplo, é 4 vezes maior do que um militar da mesma patente no Rio de Janeiro.

Cerca de 700 moradores da bacia da Lagoa da Conceição, em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul) realizam manifestação em repúdio ao Plano Diretor proposto pela Prefeitura. O Plano libera a construção de prédios de 3 a 4 ou mais andares em quase toda a Lagoa, inclusive áreas consideradas de preservação, limitadas nas encostas dos morros. Há quase 10 anos a comunidade reuniu milhares de assinaturas e levou à Câmara dos Vereadores um projeto de lei proibindo a construção de prédios com mais de 2 andares na Lagoa. Aquele projeto foi aprovado unanimemente pela Câmara de Vereadores e assinado pela então prefeita. O novo Plano Diretor proposto pela Prefeitura em parceria com o Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA), se sobrepõe às propostas da comunidade no processo do Plano Diretor Participativo desenvolvido ao longo de 4 anos.

Moradores de Nova Iguaçu – Rio de Janeiro (região Sudeste) fazem protesto em frente ao prédio da prefeitura para denunciar o descaso com as escolas da cidade. A prefeitura de Nova Iguaçu passou dados inflados ao censo escolar de 2009, aumentando assim o valor que irá receber do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2010. Em 2009, a rede municipal de Nova Iguaçu informou ao Ministério da Educação (MEC) que 99,8% dos estudantes de Ensino Fundamental eram atendidos em horário integral, o que eleva em até 25% os repasses do Fundeb do ano seguinte. A prefeitura nega irregularidades, no entanto os pais afirmam que a situação das escolas é precária. Os estudantes saem mais cedo, falta merenda e água.

O Comitê para Eliminação da Discriminação Racial da ONU divulga relatório sobre as condições de vida dos índios Guarani que vivem em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Segundo o relatório, os indígenas enfrentam problemas como exploração, discriminação e violência. Há registro de casos de assassinato, suicídio, desnutrição e alcoolismo entre eles. A perda das terras, muitas vezes resultante de expulsão, é apontada como o principal desencadeador desses problemas, por ter levado os indígenas a procurar trabalhos temporários nas grandes fazendas e refinarias da região, separando-se dos parentes e de seu modo tradicional de organização social. De acordo com o relatório da ONG, o índice de suicídios entre os Guarani é um dos mais altos do mundo. Os dados revelam que, desde 1991, mais de 620 indígenas tiraram a própria vida. Em 2005, o índice de suicídios entre eles foi 19 vezes mais alto do que o índice nacional. O texto diz ainda que a expectativa de vida dos Guaranis do Brasil é mais de 20 anos inferior à média nacional. A Survival International, que denunciou o Brasil na ONU no dia 18, faz, no fim do relatório, uma série de recomendações a serem encaminhadas ao governo brasileiro para serem aplicadas na busca de solução para o problema. Uma delas é a finalização, em caráter de urgência, do programa de demarcação de terras dessa etnia. O estudo recomenda ainda que se agilize a solução para as disputas de terra perante a Corte e que se trate da questão da impunidade por crimes cometidos contra os Guarani. No caso de crimes cometidos pelos indígenas, o relatório defende que eles tenham acesso a representação legal adequada e a audiências em sua própria língua. A data escolhida para a divulgação do relatório, 21 de março, foi escolhida por se tratar do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.

2º feira 22

Trabalhadores do Metrô do Distrito Federal - Brasília (região Centro-oeste), decidem pela retomar a greve. A paralisação, iniciada no dia 15 de março, foi suspensa no dia 17 mediante a expectativa de avanço nas propostas econômicas por parte do Metrô e do governo do Distrito Federal. A comissão de negociação dos metroviários, visando dar continuidade às negociações, apresentou uma nova proposta econômica reduzindo os percentuais originários da pauta entregue ao Metrô governo em 19 de janeiro. Devido ao retrocesso das propostas anteriormente apresentadas pelo Metrô, a categoria retoma a greve. Visando a manutenção da operação do sistema metroviário, Sindicato dos Trabalhadores do Metrô do Distrito Federal (Sindmetrô/DF), deixam à disposição 30% do efetivo de trens, despachos e empregados, agindo de acordo com o exigido pela lei de greve. Há estações de maior fluxo, onde são mantidos percentuais de empregados acima do exigido pela lei, para evitar maiores “transtornos à população”. A Comissão de Negociação dos Metroviários aguarda a apresentação de novas propostas para a categoria.

3º feira 23

Um grupo de índios da etnia Kaingang ocupa a sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Londrina, no Paraná (região Sul). Eles protestam contra a falta da vacina contra a gripe suína para indígenas que vivem em áreas urbanas. Segundo o chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), Paulo Camargo, a fundação não pretende negociar com os indígenas. De acordo com ele, a Justiça já determinou a desocupação do prédio, o que deve ocorrer no dia 25 de março. Camargo disse que o grupo ainda não foi vacinado porque não vive em aldeias. A primeira etapa da campanha de imunização era destinada a indígenas aldeados e a profissionais da área de saúde.

Uma manifestação organizada pela UNE e União Estadual dos Estudantes (UEE), no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), reivindica que 50% dos recursos da exploração do petróleo e gás da camada pré-sal para o Fundo Social sejam destinados ao setor de educação. A manifestação que segundo a PM reuniu cerca de mil estudantes, saiu da Candelária em direção à Cinelândia e provocou retenções no tráfego da Avenida Rio Branco, houve momentos em que os estudantes sentavam ao longo da via, interrompendo o trânsito. De acordo com a PM, cerca de 20 policiais acompanhavam o protesto e 15 guardas municipais controlavam o trânsito. Os manifestantes também cobravam a implantação da meia passagem no transporte público para os estudantes universitários. Segundo a presidente da UEE, Fernanda Cale, esta foi uma das promessas do prefeito Eduardo Paes, durante a campanha eleitoral. Segundo informações da Agência Brasil, ao fim da passeata, ocorreu um princípio de confusão, pois estudantes integrantes de torcidas organizadas de clubes de futebol rivais se encontraram. A polícia não precisou intervir, pois o tumulto foi contornado pelos próprios manifestantes.

Os sindicatos dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo (região Sudeste), em greve há 2 semanas, decidem focar as reivindicações no pedido de aumento salarial. Antes da decisão, eram 8 os pontos da pauta de reivindicações. A decisão foi comunicada oficialmente ao governador José Serra (PSDB), por meio de ofícios de 6 sindicatos da rede, entregues a chefia do gabinete da Secretaria de Educação. Os docentes pedem reajuste de 34,3%. O secretário de Educação, Paulo Renato Souza, por meio de sua assessoria de imprensa, afirma que "o sindicato está com vergonha da sua pauta, contrária à educação" e por isso decidiu mudá-la. A presidente da Apeoesp afirma que os outros elementos continuarão em pauta ao longo do ano, mas que a necessidade imediata é de reajuste. A entidade afirma que o aumento da arrecadação em 2010 permite negociação salarial.

Servidores do Incra realizam paralisação de 24 h. A manifestação faz parte de um calendário de mobilizações do funcionalismo federal, que prevê greve geral a partir do dia 13 de abril. No caso do Incra, a categoria reivindica equiparação salarial com o Ministério da Agricultura e abertura de concurso público. De acordo com a Associação dos Servidores do Incra (ASSINCRA) em São Paulo (região Sudeste), os servidores que trabalham para o agronegócio ganham o dobro do que os servidores que trabalham para a reforma agrária. A Associação afirma que "A diferença de tratamento é reveladora da importância da reforma agrária para o governo Lula. Se no primeiro mandato havia pelo menos um Plano Nacional de Reforma Agrária, no segundo mandato não existem sequer metas claras para a desapropriação de terras e assentamento de trabalhadores rurais". Além disso, a ASSINCRA/SP argumenta que o Incra possui outras atribuições, seriamente comprometidas pelo desmonte da administração pública. Entre elas, a titulação dos territórios quilombolas. A autarquia também é responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Cadastro Rural e pela certificação dos processos de georreferenciamento de imóveis rurais. Os manifestantes denunciam que o governo Lula não cumpriu na integralidade nenhum dos acordos firmados e que hoje, por falta de servidores, um simples processo de atualização cadastral leva em média 4 meses para ser concluído. Por conta disso, a categoria também reivindica realização de concurso público com a contratação de 213 novos servidores para o estado de São Paulo.

Cerca de 200 pessoas reunidas em frente à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul), onde ocorre seção solene em comemoração ao aniversário da cidade, realizam manifestação com faixas, batuques e uma apresentação teatral. O objetivo é barrar que o Plano Diretor proposto pela Prefeitura em parceria com o Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

(CEPA), que ignora as demandas das comunidades desenvolvidas durante o processo do Plano Diretor Participativo previsto no Estatuto das Cidades. O Plano libera a construção de prédios de 3 a 4 ou mais andares em quase toda a Lagoa da Conceição, inclusive áreas consideradas de preservação, limitadas nas encostas dos morros. Os manifestantes querem retomar o processo nas comunidades.

Delegados da Polícia Civil de São Paulo (região Sudeste) iniciam greve-padrão para pressionar o governador José Serra (PSDB). Em 2008 a categoria chegou a paralisar suas atividades por 59 dias. Sindicalistas afirmam que a categoria vai deixar de exercer funções que não são de delegados, como investigador, escrivão, motorista.

O vereador Carlos Apolinário, do Partido dos Democratas (DEM) apresenta projeto de lei para vetar a realização da Décima quarta Parada Gay de São Paulo – SP (região Sudeste) na Avenida Paulista, marcada para 6 de junho de 2010. A iniciativa já conta com apoio antecipado das principais lideranças da Câmara Municipal. O projeto é apresentado um dia após o prefeito Gilberto Kassab (DEM) confirmar a Parada na principal Avenida da cidade. Apolinário é membro da Igreja Assembléia de Deus e dono de rádio evangélica. Ele argumenta "No ano passado, tivemos mais de 30 pessoas feridas no evento, bombas. Três milhões de pessoas numa avenida cheia de leitos hospitalares não é de bom senso". A Prefeitura informa que a realização da Parada Gay cumpre as exigências previstas em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado com o Ministério Público Estadual. A Parada é um dos eventos que mais dão retorno financeiro à cidade.

4º feira 24

Professores da rede estadual de ensino de São Paulo (região Sudeste), realizam manifestação contra o governador José Serra (PSDB) em Franco da Rocha, no estado, durante cerimônia de inauguração das novas instalações de um centro de atendimento à saúde mental do governo do estado. Quando Serra subiu ao palanque, um grupo de cerca de 30 manifestantes usou apitos, faixas e cartazes para protestar. Professores da rede estadual de educação foram presos pela PM. De acordo com a polícia, os 4 professores tentaram invadir o palanque onde estava o governador, mas foram isolados pelos policiais. Segundo Edmilson Costa Santos, coordenador estadual do Sindicato Apeoesp, entre 50 e 70 professores foram até o Caism para pedir ao governador a abertura de negociação com a categoria, que está em greve desde o dia 8 de março em todo o estado. Santos disse que os professores protestavam à distância e gritavam palavras de ordem, mas foram contidos "com truculência" pelos policiais, que chegaram a fazer uso de gás de pimenta. Ele afirmou também que quatro professores foram presos por desacato e perturbação à ordem. Serra acusa os manifestantes de agirem com objetivo político. O sindicato nega. O Apeoesp, que organiza a manifestação, é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e aliado ao PT. Em seu discurso, mesmo abafado pelos manifestantes, Serra não faz qualquer referência ao protesto. As principais reivindicações da categoria são o reajuste salarial de 34,3%; a incorporação de todas as gratificações, extensiva aos aposentados; plano de carreira; garantia de emprego; a revogação das leis 1093, 1097, 1041 (Lei das Faltas); e concurso público de caráter classificatório.

Movimentos sociais protestam em frente à sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra o financiamento público da usina Hidrelétrica Belo Monte – Roraima (região Norte). A Usina é inviável do ponto de vista técnico e socioambiental, segundo representantes dos

movimentos sociais A antropóloga Cecília Mello, afirmou que: "Pesquisadores independentes e renomados de várias universidades brasileiras e internacionais analisaram o projeto e seus impactos ambientais e comprovaram que dos 11.181 megawatts de potência da hidrelétrica, apenas 39% de energia seriam gerados, pois o Rio Xingu tem uma vazão que varia 20 vezes ao longo do ano e a época da cheia dura apenas 4 meses. Estamos falando de cerca de R$ 35 bilhões que poderiam ser investidos em diversas alternativas energéticas." Tanto a Eletrobrás quanto o Ministério de Minas e Energia (MME) rechaçaram as afirmações dos ambientalistas, informando que o governo cumpriu todas as etapas legais para a construção da Usina de Belo Monte. A representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Renata Soares Pinheiro, disse que cerca de 140 Km do leito do rio vão praticamente secar com o desvio das águas do Rio Xingu para gerar energia. "Nesse trecho existem milhares de famílias ribeirinhas, três terras indígenas. Nos documentos do Ibama, essas populações ribeirinhas que vivem abaixo da barreira não são consideradas como impactadas pelo projeto, então elas não têm direito a nada.a" Ainda segundo Renata, os pareceres técnicos identificaram riscos de que não haja condições de garantir a navegabilidade do rio e a manutenção da qualidade da água que são a base da vida dessas populações locais. Cecília Mello acredita que o projeto só seria lucrativo para os investidores caso fosse construída uma segunda barragem em Altamira para manter uma vazão alta, plano inicial que foi modificado por pressões sociais. "Do ponto de vista socioambiental seria um desastre sem precedentes, pois estamos falando de um corredor verde no meio da Amazônia que vai receber um contingente populacional atraído pela hidrelétrica e a pressão populacional na região será incontrolável o que pode provocar o desmatamento e a destruição da floresta."

5º feira 25

A Justiça Federal concede liminar de reintegração de posse da sede da Funasa em Londrina – Paraná (região Sul). O local foi ocupado no dia 23, por índios da etnia Kaingang. Os índios reivindicam acesso a vacina contra a influenza A (H1N1) – gripe suína nesta unidade. Segundo o chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena da Funasa, Paulo Camargo, nenhum representante dos manifestantes entrou em contato com a Funasa em Curitiba, mas ele adiantou que não há possibilidade de diálogo enquanto os 15 indígenas permanecerem no prédio da fundação. Segundo Camargo, todos os indígenas que vivem em áreas urbanas no Paraná devem aguardar o calendário de vacinação do Ministério da Saúde que está coordenando a campanha com prioridade para os grupos de risco. "Vamos continuar vacinando os que vivem em aldeias até o dia 25 de maio. Nossa meta é atingir todos os 13 mil indígenas do estado", afirmou.

Cerca de 150 integrantes do MST ocupam a Fazenda Fortaleza de Sant'Anna, em Goianá – Minas Gerais (região Sudeste). A propriedade centenária é símbolo do auge da elite cafeeira da região. A coordenação do MST em Minas alega que a ocupação visa a acelerar o processo de desapropriação do imóvel. A Superintendência Regional do Incra informa que a fazenda foi vistoriada em novembro de 2009 e considerada improdutiva. Segundo o Incra, os donos ainda serão notificados sobre o laudo e a ocupação não impede o processo de desapropriação, já que ocorreu após a vistoria. O imóvel, com cerca de 4,3 mil ha, pertence aos descendentes da família Tostes, uma das mais tradicionais de Juiz de Fora, no estado. As famílias de antigos colonos permanecem no local. A PM é acionada e monta um grande aparato, mas não há registro de incidentes.

Manifestantes se reúnem em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para um abraço simbólico contra a intervenção no

Distrito Federal (DF). Os poucos manifestantes que se dispuseram a vir sob a forte chuva que atinge o centro de Brasília se abrigaram em frente à Corte, uma vez que as laterais do prédio foram interditadas com fitas de segurança. O protesto foi liderado pela OAB-DF, com o apoio de outras 53 entidades, como associações de comerciantes, empresários e trabalhadores, partidos políticos e sindicatos. No manifesto entregue ao presidente eleito do STF, Cezar Peluso, as entidades dizem reconhecer "a gravidade da crise institucional" que abala o DF desde a revelação de um suposto esquema de corrupção envolvendo autoridades do governo, deputados distritais e empresários, mas ressaltam que não houve alteração na prestação de serviços do governo do DF que "justifique a drástica medida de intervenção federal". "Repudiam, portanto, o pedido de intervenção federal, que no atual momento da história do Distrito Federal seria inconstitucional por representar um ato de violência contra o pacto federativo e contra todos os cidadãos que moram e trabalham em Brasília. Seria um retrocesso à democracia tão duramente conquistada", diz o manifesto. Para o presidente da OAB-DF, Francisco Caputo, a depender do viés a ser adotado por um eventual interventor, Brasília sofrerá as consequências da paralisação de obras e da redução da atividade econômica. Um manifestante, chamado Rana Iaube Alexandre, interrompeu a sessão e avançou sobre o microfone do púlpito em que os advogados fazem a sustentação oral no plenário do STFmas foi rapidamente imobilizado pelos seguranças, Alexandre conseguiu dizer apenas que queria fazer uma denúncia, até ser retirado por 5 seguranças. Fora do Supremo, ele fez acusações de "nepotismo" ao STF com palavras ofensivas aos ministros, mas não fez a denúncia que ameaçou no plenário.

Professores e servidores da UnB, em greve desde o dia 9 de março realizam manifestação na entrada do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), sede provisória da Presidência da República. Por mais de uma vez houve início de tumulto entre os manifestantes que tentaram forçar a entrada e policiais. Cerca de 250 manifestantes tentaram bloquear a entrada do prédio segundo a PM. Alguns estudantes tentaram ultrapassar o cordão de segurança, mas recuaram com a ação da tropa de choque da PM, que usou cassetetes para conter o avanço da manifestação. A confusão feriu levemente 2 pessoas. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), Cosmo Balbino, disse que a intenção do movimento era pacífica e que houve precipitação de alguns manifestantes. Após a confusão, representantes do Sintfub, da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) entraram no CCBB, solicitaram uma audiência com o presidente e protocolaram a "carta aberta dos professores da UnB ao Presidente da República". O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava em São Paulo. O assessor da Casa Civil, Álvaro Baggio, se comprometeu a entregar ao presidente um relatório sobre o caso. Em nota, o Planejamento informou que não impede o pagamento pela UnB, mas ressalva que a universidade não está cumprindo as determinações da Justiça, nem encaminhando dados completos de pagamento a seu pessoal para ser processado pelo órgão e acrescenta que, assim que a universidade regular sua situação, o ministério homologará o pagamento. Os professores protestam para assegurar o pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP), cujo corte foi determinado pelo Ministério do Planejamento em 2009 e representa cerca de 26,05% dos salários de professores e técnicos. Cerca de 6 mil servidores receberam hoje a URP, de acordo com dados da UnB. No início da tarde, após negociações, os professores concordaram em desmobilizar a manifestação. Os docentes seguiram para a Rodoviária do Plano Piloto.

O metroviários deflagram paralisação total das atividades em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os metroviários reivindicam um reajuste salarial de 60%, pago

gradativamente a cada mês, a reavaliação da jornada de trabalho e o auxílio-periculosidade de 30% para os condutores.

6º feira 26

Cerca de 200 famílias ocupam área de cerca de 15 mil m² em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). A área, adquirida pelo Banco Rural na execução de uma dívida, era de domínio público e foi repassada a uma empresa particular pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), em 2001, para que fosse realizado empreendimento industrial no local no prazo máximo de 20 meses, o que jamais foi feito. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas, organizada pela Frente Nacional de Resistência Urbana, que reúne movimentos e organizações populares de vários estados do país. A Jornada tem como objetivo lançar a campanha "Minha Casa, Minha Luta", com protestos e ocupações em diversas capitais como forma de denúncia ao "Programa Minha Casa, Minha Vida" do Governo Federal, que até agora não saiu do papel para os mais pobres, isto é, os que recebem mensalmente de 0 a 3 salários mínimos.

Professores do estado de São Paulo realizam manifestação que termina em confronto com a polícia na região do Estádio do Morumbi em São Paulo - SP (região Sudeste). A manifestação reuniu, segundo cálculos da PM, 5 mil professores. O Sindicato Apeoesp estimou a presença de 20 mil pessoas. Os professores estão em greve há cerca de três semanas. O intuito da categoria era fazer o protesto em frente ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, mas a PM cercou o local e impediu a aproximação dos docentes. A confusão teve início quando um grupo tentou furar o bloqueio policial. A Polícia Militar usou balas de borracha e gás de pimenta para conter os grevistas. Segundo o jornal O Estado de São Paulo a PM agrediu inclusive jornalistas. Segundo a PM, 9 policiais e 10 manifestantes ficaram feridos. Um participante do protesto foi preso. Antes dos atritos com a polícia, um grupo de professores conseguiu entrar no palácio e foi recebido por representantes da Casa Civil. De acordo com os docentes, a posição do governo é negociar apenas com o fim da paralisação. Uma assembleia realizada no dia de hoje, entretanto, já havia decidido pela continuidade da greve. Entre as reivindicações estão o reajuste salarial de 34%, a incorporação de gratificações ao salário e a realização de concurso público para contratação de professores.

O governador de São, José Serra (PSDB), é vaiado por professores e servidores da Saúde durante uma visita a Presidente Prudente, no interior de São Paulo (região Sudeste) para inaugurar obras. Durante o discurso, o governador chegou a ser chamado de "ditador" pelos manifestantes.

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários do Distrito Federal (Sindmetrô) será multado em R$ 250 mil por dia se mantiver a paralisação total da circulação dos trens do metrô em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A greve total começou no dia 25 de março. A determinação é do desembargador Ricardo Machado, do Tribunal Regional do Trabalho, após audiência realizada neste dia 26 com representantes do Sindmetrô. O desembargador quer que os metroviários mantenham o funcionamento de 60% dos trens no horário de pico da manhã, 80% no horário da tarde e 30% no período de menor movimento de passageiros. Os metroviários reivindicam um reajuste salarial de 60%, pago gradativamente a cada mês, a reavaliação da jornada de trabalho e o auxílio-periculosidade de 30% para os condutores.

O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) determina a abertura de um processo ético profissional contra 18 médicos que atenderam o sargento Laci Marinho de Araújo, no Hospital Geral de Brasília, entre 2006 e 2008. Araújo tornou-se conhecido em 2008 ao denunciar que era perseguido pelo Exército por ter relacionamento homossexual com outro militar. No parecer, aprovado por unanimidade, o relator afirma que médicos contribuíram "em maior ou menor gravame para o clima de tortura psicológica que viveu na época e talvez ainda viva hoje." Entre as acusações, estão "autorizar a prisão arbitrária de ser humano doente, em gozo de licença médica concedida por outro médico" e "intentar uma pessoa compulsoriamente". Os médicos são acusados de cometer 9 infrações do Código de Ética Médica. Por meio de assessoria de imprensa, o Exército afirma que, como instituição, ainda não foi notificado sobre a abertura do processo.

O Fórum Social Urbano encerra suas atividades com mais de 20 propostas para melhorar as cidades e ampliar o acesso à moradia em áreas com infraestrutura. Documento foi intitulado a Carta do Rio de Janeiro. O evento organizado por movimentos sociais e pesquisadores reuniu cerca de 10 mil pessoas durante toda a semana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O documento defende a redução das desigualdades sociais nas cidades, com casas populares em áreas urbanas e próximas ao mercado de trabalho, o fim de remoções e despejos para realização de megaeventos, a regularização de bairros pobres e acesso ao transporte público de qualidade, além da reforma agrária e opções de trabalho no campo. Os participantes também aprovaram a criação do Dia Internacional de Luta pelo Direito à Cidade, que será comemorado todo 25 de março, e decidiram realizar um novo encontro. Além disso, denunciaram a violência e a criminalização de moradores de favelas cariocas que tem sofrido com a ação Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e de representantes de bairros que correm risco de remoção para realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Sábado 27

Redes de organizações sociais como Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e Movimento Articulado de Mulheres da Amazonia (MAMA), além de entidades locais envolvidas e ativistas autônomos de Amapá (região Norte), organizadas no Movimento Acorda Amapá, lançam manifesto no qual discutem a atual fase de implantação de grandes projetos no estado. A preocupação principal é com a instalação de grandes projetos de infra-estrutura, principalmente aqueles ligados ao setor hidrelétrico. Na bacia do rio Araguari, estão em fase de licenciamento 3 empreendimentos hidrelétricos. Segundo as organizações, "o processo está sendo conduzido de maneira autoritária, sem diálogo nenhum com a sociedade", o que poderia ser comprovado pela urgência em conceder a licença prévia para atender ao prazo estabelecido para a realização do leilão de concessão para operação da hidrelétrica do Sistema MMX Amapá. Segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o prazo máximo de análise são 12 meses, porém a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) o fará em apenas 2 meses. No manifesto, as organizações também denunciam que as cidades às margens desses grandes empreendimentos sofrem um processo de aumento do custo de vida muito além da renda média das pessoas e que os empregos gerados e acessíveis para a população local são de baixa qualificação e remuneração.

2º feira 29

Cerca de 100 militantes do MST protestam em frente à Secretaria Estadual de Educação (SEC) em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul) contra o fechamento das escolas nos acampamentos - as chamadas escolas itinerantes. Já em Palmeira das Missões, também no estado um grupo de trabalhadores faz manifestação em frente à Coordenadoria Regional de Educação (CRE). As famílias exigem a reabertura das escolas, fechadas em fevereiro de 2009 pelo governo estadual a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público Estadual (MPE). O fechamento das escolas itinerantes afetou 280 crianças acampadas em todo o Rio Grande do Sul. Em São Gabriel, 100 crianças acampadas estão sem ir à aula por falta de vagas. Em acampamentos de outras regiões do estado, os jovens precisam viajar quilômetros até as escolas nas cidades. Além disso, muitas crianças mudam de escola mais de uma vez ao ano conforme o acampamento se desloca, prejudicando o seu processo de escolarização. Uma das características da escola itinerante é justamente a sua itinerância, acompanhando os acampamentos e garantindo que os filhos das famílias acampadas, que lutam por terra e melhores condições de vida, tenham educação de qualidade.

Cerca de 60 funcionários do Ibama, do Instituto Chico Mendes e do Ministério do Meio Ambiente fazem uma manifestação em frente ao Centro de Convenções Brasil 21, onde está sendo realizada a cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste).Os manifestantes reivindicam a revisão da tabela salarial da categoria e cursos de capacitação que, segundo eles, são fundamentais para a implementação das ações previstas no programa. Eles gritam frases como “ha ha ha, o PAC vai parar” e “greve geral na área ambiental”. Como a entrada no prédio é restrita a autoridades e à imprensa, os manifestantes estão reunidos do outro lado da rua.

Durante a abertura oficial da Conferência Nacional de Educação (Conae) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), um grupo de professores, funcionários e estudantes da UnB entra no auditório onde ocorreria a cerimônia para realizar uma manifestação. A intenção é mostrar os motivos da greve que promovem na instituição. A entrada no auditório dos cerca de 150 manifestantes, no entanto, foi tumultuada. Houve troca de socos e pontapés entre estudantes e seguranças. Depois de conseguir entrar, o grupo fez um acordo com a organização da Conae para apresentar os motivos da greve aos delegados presentes na abertura do encontro. Em pouco mais de 10 min, alunos, funcionários e professores da UnB disseram que a greve é unificada, apoiada por todos os setores do *campus* e motivada principalmente pela possibilidade de parte dos servidores deixar de receber a Unidade de Referência de Preços (URP). Depois disso, como combinado com a organização do evento, os manifestantes deixaram o local. A abertura oficial, com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, começou 30 min depois. A principal missão do Conae é traçar diretrizes para o próximo Plano Nacional de Educação (PNE) que vai vigorar de 2011 a 2020. Segundo o ministro da Educação, Fernando Haddad, os delegados que estarão na conferência até dia primeiro de abril deverão definir as diretrizes do futuro plano e os parâmetros de investimentos. Enquanto Haddad falava com a plateia, foram mostradas no auditório faixas levadas por integrantes do Movimento de Valorização dos Trabalhadores em Educação (Movate MEC) reivindicando um plano de carreira para a categoria. O ministro defendeu o piso nacional do magistério e reconheceu que além dele, é preciso aprovar um plano de carreira. Haddad disse ainda em seu discurso que uma das grandes conquistas da área educacional nos últimos anos é a consciência dos gestores de que é preciso investir amplamente, sem focar apenas na educação infantil ou superior, como já

ocorreu. O ministro destacou a entrada da educação no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), que será lançado neste dia 29 pelo governo. Cerca de 3 mil pessoas, entre gestores, representantes de movimentos sociais, acadêmicos e profissionais da educação, devem participar da Conae, que terá a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 31 de março.

3º feira 30

Uma representação de 60 famílias das cerca de 750, assentadas em São Gabriel - Rio Grande do Sul (região Sul) protesta em frente à Coordenadoria Regional de Educação (CRE) na cidade de Santana do Livramento. As famílias denunciam que não está sendo garantida educação de qualidade para as 300 crianças assentadas e tampouco para as cerca de 100 acampadas em São Gabriel. Para as crianças assentadas, não foi construída a escola-pólo, e as vagas na rede de ensino do município são insuficientes. Já as crianças acampadas em 8 acampamentos no estado foram afetadas pelo fechamento das escolas itinerantes pelo Ministério Público Estadual (MPE) e Governo do Estado. Os sem-terra também pressionam para que o MPE cumpra o que acordou em reunião com as famílias em Porto Alegre e realize a reunião, na próxima semana, com o governo estadual e o Conselho Estadual de Educação para tratar do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que deu fim às escolas itinerantes.

Cerca de 75 famílias do MST são despejadas violentamente pelo Batalhão de Choque da PM de uma área no município de Touros, na região litorânea do Rio Grande do Norte (região Nordeste). Os 150 soldados do batalhão queimaram os barracos com os pertences das famílias e deixaram 6 pessoas feridas, que foram levadas ao Hospital Municipal de Touros. Segundo o MST, o comando da PM apresentou um documento falso de reintegração de posse, que tinha o selo do Tribunal de Justiça do Acre e não havia a assinatura do juiz. Em 2009, o Incra fez a vistoria e concluiu que a fazenda de 950 ha é improdutiva. O latifúndio estava ocupado há 2 meses pelos trabalhadores rurais. Esta era a segunda ocupação da área. A primeira ocupação foi em 2003, quando o MST denunciou que a área não cumpria a sua função social, como determina a Constituição. Segundo informações do MST, mais de 2 mil famílias estão acampadas no Rio Grande do Norte na luta pela Reforma Agrária.

Professores grevistas da rede estadual de São Paulo promovem um apitaço para pedir a abertura de negociações com o governador José Serra (PSDB) em São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes aproveitaram a presença de Serra na inauguração do trecho sul do Rodoanel para fazer o protesto. O governador, entretanto, não parou de discursar. Para o diretor do Sindicato Apeosp, Miguel Leme, a manifestação durante a inauguração foi a única maneira de chamar a atenção do governador. Segundo Leme, novamente a polícia também tentou impedir os professores de protestar. Os professores de São Paulo estão em greve desde o início do mês. Entre as reivindicações estão o reajuste salarial de 34%, a incorporação de gratificações ao salário e a realização de concurso público para contratação de novos docentes.

Professores e funcionários da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) realizam protestos e paralisações para reivindicar isonomia salarial nas três instituições em São Paulo – SP (região Sudeste). No *campus* da USP na capital paulista, , a categoria fez uma paralisação. "Não é discurso salarial, isso faremos em abril. Agora queremos o repasse dos 6% que o Conselho de Reitores das três universidades aprovou", disse o diretor de Imprensa do Sindicato dos Trabalhadores da USP, Aníbal

Cavali. Os funcionários da USP se concentraram na frente do prédio do curso de história, na capital. Os principais alvos do protesto são as políticas para educação e saúde do governador José Serra (PSDB) e as medidas do reitor da USP, João Grandino Rodas. O Sindicato dos Funcionários da USP, Sintusp também participou do protesto contra Serra na Avenida Paulista, organizado pelo conselho de Sistema de Negociação Permanente (Sinp). O protesto reuniu poucas pessoas, devido à Universidade estar praticamente vazia por causa da proximidade com o feriado da Páscoa.

4º feira 31

Cerca de 40 mil pessoas, entre estudantes, professores, profissionais da área de saúde, diretores, supervisores e diversas outras categorias do setor público, realizam ato no vão livre do MASP, em São Paulo – SP (região Sudeste), para chamar a atenção da sociedade para a discussão da qualidade da educação pública, da situação da saúde e de outros setores do estado. A PM apreendeu o caminhão de som do Sindicato Apeoesp. Várias motocicletas da PM cercaram a entrada do MASP em uma tentativa de enclausurar os manifestantes em um só lugar, mas os manifestantes ocuparam a Avenida Paulista. Segundo informações do CMI, os manifestantes cercaram uma equipe da Rede Globo que tentava transmitir ao vivo o ato. Eles gritavam: "O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo" e denunciam que a emissora manipula e distorce os fatos, apontando a luta dos setores públicos como simplesmente "partidária", sem ao menos destacar a pauta de reivindicações e as condições de vida dos trabalhadores. A passeata chegou à Praça da República, onde foi realizada uma assembléia que decidiu pela continuidade da greve dos professores. Os grevistas decidiram permanecer em frente à Secretaria da Educação do estado até que sejam abertas as negociações.

Professores da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro realizam passeata no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para marcar o início de sua campanha salarial deste ano de 2010. Segundo a coordenadora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio (Sepe), Vera Nepomuceno, o objetivo é pressionar o governo do estado a dialogar com a categoria. Os professores paralisam suas atividades por 24 h. De acordo com a coordenadora do Sepe, os professores reivindicam um aumento salarial de 60% a título de recomposição das perdas acumuladas nos últimos 10 anos, a implantação de um plano de carreira para os servidores administrativos e a incorporação imediata da gratificação do Programa Nova Escola. O governo propõe a gradual até 2015. O piso salarial dos professores do estado é de R$ 584 e o dos funcionários administrativos é de R$ 415, segundo o Sepe. Uma nova paralisação de 24 h está prevista para o dia 28 de abril. A Secretaria Estadual de Educação do Rio informou, por meio de nota, que não vai comentar a manifestação e a paralisação de 24 h promovidas pelos professores.

A comunidade Dandara, que abriga 887 famílias (cerca de 5 mil pessoas) de sem-teto e sem-terra ocupa um latifúndio urbano no bairro do Céu Azul, em Belo Horizonte - Minas Gerais (região Sudeste). A Comunidade recebeu a garantia do poder Judiciário, em caráter liminar, de permanência na área objeto de litígio, independente das medidas judiciais em curso. Outras decisões também são tomadas pela justiça: 1) a área da Comunidade Dandara seja inscrita como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) pelo Município de Belo Horizonte; 2) suspensão do processo administrativo da Construtora Modelo junto ao Município de Belo Horizonte para parcelamento e licenciamento do imóvel; 3) instituição de Comissão para acompanhamento de conflitos possessórios de que trata a Lei Estadual nº 13.604/00, com ampla participação da Comunidade Dandara; 4) que o estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte tomem medidas

próprias para que a Comunidade Dandara tenha acesso à saúde, à educação, à água, à energia elétrica etc. Tais medidas devem ser cumpridas num prazo de 45 dias, sob pena de multa. A decisão é fruto da Ação Civil Pública ajuizada pelo Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública Estadual contra o estado de Minas Gerais, o Município de Belo Horizonte e a Construtora Modelo, que junto com sua co-irmã, a Construtora Lotus, figuram como rés em mais de 2.500 processos. A decisão liminar é passível de recurso e pode ser revertida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Glossário

Apeoesp	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CMI	Centro de Mídia Independente
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DF	Distrito Federal
Funai	Fundação Nacional do Índio
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Peter Sana (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Abril de 2010

Editada en julio

Asdi
Agencia Sueca de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo

Govern de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials, Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 668

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil

Integrantes	Roberto Leher (coordinador); léase el resto del equipo al final
Fuentes	jornales Folha de Sao Paulo, O Globo, O Estado de Sao Paulo, Brasil de Fato; agencia Brasil; MST na Imprensa, Jornal do MST, CMI y Boletim DATALUTA

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Abril de 2010

5º feira 01

Líder da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Pedro Alcântara, 55 anos, é morto com 5 tiros na cabeça em Redenção, Pará (região Norte). Para o advogado da Fetraf, 34 grileiros são os principais suspeitos do crime. Pedro vinha sendo ameaçado de morte havia pelo menos 5 anos. Para os policiais, é possível que o líder tenha sido vítima de pistoleiros contratados por fazendeiros descontentes com o seu trabalho.

6º feira 02

Cerca de 100 entidades civis que representam 40 comunidades de 11 municípios do Pará apresentam um documento a 7 relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) denunciando supostas violações de direitos humanos causadas pela possível construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingú. O leilão para a construção da hidrelétrica está previsto para o dia 20 de abril. A usina será a segunda maior do país e a terceira do mundo e terá capacidade instalada de geração de mais de 11 mil megawatts (MW). A hidrelétrica formará 2 reservatórios de 516 km². Segundo as entidades, os lagos da represa inundarão área onde se localizam 30 terras indígenas legais e afetará um terço do município de Altamira, no estado do Pará (região Norte), onde vivem 20 mil pessoas. Para Andressa Caldas, diretora da Organização Não Governamental (ONG) Justiça Global, o licenciamento ambiental da hidrelétrica "sofreu pressão política" e fere a Convenção nº 169, sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abril de 2004. De acordo com o Artigo 15 da convenção, "os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes em suas terras." O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizou 4 audiências públicas com a participação de indígenas em 2009 e o presidente do instituto, Roberto Messias, se reuniu em Brasília com lideranças dos povos. Para os movimentos sociais, o número de audiências foi insuficiente e por isso reivindica a realização de mais 13 encontros. No começo do mês de março, o juiz federal de Altamira, Antônio Campelo, reconheceu a validade das audiências realizadas pelo Ibama e apontou no despacho que não vislumbrava "necessidade de realização de audiências em todas as comunidades atingidas". A denúncia na ONU ocorre após as entidades civis não terem conseguido na Justiça suspender a licença prévia concedida pelo Ibama em 1º fevereiro deste ano. À época, o bispo de Altamira, dom Erwin Krautler, disse que a licença não era oportuna, pois "o projeto arrasa com toda a região". Segundo ele, "esse projeto não vai ser o único, vai ser seguido por outros projetos". A ONG Internacional Rivers aponta que há mais de 100 grandes barragens planejadas para os rios da Amazônia. O Ibama informou que a licença prévia só saiu após o instituto receber parecer favorável da Fundação Nacional do Índio (Funai). A licença, que não autoriza o início da obra, mas apenas o leilão, tem 40 condicionantes entre elas uma que exige a criação de novas unidades de conservação na região.

2º feira 05

Cerca de 1.500 professores realizam manifestação na Avenida Paulista na cidade de São Paulo - SP (região Sudeste). Os educadores realizaram uma assembléia que decidiu pelo encerramento da greve que paralisava a rede de ensino estadual há 1 mês. Os manifestantes reivindicam um reajuste de 34,3% no salário, que recuperaria perdas desde 1998. O salário inicial dos docentes é de 1.835 reais por 40h de jornada semanais. A posição do governo foi de negociar apenas após o fim do movimento, pois segundo o mesmo, o protesto era político. Os manifestantes afirmam que se o governo não atender ao pedido, a greve pode voltar. O governo afirmou que o reajuste desorganizaria as finanças do estado, e que os dias parados deverão ser descontados dos professores e pagos apenas após a reposição das aulas.

3º feira 06

Servidores do Ministério do Trabalho, deflagram greve no Paraná (região Sul). Os trabalhadores reivindicam a criação de um plano de carreira específico e independente de outros órgãos. Atualmente, a categoria está atrelada aos servidores da seguridade social, que engloba ainda funcionários do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e do Ministério da Previdência. Segundo Gilberto Félix, servidor integrante do comando da greve, os servidores do Ministério do Trabalho têm o menor salário do serviço público do país. “Um concursado de nível médio começa a trabalhar, hoje, com uma remuneração de R$ 1,9 mil e, para os de nível superior, o salário está em torno de R$ 2,1 mil”. A categoria pede ainda jornada de trabalho com atendimento de 12h, em 2 turnos de 6h, e que as gratificações sejam imediatamente incorporadas aos salários. Eles reivindicam também melhores condições de trabalho, com a melhoria dos prédios onde as unidades do ministério estão sediadas e paridade de reajuste entre ativos e aposentados. Segundo informações da Agência Brasil, em 2009, de novembro a dezembro, os servidores do Ministério do Trabalho fizeram uma greve que durou 40 dias.

4º feira 07

Representantes do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral protestam na Câmara em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra o adiamento da votação do Projeto Ficha Limpa para o início de maio. O adiamento desagradou os representantes da sociedade civil, que apresentaram o anteprojeto à Câmara dos Deputados, com mais de 1,6 milhão de assinaturas. Com a decisão dos líderes, o projeto que proíbe candidaturas de pessoas condenadas em decisões colegiadas, será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação, antes de ser levado à votação em plenário. Em reunião com o presidente da Casa, deputados Michel Temer (PMDB-SP), os representantes do movimento manifestaram a insatisfação das entidades com a decisão dos líderes partidários de não assinarem a urgência para a votação do projeto. O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Dimas, disse que as entidades vão pressionar também o Senado para que o projeto seja votado rapidamente. Segundo ele, o projeto tem uma função educativa, porque mesmo que seja votado só depois de esgotado o prazo para valer na eleição deste ano de 2010, os deputados terão que votar nominalmente a proposta “e, certamente, os movimentos sociais vão divulgar os nomes daqueles que estão pró ou contra a ética”. O presidente da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores Eleitorais, Marlon Reis, atribui o adiamento da votação a “uma incompreensão política de uma parte dos deputados”.

Segundo ele, alguns não perceberam que o projeto não é contrário à atividade política, O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, que também esteve na Câmara para protestar contra o adiamento da votação, afirmou que a decisão de alguns líderes frustou a sociedade brasileira.

Entidades sindicais realizam manifestações em frente ao consulado de Cuba em São Paulo – SP (região Sudeste). Parte das entidades, lideradas pela central sindical União Geral dos Trabalhadores (UGT), protestou contra o que chamaram de "antagonismo" do regime cubano. A UGT levou dezenas de mulheres ao consulado vestidas de branco, em referência às Damas de Branco, grupo de mães e mulheres de presos políticos cubanos. A central não foi recebida pelo corpo consular. Outras entidades, entre as quais a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz), em manifestação paralela, realizada no mesmo local, protestaram contra a posição da UGT e favoravelmente ao regime cubano. "O ato da UGT era uma falsa solidariedade com o povo cubano, porque era solidariedade às chamadas Damas de Branco. Na nossa opinião, o povo cubano não está de acordo com as Damas de Branco. Tanto é que elas não mobilizam mais que algumas dezenas de pessoas", afirmou o diretor da Cebrapaz e um dos organizadores da mobilização, Ricardo Abreu. Segundo Abreu, a atividade das Damas de Branco, assim como greves de fome realizadas no país caribenho, estão diretamente ligadas aos Estados Unidos, e são a forma atual de se fazer oposição ao regime cubano.

Servidores da área ambiental federal deflagram greve. Estão parados funcionários do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Serviço Florestal Brasileiro e do Ibama. Os grevistas afirmam que há 8 anos negociam com o Ministério do Planejamento uma restruturação da carreira e, até o momento, não tiveram resposta adequada para as propostas apresentadas. Os principais motivos para a greve são: a constante evasão (sem reposição) de servidores que deixam seus postos em busca de melhores condições de trabalho e salário; a falta de condições de trabalho, especialmente nas sedes locais do Ibama, que não têm pessoal ou infra-estrutura suficientes (em muitas regionais os trabalhadores pagam a limpeza das sedes e o provimento de água); o desrespeito a análises e pareceres negativos de técnicos em processos de licenciamento; salários inadequados; desrespeito do Ministério do Planejamento ao ignorar a proposta levada pelo MMA e servidores à negociação, dentre outros.

O governo de José Roberto Arruda – Distrito Federal - Brasília (região Centro-Oeste) desviou, segundo auditoria do governo federal, R$ 1 milhão do Bolsa Família, principal programa de assistência social da gestão do presidente Lula. Entre 2008 e 2009, o Ministro do Desenvolvimento Social repassou R$ 1,4 milhões para que fosse administrado por tal governo no programa em seu território, mas ao menos 1 milhão foi usado para construir cercas e alambrados da Secretaria de Desenvolvimento Social, valor suficiente para beneficiar quase 1.000 famílias.

5º feira 08

Cerca de 300 índios da etnia Terena, que ocupavam há 6 meses uma área da fazenda Petrópolis, em Miranda – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), resistem a uma ordem de despejo determinada pela Justiça. A fazenda pertence ao ex-governador do estado, Pedro Pedrossian. Os índios estão amparados por uma portaria do Ministério da Justiça, de 2007, que reconhece parte do imóvel como terra indígena. O problema é que

a portaria foi cancelada pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, no fim do mês de março.

Professores e servidores da Universidade de Brasília (UnB) realizam manifestação em frente ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede provisória do governo em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes tentavam um encontro com o presidente Lula. Neste mesmo dia, o presidente Lula determinou ao Ministério do Planejamento que volte a pagar a Unidade de Referência de Preços (URP) - espécie de gratificação que recompõe perdas salariais provocadas por planos econômicos - aos professores e servidores da UnB, em greve há cerca de 29 dias. Na manhã de hoje, segundo interlocutores da Presidência, Lula se reuniu com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e com representantes da Advocacia-Geral da União (AGU). No encontro, o ministro fez um relato das negociações com os grevistas, e Lula determinou que a pasta voltasse a pagar a URP até que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida sobre o assunto. O comando de greve foi recebido pelo chefe de gabinete adjunto de Gestão e Atendimento da Presidência, Swedenberger Barbosa, que comunicou a decisão de Lula. Com isso, os grevistas desistiram do ato de protesto. Pouco antes, eles chegaram a encenar uma peça teatral na qual o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, era representado por um boneco que "devorava" os salários dos professores e servidores da UnB.

Trabalhadores em educação da rede pública de Minas Gerais (região Sudeste) aprovam por quase unanimidade a greve geral por tempo indeterminado, em assembléia que contou com a participação de cerca de 5 mil. pessoas A principal reivindicação dos educadores é o pagamento do piso salarial dos professores, no valor de R$ 1.312, para os professores com formação em ensino médio. Eles também querem a mudança da tabela salarial de todos os cargos da Educação pública no estado. Atualmente, um professor com ensino médio completo recebe apenas R$ 336, e um professor com curso superior recebe R$ 500 de piso salarial básico. Os professores também criticam o reajuste de 10% que o governador Aécio Neves anunciou e que já foi aprovado pela Assembléia Legislativa do estado. Após a aprovação da greve, os educadores sairam em passeata até o centro da capital, Belo Horizonte, paralisando por vários minutos o trânsito no cruzamento entre as avenidas Afonso Pena e Amazonas.

Cerca de 700 atingidos por barragens de 15 estados brasileiros se reúnem em Brasília - Distrito Federal (região Centro-Oeste) para o Encontro Nacional da Juventude – pelos direitos dos atingidos por barragens e por um projeto energético popular. O evento, organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é realizado no Centro Comunitário Athos Bulcão, na UnB. Dezenas de representantes de movimentos sociais, entidades, sindicatos e governo estiveram presentes. O bispo Dom Tomás Balduíno, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ressaltou a ação do Ministério Público Federal, que pediu a anulação do leilão de Belo Monte, e toda a mobilização dos movimentos sociais na região e no país contra esta barragem. Joceli Andrioli, da coordenação nacional do MAB, questionou o Estado brasileiro, que através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem viabilizado e financiado as grandes barragens. Já o representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Celso Lacerda, responsável pela política de cadastramento dos atingidos por barragens, afirmou que até o final de abril e início de maio o Incra pretende encerrar o cadastramento dos atingidos por barragens: "Teremos um mapa dos atingidos por barragens do Brasil e por qual barragem eles são atingidos. Isso será importante para definirmos um conceito de atingido para a sociedade brasileira saber o tamanho do problema causado por estas obras". O representante da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gerson Almeida, em nome do Ministro Luiz Dulci, nomeado pelo

presidente Lula para atuar no encaminhamento da pauta de reivindicação apresentada pelo MAB, assim afirma: “Ao longo do tempo, o MAB tem qualificado sua intervenção nas reivindicações apresentadas ao governo federal”.

A CNBB promove debate sobre a construção da Usina de Belo Monte no Rio Xingu, no Pará (região Norte). A decisão de realizar o debate foi tomada na reunião do Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB (Consep), em fevereiro, com o objetivo de envolver a sociedade nas discussões da obra. Os movimentos sociais, a Igreja e as lideranças indígenas da região são contra a construção da usina porque consideram que os impactos socioambientais não estão suficientemente dimensionados. O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou duas ações civis públicas na Justiça Federal em Altamira, no Pará contra o licenciamento da Hidrelétrica de Belo Monte, que o governo federal vai construir no Rio Xingu. O Ibama já concedeu licença ambiental para a obra. De acordo com o Ministério Público no Pará, 6 procuradores da República encontraram no projeto pelo menos 8 irregularidades com gravidade suficiente para cancelar o leilão de energia que será produzida pela usina, marcado para o dia 20 de abril, e anular a licença prévia concedida pelo Ibama. Uma delas trata especificamente de razões de direito – no caso, afronta à Constituição; a outra combate supostas violações à legislação ambiental, que, segundo o MPF, foram provocadas pela pressa em conceder licença para a construção da usina e por falta de dados científicos conclusivos. As duas ações serão analisadas pelo juiz federal Antônio Carlos de Almeida Campelo, da Vara de Altamira. Não existe prazo para o julgamento, mas, como o Ministério Público, pediu concessão de liminares nos dois casos, pode haver decisões antes do leilão. Dentre os danos, o Ministério Público Federal destacou o “risco à vida” de pessoas, animais e plantas que vivem numa área do rio Xingu que deve praticamente secar com a construção. Segundo Pedro Alberto Bignelli, diretor de licenciamento ambiental do Ibama, não haverá área indígena diretamente afetada e que o que será leiloado será o “aproveitamento hidrelétrico”, e não a obra. O juiz poderá, antes de decidir, ouvir os réus no prazo de 72h. Nos dois processos, o MPF pediu a notificação judicial de 8 pessoas jurídicas potencialmente interessadas no empreendimento, incluindo as construtoras Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht, porque as ações foram assinadas antes da desistência anunciada no dia 7 de abril pelas empreiteiras. Quando forem divulgados oficialmente os participantes do leilão, novas notificações serão expedidas para todos. Os procuradores que analisam o caso alertam que as irregularidades no projeto de Belo Monte não se esgotam nessas duas ações e outros processos poderão ser iniciados . Um deles diz respeito à viabilidade econômica da usina. Para aumentar a atratividade do leilão da Usina de Belo Monte, o governo poderá garantir os mesmos incentivos fiscais dados às Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira (Rondônia). O pedido já foi encaminhado pelo consórcio liderado pela Construtora Andrade Gutierrez.

O comando da paralisação dos professores da rede estadual de São Paulo (região Sudeste) decide suspender a greve. Após a assembleia de professores realizada no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), houve protestos de parte dos servidores que defendiam a manutenção da paralisação. Depois de os professores terem votado e aprovado a suspensão da greve até o dia 7 de maio, quando uma nova assembleia deverá ser realizada, muitos manifestantes, liderados principalmente por estudantes, protestaram contra a decisão, cercando o caminhão de som onde estava a presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Maria Izabel Noronha. Pedaços de paus e bombas foram lançadas em direção ao caminhão e Maria Izabel teve de deixar o local escoltada. A Polícia Militar (PM) de São Paulo estimou a presença de 1,5 mil pessoas no local. Segundo o tenente-coronel Renato Cerqueira, as bombas não foram lançadas pela polícia, que apenas observou a manifestação. Metade dos manifestantes passou a ocupar o canteiro em frente ao Masp

para protestar contra a sugestão dada por Noronha, de suspender a greve até o dia 7 de maio. Os manifestantes chamaram a presidente do sindicato de pelega e fecharam um dos sentidos na Avenida Paulista para pedir a continuidade da greve. O governo confirmou que não há previsão de reajuste para o salário dos professores e ainda segue afirmando que não negociará enquanto grevistas não voltarem ao trabalho. A paralisação chegou a abranger 63% dos docentes em março segundo o Apeoesp. Para a Secretaria da Educação, nunca chegou a 1%. Os docentes reivindicam o reajuste de 34,3% do salário, que é de 1.834 reais por 40h semanais de trabalho.

6ª Feira 9

É realizada na Justiça Federal de Montes Claros, em Minas Gerais (região Sudeste) audiência pública para definir o futuro de 30 famílias indígenas Xakriabá, da Aldeia Morro Vermelho, no município de São João das Missões, Norte do estado. Durante a audiência, foi firmado um acordo para a suspensão da liminar contra os indígenas pelo período de 8 meses. As famílias Xakriabá lutam pela demarcação da área conhecida como Morro Vermelho, de 2.860 ha, e tentam reverter uma liminar de reintegração de manutenção de posse em favor dos fazendeiros. Como parte integrante do acordo, a juíza determinou que a presidência da Funai, em Brasília, informe acerca da possibilidade de conclusão do processo de demarcação em um prazo de 30 dias. Caso a Funai não conclua o processo em 8 meses, deve informar o prazo máximo em que o concluirá. Caso esta reivindicação da Justiça Federal não seja atendida, a liminar de reintegração de posse será reapreciada. A procuradora da Funai apresentou à Justiça Federal um documento do antropólogo responsável pelo estudo de identificação, que está em curso e aguarda a publicação. O documento aponta a área da Aldeia Morro Vermelho como parte a ser integrada ao território dada a sua tradicionalidade. Participaram da audiência 40 lideranças da comunidade Xakriabá, entre elas os caciques Domingos Nunes, Santo Caetano e Agenor da Conceição, o prefeito de São João das Missões, o indígena José Nunes, e diversos vereadores. Também estiveram presentes a juíza federal, os advogados da comunidade Xakriabá, um representante da Funai, a procuradora federal, um representante do Ministério Público Federal, um representante dos fazendeiros e a equipe do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Moradores do morro do Bumba realizam protestos, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). Atingido pelo deslizamento que destruiu várias casas no local, os moradores reivindicam, mais atenção dos poderes públicos. Rumores de arrastão pelas lojas do centro da cidade de Niterói fizeram com que parte do comércio fechasse as portas, segundo a Polícia Militar, pois algumas pessoas, não identificadas, se aproveitaram da manifestação e atacaram uma loja e quebraram seus vidros causando medo nos outros comerciantes e levando ao fechamento por precaução. Segundo a Folha de São Paulo, a tragédia que aconteceu com os moradores do morro do Bumba, poderia ter sido evitada. Estudos de 2004 da Universidade Federal Fluminense (UFF) alertaram sobre o risco no morro, que entre 1970 e 1985 foi depósito de lixo de Niterói e São Gonçalo. Ao longo dos 25 anos seguintes o local foi ocupado por mais de 100 casas, e cerca de 50 dessas foi atingida pelo soterramento, além de centenas desabrigados com as casas interditadas pela Defesa Civil. Segundo o subsecretário de Defesa Civil de Niterói, major Marcio Corrêa, um laudo será emitido nos próximos dias apontando a causa do deslizamento. A secretária estadual do Ambiente, Marilene Ramos, admitiu que uma reação química gerada pela decomposição do lixo pode ter contribuído para o acidente.

2º feira 12

Famílias assentadas na região do Vale do Paraíba realizam ocupação na Secretaria de Educação no município de Tremembé – São Paulo (região Sudeste). As famílias reivindicam a reabertura das escolas do Bairro Canegae, no município, e melhoria do transporte escolar. A atividade compõe o "Abril Vermelho" do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em pelo menos 5 estados, trabalhadores rurais já iniciaram as atividades que, nesse ano, exige o assentamento de pelo menos 90 mil famílias que já vivem em acampamentos. O Abril Vermelho faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária e rememora o Massacre de Eldorado de Carajás, no qual 19 pessoas foram mortas, em 17 de abril de 1996, no Pará.

Famílias do Assentamento Laudenor de Souza, no Município de Bauru – São Paulo (região Sudeste) ocupam a sede do Incra para questionar a morosidade do órgão, bem como, pressionar para que este responda os problemas colocados, tais como, água, estrada, habitação, dentre outras reivindicações. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária: "Lutar não é crime!". Somou-se à ocupação a Gleba I do Assentamento Terra Nossa, Horto Aimorés de Bauru, cujas famílias ocupadas têm as mesmas reivindicações. As famílias pretendem permanecer no local até que a superintendência se posicione e atenda às demandas das apresentadas. A atividade compõe ainda o "Abril Vermelho" do Movimento.

Cerca de 300 famílias ocupam 5 latifúndios nos municípios de Uirauna, Vale do Piancó, Santa Rita, Cabeceiras e Algodão de Jandaira, na Paraíba (região Nordeste). As famílias montaram acampamento na rodovia PB-415, próximo ao município de Uiraúna para reivindicar a desapropriação de 3 imóveis rurais: a fazenda Rio do Peixe, com 900 há; a fazenda Val Paraíso, com 1500 ha e a fazenda Canadá, com 700 ha. A atividade compõe o "Abril Vermelho" do Movimento.

Cerca de 200 integrantes do MST em Cuiabá - Mato Grosso (região Centro-Oeste), montam acampamento em frente ao Incra, iniciando a Jornada de Lutas por Reforma Agrária, que acontece no mês de abril em todo o Brasil. A atividade compõe o "Abril Vermelho" do Movimento. Acampados em frente ao Incra, os sem-terra, que vivem em acampamentos e assentamentos no interior do estado, cobram novamente a pauta proposta em 2009 e que, segundo o movimento, em nenhum ponto foi cumprida. O MST reivindica o assentamento de 2.500 famílias e estrutura para os assentamentos.

Integrantes do MST iniciam marcha em direção à Goiânia capital de Goiás (região Centro-oeste). Cerca de 850 sem-terra saíram de Itaberaí, Goiás rumo à capital num percurso de 100 Km. A proposta é que as negociações entre o Incra e o governo do estado, discutam a obtenção de terras para a Reforma Agrária e política de infra-estrutura em assentamentos. A atividade compõe o "Abril Vermelho" do Movimento.

Mais de mil integrantes de movimentos sociais protestam em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), contra a construção da Usina Belo Monte, no estado do Pará. A passeata contou com a participação do MAB, de lideranças do Parque Indígena do Xingu, além de ribeirinhos e indígenas que serão atingidos pela construção da hidrelétrica. A marcha faz parte das atividades do Encontro Nacional da Juventude do MAB. A mobilização percorreu a Esplanada dos Ministérios. Em frente ao Ministério de Minas e Energia, os manifestantes exigiram o cancelamento da licença prévia e do leilão da Usina de Belo Monte, previsto para o dia 20 de abril. Um grupo de 56 organizações sociais, entre os quais o MAB, o CIMI e o MST, pedem o cancelamento do leilão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O leilão está previsto para o dia 20 de

abril. Eles também pediram, em documento entregue ao governo, o cancelamento da licença prévia concedida pelo Ibama para construção da usina. O manifesto foi protocolado hoje nos ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente e na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste). Após uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, os representantes das entidades deram entrevista coletiva à imprensa, ao lado de personalidades como o cineasta James Cameron, diretor do filme *Avatar*, e a atriz americana Sigourney Weaver. O cineasta canadense James Cameron garantiu que vai conversar com congressistas dos Estados Unidos sobre as consequências para o meio ambiente da construção da Usina. O diretor participou de uma manifestação liderada por organizações sociais brasileiras contra a realização do leilão. Segundo o representante do MAB no Pará, Rogério Höhn, a organização é contra o atual modelo energético brasileiro por causa dos impactos sociais e ambientais. Para ele, quem paga a conta da construção de grandes hidrelétricas é o povo brasileiro. A representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Antônia Melo, afirmou que o governo e as empresas não informam a quantidade de pessoas que serão atingidas pela obra e estima que mais de 50 mil pessoas terão que ser deslocadas por causa da usina. A construção da Usina de Belo Monte está orçada em R$ 19 bilhões. Com capacidade instalada de 11,2 mil megawatts, Belo Monte será a segunda maior hidrelétrica brasileira e a terceira maior do mundo, segundo a Aneel.

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, é condenado em Belém - Pará (região Norte) a 30 anos de reclusão por ter mandado matar a missionária norte-americana, naturalizada brasileira Dorothy Stang, há cinco anos. Após mais de 14 h de julgamento, Bida foi considerado pela maioria dos 7 jurados autor de homicídio duplamente qualificado (por ter havido promessa de recompensa e recurso que impossibilitou a defesa) com o agravante da vítima ser idosa - ao morrer, com 6 tiros numa estrada de terra de Anapu, Stang tinha 73 anos. Bida continua sendo o único mandante de crime agrário a estar preso no Pará, estado com o histórico fundiário mais violento do país.

Motoristas e cobradores de 8 empresas de ônibus urbanos do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) deflagram greve. A paralisação inclui profissionais das empresas: Real Auto Ônibus, Pégaso, Jabor, Oeste, Redentor, Rio Futuro, Ocidental e Campo Grande. O presidente do Sindicato Rio Ônibus, que representa os empresários do setor, Lélis Teixeira, disse que a paralisação é ilegal, pois no mês de março a instituição e o Sindicato dos Rodoviários assinaram convenção coletiva garantindo 5% de reajuste salarial para os funcionários da região metropolitana. Os motoristas e cobradores não ficaram satisfeitos com o reajuste. Segundo Teixeira, por esse motivo, o sindicato vai pedir que a greve seja declarada ilegal. Ele informou que também será pedida a apuração da responsabilidade dos rodoviários que estão fazendo a paralisação. Em nota oficial, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, determinou que as empresas que paralisaram os serviços voltem ao trabalho imediatamente. Paes afirmou que não há motivos plausíveis para a suspensão do serviço prestado à população. Os funcionários da Real Auto Ônibus alegam que não foram consultados antes da conclusão do acordo. "Nosso salário foi aumentado em 4% ou 5% sem que a gente soubesse de nada", afirmou o motorista Sebastião Nunes. Os trabalhadores reivindicam ainda o aumento do *ticket* refeição, pagamento de horas extras e abono de faltas justificadas com atestado médico. Os funcionários das empresas de ônibus afirmam que só voltarão ao trabalho quando forem ouvidos pelo Ministério Público Estadual e suas reclamações forem apuradas.

3º feira 13

O MST lança nota para rebater as declarações da presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Kátia Abreu, que protocolou no Ministério da Justiça, na manhã deste dia 13 de abril, um pedido de ação da para que a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal atuem para reprimir as ações do Abril Vermelho. Em nota, o MST destacou que as propostas apresentadas pela senadora "pretendem mais uma vez criminalizar as lutas sociais e impedir o avanço da Reforma Agrária". O MST ainda acusa a senadora de ter obtido suas fazendas após um golpe contra camponeses. "Em relação às ocupações de terras, a senadora Kátia Abreu deveria dar um exemplo e devolver duas fazendas de 2.500 ha, no município de Campos Lindos (Tocantins), que ela invadiu depois de um golpe contra camponeses, em 2002. A senadora apresentou no Ministério da Justiça um documento pedindo que as policias identifiquem e reprimam as ocupações antes que elas aconteçam. A senadora pretende propor o que ela chamou de Plano Nacional de Combate às Invasões. Segundo ela, o plano conteria ações análogas ao combate à pirataria e ao crime organizado. Kátia Abreu chegou a classificar as ações do MST como "ações terroristas" e defendeu a criminalização do movimento. "São 13 anos de Abril Vermelho e 25 anos de MST. É tempo suficiente para criminalizar esse movimento que já atingiu a maioridade faz tempo", disse a ruralista. Além de pedir o endurecimento de ações do governo em relação ao MST, Kátia Abreu disse que a CNA irá contratar assistência jurídica para acompanhar os processos de reintegração de posse. Além de fazer campanha publicitária com imagens e depredações feitas por sem-terra em ocupações de propriedades. Também vão ser recolhidas assinaturas de 1 milhão de pessoas que são contra as ações do MST num prazo de 60 dias. Além da exibição na televisão, serão feitas as mesmas em espaços públicos, como aeroportos, rodoviárias e cinemas. O tema da campanha é: "Vamos tirar o Brasil do vermelho. Invasão é crime.". O Abril Vermelho é uma ação organizada pelo MST que exige o assentamento de pelo menos 90 mil famílias que vivem em acampamentos e para isso promove ocupações de terras. Em Pernambuco, as ocupações de terras começaram no último domingo e já somam 16. Na Paraíba já existem 5 áreas ocupadas. Na Fazenda Mubamba do Rangel no município de Santa Rita houve conflito. As famílias tiveram suas barracas destruídas por aproximadamente 12 seguranças do fazendeiro Eurico Rangel. De acordo com o MST, a situação está tensa na fazenda que já foi ocupada pelo MST 4 vezes. Na nota o MST aponta que: "A senadora não apresenta nenhuma proposta para resolver os problemas das 4 milhões de famílias pobres do campo e das 90 mil famílias acampadas em todo o país. No entanto, suas medidas buscam proteger da Lei Agrária cerca de 15 mil fazendeiros com mais de 2 mil ha, que controlam nada menos do que 98 milhões de ha."

Integrantes do MST ocupam a Fazenda Monte D'Este, na região da Grande Campinas e a Fazenda Guaçaí, em Taubaté, na região do Vale do Paraíba ambos no estados de São Paulo (região Sudeste). Cerca de 150 famílias participam da ação que compõe o "Abril Vermelho". A ação organizada pelo MST exige o assentamento de pelo menos 90 mil famílias que vivem em acampamentos.

Cerca de 200 famílias ocupam fazenda Xaxim, em Curitibanos, na região serrana de Santa Catarina (região Sul). Segundo informações do site do MST, já há decreto de desapropriação da área, mas o proprietário entrou com uma ação no Tribunal Regional Federal de Porto Alegre e suspendeu a decisão do Incra. A ocupação é uma forma de pressionar por uma decisão favorável e garantir a área aos trabalhadores rurais. A ação faz parte do "Abril Vermelho".

Cerca de mil trabalhadores do MST do Paraná chegam a Curitiba - Paraná (região Sul) para participar da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária. No Monumento Antonio Tavares, BR-277, ocorreu o ato de abertura da mobilização. Os sem-terra seguiram em caminhada até a Superintendência Regional do Incra, onde foi entregue a pauta de reivindicações. A proposta do movimento é abrir negociações com o Incra, Banco do Brasil, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e secretarias estaduais. A ação faz parte do "Abril Vermelho",

Cerca de 100 famílias ocupam a Fazenda Guaçaí, no Município de Taubaté, na região do Vale do Paraíba - São Paulo (região Sudeste). A área já foi ocupada 3 vezes. Na última negociação os órgãos competentes alegaram que a área é muito cara e apresentaram 4 áreas vistoriadas na região. A ocupação tem como objetivo pressionar os órgãos competentes pela desapropriação destas áreas e sua destinação à Reforma Agrária. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária: "Lutar não é crime!", o "Abril Vermelho".

Integrantes do MST ocupam duas fazendas, a Água Branca (também conhecida como São José) e a Rio Fundo, localizadas na cidade de Estância, em Sergipe (região Nordeste). Cada fazenda foi ocupada por cerca de 50 famílias. A ação faz parte do "Abril Vermelho".

Trabalhadores ligados à Força Sindical participam, em São Paulo – SP (Região Sudeste), de uma manifestação em defesa da redução da jornada de trabalho para 40 h. O ato ocorre em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na Avenida Paulista, região central da cidade. Segundo a Polícia Militar (PM), cerca de 500 pessoas participam do protesto. Um grupo ficará acampado no local. Há duas semanas, a Força Sindical entregou à Fiesp um documento reivindicando a redução da jornada de 44 para 40 h, mas ainda não obteve resposta. O protesto de hoje faz parte de uma série de ações organizadas pela central sindical para cobrar do Congresso Nacional a votação do projeto de emenda à Constituição que trata da diminuição da jornada de trabalho.

Representantes das entidades Minha Rua, Minha Casa, do Movimento Nacional da População de Rua e da Associação Rede Ruas iniciam uma vigília na Ouvidoria de Polícia do estado de São Paulo – São Paulo (região Sudeste). As organizações reivindicam conversar com os policiais militares que foram vistos lançando uma bomba de efeito moral próximo de moradores de rua que vivem sob o Viaduto do Glicério, no centro. Um grupo de sem-teto foi à Ouvidoria com o artefato. As bombas vinham sendo jogadas rotineiramente desde o início da construção da base da PM no local. Os sem-teto vêm denunciando a truculência policial desde que a prefeitura de São Paulo publicou no Diário Oficial a substituição dos agentes de proteção social pelos guardas civis metropolitanos para fazer a abordagem e encaminhamento da população de rua aos serviços sociais da cidade. A PM extra-oficialmente afirmou ao Jornal O Estado de São Paulo que a bomba entregue à Ouvidoria pelos moradores de rua não pertence à corporação.

Membros do Greenpeace protestam em meio a esterco na frente da Aneel em Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste) contra o leilão da usina de Belo Monte – Pará. 10 integrantes da organização se acorrentaram aos portões da agência para protestar contra a construção da usina.

Agricultores e indígenas protestam contra a construção da usina de Belo Monte – Pará (região Norte) bloqueando o Km 45 da estrada Transamasônica, que na região interliga

Altamira a Anapu e Marabá. Os índios e agricultores defendem que o projeto vai inviabilizar a navegação, o abastecimento de água das aldeias localizadas no trecho da Volta Grande, onde vazão de água será reduzida de forma drástica.

4º feira 14

O integrante da direção nacional do MST João Pedro Stedile defende mudanças no modelo de Reforma Agrária brasileiro em audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados do Paraná (região Sul). De acordo com ele, é preciso combinar as desapropriações, com o estímulo às agroindústrias, sob técnicas advindas da agroecologia e a educação no campo. Stedile também sugeriu que o Estado comece a desapropriação de terras pelas propriedades com dívidas com o setor público, "griladas, com funcionários em situação análoga à escravidão ou aquelas compradas irregularmente por empresas estrangeiras". Com o plenário lotado de militantes sem-terra, a discussão contou a presença do professor de Sociologia da UnB, Sergio Sauer e o coordenador da Frente da Terra, deputado do Paraná Dr. Rosinha do Partido dos Trabalhadores (PT). Sauer afirma que é "falho" falar em criminalização dos movimentos sem levar em consideração o contexto social e econômico do País. "Os imóveis rurais com área inferior a 10 ha representam quase 48% de todos os imóveis cadastrados, mas não alcançam 3,5% de todas as terras cadastradas. Por outro lado, as propriedades acima de mil ha - cerca de 47 mil imóveis, ou 0,9% do total - detêm quase 45% de todas as terras. Nós temos um processo permanente de concentração da terra no Brasil. Isso é importante, porque é o dado que justifica parte significativa dos movimentos sociais agrários e do MST em particular". O deputado Dr. Rosinha afirma, "Eu fazia greves em uma época em que era ilegal, mas os trabalhadores conseguiram legalizá-las. O crime é tentar classificar como ilegais as pessoas que agem no movimento social, que ganham legitimidade pelo péssimo quadro social do Brasil".

Famílias de sem-terra ligadas ao MST realizam mobilização em frente à sede da Justiça Federal, na cidade de Itaperuna no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). O objetivo do ato é pressionar a Justiça federal para dar a imissão na posse da Fazenda Santa Maria, local do assentamento das famílias. A ação faz parte das atividades do "Abril Vermelho" do Movimento.

O leilão que selecionará a empresa que vai construir a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na região do Xingu, sudoeste do Pará, é suspenso pelo juiz federal Antônio Carlos Almeida Campelo, da subseção de Altamira – Pará (região Norte). A disputa estava marcada para o dia 20 de abril. O juiz concedeu a liminar ao apreciar um das 2 ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal (MPF), que argumenta que a construção viola vários dispositivos da legislação ambiental, inclusive que faltam dados conclusivos. A decisão é passível de recurso perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. Campelo determinou que vários órgãos do governo não tomem medidas que ensejem a realização do leilão. No caso Ibama, Campelo pede que seja expedida nova licença prévia antes que seja regulamentado o Artigo 176 da Constituição Federal. O dispositivo está relacionado à pesquisa e à lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais desses recursos em todo o país. Caso haja desobediência, a multa estipulada ao Ibama é de R$ 1 milhão, a ser aplicada, separadamente, ao próprio órgão e ao servidor que descumprir a decisão. A Aneel, caso realize algum ato administrativo relacionado à Usina de Belo Monte, terá multa no mesmo valor que o estipulado para o Ibama. O magistrado também advertiu que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Construtora Norberto Odebrecht S/A, a Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, a Andrade

Gutierrez S/A, a Vale, a J. Malucelli Seguradora S/A, Fator Seguradora S/A e a UBF Seguros S/A poderão responder por crime ambiental, se descumprirem os termos da decisão até que seja julgado o mérito da liminar. O juiz acrescentou, ainda, ter sido provado pelo MPF, "de forma inequívoca, que a hidrelétrica de Belo Monte explorará potencial de energia hidráulica em áreas ocupadas por indígenas, que serão diretamente afetadas pela construção e desenvolvimento do projeto, o qual inclusive prevê medidas mitigatórias/compensatórias". O referido aproveitamento desse potencial energético, segundo o juiz, também depende de lei regulamentar do Congresso Nacional. Campelo deverá apreciar nos próximos dias outra ação, também com pedido de liminar, relativa ao projeto da usina de Belo Monte. Trata-se de outra ação, essa interposta pelo Cimi, pedindo a suspensão do leilão.

Metalúrgicos de São Paulo acampados desde o dia 13 de abril em frente à sede da Fiesp, na Avenida Paulista – São Paulo – SP (região Sudeste), fazem uma "sardinhada". Mais de 70 Kg de sardinhas foram assadas e distribuídas para as pessoas que passavam no local. O objetivo do evento era chamar a atenção das pessoas e dos empresários sobre a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 h semanais, sem redução de salários – uma das grandes bandeiras das centrais sindicais. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e vice-presidente da Força Sindical, Miguel Torres, disse que o objetivo do acampamento e da "sardinhada" é fazer com que a Fiesp abra negociação com os sindicatos dos trabalhadores para discutir a redução da jornada. A sardinha foi escolhida para fazer um contraponto ao caviar – que, segundo Torres, seria a comida dos empresários. A Fiesp alegou que o ato não tinha ligação com a federação e que não se pronunciaria sobre o assunto.

Policiais federais promovem paralisação de 24h em todo Brasil para reivindicar a reestruturação salarial. Eles também defendem mudanças na Lei Orgânica da categoria, que está sendo analisada no Congresso Nacional por uma comissão especial criada na semana passada. Segundo a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), uma proposta de recomposição dos salários foi encaminhada pelo Ministério da Justiça em março de 2009, mas ficou parada no Ministério do Planejamento até a semana passada. De acordo com a federação, desde 2002, os policiais federais tiveram 83,3% de reajuste salarial, enquanto que em outros setores do Executivo, como a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), houve variações entre 140% e 552,8%.Sobre a reestruturação da carreira, o presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal (Sindipol-DF), Cláudio Avelar, defendeu que o cargo de diretor da PF deve ser escolhido pelos próprios servidores e não por indicação política. Segundo o secretário-geral da Fenapef, o Ministério do Planejamento marcou uma reunião para o dia 23 de abril com o objetivo de negociar a questão salarial com os policiais. O secretário disse que os 26 estados mais o DF já apoiaram o calendário de mobilização, que prevê uma paralisação de 48 h nos dias 28 e 29 de abril e outra de 72 h nos dias 5,6,7 de maio. A paralisação foi realizada nos principais aeroportos do país. Em São Paulo, a ação durou 40 min e originou uma fila de 350 pessoas no aeroporto de Congonhas na capital.

Moradores, abrigados devidos às chuvas dos últimos dias, realizam protesto numa escola municipal no Morro do Borel, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste). O protesto expôs uma situação que atinge outros bairros da capital e de Niterói e São Gonçalo, ambas na região metropolitana: unidades de ensino voltaram a funcionar mesmo mantendo desabrigados em suas dependências. Segundo as secretarias estadual e municipal de Educação, 18 escolas servem de abrigo. Destas, 7 reiniciaram as aulas. O Ciep Doutor Antoine Magarinos Torres Filho, que tem 540 alunos (da creche ao quinto ano), abriga 223 pessoas. Na escola municipal do Morro do

Borel, as aulas foram suspensas por pressão dos desabrigados que reclamam das condições do local.

5º feira 15

O diretor de licenciamento do Ibama, Pedro Alberto Bignelli, defende que a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA) não atinge diretamente as terras indígenas da região, ao contrário do que afirma a decisão judicial que suspendeu a realização do leilão e determinou que o Ibama conceda uma nova licença prévia ao empreendimento.“Existem mapas e a anuência da Funai ao processo todo, e nenhum mapa do empreendedor nos estudos que foram feitos remetem a essa influência direta, que é justamente a base dessa lei na qual o juiz deu o parecer”, argumenta Bignelli.Na decisão anunciada no dia 14 de abril, o juiz federal Antônio Carlos Almeida Campelo, da subseção de Altamira, argumenta que a emissão da licença prévia pelo Ibama descumpre o que estabelece o artigo 176 da Constituição Federal, que diz que qualquer aproveitamento hidrelétrico em terras indígenas deve ser precedido por uma lei específica.“Não é o caso de Belo Monte, que não tem nenhuma influência direta sobre terras indígenas. Existem influências indiretas sobre as comunidades indígenas, que estão pleiteadas nas condicionantes, mas, no momento, influência direta não existe nenhuma”, disse o diretor do Ibama. Ele diz que o instituto não trabalha ainda com a edição de uma nova licença, como determinou a decisão liminar do juiz, e que o Ibama está fazendo pareceres técnicos para subsidiar a defesa que está sendo elaborada pela Advocacia-Geral da União. Bignelli também garantiu que o instituto não tem preocupação com o possível cancelamento do leilão, marcado para o dia 20 de abril. “A preocupação do Ibama é o cumprimento das 40 condicionantes, qualquer que seja o consórcio, que é para o bem da comunidade, para o bem do meio ambiente”, declarou.

Integrantes do MST ocupam 6 prefeituras no interior de Alagoas (região Nordeste), como atividade do “Abril Vermelho”. Os trabalhadores rurais estão acampados nas prefeituras de Delmiro Gouveia, Inhapi, Olho d'Água do Casado, Girau do Ponciano, Atalaia e São Luiz do Quitunde. Eles exigem ser recebidos pelas prefeitos locais. De acordo com o movimento, a manifestação tem o objetivo de reivindicar o avanço das políticas que atendem assentamentos nas regiões. Além de ocuparem as prefeituras, cerca de 200 sem-terra bloquearam a Rodovia BR-316, que passa pelo município de Atalaia. A decisão foi tomada depois que o prefeito do município se recusou a conversar com os manifestantes que ocuparam a prefeitura pela manhã. Em Atalaia, o MST também realizou uma marcha até o Fórum. O ato teve o objetivo de pressionar o Judiciário local para julgar e punir os responsáveis pelo assassinato de Jaelson Melquíades, morto em novembro de 2005. Em Girau do Ponciano, há cerca de 350 famílias de agricultores na prefeitura. Em Delmiro Gouveia, há cerca de 500 agricultores aguardando para serem recebidos pelo prefeito Lula Cabeleira, que concordou em conversar com os sem-terra. Já em Inhapi e Olho d'Água do Casado, de acordo com o MST, não há perspectiva de os sem-terra serem recebidos. Em Olho d'Água, estão 110 famílias. Em Inhapi, há cerca de 150 famílias acampadas no prédio da prefeitura. Cerca de 1.500 trabalhadores rurais do MST estão mobilizados em Girau do Ponciano, no Agreste de Alagoas. O prefeito da cidade, Davi Barros recebeu o Movimento, garantiu a construção de uma escola, a reforma de dois centros sociais, obras de estruturação das áreas próximas aos assentamentos (barragem, estradas etc.), além da regularidade da visita do médico do Programa de Saúde da Família (PSF) uma vez por semana em todas as agrovilas da região. Em duas localidades, Inhapi e São Luís do Quitunde, o acordo firmado na negociação prevê novos momentos de negociação entre poder público e MST. Em Inhapi, no alto sertão, os militantes são recebidos pelo

Secretário Adjunto da Prefeitura e o Secretário de Finanças, que estabelecem uma reunião para encaminhar as questões de infra-estrutura de estradas e o acesso a medicamentos e à ambulância. Os militantes exigem uma reunião com a Companhia de Abastecimento de Alagoas (Casal), na qual pleiteiam o acesso à água encanada para todas as casas através de uma parceria entre INCRA e Prefeitura. Em São Luís do Quitunde, embora haja uma reunião após o retorno do Prefeito de viagem à Brasília, a terraplanagem é prometida sob o prazo de 6 dias, e num prazo de 20 dias a prefeitura promete entregar os móveis para as salas de aula na região. Em Atalaia, após o bloqueio da rodovia BR-316, manifestantes foram recebidos pelo prefeito que assumiu o compromisso de reunir todos os agentes comunitários de saúde para orientar a visitar as áreas de assentamento. A promessa é de que 7 dias depois o trator inicie a construção de uma creche e o transporte para as crianças estará regularizado. Todas as áreas de assentamento receberão kits de primeiros socorros e a ambulância irá realizar o transporte de quem necessite para a Capital. Em Delmiro Gouveia, o contingente de 500 agricultores ouviu do Prefeito (acompanhado por secretários de saúde, educação e chefe de gabinete) o atendimento integral da pauta. Um prazo de 7 dias, o prefeito promete que as escolas nos assentamentos recebam a infra-estrutura de móveis necessárias para funcionar, 6 escolas serão reformadas. A prefeitura se compromete em abrir seleção para agentes de saúde para garantir a assistência básica para os assentados. É prometida a realização, ainda este mês do cadastro no Sistema Único de Saúde daqueles que ainda não são beneficiários. Ainda no Alto Sertão, na negociação com o prefeito Galberto Pereira, as famílias conquistam a construção de um posto de saúde, que começa a ser construído no prazo de 6 dias e o início imediato da construção de estradas de acesso e o transporte escolar para um assentamento. A pauta local é complementada pelas reivindicações nacionais, a exemplo da ampliação de linhas de crédito para criação de agro-indústrias ou a atualização dos índices de produtividade rural.

Cerca de 100 famílias, ligadas ao MST, ocupam a fazenda São Luiz, no município de Poço Redondo, em Sergipe (região Nordeste). A expectativa é o assentamento destas famílias e melhoria das condições de infra-estrutura para a produção agrícola e habitação. A ocupação faz parte do "Abril Vermelho".

Cerca de 350 famílias ocupam a prefeitura de Mossoró, Rio Grande do Norte (região Nordeste) para apresentar uma pauta de reivindicações que envolve o abastecimento de água aos assentamentos e acampamentos, investimentos em saúde, infra-estrutura para as escolas, coleta seletiva e reciclagem, transporte e comercialização dos produtos agrícolas dos assentamentos. A ocupação faz parte do "Abril Vermelho".

A Brigada Militar isola a Fazenda Bela Vista, em Sananduva, Rio Grande do Sul (região Sul) no intuito de despejar cerca de 200 famílias sem-terra que ocupam a área. Os policiais aumentam o efetivo e afirmam que irão fazer o despejo, bem como identificar todos os integrantes do MST. O MST afirma que a ação da Brigada Militar é ilegal, já que não há notificação judicial para fazer a reintegração de posse ou o despejo da área. Além disso, as famílias buscam uma saída pacífica da área, mas os policiais não aceitam. O MST afirma que qualquer violência praticada contra as famílias é de responsabilidade da governadora Yeda Crusius (PSDB), que teve sua gestão marcada pela intransigência, pela violência e pela criminalização contra os movimentos sociais. O MST também responsabiliza o governo federal, que não realiza a reforma agrária.

Mais de 600 integrantes do MST e do Movimento dos Conselhos Populares ocupam o Sítio São Jorge, uma fazenda de 800 ha localizada entre a Avenida Perimetral e a Avenida I, no bairro José Walter, em Fortaleza, Ceará (região Nordeste). Cerca de 100 famílias ligadas ao MST ocupam ainda a fazenda Currais Novos, em Madalena e

aproximadamente 200 assentados do MST ocupam a prefeitura de Itapiúna também no estado.

Cerca de 350 famílias do MST ocupam a prefeitura de Mossoró, Rio Grande do Norte (região Nordeste) para apresentar uma pauta de reivindicações que envolve o abastecimento de água aos assentamentos e acampamentos, investimentos em saúde, infra-estrutura para as escolas, coleta seletiva e reciclagem, transporte e comercialização dos produtos agrícolas dos assentamentos. Na região de Mossoró, existem 11 assentamentos, e mais de mil famílias ainda vivem em baixo da lona preta, distribuídas em 3 acampamentos do MST.

Cerca de 200 integrantes do MST ocupam uma fazenda na cidade de Sananduva, Rio Grande do Sul (região Sul). A Fazenda Bela Vista possui 500 há. O proprietário da área possui dívidas com o Banco do Brasil e a área ainda é alvo de crime ambiental. A ocupação faz parte do "Abril Vermelho" do Movimento.

Uma mobilização é realizada por lideranças de bairro, trabalhadores, desempregadas, jovens, donas de casa e aposentados, movimento estudantil, de moradia e organizações políticas ao lado do MST, em São José dos Pinhais, Paraná (região Sul), em frente à prefeitura da cidade. O objetivo é denunciar o descaso do prefeito Ivan Rodrigues Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a necessidade de serviços básicos para as comunidades do Jardim Itaqui, Rio Ressaca e Jardim Cruzeiro. Segudo um militante: no Jardim Itaqui, uma criança teria bebido água de uma cava durante a falta de fornecimento de água. A falta de água vem gerando tensão em pontos da periferia. A atividade é parte da Jornada de Lutas do MST, quando cerca de mil militantes se mantém em mobilização e negociações com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de Banco do Brasil, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Secretarias de Estado.

O relatório *Conflitos no Campo*, divulgado hoje pela CPT aponta que as ocorrências de trabalho escravo diminuíram em 2009. Segundo o relatório, em 2008 foram 280 registros de escravidão, contra 240 em 2009. O número de resgatados também foi menor em 2009: 4.283 pessoas. Desses, 715 estavam no Rio de Janeiro, estado com maior número de resgatados. No ano anterior foram libertados em todo país 5.226 trabalhadores. A Região Sudeste liderou o número de libertados. De acordo com a CPT, o estado responde por 37,2% dos resgatados, seguido pelo Nordeste, com 20,9%. A comissão, entretanto, alerta que os números refletem a fiscalização intensa realizada na Região Centro-Sul e não necessariamente o número de pessoas trabalhando como escravos. "O Norte continuou liderando pelo número de trabalho escravo identificado (mas fiscalizado somente pela metade) e voltou a encabeçar o *ranking* do número de pessoas envolvidas nesses casos", ressalta a entidade.Segundo o relatório, no ano passado, 2.423 pessoas estavam envolvidas em denúncias de trabalho escravo, seguido pelo Sudeste com 1.605 envolvidos.Em relação à superexploração e ao desrespeito da legislação trabalhista no campo, também houve queda nos índices, foram 45 registros no ano passado, menos da metade dos 93 verificados em 2008.

Segundo relatório divulgado pela CPT, aumentaram em 2009 os conflitos por terra, principalmente os relacionados a comunidades tradicionais, como quilombolas e caiçaras. Em 2009 ocorreram 854 conflitos relacionados à terra, enquanto em 2008 foram registradas 751 ocorrências deste tipo. Nessa categoria se enquadram despejo, expulsão, destruição de bens e pistolagem somados a ações como ocupações e acampamentos. Em relação à violência no campo, há uma redução no número de assassinatos, de 27 em 2008 para 24 em 2009, mas um aumento de outras formas de

violência como a tortura - de 6 casos em 2008 para 71 no ano passado. O número total de todos os tipos de conflitos ficou em 1.184 em 2009 contra 1.170 do ano anterior. De acordo com a CPT, o que chama a atenção nos conflitos de 2009 são as grandes extensões de terras envolvidas: 15.116.590 ha. Esse número é o maior registrado na série histórica da CPT desde 2000. Em 2008, os conflitos envolviam 6.568.755 ha. Para o geógrafo da Universidade Federal Fluminense (UFF) Carlos Porto-Gonçalves, as comunidades tradicionais estão assumindo a luta pela terra em um momento em que os movimentos sociais enfraqueceram a mobilização. A redução do ritmo de luta ocorreu, na avaliação do professor, devido a uma decepção com a política de reforma agrária do governo e ao sucesso de políticas sociais e de transferência de renda. "Essas perspectivas [*dos movimentos sociais em relação ao atual governo*] são frustradas. De outro lado, políticas sociais bem sucedidas tiraram o poder dos movimentos de fazer convocações", destacou. Os estados que se destacaram em 2009 pelo número de ocorrências de conflitos por terra foram o Pará, com 160 e São Paulo, 114 casos. Gonçalves ressalta que esses dados são relativos, pois não consideram o tamanho da população rural em cada estado. Na avaliação do especialista, os estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) registram números expressivos de violência no campo se analisados em proporção com o tamanho das áreas rurais. Foram registrados 24 e 29 ocorrências, respectivamente, desse tipo de violência, segundo relatório da CPT.

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), recebe mais de 100 ativistas dos 5 continentes, em audiência pública de lançamento do "Dossiê dos impactos e violações da Vale no Mundo". A ação faz parte do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, que ocorre no Rio de Janeiro. Sentados nas cadeiras, no chão e do lado externo, os participantes ouvem denúncias contra a empresa, por parte de trabalhadores de diversos países. Canadá, Nova Caledônia, Peru e Moçambique, por exemplo, intercalam denúncias com as caravanas de estados brasileiros. "Eles roubaram nossa terra, lançaram veneno em nosso ar, e poluíram nossa água", protestou James Wester, do Canadá. O país trouxe uma delegação para o encontro. No Canadá, 3 unidades da Vale-Inco estão em greve, 2 delas a 9 meses completados essa semana. "Moçambique é um país que precisa muito de desenvolvimento. A Vale chega prometendo um monte de coisa. A população aceita muito fácil. Eles não cumpriram nada, não pagaram pela terra, e estão hoje presentes em todo o estado moçambicano", diz Jeremias, trabalhador da Vale Moçambique. "Não sei se vocês dimensionam o que está acontecendo aqui. O imperialismo brasileiro está nascendo. As empresas brasileiras se voltam para explorar força de trabalho em outros países", afirma a professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Virginia Fontes. "O Estado brasileiro tem seu papel, um jeito novo, muito sutil, de manter as privatizações. O grande financiador de fusões e incorporações no Brasil é o BNDES. No último ano, o país foi onde mais se teve fusões no mundo, 25% do total", diz o deputado federal Chico Alencar do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Também estão presentes os deputados estaduais Paulo Ramos do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Marcelo Freixo do PSOL, presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, que coordena a mesa. Após a audiência, os manifestantes seguem a pé até a sede da Vale do Rio Doce. Os 150 ativistas somam-se a outros militantes e, em fila, marcham pelo Centro da cidade. Em frente à Vale, um bolo é cortado e servido a funcionários da empresa, representando, simbolicamente, os 9 meses de greve dos canadenses.

Ato de moradores de área de risco no morro do Borel, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste) paralisa as aulas no Centro Integrado de

Educação Pública (CIEP). Os moradores reclamam do atraso na entrega do auto de interdição dos imóveis no valor a ser recebido de R$ 400.

6ª Feira 16

Cerca de 90 famílias de ligadas ao MST ocupam a Fazenda Arizona, no município de Sertânia, Pernambuco (região Nordeste). No Agreste, 140 famílias ocupam a Fazenda Água Branca, que fica entre os municípios de Agrestina e São Joaquim do Monte, Pernambuco (região Nordeste). O MST exige o assentamento das 90 mil famílias acampadas em todo o país; a atualização dos índices de produtividade; garantia de recursos para as desapropriações de terras; e investimentos públicos nos assentamentos (crédito para produção, habitação rural, educação e saúde). As ocupações fazm parte do "Abril Vermelho" do Movimento.

Mais de 200 famílias ligadas ao MST se mobilizam em frente à prefeitura de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro (região Sudeste). As famílias, vindas de assentamentos da região, exigem o cumprimento das políticas públicas referentes à Reforma Agrária, como escolas para o meio rural, infra-estrutura para os assentamentos, luz, transporte escolar, e compra de alimentos produzidos nos assentamentos para a merenda escolar. Além da prefeitura, as famílias marcham em direção à Secretaria de Educação e ainda, na AMPLA – empresa responsável pelo Projeto Luz para Todos no município, para pedir a infra-estrutura básica para as comunidades rurais, como saneamento, estradas, escolas, saúde, pautas penduradas pelos órgãos públicos há muito tempo. É realizada uma Audiência Pública sobre Trabalho Escravo, na Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes A audiência é uma iniciativa do Deputado Estadual Marcelo Freixo PSOL, Presidente da Comissão de direitos Humanos da ALERJ, em conjunto com o MST, a CPT e o Comitê Popular pela Erradicação do Trabalho Escravo. Participam da Audiência mais de 300 trabalhadores Sem Terra e cortadores de cana. As atividades fazem parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, que acontece até o final deste mês de abril, em todo o Brasil.

O governador do Paraná (região Sudeste) Orlando Pessuti, a ministra do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes, os secretários do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Fernando Peppes, da Agricultura, Erikson Chandoha, Meio Ambiente, Jorge Calado, e o deputado estadual Tadeu Veneri e o deputado federal do Doutor Rosinha, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), participam em Curitiba, Paraná (região Sul) da audiência pública sobre a reforma agrária juntamente com mil trabalhadores rurais de 270 assentamentos. O encontro promovido pelo MST quer a articulação do Governo do Paraná junto ao Governo Federal para o assentamentos de 6 mil famílias no estado. "Essa luta é legítima. Tanto o ex-governador Roberto Requião quanto eu sempre trabalhamos para que esses agricultores fossem incluídos e beneficiados pelas nossas políticas públicas", diz o governador. "Ouvimos as reivindicações para estudar a forma de ajudá-los, já que as questões de assentamento são de competência do Governo Federal", continua o governador. A ministra anuncia o repasse de R$ 15 milhões para a agroindústria familiar. "Para usar esses recursos, o movimento precisa se organizar e trabalhar para produzir esses alimentos, que são adquiridos pelo Governo para a merenda escolar", explicou Márcia Lopes. Os militantes do MST reivindicam infra-estrutura para que as famílias possam trabalhar na terra e incentivos à educação. "Pedimos às autoridades estaduais e federais para que dêem mais agilidade nos projetos que já estão encaminhados, principalmente os referentes à terra e à educação", contou Roberto Baggio, coordenador do MST no Paraná.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) realizam o III Encontro Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores realizada na cidade de Vitória da Conquista – Bahia, de 12 a 16 de abril de 2010 e elaboram uma Carta. No Encontro comparecem mais de mil camponeses, dentre eles representantes de 6 países, assim como diversos intelectuais comprometidos com a construção do "Plano Camponês" e do "Projeto Popular" para o Brasil. No Encontro eles estudam, trocam experiências e debatem a conjuntura internacional e nacional agrícola e agrária, além da definição de linhas estratégicas para o próximo período. Os camponeses também lançam a campanha nacional contra os agrotóxicos e assumem a campanha internacional pelo fim da violência contra a mulher. Algumas das propostas contidas na carta são: "construir e executar um ousado plano de formação" da base; e o controle da atividade produtiva, "desenvolvendo Sistemas Camponeses de Produção, tecnologias de base ecológica, controlando a comercialização de nossa produção ligando campo e cidade afirmando a necessidade da reforma agrária como condição para a redistribuição da população no espaço geográfico e uma das soluções para crise social e ecológica".

Os estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), em Minas Gerais (região Sudeste), em assembléia geral, decidem pela adesão à greve geral, unificando suas reivindicações e as dos servidores e professores da universidade, que desde o inicio do semestre iniciaram um importante movimento grevista que conta com a adesão de quase a totalidade dos servidores. Os grevistas agem em defesa da educação pública e gratuita, por condições básicas de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil. Os estudantes da UNIMONTES não possuem restaurante universitário, moradia universitária, transporte ou bolsas permanência. Eles também denunciam que a estrutura física e didática da universidade está completamente precarizada: faltam laboratórios, livros, salas de aula, computadores, além do que, projetos e bolsas de iniciação científica e extensão são praticamente inexistentes. Os estudantes também afirmam que o atual reitor, Paulo César Gonçalves de Almeida, foi empossado pelo governo do estado por meio de lista tríplice, mesmo sendo o último colocado na consulta à comunidade acadêmica.

Sábado 17

O MST ocupa a Superintendência do Incra do Recife, Pernambuco (região Nordeste) com mais de 1.000 trabalhadores rurais vindos de todos os acampamentos e assentamentos do estado. A Atividade integra as ações do "Abril Vermelho" do Movimento.

Cerca de 250 integrantes do MST ocupam as instalações da usina Capital, em Nuporanga, região de Franca – São Paulo (região Sudeste). Os militantes montaram acampamento numa área plantada com cana-de-açúcar. É a sexta propriedade rural ocupada esta semana no interior de São Paulo em ações do "Abril Vermelho" do MST. De acordo com a coordenação estadual do MST, a usina está abandonada e os canaviais são antigos e passaram do ponto de corte.

O Movimento Terra Livre ocupa terreno abandonado na Vila Curuçá (São Miguel Paulista), na zona leste de São Paulo (região Sudeste). Eles afirmam que os governos municipal e estadual expulsaram-nos de suas casas.

Um grupo de 70 manifestantes do grupo Fora Arruda realiza protesto em frente à Câmara Legislativa do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). Os manifestantes protestam contra a eleição indireta que vai escolher o novo governador do

Distrito Federal. O grupo alega que a Câmara Legislativa não tem condições de escolher o novo governador. Nove dos deputados distritais acusados de envolvimento no esquema estão autorizados pela Justiça a participar da eleição. Os manifestantes tentaram fechar uma das entradas da garagem por onde chegam os carros com os deputados, mas foram desmobilizados pela PM. Policiais militares e manifestantes entram, em confronto. O prédio foi todo cercado. Os manifestantes, que fazem parte do grupo Fora Arruda, são contra a eleição indireta no DF e tentaram ocupar a Câmara Legislativa pelas entradas laterais. Segundo eles, os policiais usaram de violência para conter o protesto. Vários manifestantes e um policial ficaram feridos. Um dos foi feridos foi o estudante Solon Carvalho. Inicialmente, ele foi atendido na enfermaria da Câmara Legislativa, mas foi encaminhado em seguida ao Hospital de Base. “Eu caí no chão e um policial veio e me bateu no pescoço e na cabeça”, disse o estudante, antes de ser levado ao hospital. Um segurança da Câmara também foi ferido durante o confronto e teve que ser levado ao hospital. O policial ferido foi atingido por uma pedrada na nuca.

Cerca de 150 estudantes fazem manifestação em frente ao prédio da Câmara Legislativa em São Paulo – SP (região Sudeste), contra a eleição indireta para escolher o governador de Brasília. Em confronto com a PM dois manifestantes foram presos e um deles foi levado para o hospital com suspeitas de traumatismo craniano. Foi deslocado um efetivo de 250 policiais para fazer a segurança do prédio.

A ONG Rio de Paz instala na areia da Praia de Copacabana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) um barraco e um varal com várias peças de roupas penduradas. Erguido com madeiras dos escombros de casas destruídas pela chuva que atingiu o estado há 10 dias, o barraco chama a atenção de quem passa pelo calçadão de Copacabana, em frente à Avenida Princesa Isabel. O diretor executivo do Movimento Rio de Paz, Antônio Carlos Costa, informou que a instalação do barraco tem o objetivo de levar para a praia o cenário de uma favela e mostrar como as pessoas convivem com a falta de infraestrutura, como saneamento e de segurança.Vários moradores do Morro do Bumba, em Niterói, que foi praticamente destruído com um deslizamento, e que perderam suas casas, participam da manifestação. Os últimos temporais que atingiram o Rio de Janeiro deixaram pelo menos 253 mortos e centenas de desabrigados. Niterói foi o município mais afetado.

Servidores da área ambiental dos quais estão envolvidos o Ibama, Instituto Chico Mendes, Ministério do Meio Ambiente e Serviço Florestal Brasileiro do governo do Estado de São Paulo (região Sudeste) entram em greve. Os grevistas pedem, entre outros pontos, aumento de salário, reestruturação da carreira, e melhores condições de trabalho.

Domingo 18

Manifestantes das ONG Aprablu e Associação dos Melhores Amigos dos Bichos (AMA) realizam protesto durante evento de puxada de cavalos na localidade de Ribeirão Souto, em Pomerode, no Vale do Itajaí – Santa Catarina (região Sul) e 14 são feridos a pedras e pauladas em confronto com os organizadores participantes da puxada. Os manifestantes foram à delegacia registrar boletim de ocorrência. Eles criticaram o uso dos cavalos em provas, cujo objetivo é medir a força do animal, arrastando sacos de areia de até 2 t por uma distância de 10 m. O evento, organizado pelo Clube do Cavalo, reúne 25 participantes e 60 animais e é assistido por cerca de 200 pessoas. A PM, o Corpo de Bombeiros e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) são

acionados, mas chegam cerca de 15 min após o protesto. As competições estão incluídas no calendário oficial de eventos da Secretaria Municipal de Turismo. Os defensores dos animais entendem que a decisão da Secretaria é uma forma de apoio à prática. O poder público alega que a inclusão na agenda da cidade vai impedir eventos de outros clubes de caça e tiro.

2º feira 19

Integrantes do MST já ocupam sete unidades do Incra e ao menos 68 fazendas de 11 estados. Foram ocupadas a sede nacional do instituto, no Distrito Federal, além das superintendências do órgão em São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Piauí e na Paraíba. Em Pernambuco, o prédio do Incra foi ocupado no dia 17 de abril. O MST ainda contabiliza, segundo informações da Agência Brasil, a ocupação de 68 "latifúndios" localizados nos estados de Pernambuco (25), da Bahia (15), de São Paulo (11), da Paraíba (5), de Sergipe (4), de Alagoas (2), do Ceará (2), do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul (1 em cada estado). Segundo o movimento, a maioria das áreas ocupadas já foi classificada como improdutiva pelo Incra, mas ainda não foi desapropriada. Os protestos devem continuar pelos próximos dias já que manifestantes marcham por quase todo o país. Esta manhã, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste), mais de 1,4 mil manifestantes ocupam a sede do palácio do governo do estado para cobrar um projeto de geração de trabalho e renda aos atingidos pelas secas e assistência técnica para os já assentados. Na Bahia (região Nordeste), o MST diz que mais de 5 mil trabalhadores rurais sem-terra iniciaram uma marcha até a capital, Salvador, para chamar a atenção da sociedade para a urgência da reforma agrária. Já em Alagoas (região Nordeste), cerca de 1 mil camponeses realizaram um ato na Praça Dom Pedro II, no centro de Maceió. As ocupações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, que cobra do governo federal o assentamento de mais de 90 mil famílias acampadas ligadas ao MST. Segundo o movimento, o governo não vem cumprindo compromissos assumidos em agosto de 2009, como a atualização dos índices de produtividade e a garantia de recursos para a desapropriação de áreas. O movimento quer que o governo federal priorize a desapropriação de terras para assentar estas famílias, principalmente nas regiões mais conflituosas, além de garantir recursos para que as superintendências estaduais possam planejar suas próprias metas de vistoria e avaliação de imóveis e manter equipes técnicas em campo. A jornada reivindica também a renegociação das dívidas das famílias assentadas e uma linha de crédito que atenda as especificidades das áreas de reforma agrária. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), segundo o MST, não atende às necessidades dos assentados e criou uma geração de inadimplentes. As atividades fazem parte do "Abril Vermelho" do Movimento.

Cerca de 500 integrantes do MST ocupam a superintendência regional do Incra de São Paulo – SP (região Sudeste). O protesto faz parte do "Abril Vermelho" uma série de ações realizadas no mês de abril relembrando o Massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em 17 de abril de 1996. Entre as reivindicações estão o assentamento de todas as famílias acampadas em áreas públicas federais, liberação de crédito de apoio à instalação de assentamento e liberação da Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos para Acampados da Reforma Agrária (Dapaa) para as áreas de acampamento em fase de produção.Segundo o movimento, somente no estado de São Paulo, há 2 mil famílias acampadas à espera de terras. A reportagem não conseguiu entrar em contato com a Superintendência do Incra.

Dezenas de manifestantes do MST ocupam a sede da superintendência do Incra no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto faz parte de uma mobilização nacional, "Abril Vermelho", que lembra o conflito, ocorrido há 14 anos em Eldorado dos Carajás (PA), quando 19 lavradores foram mortos em confronto com a PM. Pelo menos 30 pessoas ficarão acampadas, por tempo indeterminado, no gabinete do superintendente regional do Incra. Cerca de 300 pessoas ocupam as calçadas em frente ao prédio onde fica o instituto, no centro do Rio. Segundo o representante do Diretório Nacional do MST, Marcelo Durão, a manifestação também serve para pedir rapidez no processo de assentamento de 800 famílias vinculadas ao movimento no estado. Além disso, segundo Durão é preciso facilitar a vida das famílias já assentadas, com a concessão de crédito e a melhoria da infraestrutura dos assentamentos. O superintendente do Incra no Rio, Gustavo Souto de Noronha, recebeu os manifestantes em seu gabinete e reconheceu o direito dos sem-terra de se manifestar por meio da ocupação. Noronha disse que a reforma agrária é uma demanda histórica dos trabalhadores rurais, que não será resolvida em apenas um governo. Segundo ele, cerca de 1,8 mil famílias aguardam para serem assentadas no estado."Temos um problema com a Justiça, que demora muito para decidir as ações de desapropriação ou então paralisa o processo no meio. Junto a isso, as demandas não param. Então nossa velocidade institucional, não só do Incra como das instituições da sociedade brasileira, não é condizente com a demanda e a necessidade das famílias de trabalhadores rurais, que precisam de terra para trabalhar", disse Noronha. Segundo o superintendente, outra dificuldade encontrada pelo Incra para assentar famílias de sem-terras no Rio de Janeiro é a força dos fazendeiros no estado, que, de acordo com Noronha, são muito bem organizados.

Quase 2 mil integrantes do MST paralisaram o trânsito de uma das avenidas mais movimentadas de Recife – Pernambuco (região Nordeste), a Agamenon Magalhães, durante 40 min. A finalidade do bloqueio é reivindicar agilidade nos processos de reforma agrária realizados pelo Incra. Além disso, os trabalhadores rurais sem-terra ocupam a sede da superintendência do instituto em Pernambuco desde o dia 17 de abril. Segundo Cassia Bechara, dirigente estadual do MST de Pernambuco, as principais reivindicações do movimento são o assentamento das 90 mil famílias acampadas em todo o país e o aumento de investimento em infraestrutura, além de apoio à agricultura familiar após a entrega da terra. Ela disse que ao todo, são 17 mil famílias acampadas no estado. As ações no estado fazem parte do "Abril Vermelho" do MST. Em Pernambuco foram ocupadas 23 fazendas e engenhos. "A intensificação das ações ocorre aqui porque este é um dos estados campeões em conflitos agrários, com 25% de população vivendo no campo e 57% de propriedades consideradas improdutivas", explica Cassia. De acordo com o superintendente do Incra em Pernambuco, Abelardo Siqueira, o diálogo com os trabalhadores ainda não começou porque eles não apresentaram a pauta de reivindicações. "Por enquanto está previsto o assentamento de 1,4 mil famílias neste ano", explica. Todos os anos, a mobilização do MST ocorre no mês de abril em homenagem às vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás.

O MST realiza diversas marchas e ocupações em diversas cidades na Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária: "Lutar não é crime!". Mais de 700 integrantes do MST ocupam a sede nacional do Incra, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O movimento organiza outras ocupações de superintendências, com cerca de 500 trabalhadores em São Paulo, 400 no Rio de Janeiro (região Sudeste), 600 em Belém – Pará (região Norte), 400 no Piauí (onde realizam também uma marcha) e 400 em João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). As mobilizações cobram do governo o assentamento das 90 famílias acampadas e um programa de agroindústrias para os assentamentos. Em agosto de 2009, o governou assumiu uma série de compromissos com a Reforma Agrária que até agora, segundo o movimento, não foram cumpridos,

como a atualização dos índices de produtividade e a garantia de recursos para a desapropriação de áreas. Em toda a jornada, foram realizadas até agora manifestações em 19 estados e em Brasília. Os Sem Terra fazem marchas pela Reforma Agrária na Bahia (região Nordeste), Tocantins (região Norte), Minas Gerais (região Sudeste) e Rio Grande do Sul (região Sul). Mais de 5 mil trabalhadores rurais sem-terra realizam a Marcha de Feira de Santana – Bahia (região Nordeste) para chamar a atenção dos governos e da sociedade para a urgência da Reforma Agrária. A atividade está prevista para terminar no dia 26 de abril, com a chegada a Salvador, capital do estado. Os sem-terra também realizam Marcha com 500 trabalhadores assentados da Reforma Agrária, que termina em frente ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) em Uberlândia – Minas Gerais (região Sudeste). Cerca de 300 famílias acampadas marcham até a Fazenda Southall, em São Gabriel – Rio Grande do Sul (região Sul), em memória ao Sem Terra Elton Brum da Silva, que foi assassinado há 8 meses durante o despejo violento feito pela Brigada Militar na fazenda. A maioria das áreas ocupadas estão classificadas como improdutivas por vistorias do Incra, mas ainda não foram desapropriadas e destinadas à Reforma Agrária. A jornada reivindica também a renegociação das dívidas das famílias assentadas e uma linha de crédito que atenda às especificidades das áreas de Reforma Agrária. Segundo o MST, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não atende às necessidades dos assentados e "criou uma geração de inadimplentes". Mais de 1,4 mil trabalhadores rurais ocupam a sede do Palácio do Governo em Fortaleza – Ceará (região Nordeste) para cobrar um projeto de geração de trabalho e renda aos atingidos pelas secas, assistência técnica para assentados e a criação de um banco de sementes crioulas. Cerca de 1,2 mil camponeses fazem ato na Praça Dom Pedro II, no centro de Maceió – Alagoas (região Nordeste), para colocar em pauta com a sociedade e autoridades a aceleração da Reforma Agrária. 600 trabalhadores rurais encerram uma marcha até Florianópolis – Santa Catarina (região Sul).

Dezenas de camponeses organizados pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) do Brasil realizam um protesto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em frente à embaixada da Índia, para exigir o fim imediato da Operação "Caçada Verde", uma aplicação da política genocida do velho Estado indiano contra os povoa Adivasi (povos tribais daquele país) e todos os camponeses da Índia, e visa atacar os povos em luta, principalmente nas áreas onde atuam os Naxalitas (como são conhecidos os membros do Partido Comunista da Índia maoísta). A manifestação contou com a presença de representantes da Liga Internacional de Luta dos Povos (ILPS)-seção Brasil, Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), Movimento Feminino Popular (MFP), e Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo (FRDDP). Uma delegação de integrantes do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (Cebraspo) e da Associação Brasileira dos Advogados do Povo (ABRAPO) entrega um documento ao embaixador da Índia no Brasil, B. S. Prakash, que se recusou momentaneamente a receber os manifestantes e negou o genocídio perpetrado pelo Estado indiano contra os Adivasi e camponeses daquele país. Ele só recebeu a comissão, após à persistência dos manifestantes. Os manifestantes também reivindicam a suspensão imediata do roubo de terras e expulsão das populações locais pelas empresas transnacionais e pelo Estado indiano.

Uma decisão liminar do juiz federal Antônio Carlos Campelo, da Subseção de Altamira (PA), cancela, a realização do leilão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, marcado para o dia 20 de abril. A liminar também suspendeu a licença prévia do Ibama ao empreendimento. A informação é da assessoria de Comunicação da Procuradoria da República no Pará. A liminar do juiz atende a uma segunda ação do Ministério Público Federal no Pará, que ingressou com 2 ações judiciais contra o licenciamento prévio e pedindo a suspensão do leilão. Na semana passada, o leilão já havia sido suspenso pela

Justiça Federal, mas o Tribunal Regional Federal analisou um recurso da Advocacia-Geral da União e havia mantido a licitação para amanhã. Dois consórcios vão participar: um formado pelas estatais Furnas e Eletrosul mais as empresas Andrade Gutierrez, Companhia Brasileira de Alumínio, Vale e Neoenergia, e o outro, liderado pela Chesf, subsidiária da Eletrobras, com participação da Queiroz Galvão, Gaia Energia e mais 6 empresas.

3º feira 20

Lideranças do MST se reúnem com o presidente do Incra, Rolf Hackbart, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para discutir as ocupações de prédios do órgão por trabalhadores sem-terra em todo o país. O número de famílias acampadas no Brasil à espera de terra foi contestado pelo Incra. Segundo o MST, cerca de 90 mil famílias estariam vivendo em acampamentos montados pelo Movimento. O presidente do Incra, Hackbart, não acredita nos números apresentados. Ele informou que a meta do governo neste ano é assentar 60 mil famílias ligadas ao MST. A estimativa do MST, no entanto, foi considerada realista pelo professor de geografia da Universidade de São Paulo (USP), Ariovaldo Umbelino. O especialista acompanha os números relacionados a questão agrária no Brasil e, com base na quantidade de cestas básicas distribuídas a acampados, afirma que existem em torno de 120 mil famílias em acampamentos. Em 2009, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, foram distribuídas 954,5 mil cestas básicas a 224,5 mil famílias. O historiador da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Clifford Welch, que acompanha os movimentos sociais ligados à questão agrária no Brasil, também considera a estimativa do MST "plausível". Mas ressalva que "é difícil ter certeza, porque os acampamentos são muito fluidos".

Ativistas da ONG Greenpeace bloqueiam a entrada principal da sede da Aneel, em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste), com 3 t de esterco. Eles protestam contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, sul do estado do Pará. Além de integrantes do Greenpeace, há integrantes de diversos movimentos sociais, entre eles, o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), Amigos da Terra e MAB. Os integrantes da organização fizeram uma corrente humana na tentativa de impedir a entrada no prédio. Em seguida, os manifestantes que estavam na porta da Aneel, deixam o local e se encaminham para a sede do Incra. Segundo o major Carvalho, comandante do policiamento responsável pela segurança do prédio da Aneel, havia cerca de 300 manifestantes e 350 policiais militares. Mais cedo, o grupo havia feito uma passeata da Catedral até a sede da Aneel. Um índio carregava um pequeno caixão que, segundo a representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) Antônia Melo, representa a morte de povos indígenas e ribeirinhos que serão prejudicados com a construção da usina. Contrariando as expectativas do mercado, o consórcio montado de última hora, sob a liderança da estatal Chesf, venceu o leilão. O grupo vencedor se comprometeu a vender a energia produzida na usina por R$ 77,97 o megawatt/h, um deságio de 6,02% em relação ao preço máximo fixado pelo governo. A oferta foi pelo menos 5% menor que a do grupo liderado pela Andrade Gutierrez, que era considerado favorito. O resultado do leilão foi comemorado pelo ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. "O Brasil está vitorioso hoje porque Belo Monte é a que produz energia mais barata em todo leque de usinas que temos", disse o ministro. Até o início da tarde, o leilão corria o risco de não ser realizado por causa de uma liminar concedida no dia 19 pela Justiça Federal do Pará. Depois que a medida foi derrubada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da Primeira região, foram necessários apenas 7 min para que a usina fosse leiloada. A divulgação do resultado, entretanto, só foi feita quase 3 h depois, por causa de outra liminar, que também acabou sendo

cassada. Apesar do imbróglio, o diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, disse estar convicto da segurança jurídica do leilão. "Fomos absolutamente conservadores. Já tínhamos terminado o leilão quando soubemos da nova liminar." Segundo o procurador-geral da agência reguladora, Márcio Pina, até o fim da tarde de terça-feira a Justiça do Pará ainda não havia citado formalmente a Aneel.

Entidades sociais e de meio ambiente, agricultores e tribos indígenas realizam manifestação contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte no Pará. Eles realizam uma vigília em Altamira – Pará (região Norte), em frente às instalações da Eletronorte, com rezas, carros de som e discussões sobre o empreendimento.

4º feira 21

Integrantes do MST, do movimento quilombola e dos movimentos negro e indígena se reunem na Praça da Sé, em São Paulo – SP (região Sudeste), para discutir a questão da terra no país. O encontro que tinha o objetivo inicial de ser um tribunal popular para julgar o Estado brasileiro, se transformou em uma "aula pública", com denúncias e pedidos de reforma agrária. Para Gilmar Mauro, da direção nacional do MST, a questão da reforma agrária atualmente não envolve somente uma luta pela distribuição de terra, mas, também, uma discussão sobre o "papel que queremos para o solo, para os recursos naturais e para os alimentos". Mauro afirmou que o MST deve fazer o possível para que essas questões estejam presentes nas pautas dos candidatos à Presidência da República nas eleições deste ano de 2010. A manifestação realizada hoje, em São Paulo, é parte das ações que marcam o "Abril Vermelho" do movimento. Durante este mês, em São Paulo, segundo Gilmar Mauro, o MST fez 10 ocupações de propriedades rurais (2 delas já desocupadas) e de prédios de órgãos públicos como a sede do Incra e do Banco do Brasil, na capital paulista. A sede do Incra foi desocupada neste dia 21 de abril.

O presidente da Associação Comunitária São João do Tomé, presidente da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra da Chapada do Apodi, José Maria Filho é assassinado em Limoeiro do Norte – Ceará (região Nordeste). Segundo informações do Centro de Mídia Independete (CMI), as razões do assassinato se encontram no bojo dos conflitos provocados pela presença do agrohidronegócio, instalado em meados da década de 1990 na região Jaguaribana. Moradores da comunidade, em nota, afirmam que "a comunidade de Tomé bem como outras que se localizam na Chapada do Apodi sofrem o descaso e o desrespeito dos órgãos públicos e a irresponsabilidade das grandes empresas que se fixaram na Chapada e que atentam contra o meio ambiente e a saúde da coletividade." Movimentos e instituições se solidarizam com a família e exigem a apuração rigorosa do crime e a punição dos culpados.

Cerca de 30 estudantes vestidos de palhaço protestam contra Rogério Rosso, o recém-eleito indiretamente, governador de Brasília (região Centro-Oeste). Os estudantes gritavam "vamos comemorar o quê com a Minnie e o Mickey Mouse. Temos um governador que foi eleito com 13 votos, sendo 8 de mensaleiros", diz nota do jornal Folha de São Paulo em referência à "Parada da Disney" que aconteceu na cidade. Um dos líderes do movimento, o estudante de engenharia florestal Abayomi Mandela disse que a ocupação foi um ato simbólico, com o objetivo de contrapor à festa dos 50 anos de Brasília que reuniu por volta de 1 milhão de pessoas.

5º feira 22

Integrantes do MST desocupam a Superintendência do Incra no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O órgão se comprometeu a vistoriar 20 áreas rurais apontadas como improdutivas no estado até o final de 2010. De acordo com o MST, o compromisso pôs fim à ocupação. Cerca de 300 manifestantes fizeram uma vigília de 2 dias na porta do instituto para pressionar por medidas em favor da reforma agrária. De acordo com o representante do MST no estado, Marcelo Durão, nos últimos 5 anos, o governo federal não avançou na questão e, no estado fluminense, nenhuma das 800 famílias acampadas do movimento foi assentada em 2009. A maioria das áreas improdutivas que deve ser vistoriada fica no norte fluminense, próximo ao município de Campos dos Goytacazes. De acordo com Durão, são fazendas onde foi flagrado a prática de trabalho escravo ou onde há usinas falidas e abandonadas de cana-de-açúcar. O representante do MST também informou que o Incra se comprometeu a melhorar estradas, abrir poços, disponibilizar assistência técnica e liberar crédito para a prática agroecológica. O andamento das medidas será novamente avaliado em uma reunião, em maio. A ocupação do Incra compõe as ações do "Abril Vermelho".

Integrantes do MST continuam a ocupar sedes do Incra em sete estados – Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Pernambuco (região Nordeste), Pará e Rondônia (região Norte). As mobilizações cobram um programa de agroindústrias para os assentamentos, a renegociação das dívidas das famílias assentadas e uma linha de crédito que atenda as especificidades das áreas de reforma agrária. Segundo informações da Agência Brasil, até o momento, foram realizadas manifestações em 20 estados e também na capital federal. Foram ocupados 71 latifúndios, sendo 25 em Pernambuco, 15 na Bahia, 11 em São Paulo, 5 na Paraíba, 5 em Sergipe, 2 em Alagoas, 4 no Ceará, 1 no Rio Grande do Sul, 1 em Santa Catarina, 1 em Minas Gerais e 1 em Mato Grosso do Sul.

Cerca de 400 famílias, segundo o MST, ocupam uma fazenda no sul da Bahia (região Nordeste). Já para a Veracel, empresa possuidora da fazenda são 100 pessoas. A ocupação faz parte do chamado "Abril Vermelho". Os ocupantes derrubaram ao menos 5 dos 4.700 ha de eucalipto para plantar feijão. Os sem-terra afirmam que a ocupação foi feita para pressionar o governo federal a avançar nas negociações sobre desapropriações de terra na região. O MST também promove uma marcha com cerca de 5 mil integrantes que deve chegar a Salvador – Bahia (região Nordeste) no domingo. As mobilizações cobram um programa de agroindústrias para os assentamentos, a renegociação das dívidas das famílias assentadas e uma linha de crédito que atenda as especificidades das áreas de reforma agrária.

Os estudantes que ocuparam a futura sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal (DF), cujas obras estão em fase de conclusão, deixam o prédio de forma pacífica no início da noite deste dia 22, depois de ficarem mais de 24 h no local. Os cerca de 60 integrantes do movimento Fora Arruda reivindicam a impugnação das eleições indiretas que elegeram Rogério Rosso (PMDB) como governador no lugar de José Roberto Arruda, que foi afastado do governo acusado de corrupção. Eles acataram a ordem de reintegração de posse determinada pela Justiça. Os manifestantes deixaram o local aos gritos de "poder para o povo, vamos fazer um mundo novo". Após deixarem o local, os oficiais de Justiça acompanhados de policiais e de representantes dos estudantes realizaram uma vistoria e constataram que não houve dano ao patrimônio público. De acordo com a decisão do juiz Marco Antônio Silva Lemos, da Terceira Vara de Fazenda Pública, vai ser realizado um policiamento ostensivo até a entrega do prédio para evitar que ele volte a ser ocupado. Depois de desocuparem a futura sede da Câmara

Legislativa do DF, os manifestantes saíram em passeata pelo Eixo Monumental, causando retenções no trânsito.

Mais de 500 lideranças estudantis de todo o país se reúnem de hoje ao dia 25 de abril na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) para discutir e elaborar uma plataforma política a ser apresentada à sociedade. É o Quinquagésimo Oitavo Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg) da União Nacional dos Estudantes (UNE), um dos principais fóruns de discussão do movimento estudantil brasileiro. As atividades serão concentradas no Centro Tecnológico da UFRJ, no Fundão. A plenária final – quando serão votadas as principais propostas – será realizada no terreno da UNE, na Praia do Flamengo 132, espaço onde funcionou a sede da entidade até ser demolida pelo regime militar de 1964. Na ocasião, estará exposta a maquete do arquiteto Oscar Niemeyer para o novo prédio que será construído no local.

Moradores da região do Teles Pitares/Tapajós, em reunião na cidade de Itaituba – Pará (região Norte), divulgam em carta que recusam o projeto de criação de uma usina hidrelétrica na região. A Agência Nacional de Transportes (Antaq) e a área de logística e transporte do Ministério da Agricultura negociam com o grupo de energia do governo para que a hidrovia seja considerada no projeto do Complexo Tapajós. O projeto da usina segue ao plano de aproveitamento hidrelétrico da região da Amazônia, porém, a hidrovia é uma excepcional opção para o escoamento em escala da produção de grãos da região Centro Norte de Mato Grosso até o porto de Santarém – Pará, atualmente sem utilização, e com a construção da usina a região perderia a sua capacidade produtiva em razão do isolamento provocado pela falta de um corredor de exportação.

A Procuradoria Regional da República da Primeira Região apresenta um recurso contra a segunda suspensão da liminar que impedia o leilão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A suspensão foi expedida no dia 20 de abril pelo presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da Primeira Região, Jirair Megueriam, e permitiu que o leilão fosse realizado no mesmo dia pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Se o recurso do Ministério Público Federal (MPF) for aceito, o leilão de Belo Monte pode ser anulado. Para o Ministério Público, as liminares deveriam ter sido julgadas em caráter de urgência pela Corte do TRF, e não apenas pelo presidente do tribunal. O recurso já foi recebido pelo TRF, mas ainda não há previsão de julgamento dos 2 pedidos do Ministério Público. A Corte deve se reunir no dia 29 de abril.

6º feira 23

Garis de São Paulo – SP (região Sudeste) reduzem o ritmo das atividades e ameaçam entrar em greve no dia 27, caso não haja acordo com as empresas responsáveis pela limpeza da cidade. A categoria reivindica aumento salarial de 8,7%. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Limpeza Urbana de São Paulo (Siemaco), Moacir Pereira, as empregadores ofereceram 4,77% de reajuste, o que desagradou à categoria. Pereira reclama que os garis paulistanos não recebem aumento desde março de 2009. Segundo ele, para conseguir fazer toda a coleta de lixo e limpeza das ruas da capital paulista os garis chegam a trabalhar 14 h por dia. Para pressionar as companhias de limpeza a concederem o reajuste, os trabalhadores estão cumprindo a jornada de normal de trabalho, de 8 h, sem hora extra.
Os agentes penitenciários do Rio de Janeiro aderem à paralisação nacional de 24 h que os profissionais da área de segurança pública iniciaram à meia-noite deste dia 23. O presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal do Rio, Francisco Rodrigues,

explicou que o objetivo da mobilização é pressionar o Congresso a votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 308, que concede poder de polícia aos agentes penitenciários."A PEC 308 é um avanço na legislação brasileira, pois cria a Polícia Penitenciária em nível nacional, que terá a obrigação de zelar pela segurança dos apenados e a recuperação deles. A PEC 308 é consenso entre os deputados, o que está travando a pauta de votação dela e de outras propostas é a PEC 300, que estabelece um piso nacional para os profissionais de segurança no país". O projeto propõe um piso salarial nacional com remuneração inicial de R$ 3,5 mil para os policiais. A matéria foi aprovada em primeiro turno no início do mês de março, e 4 destaques ainda precisam ser apreciados. No entanto, um acordo de líderes acabou retirando a PEC da pauta. Francisco Rodrigues explicou que a paralisação não vai mobilizar todos os 1,9 mil agentes penitenciários do estado porque será preciso garantir a alimentação dos presos, o atendimento às emergências médicas, o cumprimentos de alvarás e outras determinações judiciais nos 44 presídios fluminenses.

Domingo 25

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) divulga nota estimando que o setor poderá perder R$ 187 milhões do faturamento bruto por causa das ocupações de terra ocorridas este mês, durante a Jornada de Lutas pela Reforma Agrária, liderada pelo MST. As ocupações fizeram a confederação que reúne os empresários do agronegócio a instalar um gabinete de crise para monitorar as ocupações e propor a criação do Plano Nacional de Combate às Invasões de Terras. A CNA reconhece que no meio rural estão os brasileiros mais pobres e desamparados que "dificilmente têm acesso a postos de saúde, vacinação para os filhos, escolas com avaliação do Ministério da Educação, atividades desportivas, programação de cultura ou lazer. Também não contam com a proteção preventiva da polícia". Mas segundo a confederação, "essa não é a pauta dos líderes do MST". Para o coordenador do programa de pós-graduação de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Marcelo Carvalho Rosa, o MST ocupa áreas cuja propriedade da terra é contestável. "Boa parte do agronegócio brasileiro se estabeleceu em área de posse duvidosa", assinala o autor de Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil. Para o sociólogo, as ocupações apontam zonas, regiões e propriedades que "são locais de conflitos agrários" e "cujos índices de produtividade não atingem o mínimo necessário para cumprir a função social da terra". Marcelo Rosa avalia que a ocupação de terra tem servido "fiscalizar" a função da grande propriedade do país. O acadêmico entende que as ocupações das instalações de prédios públicos também têm uma função política, de mobilização do Estado. "O MST chama a presença do Estado brasileiro para uma coisa que sempre anuncia, mas sempre reluta, que é agir em relação à pequena propriedade e transformar a estruturação fundiária do país", defende. Segundo o Incra, 574,6 mil famílias de trabalhadores rurais foram assentados nos últimos 7 anos em 3.348 assentamentos, com área total de 46,7 milhões de ha.

Após 3 dias de debates e muita polêmica, no Quinquagésimo Oitavo Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg), realizado no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), estudantes universitários aprovam um documento amplo que será encaminhado a todos os candidatos à Presidência da República, englobando uma série de aspectos da análise política sobre a situação brasileira. Com o documento, os estudantes querem se envolver no debate político-eleitoral e se concentrar no que, de fato, interessa ao Brasil, de acordo com o presidente da UNE. "E que a gente tenha a capacidade de mobilizar os estudantes para todas essas bandeiras. Porque é só com essa mobilização que nós temos condição de fato de modificar as coisas".A UNE decidiu, ainda, que não vai apoiar

nenhuma candidatura à Presidência. Tampouco será criado um movimento anti-José Serra, como estimavam algumas pessoas.

2º feira 26

Os funcionários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deflagram greve pela reestruturação dos planos de carreira. Os dois órgãos são autarquias do Ministério da educação (MEC). O Inep é responsável pelas avaliações educacionais como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Segundo o MEC, a paralisação dos funcionários não irá alterar o calendário das provas, previstas para novembro. Segundo Alessandro Borges, do comando de greve do Inep, existe hoje no órgão "duas carreiras de nível superior que desenvolvem um trabalho igual, mas recebem tratamento salarial diferente". Os funcionário também querem melhorias no vencimento inicial dos concursados de nível médio. Já o FNDE responde pela transferência de recursos para municípios por meio de programas como o da merenda e do transporte escolar. Também organiza a distribuição de livros didáticos para todos alunos da rede pública. O MEC disse que não irá se pronunciar sobre o assunto porque as negociações estão sendo feitas com o Ministério do Planejamento.

Em ações simultâneas ocorridas durante a madrugada cerca de 2 mil famílias ocupam dois prédios na região central e um terreno na Zona Sul da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) para pressionar as autoridades a construir moradias populares. Segundo os líderes da manifestação, ao todo participam da ação cerca de 2 mil famílias de sem-teto que reivindicam 3.050 construções. Além disso, um grupo mantém acampamento diante da sede da prefeitura, no Viaduto do Chá. Os edifícios são os mesmos já ocupados em manifestações anteriores organizadas por diversos movimentos sociais que agem em favor dos sem-teto: o antigo prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na Avenida 9 de Julho, e o localizado na Avenida Prestes Maia, 911, próximo à Estação da Luz, de propriedade particular. Essas duas construções estão abandonadas e em estado de deterioração. O outro imóvel ocupado é um terreno situado na Estrada M' Boi Mirim, na zona sul. De acordo com a coordenadora do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), Ivanete de Araújo, parte dos manifestantes é formada por famílias remanescentes do acordo firmado em 2007, com a participação das 3 esferas de governo (municipal, estadual e federal), para a desocupação do prédio da Prestes Maia. Das 465 famílias atendidas, naquela época, conforme relatou, 175 não conseguiram comprar a casa própria e deixaram de receber a ajuda de custo para o pagamento do aluguel. O MSTC pede, entre outras reivindicações, a reabilitação ou revalidação das cartas de crédito obtidas por essas famílias. Os demais participaram do ato por terem sido despejados ou porque vivem de favor em casa de amigo ou de parentes. Ivanete de Araújo estima que o edifício da 9 de Julho, poderia abrigar até 540 unidades. Além desse local, o movimento reivindica a destinação para a mesma finalidade de outros pontos da região central, como o prédio da Avenida São João, nº 1.523. A coordenadora-geral do Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Fommaesp), Felícia Mendes Dias, informou que a ocupação do terreno envolveu 150 famílias de sem-teto. Felícia Mendes Dias justificou que o proprietário desse imóvel tem a intenção de vender a área que mede em torno de 10 mil m². A Secretaria de Habitação do município informou que as principais reivindicações do movimento só podem ser resolvidas pelos governos federal e estadual e a reunião entre os representantes da prefeitura e dos sem-teto acabou sem acordo. A prefeitura disse ainda, por meio de nota, que não se responsabiliza pelo bem-estar das pessoas, inclusive mulheres e crianças, caso os imóveis permaneçam ocupado pelos manifestantes.

Estudantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo (região Sudeste) pedem, em nota, uma lei federal específica contra a homofobia. A exigência ocorreu depois da divulgação em um e-mail com um texto contra gays do jornalzinho apócrifo "O Parasita", que trouxe no dia 23, incitação à violência contra homosexuais. O governo de São Paulo emitiu nota condenando o texto e pedindo que seja aberta uma investigação. Informou também ter encaminhado ofício ao Ministério Público Estadual pedindo que sejam apurados os danos à dignidade da pessoa humana e ao respeito à liberdade de orientação sexual.

3º feira 27

Manifestantes do MST mantêm os protestos iniciados no dia 26 de abril em Salvador – Bahia (região Nordeste). Pela manhã integrantes do movimento fizeram uma caminhada da Estação do Metrô Rótula do Abacaxi, onde estão acampados, até a Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado (Seagri). O intuito, segundo a assessoria de imprensa do MST, é permanecer no local até o início da tarde quando os manifestantes devem ser recebidos para uma reunião. A reforma agrária na Bahia e a situação das cerca de 25 mil famílias que ocupam assentamentos no estado são os principais temas da reunião. Segundo informações da Agência Brasil, do início do mês até agora, 16 fazendas foram ocupadas pelo MST no estado. As manifestações fazem parte do "Abril Vermelho". De acordo com o MST, as manifestações são pacíficas e não houve confronto com a polícia. Líderes do movimento afirmam ainda que não há data para que as ocupações em áreas rurais consideradas improdutivas terminem e que todas as decisões dependerão das negociações.

4º feira 28

Cerca de 5 mil integrantes do MST montam acampamento na frente da Secretaria Estadual da Agricultura da Bahia (Seagri) em Salvador – Bahia (região Nordeste). Segundo a assessoria de imprensa do MST, os manifestantes aguardam desde o dia 27 de abril o cumprimento das pautas apresentadas ao governo estadual. A reunião agendada com o secretário de Agricultura, Eduardo Salles, foi suspensa porque não houve acordo sobre a pauta de reivindicações. Entre elas estão a ampliação e construção de casas para 10 mil famílias assentadas; mecanização e infraestrutura produtiva; equipamentos de irrigação; implantação de 10 postos de saúde da família e a construção de 3 mil cisternas nos assentamentos localizados no Semiárido.

Produtores rurais vindos de todo o país participam em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste), de uma caminhada pela paz no campo. Os produtores reivindicam a criação do "Plano Nacional de Combate às Invasões". A proposta foi enviada no dia 13 de abril ao Ministério da Justiça pela senadora e presidente da CNA, Kátia Abreu do Partido Democrata (DEM-TO). O ato promovido pela CNA faz parte da campanha "Vamos tirar o Brasil do vermelho", numa alusão à onda de protestos que o MST promove este mês de abril."Apoiamos a reforma agrária, só não somos a favor das invasões. Queremos paz no campo e essas invasões não permitem isso. Invasão é crime previsto na Constituição Federal e esse ato vem se repetindo faz tempo sem que ninguém tome medidas para evitá-los!", reclamou a senadora Kátia Abreu durante o protesto. Segundo a presidente da CNA, as invasões prejudicam todos os brasileiros e não só os proprietários dos terrenos. "Só em Mato Grosso, uma área do tamanho de Sergipe está ocupada pelo MST e isso representa prejuízo estimado em R$ 850 milhões por ano para o estado", afirmou. A manifestação começou por volta das 9h da manhã,

com uma missa na Catedral de Brasília. Após a celebração religiosa, os produtores rurais caminharam até o gramado em frente ao Congresso Nacional, onde deram as mãos em volta de uma grande bandeira com o lema "Queremos paz no campo. Não às invasões". Segundo a PM do Distrito Federal, cerca de 300 pessoas participaram da manifestação. As manifestações do "Abril Vermelho" ocorrem todos os anos para lembrar a morte de 19 trabalhadores rurais, em 17 de abril de 1996, na cidade paraense de Eldorado do Carajás, durante confronto entre lavradores e policiais militares.

Professores e funcionários da Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) realizam paralisação de 24h para exigir melhorias nas condições de trabalho. Reunidos em frente ao Palácio Tiradentes, sede da Alerj, os manifestantes reivindicavam a entrada dos funcionários administrativos no plano de carreira, a incorporação imediata da rede estadual no projeto Nova Escola e um reajuste salarial de 48% para todos os funcionários da classe. Ao mesmo tempo em que o protesto ocorria, a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio promove uma audiência pública com a participação de representantes da Secretaria de Estado de Educação, do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio (Sepe), do Sindicato dos Professores Públicos do Estado, da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e da União dos Professores Públicos no Estado (Uppes). O Nova Escola é um projeto de lei aprovado em agosto de 2009, que prevê o pagamento de gratificação a professores e pessoal de apoio ao magistério ativos, inativos e pensionistas. De acordo com o representante do Sepe Armindo Lajas dos Santos, os professores não foram contemplados com o benefício e não recebem reajuste salarial há mais de 10 anos. A assessoria de imprensa da Alerj divulgou, em nota, que o objetivo da audiência com os órgãos representantes da classe foi discutir as condições de trabalho dos funcionários e retomar o debate sobre o plano de carreira.

Portadores de HIV e representantes de ONG realizam um ato público em defesa do acesso a medicamentos antirretrovirais fornecidos pelo governo federal em frente ao Ministério da Saúde (MS) em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste). A manifestação ocorreu também nas secretarias de Saúde de 18 estados do país. Desde dezembro, os portadores de HIV sofrem com a falta do medicamento Abacavir, além da redução do estoque de mais três remédios: o Lamivudina, Efavirenz e Zidovudina. Em Brasília, os manifestantes foram recebidos pelo coordenador adjunto do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, Eduardo Barbosa, e pela secretária adjunta da Secretaria de Vigilância em Saúde, Sonia Brito. A assessoria do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do ministério informou que a entrega do Abacavir deve se normalizar na próxima semana. O medicamento importado teria chegado no dia 27 de abril ao país, mas ainda precisaria passar pela inspeção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) antes de ser redistribuído.A falha na distribuição teria ocorrido porque o laboratório responsável pelo medicamento demorou a se adequar a algumas normas estabelecidas pela Anvisa. Após a adequação, o produto não pôde chegar ao Brasil devido à crise área na Europa. Sobre os outros medicamentos de fabricação nacional, a assessoria explicou que a redução no estoque foi causada por atraso na fabricação. Com a necessidade de recorrer aos estoques de reserva, os centros de saúde estavam distribuindo medicamento para o uso durante 10 dias, em vez de um mês. Por meio de nota, o ministério informou que a distribuição da produção entre os laboratórios nacionais já foi reprogramada para garantir o abastecimento regular da rede e a recomposição dos estoques.

A Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS) – Gestão "Aos que Virão" declara, em nota, apoio às famílias do movimento Terra Livre que ocupam um terreno na Vila Curuçá, zona leste da cidade de São Paulo – SP (região

Sudeste). O motivo para a ocupação é o fechamento das barragens que causaram inundações nos bairros da região do Jardim Pantanal e Jardim Romano, na cidade.

O Supremo Tribunal Federal (STF) considera, por 7 votos a 2, improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153 contra a Lei da Anistia e a interpretação de que o perdão se estende aos que tenham cometido crimes comuns como sequestro, tortura, estupro e homicídio contra presos políticos da época da ditadura militar (1964-1985). O entendimento que prevaleceu no STF foi o de que a Lei da Anistia faz parte da "construção constitucional" que se ergueu para a redemocratização do país e foi incorporada pela ordem constitucional vigente no chamado "Estado de Direito", após a Carta de 1988. Além disso, caberia ao Congresso Nacional, não ao STF, a iniciativa de revogar a Lei da Anistia por meio de uma nova lei, como ocorreu na Argentina, no Uruguai e no Chile. Os ministros ainda questionaram porque a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), autora da ADPF, levou 30 anos para pedir pela inconstitucionalidade da lei. Por causa do desaparecimento de presos políticos da Guerrilha do Araguaia e da impunidade de eventuais responsáveis, o Brasil é réu na Corte Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA).
A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Syngenta, uma das maiores empresas do mundo na área de sementes, assinam um contrato de cooperação na área de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia para as culturas de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. Segundo seus representantes, as duas unirão seus conhecimentos para proporcionar soluções inovadoras aos produtores brasileiros. O diretor-geral da Syngenta, Laércio Giampani, explicou a escolha das quatro culturas. "Essas culturas representam mais de 80% das exportações do agronegócio brasileiro e também mais de 80% do mercado de sementes e defensivos agrícolas". A decisão de se associar à Embrapa, segundo Giampani, se deve ao seu caráter inovador. "Trata-se de uma cooperação técnico-científica de duas empresas líderes do setor, que investem em inovação e buscam soluções para o agronegócio". De acordo com o diretor executivo da Embrapa, José Geraldo Eugênio de França, o produtor brasileiro deve ter grandes benefícios com a parceria no futuro. "Nós com o trabalho que desenvolvemos, associados a uma empresa com conhecimento refinado do mercado, poderemos ofertar cultivares mais adaptadas, mais produtivas e mais resistentes às pragas".França lembrou que sojicultores brasileiros já tiveram que comprar, em vez de sementes, grãos geneticamente modificados, importados da Argentina, para plantar. Segundo ele, esse episódio representou um passo atrás para o país e a Embrapa se ressente de não ter se associado a uma empresa de mercado para oferecer sementes aos produtores. Com a parceria, ele espera impedir o risco de acontecer com o milho o mesmo que houve com a soja. Algumas sementes de algodão já podem estar no mercado em breve. Novas variedades de algodão da Embrapa já estão sendo experimentadas em mais de 30 propriedades rurais nos estados de Mato Grosso, Goiás (região Centro-oeste), Minas Gerais (região Sudeste) e da Bahia (região Nordeste). Segundo a Syngenta, em junho começa a fase de validação da qualidade das fibras e dos níveis de produtividade.

5º feira 29

A CPT entrega ao ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, uma lista com nomes de lideranças que atuam em conflitos no campo e têm sofrido perseguições desde o início de 2010. Pelo menos três agentes da CPT estão ameaçados de morte e outros sofrem suposta perseguição da Justiça em Mato Grosso (região centro-oeste), na Bahia, no Maranhão (região Nordeste) e no Tocantins (região Norte). De acordo com a CPT, entre as lideranças ameaçadas, estão a freira Leonora Brunetto, que vive em um assentamento

do MST em Peixoto de Azevedo (MT), palco de conflito com fazendeiros, e o padre Clemir Batista, acusado de estimular a ocupação de terras por apoiar comunidades quilombolas no Maranhão. Os representantes da CPT também entregaram a Barreto 25 edições do relatório Conflitos no Campo no Brasil, com dados de assassinatos, conflitos trabalhistas e violência nas reintegrações de posse. Desde 1985, a CPT registrou 1.546 assassinatos em conflitos no campo, a maioria ainda sem julgamento. Os dados mostram que a média anual é de 765 conflitos agrários em todo o país e de mais de 13 mil famílias retiradas de terras por decisão judicial. De acordo com a CPT, a violência no campo ficou mais acirrada desde 2003, início do governo Lula. Com o aumento da pressão dos movimentos sociais pela reforma agrária, a reação dos proprietários de terra se tornou mais violenta. O bispo Tomás Balduino, conselheiro permanente da CPT, disse que o ministro comprometeu-se a aumentar a presença da Polícia Federal em regiões de conflito e monitorar os casos de pessoas ameaçadas de morte.
Servidores do Incra do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) promovem ato em frente à superintendência do órgão, no Setor de Indústria e Abastecimento, para marcar o início da greve da categoria. Segundo a Confederação Nacional das Associações de Servidores do Incra (Cnasi), a paralisação ocorre em quase todo o país e até o fim da próxima semana deve ter a adesão da maioria dos estados. O diretor da Cnasi, José Vaz Parente, disse que a reivindicação dos servidores é para dar qualidade ao atendimento à sociedade. “Nossa reivindicação vai além das necessidades salariais, é uma luta em prol da instituição e da reforma agrária. Temos que ter condições administrativas e operacionais para atender aos interesses sociais”, afirmou o diretor. A reivindicação dos servidores é de que o Ministério do Planejamento tome medidas que revitalizem o Incra em relação à sua baixa capacidade operacional e administrativa que, de acordo com os servidores, deve-se à falta de condições de trabalho, à insuficiência de pessoal e aos baixos salários. O diretor da confederação lembrou que o problema de insuficiência de pessoal pode piorar. Segundo ele, o quadro de funcionários, que hoje é de 6.200, pode diminuir para 4.140 no próximo ano por causa das aposentadorias e da insatisfação salarial. Os servidores alegam que enquanto o quantitativo de pessoal, nas duas últimas décadas, caiu de quase 9 mil para os atuais 6.200 servidores, o número de famílias assentadas atendidas passou de 300 mil para mais de 1 milhão. Em março de 2008, o Ministério do Planejamento e os servidores, por meio da Cnasi, fizeram acordo de reajuste salarial que seria implantado em três períodos: retroativo ao mês de março de 2008, em julho de 2009 e em julho de 2010. Esse acordo estabelece que até julho de 2010 os servidores com cargos de nível superior em atividade receberão aumento de 43% a 57% e os de nível médio, de até 46% (com mínimo de 32,4%).O Ministério do Planejamento explicou que o acordo de 2008 está sendo cumprido e que a mesa de discussão com os servidores está aberta. Disse também que não se pronuncia sobre a situação enquanto as negociações estiverem em aberto. De acordo com a Cnasi, no dia 5 de maio está prevista uma reunião com representantes do ministério e só então os servidores vão saber se mantêm a greve.

6º feira 30

O fazendeiro Regivaldo Galvão, conhecido como Taradão, acusado de participar do assassinato da missionária Dorothy Stang, nega o crime e não respondeu às perguntas da acusação durante o julgamento. Ele respondeu apenas às perguntas da defesa. O julgamento está na fase final, com os debates entre a defesa e a acusação. A acusação sustenta a tese de homicídio qualificado, com promessa de recompensa, motivo torpe e uso de meios que impossibilitaram a defesa da vítima. Dorothy Stang defendia pequenos produtores rurais da região de Altamira – Pará (região Norte) e foi morta com

sete tiros em fevereiro de 2005, na cidade de Anapu. Taradão foi o último acusado a ir a julgamento. Os outros envolvidos no crime foram condenados e estão presos.

O Movimento Terra Livre envia carta aberta aos movimentos populares, sindicatos e centrais, organizações e partidos, estudantes e demais militantes sobre ocupação e acampamento de famílias ligadas ao movimento em São Paulo - SP (região Sudeste). Na carta, eles denunciam que os governos do estado e a Prefeitura fecharam as barragens da Penha e abriram as do Alto Tietê, o que provocou inundações na região do grande pantanal de São Paulo, que duraram cerca de 70 dias. Os moradores reivindicam fim imediato do processo de remoções e de derrubada das moradias; fim do terrorismo e da falta de respeito aos direitos humanos, nas ações do governo na área inundada; construção imediata das casas para abrigar as famílias atingidas e concessão sem custo, em troca das casas removidas; indenização pelos prejuízos causados pela enchente, resultado do fechamento da barragem da Penha e abertura das barragens do alto Tietê; desapropriação do terreno ocupado na Vila Curuçá e linhas de crédito para material de construção.

Famílias que moram em áreas de risco no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) realizam protesto em frente à sede da prefeitura, na Cidade Nova, contra a remoção de moradores de favelas. A maioria dos manifestantes vive em regiões afetadas pelo temporal que atingiu o estado do Rio de Janeiro no mês de março e que acabou provocando a morte de 256 pessoas. Uma carta aberta com as reivindicações das comunidades foi distribuída, mas a comissão organizada pela Pastoral das Favelas para dialogar com as autoridades municipais não foi recebida pelo prefeito Eduardo Paes (PMDB), sob a alegação que ele estava fora, participando de outro evento.“Nós estamos abrindo nossos espaços. No ato temos gente de vários segmentos da sociedade e movimentos sociais que, juntos, podem contribuir para a transformação dessa sociedade que privilegia os ricos e pune os mais pobres. A Igreja tem sido um canal de mediação, criamos um conselho popular juntando essas entidades para defender o direito à moradia”, disse o padre Luiz Antônio Pereira, coordenador da Pastoral das Favelas. A Secretaria Municipal de Habitação informou, por meio da assessoria, que os moradores têm o direito de se manifestar e que não foi procurada pelos participantes do protesto. No dia 4 de maio, haverá uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro para discutir a questão urbana informou o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ), que participou do protesto.

Representantes de centrais sindicais de 20 países da América Latina, de movimentos sociais e de comunidades de trabalhadores imigrantes participam em São Paulo – SP (região Sudeste), do Seminário Sindical Internacional da CUT. A atividade faz parte das comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores da CUT, que valorizará a cultura e a integração dos países latino-americanos. Os líderes sindicais defenderam a implantação de uma agenda integrada para o trabalho decente na região. Eles afirmaram que o aumento dos direitos dos trabalhadores latino-americanos deve ser mais uma etapa do processo de avanço socioeconômico em curso atualmente no bloco de nações. De acordo com o presidente nacional da CUT, Artur Henrique Santos, apesar do progresso apresentado em vários países da região, ainda há espaço para melhorias. “O mercado de trabalho é extremamente desregulado. O índice de rotatividade nas empresas é absurdo”. A informalidade também é um problema, segundo o presidente da central, que deve ser combatido de forma unificada por todos os países latino-americanos. “O Brasil conseguiu incluir no mercado formal mais de 50% dos seus trabalhadores. Porém, ainda temos uma imensa quantidade de pessoas trabalhando sem carteira assinada e sem direitos.” Hugo Yasky, secretário-geral da Central Sindical da Argentina (CSA), defendeu uma política internacionalista e integradora no bloco.

"Precisamos de mais participação do Mercosul, mais participação da Unasul, mais integração." Em sua palestra, o sindicalista argentino também destacou a importância do combate à xenofobia e da continuidade de políticas de redistribuição de renda existentes no bloco. O evento ocorre neste dia 30 e no dia 1 de maio.

Glossário

Alerj	Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Apeoesp	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
CMI	Centro de Mídia Independente
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DF	Distrito Federal
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos Por Barragens
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UnB	Universidade de Brasília

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ), Peter Sana (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Mayo de 2010

Editada en septiembre

Asdi
Agencia Sueca de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo

Govern de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials, Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 687

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil

Integrantes	Roberto Leher (coordinador); léase el resto del equipo al final
Fuentes	jornales Folha de Sao Paulo, O Globo, O Estado de Sao Paulo, Brasil de Fato; agencia Brasil; MST na Imprensa, Jornal do MST, CMI y Boletim DATALUTA

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil
Cronologia do conflito social
Maio do 2010

Sábado 01

Representantes de centrais sindicais de 20 países da América Latina, de movimentos sociais e de comunidades de trabalhadores imigrantes participam em São Paulo – SP (região Sudeste), do Seminário Sindical Internacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A atividade faz parte das comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores. Os líderes sindicais defendem a implantação de uma agenda integrada para o trabalho na região. Eles afirmam que o aumento dos direitos dos trabalhadores latino-americanos deve ser mais uma etapa do processo de avanço socioeconômico em curso atualmente no bloco de nações. Segundo o presidente da CUT em São Paulo, Adir dos Santos, o combate à xenofobia e a outras formas de preconceito é uma bandeira comum aos movimentos sociais do continente. Outra questão compartilhada pelos países da América Latina é a luta pela melhoria das condições de trabalho. Apesar do enfoque nas questões compartilhadas com as nações vizinhas, para ele, a principal bandeira dos trabalhadores brasileiros neste 1° de Maio ainda é a redução de jornada sem diminuição dos salários. Santos acredita que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê a redução da carga de trabalho semanal de 44 para 40 horas ainda não foi aprovada devido à resistência de empresários.

A CUT e sindicatos filiados realizam festa para o Dia do Trabalhador em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O evento ocorreu no Taguapark, em Taguatinga, cidade do Distrito Federal (DF) distante 26 quilômetros do centro de Brasília. Assim como em outras cidades brasileiras, na capital federal, o 1º de Maio foi marcado por manifestações pela redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas semanais, com o lema "Reduz para 40 que o Brasil Aumenta". A presidente da CUT-DF, Rejane Pitanga, destacou que a redução da jornada pode resultar na geração de 2,5 milhões de empregos no país. Segundo ela, mesmo sendo um dia de festa, é importante dar continuidade à mobilização contra a corrupção em Brasília, pois a população local quer "uma limpeza ética". A líder sindical se refere às denúncias de pagamento de propina a empresários e políticos por integrantes do governo do DF. As denúncias resultaram na prisão do então governador, José Roberto Arruda, que depois teve o mandato cassado por infidelidade partidária.

Cinco anos após o assassinato da missionária Dorothy Stang, Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, o único dos envolvidos no crime que ainda não havia sido julgado, foi condenado no começo da madrugada deste dia 1 de maio, em julgamento realizado no Fórum Criminal de Belém, na Cidade Velha – Pará (região Norte). Galvão foi julgado sob acusação de ser um dos mandantes do assassinato da religiosa norte-americana naturalizada brasileira, que defendia o direito à terra de pequenos produtores rurais da região de Altamira. Dorothy Stang foi morta com seis tiros em fevereiro de 2005, em Anapu. Durante o interrogatório, Galvão negou o crime e não respondeu às perguntas da promotoria. A acusação sustentou a tese de homicídio qualificado, com promessa de recompensa, motivo torpe e uso de meios que impossibilitaram a defesa da vítima. Os advogados de defesa, Jânio Siqueira e César Ramos, rebateram a tese de homicídio qualificado, contrapondo-a com a tese de negativa de coautoria. Durante uma hora e meia, eles sustentaram a tese da ausência

de provas nos autos da participação do réu no crime e pediram aos jurados a absolvição do acusado. Os outros envolvidos no crime foram condenados e estão presos.

Mais de 300 pessoas participam da 6ª edição da Marcha da Maconha no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A Marcha chama a atenção para a necessidade de discutir o assunto e de descriminalizar o consumo. Liberada pela Justiça no dia 28 de abril, desde que não houvesse consumo de maconha, a Marcha começa por volta das 15 horas, no bairro de Ipanema, na zona sul da cidade. A Marcha acontece desde 2002.

Cerca de 2 mil pessoas participam da 3ª Marcha da Maconha na região do Recife – Pernambuco (região Nordeste). O movimento pede a descriminalização da droga e a regulamentação do plantio, distribuição e venda. A mobilização foi acompanhada por 50 Policiais Militares (PMs), por meio de 8 viaturas e um helicóptero. A marcha tem o apoio do vereador do Recife, Osmar Ricardo, do Partido dos Trabalhadores (PT), e do candidato a governador Edilson Silva, do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), que reivindica que o uso da maconha receba o mesmo tratamento na legislação que o consumo de álcool. Os manifestantes usam cartazes e camisas pedindo a liberação da maconha. Durante a Marcha, de acordo com a PM, um jovem de 24 anos que portava a droga foi detido. O rapaz assinou um termo e vai responder pelo crime em liberdade. A Marcha tem caráter pacífico.

Cerca de 100 voluntários que cuidam de um canil dentro da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo – SP (região Sudeste), que abriga cerca de 110 animais, protestam contra o fechamento do espaço. A universidade, que paga pela manutenção a área, diz que não quer fechar o espaço, mas sim discutir outra forma de cuidar dos cães.

Domingo 02

Mais de 400 pessoas, entre estudantes, políticos e artistas, realizam passeata na orla das praias de Ipanema e Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em defesa do Projeto Ficha Limpa. O objetivo da manifestação é pressionar os parlamentares a aprovar o projeto ainda a tempo de impedir que candidatos condenados pela Justiça disputem as próximas eleições.

2º feira 03

Em greve desde 7 de abril, os servidores da área ambiental decidem manter a paralisação apesar da liminar concedida no dia 29 de abril, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) que determina a volta ao trabalho. O Ministério do Planejamento anunciou neste dia 3 que os servidores terão o ponto cortado até a compensação dos dias parados. Advogados dos servidores se reuniram hoje com o ministro do STJ Benedito Gonçalves, autor da liminar, para tentar reverter a situação, mas não conseguiram. Além de funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), estão parados servidores do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Serviço Florestal Brasileiro. Pelo menos 58 operações de fiscalização foram canceladas e parques e unidades de conservação estão fechados para o público. A liminar foi concedida pelo STJ a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). O governo alega que os servidores não poderiam entrar em greve porque ainda está em vigor um acordo feito em 2008 que tem parcela a ser paga em julho

deste ano de 2010. Os trabalhadores argumentam que o governo não cumpriu parte do acordo que previa a criação de um grupo de trabalho para analisar a reestruturação das carreiras Com a manutenção da greve, a Associação Nacional dos Servidores do Ibama (Asibama) e a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) estão sujeitas à multa de R$ 100 mil, prevista na decisão do STJ.

Servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em São Paulo – SP (região Sudeste) deflagram greve por tempo indeterminado. Ficarão suspensos o atendimento ao público no setor de Cadastro Rural e Cartografia. A categoria reivindica reestruturação de carreiras, equiparação salarial com o Ministério da Agricultura e concurso público. Atualmente, a Superintendência do Incra em São Paulo tem 94 trabalhadores concursados no quadro e muitos deles, de acordo com a Associação dos Servidores do Incra-SP, estão perto de se aposentar. De acordo com nota divulgada pela entidade, o número é insuficiente para o atendimento, que tem sido basicamente por funcionários terceirizados.

Trabalhadores da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo – São Paulo (região Sudeste), em greve desde o dia 30 de abril, por não terem recebido a Participação nos Lucros e/ou Resultados de 2009 em sua totalidade, aprovaram a manutenção do movimento. A adesão à greve está em torno de 70% dos trabalhadores.

Acusados de matar o cacique Guarani-Kaiowá, Marcos Veron em Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste) começam a ser julgados em São Paulo (região Sudeste). O crime ocorreu em 2003, no município de Juti, região de Dourados, durante um conflito pela posse da Fazenda de Brasília do Sul, onde trabalhavam os três acusados, em Mato Grosso do Sul. O caso reflete as tensões que persistem entre comunidades indígenas e fazendeiros de Mato Grosso do Sul. A defesa tentou novo adiamento ao pedir o afastamento de dois procuradores da República que atuam no caso, mas o pedido foi rejeitado. O julgamento iniciou neste dia 3, sem a presença dos réus Estevão Romero, Carlos Roberto dos Santos e Jorge Cristaldo Insabralde. Em função da ausência, os interrogatórios não puderam ser feitos. De acordo com o advogado de defesa, Josephino Ujacow, os reús alegaram falta de recursos para o deslocamento de Mato Grosso do Sul, onde residem, até a capital paulista, onde o julgamento está sendo realizado.O juri foi transferido para São Paulo porque a Justiça Federal aceitou o argumento do Ministério Público Federal (MPF) de que o julgamento no estado onde ocorreu o crime não teria a isenção necessária, em função do preconceito na sociedade local contra os índios e ao grande poder de influência dos fazendeiros.

Delegado-geral da Polícia Civil, Domingos de Paulo Neto, relata que o aumento de 7% dos homicídios no estado de São Paulo (região Sudeste) para 23% está “sob controle”. O delegado-geral comparou os índices da capital, São Paulo, que chegou a ter 15 homicídios por dia em 2000 e, agora registrou, em média, 4 no primeiro trimestre de 2010. Paulo Neto também citou que os latrocínios, que acabaram sendo relacionados ao patrimônio, caíram 21,5%, além disso, segundo a nota do jornal Folha de São Paulo, o delegado demonstrou estar satisfeito com os resultados, dizendo ser necessário investimentos nos meios cibernéticos e na inteligência.

O governo federal brasileiro anuncia a instalação de 11 bases policiais na faixa de fronteira do Brasil com seus 10 países vizinhos para combater o tráfico internacional de drogas e o contrabando. As regiões correspondem aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná (regiões Sul), Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste), Mato Grosso, Roraima, Amazonas, Acre, Pará e Amapá (regiões Norte). As unidades reunirão a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança (FNS) e as

polícias estaduais. As estimativas são de que estejam operando as unidades ainda este ano de 2010. Para equipar as unidades o governo investirá cerca de 60 milhões de reais em 2010, além de helicópteros, lanchas e sistemas de inteligência, serão adquiridas aeronaves de monitoramento não tripuladas, para identificar plantações de maconha e laboratórios de refino de cocaína.

3º feira 04

As cerca de 100 famílias da ocupação dos Alagados do Pantanal, ligadas ao movimento Terra Livre – movimento popular do campo e da cidade – ocupadas desde o dia 28 de abril no Jardim Curuçá, zona leste de São Paulo – SP (região Sudeste) são intimidadas pela PM. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), na ação os policiais utilizam 3 viaturas e 1 carro da Força Tática para intimidar as famílias. No período da manhã, os policiais não permitiram que os carros do acampamento saissem, sob ameaça de apreensão. Na madrugada do dia 3 de maio a PM já havia interrompido o fornecimento de energia elétrica da ocupação. As famílias são vítimas das enchentes de dezembro de 2009 e janeiro de 2010, causadas pelo fechamento das comportas da Barragem da Penha e a abertura da barragem do Alto Tietê. O movimento afirma que "Estas ações da PM estão acontecendo sem qualquer respaldo legal".

Parlamentares e cidadãos do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral realizam uma lavagem simbólica da rampa do Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para sensibilizar os congressistas a aprovarem o projeto que institui a chamada Ficha Limpa para candidatos a cargos eletivos. Os manifestantes reivindicam a aprovação do projeto que prevê a inelegibilidade de pessoas que sejam condenadas pela Justiça em decisão colegiada. O projeto deverá ser votado amanhã pela Câmara dos Deputados para então ser encaminhado à apreciação do Senado. O presidente da Câmara, deputado Michel Temer do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-SP), já anunciou que colocará na sessão noturna da Casa, a votação do requerimento para votação em regime de urgência do projeto.

O julgamento dos três acusados de matar o cacique Guarani-Kaiowá Marcos Veron é suspenso em São Paulo – SP (região Sudeste) no fim da tarde. Ainda não há previsão de uma nova data para o júri. A juíza federal Paula Mantovani Avelino interrompeu a sessão após os procurador responsável pela acusação, Vladimir Aras, se retirar do júri. Aras havia requisitado que as testemunhas indígenas fossem ouvidas por meio de um tradutor, mas a juíza não aceitou o pedido. Segundo o procurador, ele se retirou do plenário em forma de protesto, já que existe uma questão de fundo no júri que é a afirmação dos direitos indígenas. "A gente luta não só pela condenação dos acusados, mas também pela afirmação dos valores culturais indígenas", ressaltou. O julgamento começou no dia 3, sem a presença dos réus Estevão Romero, Carlos Roberto dos Santos e Jorge Cristaldo Insabralde. Em função da ausência, os interrogatórios não puderam ser feitos. De acordo com o advogado de defesa, Josephino Ujacow, os réus alegaram falta de recursos para o deslocamento de Mato Grosso do Sul, onde residem, até a capital paulista, onde o julgamento está sendo realizado. O júri foi transferido para São Paulo porque a Justiça Federal aceitou o argumento do Ministério Público Federal (MPF) de que o julgamento no estado onde ocorreu o crime não teria a isenção necessária, em função do preconceito na sociedade local contra os índios e ao grande poder de influência dos fazendeiros. O assassinato do líder indígena ocorreu em janeiro de 2003, em Juti (MS). Veron teria sido morto com golpes na cabeça pelos seguranças da Fazenda Brasília do Sul, durante uma série de ataques para expulsar um grupo de índios que estava acampado no local. Os indígenas reivindicam a área da fazenda como parte da Terra Indígena Takuara.

O prédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) amanhece com as portas trancadas com correntes pelo lado de fora. O movimento grevista afirma que não ser o responsável pela ação. Havia ainda, em torno do prédio, um líquido supostamente inflamável derramado no chão. Trabalhadores de dois importantes braços do Ministério da Educação (MEC) estão parados desde o dia 26 de abril e sem previsão para retorno. Os funcionários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e do FNDE estão em greve pela reestruturação dos planos de carreira. Os dois órgãos são autarquias do MEC. O Inep é responsável pelas avaliações educacionais como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Segundo o MEC, a paralisação dos funcionários não irá alterar o calendário das provas, previstas para novembro. Segundo Alessandro Borges, do comando de greve do Inep, existe hoje no órgão "duas carreiras de nível superior que desenvolvem um trabalho igual, mas recebem tratamento salarial diferente". Os funcionário também reivindicam melhorias no vencimento inicial dos concursados de nível médio. Já o FNDE responde pela transferência de recursos para municípios por meio de programas como o da merenda e do transporte escolar. Também organiza a distribuição de livros didáticos para todos alunos da rede pública. O MEC disse que não irá se pronunciar sobre o assunto porque as negociações estão sendo feitas com o Ministério do Planejamento.

A multinacional Monsanto informa que já está atendendo às solicitações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A empresa dos Estados Unidos, fabricante de sementes e agrotóxicos foi autuada pela agência reguladora brasileira por omissão de informações. No dia 3 de abril, a Anvisa divulgou uma nota dizendo que a omissão de informações relacionadas ao processo de produção do agrotóxico Glifosato, um herbicida utilizado em lavouras de grãos transgênicos, foi constatada durante fiscalização na fábrica de São José dos Campos em São Paulo (região Sudeste). As informações já tinham sido solicitadas pela agência em 2007. A Anvisa também solicitou que a empresa fizesse ajustes no sistema informatizado de controle de qualidade para que sejam lançados os números dos lotes dos produtos e, também, seja feito o controle do limite mínimo do ingrediente ativo do *Glifosato Dry Técnico*. Segundo a Monsanto, a fábrica de São José dos Campos, além de ser responsável por toda a produção de Glifosato da empresa no Brasil, também exporta o agrotóxico para a Europa, América Central, América do Norte, América do Sul, Oceania e Ásia.

4º feira 05

Cerca de 200 indígenas, de mais de dez etnias, participam de audiência pública em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. A comemoração foi transformada em espaço de reivindicação contra a reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os indígenas criticaram o Decreto 7.065/09 que extingue 40 administrações regionais, 337 pólos indígenas e substitui antigos servidores da fundação. Segundo os indígenas, o decreto viola o Artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata de povos indígenas e tribais, criado na Conferência de Genebra, em 1989 e adotada pelo Brasil desde 2002. O texto prevê que as comunidades indígenas sejam consultadas em assuntos de seu interesse. O geógrafo Wagner Trann disse que para discutir política indigenista é preciso convidar especialistas na questão o que, segundo ele, não é o caso do presidente da Funai. Ele criticou ainda o uso da Força Nacional de Segurança para impedir a entrada dos índios nos escritórios regionais da Funai que estão sendo fechados no país e na sede em Brasília. "Não se trata indígenas com polícia e, sim, com a construção de um Estado plural onde há lugar para todos", destacou. O presidente da Funai, Márcio

Meira, não compareceu à audiência. O líder do grupo que está acampado em frente ao Ministério da Justiça desde janeiro, Carlos Pankararu, do povo indígena Pankararu, localizado nas margens do Rio São Francisco, em Pernambuco, enfatizou a falta de diálogo com a Funai. "Não foram ouvidas as comunidades indígenas, apenas as Organizações Não Governamentais (ONGs) que não respondem por nós. Queremos que o presidente da Funai compareça às audiências", afirmou. O presidente da Comissão, senador Cristovam Buarque, a pedido dos índios, marcou para o dia 12 de junho uma nova audiência pública para tratar do decreto que extinguiu administrações regionais da Funai e pólos indígenas. O presidente da Funai será novamente convidado.

Trabalhadores da USP, em São Paulo – SP (região Sudeste) iniciam greve neste dia 5, decidida em assembléia no dia 29 de abril. Após o anúncio da greve, o reitor João Grandino Rodas enviou um comunicado no qual ameaçava descontar todos os dias parados e cobrar mil reais de multa para cada dia de piquete. Na liminar entregue ao sindicato no piquete deste dia 5, afirma que "o próximo piquete pode ser interrompido com força física". Os trabalhadores da USP reivindicam reajuste salarial de 16%.

Dentistas e cerca de 10 moradores protestam contra o prefeito Gilberto Kassab na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). O protesto ocorreu na inauguração da canalização do córrego Guaraú e uma nova avenida às margens do córrego, em Jardim Peri, zona norte de São Paulo. Ao final, os moradores reivindicaram a construção de uma passarela sobre a nova avenida. Os dentistas pedem equiparação salarial, mas sequer conseguiram falar diretamente com Kassab, que, protegido por seguranças que afastavam manifestantes.

O Tribunal Regional Federal (TRF) decide que é ilegal o pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP) aos servidores da Universidade de Brasília (UnB). A decisão da desembargadora Neuza Maria determina ainda que os servidores terão que devolver os valores pagos desde 2008. A decisão, entretanto, vale apenas para os 204 servidores aposentados que são citados no processo do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub). O advogado da entidade vai recorrer da decisão. Os professores e funcionários da UnB estão em greve há quase dois meses desde que o Ministério do Planejamento mandou suspender o pagamento da URP, índice econômico criado em 1987 para reajuste de preços e salários. O índice era pago desde 1989 aos servidores que recorreram à Justiça pedindo o pagamento de uma diferença de 26,05%. Por decisão administrativa, em 1991 a URP passou a ser pago a todos funcionários como se fosse uma gratificação, inclusive a servidores recém-aprovados em concurso. A desembargadora ressaltou que na decisão de 2004 do Tribunal de Contas da União já havia considerado irregular o pagamento da rubrica conforme vinha sendo feito pela universidade. Entretanto, ela ressaltou que os servidores beneficiados pela decisão trabalhista receberam o dinheiro "confiando na regularidade e certeza do pagamento".

5º feira 06

O Movimento pela Valorização do Professor de Educação Física (Movapef) lota o auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para protestar contra o Artigo 90 Alínea E do projeto de lei que altera a Lei Pelé. O artigo cria o cargo de monitor de esportes, que poderá ser exercido por qualquer atleta que seja federado por três anos consecutivos ou cinco anos intercalados, sem a necessidade de ser formado em educação física. Estiveram presentes no auditório da ABI, o senador Marcelo Crivella do Partido Republicano

Brasileiro (PRB-RJ), autor da proposta de emenda de retirada do artigo, o deputado estadual Chiquinho da Mangueira (PMDB), o deputado federal Otávio Leite do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-RJ) e a deputada federal Solange Amaral do Partido Democrata (DEM-RJ), além dos esportistas Georgette Vidor e Robson Gracie e de representantes da categoria. A grande maioria dos manifestantes era de estudantes de educação física. Para o senador Marcelo Crivella, "há uma pressão do governo para aprovar a lei como está, para gerar mais empregos". Os representantes do sindicato consideram o Artigo 90-E inconstitucional e eleitoreiro e acreditam que ele pode ser aprovado por causa da influência de ex-atletas ilustres. Para o presidente do Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro (Cref-1), Écio Madeira Nogueira, a criação dos monitores de esportes vai de encontro com a qualidade dos exercícios físicos oferecidos à sociedade, apresentando risco à saúde e à vida dos cidadãos. O deputado Otávio Leite lembrou que os já baixos salários da categoria seriam ainda mais ameaçados pelo aumento da mão de obra desqualificada. Uma das faixas levadas pelos manifestantes resume a visão do movimento sobre o monitor de esportes: "Profissionais de educação física, mais do que repetidores de movimento". A votação, no Senado, do projeto de lei que altera a Lei Pelé, está prevista para o dia 12 de maio. O Movapef promete organizar uma viagem à Brasília para pressionar os parlamentares pela retirada do artigo. Hoje em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste), profissionais de educação física realizam um protesto em frente ao Congresso Nacional.

Os estudantes da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Rio Claro, no estado de São Paulo (região Sudeste), lançam nota de apoio à greve de trabalhadores da USP, na qual afirmam que "a pauta de reivindicações, além de expressar as necessidades específicas dos trabalhadores, muito se assemelha às demandas dos estudantes das Universidades Públicas pela democratização da universidade." Os estudantes exigem a imediata retirada das "ameaças contra o direito de luta".

Servidores da Justiça federal de 10 estados do país entraram em greve com o intuito de pressionar o Executivo e o Legislativo para que seja aprovado o plano de cargos e salários dos servidores. Segundo sindicato da classe, a adesão dos funcionários do Judiciário federal no primeiro dia foi de 50%. No estado de São Paulo (região Sudeste), os servidores estão em greve desde o dia 28 de abril, onde realizam uma manifestação em frente ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

6º feira 07

Cerca de 500 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) interditam um trecho da BR-101, entre Japaratuba e Capela – Sergipe (região Nordeste), para reivindicar o envio de cestas básicas, lonas e água potável para o acampamento Artur Bispo do Rosário. Os sem-terra reclamam que o rio que os abastecia (Japaratuba-Mirim) está poluído.

Servidores do Inep e do FNDE, ligados ao MEC, decidem manter paralisação, iniciada no dia 26 de abril, até o dia 10 de maio, quando haverá uma nova reunião com representantes do Ministério do Planejamento. Os funcionários do instituto reuniram-se hoje para discutir a pauta da reunião e o futuro da greve. No dia 6 de Maio, o Ministério do Planejamento publicou em seu *site* uma nota de esclarecimento com explicações sobre o processo de negociação entre a Secretaria de Recursos Humanos e representantes dos servidores da educação. O ministério enumera as reuniões realizadas e as propostas apresentadas à categoria e diz ter "recebido com surpresa" a notícia da greve. De acordo com o governo, o período entre a última reunião e a deflagração da greve foi curto e não houve tempo hábil para que os servidores analisassem e deliberassem sobre a proposta. Os grevistas

pedem que o plano de carreira seja revisto e os salários reajustados. Servidores argumentam que há duas carreiras de nível superior com as mesmas funções, mas com salários diferentes. Outra reivindicação é a melhoria do salário inicial para funcionários de nível médio.

Estudantes de diversos colégios e universidades de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul) realizam manifestação contra o aumento no transporte coletivo. Eles exigem revogação do aumento, mudanças estruturais e medidas que transformem o transporte público da cidade para que ele atenda aos interesses da população. Os manifestantes sairam da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e seguiram em caminhada até Terminal do Centro da cidade, onde encontram os estudantes dos colégios da região. Após o encontro, uma assembléia foi realizada e os cerca de 400 manifestantes decidiram ocupar o Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Florianópolis (Setuf), exigindo a apresentação das planilhas de custo do transporte. Os manifestantes tentaram entrar pacificamente nas salas administrativas para dialogar com a direção do sindicato dos empresários, mas foram agredidos com pedaços de metais, cadeiras e outros objetos segundo informações do CMI. Funcionários e manifestantes saíram feridos. Após o incidente, os manifestantes seguiram até o Atendimento ao Cidadão da Secretaria Municipal de Transportes, mas encontram o prédio com as portas e janelas fechadas. Após fecharem o acesso dos ônibus ao terminal por alguns minutos, os manifestantes seguiram para a Prefeitura, que fechou as portas do prédio e ordenou que a Guarda Municipal lançasse sobre os manifestantes spray de pimenta. A manifestação se dispersou por volta das 14 horas.

Sábado 08

Lideranças Guarani Kaiowá, representando 5 aldeias do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), pedem apoio em São Paulo – SP (região Sudeste), entre os dias 6 e 8 de maio, na luta "Por Justiça, Terra e Vida". A delegação é composta por líderes que representam as comunidades Kurusu Ambá, Ypo´í, Laranjeira Nhanderu, Takuara e Nhanderu Marangatu, do estado. Os indígenas falaram sobre o julgamento dos assassinos do cacique Marcos Verón e pediram apoio na luta da demarcação de suas terras, contra os despejos e as situações de violência vividas por eles. No Mato Grosso do Sul existem 40 mil indígenas Guarani vivendo em situações precárias e nas beiras das estradas, em apenas 40 mil hectares de terra. Além disso, eles ressaltam que "várias usinas de etanol estão em construção, sendo previsto um total de 60 novas usinas, a serem construídas nos próximos anos, em cima de nossos territórios. Tudo isso põem em perigo a nossa sobrevivência como povo Guarani, caso não sejam tomadas as providências imediatas de reconhecimento de nossos territórios". Egon Heck, missionário e militante e atual coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) do Mato Grosso do Sul afirma que "a negação da terra é o que gera a violência, as mortes e a impunidade". A ação dos Guarani Kaiowá foi organizada pelos próprios indígenas, juntamente com o CIMI do Mato Grosso do Sul e da Grande São Paulo, a Pastoral Indigenista de São Paulo, o Programa Pindorama da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/ SP), o Museu da Cultura da PUC-SP e o Núcleo de Estudos de Etnologia Indígena, Meio Ambiente e Populações Tradicionais (NEMA). Para o Guarani Kaiowá, José B. de Almeida, "a partir de um melhor diálogo com os quilombolas e sem-terra, que também sofrem opressão, poderia existir uma melhor união contra a violência de fazendeiros e o agronegócio na região", ressalta. A importância da língua Guarani Kaiowá foi ressaltada pela delegação, por conta do julgamento, em São Paulo, encerrado no segundo dia, sobre o caso Marcos Verón. Na ocasião, a juíza Paula Mantovani Avelino declarou o impedimento de indígenas, vítimas e testemunhas, se expressassem em sua própria língua. Assim, o julgamento foi protelado para fevereiro de 2011. Os indígenas participam de reuniões com a

Procuradoria Regional da República – 3ª Região, no Ministério Público Federal (MPF), e com a Defensoria Pública da União e do Estado de São Paulo. Procuradores e defensores ouviram os relatos sobre a realidade das 5 comunidades e as reclamações sobre o cancelamento do julgamento de Marcos Verón, os enfrentamentos em suas terras, despejos, mortes e perseguições. Em carta entregue ao poder público, os Kaiowá exigem a conclusão da identificação e demarcação de todas as terras Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, a providência urgente da Funai no caso da comunidade Kurusu Ambá, a punição dos assassinos de lideranças indígenas como os que mataram o professor Genivaldo Verá, o julgamento imediato dos acusados da morte de Marcos Verón, a rápida solução para a comunidade Laranjeira Nhanderu, despejada desde setembro de 2009, dentre outros.

2º feira 10

Cerca de mil pessoas realizam protesto contra o aumento de 7,3% da tarifa do transporte público em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Os manifestantes fazem reunião em frente ao Terminal Central (TICEN), convocando a população para manifestar-se contra o aumento. Os manifestantes e tentaram bloquear a Avenida Paulo Fontes, mas foram impedidos por policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE). Eles também tentaram fazer uma panfletagem, mas foram impedidos por seguranças da Companhia Operadora Terminais Integracao S Florianopolis (COTISA). Os manifestantes seguiram em direção à Prefeitura, onde foram reprimidos pela polícia, e depois se dirigiram à Câmara dos Vereadores. Após isto, retornam ao local de onde saíram e dispersaram a manifestação. Uma parcela dos manifestantes voltou a se reunir em frente ao Terminal Central TICEN, fazem uma assembléia geral e aos poucos também se dispersavam.

Os servidores federais do meio ambiente, Instituto Chico Mendes e Ibama, realizam em frente ao Parque Nacional da Água Mineral, em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste), um protesto para pressionar o governo a negociar com a categoria. Eles entregaram os cargos comissionados e as funções fiscais ambientais. Durante a manhã, mais de 30 servidores do Distrito Federal haviam assinado a entrega das funções comissionadas. Em seguida, o grupo seguiu para as margens da BR-020 (que liga Brasília a Fortaleza) com faixas e apitos em sinal de protesto. A analista ambiental do Instituto Chico Mendes Maria Goretti explicou que o protesto de entregar os cargos é uma medida de repúdio. A servidora já trabalhou quatro anos numa reserva extrativista na Amazônia e passou por dificuldades de apoio às atividades.“A falta de infraestrutura e apoio institucional dificultam o trabalho dos servidores nessas áreas de risco. Dentro da carreira federal, somos a área mais desvalorizada. Esse protesto hoje é uma forma de propor mudanças nesse quadro.”Para a presidente da Asibama-DF, Lindalva Ferreira, a desvalorização da categoria tem causado a saída de servidores, que prestam concurso para outros órgãos. Em greve desde o dia 7 de abril, os servidores reivindicam dentre outros pontos a reestruturação da carreira de especialista em meio ambiente e a criação de gratificações a servidores colocados para atuar em áreas de risco.

Professores da UnB decidem encerrar a greve iniciada em março. Mais de 500 professores participaram da assembleia durante a manhã. A votação que definiu o fim da paralisação foi apertada: 268 docentes eram a favor do término da greve, 261 foram contra e houve seis abstenções. Funcionários técnico-administrativos devem se reunir no dia 11 de maio para discutir o futuro da paralisação entre os membros da categoria. A greve dos professores da UnB, que começou um dia após o início do semestre letivo, durou 63 dias. Os funcionários reivindicavam a manutenção da Unidade de Referência de Preços (URP) e o pagamento dos ganhos judiciais. De acordo com Flávio

Botelho, os professores decidiram terminar a greve mas continuar lutando pela garantia dos direitos que já foram adquiridos. Apesar do fim da greve, as aulas só terão início com a definição do calendário acadêmico de 2010.

3º feira 11

Entidades do movimento negro protocolam na Casa Civil do governo do estado de São Paulo (região Sudeste) uma carta direcionada ao governador, Alberto Goldman, na qual exigem um pronunciamento público que explique as razões da violência sistêmica da PM dirigida à população negra. Entre outras exigências, pedem uma audiência imediata no Palácio dos Bandeirantes, com representantes do Movimento Negro e do Movimento de Direitos Humanos; o fim da repressão; mudanças no comando da PM e em sua atuação; e políticas de combate ao racismo e promoção da inclusão social dos negros. A carta ao governador é assinada pelas seguintes organizações: UNEafro-Brasil, Movimento Negro Unificado (MNU), Círculo Palmarino, Tribunal Popular, Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo (USP), Mães de Maio, Sujeito Coletivo USP, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente de São Paulo.

A Comissão Guarani Nhemonguetá e a Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) lançam notas sobre a matéria publicada na revista Veja, número 2163, de 05 de maio de 2010, intitulada "A farra da antropologia oportunista", que acarretou indignação entre os antropólogos, especialmente aqueles que pesquisam e trabalham com temas relacionados aos povos indígenas. Dados quantitativos, segundo a nota da CAI, "conjugam-se à sistemática deformação da atuação dos antropólogos em processos administrativos e jurídicos relativos à definição de terras indígenas", como a afirmação de que laudos e perícias seriam encomendados pela Funai a antropólogos das ONGs e pagos em função do número de indígenas e terras identificadas. Segundo as comissões, as afirmações são falsas. As comissões esclarecem que as perícias são contratações realizadas pelos juízes visando subsidiar técnica e cientificamente os casos em exame, como quaisquer outras perícias usuais em procedimentos legais.

Dados do 1º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, são divulgados hoje pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Segundo a pesquisa, uma de cada cinco crianças indígenas de até 5 anos no Brasil tem estatura menor do que o esperado para a sua idade. Mais da metade sofre de anemia. Na Região Norte, a situação é ainda mais grave: 41,1% estão abaixo da estatura esperada para a idade e 66% têm anemia. Segundo a pesquisa - feita em 2008 e 2009 pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), com financiamento do Banco Mundial, sob encomenda da Funasa - mais de 19% das crianças indígenas de todo o país foram hospitalizadas nos 12 meses antes do levantamento, principalmente por pneumonia e diarréia. De acordo com o inquérito, quase 38% das crianças indígenas nortistas tiveram diarréia na semana que antecedeu à pesquisa. Os dados foram coletados aleatoriamente em 5.277 domicílios, em 113 aldeias de todo o país. Foram examinadas informações de 6.285 crianças e de mais 6.707 mulheres de 14 a 49 anos. Entre as mulheres indígenas, chama a atenção a ocorrência de problemas de saúde verificados na população urbana não indígena: peso acima do normal (30,2%); obesidade (15,7%); e pressão arterial (8,9%); e também problemas de nutrição como anemia: 32,7% em mulheres e 35,2% em gestantes. A incidência dos problemas nas mulheres indígenas, por exemplo, varia de acordo com a região: cerca de 47% das mulheres da Região Norte (mais rural) tinham anemia e 22,4% das índias das regiões Sul e Sudeste (mais urbanizadas) sofriam com obesidade e 12%, com pressão arterial.

De acordo com o diretor substituto do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, Flávio Pereira Nunes, os índios da Região Norte sentem o impacto do desmatamento e da exploração de recursos naturais e começam a mudar de comportamento: em vez do plantio coletivo de alimentos mais variados da aldeia predomina a agricultura de subsistência familiar. Em outras regiões, o avanço da urbanização é um fator que leva à mudança de hábitos alimentares e da cultura. Os dados do inquérito epidemiológico indígena subsidiarão a atuação da futura Secretaria de Atenção à Saúde Indígena que será criada no Ministério da Saúde, após aprovação da Medida Provisória 483. A criação da secretaria que retira da Funasa o atendimento a essa população atende a reivindicações dos indígenas que criticavam a atuação da fundação.

4º feira 12

A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) promove a 16ª edição do Grito da Terra Brasil 2010 em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Segundo a organização do evento, cerca de 10 mil trabalhadores rurais em caravanas de todos os estados do país, se reuniram na Esplanada dos Ministérios em Brasília. A Contag já havia apresentado no último dia 24 de março um documento ao presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva contendo suas reivindicações. Os trabalhadores rurais querem a atualização dos índices de produtividade, aumento da renda dos agricultores e legislação ambiental para agricultura familiar, entre outras reivindicações. O movimento acontece anualmente e reivindica melhores condições de trabalho no campo.

Cerca de 500 integrantes da Contag ocupam a praça de pedágio da BR-277 em São Luiz do Purunã, na região dos Campos Gerais – Paraná (região Sul). A praça foi liberada no final da manhã. De acordo com a assessoria de imprensa da Rodonorte, concessionária que administra o trecho, as 12 cancelas estavam abertas para a passagem dos veículos sem pagamento da tarifa desde as 7h. A Rodonorte pediu a intervenção da Polícia Rodoviária Federal e já estava acionando seu departamento jurídico para pedir a reintegração de posse, quando os manifestantes deixaram o local, por volta das 10h30. Alguns representantes do grupo já chegaram a Curitiba, onde se reúnem na sede do Incra com o superintendente Nilton Bezerra Guedes. Segundo a assessoria de imprensa do Incra, o grupo identificou-se como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista do Paraíso. Eles reivindicam a desapropriação de oito áreas pertencentes ao Grupo Atala, localizadas em Alvorada do Sul, (duas fazendas), Porecatu (três fazendas), Marilândia do Sul, Londrina e Centenário do Sul. Cerca de 2 mil famílias estão acampadas nessas localidades. A assessoria adiantou que essas áreas já foram vistoriadas, estão em processo de desapropriação e dependem de parecer técnico da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra, em Brasília. A assessoria de imprensa da Contag Nacional informou que o movimento não tem qualquer relação com as manifestações do Grito da Terra Brasil 2010, promovidas hoje em Brasília.

Índios de diversas etnias do país reunidos em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste) propõe a revisão do Decreto 7.056/2009 e a criação de uma comissão para discutir a reformulação da Funai. O presidente da fundação, Márcio Meira, mais uma vez não compareceu à audiência. O clima foi tenso durante toda a reunião. No final da audiência, por volta das 14h, os índios permaneceram na sala para definir os integrantes da comissão. As sugestões de revisão do decreto e da criação de uma comissão serão encaminhadas ao presidente da Funai pelo senador Cristovam Buarque, presidente da Comissão de Direitos Humanos.Um dos principais pontos criticados pelos

mais de 200 índios presentes foi a falta de participação da população indígena na reformulação da Funai. “Pedimos a extinção do Decreto 7.056. Queremos uma nova estruturação da Funai, mas, desta vez, com ampla discussão com os povos indígenas e a criação de uma comissão que nos represente”, disse o vereador de Campinópolis (MT) Jeremias Pnita'Awe. Segundo os indígenas, o decreto viola o Artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada na Conferência de Genebra, em 1989 e adotada pelo Brasil desde 2002. De acordo com o texto da convenção, povos indígenas e tribais devem sempre ser consultados em assuntos de seu interesse. Para o procurador-geral da Funai, Antônio Salmeirão, falta esclarecimento sobre o decreto. “Desde a Constituição de 1988 havia necessidade de se reestruturar a fundação. A Funai prestava tutela aos índios. O decreto fala em participação social, em gestão compartilhada junto com os indígenas”, destacou. O secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Rafael Lopes Torres, disse que em 2004 foi enviado um documento à Funai que enumerava problemas observados pelo tribunal. Entre eles, a falta de condições operacionais para o desenvolvimento dos projetos e a inexistência de critérios para definir as ações para os povos indígenas. Como recomendações, o documento sugeria reformulações na infraestrutura e a realização de estudos sobre a reestruturação. Torres disse que o TCU pode contribuir no debate entre indígenas e Funai. Segundo ele, o tribunal pode verificar a legalidade do Decreto 7.056 e se houve descumprimento da Convenção 169 da OIT. O tribunal também pode checar se as modificações propostas são positivas para as comunidades indígenas.

Relatório apresentado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) documenta várias violações aos direitos humanos contra índios das etnias Guarani Kaiowa e Guarani Ñandeva, que residem próximo a Dourados em Mato Grosso do Sul (região centro-oeste). O relatório elaborado por uma comissão do conselho confirma a situação precária dos índios na região. O documento aponta a existência de conflito fundiário na região, a expulsão dos índios de terras originárias e as péssimas condições de vida, moradia e assistência à saúde dos indígenas. Na aldeia Passo Pirajú, a 20 quilômetros do centro de Dourados, 16 famílias dos índios Guarani Kaiowa vivem em uma área cercada por fazendas e sofrem com a falta de água. Segundo o relatório, “o acesso ao rio foi totalmente fechado por um dos vizinhos que eletrificou a cerca que divide as terras indígenas impossibilitando a pesca ou o uso da água do rio”.Segundo o relatório, os índios desassistidos na aldeia têm dificuldades em conseguir ajuda na cidade por causa de discriminação étnica. “O preconceito e a discriminação contra os povos indígenas chegam a ponto de impedir que eles tenham acesso à cidade, por medo de represália ou discriminação da população”, diz o documento que ainda relata casos de agressões e ameaças aos índios. Também é precária a situação de 300 índios Guarani Ñandeva (33 famílias) que residem acampados às margens da BR-163 em uma vala coletora de água, entre a pista de intenso movimento de carros e caminhões e a cerca de arame farpado de uma fazenda produtora de soja. A área costuma alagar com as chuvas. A água das chuvas é armazenada em um poço escavado e usada para o abastecimento dos índios. O relatório apresentado ao conselho ainda informa que os indígenas correm risco de intoxicação com uso de veneno pulverizado nas plantações de soja. O documento foi aprovado pelo CDDPH e traz 19 recomendações à Funai, à Polícia Federal, ao governo de Mato Grosso do Sul, e outros órgãos. A comissão do CDDPH visitou a área em 26 de março.

O comando nacional dos grevistas dos serviços de licenciamento ambiental e fiscalização federal, apoiados por servidores da Advocacia-Geral da União (AGU), Polícia Civil, UnB, entre outros, realizam manifestação durante o julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a greve dos trabalhadores. A manifestação ocorreu em frente ao STJ em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). No Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), os funcionários do Ibama e do Instituto

Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) fecharam o acesso ao Cristo Redentor da Floresta Nacional da Tijuca. O STJ considerou abusiva a paralisação dos serviços de licenciamento ambiental e fiscalização federal em função da greve dos servidores da área ambiental. O tribunal também determinou o retorno imediato dos grevistas às atividades. As entidades que não cumprirem a decisão do STJ deverão ser penalizadas com multas diárias de R$ 100 mil. A primeira seção do STJ julgou o mérito da medida cautelar impetrada pelo governo pedido a ilegalidade da greve dos servidores do Ibama e do ICMbio. O relator, ministro Benedito Gonçalves, votou a favor da abusividade integral da paralisação, mas foi vencido por 5 votos contra 3. A maioria acompanhou o voto da ministra Eliana Calmon, que determinava o retorno imediato dos servidores às atividades consideradas essenciais. Para a presidente da Associação dos Servidores da Carreira Especialistas em Meio Ambiente do Distrito Federal (Asibama-DF), Lindalva de Cavalcante, o resultado foi favorável aos servidores. Segundo ela, o Comando Nacional da Greve deve se reunir com dirigentes de entidades e advogados para decidir quais serão os próximos passos do movimento. A greve, que já dura um mês, é resultado da quebra de um acordo feito em 2008 entre governo e os servidores. Eles acreditam que o governo descumpriu parte do acordo que previa a criação de um grupo de trabalho para a reestruturação das carreiras. O governo afirma que a paralisação de todas as atividades é ilegal e fere o acordo.

5º feira 13

Setores articulados contra a demarcação das terras indígenas e quilombolas no estado do Rio Grande do Sul (região Sul) se reúnem na Comissão de Serviços Públicos da Assembléia Legislativa do estado para discutir formas de barrar os processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas em andamento. A reunião, requerida pelo deputado Jerônimo Goergen, do Partido Progressista (PP) e presidida pelo deputado Alceu Moreira (PMDB), contou com a presença de representantes da Secretaria Estadual da Agricultura, da Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), do Ministério Público Estadual, (MP-RS) da Associação Rural de Bagé, além de prefeitos e grandes e médios proprietários rurais de diferentes regiões do estado. Representando a FARSUL, o filósofo Denis Rosenfield, membro do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), questiona a autenticidade dos coletivos indígenas e quilombolas, bem como a legitimidade de seus direitos constitucionalmente reconhecidos à terra. O filósofo afirma ainda que "os índios que vivem no espaço urbano estão todos aculturados e que não desejam voltar ao estágio primitivo pré-cabral". Segundo Rosenfield é necessário que haja uma "integração e aculturação destas populações com o objetivo de torná-las cidadãos plenos e não falsas comunidades primitivas". Para o deputado Jerônimo Georgen, é inaceitável a ocorrência de demarcação de terras indígenas em áreas produtivas. Georgen, que também é autor de um projeto de lei que garante aos proprietários de terra a sua permanência até a conclusão do processo de indenização e do julgamento das ações de reintegração de posse, afirma também que após o estabelecimento das terras indígenas em Rondinha e Erechim, agricultores foram marginalizados e hoje não têm onde morar. O deputado Ivar Pavan (PT) afirma que laudos antropológicos não possuem consistência técnica e comenta a necessidade de laudos serem isentos, sugerindo também remover os índios para outra região deixando as terras para os fazendeiros. Um dos objetivos da reunião é formar uma comissão para ir a Brasília pressionar o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério da Agricultura e o Incr) para que sejam revogados os processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas em andamento nos municípios gaúchos. A representante do Ministério Público Estadual, Beatriz Lang, ressalta o caráter unilateral da reunião que não contou com a presença de lideranças indígenas, representantes quilombolas, da Funai ou do

Incra. Lembra também da existência do Grupo de Trabalho sobre territorialidades indígenas da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia, e da necessidade de trabalho em conjunto. Com 2 dos maiores grupos étnicos existentes no Brasil, os Guarani e os Kaingangue, o Rio Grande do Sul é um dos estados da União que possui menos terras indígenas homologadas.

Manifestantes da Frente de Luta pelo Transporte Público ocupam a sede do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano (SETUF) de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Nove deles se acorrentam às cadeiras da sede. Eles reivindicam mostra pública da planilha orçamentária da empresa, auditoria desta planilha e a revogação imediata do aumento nas tarifas até que a planilha seja verificada. Paralelo a isto, um grupo de manifestantes caracterizados encenou um teatro de duas partidas de futebol e uma roda de ciranda em protesto contra o aumento das tarifas. Os manifestantes bloquearam ainda uma rua e um calçadão do centro de Florianópolis. A PM somente acompanhou e observou o movimento.

6º feira 14

Moradoras, lideranças, trabalhadores, desempregadas, jovens, donas de casa e aposentados (ao lado do movimento estudantil, de moradia e organizações políticas) realizam uma mobilização como parte da Jornada de Lutas do MST em frente à prefeitura de São José dos Pinhais - Paraná (região Sudeste). O objetivo do ato é denunciar o descaso do prefeito Ivan Rodrigues Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a necessidade de serviços básicos para as comunidades do Jardim Itaqui, Rio Ressaca e Jardim Cruzeiro. Segundo um dos moradores de Jardim Itaqui, uma criança bebia água de uma cava durante a falta de fornecimento de água. Outros problemas assolam a cidade como os alagamentos, falta de rede de energia elétrica, asfalto e saneamento precário. Na pauta também está a aceleração da reforma agrária para 5 mil famílias que permanecem acampadas no Paraná, em situação precária, vivendo à beira de estradas e áreas ocupadas. Os trabalhadores também reivindicam assistência técnica para as famílias assentadas, infra-estrutura para os assentamentos, crédito para habitação e renegociação de dívidas. Durante o ato o portão da Prefeitura foi bloqueado por um carro da Guarda Municipal. Uma reunião foi organizadas às pressas com o grupo de moradores, no momento do ato. A prefeitura comprometeu-se a oferecer segurança às moradoras, normalmente ameaçadas pelos estelionatários dos lotes. É dado o prazo de um mês para encaminhar todas estas questões junto às empresas de água (Sanepar) e luz (Copel), além de estudar a possibilidade dos moradores receberem a documentação dos lotes. A conversa com o prefeito ainda segue pendente.

Aproximadamente 3,5 mil trabalhadores da Renault paralisam as atividades da fábrica de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba - Paraná (região Sul). De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), com a paralisação de 24 horas, 760 veículos não serão fabricados.Os metalúrgicos decidem pela greve após recusar a última proposta da empresa sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para este ano de 2010. A Renault está oferecendo PLR no valor de R$ 7,5 mil, com pagamento em duas parcelas, sendo a primeira de R$ 4,7 mil para serem pagos na no dia 18 de maio. Os funcionários, segundo o sindicato, reivindicam PLR no valor de R$ 9 mil e querem um valor maior pago já na primeira parcela. As metas propostas pela empresa também eram apresentadas como um dos motivos da paralisação – os patamares de produção para este ano e o de participação no mercado. A montadora exigia uma produção de 187,6 mil veículos, sendo que em 2009, em ritmo alto e com excesso de horas extras, conforme o sindicato, o volume foi de 140,3 mil unidades fabricadas. Na discussão de hoje, a empresa retirou essas metas. Uma

nova assembleia da categoria para decidir os rumos da paralisação está agendada para o dia 17. A assessoria de Comunicação Social da Renault, em São Paulo, informou que a empresa deve se manifestar a respeito da greve assim que for encerrada a reunião que ocorre neste dia 14 entre a direção da fábrica e representantes dos metalúrgicos. Também os 2 mil metalúrgicos dos primeiro e terceiro turnos da Volkswagen, fábrica de São José dos Pinhais, decidiram ontem (13) dar prazo de 24 horas para que a empresa apresente uma proposta de PLR aos trabalhadores. Caso contrário, segundo o sindicato, eles não irão trabalhar neste final de semana. Os metalúrgicos só aceitam iniciar as negociações se a empresa apresentar a mesma proposta que fez aos trabalhadores de São Paulo ou seja, R$ 4, 3 mil para a primeira parcela. Os 1,8 mil metalúrgicos da New Holland também reprovaram proposta de R$ 3, 8 mil de PLR, com adiantamento de R$ 1,9 mil e deram prazo de 48 horas para a indústria melhorar a proposta. Os metalúrgicos exigem no mínimo 80% do que for fechado nas montadoras instaladas no Paraná. Nova assembleia deverá ocorrer no dia 18. Os 3,5 mil metalúrgicos da Bosch também em protesto contra a falta de proposta de PLR, paralisam as atividades por duas horas em cada troca de turno. Eles deram prazo de 48 horas para a empresa apresentar proposta. Nova assembleia ocorre no dia 17.

Domingo 16

Cerca de 100 famílias do MST ocupam a Fazenda Sítio, no município de Bocaiúva, Minas Gerais (região Sudeste). Segundo as famílias, o latifúndio está improdutivo, não cumpre a sua função social e deve ser destinado à Reforma Agrária, como determina a Constituição. A fazenda fez parte da Agroindustrial Jequitaí, que depois se tornou a Usina de Açúcar Malvinas, que utilizava mão-de-obra escrava. “Esse latifúndio se confunde com a história de exploração do povo brasileiro, pois abrigou um dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar da região e traz em si as marcas da escravidão", afirma nota dos sem-terra de Minas Gerais. A fazenda é de propriedade da família de José Maria Alkmin, um dos articuladores do golpe de 1964, morto em 1974. Ele ganhou a fazenda da família Matarazzo. Segundo informações do site do MST, hoje, sob controle de Luciano Alkmin, filho do José Maria, a fazenda se encontra abandonada. O MST reivindica a desapropriação imediata da fazenda, o assentamento das 3 mil famílias acampadas em Minas Gerais, assistência técnica e liberação de crédito agrícola para as famílias assentadas. O filho do ex-vice-presidente, Luciano Fonseca Alkmin, ajuizou neste dia 16 o pedido de reintegração de posse.

Cerca de 150 pessoas participam no calçadão da Praia de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), de uma caminhada para estimular a adoção de crianças no estado. O evento, organizado pela Frente Parlamentar em Defesa da Adoção da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa do Estado (Alerj), em parceria com a Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, contou com a participação de várias famílias que adotaram crianças. De acordo com o presidente da Frente Parlamentar Pró-Adoção, o deputado Alcebíades Sabino do Partido Social Cristão (PSC-RJ), o estado do Rio tem hoje um total de 3 mil crianças morando em abrigos. O presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB-RJ), ressaltou a necessidade de ampliar a divulgação de informações sobre o tema, o que, segundo ele, poderia aumentar o número de adoções bem-sucedidas.

Trabalhadores ambulantes realizam passeata da Central do Brasil, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), até a sede da Prefeitura, para reivindicar os espaços no local dos quais dependem para executar seu trabalho. Durante a manifestação, segundo informações do CMI, houve intensa escolta policial. Na chegada à prefeitura mais de 5 carros da polícia ficaram de prontidão à espera dos

manifestantes. Após a manifestação, um secretário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mostrou apoio à causa dos trabalhadores. O prefeito Eduardo Paes não se manifestou. Muitos ambulantes foram proibidos pela Guarda Municipal e Prefeitura de manter suas vendas.

Durante a abertura da EXPOAGRO, em Dourados – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), evento de latifundiários ligados ao agronegócio, políticos e latifundiários publicamente declaram guerra aos povos originários (indígenas) e ao campesinato pobre do estado. Durante a solenidade de início da EXPOAGRO, o Sindicato Rural (patronal), avisa que irá "convocar os produtores para retomar as marchas contra essa aventura que é a demarcação de terra escriturada".

O ministro Hamilton Carvalhido, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste), determina aos servidores do Ministério do Trabalho, em greve desde 6 de abril, que retornem a prestar serviços considerados essenciais. Foi dado um prazo de 24 horas a partir do primeiro dia da decisão para que os serviços sejam retomados pelo menos por 50% dos servidores. Caso haja descumprimento da decisão, será cobrada multa diária de 50 mil reais da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social.

3º feira 18

Mais de 1300 famílias de trabalhadores ligados ao MST ocupam a sede da superintendência do Incra, em Marabá - Pará (região Norte). Os trabalhadores reivindicam o assentamento imediato das famílias que vivem em fazendas ocupadas. Em duas delas, os sem-terra estão há mais de cinco anos. Até o momento, o Incra não cumpriu com a sua obrigação de vistoria e desapropriação. As fazendas reivindicadas pelas famílias organizadas pelo MST são Cedro, Maria Bonita e Espírito Santo, de controle da Agropecuária Santa Barbara, do Grupo Oportunity. Além dessas áreas, os trabalhadores reivindicam a Fazenda Rio Vermelho, Vera Cruz, Nossa Senhora de Fátima e Colorado do Grupo Quagliato, e Peruana, do Evandro Mutran, e São Luis, área em conflito com a companhia mineradora Vale.Segundo informações do site do MST, todas essas fazendas são áreas publicas da União, localizadas no estado. As famílias denunciam também a prática de violência em todas as fazendas por pistoleiros e seguranças armados. As famílias acampadas exigem a presença imediata do presidente nacional do Incra e do presidente do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) para iniciar as negociações.

Dezenas de pessoas protestam em São Paulo contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que garantiu anistia aos agentes do Estado que praticaram tortura durante o período da ditadura militar (1964-85). Os manifestantes, que realizaram o ato em frente ao Pátio do Colégio em São Paulo na capital – SP (região Sudeste), pediram também a condenação dos torturadores e do Brasil na Corte Interamericana dos Direitos Humanos. Parte dos manifestantes ainda pediu que os torturadores sejam obrigados a falar exatamente o que cometeram durante a ditadura. O ex-preso político Rafael Martinelli, hoje presidente do Fórum de Ex-Presos Políticos do Estado de São Paulo, disse estar disposto a dizer o que ele fez no período, desde que os agentes do Estado também façam o mesmo.

Servidores das agências do Ministério do Trabalho e Emprego, em greve nacional desde 6 de maio, denunciam as precárias condições de funcionamento da agência Araruama na Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). Os trabalhadores denunciam que o prédio em que

trabalham apresenta rachaduras nas paredes, infiltrações, mofo, banheiros sem fechadura e ausência de água filtrada. Além disso, o teto é de amianto e os móveis são velhos e estão quebrados. O diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência do Rio de Janeiro (Sindsprev/RJ), Manoel Crispim, classificou a situação como uma contradição. "O Ministério do Trabalho, que é o órgão fiscalizador das condições de trabalho, submete a população e os funcionários a estas condições sub-humanas", disse Crispim. Os servidores das unidades de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia também aderiram à greve nacional da categoria. A principal reivindicação dos trabalhadores é o plano de carreira, além da jornada de 30 horas semanais e novas agências de atendimento. Segundo Crispim, o plano vinha sendo negociado com o governo, em 2009, mas as negociações não avançaram no âmbito do Ministério do Planejamento.

A CUT promove uma série de manifestações em defesa da redução da jornada de trabalho. Os atos organizados pela central ocorrem em pelo menos 14 estados do país e reivindicam a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera a jornada de 44 para 40 horas de trabalho semanais. Segundo a CUT, 7,5 mil trabalhadores participaram de uma assembleia realizada às 5h no pátio da fábrica da Mercedes Benz em São Bernardo do Campo – São Paulo (região Sudeste). Mais tarde, às 7h30, 4 mil funcionários de cinco fábricas de Diadema também no estado pararam por três horas pedindo a redução da jornada. Em comunicado, a CUT informa que a votação do projeto sobre redução da jornada é urgente devido ao atual momento político do país. "Após o início do processo eleitoral, em julho, caem as chances de os deputados votarem a PEC", declarou a entidade. Estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) indicam que a redução de quatro horas na jornada semanal poderia gerar 2,5 milhões de empregos formais no país. A CUT aponta ainda que a atual carga horária faz com que trabalhador brasileiro esteja entre os que mais dedicam horas do seu dia ao emprego. Dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) usados pela CUT informam que o brasileiro gasta 2.212 horas por ano com o trabalho e o transporte profissional. Na Alemanha, o trabalhador dedica 1.428 horas por ano ao seu emprego; na Itália, 1.619; na Espanha, 1.807; e no Japão, 1.809.

4º feira 19

Cerca de 150 índios de 12 etnias tentam ocupar a Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e são impedidos por seguranças e servidores da Polícia. No confronto, alguns índios e seguranças ficaram machucados, tiveram as roupas rasgadas e até óculos quebrados. Eles foram pedir a revogação do Decreto 7.056, que reestrutura a Funai e reclamaram de não ser ouvidos pelo governo federal em assuntos de seu interesse.O objetivo dos índios era ir até o plenário da Câmara, mas, após o confronto, eles foram para o plenário da Comissão de Constituição e Justiça, onde apresentaram suas reivindicações a um grupo de deputados. Os índios disseram que suas terras estão sendo invadidas pelo Exército e que não são ouvidos, nem atendidos pelo governo federal no que diz respeito à adoção de políticas de seu interesse. Os indígenas informaram que estão acampados desde janeiro em Brasília, mas não conseguem ser recebidos pelo presidente da Funai, Márcio Meira. "Cerca de 500 índios estão acampados em Brasília há quatro meses e não conseguem ser ouvidos pelo presidente da Funai, que está sendo protegido pela Força de Segurança Nacional", disse o advogado Arão Lopes, da etnia Arariboia. Em seguida, em companhia de alguns deputados, um grupo de índios foi recebido pelo presidente em exercício da Câmara, Marco Maia (PT-RS), que é 1º vice-presidente da Casa. Eles pediram a Maia a revogação do decreto que reestrutura a Funai e fecha vários postos da entidade em todo o país, além da exoneração de Márcio Meira. Tramitam na Câmara dois projetos que pedem a revogação do decreto que reestrutura a

Funai. De autoria dos deputados Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e Mauro Nassif do Partido Socialista Brasileiro (PSB-RO), as duas propostas estão tramitando nas comissões técnicas da Câmara e só depois serão levadas a votação no plenário. Hauly e Nassif participaram das negociações com os índios que foram à Câmara. Marco Maia pediu aos indígenas que conversem com os líderes partidários sobre a possibilidade de rejeição de emenda à Medida Provisória (MP) 472, que está na pauta de votações. Segundo os índios, a emenda, colocada no texto da MP pelo Senado, prejudica as etnias de todo o país, porque tira da Funai pessoas habituadas a defender os temas de interesse da comunidade, ao propor a criação do Conselho Nacional de Políticas Indígenas em substituição à atual Comissão Nacional de Política Indigenista. Os índios ameaçaram partir para a briga, caso a emenda seja aprovada.

Os ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome prestam hoje esclarecimentos à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do MST sobre os convênios firmados com entidades ligadas ao movimento. A representante do Ministério da Saúde, Ana Maria Costa, afirmou que dos quatro convênios firmados com entidades ligadas ao MST dois apresentaram problemas na prestação de contas e um deles ainda está em vigência. As entidades apontadas pela representante foram a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac). No primeiro convênio, onde foi detectado problemas, faltavam documentos como cópias de contratos com fornecedores e editais de licitação. Por isso, foi indeferida a prestação de contas da entidade. No segundo, houve extratos bancários de despesas que não estavam relacionadas ao objeto do convênio. Os dois contratos representam um valor de R$ 452 mil reais. O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Crispim Moreira, disse que foi firmado um convênio entre o ministério e uma das entidades ligadas ao MST, a Anca. Contudo, o contrato teve de ser suspenso porque a associação se tornou inadimplente no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal. Ele informou que foram repassadas duas parcelas para a entidade, de um total de quatro, e a prestação de contas ainda está pendente porque a associação está reunindo os documentos necessários para apresentar ao ministério. Ainda havia mais um representante do Ministério do Meio Ambiente para prestar esclarecimentos à comissão, mas a reunião teve de ser interrompida por causa da ordem do dia no Senado Federal.

Cerca de 500 PMs e agentes penitenciários ocupam as galerias do plenário da Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste) à espera da votação das propostas de emendas à Constituição (PECs) que criam o piso salarial nacional para os policiais e que transformam agentes penitenciários em policiais.As duas propostas estão na pauta, mas para serem aprovadas precisam de no mínimo 308 votos favoráveis. A deputada Gorete Pereira do Partido da República (PR-CE), relatora da Medida Provisória (MP) 479 que reestrutura carreiras de estado, leu o seu parecer sobre a MP. Os policiais ansiosos com a demorada na leitura do relatório, protestaram quando foram advertidos pelo presidente em exercício da Câmara, Marco Maia (PT-RS), que ameaçou esvaziar as galerias. Maia suspendeu a sessão por dez minutos para conversar com os líderes partidários sobre as votações das PECs. No entanto a sessão não foi retomada, e os policiais continuaram nas galerias.

Servidores da Polícia Federal (PF) de todo o país realizam uma paralisação de 24 horas. A ação tem o objetivo de exigir do governo a reestruturação de algumas carreiras da categoria. De acordo com a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), a mobilização envolve, principalmente, agentes da PF, escrivães e papiloscopistas. Esses servidores são cerca de 9 mil e representam 65% dos funcionários da Polícia Federal. Segundo a federação, essas três categorias têm salário líquido

inicial de aproximadamente R$ 5 mil. Em 12 anos, esses servidores atingem o nível máximo previsto no atual plano de carreiras da PF e passam a receber R$ 11,5 mil. A intenção dos sindicatos é pressionar o governo para que sejam criadas novas promoções a fim de que o servidor possa buscar aumentos até sua aposentadoria. Esta é a segunda paralisação dos servidores da PF em 2010 segundo informações da Agência Brasil. No final de abril, os funcionários da corporação também pararam em busca da reestruturação de suas carreiras. O Ministério do Planejamento informou que vem negociando com os servidores. Afirmou, porém, que há um posicionamento claro do governo federal de que nenhum reajuste será concedido a servidores neste ano, tampouco serão firmados compromissos para os anos seguintes.

Representantes do movimento de lésbicas, *gays*, bissexuais e transexuais (LGBT) de todo o país se reúnem em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para a 1ª Marcha Nacional contra a Homofobia. A passeata contou com mais de 1,5 mil participantes. O objetivo do movimento é reivindicar a garantia de Estado laico, aprovação imediata do Projeto de Lei da Câmara (PLC 122/2006) que torna crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, e uma decisão favorável da Justiça sobre a união civil entre casais homoafetivos. A marcha percorreu a Esplanada dos Ministérios liderada por travestis usando roupas pretas em sinal de luto às 238 mortes de travestis registradas em 2009. Cruzes foram colocadas no gramado em frente ao Congresso Nacional para simbolizar as vítimas do preconceito. Para o coordenador-geral da marcha, Carlos Magno, o maior entrave para o avanço dos direitos dos homossexuais é o controle exercido pela Igreja em temas que deveriam ser exclusivos do Estado.

Motoristas e cobradores de Guarulhos e Arujá – São Paulo (região Sudeste) deflagram greve. Motoristas e cobradores exigem 14,1% de aumento salarial. Segundo a assessoria de imprensa da Guarupas (que engloba a Guarulhos Transportes, a Viação Transmetro, a Empresa de Ônibus Vila Galvão, a Empresa de Ônibus Guarulhos, Transguarulhens e a Viação Arujá), estão parados 10 mil motoristas e cobradores, mas 15% da frota esta nas ruas. Segundo a Guarupas, as empresas foram surpreendidas pela greve porque estavam em período de negociação salarial com a categoria. O presidente do Sincoverg, Orlando Maurício Júnior, explicou que a greve por tempo indeterminado está decidida desde o dia 11 de maio, quando os trabalhadores deram um prazo de 72 horas para que a empresa fizesse uma proposta que mais se aproximasse da reivindicação dos funcionários. De acordo com o sindicato, os trabalhadores reivindicam ainda o fim da dupla função (motorista e cobrador ao mesmo tempo), equiparação do salário de motoristas de ônibus leves e convencionais, redução da jornada semanal de 44 para 40 horas. A empresa havia oferecido reajuste salarial de 5,5%.

Motoristas e cobradores de ônibus do transporte urbano de Uberlândia – Minas Gerais (região Sudeste) enceram greve, após pressão exercida pela Associação dos Usuários do Transporte de Uberlândia (AUTRAP). Em audiência de 6 horas, realizada na Justiça do Trabalho, representantes dos trabalhadores e das empresas que prestam o serviço chegam a um acordo. Durante a audiência, a 2ª vara do Trabalho e a Procuradoria do Trabalho formularam 2 propostas, a partir das reivindicações da categoria e do sindicato patronal. Os cerca de 100 funcionários presentes concordam com o reajuste de 6,5%, em face dos 7% da proposta anterior. Além disso, o sindicato vai receber 3% da folha de pagamento das empresas como contribuição assistencial. A convenção coletiva tem validade de 2 anos para todos os acordos, e serão negociados em 2011 apenas o aumento de salário e o ticket alimentação. A AUTRAP afirmou que ficará em alerta quanto à possibilidade dos empresários do setor em tentar repassar o reajuste salarial concedido aos trabalhadores para a tarifa do transporte coletivo.

5º feira 20

Um grupo de moradores da comunidade de Vila Autódromo, na zona oeste do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) realiza um protesto contra a remoção das mais de 600 famílias da área, prevista pelo projeto dos Jogos Olímpicos de 2016. A Vila Autódromo fica perto do local onde estarão localizadas as principais instalações das Olimpíadas que acontecerão daqui a seis anos, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a Secretaria Municipal de Habitação, a prefeitura já entrou em contato com os moradores e pretende fazer o reassentamento da comunidade.

Motoristas e cobradores de ônibus de Guarulhos e Arujá, na Grande São Paulo (região Sudeste) voltam ao trabalho à noite, depois de dois dias de greve. A volta imediata ao trabalho foi determinada em uma audiência no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, sob a pena de pagamento de multa diária de R$ 200 mil. O juiz determinou ainda que o sindicato que representa a categoria e a empresa de ônibus participem de um audiência dia 21 e tenham uma semana para buscar a conciliação. As informações são do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Transportes Urbanos, Metropolitanos e Intermunicipais de Guarulhos e Região (Sincoverg). A categoria iniciou a paralisação para reivindicar aumento de 14,10%, fim da dupla função (motorista e cobrador ao mesmo tempo), equiparação do salário de motoristas de ônibus leves e convencionais e redução da jornada semanal de 44 para 40 horas. A primeira proposta da empresa foi de reajuste salarial de 5,5% e a segunda, de 6%.

Manifestantes realizam ato contra o aumento da tarifa do transporte coletivo em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). O Comando da PM de Santa Catarina mobilizou um grande efetivo policial, inclusive a Cavalaria e o Grupo de Resistência Tática, para conter o movimento. Os manifestantes tentaram furar o bloqueio da PM, mas não conseguiram. Dois manifestantes foram presos durante o ato - sem explicações pelos policiais do motivo das prisões - e foram liberados alguns minutos depois. Em assembléia após o ato, os manifestantes marcam outro protesto para o dia 21 de maio.

Policiais tomam o plenário da Câmara, em Brasília - Distrito Federal (região Centro-Oeste) pressionando a votação das propostas de emenda constitucional que fixa o piso salarial nacional da categoria e que cria a polícia penal. Os policiais gritavam palavras de ordem no plenário, com menções a Dilma, candidata à presidência pelo PT. A pressão feita pelos policiais provocou a suspensão da sessão pelo presidente em exercício, Marco Maia (PT-RS). Houve suspeita de presença de policiais armados nas galerias, o que foi negado pelos seguranças da Câmara. Marco Maia convocou uma sessão extraordinária incluindo os dois projetos na sessão: o que fixa um piso nacional para os policiais no valor de R$ 3.500 reais para soldados e de R$ 7 mil para oficiais para valer imediatamente, e o que cria a polícia penal.

Estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) do campus de Marília, em São Paulo – SP (região Sudeste) decidem, em assembléia, entrar em greve por tempo indeterminado em apoio à greve dos funcionários da universidade. Eles lutam contra a terceirização do trabalho, contra a terceirização do Restaurante Universitário Noturno, e reivindicam a pauta específica do curso e do campus.

6º feira 21

Cerca de 100 famílias atingidas pelas enchentes do início do ano são despejadas de um terreno que ocuparam no dia 17 de abril de 2010, na Vila Curuçá, Zona Leste de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo informações divulgadas pelo CMI, o terreno, antes da ocupação pelas famílias, estava abandonado e não cumpria sua função social.

Cerca de 150 manifestantes contra o aumento da tarifa do transporte coletivo de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul) realizam marcha e são reprimidos pela polícia. Um jornalista da rede de comunicação RBS foi agredido e detido. Estudantes também foram detidos.

Domingo 23

Um grupo de percussão, artistas circenses, faixas de protesto e mamulengos percorre alguns trechos do Parque do Ibirapuera em São Paulo – SP (região Sudeste) em um "cortejo fúnebre" para chamar a atenção para o Dia Nacional da Mata Atlântica, que será comemorado no dia 27 de maio. Os manifestantes fizeram também críticas às possíveis alterações no Código Florestal e na legislação ambiental brasileira, que devem ser apresentadas nesta semana. A manifestação foi organizada pela Fundação SOS Mata Atlântica. Segundo o diretor da fundação, Mário Mantovani, o tema gerador deste ano foi a história da legislação ambiental brasileira, que está em situação muito crítica, ameaçada por interesses eleitorais, já que é ano de eleição. A SOS Mata Atlântica pretende discutir as alterações na legislação ambiental com a sociedade. Se for preciso, a fundação poderá elaborar um abaixo-assinado ou fazer alguma intervenção na internet, informou Mantovani.

Mais de 300 pessoas se encontraram no Parque Ibirapuera, em São Paulo – SP (região Sudeste) para realizar a Marcha da Maconha. Um estudante universitário foi detido durante protesto. O rapaz foi autuado por expor um cartaz com a frase: “Não fumo, não vendo e não condeno”. A marcha ocorreu mesmo após a proibição, a pedido do Ministério Público, que considera o evento uma apologia ao consumo de drogas e também um estímulo à criminalidade.

2º feira 24

Rodoviários do município do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) deflagram greve que dura menos de 24h. A categoria decidiu por fim ao movimento em assembleia realizada à noite. No entanto, eles irão continuar em estado de greve por sete dias, na tentativa de avançar nas negociações com os patrões. Os rodoviários assinaram acordo na Delegacia Regional do Trabalho há dois meses, aceitando um reajuste de 5%, mas agora estão reivindicando mais 2% nos salários, já que os motoristas e cobradores que trabalham nas empresas de ônibus da região metropolitana do Rio conseguiram no mesmo mês, 7% de reajuste. Na audiência de hoje à tarde no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) a vice-presidente do tribunal, desembargadora Glória Regina Mello, concedeu liminar a Rio Ônibus que representa o empresariado, para garantir que pelo menos 70% da frota dos ônibus urbanos funcione para atender à população sob pena de multa diária de R$ 10 mil ao sindicato. Os patrões oferecem aumento no valor da cesta básica de R$ 63 para R$ 70, proposta que foi rejeitada por unanimidade na assembleia. Os rodoviários querem que a cesta básica passe para R$ 120 por mês. Patrões e empregados vão discutir ainda nesta semana o reajuste salarial dos

rodoviários e aumento no valor da cesta básica. Caso não haja avanços nas negociações, o TRT vai julgar o dissídio da categoria no início de junho.

Servidores do Ibama que trabalham na fiscalização e no licenciamento ambiental retomam suas atividades sob protesto. Eles cumprem decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que determinou a volta imediata desses serviços. Para o presidente da Asibama, a greve não se fragilizou com a volta "obrigatória" desses servidores. "Vamos continuar a greve até que se tenha uma resposta positiva às nossas reivindicações." O Executivo tem até o dia 2 de julho para encaminhar essa proposta ao Congresso, por conta da Lei Eleitoral. O Ministério do Planejamento mantém a posição de negociar, mas dentro do que já foi esclarecido pelo Executivo, de não conceder reajuste salarial para o funcionalismo público em 2010.

A Frente de Luta pelo Transporte Público lança nota de repúdio à ação da PM de Santa Catarina que na noite de 21 de maio, "colocou em risco a vida dos cidadãos que manifestavam seu repúdio ao aumento da tarifa e os princípios constitucionais de respeito à integridade física e moral do indivíduo, de liberdade de imprensa e de livre manifestação" A Frente afirma que a ação da PM e seu efetivo especializado, Pelotão de Patrulhamento Tático (PPT) e Batalhão de Operações Especiais (BOPE) aplicou choques elétricos nos cidadãos, e fez nítidas manobras violentas e em alta velocidade com suas viaturas contra os manifestantes. Além disso, a polícia deteve arbitrariamente 2 manifestantes sob acusações de dano ao patrimônio público por causa de pichações no centro da capital atribuídas a eles.

3º feira 25

É iniciada a II Assembléia Popular Nacional – Mutirão por um novo Brasil, no Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), em Luziânia - Goiás (região Centro-Oeste). Uma ampla diversidade de movimentos sociais do campo e da cidade, representados por 500 delegados, se encontram para a construção do "Projeto Popular para o Brasil" e aprofundar o estudo sobre os direitos a serem conquistados pelo povo (nos eixos direitos ambientais, sociais, políticos, culturais, civis e econômicos). No horizonte, está o fortalecimento da organização em níveis nacional, regionais e locais, com a garantia de circulação de informações. A estratégia da Assembléia Popular (AP) está alicerçada no trabalho de base para aperfeiçoar seu poder organizativo e ampliar as conquistas nas lutas. Em uma feira pedagógica, as várias experiências das Assembléias Estaduais são compartilhadas entre os participantes.

Servidores da área ambiental entram com mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra o corte na folha de ponto. O ministério confirma vai haver corte na folha de ponto e no auxílio-alimentação dos servidores em greve, mas não se pronunciou a respeito do mandado de segurança.

Manifestantes contra o aumento da tarifa de ônibus realizam protesto em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Eles caminham pelo centro da cidade e convidam a população para um ato marcado para o dia 27 de maio. Segundo os manifestantes, a polícia agiu de maneira truculenta e deteve 4 deles, sendo um menor de idade. Os 4 foram liberados após prestarem depoimento e assinarem termo circunstanciado.

Associação das Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro (ASTRA) lança nota oficial sobre os assassinatos de travestis no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). Segundo a organização, nos últimos 2 meses foram contabilizados 7 assassinatos de travestis em diferentes regiões do estado. Na nota, a associação afirma: "O protagonismo absoluto das Travestis e Transexuais nas estatísticas de todas as pesquisas realizadas sobre violência e discriminação sofrida entre a população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) no Brasil, vem agravando-se desde o final de 2009."

4º feira 26

Um grupo de índios de várias etnias ocupa a sede da Funai, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Eles reivindicavam, entre outras coisas, a saída do presidente do órgão, Márcio Meira. Segundo os manifestantes, não há ninguém melhor que um representante dos indígenas à frente do órgão para defender os interesses da comunidade. O advogado Arão da Providência Araújo Filho, da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi escolhido pelos índios para ser o presidente simbólico da Funai. Os índios, reunidos no auditório da Funai, também decidiram propor a criação de uma comissão nacional dos direitos indígenas que, entre outras coisas, permita à comunidade indígena escolher o presidente da fundação. No início da noite, os índios deixaram a sede da Funai e retornaram para o acampamento onde estão concentrados em frente ao Ministério da Justiça.

Mais de 150 jovens líderes de 65 países participam da Caminhada Cultural Jovem na Saara, região de comércio popular do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O evento é uma preparação para o 3º Fórum da Aliança de Civilizações da Organização das Nações Unidas (Unaoc), que ocorrerá na cidade de 27 a 29 de maio. A Saara é uma área onde imigrantes de vários países se firmaram no comércio ao chegar ao Brasil. O local foi escolhido para a caminhada porque, apesar de diversidade cultural e religiosa dos diferentes povos, a convivência é harmônica e não há conflitos. O presidente da Aliança de Civilizações da Organização das Nações Unidas (ONU) e ex-presidente de Portugal, Jorge Sampaio, espera que o fórum seja uma demonstração para o mundo de que pessoas de diferentes países podem dialogar e tornar o mundo melhor. A partir do dia 27 de maio os participantes da Caminhada Cultural Jovem vão compartilhar suas impressões e recomendações com políticos, chefes religiosos, representantes de grandes corporações e instituições acadêmicas durante o 3º Fórum da Aliança de Civilizações.

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB) de São Paulo (régio Sudeste), recebe no Congresso Nacional, em Brasília - Distrito Federal (região Centro-Oeste) mais de 280 mil assinaturas do abaixo-assinado de apoio à aprovação imediata do confisco de terras de escravagistas. A expropriação está prevista na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que permanece estacionada, desde agosto de 2004, à espera de votação em segundo turno no Plenário da Câmara dos Deputados. Os ministros Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e Carlos Lupi (Trabalho), presentes na entrega das centenas de milhares de adesões, bem como os senadores José Nery (PSOL) do Pará e Eduardo Suplicy (PT) de São Paulo e os deputados federais Chico Alencar (PSOL) do Rio de Janeiro, Luciana Genro (PSOL) do Rio Grande do Sul e Paulo Rubem Santiago do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Pernambuco, entre outros congressistas. Também acompanham a comitiva que esteve com o presidente da Câmara os atores Wagner Moura e Sérgio Mamberti e representantes de organizações sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH), de Açailândia, Maranhão. No ato de

entrega, parte da programação do I Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, Michel Temer afirmou aos presentes que atuará para colocar a proposta em votação e citará a emenda na próxima reunião do Colégio de Líderes da Câmara, que define a pauta final do pleno. Temer pediu ainda ajuda da sociedade civil e dos outros parlamentares no convencimento dos deputados federais. Integrante da mesa de debate sobre as possíveis contribuições do Parlamento, o senador José Nery (PSOL) defendeu a objetividade das situações extremas e concretas em que se dão as libertações e lembrou que o próprio mercado tende a rejeitar cada vez mais qualquer ligação de produtos ligados à exploração de mão de obra escrava.

5º feira 27

Integrantes do MST e da Via Campesina colocam, no gramado central da Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), cerca de 159 crucifixos para simbolizar o sofrimento e, em alguns casos, a morte em decorrência da exploração de trabalhadores em atividades semelhantes à escravidão. A manifestação encerrou o 1º Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Os manifestantes escreveram nas cruzes os nomes de fazendeiros e empresários, que, segundo eles, utilizam-se do trabalho escravo em suas propriedades. O encontro reuniu especialistas para discutir as alternativas de combate ao trabalho escravo no Brasil. O evento foi promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). No dia 26 de maio o senador José Nery (PSOL-PA) entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, um abaixo-assinado com cerca de 280 mil assinaturas pedindo a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 438, que prevê a expropriação da terra onde for encontrado o uso de trabalho escravo e a destinação da propriedade para a reforma agrária. João Pedro Stédile, do MST e da Via Campesina, em sua fala, destacou que “essa prática não é de fazendeiros atrasados, de botas sujas de bosta de vaca. A prática do trabalho escravo é de grandes usinas de cana de açúcar, como a usina de Campos denunciada recentemente pelo Ministério Público, que fica a menos de 300 Km do Rio de Janeiro.” O senador José Nery e a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosângela Rassy, entregaram à relatora especial das Nações Unidas (ONU) sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, Gulnara Shahinian, a cópia de uma moção que foi encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O documento pede rapidez no julgamento da Chacina de Unaí, ocorrida em 28 de janeiro de 2004, em que fiscais do trabalho foram assassinatos, no município, durante vistoria em uma propriedade rural suspeita do uso de trabalho escravo.

Os movimentos da Via Campesina realizam protesto em frente à agência do Banco do Brasil, no município de Colider - Mato Grosso (região Centro-Oeste). O lema dos manifestantes é "O agronegócio não atende aos interesses do povo brasileiro". As reivindicações são: pagamentos por serviços ambientais; um salário mínimo por mês para as famílias preservarem o meio ambiente; direitos de vender os produtos da terra; mudanças nas Leis Sanitárias que impedem a venda direta dos produtos dos pequenos agricultores; rebate de R$ 10 mil nas dívidas dos agricultores; crédito subsidiado para a produção de alimentos para quem faz a preservação da natureza; terra para os camponeses sem-terra: realização da Reforma Agrária; acesso a políticas públicas: Saúde, Educação e Segurança Agrícola.

Camponeses ligados à Via Campesina bloqueiam a BR-386, em Iraí - Rio Grande do Sul (região Sul). Os camponeses protestam no Rio Grande do Sul pela renegociação das dívidas e reivindicam:

o rebate de até R$ 10 mil nas dívidas; a criação de uma linha de crédito subsidiado para produção de alimentos saudáveis aos agricultores e assentados que fizerem a preservação ambiental e pagamento por serviço ambiental; mudança na legislação sanitária a fim de beneficiar a comercialização dos produtos da agricultura camponesa; a reforma agrária e o assentamento de todas as famílias sem-terra no Rio Grande do Sul e no país.

Assentados do MST desocupam os prédios das agências do Banco Brasil em Mosqueiro, distrito de Belém - Pará (região Norte) e em Parauapebas, no sul do estado, onde ocorriam os protestos pela negociação das dívidas dos assentados. Os sem-terra foram recebidos pelos gerentes locais, onde acordaram reuniões com as superintendências regionais do Banco do Brasil. O Movimento afirma que a jornada por Reforma Agrária continua e que as famílias permanecerão em alerta pelas as conquistas dos seus direitos. A jornada dos assentados cobra também do governo federal a realização da Reforma Agrária; investimentos para o fortalecimento dos assentamentos nas áreas de habitação; infra-estrutura e produção agrícola; anistias das dívidas contraídas junto às agências bancárias do estado do Pará do crédito rural; um programa nacional de crédito para os assentamentos da Reforma Agrária (individual, grupal e coletivo) e que os gerentes de agências bancárias e superintendentes estaduais do Incra articulem, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Fazenda, audiências com o MST para discutir o assunto.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) realiza marcha pelas avenidas da cidade de Santa Maria da Boa Vista em Pernambuco (região Nordeste). Segundo informaões do site do MST, cerca de mil trabalhadores dos municípios da região do Vale do São Francisco, Pernambuco participam da marcha. Também participam da atividade outras organizações da Via Campesina e entidades urbanas. Eles protestam contra a construção das barragens de Riacho Seco e Pedra Branca e denunciam os altos preços da conta de luz na região, que recentemente sofreu um reajuste de 50% acima da tarifa. “Essa marcha também servirá para reforçar a luta dos trabalhadores por um projeto de desenvolvimento para a região, sem a construção de barragens, e sem o domínio das grandes empresas do agronegócio”, afirmou Iury Charles, do MAB.

A Via Campesina faz vigília em frente à sede da Justiça Federal, em Vitória - Espírito Santo (região Sudeste) para cobrar agilidade do Poder Judiciário na avaliação de ações contra a criação de assentamentos pelo Incra. Com o protesto é marcada uma audiência com o juiz federal Alexandre Miguel, diretor do Foro do Espírito Santo. Em 10 áreas desapropriadas, já há imissão de posse, mas o Incra não pode criar o assentamento por causa de ações paradas na Justiça. Em uma dessas áreas, o juiz autorizou que permanecesse no local o latifundiário, que vem ameaçando as famílias de trabalhadores rurais do acampamento José Marcos Araújo.

Cerca de 500 sem-terras, atingidos por barragens e pequenos agricultores organizados na Via Campesina realizam uma marcha de 13 km, no município de Curitibanos - Santa Catarina (região Sul). A marcha saiu de um acampamento do MST e seguiu até o Banco do Brasil. A Via Campesina reivindica pagamentos por serviços ambientais, um salário mínimo por mês para as famílias preservarem o meio ambiente, direitos de vender os produtos da terra, mudanças nas Leis Sanitárias que impedem a venda direta dos produtos dos pequenos agricultores, rebate de R$ 10 mil nas dívidas dos agricultores, crédito subsidiado para a produção de alimentos para quem faz a preservação da natureza, terra para os camponeses sem-terra, realização da Reforma Agrária, acesso a políticas públicas; Saúde, Educação e Segurança Agrícola.

Cerca de 150 integrantes do MST deixam uma área da fazenda Monte d'Este, do grupo Tozan em Campinas – São Paulo (região Sudeste). Os sem-terra estavam no local desde o dia 13 e tiveram de desocupar o local no dia 27 de maio, por determinação judicial.

Os servidores do Inep, em greve há 32 dias, terão que deixar o pátio em frente ao prédio do órgão em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) por determinação da Justiça. Eles estão no local desde o início do movimento. A Justiça concedeu ao Inep um mandado de reintegração de posse da área. Mesmo tendo que deixar o pátio em frente ao prédio do Inep, os grevistas disseram que vão continuar usando o local para suas manifestações. Eles reivindicam, entre outras coisas, melhores condições de trabalho e a reestruturação da carreira.

Sábado 29

O 3º Seminário de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte reúne cerca de 300 trabalhadores de movimentos sociais e ONGs, no município Apodi, Rio Grande do Norte (região Nordeste). O final do seminário é lançada uma carta de reivindicações a respeito da preservação das sementes. Segundo a carta, "vimos manifestar a nossa preocupação com o ataque sem precedentes ao patrimônio genético e cultural da humanidade que vem se dando através da ação articulada, por parte de grandes corporações multinacionais, às sementes que historicamente estão sob os cuidados das populações tradicionais e que são elementos fundamentais para a sua autonomia, reprodução social e soberania alimentar." A iniciativa faz parte da mobilização internacional em defesa da agrobiodiversidade para a preservação e controle das sementes em posse daqueles e daquelas que produzem os alimentos para a maioria da população. É criada a Rede Estadual de Sementes Nativas - vegetais e animais -, com o intuito de articular ações em defesa das sementes e contra a sua mercantilização.

Cerca de 150 integrantes do MST protestam em frente à Prefeitura de Campinas – São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes estavam acampados em uma área da fazenda Monte d'Este, do grupo Tozan, desde o dia 13 e tiveram de desocupar o local no dia 27 de maio, por determinação judicial. Segundo informou um dos integrantes do MST, Célio Romualdo, os sem-terra devem ficar em um galpão na Rodoviária Dom Pedro I, cedida por simpatizantes do movimento.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo – SP (região Sudeste) estabelece prazo para que as negociações com os servidores em greve sejam encerradas. Caso não acatem a ordem, medidas contra os sindicatos e associações que representam os servidores serão tomadas. O sindicato dos servidores do Poder Judiciário do Estado calcula que 40% dos 42 mil servidores tenham aderido ao movimento.

Domingo 30

A união das centrais sindicais em atos públicos e festivos, como nas comemorações do 1º de Maio e na conferência nacional que acontece no dia 1º de junho, esconde uma guerra dos sindicatos por reserva de território, filiados e, principalmente, por dinheiro, segundo nota do jornal O Estado de São Paulo. Criado em 2008 e filiado à Força Sindical, o Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Serviços de Combustíveis (Sinpospetro) briga na Justiça com o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo – ligado à CUT – para representar os frentistas de

postos no Distrito Federal (região Centro-Oeste), um setor que, na capital, vive sob suspeita de cartelização. O Sinpospetro acusa o presidente do segundo sindicato, Raimundo Miquilino, de coagir e agredir fisicamente quem tenta mudar de sindicato. Exibe como prova boletins de ocorrência registrados na polícia. Na avaliação do Ministério Público, no entanto, ninguém tem razão. Os sindicatos se "equiparam a uma empresa" e só querem disputar o mercado, afirma o procurador do Trabalho.

2ª Feira 31

O MST participa da Assembléia Nacional dos Movimentos Sociais, organizada pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), São Paulo – SP (região Sudeste). O encontro reuniu mais de 3 mil pessoas e aprovou o documento "Projeto Brasil", que traz bandeiras dos mais diversos movimentos, consolidando uma plataforma política para o debate com a sociedade. A CMS – composta por 27 entidades – aprovou um projeto nacional que irá guiar o movimentos sociais nos próximos semestres. Uma das decisões do grupo é aumentar as manifestações populares em 2011, independentemente de quem ocupará a Presidência da República. O texto aprovado pelas entidades, entre elas a CUT, a Marcha Mundial das Mulheres e a Ação Cidadania, será entregue como pauta aos pré-candidatos à Presidência da República. O documento, dividido em cinco partes (soberania nacional, desenvolvimento, democracia, mais direitos ao povo e solidariedade), defende mudanças na política econômica do país, como a de conceder mais incentivo à produção e à geração de emprego. Os movimentos sociais pedem também a mobilização pela "democratização" do Conselho Monetário Nacional do Banco Central. O texto ressalta a defesa da reforma agrária, a priorização da agricultura camponesa e familiar e a garantia de crédito ao pequeno produtor. As entidades decidiram também apoiar a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução dos salários. A reforma política, o financiamento público das campanhas parlamentares, a fidelidade partidária, estão presentes entre as demandas dos movimentos sociais. Foram relacionadas ainda o fim do caráter revisor do Senado e o aumento da realização de plebiscitos. Também entrou na pauta, a defesa de uma política externa independente, que busque a paz; a destinação dos recursos do pré-sal em benefício dos brasileiros e a retirada das bases militares estrangeiras da América Latina e do Caribe.

Aproximadamente 30 mil pessoas participam, no estádio do Pacaembu, em São Paulo – São Paulo (região Sudeste), da assembléia da Conferência Nacional de Classe Trabalhadora (Conclat), reedição da reunião de 1981 que marcou a união do sindicalismo no País pela redemocratização. Mesmo sem apoiar formalmente Dilma na corrida eleitora, a dirigente da União Brasileira de Mulheres (UMB) e ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lúcia Stumpf, afirmou que a postura dos movimentos sociais será anti-Serra. "Desde 2003 nós temos reafirmado posição contrária à volta do PSDB e do DEM ao poder no País", declarou. O deputado Arnaldo Madeira reagiu dizendo que são "discípulos do Lula, seguidores do Lula, tanto que as centrais foram beneficiadas com recursos do imposto sindical. São assalariadas do governo". De acordo com o deputado, é "lamentável" que, por sua relação simbólica com o PT, os sindicalistas tenham "perdido a capacidade de isenção".

Glossário

Asibama	Associação Nacional dos Servidores do Ibama
CMI	Centro de Mídia Independente
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DF	Distrito Federal
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflito Social e a Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).
Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Peter Sana (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ).
Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Junio de 2010

Editada en septiembre

Asdi
Agencia Sueca de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo

Govern de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials, Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 706

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil

Integrantes	Roberto Leher (coordinador); léase el resto del equipo al final
Fuentes	jornales Folha de Sao Paulo, O Globo, O Estado de Sao Paulo, Brasil de Fato; agencia Brasil; MST na Imprensa, Jornal do MST, CMI y Boletim DATALUTA

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil
Cronologia do conflito social
Junho do 2010

3º feira 01

Os índios que estão acampados há cerca de 5 meses em frente ao Ministério da Justiça em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste) conseguem uma liminar para permanecer no local. A decisão foi da juíza Maria Cecília Rocha, da 6ª Vara Federal de Brasília. Cerca de 80 policiais militares e federais foram à Esplanada dos Ministérios cumprir um mandado judicial anterior que determinava a retirada dos mais de 300 índios do acampamento. No entanto, a juíza decidiu favoravelmente pela permanência dos índios no local e a polícia se retirou. Os índios estão acampados para protestar contra mudanças administrativas na Fundação Nacional do Índio (Funai). A decisão, de acordo com a liminar, foi adotada no sentido de assegurar a tranquilidade da reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), no Ministério da Justiça. A juíza também levou em consideração um aspecto cultural dos índios. Um dos advogados do Movimento Social Acampamento Revolucionário Indígena, Ubiratan Maia, disse que foi alegado à Justiça Federal que uma menina de 12 anos, da tribo Guajajara, do município de Grajaú (MA), teve sua menarca (primeira menstruação) no dia 30 e, segundo a tradição da etnia, ela deve ficar isolada na tenda por 7 dias. A adolescente está com o corpo pintado com tinta de jenipapo e durante uma semana não ela pode falar e nem comer carne suína ou bovina."Ela esta pintada assim para ter saúde, se proteger dos maus espíritos, de mau olhado e para que tudo vá bem na vida dela", disse a tia da adolescente, Edinara Santana.

O diretor de Engenharia da Eletrobras, Valter Cardeal, garante neste dia 1º que todas as pessoas atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu – Pará serão compensadas com indenizações ou reassentadas. Cardeal participou da reunião de uma subcomissão do Senado que está debatendo a construção de Belo Monte. Segundo o diretor, 16,4 mil pessoas e 1,2 mil propriedades rurais serão transferidas. Ele também informou que o processo de negociação com as famílias atingidas pela obra será público e transparente. Cardeal garantiu que a usina não irá inundar terras indígenas e explicou que isso foi assegurado por uma mudança no projeto, que alterou o local da barragem. Segundo ele, todas as comunidades indígenas foram ouvidas e cerca de 200 índios de três etnias serão atingidos diretamente pela obra.O executivo da estatal também anunciou que Belo Monte será a primeira usina a ter um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para mitigar os impactos sociais e ambientais do empreendimento na região. Serão destinados R$ 500 milhões para a implantação das medidas, que serão iniciadas junto com a construção da usina.

Cerca de 40 estudantes ligados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em Pelotas – Rio Grande do Sul (região Sul), ocupam o prédio da Coordenadoria de Benefício da universidade. Eles protestam contra os métodos utilizados pela UFPel para distribuição de bolsas de estudo, auxílio transporte e alimentação, além de questionarem a administração da Casa do Estudante. Os funcionários da coordenadoria não foram impedidos de deixar o local, mas os manifestantes não permitiram que retornassem, caso saíssem.

A Associação dos Docentes da Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) / (ADFAED) e a Associação dos Professores da UDESC (APRUDESC) lançam nota de repúdio à invasão da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) pela Polícia Militar (PM) na noite de 31 de maio, em decorrência de uma manifestação de estudantes na entrada principal do *campus* universitário de Itacorubi, em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). A manifestação era pacífica e contrária ao aumento das tarifas de ônibus urbanos na capital. A ação da PM, sob o comando do tenente-coronel Newton Ramlow, resultou em agressão, espancamento e detenção de estudantes, com invasão do campus da UDESC pela polícia. Segundo informações do centro de Mídia Independente (CMI) na ocasião, a PM confinou os estudantes dentro do *campus* e, segundo eles, promoveu uma sucessão de atos de violência, munida de cassetetes, gás pimenta, cães, dentre outros. As entidades que assinam a carta "consideram que o acontecido envolveu uma dupla violência: contra os manifestantes e seus direitos de livre expressão e associação, e contra a Universidade, cujo dever é justamente o de promover o debate, a reflexão, a crítica e o respeito aos direitos civis". Na carta, os professores exigem que as autoridades competentes cumpram seus deveres constitucionais, como requer um Estado democrático e de direito.

Estudantes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) ocupam o *campus* universitário em Santo Antonio de Jesus – Bahia (região Nordeste) e paralisam todas as atividades. A iniciativa da ocupação, deve-se ao clima de deflagração de greve criado dentro da instituição nas últimas semanas em virtude do processo de sucateamento e o descompromisso do Governo do estado em negociar com o movimento organizado. Após a paralisação iniciada neste dia 01 de junho, com fechamento dos portões e impedimento de acesso dos funcionários às dependências da Universidade, os estudantes resolvem manter a paralisação por tempo indeterminado. A pauta reivindicatória exige atenção por parte das autoridades competentes à demanda de professores para a Universidade, que seria contemplada pela realização de concurso público. Além disso, os alunos querem assistência estudantil efetiva, melhoria das instalações físicas da universidade e autonomia universitária.

Os movimentos estudantil e trabalhista da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Marília – São Paulo (região Sudeste), fazem piquete na entrada do *campus*. Os trabalhadores da UNESP estão em greve desde o dia 12 de maio e os estudantes de Ciências Sociais e Filosofia também estão paralisados. Os estudantes ocupam a Diretoria do *campus* em apoio aos trabalhadores, contra a precarização das relações de trabalho, contra a terceirização e o arrocho salarial, pela incorporação sem concurso público dos trabalhadores terceirizados da limpeza do *campus*, contra a privatização do Restaurante Universitário, e contra o sucateamento. O piquete é uma resposta dos manifestantes à intransigência do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP), que se recusa a negociar a pauta de reivindicações com o Fórum das Seis, entidade que reúne os sindicatos de professores e funcionários das 3 universidades estaduais paulistas. Na mesma Assembléia do dia 1º de junho, que decidiu pelo piquete, os trabalhadores deliberaram apoio à Ocupação da Diretoria por parte dos estudantes.

4º feira 02

Lideranças indígenas reivindicam ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva mais diálogo antes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, durante a Décima Terceira Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste). Segundo o presidente da Funai, Márcio Meira, Lula prometeu aos índios

realizar um novo encontro para debater o assunto.O presidente da Funai disse que o presidente Lula orientou que os envolvidos na construção da hidrelétrica mantenham o diálogo com as lideranças indígenas. Segundo Meira, o Lula solicitou que ainda antes do final do governo haja um acerto para que ele participe de uma última reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista.“Em relação a Belo Monte o presidente quer a continuidade do diálogo, das explicações sobre o empreendimento. Ele colocou que o projeto foi modificado para justamente impactar menos possível o meio ambiente e as terras indígenas”.Além do presidente Lula, participaram da reunião representantes de 22 etnias indígenas de todo o país, dos ministérios de Minas e Energia, da Casa Civil, Justiça, Previdência Social, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Esporte, Meio Ambiente, além da Secretaria Especial de Política de Igualdade Racial e do Gabinete de Segurança Institucional.

5º feira 03

Cerca de 2 mil representantes sindicais, estudantis e de movimentos populares participam do início do II Congresso da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) em Santos - São Paulo (região Sudeste). O evento ocorre nos dias 3 e 4 de junho. O principal ponto de pauta é a unificação da Conlutas com a Intersindical e outras entidades combativas de esquerda a ser referendado no Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora), que acontece nos dias 5 e 6 de junho.

Trabalhadores são libertados de uma propriedade da São Luís Fruticultura Ltda., pertencente, sendo o CMI, ao ex-governador de Santa Catarina (região Sul), Henrique Helion Velho de Córdova. A fazenda, junto a outras do interior do estado, foi fiscalizada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal (PF) durante abril e maio. A lista de irregularidades encontradas no local vai da restrição de liberdade até o não fornecimento de equipamentos de proteção individual para aplicação de pesticidas, o que colocava em risco a saúde dos trabalhadores. Os 153 trabalhadores resgatados trabalhavam na colheita da maçã e não recebiam salários há 2 meses, nem tinham recursos para voltarem aos seus municípios de origem. Com a ação, os trabalhadores receberam os salários e direitos devidos e retornaram para suas cidades. O proprietário aceitou pagar R$ 500 a mais para cada trabalhador como indenização e outros R$ 200 mil por dano moral coletivo, destinados a órgãos públicos ou de assistência social. Outro grupo de 12 escravos também é flagrado em um chiqueiro desativado, entre eles 2 adolescentes de 15 e 16 anos. Os jovens trabalhavam na colheita de erva-mate, em Ipumirim – Santa Catarina (região Sul), em terras de Odolir Canton, que fornecia para a ervateira Parra, que também foi responsabilizada pela situação. Os trabalhadores foram levados de União da Vitória – Paraná (região Sul) para Ipumirim em uma caçamba de um caminhão e dividiam o alojamento com os cavalos.

A PF prende a líder tupinambá e membro da CNPI Glicéria (irmã do Cacique Babau), em companhia de seu filho de apenas 2 meses de idade, no aeroporto de Ilhéus – Bahia (região Nordeste). Vinculada ao Ministério da Justiça, a CNPI tem entre seus integrantes representantes de 12 ministérios, 20 lideranças indígenas e 2 representantes de entidades indigenistas. No dia 2 de junho, Glicéria participou da reunião da CNPI com o Presidente Lula, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), oportunidade em que denunciou as perseguições de que as lideranças Tupinambá têm sido vítimas por parte da PF no sul da Bahia. Após ser interrogada durante toda a tarde deste dia 3 na sede da PF em Ilhéus, Glicéria recebe voz de prisão da delega Denise ao deixar as dependências do órgão. A prisão é decretada pelo juiz Antonio Hygino, da Comarca de

Buerarema, no estado. A alegação para a prisão é Glicéria ter participado no seqüestro de um veículo da Meta, empresa que presta serviço de energia na região. Segundo informações do CMI, desde que a Funai iniciou o processo de demarcação da terra indígena Tupinambá as fazendas invasoras da terra indígena passaram a contratar pistoleiros, fazendeiros dos municípios de Ilhéus e Buerarema, no estado, e iniciaram campanhas difamatórias nas rádios e jornais locais, incitando a população regional contra os índios, o que resultou numa série de conflitos envolvendo pistoleiros, fazendeiros e indígenas. Como conseqüência da disputa pela posse da terra, os Tupinambá respondem a uma série de inquéritos e processos criminais fomentados pela PF. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançou nota de repúdio ao tratamento dispensado por órgãos policiais e judiciais ao Povo Tupinambá. O Cimi reafirma seu compromisso em continuar apoiando a luta dos indígenas pela demarcação de seu território tradicional e conclamou a sociedade nacional e internacional a se manifestar em defesa da causa Tupinambá e pela imediata libertação de seus líderes.

6º feira 04

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) lança nota de repúdio à prisão arbitrária da liderança indígena Glicéria Tupinambá no dia 3 de junho em Ilhéus - Bahia (região Nordeste). A APIB "não admite que a criminalização de lideranças continue a ser usada como arma na luta contra o processo de demarcação de terras indígenas, seja na Bahia ou em qualquer outro estado". A APIB afirma que o diálogo entre autoridades e povos indígenas se torna inviável quando setores do governo tomam atitudes que se mostram contrárias às determinações de seu próprio presidente sem que nada seja feito. A APIB reafirma o apoio das organizações indígenas de todo país ao Povo Tupinambá e exige que o Presidente Lula e o MPF tomem providências imediatas para garantir a libertação e a integridade física de Glicéria Tupinambá, de seu bebê e das demais lideranças indígena presas no estado da Bahia. Reivindica também punição severa para os culpados pelas injustiças praticadas contra estas pessoas e suas famílias.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona, sem vetos, a nova lei que exige ficha limpa para os candidatos ás eleições no país. A lei começa a vigorar a partir do dia 7 de junho, quando deve ser publicada. A lei torna inelegíveis candidatos que forem condenados por órgão colegiado em crimes como improbidade administrativa, abuso de autoridade, racismo, tortura, abuso sexual, formação de quadrilha, crimes contra a vida e crimes hediondos, dentre outros. O texto final do projeto aprovado pelo Senado gerou dúvidas se a lei só valerá para candidatos que forem condenados a partir de agora ou se inclui também quem já tem as condenações previstas no texto. Também há dúvidas se a lei sancionada hoje já valerá para as próximas eleições. As divergências devem ser resolvidas pela Justiça.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul) lança nota de repúdio à violência da PM de Santa Catarina contra estudantes em manifestação pacifica contra o aumento das tarifas do transporte coletivo de Florianópolis no dia 3 1 de maio, bem como à entrada da PM no *campus* universitário da de Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Cerca de 300 pessoas, participam de uma manifestação contra Israel no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) em São Paulo – SP (região Sudeste). Com bandeiras palestinas, orações e faixas de protesto, os manifestantes fizeram um ato pedindo o fim do bloqueio à Faixa de Gaza e condenando a operação do Exército israelense, que atacou um barco de bandeira turca que levava

ajuda humanitária a Gaza. O protesto teve a participação de partidos políticos, movimentos sociais e centrais sindicais. Segundo Abdul Nasser El Rafei, presidente da União Nacional das Entidades Islâmicas (UNI), a manifestação foi um ato de solidariedade "a essa caravana de heróis, de várias religiões e nacionalidades, que são pessoas do bem e que viram que não é mais possível o povo de Gaza continuar sob aquele bloqueio desumano".

Cerca de 172 pessoas que ocupam a Vila Itororó, no centro de São Paulo – São Paulo (região Sudeste), terão que deixar o lugar até o fim de dezembro. Após 6 décadas de incertezas, os moradores foram informados na semana passada pela Prefeitura sobre a mudança para um prédio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), no mesmo bairro. O local será tombado pelo patrimônio histórico e transformado em um centro cultural com cinema e biblioteca.

Sábado 05

O organização ambiental Greenpeace promove, com uma partida de futebol em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), uma manifestação contra possíveis mudanças no Código Florestal. De um lado, o time das motosserras, de outro, a equipe da floresta. Nesta semana, uma comissão especial da Câmara dos Deputados deve votar emendas ao Código Florestal. O relatório, de autoria do deputado federal Aldo Rebelo do Partido Comunista do Brasil (PCdoB-SP), ainda não é conhecido e só deve ser apresentado no dia 8. Coordenador da Campanha de Código Florestal da organização, Rafael Cruz afirma que duas alterações podem provocar retrocessos ambientais: a possibilidade de os estados e o Distrito Federal regularem as florestas e a punição apenas para os futuros desmatamentos, o que anistiaria quem derrubou árvores até agora."A retirada da competência do governo federal para legislar sobre as florestas no mínimo provocará confusão. Em vez de um Código Florestal para todo o país, teremos 27 leis diferentes [*uma para cada unidade da Federação*] para dar conta de seis biomas", critica o ambientalista. Para Rafael, a existência de legislações estaduais poderia ser usada como instrumento de barganha econômica. A manifestação ocorre em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

A oitava Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de São Paulo é realizada com cerca de 2 mil pessoas, na Avenida Paulista em São Paulo - SP (região Sudeste). A caminhada ocorre sempre às vésperas da Parada Gay, com o intuito de dar mais visibilidade às reivindicações do grupo."O mundo é machista e dominado pelos homens. E, o movimento Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), traduz essa mesma parcela. Tem uma invisibilidade das lésbicas dentro do movimento LGBT [*que organiza a Parada Gay*]", afirma a coordenadora do evento e da Liga Brasileira de Lésbicas, Márcia Balades. A manifestação ainda chama a atenção para a elevada quantidade de mortes em razão da preferência sexual. "Nas periferias nós sabemos que é grande o número de suicídios de jovens que não podem se assumir, que têm dificuldades e levam uma vida de violência e humilhação. E é por isso que a gente vai seguir essa marcha para que todos sejamos aceitos", disse Camila Furchi, da Marcha Mundial das Mulheres.

As irmãs Notre Dame Rebeca Spires e Jane Dwyer divulgam em Belém – Pará (região Norte) uma carta aberta dirigida aos 11 desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ) do Pará. Elas fazem um "apelo" para que Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão, volte para a prisão por causa do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em fevereiro de 2005 em Anapu. Ele foi condenado a 30 anos de prisão como mandante do homicídio, em júri popular encerrado em 1º de maio. No entanto, 19 dias depois do julgamento o réu conseguiu, por decisão liminar, um *habeas*

corpus e deixou da prisão. A decisão definitiva deverá ser tomada no dia 7 de junho pelo colegiado dos desembargadores do TJ. Na carta, as irmãs afirmam que Taradão não preenche os requisitos legais - tais como ser réu primário, ter bons antecedentes e ocupação lícita - para aguardar em liberdade novo julgamento conforme apelação da decisão do júri popular. Segundo as missionárias, o réu não é "fazendeiro" e não tem ocupação lícita. Para as irmãs, Taradão "é grileiro de terras públicas em fazendas com papelada fraudada em nome de laranjas, produtos de invasões praticadas no fim dos anos 90". Conforme a carta, Taradão "não é inocente" e nem réu primário, pois "é um especialista em fabricar falsos documentos, em montar fraudes para interferir na ação da Justiça, aliciar e intimidar testemunhas". A ameaça a testemunhas também é lembrada pelo diretor de Defesa dos Direitos Humanos, Fernando Matos, da Secretaria de Direitos Humanos. "Estamos muito preocupados. Há uma testemunha que levou cinco tiros e está sob proteção", disse o diretor, acrescentando que "não faz sentido" o Ministério Público pedir proteção da testemunha e a Justiça conceder liberdade ao réu. Na decisão do *habeas corpus*, os desembargadores ouvirão as sustentações orais da defesa e da Procuradoria ou da Promotoria de Justiça. Os advogados das missionárias, considerados assistência de acusação, não poderão se manifestar. Há 15 dias, a acusação enviou ao TJ um memorial sobre os supostos crimes cometidos por Taradão.

Domingo 06

Termina o Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat) convocado para Santos – São Paulo (região Sudeste), nos dias 5 e 6 de junho com o objetivo de unificar a Conlutas e a Intersindical, bem como outros movimentos populares e estudantis. Estiveram presentes 3180 delegados e mais de 4 mil participantes. A participação do movimento estudantil e dos movimentos contra as opressões na nova Central se manteve como ponto divergente. Na votação, uma ampla maioria aprovou a participação desses setores dentro de um limite máximo de 5% nas instâncias da nova Central. Entretanto, o objetivo da unificação não se realizou. Diversas organizações de base da Intersindical e de outras entidades compreenderam que a manutenção do nome da Conlutas na denominação da nova entidade expressava, por parte do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e aliados, a avaliação de que a nova entidade estaria incorporando as demais entidades na Conlutas, provocando a saída de pouco mais de 35% dos delegados do plenário. Das sete organizações se colocaram como convocantes, cinco eram contrárias ao nome imposto pela maioria dos delegados vinculados a Conlutas. Para estas entidades, a diferença sobre a concepção de democracia operária, interrompeu o processo de unificação.

O Acampamento Indígena Revolucionário, composto por mais de 15 nações indígenas e instalado em frente à Esplanada dos Ministérios, em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste) desde o dia 12 de janeiro de 2010, lança carta aberta à população. Na carta, os indígenas explicam que o acampamento é em protesto contra o Decreto nº 7056/09, elaborado pela atual Direção da Funai e assinado pelo Presidente Lula e que pretende reestruturar o órgão. Eles denunciam que o processo de aprovação do decreto "foi totalmente à revelia dos Povos Indígenas" e que este representa "o esvaziamento e enfraquecimento da representação da Funai em suas bases" e o descumprimento do compromisso constitucional do Estado com os Povos Indígenas. Os Povos Indígenas e os servidores da Funai comprometidos com a defesa dos direitos indígenas há mais de 30 anos lutam pela reestruturação do órgão para o fortalecimento de suas bases. O Decreto, entretanto, segundo os indígenas, reestrutura o órgão de forma a fragilizá-lo e desrespeita compromissos internacionais firmados pelo Brasil, como, por exemplo, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na carta, eles afirmam que "em nome de um crescimento econômico", têm seus

territórios impactados por estradas, ferrovias, hidrelétricas e outros empreendimentos aprovados pela Funai, sem que se garanta o pleno cumprimento da legislação ambiental e indigenista. Eles acrescentam: "como todos os brasileiros, queremos também o progresso, o desenvolvimento, entretanto esse progresso não pode estar condicionado a deixarmos para as gerações futuras o caos ambiental que hoje gestamos na avidez do lucro para empresários nacionais e internacionais". Na carta está explícito ainda que o Acampamento não tem qualquer vinculação ou motivação político-partidária e é mantido com apoio dos moradores de Brasília e entorno, de instituições de cunho religioso e dos próprios acampados. Os indígenas reclamam também que a maioria dos cargos comissionados da Funai encontram-se em mãos de pessoas totalmente alheias às atividades e procedimentos legais que normatizam o serviço publico e que também participaram da elaboração do decreto 7056/09. Tema polêmico no documento aém da extensão de postos do órgão é a transferência para Organizações Não Governamentais (ONG's) de atribuições que por Lei são de responsabilidade da Funai, como a gestão dos recursos da Renda Indígena, abrindo assim um amplo leque de negócios lucrativos para essas instituições; e submissão de servidores do quadro efetivo do órgão a um processo forçado de redistribuição para outros órgãos. O acampamento reivindica a imediata exoneração do presidente da Funai, Marcio Meira, e de sua equipe e denuncia a omissão do Ministério Público Federal (MPF) e de membros do Cimi diante das reivindicações e lutas dos povos indígenas.

A Parada LGBT de São Paulo - SP (região Sudeste) traz este ano, em todos os trios elétricos que desfilaram na Avenida Paulista, uma cobrança aos candidatos nas próximas eleições: votos aos defensores da causa LGBT. Em ritmo eletrônico, em alguns dos carros de som, uma música repetia o lema da manifestação: "Vote Contra a Homofobia – Defenda a Cidadania". A intenção foi a de chamar a atenção para a intolerância e a violência contra a comunidade LGBT. Além da questão política, a Parada LGBT tornou-se um dos eventos turísticos mais importantes para a capital paulista. Ela passou a ser em 2010 o evento com maior número de turistas e o segundo em movimentação da economia da cidade, atrás somente da Fórmula 1. Em 2009, juntamente com as outras atrações da Gay Week, a Parada atraiu cerca de 400 mil pessoas de fora da cidade, que movimentaram aproximadamente R$ 189 milhões na economia do município. Os organizadores estimam que 3 milhões de pessoas estiveram na manifestação.

Servidores de órgãos ambientais federais, em greve há quase 60 dias, realizam um protesto espalhando centenas de cruzes no gramado em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste). A mobilização ocorreu durante o Oitavo Passeio Ciclístico e a Primeira Caminhada por Um Brasil Sustentável, promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente e pela ONG Rodas da Paz. De acordo com Joaquim Benedito, representante do comando de greve dos servidores do meio ambiente, as cruzes representam estações ecológicas, parques nacionais e áreas de proteção ambientais. O objetivo é mostrar à sociedade o descaso com que o governo trata a área ambiental. Durante o protesto, representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal (Sindsep) e da Associação dos Servidores do Instituto do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Asibama) distribuíram uma carta intitulada Semana Nacional do Meio Ambiente: Nada a Comemorar - que explica os principais motivos da greve.“A greve dos servidores evidencia a crise em que se encontram os órgão ambientais federais. Enquanto não se eleger de fato o setor ambiental como prioridade, a sociedade brasileira não terá nada a comemorar na Semana Nacional do Meio Ambiente”, diz o documento. Desde o dia 7 de abril, os servidores do meio ambiente estão em greve. Uma decisão do Superior Tribunal Justiça (STJ), entretanto, exigiu o retorno dos trabalhadores responsáveis pela fiscalização e pelo licenciamento, serviços

considerados essenciais. Esses servidores retornaram ao trabalho no fim de maio. O Passeio Ciclístico e a Caminhada reuniu mais de mil pessoas em frente ao Congresso Nacional.

2º feira 07

É declarada a posse permanente da etnia Guarani-Kaiowá de 9,7 mil ha que formarão a Terra Indígena (TI) Taquara, no município de Juti, ao sul de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). De acordo com o Decreto n°1.775/1996, a demarcação ainda deverá ser homologada pelo presidente da República. Cerca de 270 índios, hoje residentes em uma área de 100 ha, serão beneficiados. O documento foi publicado neste dia 07 de junho no Diário Oficial da União (Portaria nº 954 do Ministério da Justiça). Apesar da portaria, não há previsão de quando será concluída a demarcação. A Funai contratará empresa para estabelecer os limites da terra indígena. Ainda não foi publicado o edital para a licitação da empresa que prestará o serviço. O advogado Rogério Batalha, assessor jurídico do Cimi, entidade ligada à Igreja Católica, não acredita que a demarcação saia este ano. Ele lembra que desde 2002 os índios reivindicam a terra e que em 2003 o cacique Guarani-Kaiowá Marco Veron, de 72 anos, morreu após ser supostamente agredido por homens a mando de fazendeiros. O Ministério Público Federal (MPF) denunciou 28 pessoas pelo crime. Batalha lembra que a Terra Indígena Cachoeirinha Terena (MS), que teve a portaria declaratória publicada em abril de 2007, até hoje não teve a demarcação concluída. O processo de demarcação da Terra Indígena Taquara é questionado na Justiça, informa o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Corrêa Riedel. A área a ser homologada está em uma região hoje ocupada pela Fazenda Brasília do Sul. “Esse processo foi feito de maneira unilateral”, reclama Riedel. Segundo ele, caso ocorra a homologação, a demanda judicial, que está em primeira instância, irá parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o presidente da Famasul, a área é legalizada e escriturada em cartório há mais de 100 anos. Para Riedel, a demarcação fere o direito de propriedade. A Fazenda Brasília do Sul produz soja no verão e milho no inverno. Além da agricultura, há pastagem para pecuária de corte.

Cerca de 500 famílias ligadas à Via Campesina ocupam a sede da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Belo Horizonte, Minas Gerais (região Sudeste). Os manifestantes cobram do órgão agilidade na realização da Reforma Agrária, exigem o assentamento das famílias acampadas e assistência técnica para as famílias assentadas. Além disso, exigem a vistoria de terras para reassentamento de famílias atingidas por barragens do Leste e da Zona da Mata mineira. Dezenas de famílias atingidas pela barragem de Fumaça, acampadas no Acampamento Dom Luciano participam da mobilização. “A barragem foi construída pela Novelis, uma empresa transnacional que usa a hidrelétrica para abastecer sua indústria de alumínio na cidade de Ouro Preto, e deixou as famílias abandonadas, sem terra e sem os meios de subsistência”, disse Claret Fernandes. “O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) vem percebendo que tudo está lento demais, com muita conversa e poucos avanços práticos, enquanto as famílias continuam sofrendo debaixo de lonas sem vistoria das terras por parte do Incra. O cadastramento das famílias é muito importante para sinalizar a vontade do governo de cumprir sua promessa, mas só isso não basta”, finaliza Fernandes. Os manifestantes pretendem permanecer acampados no Incra até que suas pautas sejam atendidas e o órgão federal aponte medidas concretas para a negociação com os movimentos organizados.

A Universidade de Lleida (UdL) e a organização de cooperação internacional Iniciativa de apoio à Reforma Agrária Brasileira (ISRAB) organizam a exposição “MST: 25 anos de luta”, no município

catalão de Lleida na Espanha. Segundo informações do site do Movimento, a mostra apresenta a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir de seus cartazes. São vinte cartazes, de diferentes períodos da história do movimento, juntamente com os postais da mostra fotográfica "MST: 25 anos de lutas e conquistas". Também são exibidos materiais produzidos pelo Setor de Educação do movimento e pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Jaume Barrull, pró-reitor de Atividades Culturais da UdL, destaca o interesse que a comunidade universitária tem sobre a temática da luta pela terra no Brasil e pretende manter e fortalecer os vínculos já existentes com o MST. Há sete anos a UdL mantém parcerias, em forma de projetos de cooperação para o desenvolvimento da produção, com cooperativas da região noroeste do Paraná (região Sul). Para o universitário Cesca Fusté "foi uma ótima oportunidade para conhecer um pouco do MST, fiquei surpreso de como utilizam ferramentas da comunicação para expressar seus ideais e sua história".

Cerca de 15 estudantes, artistas e ativistas ocupam as antigas instalações da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no centro de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul), onde atualmente funciona o Museu da Escola. Os estudantes reivindicam um posicionamento firme da reitoria da UDESC que aponte processos judiciais contra os responsáveis pela invasão da universidade pela PM no dia 31 de maio. Eles desocupam o prédio no mesmo dia. Antes da desocupação, o advogado da UDESC designado para negociar com os manifestantes chegou a afirmar que medidas administrativas e judiciais seriam aplicadas pela instituição no caso de resistência dos estudantes em sair do prédio. Neste mesmo dia 07, cerca de 100 pessoas realizaram um bloqueio temporário das pistas da Avenida Madre Benvenuta, após debate sobre a violência policial contra as manifestações que reivindicam a redução imediata do aumento das tarifas do transporte coletivo na cidade. O debate foi realizado na UDESC.

3º feira 08

O Greenpeace lança nota referente ao Código Florestal, em que critica o deputado Aldo Rebelo (PCdoB) de São Paulo (região Sudeste) quando este apresenta seu relatório na Comissão Especial criada pela Câmara dos Deputados para consolidar as propostas de alteração do Código Florestal. Segundo a nota, "a bancada da motosserra, à qual Aldo se ligou umbilicalmente nos últimos meses, está, obviamente, exultante. O relator fez um serviço ainda melhor do que eles esperavam. Na prática, o relatório de Aldo propõe reverter 76 anos de evolução de nossa legislação ambiental. É, portanto, um retrocesso. Legitima o corte indiscriminado do passado recente e abre brechas para novos desmatamentos. Sugere também que desenvolvimento só se faz com destruição da natureza e passa o custo integral da conservação para o contribuinte brasileiro. (...) Em resumo, usando Marx e Engels para defender práticas capitalistas retrógradas no campo, invocando a bíblia para dizer que a natureza deve se submeter à vontade dos homens e posando de nacionalista para assegurar os interesses do agronegócio exportador de commodities, Aldo Rebelo conseguiu o milagre de produzir uma proposta que põe o Brasil no rumo do atraso e da devastação." A apresentação do relatório do projeto que altera o Código Florestal Brasileiro ocorreu em meio a manobras de obstrução e clima de confronto entre ruralistas e ambientalistas. Grande número de militantes de ONGs ambientalistas compareceu à votação para protestar, obrigando a comissão a organizar uma sala contígua com telão para comportar o público. A cada artigo do projeto ou observação polêmica do relator, os manifestantes levantavam cartões vermelhos, em sinal de desaprovação.

Servidores grevistas da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo – SP (região Sudeste) iniciam uma ocupação por tempo indeterminado do prédio da reitoria, em protesto contra o corte de salário. Por volta das 10 horas, funcionários e alunos entraram no edifício pelos fundos, após arrombarem um portão e quebrarem uma porta e uma janela. Segundo informações do jornal Estado de São Paulo, os manifestantes destruíram a parede de uma das salas a marretadas. O ato foi liderado pelo Sindicato dos Servidores da Universidade de São Paulo (Sintusp), que havia prometido uma radicalização da greve que já dura cerca de 35 dias. Após a ocupação, cerca de 200 funcionários realizaram uma assembléia dentro do prédio. Cerca de 40 grevistas preferiram não entrar na reitoria por discordar da invasão segundo o jornal. Segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), Aníbal Cavali, o objetivo do movimento é fazer com que os funcionários da instituição recebam o mesmo reajuste concedido aos professores. De acordo com ele, o corpo docente obteve aumento de 12,92%, enquanto os trabalhadores conseguiram apenas 6,57%. Os manifestantes também querem o ressarcimento para os grevistas que tiveram o ponto cortado devido aos dias parados.

Moradores do Morro Santa Teresa, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) protestam em frente à Assembleia Legislativa do estado contra o Projeto de Lei (PL) 388, que versa sobre a venda da área da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE). Os moradores afirmam que a venda é para atender a interesses de especulação imobiliária que objetivam a Copa do Mundo de Futebol no ano de 2014. Simultaneamente, moradores da ocupação "20 de novembro" ocupam a sede da Prefeitura de Porto Alegre para denunciar o despejo das famílias que moram na ocupação que, segundo eles, fazem parte do mesmo objetivo: a Copa. Ambas as comunidades estão localizadas próximas ao estádio Beira-rio, que sediará a Copa do Mundo de 2014. Segundo os moradores, "os governos municipal e estadual são responsáveis pelas decisões e projetos que apenas favorecem os especuladores imobiliários esquecendo dos moradores destas áreas".

O Movimento pelo Passe Livre (MPL) e o Fórum de Luta pela Moradia (FLM) realizam protesto unificado com cerca de 150 pessoas na Câmara dos Vereadores de Curitiba – Paraná (régio Sul). Os manifestantes buscam pressionar a bancada dos vereadores a votar a proposta de investigar a licitação do transporte coletivo de Curitiba. Eles conseguem a votação e vitória da proposta que haviam encaminhado no início da sessão.

O movimento "O Paraná que queremos" organiza manifestação no centro de Curitiba – Paraná (região Sul) pela ética e transparência. Os manifestantes pedem a destituição do presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Nelson Justus, do Partido dos Democratas (DEM), devido a denúncias envolvendo desvio de dinheiro dos cofres da Casa. A manifestação ocorre também em outras 12 cidades segundo informações do CMI. Durante a manifestação, um dos alunos da Faculdade de Direito de Curitiba agride verbalmente um grupo de 4 homossexuais que levam a bandeira do movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBTT). O ato contou ainda com outras bandeiras de movimentos sociais e partidos políticos.

4º feira 09

Cerca de 400 jovens ligados a movimentos sociais como o MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Levante Popular da Juventude - todos articulados na Assembléia Popular da Juventude - protestam contra o atual

modelo de desenvolvimento que favorece as multinacionais em detrimento de qualquer forma de vida. O ato ocorreu na Usina do Gasômetro, no centro de Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). A manifestação reivindica a retirada do pedido de liberação do arroz transgênico na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); a paralisação da construção da barragem de Belo Monte; e a realização de uma reforma agrária popular, incentivando a produção agroecológica. Os jovens se juntaram aos moradores do Morro Santa Teresa, que estão mobilizados em frente à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para protestar contra a venda do terreno da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), ex-Febem, pelo governo estadual. O projeto de lei 388, em que o governo pede autorização aos deputados para a permuta ou alienação da área ainda vai ser votado na Assembléia Legislativa. Cerca de 20 mil pessoas que moram na área de 74 ha da FASE serão afetadas com o projeto.

Cerca de 43 comunidades quilombolas reunidas no Vale do Ribeira – São Paulo (região Sudeste) divulgam carta aberta pedindo apoio da sociedade em defesa do Decreto nº 4.887/2003 que regulamentou a demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. O decreto é objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin nº 3.239) movida pelo DEM no Supremo Tribunal Federal (STF). O relator da ação é o ministro Gilmar Mendes e não há data marcada para o julgamento. Os quilombolas pedem que o STF promova audiências públicas antes do julgamento, assim como ocorreu com a Adin também movida pelo DEM contrária às cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília (UnB). De acordo com os quilombolas, que estão reunidas no Primeiro Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas, o decreto é constitucional e atende compromisso do país com a Convenção nº 169 da OIT.

Servidores da Secretaria Municipal de Educação de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro (região Sudeste), realizam uma paralisação de 48h. Professores e funcionários alegam que, após a tragédia provocada pelas chuvas de abril, a educação está em estado de emergência. Os servidores reivindicam reajuste salarial e adoção de um plano de carreira, além da melhoria da infra estrutura das escolas. Após o temporal de abril, que matou 56 pessoas no município, 6 escolas de Niterói ficaram destruídas e 18 foram usadas como abrigo. Após 6 semanas sem aulas, os alunos que sofreram com a tragédia ainda não tiveram um retorno escolar garantido. “As vítimas foram realocadas no Batalhão de Infantaria [*do Exército*] em São Gonçalo. Algumas crianças estão tendo aula no próprio abrigo, que não oferece estrutura para um bom ambiente de aprendizado. Outras foram realocadas em diferentes unidades e até em escolas particulares, mas grande parte não está frequentando as aulas porque os locais são muito longe das suas casas. Segundo o Sindicato Estadual de Professores de Educação (Sepe) não há transporte para as crianças. Segundo o Sepe, a falta de infraestrutura e a ausência de uma política de segurança escolar são problemas diários na rotina dos alunos e servidores. O Sepe de Niterói reclama que houve um corte de 11% nas verbas municipais da Educação em 2010. Dentro das reivindicações dos servidores, estão aumento salarial de 30%, plano de carreira e melhoria da infraestrutura e das condições de trabalho. O prefeito Jorge Roberto Silveira do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e a Secretaria Municipal de Educação não se manifestaram sobre as denúncias apresentadas pelo sindicato.

As duas principais centrais sindicais do país, a CUT e a Força Sindical criticam a elevação da taxa básica de juros. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) aumentou a taxa básica de juros (Selic) para 10,25% ao ano. “É uma insanidade a decisão dos membros do Copom em aumentar a taxa básica de juros. Lamentamos a insistência dos tecnocratas em travar o crescimento, utilizando métodos para conter supostas pressões inflacionárias que são perversos para com os trabalhadores”, diz a Força Sindical, em nota. A central sindical ainda ressalta que medida

do BC "bajula" os especuladores financeiros. "É frustrante, neste momento auspicioso da nossa economia, presenciarmos o Banco Central tomar medidas nefastas como esta, com o intuito de frear a produção e o consumo, e bajular os eventuais especuladores. Aliás, estamos virando um paraíso para os especuladores", diz o texto.A CUT, que também criticou duramente a decisão, afirmou que o aumento da Selic faz parte de uma política "assistencialista" para banqueiros. "Existe uma forte pressão por parte do setor financeiro e seus representantes para que esse ciclo de aumento da taxa básica de juros permaneça. Pelos cálculos do economista Amir Khair, se a taxa chegar a 11,75% até o final de 2010, o Brasil gastará a mais com a rolagem da dívida o equivalente a R$ 13 bilhões", afirma a nota da CUT. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), também desaprovou a medida. De acordo com a entidade, justificar o aumento da Selic baseado nos resultados da inflação não é correto. Segundo a Fiesp, a pressão inflacionária no início do ano ocorreu por causa de ajustes pontuais e sazonais, como mensalidades escolares, passagens de ônibus, produtos *in natura* e álcool. A federação ainda ressaltou que os números mais recentes do PIB apontam para um crescimento de aproximadamente 26% dos investimentos no acumulado dos últimos 4 trimestres, indicando confiança dos empresários na capacidade de atender ao crescimento da demanda de consumo do país.

O Cimi e a ONG Justiça Global reivindicam a intervenção da Organização da Nações Unidas (ONU) para a imediata concessão de liberdade à índia Glicéria Tupinambá e denunciam a ação de agentes da PF contra índios da etnia, no sul da Bahia (região Nordeste). A índia presa integra a CNPI. Ela foi detida no dia 2 de junho sob a alegação de ter participado do roubo de um veículo da empresa que presta serviço de energia na região. A prisão de Glicéria foi relatada na denúncia enviada à ONU neste dia 09. Além de pedir a liberdade para a liderança indígena, as entidades querem a garantia imediata da posse do território reivindicado pelo povo Tupinambá, com a conclusão do processo demarcatório. Essa análise já foi iniciada pela Funai. Outro pedido feito pelas entidades é a garantia da integridade física dos índios e que a PF dê noções de direitos humanos aos agentes que tratam com povos indígenas e outras minorias étnicas. No documento, as entidades também pediram uma investigação capaz de identificar os agentes da PF que teriam cometido crimes de tortura contra 5 índios Tupinambá: Ailza Silva Barbosa, Alzenir Oliveira da Silva, Calmerindo Batista da Silva, Mário Oliveira Barbosa, José Otávio de Freitas. "Essa investigação é importante para que eles possam ser julgados e responsabilizados pelo Poder Judiciário", diz o documento.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Verde (PV) e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados da União lançam notas criticando o su*bstitutivo* do deputado federal, Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), aos projetos que reformam o Código Florestal. A avaliação dessas entidades é que o texto representa um retrocesso na proteção ambiental. Um dos pontos mais criticados é a ampliação da autonomia dada aos estados para legislar sobre meio ambiente. O texto do relator delega a estados e municípios a prerrogativa de fixar os limites de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e reservas legais. Aldo Rebelo afirmou que cada estado tem especificidades que devem ser respeitadas. Com relação às reservas legais, o PSOL e PV discordam da liberalidade de permitir ao proprietário decidir onde será a reserva. Nas notas, os partidos afirmam que essa determinação deve ser feita a partir de critérios técnicos. O PV também discorda da permissão para que produtores, mesmo que tenham infringido a lei, possam continuar com suas atividades na reserva legal ou nas APPs até a elaboração do Programa de Regularização Ambiental. Quanto à regularização, o PV defende a data máxima de 21 de setembro de 1999 para a anistia e não 22 de julho de 2008. Isso porque 2008 é a

data da segunda regulamentação da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/98), mas essa lei já havia sido regulamentada em 1999.

5º feira 10

Ambientalistas e representantes de movimentos sociais se reúnem em frente a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) – RJ (região Sudeste), para um ato contra o novo Código Florestal, em discussão no Congresso Nacional. Eles afirmam que a medida vai prejudicar a agricultura familiar e destruir as áreas de Preservação Permanente (APP). Os movimentos sociais Via Campesina, MST e os representantes dos agricultores familiares que participaram do ato disseram que a proteção ambiental não prejudica a agricultura familiar. "Essa nova proposta vai facilitar o desmatamento, vai dificultar a proteção dos rios e das florestas e ainda permitir a expansão do agronegócio nessas áreas desmatadas. Essa proposta é um imenso retrocesso. Se for aprovada, vai trazer imensos problemas do ponto de vista climático e no equilíbrio ecológico e vai dobrar o desmatamento no país. Além disso, o Brasil não vai poder diminuir em 39% o desmatamento, como acertou no Acordo de Copenhague", disse Fernando Moura do MST. O representante da organização não governamental (ONG) Greenpeace, Paulo Adário, afirmou que o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator da proposta de alteração do Código Florestal na comissão especial criada pela Câmara dos Deputados, acredita que o desmatamento irá promover o crescimento do país. "A nova proposta permitirá o esquartejamento do Código Florestal, ela abriu uma brecha para acabar com a reserva legal e com as APP. Ele [*Rebelo*] acredita que quem preservar é contra o desenvolvimento do país. Nós sabemos que não precisa desmatar para o Brasil crescer."Segundo o representante da ONG SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, a quantidade de terras já desmatadas é o suficiente para a produção e expansão da agricultura. "Estudos comprovam que o que já existe de área aberta poderia produzir três ou quatro vezes mais", disse Mantovani.

Servidores do Judiciário, em greve há cerca de 40 dias, ocupam o saguão do prédio em protesto à decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo – SP (região Sudeste) de descontar os dias parados. O movimento, que não atingia 20% dos 45 mil servidores no estado, ganhou força com a tomada do João Mendes. Em muitas comarcas adesão foi imediata. O Tribunal de Justiça diz que não há como estimar quantos funcionários estão parados. Enquanto isso permanece o impasse nas negociações. A polícia se posicionou com a força tática e de choque para invadir o prédio. Segundo os manifestantes, o protesto contra com 110 funcionários dentro do prédio e cerca de mil do lado de fora, que tentam conter a ação da polícia. Os grevistas reivindicam reposição salarial e melhores condições de trabalho, além de um plano de cargos que seja digno para a categoria, tendo em vista que o último foi encaminhado à Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp) sem discussão com a base, pelo próprio tribunal. Eles afirmam que a data base dos servidores não foi respeitada em 2008, 2009 e não está sendo em 2010, o que somaria 20,16% de defasagem salarial com perdas inflacionárias.

Trabalhadores filiados ao Sindicato de Químicos e Petroquímicos do estado da Bahia fazem uma grande manifestação em frente ao prédio do escritório administrativo do Grupo Braskem em Salvador – Bahia (região Nordeste). Segundo informações do CMI, o grupo Braskem é uma das 3 maiores empresas industriais de capital privado do país e o maior complexo de produção de resinas termoplásticas da America Latina com perspectiva de ser incluída entre os 10 maiores do mundo O grupo é controlado pela Odebrecht, que é um conglomerado brasileiro atuando em quase todo o mundo nas áreas de construção e petroquímica. Os trabalhadores denunciam que o acordo Coletivo

de Trabalho, um documento com força normativa, não tem nenhuma apreciação por parte dos Empresários do ramo Químico e Petroquímico do estado da Bahia, o que os leva ao seu descumprimento.

O Comando de Ocupação do prédio da Direção da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (FFC-UNESP) do campus de Marília – São Paulo (região Sudeste) realiza reunião de negociação com a Diretora da FFC, Mariângela Fujita, e com professores, diretores administrativos e chefes de seção. Na reunião, os estudantes conquistam parte do que reivindicam: a abertura imediata do Restaurantes Universitário à noite, com trabalhadores concursados. À noite, em Assembléia Geral, a proposta é aprovada por consenso. Os estudantes decidem, contudo, permanecer ocupados por ainda terem demandas que não são atendidas, dentre elas: reunião de negociação com o Reitor da UNESP, Herman C. J. Voorwald, bem como uma Congregação aberta que delibere sua pauta de reivindicações.

6º feira 11

O MST do Pará (região Norte) denuncia a ação arbitrária da PM e Polícia Civil do município de Santa Luzia do Pará, a cerca de 200 km da capital Belém. O motivo é o domínio ilegal por latifundiários da Fazenda Cambará fica localizada a 40 km de Santa Luzia do Pará e pertence à Gleba Pau de Remo. Segundo informações do site do Movimento, trata-se de uma área pertencente à União, apropriada de forma ilícita por fazendeiros. O atual posseiro das terras chama-se Josué Bengstson ex-deputado federal, envolvido na "Máfia dos Sanguessugas" ou "Máfia das Ambulâncias". Foi na Fazenda Cambará que o lendário Justiceiro Quintino Lira iniciou sua luta em defesa dos trabalhadores rurais e contra os latifundiários do estado. A Polícia Civil do Pará (região Norte), em conjunto com pistoleiros, invadiu o acampamento Quintino Lira, no município de Santa Luzia do Pará, e fez um despejo truculento das 200 famílias que ocupavam a fazenda, dando tiros em direção aos acampados. A polícia não tem mandado de reintegração de posse autorizado pela Justiça e a ação é considerada como "arbitrária" pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. O juiz agrário de Castanhal revogou o pedido de reintegração de posse, porque tinha sido informado pelo Incra de que a área era pública e pertencente ao patrimônio da União. Há dúvidas sobre a autenticidade do título apresentado pelo ex-deputado federal Josué Bengtison filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Incra entrou com uma ação para retomar as terras e pediu a imediata revogação da medida liminar. Atualmente, o processo se encontra desaforado para a Justiça Federal de Castanhal, Pará. Até o momento, não há qualquer manifestação sobre a ação do órgão federal. "Exigimos que o Poder Público se posicione através dos órgãos competentes para realização da Reforma Agrária no Estado Pará. Não daremos nenhum passo atrás para conquista da terra. Estamos acampados em frente a uma terra pública, chamada de fazenda Cambará, abrindo o caminho para negociação da área imediatamente", afirma o MST do Pará, em nota.

O deputado federal Domingos Dutra do Partido dos Trabalhadores (PT) do Maranhão (região Nordeste) e o militante petista Manoel da Conceição iniciam uma greve de fome. A greve é um protesto contra decisão do diretório nacional do PT de intervir no diretório local para garantir o apoio petista à candidatura da governadora Roseana Sarney do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) à reeleição. O deputado Domingos Dutra disse que o limite da greve é dia 30 de junho, quando encerra o prazo legal para as convenções partidárias. O PT estadual aprovou a coligação com o PCdoB, que tem como candidato a governador do Maranhão o deputado federal Flávio Dino. Mas, no dia 04 de junho, a direção nacional do PT decidiu que o partido vai apoiar a

candidata Roseana Sarney em nome da aliança nacional firmada pelos dois partidos em torno de Dilma Rousseff, candidata petista à Presidência da República. “A decisão que foi tomada pela direção nacional não tem base na legislação partidária”, protestou o deputado.

Alunos da USP, em São Paulo – SP (região Sudeste), fazem ato na avenida Paulista, no centro da cidade de São Paulo, em apoio a greve dos funcionários da universidade. Em greve há cerca de 38 dias, os funcionários reclamam do salário, considerado baixo pelo custo de vida da cidade. O reajuste dado apenas aos docentes foi o estopim da greve dos funcionários. Eles reivindicam a manutenção da isonomia salarial entre as carreiras.

Os Servidores Federais da Área de Meio Ambiente enviam carta aberta á população na Semana Nacional do Meio Ambiente. Eles denunciam a falência da estrutura governamental de meio ambiente e afirmam que não há nada a comemorar. Os servidores lembram que a sociedade vem enfrentando diversos problemas ambientais, tais como: aquecimento global, alteração nos regimes de chuva, perda de biodiversidade, desmatamento, desertificação, poluição do ar e da água, redução dos recursos hídricos, perda da fertilidade dos solos, enchentes, desmoronamentos, dentre outros problemas que afetam a vida humana. Denunciam que está em curso no Brasil um processo de constantes ataques à legislação por "setores produtivistas conservadores", como a mudança do Código Florestal, "além da quebra da unicidade da gestão ambiental pública, a extinção de importantes setores dentro dos órgãos de meio ambiente, a implementação de políticas de crescimento econômico a qualquer custo, e graves deficiências estruturais dos órgãos ambientais federais que dificultam ou até mesmo inviabilizam o desenvolvimento e a implementação das políticas públicas voltadas ao tratamento da questão ambiental". Na carta, eles lembram que, devido à negligência do Governo Federal em resolver os problemas ligados à área, os servidores dos órgãos ambientais federais entraram em greve no dia 07 de abril pela reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e por melhores condições de trabalho. Assinam a carta servidores do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Serviço Florestal Brasileiro e Instituto Chico Mendes. Os servidores do Ibama da Bahia (região Nordeste) também envia Carta Aberta à Sociedade, e a encaminham ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Na carta, os servidores reclamam da situação dos órgãos ambientais federais e da reestruturação da Carreira de Especialistas em Meio Ambiente.

A Direção da UNESP recua e retira a proposta apresentada em reunião com os estudantes no dia 10 de junho sobre abertura do Restaurante Universitário no turno da noite. Diante disto, o Comando de ocupação decide o imediato retomada dos protestos.

Sábado 12

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa), órgão vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, e o Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul repudiam, em nota à imprensa, a distribuição de sementes transgênicas de milho. A nota é uma resposta à decisão tomada pelo Conselho do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper), que liberou a inclusão de sementes transgênicas de milho no Troca-Troca, programa de financiamento e subsídio para a aquisição de sementes por agricultores familiares. “O estímulo dado por um órgão do governo ao uso de material transgênico é inconsequente. Traz graves implicações para o meio ambiente, para a manutenção da biodiversidade e para os próprios agricultores familiares, em uma área estratégica para a produção de alimentos”,

diz a nota do Capa e do Fórum. Eles alertam que é impossível implantar qualquer processo de isolamento no ambiente das pequenas propriedades rurais. Continuam, afirmando que a decisão do Feaper abre a possibilidade da distribuição de sementes estéreis – com o gene terminator – tecnologia que faz com que o agricultor seja obrigado a comprar novas sementes a cada safra. Assim, ele é impedido de plantar as sementes que o próprio agricultor colheu sem pagar os "devidos" royalties. Capa e Fórum reivindicam que, ao contrário do que decidiu o Feaper, o poder público coloque mais recursos econômicos e humanos em favor da biodiversidade, do resgate e conservação das sementes crioulas.

A escola Margarida Alves, do assentamento 25 de Maio, organizado pelo MST, na cidade de Madalena, Ceará (região Nordeste) recebe o prêmio "Escola nota 10". Este prêmio é entregue a 148 escolas públicas do Ceará, por alcançarem metas de ensino, tanto na parte pedagógica como na parte social, gestão e alfabetização. A escola se destacou pela metodologia de ensino, na qual educandos assentados participam da gestão escolar, preparando as atividades culturais, que envolvem a comunidade, além de desenvolver atividades de cunho social. O assentamento 25 de Maio é considerado um exemplo na erradicação do analfabetismo. Nas semanas pedagógicas, as escolas do assentamento preparam místicas e apresentam uma experiência concreta de educação do campo. O projeto pedagógico da escola é baseado na construção e é utilizado o método "Sim, eu posso" para combater o analfabetismo. A solenidade foi presidida pelo governador Cid Gomes e contou com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad. O prêmio oferecido pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza, de R$ 30 milhões, será dividido entre as escolas que alcançaram a melhor pontuação.

O "Tribunal Popular: o Estado Brasileiro no Banco dos Réus" lança manifesto em solidariedade ao Acampamento Indígena Revolucionário e condena todas as violações de Direitos Humanos perpetradas pelo Estado brasileiro contra os Povos Originários. Acampamento Revolucionário Indigena está instalado desde janeiro de 2010, em frente à Esplanada dos Ministérios, em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste). O Acampamento foi montado em protesto contra o decreto 7056/09, que extingue postos e administrações da Funai e anula direitos indígenas. O tribunal condena a atitude do Estado brasileiro em "tentar votar às escondidas na noite de 19 de maio a Emenda 36 da Medida Provisória 472/09, legalizando o CNPI, irregular e ilegal desde 28 de dezembro de 2010, na Câmara Federal". No manifesto, o Tribunal esclarece que o CNPI não tem legitimidade alguma frente ao Movimento Indígena, sendo criado pelo Decreto 7056/09 sobre a estrutura da antiga Comissão Nacional de Política Indigenista, que foi presidido pelo presidente da Funai, Márcio Meira, e composto por: Executivo, ONG's ligadas à atual gestão federal e representantes indígenas subordinados aos interesses da presidência. O Tribunal afirma que o Decreto é o formulador das diretrizes que vêm penalizando os povos indígenas e servidores da Funai, extinguindo postos e administrações regionais, deixando funcionários sem lotação e pondo fim a direitos básicos, como o direito à saúde e à educação, dentre outros.

Domingo 13

Grevistas do Judiciário, desocupam o fórum João Mendes, em São Paulo – São Paulo (região Sudeste). Em fila indiana e de mãos dadas eles passaram por um corredor policial e foram recebidos por colegas na praça João Mendes. Ganharam aplausos, pão com margarina e café quente. A ocupação do fórum ocorreu no dia 10 de junho, quando cerca de 150 funcionários tomaram o saguão principal. Muitos logo deixaram o prédio.

2º feira 14

Cerca de 400 famílias do MST do Mato Grosso bloqueiam a BR-163, em Sorriso, Mato Grosso (região Centro-Oeste). O objetivo é denunciar os efeitos nocivos do agronegócio e cobrar do governo do estado a desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária. "Temos pessoas acampadas às margens das rodovias há mais de 12 anos, diante do latifúndio improdutivo e sem perspectiva de ter um pedaço de terra, já que os governos não têm a Reforma Agrária como pauta nos seus programas. O descaso é tanto que em toda mobilização há promessas para os trabalhadores que nunca passaram de promessas", explica, em nota, a coordenação estadual do MST de Mato Grosso. A principal reivindicação é o retorno de aproximadamente 300 famílias para uma fazenda, em Boa Esperança do Norte, Mato Grosso, de 70 ha, onde estão acampadas há vários anos. O Incra iniciou o processo de negociação. Além disso, o MST luta pela criação de mais 4 assentamentos em Cláudia, Mato Grosso, com a implantação de escolas nos assentamentos, cuja interrupção teria ocorrido há cerca de um ano e meio. Os sem-terra reivindicam ainda a liberação de crédito nacional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Pedido de vista formulado pelo ministro Celso de Mello interrompe, na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento do *Habeas Corpus*, em que o coronel da PM do estado do Pará (região Norte) Mário Colares Pantoja pede a nulidade do processo que o condenou a 228 anos de reclusão pelo massacre ocorrido em Eldorado do Carajás – Pará (região Norte), no ano de 1996. No Habeas Corpus, a defesa alega ofensa ao princípio do juiz natural e que o coronel teria sido julgado por um tribunal de exceção. Isso porque, quando o juiz de Curionópolis, juiz natural da causa, foi transferido para outro posto, o presidente do Tribunal de Justiça do estado do Pará designou o então juiz titular da Décima Quarta Vara Penal da Capital, em Belém, para cuidar exclusivamente da instrução e julgamento do processo contra 144 policiais militares indiciados pela participação da ação em Eldorado do Carajás. Diante dessa designação, a defesa alega nulidade do processo a partir da atuação do juiz especial, responsável pela sentença de pronúncia para o coronel ser julgado por tribunal do Júri. Denunciado inicialmente pelo Ministério Público do Pará por abuso de autoridade, o coronel teve posteriormente revista acusação para homicídio qualificado (artigo 121, parágrafo 2º, inciso IV do Código Penal). Essa revisão o levou a ser condenado à pena de reclusão de 228 anos.

A prefeitura do Rio de Janeiro consegue que a Justiça determine a volta imediata dos garis ao trabalho. A greve de garis e funcionários administrativos da Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb), iniciada à zero hora deste dia 14 de junho, fez a cidade amanhecer ainda mais suja. Por considerar que a paralisação "atinge atividade essencial", a desembargadora Glória Regina Ferreira de Mello, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, decidiu que sejam assegurados os serviços de limpeza e marcou para hoje uma audiência de conciliação. O presidente do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, Luciano David de Araújo, disse que até as 14 horas a entidade não recebeu a notificação da decisão judicial. Segundo o sindicato, dos 16 mil garis cariocas, 80% não estão trabalhando. Em assembleia no dia 13 de junho, os trabalhadores decidiram pela paralisação por tempo indeterminado. Mas a Justiça exigiu o restabelecimento imediato do serviço, com presença mínima de 60% dos trabalhadores, sob pena de multa diária de R$ 50 mil para o sindicato. Araújo confirmou que a coleta de lixo e a varredura de ruas estão suspensas, mas o serviço de limpeza de feiras livres, escolas e hospitais permanece. "A reivindicação dos garis é simples, queremos só o piso estadual de R$ 581,88 e [*a prefeitura*] está nos oferecendo R$ 534,67. Uma diferença de R$ 47,21 fazendo todo esse impasse", explicou Araújo. Ele também mencionou como reivindicação o reajuste do auxílio-alimentação, que

passaria de R$ 7,93 para R$ 12 ao dia. A direção do Sindicato afirma que, desde o começo da greve até o momento, não foi procurada para novas negociações e que esta tarde fará uma reunião para decidir os rumos do movimento. A Comlurb informou, por meio de nota, que apresentou uma proposta de reajuste com valor maior do que o dobro da inflação, tanto para salários quanto para o vale-refeição. E lembra que em 2009, a categoria recebeu um aumento de 15%, superior à inflação e mais do que o dobro do reajuste de 7% concedido à época para os demais servidores do município.

Passageiros irritados com a falta de ônibus provocada pela greve dos motoristas bloqueiam o Eixo Monumental, uma das principais vias de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes fizeram uma barreira de papelão e atearam fogo, causando um grande engarrafamento. A PM teve que agir para liberar a via e 2 homens foram detidos acusados de tentar depredar um ônibus. Os motoristas reivindicam aumento salarial de 20% e o fim da obrigatoriedade da jornada extra de trabalho.

Polícia entra no campus da FFC-UNESP, em Marília – São Paulo (região Sudeste) para provocar estudantes ocupados no prédio da Direção da Faculdade de Filosofia e Ciências da universidade. A força tática policial entrou com 2 viaturas no campus e perguntando quem seria o responsável pelas barricadas. Os estudantes responderam afirmando "a Assembléia Geral dos Estudantes". Posicionada em frente ao prédio, a polícia só deixou o local após intervenção de alguns professores. Após isto, cerca de 150 pessoas, entre trabalhadores, estudantes e docentes aglutinam-se para dar continuidade ao protesto. Após a saída da polícia, servidores técnico-administrativos e docentes iniciam Assembléia das respectivas categorias, mas os estudantes afirmam que este plenário, especificamente, fechado aos estudantes, é convocado pela direção para isolar o movimento estudantil. Os estudantes reafirmam, ainda assim, sua aliança com os trabalhadores da UNESP, USP e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) na defesa de seus interesses contra o capital internacional. Eles afirmam: "Não negociamos com a faca do pescoço. Não retrocedemos frente às provocações da polícia." e exigem que o CRUESP retroceda imediatamente e que a Reitoria da USP devolva o salário dos trabalhadores em greve.

Polícia reprime professores que se manifestam em Aparecida de Goiânia – Goiás (região Centro-oeste), durante a inauguração de unidade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no Setor Veiga Jardim, no município. Professores de Goiânia e Aparecida de Goiânia estão em greve reivindicando que as prefeituras destes municípios cumpram lei federal de pagamento do piso salarial da categoria, determinado em R$ 1.312, pela lei nº 11.738/08, além do plano de cargos e salários para administrativos e condições dignas de trabalho. Em ambos os municípios este valor não é respeitado. No mês de maio de 2010 os professores de Goiânia deliberaram greve e, neste mês de junho, os professores de Aparecida de Goiânia. Através de seus comandos de greve, que são, em maioria, independentes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), que foi contra a greve, os trabalhadores grevistas têm realizado panfletagens, atos públicos e manifestações em encontros de partidos políticos e festas comemorativas dos poderes públicos municipais. Neste dia 14, na inauguração da unidade do SAMU, que contou com a presença de políticos locais, bem como o secretário municipal de Educação, o prefeito de Aparecida de Goiânia, o governador do estado e o ministro da Saúde, os professores, em manifestação pacífica, se aproximaram do local da festa de inauguração. O secretário de Educação imediatamente se aproximou dos manifestantes e ordenou que parassem com a manifestação, sob pena de não negociação. O SINTEGO, conforme ordens do secretário, também tentou desmobilizar o protesto. Diante da continuidade da manifestação, a polícia chegou para reprimir o ato, segundo os manifestantes, com truculência. Um manifestante foi detido, mas em seguida liberado.

3º feira 15

As Organizações, Apremavi, Fundação SOS Mata Atlântica, Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá, Greenpeace, Grupo de Trabalho Amazônico, IMAZON, Instituto O Direito por um Planeta Verde (IDPV), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Socioambiental (ISA), Pesquisa e Conservação do Cerrado – Pequi, Preserve a Amazônia, Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), WWF – Brasil, encaminham aos candidatos à Presidência da República um documento em que expõem os danos que resultarão da aprovação do relatório referente ás Mudanças do Código Ambiental e solicitam deles um posicionamento conclusivo e público. "A falta de posição pública e clara dos candidatos será interpretada como conivência diante desta ameaça, que pode comprometer por completo a política nacional de mitigação das mudanças climáticas com impactos para além do próximo mandato presidencial, afirma a carta aos candidatos."

O indígena Korubo é agredido em meio a um protesto pacífico do Acampamento Revolucionário Indígena em frente do Ministério da Justiça em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Segundo relato do indígena, um carro preto saiu do estacionamento do Ministério da Justiça, circulou o acampamento e parou em frente a ele. O motorista do carro o agrediu com choque, após tentativa frustrada de agredí-lo com cassetete. Em seguida, o agressor fugiu e Korubo não conseguiu anotar o número da placa do carro.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona o reajuste de 7,7% para os aposentados que ganham mais de um salário mínimo. A queda do fator previdenciário foi vetada. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse, ao deixar a reunião, que Lula orientou a equipe econômica a fazer os cortes necessários em outras despesas para compensar os gastos com o reajuste. Ele voltou a afirmar que não haverá redução em investimentos, mas em custeio e em emendas parlamentares "Além dos cortes que já fizemos [*no Orçamento*], de R$ 10 bilhões, cortaremos R$ 1,6 bilhão para não alterar o Orçamento". O deputado Vacarezza disse que deixou claro para o presidente que não passaria na Câmara ou no Senado qualquer percentual que fosse inferior aos 7,7%. A Força Sindical e a CUT comemoraram a sanção presidencial ao projeto que reajusta em 7,7% aposentadorias e pensões. Por meio de nota, a Força Sindical considerou a decisão de Lula "uma clara demonstração de sensibilidade social". A central aproveitou para criticar quem defendia o veto ao reajuste. "O aumento é uma conquista do movimento sindical e uma derrota para os tecnocratas de alguns setores do governo que desejavam um reajuste bem menor". Também por meio de nota, a CUT disse que a decisão foi positiva, mas reclamou do veto do presidente Lula ao fim do fator previdenciário. "A manutenção do fator previdenciário, a nosso ver negativa, faz a CUT continuar na luta pela extinção desse perverso mecanismo". A Força Sindical também afirmou que pretende sugerir ao governo a instalação de uma comissão para discutir mecanismos para substituir o atual fator previdenciário.

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprova a homologação do leilão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – Pará (região Norte). Também foi aprovada a adjudicação – ato que dá a expectativa de direito ao vencedor da licitação – da concessão da usina ao Consórcio Norte Energia. "É uma operação de guerra licitar uma usina de porte nesse país, e isso aconteceu graças ao envolvimento de diversos órgãos. Considerando o valor cobrado por megawatt/hora (MWh), de R$ 150 em outras usinas, a entrada com esses valores [*R$ 77,97 por MWh*] acrescenta muito para o país", disse o diretor-geral da Aneel, Nelson Hübner, ao manifestar seu voto em favor da homologação. Prevista para o dia 1º de julho, a homologação foi antecipada em 15 dias. Dessa

forma, o consórcio vencedor pretende antecipar em 6 meses a entrada da usina em operação. Os empreendedores querem iniciar a geração de energia – prevista anteriormente para janeiro de 2015 – em julho de 2014. Com a homologação, o resultado do leilão é validado. Isso indica que todas as etapas do processo estão correndo de forma adequada e que a documentação foi apresentada, deixando o grupo vencedor apto para continuar no processo que resultará na assinatura dos contratos de concessão. O consórcio é formado pela Chesf (49,98%), Queiroz Galvão (10,02%), Gaia Energia e Participações (10,02%), J. Malucelli Construtora (9,98%), Cetenco Engenharia (5%), Contern (3,75%), Galvão Engenharia (3,75%), Mendes Junior (3,75%) e Serveng-Civilsan (3,75%).

4º feira 16

O Acampamento 8 de março, organizado pelo MST, localizado no município de Guairaça, Paraná (região Sul) é despejado pela polícia estadual. A fazenda conhecida como Leão de Judá, foi ocupada em 8 de março de 2007 e possui cerca de 46 famílias.

O petista Manoel da Conceição, de 75 anos, suspende por 24h, a greve de fome que vem fazendo desde o dia 11 de junho, no plenário da Câmara em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O anúncio foi feito da tribuna da Casa pelo deputado Domingos Dutra (PT), que também está em greve de fome desde o dia 11. Dutra informou que ele e a petista Terezinha Fernandes, ex-deputada federal, que aderiu à greve no dia 14, vão continuar com o protesto na esperança de uma solução para a questão da intervenção no diretório do PT no Maranhão. A greve de fome dos petistas é por causa da decisão do diretório nacional que interveio no diretório local para que o PT estadual apoie a candidatura da governadora Roseana Sarney (PMDB) à reeleição. O diretório havia decidido ficar com a candidatura do deputado federal Flávio Dino (PCdoB), mas o diretório nacional determinou que o apoio deve ser dado a Roseana Sarney. Manoel da Conceição passou 8h no posto médico da Câmara recebendo soro. Ele havia passado mal no plenário. Os médicos sugeriram que ele fosse internado em uma unidade hospitalar, mas após ser alimentado por soro Manoel da Conceição melhorou e foi liberado para retomar a greve de fome.

Cerca de 100 policiais civis e militares de diversos estados do país tentam ocupar as dependências da Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pressionar os parlamentares a aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria um piso nacional. Com a tentativa de ocupação, a Polícia Legislativa, responsável pela segurança do Congresso, foi acionada. Houve um princípio de tumulto com alguns empurrões. A PEC foi aprovada em primeiro turno na Câmara, mas ainda faltam ser apreciados 4 destaques que desfiguram o texto original da proposta. Um dos destaques deixa para a lei complementar a fixação do valor do piso para os policiais. A PEC original define como piso os valores de R$ 3,5 mil para praças e de R$ 7 mil para oficiais. Também cria um fundo para bancar esse aumento. No entanto, o governo não concorda com a fixação do valor na Constituição e defende que essa questão seja negociada com os estados. O líder do governo, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), conversou com os policiais que faziam o protesto e afirmou que a votação da PEC não está sendo protelada. Segundo ele, alguns policiais estavam exaltados e "até agindo de forma desrespeitosa, dificultando o entendimento para a votação". Vaccarezza disse que a intenção é votar a PEC na próxima semana, sem incluir na Constituição o valor do piso salarial dos policiais.

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) realizam manifestação de cerca de 3h no trecho sul do Rodoanel, na região de Itapecerica da Serra – São Paulo (região Sudeste). Segundo a PM, a manifestação teve início por volta das 11h e contou com a participação de cerca de 350 pessoas. Os organizadores do movimento estimaram a presença de 500 manifestantes. Guilherme Boulos, integrante da coordenação nacional do movimento, disse que o objetivo da manifestação era exigir a desapropriação de um terreno do Parque Marabá, em Taboão da Serra, onde se encontram 900 famílias. Segundo Boulos, o protesto ocorreu por causa de uma ordem de reintegração de posse que pode ser cumprida nos próximos dias.

O Senado, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) aprova, após 20 anos de discussão, o Estatuto da Igualdade Racial, um conjunto de princípios que tem como objetivo a redução das desigualdades entre negros e brancos no país. O texto só foi aprovado após exclusão da criação de cotas nas universidades, entre outros importantes pontos da proposta aprovada na Câmara, em 2009. Mas mesmo com o revés, o ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade racial, Eloi Ferreira, e outros líderes da comunidade negra comemoraram o resultado. Pelo acerto, o criador do projeto, Paulo Paim (PT-RS), concordou com a exclusão do texto do artigo que determinava a criação de cotas para negros nas universidades. A criação de cotas era, até então, uma das principais reivindicações do movimento negro. Mas era, também, centro de boa parte de críticas contra o estatuto. Paulo Paim disse que a exclusão das cotas não significa uma derrota. De acordo com ele, como a proposta de políticas afirmativas foi mantida, o governo poderá adotar livremente políticas de cotas, como já vem fazendo.

Cerca de mil grevistas da USP e da UNESP saem de várias cidades do estado de São Paulo (região Sudeste), em 22 ônibus e fazem um protesto no campus da UNICAMP. O reitor da UNICAMP, Fernando Ferreira Costa, é o presidente do CRUESP e é responsável por decidir aumentos salariais das três universidades, que tem as mesmas reivindicações. Ele não recebeu os manifestantes.

Os funcionários do Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo – São Paulo (região Sudeste) decidem manter a greve. Por causa do grande número de pessoas na assembléia, o TJ-SP decide fechar o expediente 2 horas mais cedo, às 17h, com medo de ocorrer a mesma coisa que na semana passada, quando o edifício foi ocupado durante 45 horas. No fim da tarde, os participantes juntaram-se a servidores e fizeram uma passeata até o outro prédio onde funcionam outras unidades do TJ.

5º feira 17

O acampamento do MST, localizado na antiga Fazenda São Vicente, no município de São João do Caiuá - Paraná (região Sul) é despejado pela PM do estado. O acampamento possui 10 famílias, que vivem nessa situação desde 1998.

Integrantes do MST realizam um grande ato popular organizado em Utinga – Bahia (região Nordeste) para celebrar a vitória do MST com a conquista da liberdade de 5 militantes. Os 5 militantes do MST, estavam presos na delegacia de Itaberaba, na Chapada Diamantin. Os trabalhadores foram presos no dia 25 de março, na cidade de Wagner, quando a PM, junto com um fazendeiro, invadiu um acampamento de sem-terra. A PM alegou ter encontrado 4 espingardas de caça e atribuiu a posse das armas aos trabalhadores rurais. Este foi o pretexto para prendê-los. A libertação dos militantes faz parte das reivindicações do MST no estado da Bahia, inclusive, da Jornada de Lutas de Abril.

Cerca de 200 trabalhadores sem-terra ligados ao MST de vários estados prestam solidariedade aos deputado Domingos Dutra e Manoel da Conceição (ambos do PT) na rampa do Congresso Nacional, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os deputados estão em greve de fome desde o dia 11 de junho. A greve é um protesto à intervenção da direção nacional do partido no diretório estadual do Maranhão para obrigar os militantes a apoiarem a reeleição da governadora Roseana Sarney. Os trabalhadores aconselharam Dutra e Manoel a ter cuidado com a greve de fome para evitar problemas de saúde ou até a morte.

O indígena Korubo, do Acampamento Revolucionário Indígena, agredido no dia 15 de junho em uma manifestação em frente ao Ministério da Justiça, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) tem atendimento negado no pronto socorro, segundo informações do CMI. Ele vai, junto a companheiros indígenas, à Secretaria Especial dos Direitos Humanos para registrar o incidente e pedir providências.

Cerca de mil funcionários da USP realizam manifestação contra os descontos pelos dias não trabalhados nos salários. Um grupo bloqueou por cerca de 3h, a entrada principal da Cidade Universitária, no bairro do Butantã, zona oeste da capital São Paulo – SP (região Sudeste). Foi um ato "pacífico", definiu Anibal Cavali, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), lembrando que os funcionários querem o cumprimento do princípio da "isonomia". Ele informou que a manifestação começou às 6h45 e terminou por volta das 10h05, com uma passeata até o prédio da reitoria. Os servidores reivindicam isonomia com os professores, que receberam aumento de 12,92%. Em greve desde o dia 5 de maio, os servidores ocupam o prédio da reitoria desde o dia 8 de junho, para protestar contra o corte de ponto de cerca de mil servidores. Para o dia 21, está marcada nova rodada de negociações com a reitoria, no prédio da Fuvest. Cavali informou que se não houver um entendimento, os trabalhadores deverão prosseguir com a paralisação e também com a ocupação do prédio da reitoria.

Manifestantes interrompem o discurso do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, na abertura do Oitavo Congresso Brasileiro de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste), para protestar contra a falta de medicamentos do coquetel antiaids usado no tratamento da doença. Um dos integrantes do movimento disse ao ministro que pacientes tiveram de procurar os serviços de saúde de 3 a 5 vezes para receber os remédios que, segundo ele, estavam fracionados e sem o rótulo de validade. O manifestante chamou de "desastrosa" a gestão de distribuição dos medicamentos. No início do ano, foi registrada a falta de 3 antirretrovirais do coquetel, entre eles, o Abacavir, importado da Índia e usado no tratamento de 3,7 mil pessoas. De acordo com a diretora do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do ministério, Mariângela Simão, os problemas foram o atraso na entrega do produto pelo fabricante e a falta de documentação na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Mariângela garantiu, no entanto, que a distribuição foi regularizada neste mês. "Esse não é o primeiro e nem será o último problema. O governo tem feito um esforço para garantir a continuidade do tratamento", disse a diretora à imprensa, acrescentando que o coquetel é usado por 200 mil pessoas no país. Depois do protesto, o ministro afirmou que a reivindicação é legítima e faz parte do processo democrático, mas lamentou que os manifestantes não tenham acompanhado o restante da cerimônia. Os manifestantes deixaram o auditório e continuaram o protesto do lado de fora.

6º feira 18

Moradores da comunidade de Campo Largo, no município de Sento-Sé, Bahia (região Nordeste), afirmam que um grupo de 12 homens portando armas, chegou à comunidade ameaçando os moradores e à procura da presidente da Associação de Fundos de Pasto dos Pequenos Produtores de Campo Largo, Carmem Alves Batista. Segundo relatos, os mesmo homens foram a comunidade de Alegre, também no estado, à procura de Carmem. Segundo informações do site do MST, o objetivo dos capangas é que os moradores liberem a região para as pesquisas da empresa Bioprax S/A, que possui muito interesse na exploração de minério e plantação de pinhão-manso para a geração de biodiesel. A PM capturou os pistoleiros que assumiram estar a mando da empresa.

A Associação Brasileira dos Advogados do Povo (ABRAPO), lança nota de apoio ao movimento grevista dos professores de Goiânia e Aparecida de Goiânia - Goiás (região Centro-oeste). Na nota, a Associação repudia as ações da Guarda Municipal e da PM contra os professores. A Abrapo afirma que "está especialmente surpresa pelo fato de que tenha sido registrada queixa contra as próprias vítimas, o que expõe a natureza do velho Estado que, além de agredir e prender, trata as vítimas como agressores, criminalizando as lutas populares". A Associação também afirma que sustenta as reivindicações do movimento grevista e não medirá esforços para que os responsáveis pela agressão aos professores, em todos os níveis, sejam punidos.

Sábado 19

Professores da rede pública municipal de Goiânia - Goiás (região Centro-oeste), em greve desde o dia 20 de maio comparecem a um comício do Prefeito Paulo Garcia (PT), no bairro Novo Horizonte, na capital, para realizar uma manifestação pacífica. Segundo informações do CMI, assim que chegaram ao local, os professores levam cotoveladas e socos de agentes à paisana, a serviço da Prefeitura. Logo em seguida, os guardas municipais golpeiam e derrubam vários professores no chão. Depois de agredirem e arrastarem os professores pela rua, 4 grevistas são algemados e lançados em um porta-malas de carros Uno, com lesões em várias partes do corpo. Segundo a mídia, o Prefeito, a cerca de 10 m de distância, assistiu a todas as agressões sem tomar qualquer providência. Os professores em greve vão até à delegacia aonde foram levados os detidos e dão continuidade ao protesto.

Domingo 20

A Comunidade Indígena A'uwê, da Aldeia Belém, da Terra Indígena Pimentel Barbosa, no Mato Grosso (região Centro-oeste), escreve carta de apoio ao Acampamento Revolucionário Indígena. Na carta, os indígenas da etnia Xavante reforçam a proteção dos ancestrais e reconhecem a causa da luta dos acampados como a busca pelos direitos de todas as nações indígenas; e afirmam: "Lutamos pela nossa cultura, para que continue existindo. Nós não queremos o mesmo que o branco quer para ele nem o que o branco quer para nós (...) A nossa luta não é só por um povo, mas pela humanidade". Na carta, eles repudiam a discriminação e a miséria por que passam as populações indígenas e reiteram a luta pela liberdade. Eles reivindicam que as autoridades os respeitem e levem ao povo indígena o que seja válido para a comunidade.

Trabalhadores rodoviários de Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste) deflagram em greve. A categoria reivindica aumento salarial de 20% e a renovação do contrato coletivo, que garante uma lista de cerca de 100 benefícios. Para chegar a um acordo, os empresários alegam que a passagem deve ser reajustada em 28%, o que elevaria o valor do bilhete. O governo, no entanto, descarta a hipótese de reajuste. Segundo dados do CMI, apesar de o último aumento ter ocorrido em 2006, Brasília tem a passagem mais cara do país, seguida de Florianópolis – Santa Catarina (região Sul), Campo Grande – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) e Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste).

2º feira 21

Cerca de 500 trabalhadores rurais ligados ao MST, oriundos do litoral Norte e da Zona da Mata, em Alagoas (região Nordeste) realizam ato na capital Maceió, para mostrar à sociedade a insatisfação contra o desempenho do Incra. Os manifestantes ocuparam a sede da Eletrobrás e iniciaram uma grande caminhada do bairro da Gruta que seguiu até a sede do Incra, no Centro da capital.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Xingu Vivo Para Sempre com cerca de 150 militantes realizam protesto contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O ato fechou a rodovia Transamazônica (BR-230). "Queremos mostrar ao governo federal e às empresas responsáveis por essa obra que aqui existe resistência. A população quer o Rio Xingu vivo", disse a coordenação do ato.

Índios da reserva Tekoá Marangatu, que habitam área próxima à fronteira do Paraná (região Sul) com o Paraguai interditam, o acesso à balsa que liga o Brasil ao Paraguai e também a Ponte Ayrton Senna. No início da tarde o acesso foi liberado. De acordo com a PF, o protesto foi pacífico e motivado pela falta de assistência de alguns órgãos públicos que haviam se comprometido a prestar auxílio e melhorar as condições de vida nas aldeias onde vivem cerca de 100 famílias. A assessoria da PF lembrou que recentemente houve movimento semelhante, que resultou em um acordo dos indígenas com a Prefeitura Municipal de Guaíra que se comprometeu a atender às reivindicações dos indígenas. Hoje, com a presença de representante do Ministério Público Federal, do prefeito e de outras autoridades, foi ratificado o atendimento às reivindicações, o que levou à liberação dos dois locais. Os indígenas querem que a via de acesso à reserva seja asfaltada, alegando que a estrada é precária. Eles também reivindicam a criação de mais escolas e de um posto de saúde. Outros órgãos envolvidos na queixa dos Tekoá Marangatu são a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Hidrelétrica de Itaipu e a Funai.

Cerca de 300 índios da etnia Enawenê-nawê fazem protesto contra as construções de usinas em Sapezal – Mato Grosso (região Centro-oeste). Eles reivindicam compensação permanente à etnia por prejuízo causado por construções em áreas próximas á reserva, na região do rio Juruena, no Norte do estado. De acordo com as informações da polícia, os índios alegam que a área indígena dos Enawenê-nawês será prejudicada com a construção de usinas e querem uma compensação permanente das empresas licitadas para a construção. Ainda segundo a polícia, os índios estão concentrados no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) da cidade, armados e fazendo ameaças. A reclamação dos índios teve início com a construção da Usina Telegráfica, a primeira das 9 usinas que estão em construção ou em fase de licitação na região. O tenente Márcio Tadeu da Silva, da PM, explicou que a usina fica a cerca de 20 Km da área indígena dos Enawenê-nawês. Mesmo assim, as empresas teriam entrado em um acordo financeiro com os indígenas em 2009, que

terminaria no fim de 2010. Representantes da Funai em Mato Grosso, Ministério Público Federal, Casa Civil e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) já estão na cidade e discutem com os índios uma forma de resolver a situação.

Alexandre Thomé Ivo Rojão, um adolescente homossexual de 14 anos é torturado e morto em São Gonçalo - Rio de Janeiro (região Sudeste). A PM prendeu 3 skinheads suspeitos de terem cometido o crime. Alexandre foi morto, em um ponto de ônibus, ao sair de uma festa de aniversário na casa de amigos, na madrugada deste dia 21. Na festa, os jovens acusados do crime teriam brigado com o grupo de amigos do qual Alexandre fazia parte, agredindo-os. Os jovens registraram um Boletim de Ocorrência (BO). O menino foi morto por enforcamento e seu corpo jogado em um terreno baldio no bairro Califórnia, em São Gonçalo.

3º feira 22

Peritos médicos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), iniciam paralisação. Os servidores protestam contra um veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a trechos da lei que modifica a jornada de trabalho e a remuneração dos trabalhadores. A carreira de perito médico da Previdência foi criada em 2004 para avaliar a situação de segurados que recebem benefício por estarem impedidos ou inaptos para o trabalho. Segundo a Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP), em 3 anos ela atraiu cerca de 5 mil profissionais, proporcionou uma economia de R$ 5 bilhões aos cofres públicos pelo não pagamento de benefícios indevido. Por isso, a profissão é uma das mais perigosas do funcionalismo público. Somente em 2009, foram registradas 72 agressões contra peritos médicos. Em 2006 e 2007, dois profissionais foram assassinados no exercício de suas funções.

O Presidente Lula é recebido por manifestantes em inauguração em Marabá - Pará (região Norte). Os manifestantes percorreram as ruas em direção ao evento o qual Lula participava. No esforço de impulsionar a campanha de Ana Júlia Carepa (PT) à reeleição no Pará, o presidente comandou um comício e anunciou em palanque, o "início" da terraplenagem para construção de uma usina siderúrgica da Vale. A presença de Lula não evitou que Ana Júlia fosse vaiada por cerca de 10 mil pessoas. Houve ainda uma passeata de cerca de 100 pessoas pelas ruas centrais da cidade. Faixas de protesto foram mostradas e os manifestantes queimaram um boneco gigante de Lula, aos gritos de "Barragem, não. Queremos saúde e educação."

A Presidência da República publica no *Diário Oficial da União (DOU)* a lei que reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1964. De acordo com a lei, será criada uma comissão para definir o valor e a forma da indenização, que não poderá ultrapassar o limite de 6 vezes o valor de mercado do terreno onde ficava a sede da UNE, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo informações da Presidência da República, o prazo para a indicação dos membros da comissão é de 10 dias, a contar de hoje.

4º feira 23

Cerca de 50 militantes ligados a área de comunicação, lançam a rede de comunicadores em defesa da Reforma Agrária no estado do Paraná (região Sul). O lançamento foi feito em ato realizado no

auditório do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP), em Curitiba - Paraná (região Sul). O ato reuniu estudantes e entidades ligadas à comunicação, para debater e manifestar apoio ao MST, que vem sofrendo com os ataques do agronegócio, das empresas multinacionais e da grande mídia. João Brant, do Intervozes (Coletivo Brasil de Comunicação Social) discutiu a importância da rede para difundir a verdadeira notícia e mostrar que o MST é um movimento que luta por causas além da terra. Durante os debates os participantes levantaram idéias para o funcionamento da rede e se colocaram à disposição do coletivo para se empenhar em defesa da Reforma Agrária no país e se contrapor às falsas versões sobre fatos relativos ao assunto.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), diante da ameaça de ser dada a licença à empresa Cargill S.A, no dia 14 de julho, lança carta em repúdio à presença da multinacional em Santarém - Pará (região Norte). Segundo a CPT, a licença abre precedente para outras empresas e o aumento de conflitos na região. Assim afirma a carta, "Não somos ingênuos para acreditar que em uma audiência pública a Cargill não terá seu pedido de licença aceito pelo órgão ambiental. Afinal as audiências têm se tornado mero momento simbólico de um processo legal. O governo do estado do Pará foi um dos primeiros a permitir, mesmo ilegalmente, que a Cargill iniciasse a construção do porto. Portanto, pode perfeitamente facilitar este processo. Porém, fica nossa expectativa que possamos junto com o Ministério Público Federal e os Movimentos Populares local demonstrar mais uma vez todos os elementos negativos provocados com a chegada da Cargill, e que o governo do Estado, ao dar ou não a licença, não seja omisso aos documentos, muito menos conivente com esta empresa que não se cansa em desrespeitar as leis e o povo da Amazônia."

Policiais prendem 3 jovens de 22 a 23 anos e procuram um quarto jovem por crime de homofobia e assassinato do adolescente Alexandre Thomé Ivo Rojão, de 14 anos, em São Gonçalo - Rio de Janeiro (região Sudeste) no dia 21 de junho. Conforme o delegado Geraldo Assed, os jovens presos usavam as redes sociais da internet para pregar o ódio aos homossexuais. Eles se denominam skinheads. De acordo com o laudo, o adolescente foi enforcado com a própria camisa e espancado com pedras, golpes de ferro e paulada.

5º feira 24

O Tribunal do Juri de Rio Maria, no sudeste do Pará (região Norte), condena a 20 anos de reclusão José Herzog pelo assassinato do produtor rural Belchior Martins Costa. A decisão da Justiça ocorre 28 anos depois da execução. Belchior foi morto no dia 2 de março de 1982. Apesar da condenação, o réu continuará impune. O julgamento de Herzog foi à revelia, pois ele está foragido. A decisão tardia da Justiça é o desfecho de um processo que levou 9 anos para ser aberto e de um crime que não foi investigado na época: a polícia não fez nem a perícia do corpo do lavrador. Segundo a CPT, mesmo tendo envolvimento no crime, Herzog não é o principal acusado. O suposto mandante e também autor de disparos seria o fazendeiro Valter Valente, "contra o qual há provas fortes", mas hoje com cerca de 80 anos de idade ele não será submetido a julgamento, informou nota da CPT. A promotora do caso, Cristiane Magella Silva Corrêa disse que a demora do julgamento demonstra "as circunstâncias de funcionamento da Justiça no Pará. Onde há comarcas sem juízes e promotores e, quando existem, não há servidores". Segundo ela, a polícia não conta com estrutura para fazer o trabalho de investigação e, nesse cenário, as testemunhas têm medo de depor. O assassinato de Belchior Martins Costa ocorreu por causa de disputa pela posse de terra na região. O lavrador foi morto quando trabalhava na roça de arroz. Segundo o laudo de um médico não ligado à Secretaria de Segurança do Pará, no corpo de Belchior havia 140 perfurações.

Os metalúrgicos realizam um ato na Avenida Paulista em São Paulo – SP (região Sudeste), em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O ato abriu a campanha salarial da categoria, que tem data base em setembro. O presidente da Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo (FEM)- vinculada à CUT, Valmir Marques da Silva, entregou a pauta de reivindicações trabalhistas aos grupos patronais de negociação da Fiesp. Marques da Silva informou que a campanha salarial, que tradicionalmente começa em julho, foi antecipada para este mês em consequência das eleições de outubro. De acordo com ele, as negociações deste ano ficarão restritas às cláusulas econômicas. Acordadas para vigorar por 2 anos, as cláusulas sociais da negociação de 2009 têm mais um ano de vigência. Os sindicatos de metalúrgicos, envolvendo cerca de 250 mil trabalhadores, estão pleiteando, sem definição de índice, aumento real de salário e reposição da inflação. Além disso, defendem a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais e a extensão do direito da licença-maternidade de 6 meses para todas as trabalhadoras do setor. Marques da Silva avalia que, este ano, há mais chances de se obter avanços nas negociações. Em 2009, ele lembra, a indústria paulista ainda estava sob os efeitos da crise financeira internacional. Os servidores decidiram paralisar suas atividades por tempo indeterminado em represália a um veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a trechos da lei que modifica a jornada de trabalho e a remuneração dos trabalhadores.

A greve dos rodoviários do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) termina neste dia 24. Os rodoviários aceitaram o reajuste salarial de 9% proposto pelo governo local e pelos empresários do setor. Apesar do reajuste, as tarifas não serão alteradas. Segundo o presidente do Sindicato dos Rodoviários, João Osório, a negociação foi muito complicada, mas terminou favorável à categoria. Durante a negociação, que só foi fechada de madrugada, ficou decidido que o governo vai fazer uma auditoria nas planilhas de custos das empresas de ônibus para verificar se há necessidade de reajuste de tarifa. O resultado deve sair em um mês.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decide pela legalidade da greve dos peritos médicos do INSS, iniciada no dia 22 de junho. Eles podem continuar a paralisação, mas 50% da categoria precisam manter o atendimento diário a cerca de 35 mil segurados. Caso a medida seja descumprida, a ANMP será multada em R$ 50 mil por dia. Nas ações que correm no STJ, tanto a ANPM quanto o INSS alegam que houve rompimento de acordo feito entre as partes sobre valores pagos à categoria. Em decisão anunciada na noite do dia 24, o ministro Humberto Martins, do STJ, ressaltou que cabe só ao Judiciário "verificar se a paralisação das atividades é abusiva ou não, de acordo com os requisitos legais." No mesmo dia que a ANMP pediu que o STJ declarasse a legalidade da greve, o INSS solicitou ao tribunal que a greve fosse declarada abusiva. Representantes do Ministério da Previdência não foram encontrados para comentar o assunto. A carreira de perito médico da Previdência foi criada em 2004 para avaliar a situação de segurados que recebem benefício por estarem impedidos ou inaptos para o trabalho.

6º feira 25

Cerca de 250 estudantes secundaristas de Belo Horizonte - Minas Gerais (região Sudeste) realizam manifestação em defesa do Passe Livre. A União Colegial de Minas Gerais (UCMG) e o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR) mobilizam diversas escolas. Compareceram ao ato estudantes de vários colégios. Muitos pularam as roletas dos ônibus para chegar até o local de concentração. Os estudantes lutam contra o aumento das tarifas do transporte coletivo em Belo Horizonte.

2º feira 28

Funcionários da USP em greve, impedem que crianças que passam o dia numa creche da universidade, em São Paulo – São Paulo (região Sudeste) tenham acesso ao local. Os servidores da USP estão em greve desde 5 de maio e reivindicam reajuste de 5%, mais devolução dos valores descontados com o corte do ponto. A creche que atende a crianças de até 7 anos, filhos de funcionários e alunos da universidade passou o dia fechada. Uma segunda creche que funciona na universidade já está sem funcionar desde o início da greve.

3º feira 29

A bancada ruralista do Congresso Nacional, em Brasília (Distrito Federal), apresenta ao relator Aldo Rebelo (PCdoB) uma proposta alternativa ao texto do novo Código Florestal Brasileiro. O novo texto ruralista reduz a área de preservação permanente (APP) ao criar uma "banda" de 5 a 600 m de proteção no entorno de cursos d'água, lagos, lagoas e nascentes. Também reduz a área de reserva legal (RL) em imóveis superiores a 4 módulos fiscais na Amazônia Legal, de 80% para até 20%, dependendo da característica do cerrado em cada região - um módulo tem até 400 ha na região. O texto também isenta de APPs regiões de dunas, manguezais e veredas. Os ruralistas querem isentar de recuperação, além das APPs, as áreas de reserva legal nos casos das chamadas "áreas consolidadas" previstas pelos Programas de Recuperação Ambiental (PRA). A proposta permite, ainda, o uso de áreas consolidadas sem exigir medidas de "recomposição, regeneração ou compensação" em áreas de reserva legal. Os ruralistas também restringem a criação de APPs por interesse social a um decreto do Poder Público. O texto de Rebelo prevê "ato específico". Nesse caso, os ruralistas buscam garantir a "multidisciplinaridade" da tomada de decisão e evitar a influência do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) em normas futuras. A sugestão dos ruralistas também modifica imposições às áreas de uso restrito, como encostas e topos de morro. O texto afrouxa a regra ao permitir "conversão de vegetação nativa" e vedar apenas a "derrubada de floresta nativa" em áreas de encostas com declividade entre 25º e 45º. "Da forma como está, até mesmo uma simples reforma de pastagens fica condicionada a um longo procedimento burocrático de longo trâmite", afirma a proposta. No caso das áreas de reserva legal (RLs), o texto questiona os atuais critérios de classificação da vegetação na Amazônia Legal e a própria denominação "político-administrativo". Em área de floresta, de mata seca e "cerradão", seriam mantidos os 80%. Para áreas de cerrado na região, a RL seria de 20% na propriedade e outros 15% sob forma de compensação em outra área. Nesse caso, seriam protegidos em 35% da área cerrados ralos, rupestres, típicos e denso de formações savânicas. Em 20%, entrariam campos limpos, rupestres e sujos de formações campestres. "Ou seja, uma área de Cerradão ou Mata Seca, localizada na Amazônia Legal, terá 80% de reserva legal, enquanto outras com o mesmo tipo de vegetação, porém localizadas no mesmo Bioma Cerrado, mas fora da Amazônia Legal, terão sua reserva legal mínima de 20%", sugere o texto ruralista. A proposta dos parlamentares ruralistas prevê, ainda, permissão para o cômputo das APPs no cálculo da reserva legal mesmo em áreas onde a vegetação nativa não esteja preservada ou em processo de recuperação. "A proposta tem por objetivo evitar a exclusão do direito ao cômputo das APPs na reserva legal".

4ª Feira 30

Cerca de 150 pessoas assistiram ao lançamento da Rede de Comunicadores que apóiam a Reforma Agrária. Profissionais da comunicação lançaram a Rede de Comunicadores na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Atividade parecida ocorreu no dia 23 no estado do Paraná (região Sul). Marina dos Santos, coordenadora do MST, enumerou uma série de consequências nefastas do modelo do agronegócio, como a concentração de terras, o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas e o êxodo rural, promovido em grande parte pela modernização do trabalho no campo. Marina ressalta ainda a importância da criação da Rede de Comunicadores pela Reforma Agrária e dos blogs que ajudam a desconstruir as notícias mentirosas contra o MST, lembrando que em todas as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) criadas pelos defensores do agronegócio foram utilizadas matérias da Veja e do Estadão para criminalizar o MST. Paulo Henrique Amorim expos em sua fala a importância da internet como espaço democrático de comunicação e contra-informação. Ele é enfático em sua crítica à grande mídia, a qual chama de "Partido da Imprensa Golpista" (PIG). Segundo ele, "o PIG está em estado terminal e sua única função hoje é criar crises". Após o debate, o assessor de comunicação do MST, Igor Felippe Santos, explicou que a rede de comunicadores nasce depois da CPI criada contra o movimento, por iniciativa de jornalistas indignados com as informações publicadas na grande imprensa. A rede foi fundada em uma reunião no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e agora está se expandindo para os demais estados.

Glossário

ANMP	Associação Nacional dos Médicos peritos
CGTB	Central geral dos Trabalhadores do Brasil
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CMI	Centro de Mídia Independente
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRUESP	Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DF	Distrito Federal
Funai	Fundação Nacional do Índio
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise dos Conflitos Sociais e a Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).
Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Peter Sana (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ).
Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Julio de 2010

Editada en septiembre

Asdi
Agencia Sueca de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo

Govern de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials, Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 725

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil

Integrantes	Roberto Leher (coordinador); léase el resto del equipo al final
Fuentes	jornales Folha de Sao Paulo, O Globo, O Estado de Sao Paulo, Brasil de Fato; agencia Brasil; MST na Imprensa, Jornal do MST, CMI y Boletim DATALUTA

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Julho do 2010

5º feira 01

Estudantes de Ensino Médio de escolas públicas e privadas, com o apoio de estudantes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) ocupam as dependências do prédio da reitoria da UNIR, em Porto Velho - Rondônia (região Norte). A ocupação ocorreu logo após manifestação pelas ruas da capital contra a adesão autoritária do reitor, professor Januário do Amaral, ao Exame Nacional do Ensino Médio/Sistema de Seleção Unificada (ENEM/SiSU), conhecido também como "Novo Enem". Os estudantes protestam contra a medida unilateral do reitor da UNIR em aderir ao ENEM por meio de um decreto, e só posteriormente submeter a reunião do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA). O Ministério da Educação descreve o SiSU como um "sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação, por meio do qual as instituições públicas de educação superior participantes selecionam novos estudantes exclusivamente pela nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio". Os estudantes, reclamam que através da sua implementação o Governo Federal apenas propõe mudar a forma do vestibular ao invés de criar mais universidades públicas ou melhorar a estrutura das já existentes. E denunciam que, com a aplicação de uma prova única em todo o território nacional, o governo desconsidera as condições de escolaridade dos alunos em cada região e estabelecimento de ensino em todo o país. Após a vigília no prédio da reitoria da UNIR os estudantes decidem manter o gabinete da reitoria ocupado até que haja alguma resposta favorável da Administração Superior às suas exigências.

O Juiz André Gonçalves Fernandes, da 2ª Vara Cível de Sumaré - São Paulo (região Sudeste), decreta a falência da Flaskô, uma fábrica gerida por trabalhadores desde que foi ocupada em 12 de junho de 2003 pelos próprios operários em luta por garantia de postos de trabalho no Movimento das Fábricas Ocupadas. Desde que ocuparam a fábrica, os trabalhadores lutam pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução de salários, pela estatização sob controle operário, e questionam a propriedade privada dos meios de produção. O processo de falência que originou a decisão é uma dívida de matéria-prima com a empresa Fortymil, ligada à Braskem, de 2007, portanto, já sob a gestão dos trabalhadores. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), a dívida se formou por conta do corte ilegal de energia promovido pelo interventor da Cipla. Os trabalhadores se propuseram a pagar o valor da dívida, que era de R$ 37 mil à época. No entanto, a Fortymil se recusou a receber suas propostas e entrou com o pedido de falência ao invés de um processo de cobrança. Os operários procuram as medidas jurídicas e políticas cabíveis e reivindicam um acordo de pagamento da dívida para a Fortymil.

Funcionários das obras da hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira – Rondônia (região Norte) protestam por melhores condições de trabalho. Entre os questionamentos estão as condições do ambiente de trabalho. Após a ação dos manifestantes, 70 trabalhadores foram demitidos, segundo nota do jornal Estado de São Paulo.

6º feira 02

Movimentos sociais, sindicais e entidades ambientalistas, além de personalidades e intelectuais, divulgam um manifesto em defesa do meio ambiente e da produção de alimentos e contrário às mudanças propostas para o Código Florestal brasileiro. O documento – assinado por personalidades como Leonardo Boff e D. Pedro Casaldáliga e entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) entre outras - aponta que o relatório atende apenas aos interesses dos ruralistas, pela ausência de um debate amplo sobre o tema. Segundo o manifesto: "O relatório apresentado pelo deputado Aldo Rebelo contradiz com sua história de engajamento e dedicação às questões de interesse da sociedade brasileira. Ao defender um falso nacionalismo, o senhor deputado entrega as florestas brasileiras aos latifundiários e à expansão desenfreada do agronegócio. Sua postura em defesa do agronegócio é percebida a partir do termo adotado no relatório: Produtor Rural. Essa, mais uma tentativa de desconstrução do conceito de agricultura familiar ou campesina, acumulado pelos movimentos e que trás consigo uma enorme luta política dos agricultores e agricultoras familiares. Por tudo isso, nós, organizações sociais abaixo-assinadas, exigimos que os assuntos abordados venham a ser amplamente discutidos com o conjunto da sociedade. E cobramos o adiamento da votação até que este necessário debate ocorra e que o relatório do deputado absorva as alterações mencionadas no corpo do texto".

2º feira 05

O Ministério do Trabalho atualiza a chamada lista suja do trabalho escravo e incluiu 8 novos empregadores, flagrados pela contratação e manutenção de trabalhadores em situação análoga à escravidão. A nova lista tem 152 nomes de pessoas físicas e jurídicas, de 15 estados brasileiros. No total, 104 trabalhadores foram libertados nas propriedades que passaram a integrar a nova versão do documento. Dos 8 empregadores incluídos, 6 são do Tocantins e 2 do Piauí. O Pará continua liderando o *ranking*, com 40 empregadores na lista do trabalho escravo, seguido pelo Maranhão, com 20 nomes. Quem tem o nome incluído na lista suja fica impossibilitado de obter financiamento em instituições públicas ou privadas. O cadastro é atualizado semestralmente e são incluídos nomes dos empregadores que não têm mais como recorrer na Justiça. São mantidos no cadastro aqueles que não quitam as multas de infração e casos de reincidência. Na relação, há propriedades incluídas desde 2004. Em relação à lista anterior, de janeiro de 2010, 14 empregadores foram excluídos da relação, após terem cumprido as exigências trabalhistas e não reincidirem na exploração. Para que empregador tenha o nome excluído do cadastro, é necessário que, por 2 anos, contados a partir da inclusão, ele tenha corrigido irregularidades identificadas durante inspeção da fiscalização do Ministério do Trabalho.

O deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PC do B), apresenta o Projeto de Lei, que reforma o Código Florestal, durante sessão da Câmara de Deputados em que se discute o parecer, em Brasília - Distrito Federal (região Centro-Oeste). Os deputados Ivan Valente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Sarney Filho do Partido Verde (PV) se manifestam a favor da manutenção do Código Florestal e afirmaram que a urgência com que se procura reformar o código se deve às pressões cada vez maiores da sociedade em exigir que a produção agropecuária respeite os limites ambientais. Eles citam resolução do Conselho Monetário Nacional que determina que a concessão de crédito rural para empreendimentos na Amazônia está condicionada à demonstração de regularidade com as leis ambientais. Manifestantes ambientalistas presentes na sessão lotaram o

plenário e criticaram a pressa para votar Código Florestal. No dia 2 de julho, movimentos sociais, sindicais e entidades ambientalistas, além de personalidades e intelectuais, divulgaram um manifesto em defesa do meio ambiente e da produção de alimentos e contrário às mudanças propostas para o Código. Na carta, os movimentos denunciam que, segundo cálculos de entidades da área ambiental, a aplicação dessas medidas resultará na emissão entre 25 a 30 bilhões de toneladas de gás carbônico só na Amazônia, o que ampliaria em torno de 6 vezes a redução estimada de emissões por desmatamento que o Brasil estabeleceu como meta durante a 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15), em dezembro de 2009 e transformou na Lei 12.187/2009. As entidades que assinam a carta exigem que os assuntos abordados sejam amplamente discutidos com o conjunto da sociedade e cobram o adiamento da votação até que o debate ocorra e que o relatório do deputado absorva as alterações mencionadas no corpo do texto.

O militante do MST, Edílson Celestino, é preso por cerca de 2h e meia pela Polícia Militar (PM), do município de Curianópolis, no Pará (região Norte). O sem-terra foi preso sob alegação de cobrança do cadastro a famílias acampadas. O advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), José Batista, classifica a prisão como ilegal, porque a "acusação da cobrança não tinha fundamento". Trabalhadores rurais do MST, de acordo com Celestino, estão sendo ameaçados por fazendeiros desde a última semana de junho, quando começaram o trabalho de base no município. No dia da prisão, segundo o trabalhador rural, homens em um carro descaracterizado, mas com a farda da polícia, sem identificação, fazem as primeiras ameaças. "Me chamaram e disseram que eu não podia fazer reunião", relata Celestino. O advogado da CPT, José Batista, afirma que "ninguém pode ser detido ou preso por se manifestar, fazer reunião ou se mobilizar, porque isso é direito constitucional. A polícia fez um ato ilegal". O motivo das ameaças teria sido a descoberta de 5 fazendas pelo Ministério Público do Pará, Ministério do Trabalho e Polícia Federal, que se estendem de Parauapebas até Curianópolis (ambas no estado do Pará), com trabalhadores rurais (homens, mulheres e até crianças), em condições análogas à escravidão. Para Charles Trocate, da coordenação do MST no Pará, esse seria um dos motivos para a PM e os fazendeiros intimidarem os militantes. "O Sindicato Rural, coordenado pelos fazendeiros, se encontra temeroso pela organização do MST na região, com medo de ocuparmos essas fazendas que tem trabalho escravo", acredita. Para Batista, há evidências da relação entre as polícias Militar e Civil do município de Curianópolis com os fazendeiros. "A polícia vem revelando toda a sua promiscuidade com o latifúndio nesse caso", avalia. A arbitrariedade da polícia, além da prisão ilegal de Celestino, se estende após a chegada dos militantes do MST à delegacia, que procuram informações sobre Celestino. Uma militante do MST, que prefere não ser identificada, diz que na delegacia ao perguntar a um investigador sobre Celestino, teve como resposta xingamentos. Ela relatou que os trabalhadores rurais foram chamados de "bando de vagabundo", "marginal", "ladrões", "traficantes" e "ridículos".

3º feira 06

A Comissão Especial para a Reforma do Código Florestal Brasileiro conclui a votação do substituto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB) ao projeto que propõe uma nova legislação ambiental. O texto foi aprovado por 13 votos a 5 e as 9 emendas que propunham modificá-lo foram rejeitadas. Com isso, o texto já está pronto para ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados. No entanto, parlamentares ligados a ambientalistas e ruralistas disseram que isso só deve ocorrer após as eleições de outubro. Segundo Aldo Rebelo, o seu relatório, se transformado em lei, deve regularizar

a situação de 90% dos produtores rurais brasileiros. Ele disse que a ideia é consolidar as áreas que já estão sendo usadas para a agropecuária e impedir qualquer desmatamento ilegal futuro. Entre os pontos mais polêmicos, está o que dispensa os proprietários de terra com até 4 módulos rurais de recomporem as áreas desmatadas de sua reserva legal. Nas áreas maiores, ela deve ser feita no mesmo bioma, em até 20 anos, com a anistia das sanções administrativas. Além disso, o relatório prevê a redução da área de mata ciliar às margens dos rios que deve ser preservada, chamadas de Áreas de Preservação Permanente (APP) de 30 m para 15 m. Embora tenha sido retirada do texto a permissão para que os estados reduzam ainda mais – pela metade - foi mantida a possibilidade para que os órgãos compostos por conselhos estaduais alterem esse tamanho. Segundo o deputado Reinhold Stephanes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-PR), ex-ministro da Agricultura, o deputado Aldo Rebelo "fez um bom relatório, percorrendo o Brasil inteiro e encarando o problema de frente. Se aprovado [*o substitutivo*], ele ajudará a preservar as florestas", disse Stephanes. Já o deputado Ivan Valente (PSOL) afirmou que o relatório prejudica quem cumpriu a lei e preservou. Ele considera que um dos maiores problemas na discussão do tema é que não há uma educação para a preservação com atuação efetiva do Estado. "É preciso mais Estado. Tanto para fiscalizar como para dar assistência técnica, principalmente aos pequenos produtores". Ruralistas comemoraram a aprovação do texto. O Acampamento Indígena Revolucionário, junto a ambientalistas, realizaram protesto durante a votação. Quando o relatório começou a ser votado, ativistas do Greenpeace disparam alarmes e abriram faixas de protesto. O tumulto aumentou e o presidente da comissão mandou que os manifestantes deixassem a sala. As ativistas não obedeceram e foram retirados polícia legislativa.

Trabalhadores da Flaskô, fábrica de gestão operária que teve falência decretada no dia 1º de julho pelo Juiz André Gonçalves Fernandes, da 2ª Vara Cível de Sumaré - São Paulo (região Sudeste), enviam carta à população na qual afirmam que a medida do juiz é "um dos mais graves ataques proferidos contra os trabalhadores da Flaskô, com a clara medida de fechamento da fábrica", que acarreta desemprego, fim das atividades sociais da Fábrica de Cultura e Esportes, além de ameaçar a Vila Operária e Popular da Flaskô. Segundo eles, "Fica claro o papel de classe que exerce o Poder Judiciário". Os trabalhadores ainda denunciam que, ao tratar de uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em Sumaré, o mesmo Juiz afirmou que o MTST, o MST e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) fazem parte da Via Campesina, que, segundo ele, seria uma organização terrorista internacional. Os operários avaliam que "é completamente desproporcional decretar a falência de uma fábrica por uma dívida num valor pequeno" e recorrem da decisão.

4º feira 07

Após 8 meses de investigação, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do MST apresenta o relatório final escrito pelo deputado federal Jilmar Tatto do Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo (região Sudeste). Segundo Tatto, as mudanças sociais necessárias para eliminar a pobreza, a desigualdade e a exclusão que são alimentadas pela grilagem de terras, pelos conflitos agrários e pela escassez de crédito não podem ser alcançadas com uma CPMI. "Novamente apresentaram-se problemas complexos que abrangem não só os de ordem administrativa, mas também recorrentes mazelas advindas da má gestão pública e da verdadeira inaplicabilidade da legislação frente às questões inerentes ao trabalho com comunidades rurais", afirma o documento. Além disso, o petista propõe um projeto de lei com procedimentos mais claros para os convênios do governo com entidades da sociedade civil. "As políticas de desenvolvimento agrário devem ser

concebidas e implementadas de forma articulada com as outras políticas setoriais, como as referentes à proteção ambiental, agricultura, ciência e tecnologia, indústria e comércio, entre outras", diz o texto. Apesar da apresentação do relatório final, os deputados e senadores só devem votar o texto no dia 14 de julho. Tatto pediu, em seu parecer, a criação de mecanismos de controle mais eficientes para evitar punições por falta de regras mais claras sobre prestação de contas. "O Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU) devem continuar realizando auditorias de acompanhamento da execução dos convênios". A comissão foi criada em outubro de 2009 para investigar financiamentos clandestinos e irregularidades em convênios firmados entre a União e entidades ligadas ao MST e a trabalhadores rurais. No entanto, o relator concluiu que não houve irregularidades.

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspende o julgamento por júri popular do fazendeiro José Délcio Barroso Nunes, acusado de mandar matar o sindicalista José Dutra da Costa, conhecido como Dezinho, em novembro de 2000. A decisão do ministro Celso de Mello suspende também a ordem de prisão e o andamento da ação penal na comarca de Rondon do Pará no estado do Pará (região Norte) até o julgamento final do *habeas corpus* relativo ao caso. O advogado do fazendeiro acredita que houve cerceamento de defesa de seu cliente, pois ele não teria sido intimado da inclusão de *habeas corpus* relativo ao caso na pauta de julgamento da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no último dia 23 de abril. No *habeas corpus* levado ao STJ, a defesa argumentava que houve excesso de linguagem na decisão que levou o caso ao Tribunal do Júri, o que poderia comprometer a imparcialidade dos jurados. O Supremo rejeitou o argumento. Para a defesa, a falta de sustentação oral de um advogado no STJ prejudicou o resultado, fato que motivou o ministro Celso de Mello a conceder a liminar. Dezinho foi responsável por denúncias de crimes como trabalho escravo e pistolagem na região de Rondon do Pará, foi morto a tiros por Wellington Silva, pistoleiro de aluguel preso em flagrante. As investigações levaram ao nome de Barroso Nunes, que responde à Justiça em liberdade. Em outubro de 2008, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) admitiu que havia indícios de que as autoridades brasileiras não estavam empreendendo esforços para solucionar o crime.

Mais de 120 conselheiros do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e 30 conselheiros de países da América Latina, entre eles Bolívia, Colômbia, El Salvador, Guatemala e Nicarágua e representantes do governo brasileiro participam da abertura da campanha, no Brasil, sobre o projeto 1billionhungry, liderado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no auditório do Palácio do Planalto, Brasília, Distrito Federal (região Centro-Oeste). O assessor técnico do escritório regional da FAO para América Latina e Caribe, Rodrigo Castañeda, apresenta a campanha em Brasília. Durante a apresentação, Castañeda fala sobre a importância do projeto para o mundo. "Precisamos acabar com a fome que atinge milhões de pessoas no mundo, necessitamos fazer alguma coisa para dar um basta à fome". Um dos destaques apresentado é o vídeo promocional estrelado pelo ator britânico Jeremy Irons onde ele interpreta um personagem baseado na famosa cena do filme Rede de Intrigas (Network) no qual Peter Finch, que ganhou um Oscar por esse papel, diz que está mad as hell (furioso). Após o vídeo, Castañeda convida os participantes para que em pé e juntos todos apitassem contra a fome. Além disso, são assinadas petições para acabar com a fome. As pessoas se comprometem em fazer parte da campanha e repetir o apitaço em seus estados e países. O presidente do Consea, Renato S. Maluf, se comprometeu a dar mais apoio ao projeto 1Billionhungry da FAO.

Manifestantes ambientalistas inconformados com a aprovação do parecer que altera o código florestal Brasileiro, vão ao Congresso Nacional, em Brasília - Distrito Federal (região Centro-Oeste)

para protestar contra o parecer que altera o código florestal Brasileiro. Munidos de caixões, cruzes e mudas de plantas, eles acusam o texto de ser um retrocesso que põe em risco o meio ambiente e beneficia os grandes produtores rurais. As cruzes foram fincadas na grama, ao lado dos caixões (não-ecológicos) para o enterro simbólico do relatório elaborado pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B) que, entre outras medidas, aprovou a moratória para multas aplicadas aos produtores fora da legalidade. Mario Mantovani, diretor da ONG SOS Mata Atlântica, organizadora da manifestação, fez duras críticas ao parecer. Entre as principais críticas está a redução do limite de proteção nas propriedades. A distância entre as plantações e as margens dos rios caiu de 30 m para 15 m. Mantovani também criticou o termo utilizado no relatório para as pequenas propriedades. Na opinião dele, apenas as propriedades caracterizadas como de agricultura familiar poderiam se beneficiar com a não obrigatoriedade de recuperar áreas desmatadas. O relatório não faz distinção entre os tipos de propriedades. A candidata à Presidência Marina Silva (PV), afirmou cogitar voltar ao Senado para tentar barrar a proposta. Para ela, o texto fere as garantias previstas na Constituição e é um desserviço tanto ao meio ambiente como aos produtores rurais.

Um ato com cerca de 500 servidores em greve do Tribunal de Justiça de São Paulo (região Sudeste) termina em confronto com a PM e um saldo de 14 pessoas feridas. Os manifestantes, após uma assembléia no Fórum João Mendes, em que um acordo foi fechado decretando o fim da greve, fazem um cordão de isolamento com os próprios corpos. A PM tentou desmobilizar o cordão, usam gás de pimenta, bombas de efeito moral e balas de borracha contra os servidores.

Servidores federais realizam protesto na porta do Tribunal Regional Eleitoral em São Paulo – São Paulo (região Sudeste). Segundo militares, manifestantes atiraram piche em colegas que insistiam em entrar na repartição. Os manifestantes bloquearam a passagem de veículos na Rua Francisca Miquelina e impediram a entrada de funcionários que não aderiram ao movimento. Os mais exaltados gritavam palavras de ordem: “Não vai ter eleição.” A reunião dos grevistas foi estratégica depois de algumas horas do encerramento do prazo para os políticos entregarem suas solicitações de registro. Os servidores eleitorais são em sua grande maioria da Justiça Federal. Eles reivindicam a aprovação do Plano de Cargos e Salários, o que só deve ocorrer no próximo ano. "Os grevistas sabem que o momento é crucial e querem pressionar o Congresso."

5º feira 08

Cerca de 97 famílias do MST de Minas Gerais (região Sudeste) realizam ocupação na Fazenda Lagoa do Belo, na região do Vale do Rio Doce. As famílias do MST reivindicam que o governo federal priorize a agricultura camponesa e familiar; a aceleração da desapropriação de terras, visando atender à crescente demanda pela democratização do acesso à terra e pela garantia do cumprimento de sua função social, assegurada pela Constituição Federal. Segundo informações do site do MST, já foi constatado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que este é um grande imóvel rural improdutivo. Essa ocupação, realizada juntamente com a Via Campesina, marca a unificação que os movimentos sociais do campo e cidade realizam na região, unificação que marca o descontentamento com as políticas governamentais direcionadas às classes pobres tanto do campo quanto da cidade, que não atendem aos anseios populares. As 97 famílias que ocupam o latifúndio também denunciam a generalizada criminalização da luta dos movimentos sociais e da população pobre organizada brasileira.

6º feira 09

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lança a publicação *Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil* na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste). Os dados são referentes a 2009, quando foram registrados 60 casos de assassinatos entre os indígenas do país. O documento aborda a violência praticada contra a pessoa, como assassinatos, ameaças e atos de racismo, e contra o patrimônio indígena, como os conflitos territoriais e os danos ambientais. A publicação também apresenta as violências decorrentes da omissão do Poder Público, como os suicídios e a falta de assistência à saúde. Mais de 23 mil indígenas ficaram sem atendimento à saúde por omissão do Poder Público em 2010, segundo o relatório. De acordo com a entidade, a falta de assistência aos indígenas levou 41 adultos e 16 crianças à morte. A omissão do Estado também foi relacionada a 90 casos de desnutrição, 41 casos de dependência química e até 19 casos de suicídio e tentativas de suicídio entre os indígenas. O Cimi também diz que há omissão do Estado, refletido sobretudo pela morosidade, em relação à regularização de terras indígenas, o que provoca violência no campo. Segundo o documento, 60 indígenas morreram assassinados em 2010, principalmente por causa do conflito de terras com fazendeiros. Mais da metade das mortes ocorreram em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), estado que tem a maior expansão da produção de etanol. De acordo com o Cimi, há lentidão do governo federal em identificar, demarcar e homologar as terras indígenas. Segundo o coordenador regional do Cimi no estado, Egon Heck, há cerca de 20 áreas em processo de regularização que deveria ter sido concluído há mais de um ano, conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo Fundação Nacional do Índio (Funai). Seis grupos de trabalho foram escalados pela Funai para fazer a identificação das terras indígenas nas bacias dos rios que cortam Mato Grosso do Sul, mas a atividade foi impedida por meio de recursos judiciais dos fazendeiros que disputam a área. Além do conflito de terras, o Cimi criticou a construção de grandes obras, como a Hidrelétrica de Belo Monte, a ser erguida no Rio Xingu no Pará. O presidente do Cimi disse que poderá enviar o relatório aos candidatos à Presidência da República e até à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA). “Os relatórios não ficarão em cima da mesa.”

Sábado 10

O acampamento do MST Padre Josimo, com 120 famílias, no município de Buriti do Tocantins no estado de Tocantins (região Norte) sofre uma ação criminosa de pistoleiros, que resulta em um incêndio. Segundo informações do site do MST, a maioria dos barracos foi queimada. Uma criança ficou gravemente ferida.

Indígenas que estavam acampados desde janeiro na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal, (região centro-oeste) são retirados do local pela PM do Distrito Federal. A ação começou por volta das 6h da manhã sob protesto dos índios. Eles afirmaram que houve violência na retirada e que os policiais usaram *sprays* de pimenta. Segundo informações divulgadas pelo CMI, os indígenas afirmam que, 4 pessoas precisaram ser hospitalizadas sendo 2 crianças, que foram levadas ao Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB). Uma jovem de 18 anos teve uma crise nervosa e foi encaminhada ao Hospital Regional da Asa Norte (HRAM), junto a uma mulher de 27 anos, grávida de 5 meses, com dores na barriga. Outras 4 pessoas foram presas: 2 índios, um homem que seria assessor dos indígenas, e um estrangeiro, que foi encaminhado à Polícia Federal (PF). O delegado Laércio Rossetto, da Polícia Civil, disse que as prisões ocorreram por conta de resistências

durante a desocupação e explicou por que a operação começou tão cedo. “Geralmente os mandados de busca e apreensão começam às 6h da manha porque nesse horário as pessoas estão menos sujeitas a esboçar reação”. Em nota, a Funai afirmou que a desocupação do acampamento foi feita depois de serem esgotadas as negociações para a saída voluntária. De acordo com a nota da Funai, as negociações iniciadas em janeiro resultaram na retirada voluntária de 186 índios do local e os que lá permaneceram não pertenciam a qualquer etnia. Na nota, a Funai disse ainda que durante todo o período em que os índios permaneceram acampados os canais de negociação mantiveram-se abertos. “Mas os indígenas se recusaram sequer a dialogar com a Funai”, afirmou no texto. O índio Carlos Pankararu refutou a informação da Funai e afirmou que no acampamento havia representantes das etnias Pankararu, Atikum, Xukuru, Tupinambá, Guajajara, dos estados do Maranhão, Bahia e Pernambuco (região Nordeste). Ele reclamou que durante a ação não foi apresentado o mandado de retirada e protestou. A Funai informou ter disponibilizado transporte, alimentação e vagas em hotéis para aqueles que não residem em Brasília, até o retorno às suas aldeias.

Cerca de 200 policiais participaram da desocupação. A estimativa apresentada pelos índios é de que havia 200 pessoas no acampamento. Carlos Pakarararu afirmou que agora os índios vão acampar em frente ao prédio da Funai e que 4 ônibus estão vindo do Nordeste para protestar. Por volta das 9h10min, os indígenas fizeram uma "dança do luto" em frente ao Congresso Nacional. Os indígenas do acampamento reivindicam: revogação do Decreto 7056/09 e exoneração imediata do Presidente da Funai, Márcio Meira, e de toda a sua cúpula; autonomia indígena na gestão do patrimônio, direitos e interesses, através da criação do Conselho Nacional de Direitos Indígenas (CNDI); realização de concurso público respeitando o bilingüismo, a diferenciação cultural e étnica para regularizar a situação funcional dos agentes de saúde e professores indígenas; dentre outros. Neste mesmo dia, segundo o CMI, o Tribunal Popular: o Estado Brasileiro no Banco dos Réus emitiu posicionamento sobre o Acampamento Indígena Revolucionário e declarou total legitimidade das lideranças presentes no acampamento.

Trabalhadores da Usina que está sendo erguida à beira do Rio Madeira – Rondônia (região Norte) entram em conflito com empreiteiras. Os operários relataram xingamentos e agressão. Cerca de 50 trabalhadores, tiveram que prestar depoimento na Secretaria de Segurança do Estado, um deles levou um tapa na cara por usar o celular enquanto esperava pra ser ouvido. Mediante o descaso, funcionários resolveram pedir demissão, mesmo sem estar envolvidos. Muitos ex-funcionários reclamam da forma como eram tratados por encarregados do consórcio. O conflito teve início quando cerca de 3 mil funcionários cruzaram os braços por melhores salários e condições de trabalho. A manifestação era pra ser pacífica, mas terminou com 35 ônibus depredados e um carro destruído. Dias depois, um quebra-quebra entre trabalhadores quase destruiu o refeitório instalado no local. Como resultado as obras foram paralisadas e cerca de 70 funcionários demitidos por justa causa. O administrativo financeiro da Odebrecht, Antonio Cardilli atribui o conflito a um movimento político entre os sindicatos da região: um comandado pela CUT e outro pela Força Sindical. Para ele não há motivos para rebeliões já que a empresa tem adotado as melhores técnicas, ferramentas e instalações para garantir o bem-estar dos funcionários, dentro e fora da obra.

Domingo 11

Cerca de 50 indígenas permanecem na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), após terem suas barracas removidas do acampamento pela polícia. Eles se

abrigaram embaixo de um conjunto de árvores próximo ao Palácio da Justiça e passaram a noite em redes. A PM permanece monitorando o movimento. A corporação afirma que não pode proibi-los de ficar no local, mas que eles não têm permissão para montar novas barracas ou outro tipo de construção. ONG's, associações e sindicatos, após o despejo dos acampados, doaram alimentos e outros donativos aos indígenas que permaneceram no local. Segundo informações do CMI, parte das mulheres e crianças foi encaminhada para abrigos. Neste memso dia 11 de julho, as mulheres indígenas do Acampamento Indígena Revolucionário (AIR), do Foro de Organizaciones Feministas Latinoamericanas y Caribenas e do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas lançaram carta de repúdio à ação policial de despejo dos indígenas realizado no dia 10 de julho. Elas exigem a imediata devolução dos pertences apreendidos, total assistência aos feridos na ação policial, cumprimento das exigências particulares de cada uma das mais de 20 etnias representadas no AIR, além do fim da violência física, moral e institucional contra os povos indígenas, tanto na Esplanada dos Ministérios quanto nas mais diversas Terras Indígenas do Brasil.

As 5 maiores centrais sindicais do país emitem nota divulgada pelo PT contra o candidato a presidência, o ex-governador de São Paulo (região Sudeste), José Serra. Na nota, assinam as seguintes centrais sindicais: CUT, Força Sindical, CGTB, CTB e Nova Central. Na carta, as centrais afirmam que José Serra, tanto no governo do estado de São Paulo, quanto no Congresso Nacional, sempre atuou contra os trabalhadores.

O Instituto Sangari, de São Paulo – SP (região Sudeste) divulga um Mapa da Violência 2010. Segundo o Mapa, estima-se que a cada 2 h, uma mulher é morta, o que deixa o país em 12° lugar no ranking mundial de homicídios contra a mulher. A pesquisa ainda comprova que a maior parte das vítimas é morta por parentes, maridos, ex-companheiros, namorados ou homens que foram rejeitados por elas. Segundo o Mapa da Violência, as vítimas têm, em sua maioria, entre 18 e 30 anos. Em 10 anos (1997-2007), estima-se que cerca de 41.532 meninas foram assassinadas, segundo os dados do SUS. A média Brasileira é de 3,9 mortes a cada 100 mil habitantes; e o estado mais violento – Espírito Santo – tem uma média de 10,3 mortes. No Rio de Janeiro, o 8° mais violento, a taxa é de 5,1 mortes.

3º feira 13

Os servidores públicos da Justiça Federal suspendem em todo o país, exceto no estado de São Paulo (região Sudeste), a greve iniciada em 6 de maio. Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajuve), a orientação nacional é pela suspensão momentânea da paralisação. A categoria tomou a decisão por causa do recesso parlamentar e do esvaziamento dos tribunais no período de férias de julho. A Fenajuve informou que apenas 4 sindicatos ainda não fizeram assembleia para decidir o final do movimento. A negociação está sendo realizada regionalmente. Em São Paulo, apenas os servidores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) voltaram ao trabalho, de acordo o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud). Os funcionários do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no estado continuam de braços cruzados com objetivo de pressionar a direção órgão a retirar a portaria que determina o corte do ponto dos grevistas. Em solidariedade, os colegas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF) também continuam parados. Eles reivindicam a aprovação do Projeto de Lei (PL) 6613, que revisa o plano de cargos e salários. Também querem que seja excluída da pauta o PL 549, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que

o reajuste salarial dos funcionários públicos federais seja o resultado da soma do Produto Interno Bruto (PIB) com a inflação.

Os trabalhadores filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) entregam à candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff, um documento pedindo a intensificação do processo de reforma agrária no Brasil. O texto reconhece avanços nos 8 anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pede a continuidade da política de reforma agrária centralizada na esfera federal. O ato foi aberto com o "Bom Dilma", apesar de já passar do meio-dia, evocado pela secretária de Mulheres da Contag, Carmem Foro. Carmem destacou que avançar na reforma agrária significa a atualização do índice de produtividade no campo. Outro fator de progresso, de acordo com Carmem, deve ser a adoção de um limite para o tamanho das propriedades no Brasil.Segundo informações da Agência Brasil, a Contag sempre esteve ao lado do PT, desde as eleições de 1998. A entidade reúne 27 federações estaduais e 4,2 mil sindicatos de trabalhadores rurais, que representam, por sua vez, cerca de 25 milhões de agricultores familiares, assalariados rurais, assentados da reforma agrária e trabalhadores sem-terra no país. Em junho, Dilma não participou do debate promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A entidade é comandada pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), aliada do tucano José Serra, único candidato à Presidência a comparecer ao debate.

4º feira 14

A família do sem-terra Elton Brum da Silva, assassinado em 2009 durante desocupação, pela Brigada Militar, da Fazenda Southall em São Gabriel (Fronteira Oeste) conquista uma pensão do estado. O trabalhador rural de 44 anos, foi assassinado em 21 de agosto atingido pelas costas com tiro de espingarda. O juiz Gilberto Schefer, do Segundo Juizado da Terceira Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (região Sul), aceitou o pedido de antecipação de tutela que consta na ação ajuizada pela família do sem-terra contra o estado do Rio Grande do Sul. O juiz determinou que o estado terá que dar uma pensão equivalente a 70% do salário mínimo nacional à esposa, à filha e ao pai do trabalhador rural. A pensão deverá ser repassada mensalmente, assim que a família abrir uma conta no Banrisul para o depósito. De acordo com a decisão, o valor deverá ser pago pelo Estado até o fim do julgamento da ação, que ainda exige indenizações por dano moral e dano material. Em sua decisão, o juiz entende que é justa e urgente a reivindicação, já que Elton era o principal responsável pela subsistência da família. O juiz também reconheceu a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul no caso: "O Estado do Rio Grande do Sul tem responsabilidade de ordem objetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros [...], devendo assim responder pelos atos omissivos e comissivos, dolosos ou culposos, que resultem em prejuízo a outrem, sendo plenamente aplicada a teoria do risco administrativo". Conforme a advogada do MST, Cláudia Ávila, a ação que está sendo realizada tem o objetivo de chamar a atenção da sociedade sobre as ações do governo. "O assassinato de Elton Brum da Silva é resultado de uma ação de estado que criminaliza, constantemente, o MST. O mais importante é responsabilizar o Estado, muito mais do que qualquer ação que venha a ser tomada contra o policial que fez o disparo", afirma. A decisão em favor da família de Elton acontece no mesmo dia em que foi divulgada a decisão do Tribunal de Justiça acatando o recurso do Ministério Público (MP), que acusa o PM Alexandre Curto dos Santos de homicídio qualificado. O MST considera as duas decisões importantes, e espera que a Justiça seja feita. Também exige o fim da criminalização dos movimentos sociais pelo governo gaúcho e a realização da Reforma Agrária, que são as principais causas da violência no campo.

6º feira 16

Cerca de 100 famílias ocupam uma área em Brazlândia – Distrito Federal (região Centro-oeste) visada pelos grileiros e especuladores de Brasília. A área pertence à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). A ocupação foi organizada pelo MTST, com o apoio de diversas organizações sociais, sindicatos, partidos e militantes independentes do Distrito Federal. A ocupação é também um protesto contra a opressão perpetrada pelo Estado através da especulação imobiliária e exige programas habitacionais para a população de baixa renda, como alternativa à população que luta por moradia digna.

Trabalhadores da Flaskô, fábrica de gestão operária que teve falência decretada no dia 01 de julho pelo Juiz André Gonçalves Fernandes, da Segunda Vara Cível de Sumaré - São Paulo (região Sudeste) realizam ato público contra qualquer tentativa de fechamento da Flaskô. O ato contou com a presença de militantes do MST, do MTST, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), de partidos políticos de esquerda e sindicatos.

Sábado 17

Mais de mil trabalhadores organizados pelo Movimento dos Conselhos Populares (MCP) e pelo MST, que fazem parte da Comuna da Terra 17 de Abril, localizada no Bairro José Walter, em Fortaleza - Ceará (região Nordeste), ocupam a Secretaria de Cidades do Governo do Ceará. O MST e MCP reivindicam o assentamento imediato das famílias que ocupam uma área improdutiva, de mais de 700 ha, além de construção de moradias. Os trabalhadores pedem para ser recebidos pelo governador do estado Cid Gomes e pela Secretaria das Cidades, para que seja resolvida a situação das famílias que estão acampadas há mais de 3 meses.

Um grupo de 100 parentes das vítimas do acidente - ocorrido há 3 anos com o avião da TAM, voo JJ 3054, no Aeroporto de Congonhas, que causou a morte de 199 pessoas – realizam protesto em São Paulo – SP (região Sudeste). Vestidos com camisas azuis com a frase "Vida, Verdade e Justiça" estampada nas costas, os parentes se reuniram no guichê de embarque da TAM, no aeroporto da capital, onde rezaram e pediram providências das autoridades para punir os responsáveis pela tragédia. Após o ato, os parentes foram até o local onde o avião colidiu com um prédio, na área externa do aeroporto. Ali, eles pretendem construir um monumento lembrar os mortos. A TAM , por meio de nota, informou que já foram fechados acordos de indenização com 192 famílias. A empresa disse ainda que "vem se empenhando, desde o primeiro momento, em apoiar esses [*parentes*] de todas as maneiras e concluir o mais rapidamente possível o procedimento de indenização".

2º feira 19

Pais e alunos do Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Rubens Gomes, em Costa Barros, bairro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), onde um menino de 11 anos foi morto com uma bala perdida, fazem protesto estendendo faixas na porta da escola pedindo paz. Representantes do Sindicato dos Profissionais da Educação (SEPE) estiveram pela manhã na escola e afirmaram que o órgão vai entrar com um processo contra o governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes.

O Juiz André Gonçalves Fernandes, da Segunda Vara Cível de Sumaré - São Paulo (região Sudeste), que no dia 1º de julho decretou a falência da Flaskô, uma fábrica gerida por trabalhadores, revoga sua decisão e reverte o processo de falência. Apesar da conquista, os trabalhadores da fábrica afirmam que somente com estatização da Flaskô poderão garantir os postos de trabalho e as atividades sociais e culturais de forma mais estável.

3º feira 20

Cerca de 100 famílias, segundo o CMI, organizadas pelo MTST que ocupavam desde o dia 16 de julho um terreno localizado em Brazlândia – Distrito Federal (região centro-oeste), de propriedade da Terracap, são despejadas devido a pedido de reintegração de posse pela empresa. A polícia agiu com truculência durante a desocupação, segundo integrantes do MTST. O movimento afirma que os manifestantes se retiram pacificamente do local e que algumas pessoas não tiveram tempo de retirar seus pertences, saindo somente com a roupa do corpo. As famílias, temendo represálias e contra este despejo, chegaram a acampar na sede da Terracap, no dia 19 de julho, mas não houve acordo, pois o presidente da empresa, Dalmo Alexandre Costa, alegou que só negociaria após a desocupação do terreno. Após o despejo deste dia 20, as famílias ocupam o Ministério das Cidades, em Brasília em protesto contra a desocupação e tentam negociar com as autoridades uma solução para o problema.

Cerca de 1.159 famílias de sem-teto e sem-terra das comunidades-ocupações Dandara, Camilo Torres e Irmã Dorothy acampam, por tempo indeterminado em frente da Regional Barreiro da Prefeitura de Belo Horizonte - Minas Gerais (região Sudeste). Durante o dia os acampados protestaram paralisando o trânsito por cerca de 1 h na região do Barreiro. As famílias estão ameaçadas de despejo. Os acampados afirmam que "a luta é justa, legal e legítima, pois as propriedades ocupadas estavam em estado de abandono, com expressiva dívida de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e sem cumprir sua função social". Além disso, eles denunciam que as políticas habitacionais da Prefeitura de Belo Horizonte e do governo estadual estão muito aquém das demandas da população mais pobre. A prefeitura constrói uma média de apenas 300 unidades por ano e o governo estadual, desde 1995, não constrói casa alguma na capital mineira. O Acampamento na frente da Prefeitura tem por objetivo buscar o diálogo com o prefeito da capital, Márcio Lacerda, e com o governador Antonio Augusto Anastasia para que as famílias ocupadas tenham seus direitos à moradia e à dignidade humana respeitados. Em mutirão e como auto-construção as famílias das 3 comunidades constroem cerca de 800 casas.

4º feira 21

Alunos, pais, professores e representantes do SEPE fazem uma reunião em frente ao Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Antônio Candeia Filho, em Acari, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para discutir sobre o aumento progressivo da violência no bairro. Este colégio, que fica perto do CIEP onde o menino Wesley foi morto por uma bala perdida, já foi invadido 6 vezes este ano, só esta semana foi 2 vezes. Segundo o SEPE, uma televisão foi roubada e a direção já havia notificado na semana passada o furto de uma televisão e um computador.

Alunos da UnB protestam contra as fundações de pesquisa durante o escândalo que culminou com a renúncia do reitor da universidade em Brasília – Distrito federal (região Centro-Oeste). Segundo o

periódico Estado de São Paulo, as novas regras para o funcionamento das fundações de pesquisa deverão não apenas blindar abusos, mas garantir que seu principal papel seja executado: o de ponte com o mercado empresarial. A avaliação da secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, Maria Paula Dallari Bucci, é de que esse processo ocorra a médio prazo, mas de forma consistente.

5ª Feira 22

Cerca de 400 trabalhadores do MST ocupam o prédio do Incra, localizado em uma das principais avenidas de Fortaleza - Ceará (região Nordeste). Os trabalhadores reivindicam a liberação de recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) para o pagamento de 40 educadores do estado. De acordo com Maria de Jesus, coordenadora do MST no Ceará, "há mais de 11 meses os educadores estão sem receber pagamento. Estamos reivindicando o descontingenciamento imediato dos recursos do Pronera", defende, ressaltando que esta dificuldade existe também em outros estados. Além disso, estão entre as principais reivindicações da ocupação o assentamento de 2 mil famílias e 27 acampamentos no Ceará. O contexto da seca no Ceará, de acordo com Maria, também é um ponto preocupante, bem como a dificuldade de emissão de certificação ambiental nos assentamentos de Reforma Agrária. A ocupação deve se estender até o cumprimento da pauta. "Montaremos um acampamento pedagógico", informou a dirigente do MST.
A Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura (ACAT) envia carta de solidariedade ao Acampamento Indígena Revolucionário (AIR), montado há 6 meses na Esplanada dos Ministérios, em Brasília - Distrito Federal (região centro-oeste). Na carta, a entidade afirma que lutar por direitos não pode ser considerado crime.

Catadores de lixo de vários municípios do estado do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) realizam uma manifestação no centro da capital fluminense para marcar o início do Segundo Congresso Estadual do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. O encontro vai até o dia 25 de julho e, segundo os organizadores, busca discutir o cumprimento das leis voltadas à categoria e a construção de políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico das pessoas que trabalham com lixo e reciclagem. "Temos catadores aqui de vários territórios do Brasil e alguns parceiros internacionais que vão participar do congresso e, com essa mobilização, esperamos sensibilizar o poder público municipal, que é o gestor dos resíduos. A nossa dificuldade é ele entender que a gente só vai avançar quando tiver um espaço. Somos cerca de 30 mil catadores na cidade", disse Custódio da Silva Chaves, um dos coordenadores do movimento e presidente da cooperativa Cooper Gericinó, que atua no aterro sanitário de Jardim Gramacho, na Baixada Fluminense. Vice-presidente de uma das 3 cooperativas que atuam no centro do Rio, Raivaldo Magno esclareceu que, apesar de o rendimento do trabalho nas ruas ser semelhante ao de quem trabalha nos lixões, as condições são diferentes. "Estamos ainda em fase de expansão, reciclamos quase 70% do lixo no centro, o restante vai para o lixão. Na média, o catador na rua tira R$ 70,00 [*por dia*]. Existem cerca de 60 cooperados em cada cooperativa, temos cursos, planos de saúde, dentre outras coisas. Queremos tirar os catadores da rua para trabalhar dignamente nos galpões. A própria Comlurb [*Companhia Municipal de Limpeza Urbana*] vai recolher o material nas ruas para nós fazermos a coleta seletiva", disse Magno. Segundo informações da Agência Brasil, no congresso serão discutidos temas como direitos humanos dos catadores, alternativas de sustentabilidade e programas de inclusão social dos catadores de materiais recicláveis.

Os pescadores do Rio de Janeiro (região Sudeste) fazem caravanas hoje de várias partes do estado até Niterói, onde se reúnem no Sindicato dos Pescadores do Rio de Janeiro a fim de criticar o Ministério da Pesca, por não liberar as licenças necessárias para a pesca da sardinha. Segundo o subsecretário de Pesca de Angra dos Reis, somente neste município, 2.405 pescadores podem continuar de braços cruzados após o dia primeiro, quando acaba o período de defeso da sardinha (no qual o peixe não pode ser capturado), pois eles não sabem se o Ministério liberará as licenças ou não.

Manifestantes protestam em audiência pública sobre o Estaleiro Biguaçu, da empresa OSX, ligada à EBX de propriedade de Eike Batista, em Florianópolis - Santa Catarina (região Sul). A audiência discute os impactos sociais e ambientais do empreendimento no estado. A audiência contou com a presença de cerca de 700 pessoas. Na mesa principal, representantes da empresa fizeram propaganda do Estaleiro, mas foram questionados pelos manifestantes, que lamentaram que os técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), não foram convocado para compor a mesa. Os manifestantes denunciam que as comunidades ainda não foram ouvidas. Dentre as perguntas dos populares à mesa estavam: "Por que o governo do estado não está presente na mesa?" e "É ético e justo que a empresa que realizou os estudos sociais e ambientais tenha sido contratada pela própria dona do empreendimento em questão, a OSX?", além de algumas referentes aos impactos sobre a maricultura e a pesca na região, dentre outras. A comunidade local tem se manifestado contra o Estaleiro por meio de notas, artigos e atos públicos. Os manifestantes afirmam que "É preciso que haja transparência e democracia no processo de decisão da vinda de um projeto que irá modificar, de maneira violenta, não somente a fauna e a flora da pequena cidade de Biguaçu, como também de todo o seu entorno". Os dados do relatório preliminar apresentado pela OSX foram considerados fracos e incompletos pelo ICMBio da região.

6ª Feira 23

Uma marcha com 20 mil pessoas sai da entrada de Aracaju, -Sergipe (região Nordeste) e chega até o centro da capital. Na praça Ranulfo Prata, próximo à sede do Incra é realizado um ato político e entregue uma pauta de reivindicação ao órgão. Segundo Gislene Reis, da coordenação estadual do MST, as famílias reivindicam agilidade no processo de desapropriação de terras e que seja assinado um novo convênio de terras, nos moldes do que foi feito no Alto Sertão, que resultou no assentamento de 1.200 famílias. "Nós temos 12.800 famílias acampadas no estado e 9.100 assentadas. Cobramos a inclusão das famílias acampadas no programa de Reforma Agrária, além da melhoria da infra-estrutura dos assentamentos. Outro ponto da pauta é que o governo garanta um programa de alfabetização específico para o campo", afirma Gislene. O superintendente do órgão se colocou à disposição para acelerar a burocracia para o atendimento das reivindicações. A marcha seguiu para a praça General Valadão, onde foi feito um ato de encerramento, com a presença de amigos do MST.

Parentes de vítimas e representantes de entidades em defesa da criança realizam, uma passeata contra a violência e a impunidade, e criticaram os governos pelo não cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A caminhada “Candelária Nunca Mais”, promovida pela Pastoral do Menor da Arquidiocese do Rio de Janeiro, reuniu mais de 20 entidades e parentes de vítimas da violência contra crianças e adolescentes e marcou os 17 anos da chacina que vitimou oito jovens que dormiam na rua, nas imediações da Igreja da Candelária, no centro da capital do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A coordenadora da Pastoral do Menor da CNBB e representante do Conselho

Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, Maria de Fátima Pereira da Silva, criticou o Poder Público e afirmou que desde o ocorrido ainda não existe uma política de Estado em defesa do menor. O coordenador executivo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, Pedro Pereira, afirmou que a violência contra a criança está institucionalizada. E disse que dentro do Departamento Geral de Ações Sócioeducativas, onde há menores detidos, "eles são cotidianamente submetidos a tratamento degradante e desumano". A ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, que também participou do ato, afirmou que o orçamento da pasta saiu de R$ 6 bilhões em 2009 para R$ 40 bilhões tendo o "Bolsa Família" como o projeto principal. "Hoje, felizmente nós podemos destacar, nesses 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, grandes avanços na redução dos índices, que nós sempre tivemos no país, de trabalho infantil e o abuso de exploração sexual, a violência e a permanência das crianças nas ruas. Sabemos que ainda há um caminho longo para que possamos aprimorar cada vez mais [*as políticas pública em defesa dos jovens*]", afirmou a ministra.

Um relatório feito pela ONG Viva Rio denuncia o abuso policial em Costa Barros Janeiro – RJ (região Sudeste), no qual um posto de saúde da família tem servido de trincheira para os policiais desde o início do ano. O uso indevido do local ocasionou o fechamento forçado do posto. Somente este ano, o posto já foi fechado 8 vezes por este motivo. O relatório fala ainda que na manhã do dia 16 (em que o menino Wesley foi morto por uma bala perdida no confronto entre policiai e bandidos), 6 pessoas foram mortas pelo tiroteio. O relatório acusa os abusos policiais.

Domingo 25

Cerca de 300 índios de pelo menos 8 etnias; Cinta Larga, Arara, Kayaby, Apiaká, Zoró, Menkü e Enawenê-Nawê ocupam a entrada do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Dardanelos, em Aripuanã – Mato Grosso (região Centro-oeste). Trabalhadores foram feitos reféns. A empresa havia se comprometido a entregar o Plano Básico Ambiental, com as compensações ou ações mitigadoras referentes ao impacto social provocado na região no dia 22 de julho, o que não ocorreu. De acordo com a Funai, os índios reivindicam ações de reparação porque a hidrelétrica está sendo construída em cima de um cemitério sagrado. Já a empresa alega que os índios pedem condições sociais melhores, como acesso à educação e saúde, melhoria das estradas de acesso às aldeias e inclusão no Programa Luz para Todos. Durante a noite os índios aceitaram trocar os cerca de 100 trabalhadores mantidos reféns por 5 funcionários da empresa Águas da Pedra, responsável pelas obras. A usina hidrelétrica de Dardanelos está entre as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo a empresa Águas da Pedra, vai gerar 261 megawatts, energia suficiente para 600 mil habitantes por dia. A hidrelétrica binacional de Itaipu, no Paraná (região Sul) tem potência de 14 mil megawatts e a de Belo Monte, no Pará (região Norte), 11.233. O Ministério Público de Mato Grosso já entrou com diversas ações civis públicas questionando o licenciamento ambiental da obra. Cerca de 600 famílias sobreviventes do Massacre de Corumbiara retomam as terras da Fazenda Santa Elina, em Rondônia (região Norte). Há 15 anos a fazenda foi palco de um crime contra os camponeses. No dia 9 de agosto de 1995, com a autorização do então governador do estado de Rondônia, Valdir Raupp, tropas da PM, juntamente com pistoleiros do latifundiário Antenor Duarte, atacaram de madrugada as 600 famílias que ali moravam. Os camponeses resistiram, mas acabaram sofrendo execuções sumárias e torturas. Segundo informações do CMI, o resultado foi: 11 camponeses assassinados, inclusive uma criança de 7 anos de idade. Desde então, as vítimas de Santa Elina tem lutado pela punição dos responsáveis, por tratamento médico, indenização para todas as vítimas e pela fazenda. Diante da falta de cumprimento das promessas do governo do

estado, as famílias decidem, organizadas pelo Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina (CODEVISE), retomar as terras da fazenda.

2ª Feira 26

Cerca de 1.200 integrantes do MST ocupam as sedes do Incra em Recife e Petrolina, ambas as cidades no estado de Pernambuco (região Nordeste). São cerca de 500 trabalhadores no Incra de Petrolina e aproximadamente 750 na sede do Recife. Os trabalhadores protestam contra a inoperância do órgão e a não realização da Reforma Agrária no estado. Segundo informações do site do MST, há 3 anos não há uma nova desapropriação de terras no estado; os investimentos em infra-estrutura dos assentamentos tem sido pífios; não há assistência técnica para a produção e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária está parado. Segundo a própria Superintendência do Incra de Pernambuco, 57% dos latifúndios cadastrados no órgão são improdutivos, o que dá um total de 411.657 ha de terras improdutivas no estado, área suficiente para assentar as 23 mil famílias que vivem atualmente acampadas em todo o estado. Isso sem contar as áreas devedoras da União e que desrespeitam a legislação trabalhista e ambiental, e que são, portanto, passíveis de desapropriação. Os prédios foram desocupados pelos funcionários do Incra e não houve expediente. Os integrantes do MST cobram mais agilidade na reforma agrária e a liberação de recursos para assentamentos. Também reivindicam um maior número de professores nesses locais. Eles esperam ter uma audiência com o presidente do Incra, Rolf Hackbart. As ações de hoje lembram o Dia dos Trabalhadores Rurais, comemorado no dia 25 de julho.

A Funai realiza reunião com os cerca de 300 índios que ocupam a entrada do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Dardanelos, em Aripuanã – Mato Grosso (região Centro-oeste). De acordo com o órgão, os índios aguardam ainda um encontro com representantes do governo de Mato Grosso. A Funai destacou ainda que chegou a fazer uma série de ressalvas no estudo de impacto ambiental, apresentado pelo grupo responsável pela construção da hidrelétrica. A empresa se comprometeu a entregar o Plano Básico Ambiental, com as compensações ou ações mitigadoras referentes ao impacto social provocado na região. A decisão ficou acordada em junho de 2010, e o documento final deveria ter sido entregue no dia 22 de julho, o que não ocorreu. Para a Funai, o fato de os índios não saberem as compensações ou ações de mitigação provocou revolta e ocasionou a ocupação da hidrelétrica no dia 25. Os índios são das etnias Cinta Larga, Arara, Kayaby, Apiaká, Zoró, Menkü e Enawenê-Nawê. De acordo com a Funai, os índios reivindicam ações de reparação porque a hidrelétrica está sendo construída em cima de um cemitério sagrado. Os 5 trabalhadores que ainda eram mantidos reféns por um grupo de indígenas foram libertados á tarde Em nota, o consórcio diz que, apesar da liberação dos funcionários, a ocupação permanece, "o que impede a continuidade da obra no Rio Aripuanã". A Águas da Pedra nega a existência do cemitério – baseada em laudos arqueológicos –, diz que o impacto ambiental da hidrelétrica será baixo e que os índios não seriam atingidos diretamente pela obra, uma vez que a aldeia mais próxima fica a 42 Km de distância. A conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Dardanelos está prevista para o fim de 2010.

Cerca de 150 pessoas participam de uma passeata na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), contra a impunidade aos assassinos da Chacina de Acari, que completou 20 anos. Em 1990, 11 pessoas desapareceram, depois de seqüestradas por policiais. Os manifestantes puseram vários bonecos em frente ao Hospital de Acari, para simbolizar as vítimas da Chacina. Segundo o Ministério Público Federal, o crime será arquivado por falta de provas.

Famílias de 11 vítimas de uma chacina, em Magé – Rio de Janeiro (região Sudeste) protestam pedindo ajuda a autoridades. Os moradores parentes de vítimas reclamam da negligência do Ministério Público Estadual e da Polícia Civil que ainda não encontraram os culpados pelos crimes. A promotora Graça Mattos de Oliveira Portocarrero, coordenadora da Terceira Central de Inquéritos do Ministério Público, por meio de nota, relatou todos os passos do processo e apontou a dificuldade em encontrar os corpos dos 11 desaparecidos.

3ª Feira 27

Cerca de 300 integrantes da Via Campesina ocupam o escritório do Instituto Estadual de Florestas, em Governador Valadares, Minas Gerais (região Sudeste). A ação faz parte da comemoração do dia 25 de Julho, dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural. Os manifestantes reivindicam o diálogo dos órgãos ambientais com os movimentos sociais, a elaboração de uma política ambiental específica que atenda as especificidades dos assentamentos e pequenas propriedades rurais e agilidade em processos pendentes nos referidos órgãos. O movimento lança um manifesto durante a ocupação: "Nós dos movimentos sociais do campo - Movimento Sem Terra, Movimento dos Pequenos agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, Frei Inocêncio e São Geraldo da Piedade - estamos reunidos para comemorar o dia do trabalhador e da trabalhadora rural, comemorado no dia 25 de Julho, a partir da luta dos trabalhadores. Nesse dia nos mobilizamos para denunciar a situação dos trabalhadores no campo que tem sofrido com o avanço do latifúndio, do agronegócio e das barragens, que através de grandes empreendimentos retiram cada vez mais as condições de vida e trabalho das famílias camponesas, causando graves danos ao meio ambiente (...) A legislação ambiental, apesar de muito bonita no papel não funciona e não é tratada com justiça. Enquanto os grandes empreendimentos conseguem facilmente licenças para destruir nosso meio ambiente e não cumprem nem mesmo as exigências previstas para que consigam essas licenças, os camponeses sofrem diariamente as pressões e represálias dos órgãos ambientais e policiais sobre qualquer ação sobre o ambiente em que vivem para assegurar seus meios de vida.Por isso estamos mobilizados para comemorar o dia do trabalhador e da trabalhadora rural através da luta por uma sociedade mais justa, que respeite os trabalhadores e a natureza."

4º feira 28

Cerca de 5 mil jovens trabalhadores rurais participam de uma caminhada na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste) para reivindicar políticas públicas para o campo. A manifestação foi realizada pelos jovens que participam do 2º Festival Nacional da Juventude Rural, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). De acordo com a secretária de Jovens Trabalhadores Rurais da Contag, Maria Elenice Anastácio, faltam políticas, principalmente em educação, e isso dificulta a sucessão rural que, segundo ela, é o direito da juventude permanecer no campo, com garantia de acesso à terra, sustentabilidade ambiental e condições de trabalho.Durante a passeata, os manifestantes pararam em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e reivindicaram o fortalecimento da agricultura familiar e a reforma agrária. Os jovens ainda fizeram outras duas paradas, uma no Ministério do Trabalho e outra no Ministério da Educação. A educação foi uma das questões mais exploradas durante a manifestação. De acordo com a Contag, o analfabetismo no campo atinge 40% da população entre 16 e 32 anos. A estudante e trabalhadora rural, Lázara Antunes, afirmou que

estudar no campo é complicado.O 2º Festival Nacional da Juventude Rural teve início no dia 27 e prossegue até o dia 30.

A empresa Votorantim promove despejo ilegal em Imbituba, Santa Catarina (região Sul). A área que era propriedade da União teria sido comprada de forma suspeita (custo de R$ 0,11 o metro quadrado, em cem parcelas) por um empresário local, que a revendeu para a Votorantim. O único morador da região, Seu Antero, membro da Associação Comunitária Rural de Imbituba (ACORDI), após dois meses da ordem de despejo, é despejado, favorecendo os empresários locais que disputam a área. A Polícia Militar atua de forma ostensiva com cavalaria, bombeiros, Pelotão de Patrulhamento Tático (PPT). O morador é retirado à força com todos seus objetos e animais de criação sem um destino certo. A área começa a ser cercada e tem proibida a entrada em grande parte de sua extensão, pois já é considerada propriedade particular – há, inclusive, seguranças particulares.

A Polícia Militar (PM) de Santa Catarina (região Sul) com tropa de choque, cavalaria, um oficial de justiça, dentre outros, realizam despejos de agricultores produtores de mandioca em Imbituba, no estado. A área, conhecida como Areais da Ribanceira, faz parte de um complexo de dunas e matas nativas, coladas a uma Área de Proteção Ambiental federal. A PM invade a casa da família do agricultor Antero, com um mandado de despejo em mãos. Há negociação e a casa é desmontada e retirada do local. A PM também despeja o agricultor José Farias, com o qual não negocia. Derruba ainda mais 3 casas de outros agricultores. Conforme a decisão de uma juíza da vara federal na cidade de Laguna, no estado, serão despejados ainda de 250 hectares os agricultores da Associação Comunitária Rural de Imbituba, que abriga mais de 50 famílias na comunidade da Portelinha. O despejo é realizado mesmo com a tramitação de um Pedido de Suspensão de Liminar e Sentença protocolado no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O direito de permanecer na área é concedido aos agricultores por Decreto Federal de 2007, que dá o direito às terras para as Comunidades Tradicionais. O despejo é em razão de mandado de reintegração de posse concedido à empresa Votarantim, que implantará uma fábrica para a modelagem de cimento no local e contraria indicações dos movimentos sociais de reforma agrária, do Ministério Público, Procuradoria Geral, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Advocacia Geral da União (AGU). Os agricultores ainda não têm onde morar e estão temporariamente instalados em casas de amigos e parentes. As terras próximas aos Areais da Ribanceira pertenciam à União, mas hoje são controladas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina (Codisc). Em 2000, a Codisc decidiu pela venda de 1,8 milhão de metros quadrados sem a devida licitação. A venda foi feita a portas fechadas entre 7 empresários da cidade. Uma das famílias, a Ferreira, comprou o terreno aonde já viviam as famílias tradicionais a baixo preço. Os agricultores denunciam que "Por esse preço, qualquer agricultor residente ali poderia pagar pela terra, mas foram impossibilitados de entrar na disputa." A família Ferreira vendeu a área à Votorantim, que entrou com a liminar de reintegração de posse de 240 hectares de terra que mantêm a renda das famílias tradicionais. Antes de se instalar em Imbituba, essa fábrica da Votorantim foi negada em 9 municípios na região, também por seu impacto ambiental. Existe ainda uma possibilidade de garantir o direito ao uso das terras para essas famílias, o que será decidido no STJ no dia 2 de agosto. Está na mesa do ministro a ação para revogar a liminar de reintegração de posse, atestada pela AGU, Procuradoria Geral da República, INCRA e outros órgãos. Consta no documento a venda irregular do terreno e a existência das populações tradicionais no local.

5ª Feira 29

Cerca de 800 famílias do MST, acampadas em frente à sede do Incra do Recife, Pernambuco (região Nordeste), realizam ato em apoio ao governo e ao povo venezuelano, em frente à embaixada dos Estados Unidos. O protesto é contra as ameaças de um ataque militar pela Colômbia e os Estados Unidos à Venezuela. O MST lançou a seguinte nota em apoio à Venezuela: "O Governo e o Povo da Venezuela são, mais uma vez, o alvo da política de expansão militarista dos Estados Unidos na America Latina. A política estadunidense na America Latina evidencia que está sendo preparando um conflito sério, perigoso e não justificado contra a Venezuela, um país com uma democracia vibrante e as maiores reservas de petróleo do mundo. E que essa ameaça se estende a todos os governos democráticos e soberanos da América Latina, que, ao contrario do Governo Colombiano, não aceitam mais ser o "quintal dos Estados Unidos", se submetendo ao domínio político e econômico do governo estadunidense."

O MPA realiza um ato público com a presença do Presidente Lula, em Santa Cruz do Sul - Rio Grande do Sul (região Sul), no Centro de Formação e Produção de Alimento e Energia São Francisco de Assis. A programação contou ainda com shows de Antônio Gringo e os Quatro Ventos, visita de diversas personalidades das agroindústrias, além de centenas de famílias de pequenos agricultores.

6ª Feira 30

O presidente nacional do Incra, Rolf Hackbart, se reúne com dirigentes do MST, em Recife - Pernambuco (região Nordeste). Segundo o MST, já não havia mais possibilidade de negociação com os 2 superintendentes do órgão no estado. A vinda do presidente nacional do órgão era a condição para que os cerca de 800 trabalhadores sem-terra desocupassem o prédio. A reunião aconteceu na Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco. Além de Rolf e dos dirigentes do MST, participam da reunião os 2 superintendentes do Incra no estado, funcionários do Incra de Brasília (região Centro-Oeste) e Pernambuco, o Secretário de Agricultura do Estado, Ranilson Ramos, e funcionários do Instituto de Terras de Pernambuco (Iterpe). Os principais pontos discutidos na reunião foram: a situação da assistência técnica para os assentamentos do estado; a liberação de recursos para vistorias e a situação do Pronera, que está parado. "A questão da assistência técnica é um dos maiores descasos do Incra. Há quase 3 anos os assentamentos do estado estão sem assistência técnica", afirmou Jaime Amorim, da direção do MST. O presidente do Incra concordou que a situação da Reforma Agrária em Pernambuco está caótica. Rolf garantiu ainda recursos para que as 2 superintendências do Incra possam cumprir suas metas de vistoria. As vistorias agendadas nos 67 imóveis improdutivos, conquistadas após a Jornada Nacional de Lutas de abril-2010, que não foram cumpridas, também foramcobradas pelo MST. Durante a reunião é assinado um termo de cooperação técnica entre o Incra e o Governo do estado. Esse termo permitirá que a autarquia federal e o governo estadual trabalhem juntos no sentido de avançar a Reforma Agrária no estado.

O Quarto Grupo Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (região Sul) absolve 15 assentados da acusação de roubo duplamente qualificado pelo concurso de agentes e uso de arma. Eles integravam o grupo de 30 agricultores assentados na cidade de Jóia, Rio Grande do Sul, que haviam sido acusados pelo Ministério Público Estadual por esbulho possessório, roubo qualificado e formação de quadrilha armada. O processo contra os trabalhadores tramitava desde setembro de

2001 e se refere a uma reintegração de posse comunitária no assentamento. Em 6 de setembro as famílias, sem ter nenhuma resposta às inúmeras denúncias feitas ao INCRA de venda de lotes no assentamento, resolveram elas mesmas retirar os moradores ilegais da área. Em troca, foram processadas pelo Ministério Público. Para o MST, a decisão da Justiça é uma vitória dos trabalhadores, que precisaram agir perante a inércia do Poder Público - no caso, do governo federal. O Tribunal de Justiça reconheceu que a reintegração de posse foi uma ação legítima do movimento social naquele momento, sendo que não havia prova da subtração ou do dolo de subtração, essenciais para configurar o crime de roubo. Segundo informações do site do MST, a absolvição no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul foi possível devido à articulação entre o MST e o Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito do Centro Universitário Metodista – IPA (NPJ), de Porto Alegre. A defesa dos assentados é resultado da ação de professores e alunos do Núcleo de Prática Jurídica do IPA.

Glossário

CMI	Centro de Mídia Independente
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DF	Distrito Federal
Funai	Fundação Nacional do Índio
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não Governamental
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação
UnB	Universidade de Brasília

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise do Conflicto Social e a Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).
Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadores Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ), Jacqueline Aline Botelho Lima (UFRJ/UERJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Peter Sana (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ).
Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA.

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Agosto de 2010

Editada en marzo

Asdi
Agencia Sueca de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo

Govern de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials, Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 744

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil

Integrantes

Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ)
Alice Coutinho da Trindade (UFRJ)
Anísio Borba, Luiza Leite, Luis Américo Araújo Vargas,Peter Sana, Reginaldo Costa, Taisa Falcão.

Fuentes

Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA, Vermelho, Radioagência de Notícias do Planalto.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

BRASIL
Cronologia do conflito social
Agosto do 2010

2º feira 02

Líderes indígenas distribuem, no Senado, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) um manifesto para sensibilizar os senadores pela aprovação do projeto de lei que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena dentro do Ministério da Saúde, sem alterações. Para garantir a aprovação da matéria, mais de 100 representantes de lideranças indígenas de todo Brasil estão em Brasília para pressionar os parlamentares. O projeto transfere as ações da saúde indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a nova secretaria. Caso a matéria seja aprovada no Senado, seguirá para sanção do presidente da República.

Entidades médicas divulgam um manifesto direcionado ao governo em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste) - e aos candidatos à Presidência da República. O documento reivindica mais recursos para área de saúde e melhores condições de trabalho para categoria, incluindo salário inicial de R$ 15 mil. O documento reivindica, por exemplo, que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) passe a fiscalizar a relação entre operadoras de saúde e médicos, principalmente no momento de fixar honorários e preços de serviços. Além de uma Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) mais atuante, o documento, assinado por Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira e Federação Nacional dos Médicos, reivindica a coibição da abertura indiscriminada de novos cursos de Medicina, maior valorização dos profissionais e a criação de uma carreira médica para o serviço público de saúde. O documento também reivindica voltadas à saúde pública, como a ampliação dos recursos para a área e a regulamentação da Emenda 29 - que determina o que são gastos em saúde. Por meio de assessoria de imprensa, o Ministério da Saúde disse concordar com a quase totalidade do que está apresentado no manifesto, sobretudo mais recursos para a área de saúde e regulamentação da Emenda 29. Procurada, a ANS, por meio da assessoria de imprensa, disse desconhecer o manifesto das entidades médicas.

3º feira 03

Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo realizam ato em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal

(STF), que também abriga o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A greve já é uma das mais longas da categoria, iniciada em 28 de abril, podendo completar 100 dias no dia 05 de agosto, em defesa de reposição que correspondem a 20,16%.

Cerca de 80 lideranças indígenas, representantes de diversas etnias do país, comemoram a aprovação, por unanimidade, na sessão plenária do Senado, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) da criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). A medida – uma antiga reivindicação dos povos indígenas - transfere as ações de saúde indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a nova secretaria, diretamente ligada ao Ministério da Saúde. A matéria segue para sanção do Presidente da República. A Secretaria deverá ainda, em cada um desses distritos, montar uma estrutura que viabilize de uma maneira mais eficaz as ações, tendo como eixo a participação indígena em todas as instâncias da assistência. Enquanto a transição não for concluída, a Funasa continuará responsável pela saúde de mais de 400 mil indígenas. Um dos desafios é superar problemas como a anemia que, em algumas localidades da região Norte, atinge até 66% das crianças menores de 5 anos. O grupo de lideranças indígenas, representantes de organizações sociais e indigenistas estava em Brasília desde o dia 2 de agosto para reforçar as articulações a favor do projeto. Após a aprovação da matéria, os indígenas festejaram, colocaram seus cocares, fizeram orações em agradecimento ao deus Tupã, se cumprimentaram com abraços e dançaram Toré na parte externa do Senado.

Cerca de 1,2 mil assistentes sociais e estudantes de todo o país participam de uma manifestação na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para reivindicar que o Senado aprove o Projeto de Lei nº 152 de 2008, que reduz a carga horária semanal da categoria para 30h, sem prejuízo salarial. O ato público reuniu participantes do Décimo Terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Os manifestantes saíram da Catedral Metropolitana por volta das 10h. Acompanhados de Policiais Militares (PM), seguiram até o gramado em frente ao Congresso Nacional, onde permaneceram pelo resto da manhã. Além das reivindicações que envolvem o serviço social, como a inclusão de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica, os manifestantes cobraram ações em outros setores. A passeata teve o apoio de representantes de vários movimentos sociais, como entidades que atuam em defesa de mulheres negras e dos homossexuais. O projeto foi aprovado á noite pelos senadores.

Os estudantes de geografia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em São Paulo - SP (região Sudeste) paralisam as atividades do curso. A paralisação tem o objetivo de se opor a diversas medidas tomadas pela direção da universidade como: professores com contratos temporários impossibilitando a continuidade do curso, ausência de professores, falta de estrutura de laboratórios, redução das mensalidades, dentre outras. Os estudantes ainda reivindicam que nenhum dos estudantes que participaram da mobilização seja punido. Diversas entidades estudantis manifestaram apoio como os Centros Acadêmicos de direito, jornalismo, comunicação, psicologia, serviço social e ciências sociais, além do Centro Acadêmico de geografia da

Universidade de São Paulo (USP) e o diretório de humanidades da Faculdade Santo André. Os estudantes denunciam que professores contratados pela Universidade foram demitidos durante o recesso de julho e readmitidos após a volta às aulas o que, tem objetivo de não remuneração pelo respectivo mês. No Departamento de Geografia, apenas uma professora retomou o contrato.

Um pequeno grupo de moradores da cidade de Paraty – Rio de Janeiro (região Sudeste) chama a atenção do público meia-hora antes da inauguração da Festa Literária de Paraty (Flip). Eles protestam contra a presença do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, escalado para a conferência de abertura da Flip. "Viva Saramago. FHC não!", estampava a camiseta da funcionária pública Indalécia Freire, a organizadora do protesto. "O que você acha de FHC abrir uma festa literária em pleno ano eleitoral?", perguntava ela.

Domingo 08

Mais de mil pessoas realizam ato pela Lei Maria da Penha em frente ao Canecão no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A Casa de shows foi o cenário para a comemoração dos 4 anos de Lei Maria da Penha por um movimento suprapartidário que exige o pleno cumprimento da Lei para punir a violência doméstica e familiar.

2º feira 09

Cerca de 100 indígenas do Acampamento Indígena Revolucionário (AIR), na Esplanada dos Ministérios, em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste) ocupam a área externa do prédio da Fundação Nacional do Índio (Funai). O acampamento foi montado em janeiro deste ano de 2010. Os indígenas garantem que não vão deixar o local até que sejam recebidos pelo presidente do órgão, Márcio Meira. Segundo o representante das tribos e membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Arão da Providência Araújo Filho, o motivo da ocupação é o descumprimento de uma suposta promessa feita pelo ouvidor da Funai, Paulo Pancararu, de que os indígenas participariam de uma reunião marcada para as 15h deste dia 9 de agosto. Como não ocorreu a reunião, os índios decidiram levar redes, roupas e alimentos para montar um acampamento na Funai, onde pretendem ficar por tempo indeterminado. De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, a reunião foi realizada pela manhã, com 48 indígenas da etnia Guajajara. No entanto os manifestantes alegam também ter marcado um encontro com o presidente da Funai e reivindicam a nomeação de um novo presidente. Diante do impasse, o advogado Arão oficializou o pedido de reunião, mas ainda não há data marcada. A assessoria alerta que a Funai não reconhece o movimento de índios da Esplanada como sendo legítimo e que o encontro dependerá da disponibilidade de Márcio Meira. As etnias Xavante, Tabajara, Muidururu, Guajajara,

Xerente, Tupinambá e Terena fazem parte do AIR e têm uma pauta com 15 reivindicações.

4º feira 11

Cerca de 500 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acampam às margens da rodovia PA-275, Km 45, em frente à fazenda Marambaia, na região de Marabá - Pará (região Norte). O MST reivindica a desapropriação da fazenda - que segundo o Movimento, seria de terras griladas e improdutivas - para fins de Reforma Agrária, além do desarmamento de fazendeiros e pistoleiros e o fim das ameaças de morte contra dirigentes do MST no estado. Segundo informações do MST, a rodovia percorre a maior concentração de fazendas com terras griladas e improdutivas no sul do Pará, entre os municípios de Parauapebas e Curianópolis. Outro agravante da região para o advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), José Batista, é a articulação de fazendeiros para assassinatos de dirigentes do MST, "haja vista que nesse grupo de empresários fazendeiros está José Marques Donizete, assassino de Oralício Araújo Barros, o Fusquinha, e Valentim Serra, o Doutor, que matou militantes em 1998 e que sequer foi a julgamento depois de 12 anos". O governo estadual, representado por Carlos Marques, da Casa Civil, se reuniu com os fazendeiros da região, que solicitaram a retirada das famílias de frente da fazenda Marambaia. O advogado do movimento afirmou que o pedido é sem fundamento já que "As famílias estão entre a cerca e a estrada, portanto terra pública".

Trabalhadores da empresa Visual, responsável pela limpeza e conservação do Ministério da Fazenda em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) realizam paralisação após receberem apenas R$ 300 de salário este mês, quando deveriam ser repassados R$ 561. Eles reclamam também da falta dos vales alimentação e transporte. De acordo com os servidores, a empresa Visual, Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração alegou que a culpa pelo atraso ocorreu porque o Ministério da Fazenda não repassou os recursos referentes aos serviços prestados. No Ministério da Fazenda, a fiscal do contrato entre o órgão e a empresa, Renata Simas, explicou que na semana passada, devido a um curso fora, não pode atestar a fatura enviada pela empresa para que posteriormente fosse liberada a verba. Renata Simas informou ainda que hoje, desde cedo, tem procurado a empresa para resolver a questão e aplicar uma multa que, segundo ela, pode chegar a R$ 100 mil pelo descumprimento do pagamento aos funcionários. A Visual explicou que tem encontrado dificuldade para repactuar o contrato de prestação de serviços com o Ministério da Fazenda já que houve aumento de custo devido ao reajuste de salário da categoria em abril, que passou de R$ 510 para R$ 561. O representante da empresa Hebert de Ávila explicou que houve ainda um reajuste de 64% no valor do vale-refeição na data-base da categoria e que isso provocou um impacto de aproximadamente R$ 50 mil a mais para a empresa. Enquanto a situação não é resolvida, os empregados da Visual continuam com as atividades paralisadas.

Petroleiros ocupam a sede da Petrobras, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Entre as reivindicações, os funcionários filiados ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo no Estado do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ) destacaram uma maior paridade no abono de 140% concedido para cargos de gerência enquanto o resto da categoria teve apenas 80% e os aposentados não tiveram nenhum abono. Nos portões do Edifício Sede da Petrobras (Edise) no centro da cidade, 4 petroleiros estão acorrentados. De acordo com um dos acorrentados, o protesto é por tempo indeterminado. Os manifestantes querem chamar a atenção para a discriminação da estatal aos aposentados. Eles são contra a proposta feita pela gerência da Petrobras na campanha salarial. A estatal ofereceu abono de 80% do salário a todos os trabalhadores, 4,6% de reajuste salarial referente à inflação e 2% de aumento real.

5º feira 12

A União e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) recorrem ao Supremo Tribunal Federal (STF) da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de impedir o corte no ponto da folha de pagamento dos médicos peritos em greve. Os profissionais da categoria paralisam suas as atividades há mais de 50 dias. A ação da Advocacia-Geral da União (AGU) contesta a decisão do STJ que concedeu um mandado de segurança à Associação Nacional dos Médicos Peritos e garantiu o salário dos profissionais sem cortes. A AGU alega na ação que a determinação de pagamento dos dias parados para os médicos peritos representa um prejuízo de R$ 16 milhões. Por isso, pediu a concessão de uma liminar que suspenda os efeitos da decisão do STJ, alegando grave lesão econômica aos cofres públicos. A greve iniciada no dia 22 de junho foi considerada legal. O STJ determinou que a categoria mantivesse 50% do efetivo em atividade para preservar os serviços essenciais. O ministério da Previdência Social solicitou a intermediação da Federação Nacional dos Médicos (Fenam) para solucionar o impasse. No entanto, a Associação Nacional de Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP) informou, por meio de sua assessoria, que não se vê representada pela federação.

Servidores públicos de diversos órgãos realizam manifestação em defesa do direito de greve e contra o desconto dos dias parados. O protesto ocorreu no final da manhã em frente ao Ministério do Planejamento em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste). Segundo o Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep), o governo está descumprindo o Decreto 5.500/2005 que trata da adoção de planos de reposição de trabalho para compensar as faltas em decorrência de paralisação ou greves no serviço público. Servidores da área ambiental, por exemplo, tiveram corte de 7 dias nas folhas de pagamento dos meses de abril, maio e junho. De acordo com o Sindsep, a reivindicação dos servidores é que o governo pague os dias descontados nos meses anteriores. Ao todo, segundo o Sindsep, servidores de 8 órgãos que estavam em greve em 2010, negociam a reposição dos dias parados. O Ministério do Planejamento não se

posicionou sobre a reivindicação dos servidores, mas disse que pretende continuar negociando.

Profissionais rodoviários de Fortaleza - Ceará (região Nordeste) retomam greve iniciada em junho e interrompida devido à declaração de ilegalidade. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), agentes do Sindiônibus (sindicato patronal) chegaram a levar um dos manifestantes para dentro de um ônibus vazio e o agrediram. Os trabalhadores reivindicam 15% de reajuste salarial.

Cerca de 9 famílias têm suas casas demolidas em uma favela no Núcleo Mulford, em Diadema - São Paulo (região Sudeste). Segundo informações do CMI, a área é de domínio da concessionária de rodovias Ecovias e da empresa Desenvolvimento Rodoviário S.A (DERSA). A retirada das famílias ocorreu com uso da força policial e anuência do governo do estado de São Paulo.

O Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) aprova que os alunos das escolas públicas terão direito a reserva de 20% das vagas na UFRJ no vestibular deste ano de 2010. Esses 20% destinados à rede pública serão preenchidos a partir das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), do Ministério de Educação. O Consuni definiu também que mais 40% das vagas serão destinadas ao SiSU, porém sem qualquer critério de cotas, e os 40% restantes ficarão com o vestibular tradicional da instituição, composto de provas discursivas. Não haverá limite de renda per capita. Não estão incluídos no sistema de cotas aprovado, os colégios de aplicação (da UFRJ e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ), os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e os Pedro II, instituições de ensino que tradicionalmente alcançam bom desempenho no vestibular da UFRJ. Não foi aprovada a existência de cotas raciais e étnicas. A argumentação do reitor Aloisio Teixeira para não aderir às cotas raciais é a de que isso potencializa a discriminação pelos brancos pobres, pois a cota racial agrediria as raízes miscigenadas da sociedade brasileira.

6º feira 13

Professores da rede municipal de Vila Velha – Espírito Santo (região Sudeste) deflagram greve para reivindicar 51% de reajuste salarial pelas perdas históricas. Além disso, eles também reivindicam a volta das eleições para diretores e exigem a transparência nas contas públicas e as cópias do documento que supostamente autorizariam a reforma de uma escola particular com dinheiro da escola pública. Outra reivindicação é a recuperação dos Conselhos de Escola, que davam autonomia para os pais de alunos participarem das decisões da escola junto à Diretoria.

Petroleiros permanecem acorrentados na sede da Petrobras, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto continua mesmo depois da interdição da plataforma P-33, decretada na noite do dia 12 de agosto pela Agencia Nacional de Petróleo (ANP),

Ao meio-dia, eles iniciaram uma manifestação para reivindicar, além de melhores condições de trabalho, um tratamento menos discriminatório para a classe. O grupo ocupa o local desde o dia 11 de agosto. Os funcionários comemoraram a interdição resultante da inspeção da ANP e da Marinha na plataforma P-33, depois de denúncias de más condições de trabalho e de riscos à segurança dos trabalhadores e cogitam entrar em greve na próxima semana. Entre as reivindicações, os funcionários filiados ao Sindipetro-RJ destacaram uma maior paridade no abono de 140% concedido para cargos de gerência, enquanto o resto da categoria teve 80% e os aposentados não tiveram nenhum abono. O sindicalista Emanuel Cancella, um dos manifestantes acorrentados, criticou a terceirização da empresa e afirmou que os próprios terceirizados são vítimas de condições ainda piores de segurança. Ele denuncia que há plataformas em que os trabalhadores não concursados são expostos a muita pressão e dormem em contêineres apertados, chamados de "plataforma-carandiru". A classe reivindica novos concursos públicos. A Petrobras afirmou que ainda não vai se pronunciar e que as negociações continuam com o sindicato.

Moradores da Ilha do Governador, zona Norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), realizam protesto no Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim contra o projeto do terminal pesqueiro que o Ministério da Pesca e Aquicultura quer implantar no bairro. De acordo com os moradores que criaram o movimento "Na Ilha Não", o terminal pode aumentar o número de aves no local, trazendo um risco para os vôos do aeroporto. Segundo Sérgio Ricardo, ambientalista e um dos integrantes do movimento, os moradores não são contra o projeto do terminal pesqueiro, desde que não seja no bairro. "O que estamos alertando é que o terminal pesqueiro é importante para o Rio, mas não na Ilha, pois o local onde eles querem instalá-lo é um bairro residencial e não industrial. Além disso, é um cone de aproximação entre o Galeão e do Santos Dumont. Com isso, instalar esse terminal vai atrair mais aves, o que vai aumentar o risco de um acidente aéreo." O Ministério da Pesca, que vai investir cerca de R$ 40 milhões na construção do terminal, informou que todos os estudos foram realizados na área e que não haverá risco algum para as aeronaves que usam o Galeão. De acordo com o ministério, não há hipótese de aumento do número de aves no local, porque o transporte do pescado será feito em material lacrado e não será feita retirada das vísceras de peixe. O projeto está sendo avaliado pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), que aguarda parecer do Ministério da Pesca sobre o enquadramento de zoneamento municipal do bairro. O processo de avaliação só poderá ser concluído depois que o parecer for emitido. Atualmente o desembarque de pescado no Rio é feito em grande parte na Ilha da Conceição, em Niterói, região metropolitana da cidade.

Sábado 14

Com aproximadamente 300 famílias, o MST ocupa a fazenda Santa Elóia, a 4 km do município de Engenheiro Navarro, na região Norte de Minas Gerais (região Sudeste). Segundo informações do site do Movimento, com essa ação, o MST chega a 9 áreas

ocupadas no estado neste ano de 2010. A propriedade, controlada pelo latifundiário Clarindo Ribeiro Veciane, tem 1400 ha e é improdutiva. O movimento alega ainda que não há notícias da última vez que o latifundiário - que mora no Rio de Janeiro - esteve na cidade nos últimos 10 anos. Há 3 mil famílias acampadas no estado. Os acampados reivindicam a desapropriação imediata do imóvel. O MST reivindica ainda que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) faça a vistoria de outras áreas em Minas Gerais.

2º feira 16

Mais 800 indígenas na Aldeia Urbana Marçal de Souza, em Campo Grande – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) participam neste dia 16 de agosto doo Sétimo Acampamento Terra Livre. O acampamento acontece uma vez por ano e é a instância máxima de decisão dos indígenas brasileiros. Neste ano eles discutem, entre outras pautas, o impacto das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sobre as terras nativas a partir de projetos como a hidrelétrica de Belo Monte e a transposição do rio São Francisco. Segundo o líder Kaiguangue, Romancil Kretã, o acampamento servirá para reorganizar a luta do movimento indígena no Brasil.

Professores da rede municipal de Vila Velha – Espírito Santo (região Sudeste) decidem manter a redução do tempo de hora/aula até que suas reivindicações sejam aceitas pelo prefeito do município. Os trabalhadores estão sem reajuste salarial há 15 meses. Desde o final do recesso escolar, as aulas passaram a ter duração de apenas 25 min para 45 mil alunos da rede pública de ensino. Segundo o diretor do Sindicato dos Professores do Espírito Santo Alexandre Carniele, a medida foi adotada depois que a Justiça determinou que 50% professores voltassem ao trabalho. Ao final do primeiro semestre, a categoria havia iniciado uma paralisação, que contou com a adesão de profissionais atuantes em mais de 100 escolas.

Médicos-residentes do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo informações da Agência Brasil, recebem proposta dos ministérios da Saúde e da Educação de reajuste de 20% o valor da bolsa-auxílio a partir de 2011. O governo criou também um grupo de trabalho para avaliar as reivindicações. Apesar da proposta, o presidente da Associação Nacional dos Médicos-Residentes, Nívio Moreira, informou que, em princípio, está mantida a greve da categoria, marcada para o dia 17 de agosto. Os residentes reivindicam reajuste de 38,7% no auxílio mensal que está congelado em R$ 1.916,45 desde 2006, segundo a associação. Conforme o Ministério da Saúde, outros pedidos da categoria estão sob análise, como ampliação da licença-maternidade de 4 para 6 meses e a implantação da licença-paternidade de 5 dias. De acordo com a pasta, as duas reivindicações estão previstas em um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional.

O Ministério da Justiça cumpre parte das determinações da Organização dos Estados Americanos (OEA) e publica no jornal O Globo e no Diário Oficial do Estado do Paraná a sentença que condena o Brasil no caso da morte do agricultor Sétimo Garibaldi, assassinado há 11 anos. O País foi considerado culpado na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, com sede na Costa Rica, pela não-responsabilização dos envolvidos no assassinato de Garibaldi. Sétimo Garibaldi foi assassinado durante um confronto no acampamento do MST na Fazenda São Francisco, em Querência do Norte, noroeste do Paraná (região Sul). Segundo testemunhas, ele foi alvejado por atiradores encapuzados. Uma das balas atingiu sua perna e ele morreu a caminho do hospital. O inquérito se arrastou de 1998 a 2004 e foi arquivado sem apontar culpados.

3º feira 17

Reitores realizam reunião com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, e com o Secretário de Recursos do TCU, Júnios Marques, para pedir a continuidade do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). O Pronera está proibido há um ano e meio de firmar convênios com universidades. A decisão partiu do Tribunal de Contas da União por denúncia de corrupção em um convênio com a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). "Para a UnB é fundamental dispor de sua função acadêmica para contribuir e construir uma sociedade solidária", diz o reitor da Universidade de Brasília (UnB), professor José Geraldo de Sousa Junior, em reunião com reitores e professores de universidades brasileiras, representantes do MST e do Incra. Aplaudido por todos os presentes, o reitor da UnB argumenta que as universidades devem ser livres para formular suas parcerias. O coordenador do setor de educação do MST, Edgar Kolling, conta que durante a paralisação dos convênios, 50 mil pessoas deixaram de entrar em processo de escolarização. "Nós temos pressa. O Pronera é a política pública mais eficaz na nossa história. Formamos uma grande massa crítica. Isso antes era um trabalho da Igreja. É gente pobre que está proibida de estudar", argumenta. Júnios Marques, secretário de Recursos do TCU, reconhece a importância do encontro para entender melhor o caso. A Secretaria de Recursos do TCU se comprometeu a dar um parecer técnico, que seguirá para o ministro Augusto Nardes e, por último, pelo colegiado de ministros, que irão decidir o futuro do Pronera.

O Inea, órgão vinculado à Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, autua a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) por poluir o meio ambiente com partículas de óxidos metálicos que se espalharam pelos arredores da usina, em Santa Cruz, na zona oeste do Rio de janeiro – RJ (região Sudeste). A multa pode chegar a R$ 2 milhões. Segundo o presidente do Inea, Luiz Firmino, a existência de equipamentos de controle no local apropriado para fazer o lingotamento evitaria problemas de poluição. Ele explicou, entretanto, que a companhia está com um excedente de produção de 20%, que está sendo descarregado em poços de emergência. "Esse ponto é que está gerando essa

fuga de material. Então, além da autuação por emissão de material particulado, eles foram notificados a reduzir a produção para se adequar às condições". O prazo estabelecido para que a companhia cumpra a determinação é de 5 dias. Firmino reconheceu que a fábrica está no início de operação que envolve testes e que problemas podem ocorrer. Advertiu, contudo, que "um poço de emergência não pode ficar sendo usado. Deve ser usado só mesmo em emergência". Em nota a CSA, controlada pela ThyssenKrupp, da Alemanha, informou que o serviço de monitoramento do ar no entorno da usina continua ativo. Acrescentou que as informações são repassadas às autoridades ambientais em tempo real, por 3 estações instaladas na siderúrgica. Segundo a nota, não vêm sendo registradas alterações no acompanhamento. A empresa informou ainda que as comunidades localizadas nas imediações também estão sendo comunicadas, de forma permanente, das atividades da usina. "A CSA informa ainda que se encontra em fase de pré-operação e que seu complexo siderúrgico utiliza a mais avançada tecnologia de filtros disponível. Esclarece também que mantém os níveis mínimos de produção de seu alto-forno, recém-inaugurado, para minimizar a emissão de poeira e garantir a segurança operacional". Em vistoria efetuada no dia 13 de agosto na siderúrgica e nos locais atingidos, técnicos do Inea constataram que as partículas provinham, em sua maioria, de operações ligadas ao processo de resfriamento do ferro-gusa após sua produção no alto forno.

Cerca de 17 mil médicos-residentes em todo país entram em greve para reivindicar reajuste de 38,7% no valor da bolsa-auxílio. Eles também querem o pagamento da décima terceira bolsa, além de auxílio-moradia, auxílio-alimentação, e o aumento da licença-maternidade de 4 para 6 meses. De acordo com o presidente da Associação Brasiliense de Médicos Residentes, Cassio Rodrigues, no dia 13 de julho, eles entregaram um documento com as reivindicações aos ministérios da Educação e da Saúde, mas não houve negociação. Atualmente, os residentes recebem bolsa-auxílio no valor de R$ 1.916,45. De acordo com o Ministério da Saúde, a proposta de reajuste de 20% no valor da bolsa a partir de 2011 só foi possível por meio do remanejamento de recursos de outros projetos dos órgãos financiadores. De acordo com Ministério da Saúde, algumas reivindicações dos médicos-residentes, como o auxílio-moradia e o auxílio-alimentação, são de categorias trabalhistas e não devem ser consideradas já que eles ainda são estudantes em processo de formação profissional. O Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou nota em que considera justa e ética a greve dos médicos-residentes. O órgão recomenda que 30% dos residentes mantenham o atendimento de emergência e nas unidades de Terapia Intensiva (UTI). A Associação Nacional dos Médicos-Residentes (ANMR) informou que a maioria das assembleias estaduais rejeitou a proposta do governo federal de reajustar em 20% a bolsa-auxílio a partir de 2011 e defende a continuação da greve. A estimativa da associação é de que 80% dos 22 mil residentes da rede pública federal de saúde aderiram à paralisação. Aderiram à paralisação, ainda segundo a ANMR, instituições do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima (região Norte), Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí , Sergipe, Rio Grande do Norte (região Nordeste), Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, (região Centro - Oeste), Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo (região Sudeste), Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná (região Sul).

Bancários do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) realizam ato na Avenida Rio Branco, e depois entregam a proposta com as reivindicações da categoria à Federação dos Bancos. Atores da Companhia de Emergência Teatral encenaram *Os Sete Pecados Capitais dos Banqueiros* como marco para o lançamento da campanha nacional salarial. Os bancários reivindicam principalmente a garantia do emprego e o reajuste salarial de 11%. O presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Almir Aguiar, afirma que a principal reivindicação dos trabalhadores é a garantia do emprego. Ele destaca que os bancos tiveram uma alta lucratividade no período da crise financeira mundial e que a fusão de empresas nacionais tem gerado grande concorrência, mas deixado os trabalhadores em segundo plano. Ainda segundo o sindicalista, o governo atuou de forma incisiva para conter os efeitos da crise financeira internacional e, independentemente da crise, os bancos brasileiros ganharam muito dinheiro: "Por isso é necessária a divisão. Queremos também a participação nos lucros e resultados, que são 3 salários mais R$ 4 mil, assim a categoria vai alcançar as suas necessidades junto com um conjunto de propostas que apresentamos à [*Federação Brasileira de Bancos*] Febraban", disse. Os trabalhadores também reivindicam cesta-alimentação e tíquete-refeição no valor de R$ 510, fim do assédio moral e das metas abusivas, novas contratações e melhores condições de atendimento. A Febraban informou que recebeu no dia 11 as reivindicações dos trabalhadores e que os bancos associados vão avaliar as pautas.

Cerca de 200 agentes penitenciários ocupam a Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federa (região Centro-oeste). Cerca de 400 policiais e servidores penais ocupam o Salão Verde da Câmara para pressionar os deputados a votar as propostas de emenda à Constituição que beneficia a categoria. A falta de quórum e de um acordo entre lideranças do governo e da oposição inviabilizou o esforço concentrado que a Câmara faria nesta semana. A categoria busca pressionar os deputados a votarem as propostas de emenda à Constituição (PECs 300 e 308). A PEC 300 cria o piso salarial nacional para os policiais e bombeiros e a PEC 308 regulamenta a carreira dos servidores da área penitenciária (inspetores e agentes) e transforma a carreira em Policia Penal. Antes de ocuparem o ocal, houve um confronto entre os policiais legislativos (seguranças da Câmara) e os manifestantes. Os seguranças da Câmara tentaram impedir que os manifestantes se dirigissem ao Salão Verde, mas não conseguiram conter os manifestantes.

4º feira 18

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decide aplicar multa de R$5 milhões à empresa Lima Araújo Agropecuária, sediada no Pará (região Norte), pela exploração de trabalhadores em condições análogas á de escravos. A ação foi movida pelo Ministério Público do Trabalho, que acusa a empresa de ter mantido 180 trabalhadores, entre eles adolescentes, em condições desumanas. A Lima Araújo Agropecuária já havia sido condenada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Pará a pagar R$ 5 milhões por

dano moral coletivo e reincidência na utilização de trabalho escravo. Este foi o primeiro processo contra trabalho escravo julgado na Justiça brasileira, flagrado em 1998. O relator do processo, o ministro Luiz Philippe Vieira de Melo Filho afirma que as irregularidades, confirmadas em 5 vistorias, configuram "graves violações de valores éticos e da dignidade humana". Mantidos sob vigilância de seguranças armados, que os impedia de sair das propriedades, os trabalhadores viviam em alojamentos imundos, sem alimentação adequada e água potável. Eles não recebiam salário regular e alguns estavam doentes. O diretor de desenvolvimento do grupo, Pedro Vieira, ex-prefeito de Maceió, diz que a empresa vai recorrer. A condenação foi por dano moral coletivo e o dinheiro será revertido para um fundo destinado a prevenir e reprimir o trabalho degradante. A direção da agropecuária Lima emitiu nota afirmando que: "Por trás desta cortina de acusação existem outros interesses. É tão absurda que num momento o procurador propôs um valor de R$ 22 milhões, na audiência aumentou para R$ 85 milhões e em instância superior a multa foi de R$ 5 milhões".

A greve nacional dos médicos-residentes continua sem previsão de acabar no Rio de Janeiro (região Sudeste). O presidente da ANMP, Luiz Carlos Argolo, criticou a entrada da Fenam nas negociações com o governo federal sobre a greve dos peritos médicos. Para Argolo, foi uma "intromissão". A perícia médica previdenciária está em greve desde o dia 22 de junho. Pelos cálculos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mais de 400 mil perícias deixaram de ser feitas no período. Argolo disse que a entrada da Fenam nas negociações cria uma "confusão" entre a atividade do perito e o atendimento médico emergencial. Ele rechaçou a proposta apresentada pela Fenam, no dia 17, de promover mutirões para atender aos segurados do INSS que aguardam a perícia. "Infelizmente, a truculência está vindo de todos os lados, do governo e da Fenam, pela sua intromissão", disse Argolo. Ele garantiu que o processo de negociação estava em andamento e que a associação havia aceitado, ainda que de forma parcial, a proposta apresentada pelo governo – com exceções que tratam, por exemplo, do que chamou de autonomia do perito médico."É a autonomia de gerenciar a atividade. Não podemos atender mais do que 12 segurados e o tempo [*jornada de trabalho*] não pode ser maior do que 6h", explicou. "A greve é cumulativa. Quanto mais se demora para resolver, o passivo vai aumentando", alertou. Argolo disse ainda que o país tem um déficit de mais de mil médicos para a área de perícia do INSS. Para Argolo, a saída se resume na abertura de concursos públicos. Apesar de se tratar de ano eleitoral, cuja legislação específica dificulta a homologação de concursos, ele sugeriu que o Ministério da Previdência convoque os 250 candidatos aprovados no último concurso feito pela pasta. A associação dos Médicos Residentes do Estado de São Paulo (Ameresp) lançou nota crítica à forma e ao momento em que se organiza greve nacional da categoria. A entidade paulista, entretanto afirma que a pauta é justa e consensual dentro do movimento de médicos residentes. O ex-presidente da Ameresp, João Paulo Cechinel Souza, informou que os residentes correspondem a quase 70% dos médicos do Sistema Único de Saúde (SUS).

5º feira 19

Entidades jurídicas, representantes do Ministério Público (MP) e Organizações Não-Governamentais (ONGs) promovem ato público na Câmara dos Deputados Federal contra as alterações no Código Florestal, propostas pelo deputado federal por São Paulo (região Sudeste) Aldo Rebelo do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O ato é coordenado pela Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) e Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Participam membros do Greenpeace e SOS Mata Atlântica e deputados federais. Segundo o presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, o objetivo do ato é abrir o diálogo. "Queremos colocar à disposição desta Casa a larga experiência dos procuradores da República nesta matéria." O ato terminou com a entrega de moção contra a aprovação do projeto de Aldo Rebelo e nota técnica ao vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcos Maia do Partido dos Trabalhadores (PT) do Rio Grande do Sul (região Sul).

A sétima edição do Acampamento Terra Livre, termina com um ato público pelas ruas de Campo Grande - Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste). A retomada imediata dos processos de demarcação das terras dos povos indígenas marcou o debate das organizações durante as discussões do Acampamento. O fórum agregou cerca de 800 indígenas de todas as regiões do país. O secretário-adjunto do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Cléber Buzatto, participou do Acampamento chamou a atenção para a realização do encontro no estado do Mato Grosso do Sul, onde são constantes as denúncias de violação dos direitos humanos contra os índios. “Na nossa avaliação foi altamente positivo a realização do encontro. E a realização naquele local não se deu de modo eventual, [mas] foi uma definição do movimento indígena para chamar a atenção para a realidade vivida pelos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, de modo especial o povo Guarani Kaiowá e o povo Terena para a situação de grande violência pela qual passam esses povos.” Os participantes aprovaram um documento final abordando a política indigenista no país. No documento os indígenas fazem considerações sobre uma série de reivindicações do movimento, principalmente sobre a questão da demarcação de terras para os indígenas e a saúde pública.

A Shell do Brasil e a Basf são condenadas pela Justiça do Trabalho a pagar tratamento médico e indenizações a ex-funcionários que trabalharam numa fábrica de agrotóxicos em Paulínia, São Paulo (região Sudeste). No total, os empregados devem receber cerca de R$ 1,1 bilhão, segundo estimativa da juíza Maria Inês Correa de Cerqueira César, da Vara do Trabalho de Paulínia. A ação estava tramitando há três anos e foi alvo de várias liminares até a decisão em primeira instância ser concedida. Cada uma das empresas arcará com 50% dos custos da indenização porque a fábrica já pertenceu às duas: foi aberta na década de 1970 pela Shell e vendida, 20 anos depois, à multinacional Cyanamid, adquirida pela Basf em 2000. Dos mil empregados registrados que teriam direito a receber tratamento e indenização, 64 morreram enquanto a investigação do Ministério Público do Trabalho (MPT), autor da ação coletiva, estava em curso. Todos tinham menos de 60 anos. Para uma das pesquisas que serviu como prova do processo, 69 trabalhadores foram examinados – chegou-se a uma média de 6 doenças por pessoa.

Além de ter de custear, a partir de 30 de setembro, tratamento médico para essas pessoas e seus filhos, Shell e Basf terão de pagar R$ 768 milhões por danos morais. Além disso, cada ex-funcionário vai receber R$ 34,5 mil, que corresponde ao valor economizado pelas empresas nos últimos anos por não terem prestado assistência aos empregados. Os benefícios se estendem a outras 2 mil pessoas que, segundo estimativa do MPT, trabalharam como autônomos ou terceirizados na fábrica. Mas elas só terão direito ao tratamento e à indenização se forem à Justiça nos próximos 90 dias. Em nota, a Basf disse que a decisão é "absurda", já que a contaminação foi "causada e assumida pela Shell". A Shell, por sua vez, definiu a decisão como "descabida", "pois entende inexistentes quaisquer evidências técnicas de que a situação ambiental de suas antigas instalações fabris tenha resultado em exposição ou agravamento da saúde de pessoas". As duas empresas vão recorrer ao Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região. Segundo informações da Agência Brasil, a planta industrial da Shell, posteriormente comprada pela Basf, contaminou o solo e as águas subterrâneas com produtos químicos como o aldrin, endrin e dieldrin, compostos por substâncias altamente cancerígenas, às quais os trabalhadores foram expostos. A Shell contratou, no início da década de 1990, uma consultoria ambiental internacional que constatou a existência de contaminação do solo e dos lençóis freáticos (reservas de água subterrânea) de sua planta em Paulínia. A empresa foi obrigada a fazer uma autodenúncia à Procuradoria do Meio Ambiente do município, que resultou um Termo de Ajuste de Conduta. No documento, a Shell reconhecia a contaminação do solo e das águas subterrâneas. A Shell e a Basf têm 5 dias, a contar deste dia 19, para publicar um edital de convocação dos trabalhadores e descendentes abrangidos pela decisão, nas duas maiores emissoras de TV do país, em duas oportunidades. A Basf deverá divulgar o comunicado em dois jornais de grande circulação, em dois domingos, sob pena de multa diária de R$ 100 mil. A juíza também proferiu, na mesma sentença, a decisão sobre ação ajuizada pelo Sindicato dos Químicos, contra as empresas, determinando indenização de R$ 20 mil por trabalhador, por ano trabalhado, valor que deve ser corrigido e acrescido de juros e correção monetária.

Os médicos-residentes que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) no estado de São Paulo (região Sudeste) aderem ao movimento nacional de paralisação da categoria, iniciado no dia 17 de agosto. Eles realizaram um ato, seguido de assembleia, no final da manhã, sob o vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp). Segundo o presidente da Associação de Médicos-Residentes do Hospital Emílio Ribas, Eder Gatti, cerca de 45% dos 22 mil médicos residentes do país estão em São Paulo. A categoria reivindica reajuste de 38,7% sobre a bolsa-auxilio de R$ 1.916,45, além de outras melhorias. “Nós queremos resgatar o valor da bolsa de 2002 , disse Gatti, observando que o reajuste de 20% oferecido pelo governo federal só repõe as perdas inflacionárias. Para ele, as negociações deveriam ser feitas também com os governos municipal e estadual.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) decreta o fim da greve dos professores da rede municipal de Goiânia - Goiás (região Centro-oeste), iniciada no dia 20 de maio. Segundo os professores, o sindicato tomou a medida sem a aquiescência dos grevistas, numa decisão "antidemocrática". De acordo com a presidente do Sintego,

Iêda Leal, menos de 1% da categoria ainda estava em greve, o que inviabilizou a continuidade da paralisação. Os grevistas afirmam que a maior parte da categoria pretendia continuar o movimento grevista, pois suas reivindicações não foram atendidas pela Prefeitura, que não se mostra disposta a negociar. Segundo informações da Agência Brasil, enquanto a lei define R$1.312 como piso salarial para o profissional com magistério, a Prefeitura de Goiânia paga R$1.024 para os Professores com nível superior. Leal afirma que o Ministério Público também foi omisso, pois em nenhum momento pressionou a Prefeitura para o cumprimento da lei do piso, ou mesmo sobre as denúncias de superfaturamento, comprovadas por processos instaurados pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Alguns trabalhadores realizaram uma assembléia para destituição da direção do sindicato, mas nada foi decidido. Os trabalhadores que fazem parte do Comando de Greve criaram o Fórum de Defesa da Educação Pública Municipal, na forma de auto-gestão e pretendem fazer deste, um espaço de participação de pais e alunos para cobrar das autoridades o investimento justo para a educação.

6º feira 20

Integrantes do MST realizam manifestações em 4 regiões do Rio Grande do Sul (região Sul) para lembrar o assassinato do sem-terra Elton Brum da Silva. Em Porto Alegre, cerca de 300 pessoas foram ao pátio do Incra. Em Palmeira das Missões, no Norte do estado, os sem-terra bloqueiaram a BR-569 e, em Júlio de Castilhos, na região central, a BR-158. Cerca de 100 integrantes do MST bloqueiam a BR-290 em São Gabriel, na Fronteira Oeste gaúcha. As mobilizações lembram um ano de impunidade na morte de Elton, que foi assassinado em 21 de agosto de 2009 por um PM durante despejo violento realizado pela Brigada Militar na Fazenda Southall, em São Gabriel, Rio Grande do Sul. O policial que atirou contra Elton ainda não foi julgado e o governo estadual, que ordenou a polícia a fazer o despejo, nem sequer foi responsabilizado. Os sem-terra também protestam contra a morosidade dos governos federal e estadual em fazer a Reforma Agrária e a prioridade dada ao agronegócio, que também são causas da violência no campo. No final do protesto em Porto Alegre, os sem terra entregaram um documento com reivindicações ao Incra. Entre os itens, os trabalhadores criticam a nova normativa do órgão federal para selecionar as famílias que serão assentadas no Estado. Conforme os militantes, esta normativa do Incra exige que as famílias comprovem, entre outros itens, registro em carteira de trabalho, o que não é comum entre os trabalhadores do campo.

A Secretaria do Ambiente do Rio de Janeiro divulga estar preocupada com a emissão de poluentes provocada pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), instalada no bairro de Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro (região Sudeste). O alto-forno número 1 da empresa apresentou problemas na semana passada e acabou lançando na atmosfera partículas tóxicas, principalmente de óxido metálico, afetando os moradores vizinhos, que fizeram a denúncia ao órgão estadual.A secretária do Ambiente, Marilene

Ramos, esteve neste dia 20 de agosto na siderúrgica e informou que está fazendo um levantamento junto aos postos de saúde para saber se alguém chegou a procurar atendimento médico por causa da poluição. Após as denúncias, o Inea autuou a empresa por crime ambiental, no último dia 16. A CSA, controlada pela ThyssenKrupp, da Alemanha, iniciou a fase de testes do alto forno no dia 13 de julho. Marilene Ramos reconheceu que nessa fase de testes é normal que ocorram ajustes na produção. Salientou, porém, que a empresa errou ao não comunicar os problemas imediatamente ao órgão licenciador do estado.Segundo a secretária, essa "é uma situação inaceitável" e pode servir como agravante na fixação da multa aplicada à CSA, cujo valor será definido até o próximo dia 30 pelo Inea. A multa pode variar entre R$ 800 e R$ 2 milhões. O presidente do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Luiz Firmino, afirmou que essa falha pode gerar novas exigências por parte da secretaria, com repercussão, inclusive, no licenciamento ambiental da CSA. A empresa já vem adotando as medidas recomendadas pelo Inea, entre as quais a redução da produção de ferro-gusa de 7,5 mil toneladas diárias para 3,2 mil toneladas/dia. As medidas já conseguiram amenizar a presença de poluentes em suspensão, de acordo com testemunhos dados por moradores à secretária. Algumas pessoas se queixaram de ardência nos olhos em razão do pó emitido pela usina. Marilene Ramos deixou claro, entretanto, que a solução definitiva do problema só ocorrerá quando a aciaria, onde o ferro-gusa é transformado em aço, entrar em funcionamento, daqui a 15 dias.

Pelo menos 150 caminhoneiros realizam um protesto no pátio da empresa Cutrale, que fica cerca de 5 km da fábrica, em Araraquara - São Paulo (região Sudeste). O motivo era a extensa fila formada para o descarregamento da laranja. Só os caminhões contratados pela própria empresa estariam descarregando com rapidez, assim que chegavam segundo os manifestantes. Vários caminhoneiros terceirizados por citricultores estavam na fila desde o dia 17 de agosto. A empresa alega que o mercado de sucos está aquecido e a fábrica está no limite máximo de sua produção, mas não revela números. O protesto gerou um acordo. Na madrugada entrarão para descarga 5 filas de caminhões terceirizados (12 cada uma) e a partir da manhã entrarão veículos em filas separadas, ou seja, uma dos terceirizados e outra da empresa. O acordo, porém, vale até 5 horas da madrugada do dia 23. "Se isso não for mantido na próxima semana, poderemos protestar novamente", garante o caminhoneiro Adenilson Fernando Dezecchi, de Cerqueira César.

Domingo 22

Cerca de 300 pessoas participaram na orla de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro (região Sudeste), da passeata Humor Sem Censura. O ato é um protesto contra a Lei 9.504, aprovada em 1997, que proíbe satirizar ou ridicularizar candidatos e partidos políticos durante o período de campanha eleitoral. Organizada pelo humorista Fábio Porchat, do grupo Comédia em Pé, a manifestação contou com a presença de comediantes famosos, vários deles integrantes de programas populares de televisão

como *Pânico na TV*, *Casseta e Planeta Urgente* e *CQC*, que têm como ingredientes clássicos justamente a sátira política. A passeata dá sequência a um movimento iniciado nas redes sociais da internet contra a Lei 9.504. Os organizadores pretendem encaminhar ao Ministério da Cultura e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um manifesto pedindo o fim da censura às piadas.

2º feira 23

O MST, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), União Nacional dos Estudantes (UNE), Cebrapaz e Assembléia Popular, entre outras entidades, fazem um ato em frente ao Consulado da Colômbia em São Paulo - SP (região Sudeste). Eles protestam contra as perseguições, violência e assassinatos de membros de organizações sociais no país vizinho. As entidades brasileiras protocolaram uma carta, endereçada ao novo presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos que afirma: "Nós, organizações brasileiras enviamos nossos representantes para diversas atividades de apoio ao povo colombiano e estamos nas ruas de São Paulo e de várias partes do mundo em solidariedade às 2500 mulheres e homens que realizam neste dia 23 de agosto, na Colômbia, uma ação contra a militarização e a presença de bases militares estrangeiras na América Latina. Respaldamos as justas demandas das entidades colombianas e nos dirigimos ao seu governo para insistir que se busque reparar todas as violações à vida, à liberdade e à integridade de dirigentes e membros das organizações sociais colombianas."

Os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito, que está sendo construída sob o rio Tocantins, entre o estado de Tocantins (Norte) e Maranhão (Nordeste), marcham por mais de 125 km, cobrando das empresas responsáveis pela obra, seus direitos e reivindicações feitas há mais de um ano, tempo em que estão acampados próximo à área de construção da Usina. A marcha saiu da cidade de Araguaína, Tocantins, em direção ao município de Estreito - Maranhão. É lançado, também, o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra. São realizados momentos de formação política com os militantes sobre direitos humanos, os impactos dos grandes projetos, os direitos dos trabalhadores atingidos por eles e a presença do agronegócio no campo brasileiro. Fazem parte da marcha famílias do Movimento por Atingidos por Barragem (MAB), do MST e famílias acompanhadas pela CPT.

Os médicos residentes promovem manifestações em diversos estados do Brasil. A categoria está em greve desde o dia 17 de agosto, para reivindicar reajuste de 38,7% na bolsa-auxílio, hoje em R$ 1.916,45. Segundo a Associação de Médicos Residentes de São Paulo (Ameresp), em 2006, após movimento de greve dos residentes, o governo se comprometeu com o reajuste das bolsas em 23,7%. Como a promessa não foi cumprida, a defasagem da bolsa cresceu e hoje chega a 38,7%. O ministro da Saúde, José Gomes

Temporão, disse na semana passada que compreende a reivindicação, mas lembrou que a greve prejudica o atendimento e compromete a formação dos estudantes. O governo sinalizou com um aumento de 20% na proposta já feita.

Artistas de rua realizam uma manifestação pelo cumprimento do artigo constitucional que prevê a livre expressão artística em espaços públicos. O protesto foi feito na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), e fez parte de uma mobilização nacional. Segundo Richard Riguetti, articulador da Rede Brasileira de Teatro de Rua no Rio, os artistas estão enfrentando muitas dificuldades devido à privatização dos espaços públicos abertos. Ele critica o fato de a cultura ser administrada pela Secretaria de Ordem Pública no Rio de Janeiro, em vez do órgão de cultura. "Estamos fazendo uma manifestação em todas as capitais do Brasil, colocando os artistas para esclarecer a população que essa atividade que nós fazemos é saudável para a cidade. Traz muitos benefícios como a ocupação dos espaços públicos, a diminuição da violência, o exercício da cidadania", afirmou Riguetti. O ativista deu exemplos de proibição de atividades em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul), onde as pessoas não estão podendo jogar malabares nos sinais, e em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), onde ocorreram problemas em várias praças, inclusive na Praça da Liberdade onde foi exigida uma autorização da Vale do Rio Doce para manifestações artísticas. No Rio de Janeiro, ele relatou recentes proibições no Largo do Machado, na zona sul da cidade, e em Campo Grande, zona oeste. A secretária municipal de Cultura, Ana Luisa Lima, afirmou que não concorda que haja falta de fomento e adiantou que será feito um decreto de liberação das atividades artísticas de rua. A Secretaria Municipal de Ordem Pública não se manifestou, apenas adiantou que desconhece qualquer tipo de proibição em relação à manifestações artísticas nas ruas cariocas.

3º feira 24

Os médicos-residentes de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), realizam ato para reivindicar o reajuste de 38,7% na bolsa auxílio paga à categoria. Acompanhados por um carro do Corpo de Bombeiros, os profissionais andaram do ambulatório do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) até o Hospital Regional da Asa Norte (Hran). Durante o trajeto, os manifestantes ocuparam duas das três faixas da pista, causando problemas aos motoristas. Os residentes também distribuíram panfletos, nos quais explicam o motivo da greve e pedem o apoio da população. A categoria rejeitou, na semana passada, a oferta de aumento de 20%. Os representantes estaduais dos residentes esperam ainda esta semana uma reunião com o Ministério da Educação para negociar o reajuste. Além do aumento na bolsa auxílio, de R$ 1.916,45, os residentes pedem a extensão do auxílio-moradia e auxílio-alimentação para todo o território nacional – benefícios concedidos somente para os brasilienses – o aumento da licença-maternidade da residente de 4 para 6 meses e o adicional por insalubridade.

Os médicos-residentes dos 6 hospitais federais do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) Depois de uma semana de paralisação, realizam no Hospital da Lagoa, na zona sul do Rio, uma assembleia geral e fazem caminhada pelas ruas da zona sul da cidade. Segundo informações da Agência Brasil, no Rio, 80% dos 950 médicos-residentes dos hospitais da Lagoa, Ipanema, Geral de Bonsucesso, Servidores do Estado, Andaraí e Cardoso Fontes aderiram à paralisação. Segundo a presidente da Associação dos Médicos-Residentes do Estado do Rio de Janeiro, Beatriz Costa, a greve não deve trazer nenhum impacto à população. O Ministério da Saúde confirmou que a greve não está atrapalhando o funcionamento dos hospitais e ressaltou que nem todos os médicos-residentes estão em greve. A categoria quer 38,7% de aumento na bolsa-auxílio.

Lideranças indígenas de 16 comunidades de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) cobram do presidente Luiz Inácio Lula da Silva agilidade na demarcação de suas terras. A reivindicação foi feita durante encontro com Lula em Dourados, distante 225 Km da capital Campo Grande, onde vivem cerca de 40 mil índios da etnia Guarani Kaiowá, uma das maiores do Brasil. Segundo a Funai, eles ocupam pouco mais de 18 mil ha de terras e têm dificuldades para manter sua cultura e até para cultivar alimentos para subsistência. Em novembro de 2007, a Funai firmou um acordo com o Ministério Público Federal comprometendo-se em realizar estudos antropológicos para a ampliação das áreas ocupadas pelos Kaiowá. Entretanto, disputas judiciais entre associações de produtores rurais do estado e o órgão federal impediram à conclusão dos trabalhos de pesquisa, iniciados em julho de 2008. Dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apontam que o sul de Mato Grosso do Sul é a região com piores indicadores sociais entre todas habitadas por índios no país. Nos últimos 5 anos, cerca de 200 índios foram assassinados, 150 cometeram suicídio e 100 crianças morreram de desnutrição. Segundo ele, Lula comprometeu-se com os índios da região a acelerar os estudos para a demarcação. O líder indígena afirmou ainda estar otimista quanto à solução do problema. Ele disse que a Funai conseguiu anular neste mês no Supremo Tribunal Federal (STF) uma decisão liminar que exigia que antropólogos alertassem com 10 dias de antecedência os proprietários de áreas que seriam vistoriadas em busca de vestígios de ocupação indígena.A decisão do STF, informou a Funai, deve agilizar a finalização dos estudos. A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) informou que entrou hoje com um recurso no próprio STF para tentar reverter a decisão. O advogado da entidade, Gustavo Passarelli, disse que acredita na Justiça para impedir a desapropriação de terras produtivas no estado para que elas sejam transformadas em reservas indígenas.

Mais de 600 pessoas em situação de rua saem em marcha da Catedral de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em direção ao Senado. A manifestação é resultado da Segunda Marcha organizada pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) para denunciar o aumento da violência nas cidades brasileiras cometida contra os moradores de rua. Desde o ano 2000 a população de rua está se organizando em fóruns e manifestações devido a proximidade dos megaeventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas. A população já sente o aumento da violência causada por meio das

chamadas “operações limpeza”. Entre outras ações, esse tipo de operação inclui atirar jatos d’água para dispersar a população que vive na rua.

4º feira 25

Estudo feito pelo, Instituto Polis e mais 6 organizações parceiras, nos últimos 3 anos com jovens de 6 países da América do Sul (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia) pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) constata que a juventude sul–americana é mais escolarizada atualmente do que as gerações passadas. Sobre a religião, a percepção é que os jovens de hoje têm fé, mas não assumem uma religião. Acreditam em alguma coisa, mas não têm uma crença definida. Apesar desse avanço, segundo o estudo, a educação continua aparecendo como uma das mais fortes demandas entre os jovens organizados, segundo o estudo, que será divulgado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). No caso do Brasil, os jovens priorizam a questão do passe livre ou da meia passagem, como forma no transporte público. O mesmo ocorre nos movimentos de jovens do Paraguai. Já no Chile, a pesquisa revela que a maior luta é a favor de mudanças na legislação em relação à educação pública. A lista elaborada pelo Ibase e seus parceiros prioriza, ainda, reivindicações da juventude sobre cultura, segurança pública e respeito aos direitos humanos, meio ambiente, transportes, saúde, moradia e participação. Outro aspecto de destaque na pesquisa sobre a juventude da América do Sul é a questão do acesso à *internet*, a chamada conectividade. Essas três características (escolaridade, religiosidade, acesso à *internet*) foram os focos das pequisas.

Cerca de 200 moradores do Morro do Bumba, em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste) - onde dezenas de pessoas morreram em consequência dos temporais do início de abril - realizam um protesto contra a construção de uma praça e um monumento às vítimas dos desabamentos na comunidade. Os manifestantes reivindicam o pagamento em dia do aluguel social e exigem a construção de um conjunto habitacional paras as vítimas do desabamento, em vez do monumento. As lideranças alegam que alguns moradores ainda não receberam o aluguel social da prefeitura de Niterói e ainda há famílias morando em abrigos em condições precárias. Os manifestantes seguiram em passeata do Morro do Bumba até a sede da prefeitura. De acordo com a prefeitura de Niterói, não está previsto nenhum monumento em homenagem às vítimas para o local. “O governo municipal desapropriou uma área de 5 mil metros quadrados, próximo ao Morro do Bumba, e elaborou um projeto para construção de 9 prédios residenciais, com um total de 180 apartamentos, cuja obras serão executadas pelo governo do Estado”, informou a prefeitura, por meio da assessoria. Sobre o pagamento do aluguel social, a prefeitura informou que já pagou para 3,2 mil famílias 3 das 6 parcelas previstas. A quarta parcela do benefício deve ser paga na próxima semana. A prefeitura está negociando com alguns bancos a possibilidade de fazer estes pagamentos por via bancária.

A Décima nona Vara da Justiça Federal em São Paulo determina que o INSS contrate, em caráter emergencial, médicos para realizarem perícias, atendendo parcialmente pedido do Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo (região Sudeste). No pedido, o MPF alega que está ocorrendo demora na execução das perícias, por causa da greve dos peritos, iniciada no dia 22 de junho. O INSS estima que cerca de 400 mil perícias deixaram de ser feitas desde o início da paralisação. Em sua decisão, o juiz José Carlos Motta reconheceu como "legítimo e justo" o movimento grevista, porém afirmou que o direito do segurado não pode ser prejudicado por conta da paralisação. O ministro da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, afirmou que "A contratação de terceirizados só ocorrerá se a negociação, que no momento está a cargo da *Fenam*, não prosperar".

Um ativista do Greenpeace sobe a rampa do palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), com um painel usado para captar energia solar e uma faixa com a frase "Faltou solar na reforma do Planalto". A intenção, de acordo com o ativista do Greenpeace André Amaral, era entregar a placa ao presidente Lula, como protesto por não ter sido dada prioridade ao uso de energia solar no prédio. A placa solar e também uma carta do Greenpeace endereçada ao presidente Lula foram entregues a um segurança da Presidência da República. Um trecho da carta afirma que "incorporar painéis solares ao centro do poder no país funcionaria como uma fonte de sinalização de que o Brasil trilhará o caminho do desenvolvimento".

As famílias da Comunidade Raízes da Praia ocupam a sede da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor) para reivindicar o pagamento do terreno que ocupam e um indicativo para o início das obras de construção das habitações populares. A ocupação do terreno foi realizada no dia 03 de julho de 2009, na Praia do Futuro em Fortaleza - Ceará (região Nordeste) pelo Movimento dos Conselhos Populares (MCP) e desde então 80 famílias vivem ali em condições precárias. Elas denunciam o descaso da Prefeitura que há mais de 1 ano promete o pagamento do terreno e a construção de moradias populares pelo projeto "Minha casa, Minha vida", do governo federal. A comunidade, entretanto, não quer a casa pelo projeto porque as famílias terão que pagar pela moradia, o que está fora das suas condições. O terreno ocupado tem 8 lotes, sendo 4 do Grupo Otoch e o restante de outros proprietários. Até o momento só está sendo negociado o pagamento do terreno do referido grupo. No entanto, tanto a comunidade quanto a Habitafor afirmam que não é possível construir 80 habitações populares em apenas 4 lotes, mesmo que sejam construídas com térreo e 3 andares. A Habitafor promete enviar a ordem de pagamento para a Procuradoria ainda neste dia 25 de agosto. Uma equipe técnica da Prefeitura vai à comunidade fazer uma análise dos outros lotes e localizar os proprietários para dar continuidade ao processo de desapropriação.

Famílias organizadas no Movimento Popular Terra Livre, que ocupam a Fazenda Varginha, na cidade de Rio Verde – Goiás (região Centro-oeste) desde o dia 22 de agosto, são despejadas. Duas viaturas da Grupo de Patrulha Tático (GPT) da PM de Goiás, 10 policiais e 10 jagunços do fazendeiro proprietário do terreno realizaram o despejo segundo informações do CMI. As famílias afirmam que o latifúndio é

improdutivo e hipotecado pelo Banco do Brasil. Os moradores denunciam que, além da ação ser violenta, é ilegal por ser executada à noite e sem apresentação de liminar para reintegração de posse. Acrescentam ainda que os policiais roubaram a bateria que iluminava o acampamento. Eles exigem das autoridades competentes, em especial da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, uma investigação do despejo.

A Força Sindical e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) protestam em frente à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo - SP (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial, redução da jornada de trabalho e licença maternidade de 6 meses. Após o protesto na Fiesp, o grupo seguiu com a manifestação até a Federação do Comércio (Fecomércio). Além das reinvindicações já citadas, a Força Sindical e a UGT também exigem o fim das demissões imotivadas, a valorização do piso salarial, a qualificação profissional, e a negociação da participação nos lucros e resultados (PLR).

5º feira 26

Uma nota assinada por 56 entidades ligadas à comunidade científica, lideranças indígenas, religiosas e sociais contrárias à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu, no Pará (região Norte) classifica como "sentença de morte do Xingu" é divulgada em cerimônia no Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). As entidades criticam o fato de a assinatura ocorrer antes de o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ter concedido a licença de instalação à obra. Além disso, lembram que ainda estão tramitando na Justiça 15 Ações Civis Públicas contra a Licença Prévia, contra o leilão e por violação de Direitos Humanos e Constitucionais das populações ameaçadas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o contrato de concessão da Usina. "O que está acontecendo hoje aqui é o fim de um período em que as pessoas tinham medo de governar, de debater. O que está acontecendo aqui, e vai passar para a história, é que estamos tornando possível algo que, durante 30 anos, parecia impossível", disse. Durante o discurso, Lula lembrou que há pessoas que ainda são contra a construção da hidrelétrica e afirmou que, ao longo de sua trajetória, ele mesmo fez vários discursos contra Belo Monte, sem sequer conhecer o projeto. Lula disse que, no passado, o Estado não dava importância para as pessoas que eram prejudicadas pela construção de hidrelétricas, mas que atualmente a questão social está sendo levada a sério. "Aprendemos, já na discussão de Jirau e Santo Antônio [*usinas em construção no Rio Madeira, em Rondônia*], a conversar com as pessoas". E acrescentou que hoje se tem discutido simultaneamente a construção da obra e o que será feito para atender essas pessoas. Lula afirmou ainda que o atual projeto da Usina de Belo Monte causará menos impacto ambiental do que o proposto inicialmente, alagando uma área menor no entorno da usina. Segundo o presidente, a usina representa uma vitória da diplomacia do setor energético brasileiro que é resolver conversar mais do que brigar. Belo Monte será a maior usina hidrelétrica brasileira e a terceira maior do mundo, com início das

operações previstas para 2015. O presidente da Sociedade de Propósito Específico do Consórcio Norte Energia - que venceu a licitação, Carlos Nascimento, garantiu durante a assinatura de concessão, que ela será a única construída no Rio Xingu e que nenhuma compensação, tanto ambiental quanto para as comunidades locais, será deixada de fora. Segundo Nascimento, nunca um empreendimento foi tão estudado. Segundo ele, a expectativa é de que a usina gere 18 mil empregos diretos, 23 mil agregados e beneficie pelo menos 54 mil pessoas, incluindo familiares. O ministro de Minas e Energia, Marcio Zimermann, lembrou que a obra da Usina de Santo Antônio formou cerca de 30 mil jovens da região para uma profissão. "Isso para uma usina leiloada em 2007 e que ainda não está em operação". A Hidrelétrica de Santo Antônio deve entrar em operação no prazo de 30 meses.

O ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal (STF), libera as emissoras de rádio e televisão de realizarem programasde humor com os candidatos, partidos e coligações envolvidos nas eleições. A decisão suspendeu os efeitos de norma que diz que a partir do dia 1º de julho de ano eleitoral as emissoras ficam proibidas de “usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação”. A decisão, em caráter liminar, também deu uma nova interpretação a outro dispositivo questionado na ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) no começo da semana. Segundo a Lei das Eleições, de 1997, questionada pela entidade, as emissoras também ficavam proibidas, pelo mesmo período, de “difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes”. Para Ayres Britto, a nova interpretação para esse dispositivo é que “considera-se conduta vedada, aferida a *posteriori* pelo Poder Judiciário, a veiculação, por emissora de rádio e televisão, de crítica ou matéria jornalísticas que venham a descambar para a propaganda política, passando, nitidamente, a favorecer uma das partes na disputa eleitoral, de modo a desequilibrar o ‘princípio da paridade de armas’”, afirma o ministro. A decisão entra em vigor imediatamente devido ao pedido de liminar, e deverá ser analisada no mérito, posteriormente, pelos demais ministros.

O Centro Acadêmico de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (CAHIS-UFU), em Uberlândia - Minas Gerais (região Sudeste) expressa publicamente solidariedade aos estudantes da universidade acusados de "formação de quadrilha" e "cárcere privado" devido à ocupação da reitoria da UFU ocorrida no dia 12 de março de 2010. O CAHIS afirma que as acusações distorcem o caráter reivindicatório da ocupação.

6º feira 27

O Ministério da Educação (MEC) encaminha à ANMR a resposta ao pedido de reajuste da bolsa auxílio da categoria em 28,7% imediatamente e mais 10% em setembro de

2011. A comissão que examina o caso, formada por representantes dos ministérios da Saúde e da Educação e dos conselhos municipais e estaduais de Saúde, não aceitou a proposta, apresentada no dia 26). O governo reiterou a oferta de aumento de 20% a partir de janeiro de 2011, feita na semana passada. "O referido percentual reflete as possibilidades orçamentárias atuais de cada entidade envolvida no financiamento do sistema e [...] constitui uma quantia expressiva, tendo em vista a estabilidade da economia e os reajustes praticados em todos os demais setores", declararam, em ofício, os membros da comissão. Na nota, o grupo manteve outras propostas, como a licença-paternidade de 5 dias e a elaboração de projeto de lei que garanta a ampliação do período de licença-maternidade de quatro para seis meses. O MEC informou que novas negociações dependem do fim da greve, quando um grupo de trabalho deverá discutir formas de melhorar as condições de trabalho dos residentes e avaliar outras possibilidades de reajuste da bolsa auxílio. O grupo será composto por membros da Federação das Santas Casas, de médicos-residentes e da atual comissão governamental, de acordo com a Portaria nº 2.352, publicada em 16 de agosto deste ano no *Diário Oficial da União*. O presidente da ANMR, Nívio Moreira Júnior, criticou a atitude do governo e disse que a categoria pretende continuar com a greve. Além do reajuste na bolsa auxílio, de R$ 1.916,45 para R$ 2.658,11, a categoria reivindica a extensão do auxílio-moradia e auxílio-alimentação a todo o país – os benefícios são concedidos somente em Brasília –, o aumento da licença-maternidade da residente de 4 para 6 meses, o adicional por insalubridade e o décimo-terceiro salário.

Sábado 28

O acampamento Salete Moreno em Campestre do Maranhão, no Sul do estado do Maranhão (região Nordeste), é atacado por um grupo de 10 homens encapuzados, que tentam expulsar 58 famílias da Fazenda Arizona, ocupada desde 2008. Segundo informações do site do MST, o Incra já fez a vistoria da área e classificou os 1.900 ha do latifúndio como improdutivos. Durante o ataque, os pistoleiros deram tiros contra os barracos e para o alto, colocaram homens e mulheres de todas as idades deitados no chão e ameaçaram matá-los. O acampamento Salete Moreno reivindica a desapropriação dessa fazenda desde junho de 2008, quando houve a primeira ocupação. O Incra alega que não fez a desapropriação da fazenda porque o proprietário José Carlos Chanses, que mora em São Paulo (região Sudeste), não aceitou a quantia avaliada pelo órgão. Segundo o movimento, o clima no local é muito tenso e três coordenadores do acampamento estão ameaçados de morte pelos gestores da fazenda.

2º feira 30

Professores da rede estadual de educação realizam a tradicional mobilização da categoria em Curitiba – Paraná (região Sul). As aulas nas escolas estaduais foram

paralisadas para que os docentes pudessem ir às ruas fazer as reivindicações da categoria. Este ano, o mote da manifestação é "30 de agosto: pelo avanço, contra o retrocesso". Segundo o levantamento da PM, cerca de 1,2 mil pessoas participaram do ato. Por volta do meio-dia, os professores já estavam na Praça Nossa Senhora de Salete, depois de uma passeata pelo centro da cidade. Além da caminhada, o dia foi marcado por uma reunião com o governador Orlando Pessuti. No encontro, ficou acertado que será estudada uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que garanta o aumento salarial inicial, que passaria dos atuais R$ 1.900 para R$ 2.560, em um futuro próximo. A comissão de professores da APP também confirmou com o governo o pagamento de uma folha complementar, já que havia atraso em promoções e progressão de carreira há um ano. O restante do valor será pago junto com os salários de outubro, novembro e dezembro, o que vai significar, segundo a presidente da APP, cerca de R$ 1 milhão a mais para a folha de pagamento dos professores. Em média, 18 mil pessoas terão direito à folha complementar.

As 60 famílias da ocupação Carlos Mariguella, localizada em um prédio do INSS, desativado há 15 anos, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), são retiradas em uma operação de reintegração de posse. A ação contou com a participação da Polícia Federal (PF), PM e de agentes da Guarda Municipal, mas não houve resistência na desocupação do prédio. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, os moradores foram notificados há um mês e agora vão passar por uma triagem onde serão avaliados e encaminhados para abrigos da prefeitura. O subprefeito do centro da cidade, Thiago Barcellos, afirmou que a ação trará mais tranquilidade aos moradores da região. De acordo com o subprefeito, os moradores estavam num lugar inabitável em condições muito precárias: sem água, esgoto, luz, e nenhum tipo de infraestrutura. "Por mais que não seja a casa deles, o abrigo vai ser muito melhor do que o prédio onde estavam." O coordenador da Central de Movimentos Populares (CMP), Marcelo Braga, reconheceu as condições precárias da ocupação e criticou as políticas municipais em relação à moradia popular."Isso reforça a necessidade da organização como um movimento, porque só com ela poderemos resistir a esses ataques que são claramente [uma tentativa] de transformar a cidade num espaço de investimento financeiro", disse. Segundo alguns moradores, essa é a terceira desocupação do imóvel. Os moradores reivindicam a inclusão no programa Cheque Cidadão e reclamam terem sido abandonados após cadastrados pelos agentes sociais. Eles também se queixam do abandono que sofriam e das condições a que são submetidos nos abrigos a que são encaminhados. As autoridades afirmam que há denúncias de consumo e venda de drogas no local, além de servir de esconderijo para infratores que atuam na região da Lapa. O INSS informou em nota que a Gerência Executiva Rio de Janeiro pretende vender o imóvel. A ideia é vendê-lo para um órgão público e, se não houver interessado, leiloá-lo. O valor do imóvel será avaliado pela Caixa Econômica Federal.

Vinte pessoas são presas suspeitas de desviarem verba do Incra Entre os presos está o superintendente do Incra do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), Walmir Cipriano do Nascimento e Joel Cardoso, vereador e presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais de Itaquiraí, cidade próxima a Campo Grande. As investigações

apontam que, além da verba desviada, 497 pessoas não habilitadas receberam áreas de reforma agrária, ao passo que 425 famílias devidamente cadastradas, ficaram sem receber terras.

O pedreiro José Luiz Faria da Silva, faz um ato individual percorrendo a pé 30 km, do Conjunto Amarelinho, em Irajá, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), até o Palácio Guanabara, em Botafogo. Silva reivindica do Estado uma indenização pela morte de seu filho de 2 anos morto por um tiro disparado por um policial em 1996. José Luiz quer a mesma atenção que teve a família do menino Wesley, morto destro de uma escola, em Costa Barros, em Julho. Os pais de Wesley foram indenizados pelo governo. José Luiz pretende ficar na porta do Palácio, sem comer nada além de beber água, até ser atendido por alguma autoridade que lhe dê a devida atenção.

3º feira 31

Jornalistas promovem um protesto contra o fim da edição impressa do *Jornal do Brasil* (JB). A manifestação organizada na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), reuniu cerca de 200 pessoas. Fundado em 1891, o JB passará a ser publicado unicamente pela *internet*. A presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, Suzana Blass, lamentou a decisão da empresa e demonstrou preocupação com as prováveis demissões de funcionários. "A empresa afirmou que aproveitaria 65 jornalistas, mas nós fizemos uma conta e concluímos que são 33 profissionais, entre estagiários e jornalistas formados que serão aproveitados. Para o mercado, o fim da edição impressa significa menos uma fonte de informação e de opinião. Para a história do jornalismo no país é como jogar nossa memória no lixo, pois o JB sempre teve uma grande importância cultural e política no cenário nacional", afirmou Suzana. O jornalista Israel Tabak destacou a importância do JB durante a ditadura militar pós-64, quando o jornal adotou uma posição independente do governo. O JB detinha tanta confiança de seus leitores, que servia como referência política e cultural, segundo lembrou o jornalista José Antônio Gerheim, que trabalhou no jornal na década de 80. O jornalista Ancelmo Gois, que trabalhou seis anos no *JB*, lamentou a perda da versão impressa. "O JB foi, durante um tempo, o jornal mais influente, o mais vanguardista, o mais inquieto e o mais polêmico jornal brasileiro. Reunia uma redação de grandes jornalista. Muitos deles viraram nomes de ruas, como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, João Saldanha, Carlos Drummond de Andrade", disse Gois. Na última edição impressa, a empresa justifica a migração para o formato digital como resultado da evolução da mídia, para conter custos econômicos e até por questões ecológicas, ao se evitar a derrubada de árvores, usadas na fabricação do papel. O diretor de Administração e Tecnologia do JB, Humberto Tanure, prometeu que não haverá demissões de jornalistas e que a redação deverá ser mantida com 70 profissionais, podendo crescer no futuro, com a incorporação de novas plataformas, como leitores digitais, chamados de *tablets*, e os telefones celulares com acesso à banda larga, os *smartphones*

Cerca de 80 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste), que foram retirados em julho da ocupação de Bela Vista, em Brazlândia, ocupam por 4 h, o saguão do Ministério do Planejamento. A ocupação de Bela Vista ficava em terras que pertencem ao Distrito Federal. Após serem retirados do local, em 16 de julho, os integrantes do movimento acamparam na Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e depois no Ministério das Cidades. Na ocasião, foram marcadas reuniões para negociar com o Governo do Distrito Federal (GDF) e a União disponibilidade de terras onde as famílias pudessem morar. Um grupo de coordenadores do movimento foi recebido por integrantes do governo federal no início da tarde. Ao final da reunião, o secretário adjunto da Secretaria de Patrimônio da União, Jorge Arzabe, disse que ficou acertado que amanhã um grupo da secretaria irá a Brazlândia, com representantes do movimento, para avaliar se há áreas que estão em condições de integrar programas de habitação de interesse social do governo federal. Segundo ele, durante a reunião ficou claro que as terras não serão doadas.“Estamos buscando disponibilizar mais áreas. O movimento, assim como cooperativas existentes em todo o Brasil, vão ter que pleitear seus projetos que serão analisados pela Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades em áreas da União que serão disponibilizadas para isso. Não carimbamos terra para nenhum movimento, cooperativa ou associação”. Ficou marcada para o dia 9 de setembro uma reunião para discutir as alternativas levantadas pelos técnicos da Secretaria de Patrimônio da União durante a visita que fará amanhã a Brazlândia.

Cerca de 27 entidades sociais brasileiras elaboram uma carta-compromisso aos candidatos à Presidência chamada “Pela garantia do direito à educação de qualidade”. O documento será entregue aos candidatos à Presidência e a uma série de candidatos para o Legislativo nas eleições deste ano. A carta cobra dos futuros governantes um compromisso com a área de Educação e a criação de um Sistema Nacional de Educação. Para as entidades o Sistema Nacional de Educação poderia definir compromissos entre prefeituras, governos de estado e União na oferta de um ensino com padrões mínimos de qualidade. Outra medida fundamental, segundo as entidades, é erradicar o analfabetismo na sociedade brasileira, principalmente entre os brasileiros com mais de 15 anos que ainda não sabem ler nem escrever. Entre as 27 entidades que assinaram o documento estão a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a CUT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a UNE.

Glossário

ANMP	Associação Nacional de Médicos Peritos da Previdência Social
ANMR	Associação Nacional dos Médicos-Residentes
CMI	Centro de Mídia Independente
CPT	Comissão Pastoral da Terra

CUT	Central Única dos Trabalhadores
Fenam	Federação Nacional dos Médicos
Funai	Fundação Nacional do Índio
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não Governamental
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
Sindipetro	Sindicato Unificado dos Petroleiros
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Peter Sana (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA, Vermelho, Radioagência de Notícias do Planalto[1].

[1] Neste período de eleições (que ocorrerão em outubro) estaremos utilizando as mídia *Radioagência Notícias do Planalto*, e *Vermelho* para garantir o levantamento dos dados já que as grandes mídias têm dado visibilidade à campanha eleitoral, deixando de lado os conflitos sociais.

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Septiembre de 2010

Editada en marzo

Asdi
Agencia Sueca de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo

Govern de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials, Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 763

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil

Integrantes

Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ)
Alice Coutinho da Trindade (UFRJ)
Anísio Borba, Luiza Leite, Luis Américo Araújo Vargas,Peter Sana, Reginaldo Costa, Taisa Falcão.

Fuentes

Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA, Vermelho, Radioagência de Notícias do Planalto.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

BRASIL
Cronologia do conflito social
Setembro do 2010

4º feira 01

No relatório parcial "Conflitos no Campo Brasil", produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Nordeste concentrou 54% dos conflitos por terra ocorridos no Brasil, no primeiro semestre de 2010. Em relação a 2009, subiu de 158 para 194 o número de casos na região. As demais regiões do país tiveram uma redução nos índices de violência. A coordenação nacional da CPT, explica que os fatores que contribuíram para que o Nordeste caminhasse para este estágio estão ligados à velha pauta da reforma agrária que não se realizou. Desde a década de 1980 a CPT vem alertando que o maior problema do Nordeste é a concentração da terra e não só a ausência de água. Embora tenha diminuído em relação a 2009, o trabalho escravo ainda apresenta números preocupantes. Em 2009, o Ministério Público do Trabalho libertou mais de 2.8 mil pessoas de situações degradantes. Em 2010, 1.668 trabalhadores foram libertados.

O setor de comunicação da CPT vem a público denunciar que as últimas famílias que vivem nas Ilhas de Sirinhaém, litoral sul de Pernambuco (região Nordeste), podem ser despejadas a qualquer momento pela Justiça, a pedido da Usina Trapiche e com o apoio da Polícia Militar (PM) do Governo de Pernambuco. O conflito nas Ilhas dura mais de 25 anos e, ao longo desse período, as 53 famílias de pescadores, que vivem há décadas no local, vem sendo expulsas, pelas ações ilegais e criminosas da Usina. As famílias, com o apoio da Colônia e da Associação de pescadores, em conjunto com organizações ambientalistas e de direitos humanos, reivindicam ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a criação de uma Reserva Extrativista. Segundo informações do site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o processo administrativo está concluído, dependendo apenas de um parecer favorável ao Governo do estado.

Delegados de polícia de todo o país realizam o Dia Nacional de Mobilização pelo Resgate do Delegado de Polícia como Carreira Jurídica. O objetivo é mostrar a insatisfação da categoria com o tratamento dispensado pelo governo. Representantes da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil e da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal entregam uma carta-compromisso aos candidatos à Presidência da República e ao ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto no Salão Negro do Ministério da Justiça em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Na carta, eles apresentam as principais

reivindicações do setor como a aprovação da Lei Geral das Polícias Civis e da Lei Orgânica da Polícia Federal, a reinserção constitucional da categoria como carreira jurídica, a reestruturação administrativa dos órgãos de Polícia Judiciária, além de uma remuneração justa para a classe.

Representantes de Centrais Sindicais dentre elas Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical, se reúnem em Brasília- Distrito Federal (região Centro-oeste), com representantes do Governo e do Congresso, para negociar o reajuste do salário mínimo que deve entrar em vigor a partir de janeiro. Os representantes das centrais sindicais propõem o valor de R$ 560. Na proposta orçamentária enviada no dia 31 de agosto o governo estabeleceu o piso em R$ 538,15 com correção apenas da inflação de 2010 (5,5%). Antes da reunião de hoje, a posição das centrais sindicais, em especial da Força Sindical, era aplicar o Produto Interno Bruto (PIB) previsto para 2010, em torno de 7%, o que elevaria o salário mínimo para R$ 570 em 2011, um indicativo de que a proposta de R$ 560 é mesmo o ponto de partida das negociações. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinalizou que deixará para o congresso a definição do reajuste.

O Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, se manifesta contra a liberação irrestrita da sátira a candidatos em período eleitoral. O parecer foi dado no julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert). Gurgel defendeu a manutenção da Lei das Eleições, de 1997, pois entende que ela não impede que os humoristas brinquem com os candidatos. “A lei não proíbe qualquer trucagem, montagem ou uso de áudio e vídeo, mas apenas impede seu uso para ridicularizar”, disse Gurgel. Ele ainda afirmou que não se pode entender como censura uma regra que proíbe degradar alguém, além de entender que a regra impede abusos. “A lei que vem sendo testada em várias eleições e nem por isso o país ficou menos divertido”, disse Gurgel. O procurador falou logo após a manifestação da defesa da Abert. “As normas impugnadas geram um grave efeito silenciador sobre as emissoras de rádio e TV, que se veem obrigadas a evitar a retaliação da crítica jornalística em relação a temas polêmicos”, disse Gustavo Binenbojm, advogado da Abert. O advogado ainda ressaltou que o papel dos humoristas foi fundamental para contestar as ditaduras brasileiras – de Getúlio Vargas à ditadura militar – e disse que é incompreensível que revistas e jornais possam publicar charges e as emissoras não. “Não se pode imaginar que atividade jornalística é totalmente factual, e não há propaganda política na crítica. O papel da imprensa é ser crítico, vigilante do poder. O período eleitoral não é Estado de Sítio”, disse Binenbojm. Também falou em defesa da inconstitucionalidade da lei o deputado federal Miro Teixeira, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), uma vez que o partido foi aceito como interessado na causa. Na semana passada, Carlos Ayres Britto, relator do caso deu liminar suspendendo a restrição ao humor e alterando um inciso que proibia posicionamento favorável ou contrário das emissoras em relação aos candidatos.

Médicos-residentes de todo o país promovem atos públicos, assembléias e doação de sangue. As ações são uma forma de protesto para pressionar o governo a dar uma resposta às reivindicações da categoria em greve a cerca de 15 dias. Estão entre as

reivindicações; aumento de 38,7% na bolsa, hoje estipulada no valor de R$ 1.916,45, aumento da licença-maternidade de 4 para 6 meses e décimo terceiro salário. Em Brasília, - Distrito Federal (região Centro-oeste) cerca de 250 pessoas se reunem em uma assembleia no Hospital Regional da Asa Sul, para debater a situação. Por votação foi definido que a greve irá continuar. No Rio Grande do Sul (região Sul), pela manhã, os residentes de todos os hospitais em greve doaram sangue. A iniciativa é pelo Dia Estadual da Doação de Sangue, comemorado neste dia 1 de setembro. Em Goiás (região Centro-oeste), houve uma reunião na Assembleia Legislativa. Já na capital São Luís - Maranhão (região Nordeste), os médicos-residentes se reuniram com deputados estaduais em busca de apoio. Outras ações também foram feitas em Manaus – Amazonas (região Norte) e na capital de São Paulo (região Sudeste). Segundo a Associação Nacional de Médicos-Residentes (ANMR), cerca de 90% dos 22 mil médicos-residentes de todo o Brasil aderiram à paralisação. Na semana passada, o governo recusou proposta da ANMR de parcelar o índice de aumento em 28,7% de correção a partir de setembro e 10% em 12 meses. A expectativa da associação é que, na próxima semana, sejam feitas novas negociações.

Várias organizações e movimentos sociais colhem votos por todo país no Plebiscito Popular Pelo Limite da Propriedade da Terra. No estado de São Paulo (região Sudeste) mais de 50 organizações, entidades de classe e movimentos aderem ao Plebiscito e posicionam urnas em locais públicos para divulgar e dar informações sobre a campanha e colher votos. Menores de 16 anos também votam, mas em urna e lista de votação separadas.

5º feira 02

Comunidade Guarani Kaiowa denuncia que está cercada por pistoleiros, que, a mando de latifundiários da região de Paranhos – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), andam armados e freqüentemente fazem ameaças à comunidade. A terra tradicional indígena foi retomada no último dia 17 de agosto, durante a realização do Acampamento Terra Livre 2010. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), desde então, o grupo vive cercado. A entrada ou saída de pessoas à região está proibida, o que tem impossibilitado o acesso dos indígenas a serviços básicos de saúde e educação. Nem mesmo a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) consegue chegar à comunidade para prestar atendimento. A Fundação alega falta de segurança. Diversas denúncias já foram feitas ao Ministério Público Federal de Ponta Porã, no estado; à Fundação Nacional do Índio (Funai) e a órgãos de segurança do estado. Os indígenas ocuparam o território alegando que estão "cansados de esperar uma resposta do governo brasileiro" em relação à identificação de seu território, prevista pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pela Funai e Ministério Público Federal. A comunidade indígena também reivindica explicações sobre o desaparecimento, por mais de 300 dias, do professor indígena Rolindo Vera.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decide por 6 votos a 3, suspender regras contidas na Lei de Eleições que impediam as emissoras de rádio e TV de fazer sátiras e críticas a candidatos em período eleitoral. O resultado confirmou a decisão individual do relator do caso, ministro Carlos Ayres Britto, que já havia suspendido a norma na semana passada. A Lei de Eleições foi contestada por meio de ação da Abert. A entidade atacava 2 incisos contidos em um artigo que faz restrições à programação de emissoras a partir do dia 1º de julho do ano eleitoral. O primeiro inciso contestado impedia os veículos de "usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito". O outro inciso contestado proibia as emissoras de difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes. Foi mantida a primeira parte do inciso, que diz que as emissoras estão "proibidas de veicular propaganda política". O relator Carlos Ayres Britto defendeu a supressão das duas regras, conforme a Abert havia proposto. Na opinião do ministro, o único impedimento é a emissora tomar partido de determinado candidato. "Nos editoriais, é possível fazer comentário crítico, ainda que contundente. O que não pode é patrocinar candidatura. Para além do factual, os jornalistas podem externar opiniões no curso do processo eleitoral", disse Ayres Britto. Ele foi acompanhado pelos ministros Carmen Lúcia, Gilmar Mendes, Ellen Gracie, Celso de Mello e Cezar Peluso. Carmen Lúcia afirmou que o inciso que diz respeito à ridicularização é dispensável porque "não se pode degradar qualquer pessoa em qualquer momento, não só candidato", e que a Constituição dá garantia de "responsabilidade de todos em relação a todos". Para o ministro Celso de Mello, "o humor e o riso são saudavelmente subversivos". Votaram contra os ministros Ricardo Lewandowski – que é presidente do Tribunal Superior Eleitoral –, Antonio Dias Toffoli e Marco Aurélio Mello. Lewandowski sugeriu que o inciso que impedia a ridicularização por trucagem ou montagem fosse mantido, com a ressalva de que não se pode interpretá-lo no sentido de afastar sátira nos programas de humor. Lewandowski se disse "perplexo" pelo fato de o assunto vir a tona um mês antes das eleições, sendo que a regra está em vigor a 13 anos. "O que não se pode é fazer trucagem, humor pode. Humor sempre foi permitido", disse o ministro, lembrando que até hoje nenhuma condenação recaiu sobre emissoras ou jornalistas que tivessem feito críticas ou humor com candidatos. Já os ministros Tofolli e Marco Aurélio entenderam que os incisos não deveriam ser suprimidos, cabendo, sim, uma nova interpretação aos textos. A ideia com a nova redação, proposta por Marco Aurelio, é que as emissoras não estariam impedidas de fazer charges humorísticas nem críticas fundamentadas a candidatos, sem tomar partido.

Os servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) retomam suas atividades depois de cerca de 127 parados. Segundo a assessoria do tribunal, os funcionários do interior só voltarão ao trabalho no dia 3 de setembro. A paralisação chegou ao fim depois de um acordo em que o Judiciário de São Paulo se comprometeu a pagar aos servidores reposição salarial de 4,77% a partir de janeiro de 2011. Assinaram o documento representantes do TJ-SP, do Ministério Público e das associações de entidades trabalhistas da categoria. As negociações salariais continuarão ocorrendo e, segundo o tribunal, o índice de reajuste pode vir a ser maior caso haja aporte de recursos

ainda este ano de 2010. De acordo o tribunal, a greve atingiu 15% da categoria e nenhum setor chegou a paralisar as atividades integralmente. O acordo também prevê que os servidores compensarão as horas paradas e nenhum deles receberá qualquer sanção administrativa em consequência da greve. Em nota, o presidente da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Assetj), José Gozze, afirmou que, embora o reajuste negociado fique bem abaixo dos 20,16% que a categoria reivindicava inicialmente, os servidores encerram a "maior paralisação da história do Judiciário paulista" de cabeça erguida e com o sentimento de dever cumprido. Também em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo (OAB-SP), avaliou que a greve acabou por expor as "mazelas da Justiça paulista, especialmente quanto às carências orçamentárias que levam à falta de estrutura física e de informatização, além de impasses com o quadro funcional".

6º feira 03

Militantes do assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, que fica em Anapu – Pará (região Norte), denunciam que vem sofrendo com constantes investidas agressivas dos madeireiros locais. O assentamento fica na região onde a missionária Dorothy Stang foi assassinada há 5 anos. Nas últimas semanas, madeireiros adentraram no Projeto para furtar madeira, provocando conflito com os assentados. Caminhões de madeireiros chegaram a ser incendiados. O Ministério Público Federal foi avisado dos conflitos e pediu ao Ouvidor Agrário Nacional, o desembargador Gercino José da Silva Filho, que enviasse, ao local, policiais da Força Nacional de Segurança. Nas terras do Projeto estão cerca de 100 famílias que vivem da produção de cacau consorciada com a de laranja, castanha do Pará, açaí e café.

O trabalhador rural e integrante do MST, José Valmeristo Soares - conhecido como Caribé - é assassinado no Pará (região Norte). Segundo informações do CMI, Soares estava a caminho da cidade de Santa Luzia, aonde, junto com outro integrante do movimento, João Batista Galdino, pretendia prestar depoimento sobre a denúncia feito pelo MST de um despejo arbitrário na fazenda Cambará, de propriedade do ex-Deputado Federal Josué Bengstson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De acordo com o CMI, o deputado renunciou ao mandato para fugir da cassação por envolvimento na Máfia das Sanguessugas. A caminho da cidade os trabalhadores rurais foram abordados por 3 pistoleiro armados que os obrigaram a entrar em um carro onde foram espancados e torturados. Após a seção de violência, eles foram obrigados a descer do veículo próximo à cidade de Bragança. João Batista Galdino conseguiu escapar para a mata. Chegando à cidade de Santa Luzia, João Batista denunciou o fato à polícia que afirmou não poder ir ao local em que estaria Soares, por ser no período noturno e terem prováveis dificuldades para encontrar o corpo. Nada foi feito. Os trabalhadores Rurais ligados ao MST estão acampados às proximidades da Fazenda Cambará e a reivindicam

para criar um assentamento de Reforma Agrária. A Fazenda Cambará faz parte de uma gleba federal chamada Pau de Remo e possui 6.886 ha de terras públicas.

Petroleiros de todo o Brasil realizam uma paralisação de 8 h, de advertência, para pressionar a Petrobras a atender às reivindicações dos sindicatos. A categoria tenta negociar com a Petrobras um reajuste salarial de 10% e melhores condições de segurança nas plataformas de extração. De acordo com a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a mobilização também tem o objetivo de cobrar a garantia dos direitos trabalhistas de funcionários terceirizados. Participam do protesto os 17 sindicatos de petroleiros do país. No Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), os trabalhadores estão reunidos, desde a manhã, no Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara, responsável pelo abastecimento de petróleo e gás natural no estado. Segundo o secretário-geral do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, Emanuel Cancella, se não houver um acordo entre as partes, está programada uma greve geral a partir do dia 14 de setembro. Segundo Cancella, as reivindicações não são apenas econômicas. "Além de melhores salários, reivindicamos mais segurança no trabalho, tanto de ordem econômica, quanto de ordem social. Isso gerou um entrave com a Petrobras, que só aceita negociar questões econômicas. Nós queremos ir além da questão econômica", disse. Em nota, a Petrobras informou que o movimento dos petroleiros não está afetando a produção e as operações da empresa e reforçou que se mantém aberta ao diálogo. A estatal disse também que já apresentou uma proposta de acordo coletivo aos funcionários.

Sábado 04

A Direção do MST denuncia à Secretaria de Segurança Pública do Pará (região Norte) o posicionamento da polícia local diante do assassinato de José Valmeristo Soares, o Caribé, que ocorreu no dia 3 de setembro. Segundo os trabalhadores do movimento, nenhuma providência foi tomada e os próprios trabalhadores rurais, neste dia 4, encontraram o corpo de Soares. Os sem-terra estão acampados às proximidades da Fazenda Cambará, alvo da disputa que levou Soares à morte, e a reivindicam para criar um assentamento de reforma agrária para abrigar as famílias do acampamento Quintino Lira. A Fazenda Cambará faz parte de uma gleba federal chamada Pau de Remo e possui 6.886 ha de terras públicas. O fazendeiro e ex-deputado Federal Josué Bengstson possui somente 1.800 ha com títulos e a Promotora de Justiça Ana Maria Magalhães, segundo o MST, já denunciou várias vezes que se trata de terras públicas. Os trabalhadores já haviam denunciado na ouvidoria agrária do Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Delegacia Regional do MDA, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Pará e Secretaria de Segurança Pública do Pará as várias ameaças de morte feitas pelos jagunços e pela própria polícia de Santa Luzia e

Capitão Poço. Na ocupação, o MST denuncia a "omissão e conluio" da Polícia do Pará com os fazendeiros do estado, bem como "a incompetência da Secretaria de Segurança Pública do Pará e do Governo do estado em resolver as graves violações dos direitos humanos no campo". O MST denuncia também a inoperância do Incra, bem como o Programa Terra Legal do Governo Federal que não tem resolvido os problemas fundiários. Os trabalhadores sem-terra exigem a prisão imediata dos pistoleiros que assassinaram o trabalhador José Valmeristo Soares, bem como dos possíveis mandantes Josué Bengstson e seu Filho Marcos Bengstson.

O Ministério Público Federal (MPF) denuncia militares do Terceiro Pelotão Especial de Fronteira do Exército, por espancar e amontoar em jaula 12 índios da comunidade de Uarirambã, localizada a 320 Km de São Gabriel da Cachoeira – Amazonas (região Norte). Os indígenas foram presos por militares numa investigação policial sobre tráfico de drogas. "Um de meus colegas apanhou como se fosse um cachorro", denuncia Fredy Sanches Amâncio, que foi obrigado a permanecer por quase 2 h deitado com o rosto no chão, sob a mira de um fuzil. Os testemunhos de mais 5 índios foram anexados a um relatório encaminhado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) a autoridades em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e no Amazonas. A Justiça Militar entende que não tem competência para julgar o caso, mas o MPF, depois de investigação preliminar, oferece denúncia contra 4 militares. Na opinião do procurador Silvio Pettengill Neto, responsável pela ação, "a conduta dos denunciados amolda-se à prática de tortura". Segundo ele, os sargentos Leandro Fernandes Rios de Souza, Ramon da Costa Alves e Walter Cabral Soares, sob o comando do Primeiro tenente do Exército, Samir Guimarães Ribas, praticaram atos de "abuso de autoridade e tortura, causando sofrimento físico e mental nos índios". De acordo com a denúncia do Ministério Público, a ação truculenta dos militares foi motivada pelo relato de um morador local de que índios das comunidades de São Joaquim e Uarirambã estariam consumindo e comercializando drogas. Sem ordem judicial ou qualquer evidência do crime, segundo o procurador Pettengill Neto, os militares ingressaram nas residências dos índios no dia 29 de setembro de 2007 e efetuaram "prisões para averiguação".O antropólogo Mércio Gomes, ex-presidente da Funai, defende uma punição exemplar aos agressores para afastar qualquer suspeita de que o Exército acoberte excessos. Para Gomes, trata-se de uma excepcionalidade. Francisco Loebens, responsável pela área de formação do escritório regional do Conselho Missionário Indígena (Cimi), sustenta, ao contrário de Gomes, que excessos de militares contra índios são comuns. A ausência de registros seria, segundo ele, decorrente do medo de represálias. Para Loebens, existe um "ranço autoritário" na forma como as Forças Armadas atuam na região. Todos os militares que servem na fronteira amazônica precisam passar pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs), que nos tempos da ditadura militar servia de base de ensino de técnicas de combate à guerrilha.

Movimentos sociais de Santa Maria - Rio grande do Sul (região Sul) realizam a Décima Sexta edição do Grito dos Excluídos com o tema "Vida em primeiro lugar". O objetivo principal do evento é mostrar a todos a desigualdade social existente no Brasil, em especial na região central do estado do Rio Grande do Sul. Em outras cidades o evento

costuma ocorrer no dia 7 de setembro. O Grito é uma ocasião em que os movimentos sociais mostram ao público do desfile cívico do dia 7 de setembro as necessidades da população, diante do descaso das autoridades governistas. Os manifestantes exigem reformas tributária e agrária, além de moradia, emprego com remuneração justa, e assistência médica mais eficiente.

Mais de 10 mil metalúrgicos do ABC Paulista - São Paulo (região Sudeste) aprovam por unanimidade, reajuste salarial de 9% negociado pelo Sindicato com as bancadas patronais do Grupo 3 (autopeças), Grupo 8 (trefilação, laminação, refrigeração) e Fundição. É o maior aumento real conquistado pela categoria nos últimos 10 anos, deverá representar o dobro da inflação acumulada no período, estimada em 4,4%. Também representa um marco nas negociações na categoria, porque historicamente o índice de reajuste obtido para os trabalhadores das montadoras referenciava as negociações com os outros 5 grupos do setor. "É inédito e positivo porque valoriza os trabalhadores desses grupos", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre. Na assembléia realizada em frente à sede do Sindicato, também foi aprovada por unanimidade que, a partir do dia 8 de setembro, todos os metalúrgicos farão mobilizações nas montadoras e nos Grupo 2 (máquinas, aparelhos elétricos e eletrônicos) e Grupo 10 (serralheria, lâmpadas e prensas), que ainda estão em negociação. No dia 11, haverá nova assembléia no Sindicato para avaliar as propostas. "O prazo limite dessas bancadas patronais é sábado. Até lá todos os trabalhadores vão fazer protestos, passeatas e interromper a produção por tempo determinado para mostrar aos patrões que a fábrica não está dentro da normalidade", disse Sérgio Nobre.

Domingo 05

A Décima Quarta Parada do orgulho Lésbicas Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) ocorre em Goiânia - Goiás (região Centro-oeste). De acordo com a organização do evento, o combinado com a Prefeitura e a PM era que a Parada terminaria às 22 h, mas antes do horário estipulado, várias viaturas da PM chegaram ao local e os policiais começam a tentar dispersar os participantes utilizando gases de efeito moral. Não conseguindo dispersar a multidão, a PM agrediu e deteve diversos manifestantes. No confronto, várias pessoas ficaram feridas.

2º feira 06

A polícia do Pará (região Norte) prende o filho do pastor e ex-deputado federal Josué Bengstson, Marcos Bengtson, acusado de ser o mandante do assassinato de José Valmeristo Soares, do MST, no dia 3 de setembro. Ulisses Manaças, coordenador

estadual do MST, afirmou que as agressões que muitas vezes resultam em mortes no estado não são novidade. Segundo ele, foram mortas quase 700 lideranças nos últimos anos, e 60% dos casos não tiveram o inquérito policial concluído para que as investigações pudessem ser iniciadas. Antes do assassinato de Soares, os trabalhadores rurais fizeram denúncias à Ouvidoria Agrária Nacional do Incra, à Ouvidoria Estadual, à Defensoria Pública, às Delegacias de Polícia e ao Ministério Público Federal. Tiros já haviam sido ouvidos na fazenda, líderes do MST presos sem mandado policial ou qualquer documento oficial, militantes retidos na fazenda sem poder buscar alimentos, impedidos por seguranças da propriedade, dentre outros. Apesar das denúncias, nenhuma providência foi tomada. Marcos Bengtson e outros 2 suspeitos estão presos. João Batista Gauldino, o trabalhador que sobreviveu ao atentado que matou Soares, está sob proteção especial.

Romeiros da Brasilândia - São Paulo (região Sudeste), percorrem as ruas da periferia até o centro da cidade e na Praça da Sé se unem ao ato: Grito dos Excluídos, que reúne diversos movimentos sociais. O Grito dos Excluídos chega a sua Décima Sexta edição e traz o lema "Onde estão nossos direitos? Vamos às ruas para construir um projeto popular" e o mote permanente "Vida em primeiro lugar". Neste ano, o Grito dos Excluídos acontece junto com o Plebiscito Popular Pelo Limite da Propriedade de Terra. O direito à moradia digna e acesso à saúde e educação de qualidade são algumas das demandas em pauta durante as atividades. "O lema quer chamar atenção para a questão dos direitos sociais colocados na Constituição, mas que não acontecem. Precisamos ir à luta, nos organizar [para garantir o cumprimento desses direitos]", afirma Ari Alberti, membro da coordenação nacional do Grito.

3º feira 07

O Décimo Sexto Grito dos Excluídos realiza passeata paralela ao desfile do 7 de Setembro na Esplanada dos Ministérios em Brasília – Distrito Federal (região centro-oeste). O tema deste ano foi: Onde Estão os Nossos Direitos? Vamos às Ruas Para Construir um Projeto Popular. A estimativa da organização do evento é de que mil pessoas tenham participado da passeata. De acordo com o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Edson Francisco da Silva, um dos focos da manifestação é a defesa da moradia, da distribuição de terra e do emprego. “Os empresários têm muita terra, o governo também e vai tudo para as empresas”, disse. Movimentos estudantis e pastorais sociais ligados à Igreja Católica também marcaram presença na marcha, que seguiu até o Congresso Nacional. Os movimentos pediram apoio da população à campanha que defende o limite de propriedades rurais. Durante o evento, foi realizada uma consulta popular sobre o tema e a coleta de assinaturas para um abaixo-assinado a ser levado ao Congresso Nacional. De acordo com o representante do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo José Vaz

Parente, a ideia é que seja criada uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que limite em 35 módulos fiscais as propriedades rurais em todo o país. A consulta popular que define um limite para propriedades de terras começou no último dia 1º e se encerra neste dia 7 de setembro nos grandes centros do país. Nas cidades do interior, por dificuldades de mobilização, o prazo será estendido até o dia 12. Segundo Parente, atualmente, há definições para pequenas e médias propriedades – de 1 a 4 módulos fiscais e de 4 a 15, respectivamente – mas não para as grandes. "Com a delimitação de propriedades de terra, deixará de existir o Grito dos Excluídos", afirmou, ao destacar que grande parte dos problemas sociais é proveniente da má distribuição fundiária.

Líderes de movimentos sociais e sindicatos se reúnem para reivindicar uma "nova independência" para o país em São Paulo – SP (região Sudeste). A chuva comprometeu a programação do Grito dos Excluídos, mas não impossibilitou a realização do ato. Juntos em um ato promovido na Praça da Sé, centro da capital, militantes enfrentaram o mau tempo e pediram o rompimento do país com políticas voltadas para o mercado. Reivindicaram também mais atenção dos governos federal, estadual e municipal para os vários problemas da população. O ato deste ano foi o Décimo Terceiro promovido em São Paulo e o Décimo sexto no país. Antes das chuvas, a previsão era de que o movimento reunisse cerca de 3 mil pessoas e percorresse os 6 Km entre a Praça da Sé e o Parque da Independência. Com a chuva, pouco mais de uma centena de pessoas participou da manifestação, que neste ano teve como lema a pergunta Onde Estão Nossos Direitos? Uma das principais reivindicações do Grito neste ano é o estabelecimento de um limite de tamanho para as propriedades rurais. Está sendo feito um plebiscito popular, organizado por movimentos sociais, para discutí-lo. Seu resultado servirá de base para uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para fixação de uma área máxima para as propriedades rurais do país. A votação começou no dia 1º e termina neste dia 7 de setembro.

Diversos movimentos sociais e partidos de esquerda se reúnem no Grito dos Excluídos, no Rio de Janeiro, RJ (região Sudeste). Os movimentos sociais propõem no Grito caminhos alternativos ao neoliberalismo e que garantam a participação ampla de todos os cidadãos na vida nacional. O tema deste ano foi: Onde Estão os Nossos Direitos? Vamos às Ruas Para Construir um Projeto Popular. Cada movimento levou às ruas suas bandeiras, faixas e motivos de indignação e de luta: reforma agrária, moradia, justiça, trabalho, contra o preconceito e pela dignidade. A Campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso! Também participou do Grito para chamar atenção sobre a importância de uma lei popular para regular a exploração do petróleo e do gás. O manifesto da Campanha no Grito aponta que o direito à saúde, educação, reforma agrária e cidadania plena está também nos recursos naturais. Por isso, os movimentos sociais lutam pela aprovação do Projeto de Lei (PLS 531/09) que sintetiza as bandeiras contra a privatização do petróleo e gás. Este ano o Grito dos Excluídos se soma com a Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra promovendo o plebiscito popular em todo o Brasil. A votação é organizada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo com apoio de várias outras entidades.

Mais de 400 famílias organizadas no MST ocupam a fazenda Bom Jardim situada, no distrito do Córrego do Ouro, no município de Macaé estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). Participam da ocupação famílias de toda a região e diversos municípios, como Rio das Ostras, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Macaé. Segundo informações do MST, o latifúndio tem 1600 ha e foi considerado improdutivo em vistoria do Incra, em 2006. Além disso, o proprietário não estaria respeitando a legislação ambiental, a área de Reserva Legal não estava registrada no Ibama e as áreas de proteção permanente também não estavam protegidas. O MST propõe criar na área um assentamento com princípios agroecológicos e de forma cooperada, por conta das características da fazenda.

Moradores de rua espalham seus pertences na passarela da Avenida Epitácio Pessoa na Lagoa Rodrigues de Freitas Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (região Sudeste), em represália a uma operação da prefeitura. A secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), informou através de sua assessoria de imprensa, que agentes já realizaram varias operações de recolhimento de moradores de rua no local. O órgão informou em nota no jornal O Globo que a denuncia foi encaminhada, e uma equipe foi enviada para que sejam tomadas as medidas necessárias, com o objetivo de solucionar o problema.

4º feira 08

Um grupo de trabalhadores Sem-Terra ligados ao MST e estudantes da cidade de Barreiros, em Pernambuco (região Nordeste) bloqueiam a rodovia PE-60 para cobrar maior agilidade do poder público nas obras de reconstrução. O município de Barreiros foi um dos mais atingidos pelas enchentes que atingiram a Zona da Mata pernambucana, em maio. As estradas das áreas rurais, por exemplo, foram destruídas pelas cheias. Segundo o próprio secretário de Administração de Barreiros, Inaldo Lins, 90% da cidade foi afetada, na pior cheia da sua história. A ponte da BR-101, que liga Barreiros a Alagoas foi submersa. O hospital e a delegacia também foram inundados e estão inoperantes. Quase 3 meses depois das enchentes pouco foi feito para reconstruir a cidade.

Representantes do Arranjo Produtivo Local (APL) dos Resíduos Sólidos do Distrito Federal (DF) apresentam a *Carta de Brasília*, na qual pedem o apoio da população e das autoridades para aperfeiçoar o tratamento do lixo. No documento, catadores, empresas coletoras, recicladoras e cooperativas do terceiro setor listam 7 itens que consideram fundamentais para a reciclagem. Entre eles está a implantação da coleta seletiva solidária, a criação de uma lei distrital que incentive o consumo de produtos confeccionados com materiais reciclados e incentivos fiscais para as atividades no DF. Para Ronei Alves da Silva, presidente da Central das Cooperativas de Catadores de

Materiais Recicláveis (Centcoop), a sociedade precisa se conscientizar sobre os cuidados com o tratamento adequado dos resíduos sólidos. “As pessoas estão muito preocupadas em tirar o lixo de casa e colocar na lixeira, mas não se importam para onde vai o lixo que produzem”. Além da população, a proposta visa a sensibilizar os próximos governantes do DF. “Nós vamos submeter essa carta à apreciação dos candidatos majoritários [ao governo] do DF. Também para que a sociedade possa cobrar deles o comprometimento com a questão dos resíduos, que é um problema de todos”, afirmou Gonçalves.

A greve dos servidores da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) é discutida em audiência pública realizada pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) A audiência reuniu representantes da universidade, do governo estadual e parlamentares. Professores e funcionários da Uenf, em greve desde o dia 16 de agosto, reivindicam a volta da verba orçamentária da instituição para a recomposição de salários do corpo docente e funcionalismo. Com a paralisação, estão sem aulas os cerca de 3 mil alunos dos cursos de graduação e mil alunos de pós-graduação. Segundo o presidente da Associação dos Docentes, Marcos Pedlowski, a verba que está sendo reivindicada foi aprovada no orçamento de 2010, e publicada no *Diário Oficial* do estado, mas após a publicação, o governador emitiu um decreto retirando os R$ 12 milhões do orçamento destinados à instituição de ensino. Em nota, a Secretaria de Planejamento esclareceu que a verba aprovada para a Uenf, por emendas na Alerj, era destinada ao pagamento de aposentadorias e pensões de funcionários vinculados ao Fundo de Previdência do Banerj e que, por isso, o governador Sérgio Cabral cancelou as dotações para a universidade. "Posteriormente, em virtude de comportamento positivo da arrecadação do Estado, o governo destinou R$ 5 milhões para a Uenf que, por decisão do reitor daquela universidade, foram destinados a pagamento de bolsa a estudantes cotistas (R$ 800 mil), obras (R$ 3,2 milhões) e manutenção geral (R$ 1 milhão), informa a nota".A Uenf é considerada pelo Ministério da Educação (MEC), a 15ª melhor universidade de ensino de graduação do país, com 2 centros universitários no norte do estado: um, em Campos dos Goytacazes, voltado para as ciências agronômicas, tecnológicas, biológicas e humanas, e outro, em Macaé, com foco na engenharia de exploração de petróleo, o curso mais procurado da universidade.

Netos de quilombolas e moradores de parte do bairro da Lagoa, na zona sul do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (região Sudeste) acirraram a disputa por um terreno de 20 mil m², em uma batalha judicial que dura quase 35 anos. Os descendentes de escravos reivindicam a propriedade da área, mas enfrentam a resistência de vizinhos, que afirmam que os imóveis foram desvalorizados pela polêmica. A superintendência do Incra no Rio de Janeiro informou ao estado que decidiu reduzir a demarcação do terreno que será cedido às 7 famílias quilombolas que vivem no Sacopã, mas a alteração não encerra a disputa. Em 2008, o Incra anunciou que os descendentes de escravos teriam direito a 23,9 mil m², incluindo uma área onde estão 22 edifícios residenciais. A nova demarcação livrou os prédios vizinhos, mas os moradores mantiveram o protesto porque consideram a área ocupada parte de um parque que deveria ser público. Os descendentes

de quilombolas reagem às críticas dos vizinhos. Um relatório antropológico elaborado a pedido do Incra atesta que a região da Fonte da Saudade era habitada por escravos libertos desde o fim do século 19. Manoel Pinto, patriarca do grupo que vive no local, teria chegado à região em 1929.

Ativistas realizam a Quarta Passeata Contra o Rodeio de Limeira - São Paulo (região Sudeste) para conscientizar a população sobre os maus tratos a animais em rodeios. Os manifestantes distribuiram textos explicativos sobre tema, cantaram em favor da liberdade animal e pediram boicote a patrocinadores da festa. Durante a caminhada eles procuraram deixar claro que não são contra a música sertaneja e sim contra os abusos sofridos por animais em rodeios. Após a caminhada foram discutidas maneiras de fortalecer o ativismo em favor dos animais na cidade e a luta contra o rodeio.

5º feira 09

Mais de 20 organizações de diversos movimentos sociais, entre eles, o Movimento Negro Unificado; Frente nacional em defesa dos territórios quilombolas; Cedrab; Rede de religiões de matriz africana e saúde; Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde e Previdência Social (Sindsprev); Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde (Sindisaude); Sindicato dos correios e telégrafos; MST; Rede Mocambo; Quilombo Raça e Classe da Conlutas; Frente Parlamentar Quilombola; Coletivo Almirante Negro realizam em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul), um ato em defesa do Quilombo da Família Silva, primeiro quilombo urbano titulado no país que vem sofrendo com a perseguição da Brigada Militar do estado. A atividade teve início em frente ao Incra. Os manifestantes marcharam em direção ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. O protesto é para denunciar o racismo institucional, que desta vez se deu por meio da Brigada Militar, contra os negros, além de exigir do Incra infra-estrutura ao quilombo.

Famílias do acampamento Quintino Lira, de Santa Luzia do Pará, realizam protesto durante a abertura do Segundo Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários, em Belém, Pará (região Norte). As famílias ocupam a sede do Incra. A manifestação reivindica a punição dos assassinos do trabalhador rural José Valmeristo Soares, o Caribé, e de seus mandantes Josué Bengstson (PTB), ex-deputado federal, e seu filho Marcos Bengstson, além da desapropriação da Fazenda Cambará. Os trabalhadores já haviam denunciado aos órgãos públicos as ameaças de morte aos trabalhadores rurais por jagunços e pela própria polícia dos municípios de Santa Luzia e Capitão Poço. O MST e diversos movimentos populares, sindicatos e igrejas denunciam a violência e impunidade do latifúndio e a omissão do estado. Além disso, manifestam apoio à campanha pela instituição de um limite para a propriedade rural.

O Plebiscito pelo Limite da Propriedade da Terra se estenderá até o próximo dia 12 de setembro em 17 estados brasileiros. No Rio de Janeiro (região Sudeste), o prazo termina no dia 10. Segundo a comissão organizadora, formada por 54 organizações sociais, a prorrogação é resultado da grande procura feita pela população. O Brasil é um dos países que mais concentra terras em todo o mundo. Atualmente, 5 milhões de imóveis rurais estão cadastrados. Apenas 1,5% dessas propriedades representam mais da metade da área total. A divulgação do resultado será feita nos dias 18 e 19 de outubro. Desde o dia 1º de setembro, diversos debates e atividades culturais foram realizados nas principais capitais e regiões metropolitanas do país. Um dos objetivos é apresentar a reforma agrária como instrumento de superação da pobreza no campo e na cidade. Paralelo ao Plebiscito circula um abaixo-assinado, que coletará assinaturas até o final do ano. Em seguida, será encaminhada ao Congresso nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), prevendo um novo inciso referente ao cumprimento da função social da propriedade rural.

As entidades sindicais denunciam que mais de 48 mil trabalhadores de empresas bancárias perderam o emprego em um período de 3 semestres. Nesse período, pouco mais de 9 mil postos de trabalho foram criados. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego estimam que mais de 471 mil pessoas trabalhem no setor bancário. As entidades sindicais afirmam que muitas demissões estão relacionadas ao não cumprimento das metas abusivas estabelecidas pelas empresas. Há ainda diversos casos de funcionários que pediram dispensa por não suportarem o assédio moral e as condições precárias de trabalho oferecidas pelos empregadores. Nesta semana, o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) discutem um reajuste salarial de 11%, além da proteção contra demissões imotivadas.

Acadêmicos e estudantes brasileiros de Campinas - São Paulo (região Sudeste) emitem declaração pública em apoio à greve de fome Mapuche, no Chile. Na declaração, eles exigem do estado chileno respeito aos tratados e convênios internacionais assinados (especialmente a Declaração Universal de Direitos Humanos e o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT); desmilitarização do território Mapuche; modificação da Lei 18.314 sobre condutas terroristas; respeito ao direito das pessoas a um processo judicial equitativo e atendimento de forma imediata às exigências colocadas pelos Mapuche em greve.

Professores servidores do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) enviam carta aberta à população para questionar a incorporação da gratificação chamada Nova Escola e a diminuição do plano de carreira da categoria. A incorporação do Nova Escola se dará até 2015, em 7 parcelas. Existem casos de professores que receberão, segundo este projeto, um aumento de apenas R$ 2,47. Os professores ainda denunciam o seu baixo salário, que não tem qualquer benefício referente a transporte, alimentação ou refeição. Além disso, sofrem corte previdenciário. Eles afirmam que os *laptops* que o governo do estado distribuiu aos professores são adquiridos em sistema de comodato, ou seja, pode

ser requerido de volta pelo governo a qualquer momento. Outro ponto abordado na carta é o grande número de pedidos de exoneração de professores, aproximadamente 30 por dia. Os professores afirmam que não existem condições de trabalho e que estão indignados com a carta compromisso enviada pelo governador, aos profissionais da categoria na qual fazia promessas que não foram cumpridas. Dentre as promessas estão: reposição das perdas dos últimos 10 anos, manutenção do atual plano de carreira e inclusão dos professores de regime de 40 h, fim da política da gratificação Nova Escola e incorporação do valor da gratificação ao piso salarial.

6 º feira 10

Fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro resgatam 95 trabalhadores em regime análogo ao de escravidão no município de Campo dos Goytacazes – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os fiscais encontraram os trabalhadores em fazendas de cana-de-açúcar sem registro de Carteira de Trabalho, água potável ou local apropriado para refeições. Eles também não tinham equipamentos de proteção nem acesso a instalações sanitárias. Os trabalhadores libertados receberam, ao todo, R$ 100 mil em verbas rescisórias e por dano moral individual. Os fiscais do trabalho encaminharam requerimentos de seguro desemprego na modalidade trabalhador resgatado.

Fiscais resgatam em Minas Gerais (região Sudeste), 51 lavradores em situação irregular no cultivo de morango na zona rural do município de Cambuí. Do total, 39 trabalhavam em lavouras em condições análogas às de escravo e outros 10 trabalhavam num galpão de seleção, embalagem e armazenamento de morangos, sem Carteira de Trabalho assinada e sem registro em livro. Apenas 2 tinham registro formal, mas trabalhavam em situações precárias. Entre os trabalhadores havia 7 adolescentes com idade entre 15 e 17 anos trabalhando em horário noturno e sem intervalo mínimo de uma hora para repouso ou alimentação. De acordo com os fiscais, os trabalhadores não usavam os equipamentos de proteção necessários e não tinham acesso a instalações sanitárias adequadas ou local para refeições. Além disso, eles também não tinham água potável ou materiais de primeiros socorros nas frentes de trabalho. Os lavradores manipulavam agrotóxicos sem proteção e treinamento, e os insumos eram armazenados de forma irregular. O grupo de fiscalização interditou as áreas de cultivo e o galpão usado para o armazenamento dos produtos. O empregador deverá pagar R$ 248 mil em verbas rescisórias aos trabalhadores.

Sábado 11

O Movimento Debate e Ação, da Universidade Federal do Pará (região Norte) em parceria com a Associação dos Pequenos Agricultores Rurais realizam o encontro de atingidos pela mineração da Vale do Rio Doce, na Câmera Municipal de Canaã dos Carajás. O MST participou encontro. Em conseqüência da atuação da mineradora no município, os moradores reclamam da falta água para os agricultores assentados pelo Incra, expulsão dos pequenos agricultores e isolamento daqueles que resistem, estradas fechadas, energia elétrica cortada e abandono do poder público. O presidente da Associação de Pescadores de Parauapebas e região, João Virgilio Neto, afirma que "nossos rios estão sendo poluídos e não podemos mais pescar em rios que cercam os arredores de empreendimentos da Vale, cujos guardas tomam equipamentos e muitas das vezes chamam a polícia como se estivéssemos roubando algo deles". O advogado José Batista, da CPT, denuncia a Vale afirmando que esta "age como se o espaço estivesse vazio, como se não tivesse pessoas habitadas nas suas terras, nem culturas de identificação desses moradores com a área em que residem".

Cerca de 10 mil metalúrgicos das montadoras de São Bernardo do Campo, no ABC paulista – São Paulo (região Sudeste), em assembleia recusam a proposta de reajuste salarial das empresas e ameaçam entrar em greve. Os empregadores ofereceram um reajuste de 7%. Os trabalhadores pedem um aumento de pelo menos 9%, além da incorporação de abonos salariais dos últimos anos como aumento real. As empresas serão comunicadas no dia 13 de setembro, sobre o aviso de greve, e terão 48 horas, como prevê a lei, para se manifestar. Nesse período, as manifestações serão intensificadas numa forma de pressionar as empresas a voltar a discutir uma nova proposta. Se a greve geral for decretada, o sindicato espera que cerca de 40 mil trabalhadores paralisem as atividades. Assim como aconteceu em anos anteriores, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC optou por intensificar as manifestações e paralisações nas empresas. Durante a semana, os metalúrgicos das indústrias automobilísticas (Ford, Volks, Scania, Mercedes-Benz) participaram de assembléias, passeatas e interromperam o trabalho. Parte da categoria já conseguiu negociar o reajuste deste ano de 2010. Os trabalhadores da fundição e dos grupos 3 (autopeças) e 8 (trefilação, laminação de metais ferrosos e refrigeração) aprovaram em assembléia no dia 4 a proposta de reajuste salarial de 9%. Segundo a direção do sindicato, foi o maior aumento real conquistado pela categoria nos últimos dez anos, de 4,6%.

2º feira 13

Cerca de 100 famílias do MST ocupam uma fazenda no município de Funilândia - Minas Gerais (região Sudeste). Com essa ocupação, chega a 10, o número de áreas ocupadas no estado este ano. A fazenda de nome Granja Manoa é de propriedade de Oto

Guimarães Mourão. Segundo site do MST, a área está abandonada há vários anos. O proprietário tem o título de apenas 97 dos 520 ha da propriedade - o que caracterizaria ser terra devoluta. Além disso, a propriedade possui duas matrículas junto ao Incra, o que indicaria mais um sinal de irregularidade. Próxima a Sete Lagoas, a fazenda está em uma região de monocultura do eucalipto. A ocupação tem por objetivo pressionar pela desapropriação da fazenda. O MST reivindica também o assentamento das 3 mil famílias acampadas em Minas Gerais, assistência técnica e liberação de crédito agrícola para as famílias assentadas.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, determina, em decisão liminar, o fim da greve dos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a volta imediata ao trabalho. A categoria está em greve há mais de 2 meses. Se a decisão não for cumprida, a Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP) deverá pagar multa diária de R$ 50 mil. A liminar autoriza o desconto dos dias parados na folha de pagamento, caso os médicos peritos continuem com a paralisação depois da publicação da liminar, prevista para o dia 14. Decisão anterior do STJ proibiu o corte do ponto dos grevistas. O ministro Humberto Martins esclareceu que os grevistas alcançados pela liminar revogada não terão os dias parados descontados. O corte vale apenas para os dias parados a partir da publicação da decisão do ministro. O INSS ainda pode adotar punições conforme a legislação se a greve persistir. O ministro Humberto Martins, da Primeira Seção do STJ, entendeu que a paralisação é ilegal e abusiva, acatando os argumentos apresentados pelo INSS. O relator argumentou também que a ANMP não comunicou aos segurados, com antecedência de 72 h, o início da greve.

Trabalhadores paralisam as atividades em todo o canteiro de obras do condomínio de luxo Le Parc, em Salvador - Bahia (região Nordeste) onde, no dia 8 de setembro, morreram 2 operários. A decisão foi tomada em assembléia geral realizada com a presença de mais de 4 mil operários e diretores do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção (Sintracom-BA). Revoltados com a morte dos 2 trabalhadores, e com a situação de um terceiro, que teve uma perna amputada e encontra-se na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), os trabalhadores decidiram que só retornarão ao trabalho quando as empresas construtoras do condomínio atenderem às reivindicações aprovadas na assembléia. Neste dia 13, os trabalhadores realizam manifestação em frente ao canteiro de obras do Le Parc e uma reunião com a direção do Sintracom-BA e representantes das empresas, na sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), nas Mercês. A SRTE interditou as gruas das obras e embargou a grua que desabou provocando o acidente. A direção do Sintracom-BA já encaminhou à SRTE e às empresas construtoras do Le Parc, Andrade Mendonça, Cyrela Brazil Realty, Brasplan Empreendimentos e Construções, Jotagê Engenharia e Austrália Empreendimentos Imobiliários, a pauta onde constam, dentre outras, as seguintes reivindicações: imediato cumprimento das regras de segurança e saúde no trabalho; adoção das providências exigidas pela SRTE; laudo conclusivo de funcionamento seguro das gruas; fim da perseguição aos trabalhadores da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; fornecimento ao Sindicato, no prazo de 10 dias, da relações

com os nomes de todos os trabalhadores contratados através de subempreiteiras, constando data de admissão, função, salário e dados civis; e construção no prazo de 10 dias de uma passarela sobre a Avenida Paralela, com o objetivo de evitar a perigosa travessia dos trabalhadores e os atropelamentos constantes que inclusive já vitimaram outras pessoas. Os trabalhadores reivindicam também a melhoria imediata da qualidade da alimentação fornecida no canteiro; fim da demora no recolhimento da multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na demissão de trabalhadores; pagamento de todas as rescisões e salários pendentes dos trabalhadores despedidos pelos subempreiteiros; e o fornecimento de transporte gratuito para os trabalhadores que necessitam se deslocar até a Suburbana e pontos não alcançados pelas linhas que transitam pela Paralela.

Manifestantes realizam ato em Curitiba – Paraná (região Sul) para demonstrar solidariedade aos presos anarquistas e à luta do povo indígena Mapuche, do Chile. A luta do povo Mapuche é em defesa de suas terras que vêm sendo tomadas pelo estado chileno para serem repassadas a mineradoras e corporações extrativistas multinacionais. O Estado chileno utiliza uma lei antiterrorista criada pela ditadura de Pinochet para criminalizar indivíduos e centros culturais autônomos. Cerca de 95% de território Mapuche tem sido alvo de disputa por multinacionais. Desde o dia 12 de julho de 2010, há 32 presos políticos Mapuche em greve de fome protestando contra: a militarização do território Mapuche, pois policiais instalaram-se como seguranças pessoais de empresas florestais privadas e colonos fazendeiros; a imposição da Lei Anti-Terrorismo; Duplo Julgamento (pelo Tribunal Civil e pelo Tribunal Militar) e o segredo sobre as testemunhas contra "criminosos políticos".

3º feira 14

Aproximadamente 80 membros do grupo indígena Guarani Kaiowá Y'poí do Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste) vem sendo ameaçados por homens armados contratados por fazendeiros locais. Segundo informações do site do MST, eles estão impedidos de deixar seu acampamento, resultando na impossibilidade de acesso à água, comida, educação e saúde. O grupo reocupou fazendas que reivindicam como sendo parte de suas terras ancestrais, próximo a Paranhos e estão cercados por homens armados contratados por fazendeiros locais, que os ameaçam continuamente e tiros têm sido disparados para o ar durante a noite. A Funasa não tomou providências para prover cuidados à comunidade, alegando falta de segurança. As crianças da comunidade estão ficando doentes devido à falta de assistência médica e de água e às condições do tempo seco. A comunidade denuncia sua situação ao Ministério Público Federal, Funai e às autoridades policiais do estado, mas até o momento, nenhuma medida foi tomada.

Depois de cerca de 80 dias de greve, os médicos peritos da Previdência Social retornam ao trabalho. Segundo o vice-presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos,

Emanuel Santiago de Menezes, a entidade orientou a todos os associados a voltarem às atividades em cumprimento á decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O ministro reconsiderou decisão liminar anterior e entendeu ilegal e abusiva a greve dos médicos peritos do INSS. A continuidade da greve acarretaria no pagamento, pela associação, de multa diária de R$ 50 mil e no corte da folha de ponto dos peritos que faltarem ao trabalho a partir da publicação do ato. A entidade convocou os médicos peritos para uma nova assembléia no dia 17. O objetivo é analisar a decisão da Justiça e os próximos passos do movimento.

Os médicos-residentes dos hospitais públicos do país - em greve desde o dia 17 de agosto, recebem sinalização do Ministério da Educação (MEC) de que terão sua bolsa auxílio reajustada em 22%, se encerrarem o movimento. Eles reivindicavam correção de 38,7% sobre o que vinham recebendo (R$ 1.916,45), valor que teve o último reajuste no final de 2006, após outra greve. O presidente da ANMR, Nívio Moreira Júnior, informou - após reunião com a secretária de Educação Superior do MEC, Maria Paula Dallari - que recebeu "sinalização de que o percentual será aceito", e assim os residentes encerrarão a paralisação. Nívio vai encaminhar ainda hoje documento à Secretaria, com o compromisso de aceitação, depois que consultar a categoria nos estados. No momento, segundo Nívio Moreira Júnior, pelo menos em 14 estados os médicos-residentes em greve concordam com o fim da paralisação, mediante o reajuste de 22%, que "corresponde mais ou menos à inflação dos últimos 4 anos". Os dias parados vão ser discutidos com o MEC, mas em outra ocasião, segundo Nívio.

Sob a ameaça de greve nas fábricas, as montadoras decidem reabrir as negociações com representes dos metalúrgicos para discutir o índice de reajuste salarial da categoria. Os metalúrgicos de montadoras estão em estado de greve desde o dia 11 de setembro, por decisão de assembléia da categoria, que rejeitou a proposta das empresas de 7% de reajuste salarial. Os trabalhadores deram prazo de 48 horas, a partir das 13h do dia 13, para que a bancada patronal avançasse na proposta, caso contrário, entrariam em greve por tempo indeterminado. As negociações envolvem 50 mil metalúrgicos do ABC e de Taubaté – São Paulo, bases da CUT, de Tatuí (Força Sindical) e de São Carlos, onde o sindicato é ligado à Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB). A maioria dos metalúrgicos da CUT no estado já conquistou reajuste de 9%, que representa aumento de 4,52 pontos porcentuais além da inflação, em acordos com 3 das 5 bancadas patronais. Os acordos beneficiam cerca de 195 mil metalúrgicos de setores como autopeças, forjaria e parafusos, fundição, máquinas e eletrônicos, trefilação e laminação de metais ferrosos, entre outros. Neste dia 14, cerca de 20 mil metalúrgicos das fábricas da General Motors do Brasil (GM) em São José dos Campos, no interior paulista, e em São Caetano do Sul, no ABC, conquistaram reajuste de 9%. Na reunião de amanhã, os sindicalistas devem reivindicar um índice maior para reajustar os salários nas demais montadoras.

Bancários cruzam os braços em vários estados do pais. O Sindicato dos Bancários de São Paulo e Barueri – São Paulo (região Sudeste) realizou assembléia em frente a agências e sedes administrativas. A manifestação, do lado de fora dos prédios, atrasou

em cerca de uma hora e meia o início do expediente, mas não chegou a prejudicar o atendimento ao público Segundo sindicalistas, cerca de 11 mil trabalhadores participaram das manifestações. Os bancários reivindicam aumento real de 5%, participação nos lucros e resultados de três salários mais R$ 4 mil, além de aumento do piso para R$ 2.157,88 e plano de carreira. Nos dois primeiros encontros, entre sindicato e a Fenaban, foram discutidas condições de trabalho, saúde e terceirização. "Como não tivemos resultados positivos até agora, decidimos nos manifestar antes da próxima rodada para deixar os bancos em alerta", disse Juvandia Moreira, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. No Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), cerca de 3.800 trabalhadores da categoria também atrasaram a abertura de agencias e prédios administrativos.

Funcionários da Fundação Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (Procon-SP) realizam uma paralisação e prometem greve por tempo indeterminado a partir do dia 20 de setembro em protesto contra a falta de reajuste salarial. Não houve atendimento nos 3 postos da capital. No interior, o serviço não foi comprometido porque é de responsabilidade dos municípios. "Estamos sem aumento real há 13 anos e desde 2005 aguardamos um plano de carreiras que foi engavetado", disse Luiz Marcelo Prestes, presidente da associação que representa os trabalhadores do Procon-SP. Nos próximos dois dias, os postos devem funcionar, em ritmo lento de operação-padrão.

Os trabalhadores das franquias da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) decidem durante protesto no Centro de São Paulo – SP (região Sudeste) entrar em "estado de greve", por causa da regularização das unidades franqueadas. "Queremos um acordo para evitar a demissão em massa", disse Guilherme Simão, presidente do sindicato da categoria.

Um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece a atuação do governo brasileiro no combate ao trabalho escravo, especialmente empreendido pelos grupos de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. O documento, no entanto, aponta a necessidade de melhorar a atuação nos 3 níveis de governo - principalmente dos municípios - e recomenda a alteração da legislação para aumentar a pena de quem explora e faz a intermediação do trabalho escravo. Segundo o relatório, o questionamento sobre a competência jurídica para julgar esses crimes e a demora do sistema judicial "frequentemente resultam na prescrição dos crimes e os perpetradores ficam impunes". O documento ainda aponta que quando o crime é "cometido por um réu primário tem sido comum a punição com sentenças suaves, como prisão domiciliar ou serviços comunitários". O texto ainda assinala que apesar de já haver decisão, há 4 anos, do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a competência para julgar crimes de trabalho escravo é da Justiça Federal, nem sempre a determinação é seguida. Pede que sejam cumpridas integralmente "as recomendações da Comissão de Direitos Humanos no sentido de levar todas as violações sérias de direitos humanos para tribunais federais". O relatório foi apresentado no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra (Suíça), e foi assinado pela relatora especial sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, Gulnara Shahinian. No relatório, Shahinian, propõe cerca de 30

recomendações ao Estado brasileiro, entre elas a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, que prevê o confisco de terras onde houver trabalho escravo. Em maio, quando a relatora esteve no Brasil, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), recebeu um abaixo-assinado pedindo a aprovação da proposta que tramita há 9 anos. Gulnara Shahinian esteve em Brasília, São Paulo, Cuiabá, Imperatriz e Açailândia (MA). O ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, elogiou hoje o relatório sobre o trabalho escravo no Brasil, mas disse que a punição está na esfera do Judiciário e que os poderes têm feito parcerias para aperfeiçoar a aplicação de penas aos culpados por explorar mão de obra análoga à escravidão. O ministro endossou a recomendação feita pela relatora da ONU para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/2001, que prevê, entre outras medidas, o confisco de terras onde houver trabalho escravo. Por causa do ano eleitoral – que reduz o ritmo de votações no Congresso – o ministro descartou a possibilidade de análise da PEC ainda este ano. Além do papel dos Três Poderes, o ministro disse que o setor empresarial também deve assumir responsabilidade pelo trabalho digno. Segundo Vannuchi, mais de 100 empresas – que representam 20% do Produto Interno Bruto (PIB) – já assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Em 2009, a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego resgatou 3.769 trabalhadores.

4º feira 15

Osvaldino Teodoro da Silva, o "Mundico", é condenado a 16 anos de reclusão, em Júri Popular, em Imperatriz - Maranhão (região Nordeste), pelo assassinato do padre Josimo Moraes Tavares, em 1986. A sessão que condenou o fazendeiro aconteceu no auditório da Faculdade Santa Teresinha. Osvaldino cumprirá pena na Penitenciária de Pedrinhas, na capital, São Luis. Osvaldino e seu irmão Nazaré Teodoro foram absolvidos pela Justiça em 2004, mas o Ministério Público recorreu por um novo julgamento. O julgamento de Nazaré Teodoro, o "Deca", não aconteceu por problemas de saúde do réu. Osvaldino Teodoro e seu irmão Nazaré Teodoro são os 2 principais mandantes do assassinato de Padre Josimo, conhecido como o padre preto. O Padre lutava em defesa do direito do povo à terra na região do "Bico do Papagaio", que compreende o Sul do Pará, Norte do Tocantins e Sudeste do Maranhão. Padre Josimo era coordenador da CPT Araguaia, em Tocantins, e tinha recebido diversas ameaças de morte.

Cerca de 150 famílias do MST ocupam a Fazenda Cambará, no município de Santa Luzia no estado do Pará (região Norte). Os sem-terra reivindicam o imediato assentamento das famílias do acampamento Quitino Lira. Segundo informações do site do Movimento, o Incra, bem como o Programa Terra Legal e Instituto de Terras do Pará (Iterpa), assumiram o compromisso de oficialmente declarar que as terras são públicas. O compromisso foi firmado inclusive em âmbito nacional, em reunião com Ouvidor Agrário Nacional Gercino José da Silva Filho. A direção estadual do MST denuncia que

permanece o clima de terror e ameaças aos trabalhadores, bem como a omissão da própria polícia de Santa Luzia. "Exigimos a prisão imediata dos pistoleiros que assassinaram o trabalhador José Valmeristo Soares, bem como dos mandantes Josué Bengstson e seu Filho Marcos Bengstson", diz a nota da Direção estadual do MST no Pará.

O Movimento Xingu Vivo para Sempre, que reúne cerca de 100 organizações contrárias à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, lança mais uma campanha em protesto contra o empreendimento. Em 2 vídeos de 4 min, com animação 3D, a campanha intitulada Defendendo os Rios da Amazônia mostra uma simulação dos impactos ambientais, sociais e econômicos da construção sobre as cidades e populações que estão na área de influência da hidrelétrica. A simulação alerta para o alagamento de parte da cidade de Altamira – Pará (região Norte) e para a redução da vazão do Rio Xingu em um ponto que afetará comunidades indígenas e ribeirinhas. As organizações também denunciam os riscos para a biodiversidade da região e a possibilidade de uma grande epidemia de malária, por causa da proliferação de mosquitos no reservatório. Em fevereiro, Belo Monte recebeu a licença prévia do Ibama. O documento foi alvo de várias ações na Justiça. Em abril, o empreendimento foi licitado. O início das obras ainda depende de outra licença do Ibama, a de instalação, que deve ser concedida após análise cumprimento de condicionantes ambientais pelo empreendedor.

Metalúrgicos no ABC paulista- São Paulo (região sudeste) atrasam a entrada nas fabricas das montadoras Volkswagem, Ford e Mercedes-Bens. Os trabalhadores reivindicam principalmente reajuste salarial.

Médicos-residentes de Brasília - Distrito Federal (região Centro-Oeste), Pernambuco - Recife (região Nordeste) e São Paulo - SP (região Sudeste) decidem suspender a greve após 29 dias. Os médicos-residentes aceitaram o reajuste de 22% para a bolsa auxílio, proposto no dia14 de setembro. O valor passará de R$1.916,45 para R$ 2.338,09. O reajuste começa a vigorar a partir de janeiro de 2011. Os médicos-residentes da Bahia (região Nordeste), Rio Grande do Sul (região Sul) e Espírito Santo (região Sudeste) decidiram manter a greve. Eles consideraram a proposta do governo insuficiente e defendem reajuste de 38,7% para a bolsa auxílio. Além disso, eles querem outros benefícios, como o aumento da licença-maternidade de 4 para 6 meses e décimo terceiro salário. Os outros estados que aderiram ao movimento não chegaram a acordo sobre o fim da paralisação. No dia 16 haverá outra assembléia em São Paulo para esclarecer alguns pontos que os grevistas ainda não resolveram – como a reposição salarial dos dias parados. Os médicos- residentes paulistas devem retornar ao trabalho no dia 17 e os de Brasília vão esperar pela definição da forma de pagamento dos dias parados.

5º feira 16

O Supremo Tribunal Federal (STF) concede em caráter liminar, a reincorporação de 26,05% do salário de cerca de 6 mil servidores técnicos da Universidade de Brasília (UnB). O corte de mais de um quarto dos salários deveu-se ao fim do pagamento de uma gratificação chamada Unidade Referência de Preços (URP), estabelecida em 1989. "Defiro a liminar pleiteada para, considerando a natureza alimentar da parcela da URP/89 (…), suspender os efeitos dos atos emanados (…) dos quais resulte diminuição, suspensão ou e/ou retirada daquela parcela de remuneração", decidiu a ministra Cármen Lúcia, que também determinou a devolução aos servidores das URPs retidas desde o ajuizamento da ação. A medida vale até decisão definitiva sobre o caso. Em fevereiro deste ano, o Tribunal de Contas da União determinou à UnB que suspendesse o pagamento da URP/89 aos servidores que não tivessem assegurado o direito de recebimento na Justiça. A retirada do benefício motivou a greve dos servidores em março. No último dia 9 de setembro o servidor Marcelo Parise entrou em greve de fome contra o corte no salário. Cosme Balbino, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub) disse que somente a assembleia dos servidores definirá se a decisão é ou não suficiente para dar fim à greve. "Estamos com uma assembleia ordinária marcada para a próxima terça, mas devemos convocar uma extraordinária para tratar do assunto", disse Balbino.

Os metalúrgicos da Toyota, de Indaiatuba e da Mercedes-Benz, de Campinas ambas no interior de São Paulo (região Sudeste), deflagram greve por tempo indeterminado depois de rejeitarem a oferta de 5,95% de aumento real de salário, mais reposição da inflação de 4,29% medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O índice de 10,5%, proposto pelas montadoras, supera os acordos feitos por metalúrgicos de outras regiões do estado, cujo reajuste foi de 9%, o que representa 4,52% de aumento além da inflação. A aprovação da proposta chegou a ser defendida em assembléia pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, ligado à Coordenação de Lutas (Conlutas), braço sindical do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Mas não foi derrotada. "Achamos a proposta aceitável, mas o pessoal entende que não, e decidiu pela paralisação" disse Jair dos Santos, presidente do sindicato. A Toyota emprega 2 mil metalúrgicos e a Mercedes, 800. Na fábrica da Toyota, onde são montados os modelos Corolla, por exemplo, cada dia parado representa 300 unidades que deixam de ser montadas. Entre outras reivindicações, os metalúrgicos da região de Campinas querem reajuste de 17,45% e redução da jornada para 36 h semanais, sem redução dos salários.

Os cerca de 2,7 mil metalúrgicos da Volvo do Brasil, instalada na Cidade Industrial de Curitiba – Paraná (região Sul) , decidem entrar em greve por 48h, como forma de pressionar a direção da empresa a melhorar a proposta do acordo coletivo. O impasse ficou estabelecido em relação ao valor do vale-mercado, hoje em R$ 60. O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba reivindica R$ 300 enquanto a Volvo oferece R$ 90. A primeira proposta da Volvo, de 9% de reajuste e abono de R$ 2,2 mil, foi rejeitada em assembléia. O sindicato encaminhou contraproposta prevendo 10% de

reajuste, R$ 4,2 mil de abono, vale-mercado de R$ 300 e estabilidade para os dirigentes sindicais. Os índices de reajuste e valor de abono foram aceitos. A empresa, por meio de nota, disse que a Volvo é a única montadora de veículos do Paraná a conceder o benefício e está disposta a reajustá-lo, passando para R$ 90. "Lamentamos muito a recusa, foi uma proposta excelente", disse o diretor de recursos humanos e assuntos corporativos, Carlos Morassutti. Cerca de 150 caminhões deixarão de ser produzidos com as paralisações.

6º feira 17

Uma missão de investigação faz uma visita à sede da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), em Santa Cruz, no Rio de Janeiro (região Sudeste). A missão tem por objetivo averiguar crimes ambientais, trabalhistas e diversos danos aos moradores causados pela Companhia Siderúrgica do Atlântico, formada pelo consórcio ThyssenKrupp e Vale. O grupo conta com a deputada alemã do Parlamento Europeu Gabriele Zimmer (GUE/NGL), representantes dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, do Ministério do Trabalho, da OAB e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), além de intelectuais e ativistas de direitos humanos. Dois meses após sua inauguração, em julho de 2010, uma grande quantidade de partículas brilhantes foi lançada no ar no final de agosto. A transnacional foi multada em R$ 1,8 milhão pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea). As consequências são graves. O material se acumulou em árvores, carros e móveis, provocou feridas de difícil cicatrização na pele dos moradores, além de registros de graves crises respiratórias. A Missão visita comunidades do entorno da empresa, incluindo a ida a escolas e unidades de saúde da região. São recolhidos depoimentos para futuras investigações sobre os impactos provocados pela siderúrgica. Também está na programação um encontro com representantes da TKCSA. Pretende-se cobrar responsabilidade à transnacional, e verificar que medidas estão sendo tomadas para reparar os danos causados.

Famílias do acampamento Zumbi dos Palmares, que ocupam a Fazenda Sítio, no município de Bocaiúva - Minas Gerais (região Sudeste) sofrem ameaça de despejo. As famílias sem-terra ocupam a área para denunciar que o latifúndio está improdutivo, não cumpre a sua função social e deve ser destinado à Reforma Agrária, como determina a Constituição. A fazenda é de propriedade da família de José Maria Alkmin, um dos articuladores do golpe de 1964, morto em 1974. Ele ganhou a fazenda da família Matarazzo. Hoje, sob controle de Luciano Alkmin, filho do José Maria, a fazenda se encontra abandonada. O mandado de despejo expedido pela Vara de Conflitos Agrários é considerado arbitrário pelo MST, uma vez que não houve audiência pública de conciliação. Seundo informações do site do MST, além das dificuldades com o Judiciário, o Incra também não tem se mostra eficiente para resolver a situação das famílias. O MST reivindica a desapropriação imediata da fazenda, o assentamento das 3

mil famílias acampadas em Minas Gerais, assistência técnica e liberação de crédito agrícola para as famílias assentadas.

A situação dos presos em contêineres no Espírito Santo (região Sudeste), que levou o Brasil a ser denunciado a entidades internacionais por violação dos direitos humanos, é agora identificada no Pará (região Norte). Em 2 dias de inspeção em presídios em cidades próximas de Belém, os juízes do mutirão carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encontraram mais de 600 presos, entre eles mulheres, nas estruturas metálicas. Em 2 dos 3 setores do complexo do Presídio Estadual Metropolitano, quase todos os 572 presos estavam em celas como essas. Na terceira parte, eram cerca de 100. No Centro de Reeducação Feminino, em Ananindeua, 100 mulheres estão amontoadas nas estruturas. Cada contêiner é dividido e serve para duas celas de cerca de 5 m quadrados. E em cada uma são colocadas 9 mulheres, que dividem 2 beliches. Para diminuir o calor, foi colocada uma cobertura nos contêineres para impedir que o sol bata diretamente no metal, mas ela dificulta a circulação de ar pela abertura no teto. Em algumas celas, o revestimento da parede, de material semelhante ao isopor, foi roído pelos ratos, o que também aumenta a temperatura. Uma ação civil pública levou à interdição do Centro de Reeducação Feminino, o que forçou o governo do estado a construir novas instalações para acomodar as presas. Mesmo assim, os contêineres ainda estão ocupados. A promessa da administração é desativar as estruturas até outubro. Das 552 presas, 408 ainda não foram condenadas.

Sábado 18

Lideranças do Movimento Indígena participam de Audiência Pública pela Preservação do Patrimônio Indígena Nacional, sobre a destinação do imóvel do Antigo Museu do Índio no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Durante a audiência, os indígenas enviaram uma moção de apoio ao levante Potiguara da Baía da Traição, na Paraíba (região Nordeste), que seqüestram no dia 14 de setembro funcionários da Funai. Os indígenas exigem a reabertura da Administração Regional da Funai para atender aos povos nativos do estado da Paraíba. Eles aproveitam a moção para apoiar os indígenas Guajajara na pressão ao Governo Federal para terem assegurada a reabertura dos Postos Indígenas e Administrações Regionais. Na moção também consta apoio aos Xerente, Pataxó, Metuktire "e demais etnias insubmissas" que protestam contra a reestruturação da Funai. Os indígenas repudiam o que chamam de "políticas genocidas" do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Eles convocam os povos originários para a luta contra a privatização do órgão e pela preservação dos direitos indígenas previstos na Constituição Federal. Também exigem exoneração imediata das autoridades da Funai, segundo eles, responsáveis pelo sucateamento do órgão. Os indígenas também reivindicam instauração de processo criminal contra todos os servidores públicos que atentam contra os seus direitos. Na moção também declaram apoio aos 32 prisioneiros políticos indígenas Mapuches no Chile. A audiência contou com a participação de

membros da Superintendência de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Igualdade Racial, bem como da superintendente de Igualdade Racial da mesma Secretaria, Zezé Mota; da consultora da ONU para Programas de Diversidade dos Povos, Angélica Arbulu; do representante da Câmara dos Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro, o vereador Reimont, dentre outros. Ocupado desde 2006 por representantes de mais de 20 etnias, o imóvel do Antigo Museu do Índio, fundado por Darcy Ribeiro na rua Mata Machado, no bairro do Maracanã, em 1953, está ainda ameaçado pelas obras do chamado Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) da Copa, que prevê total reforma do entorno do Estádio Mário Filho (conhecido como Maracanã), impactando tanto a comunidade do Morro da Mangueira quanto o prédio do museu que, no projeto oficial, seria destruído. O prédio é considerado pelas lideranças que o ocupam como Patrimônio Indígena e pólo de resistência cultural. No local está sendo gestada a primeira Universidade Indígena do Brasil, que funcionará como centro de referência de estudos nativos.

Trabalhadores filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista – SP (região Sudeste), recusam a proposta apresentada pelas montadoras de veículos de parcelar em duas vezes o reajuste salarial de 10,8% e também o abono. Apesar de comemorar a conquista do maior índice de aumento de toda a história, a categoria é contra receber uma parte neste ano e a outra só em 2011. As empresas ofereceram aumento de 9% a partir de setembro e o restante seria incorporado apenas em agosto do ano que vem. Já o abono de R$ 2,2 mil seria pago em 2 vezes: uma parte (R$ 1,1 mil) no próximo dia 20 de outubro e a outra (R$ 1 mil) em 19 de novembro de 2011. Segundo o presidente da entidade, Sérgio Nobre, uma contraproposta já foi encaminhada para os representantes patronais. O líder sindical espera por uma resposta até o dia 21 de setembro. Caso não haja acordo, “vamos partir para a mobilização”, disse ele. Ele afirmou que o cenário econômico é favorável e acredita na possibilidade de “bom senso” por parte das montadoras. As negociações envolvem cerca de 42 mil trabalhadores da Ford, Volkswagen, Mercedes Benz e Scania , em São Bernardo do Campo e nas unidades de Taubaté, São Carlos e Tatuí.

Domingo 19

Agentes do Cimi divulgam relatório após o encerramento de um encontro realizado em Porto Velho - Rondônia (região Norte) para reunir e analisar informações sobre os indígenas que ainda se mantêm isolados. No relatório, constatam que o avanço do desmatamento e a retomada de grandes obras de infraestrutura na Amazônia estão tornando cada vez mais dramática a situação dos povos indígenas e qualificam como "desesperadora" a situação de alguns grupos. Os casos mais preocupantes estariam no chamado arco do desmatamento - um território que vai do sul do estado do Amazonas (região Norte) ao Maranhão (região Nordeste). Ali, segundo os agentes do Cimi na Amazônia, "a exploração madeireira e o desmatamento, seguida da ocupação da terra

pelo gado e pelos monocultivos do agronegócio" seriam as causas da expulsão dos últimos grupos de indígenas isolados cujos vestígios ainda podem ser encontrados na região. De maneira mais ampla, o Cimi também responsabiliza a retomada de grandes projetos governamentais de infraestrutura, que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) e são destinados a facilitar o acesso e a exploração dos recursos naturais da região. O Cimi afirma que a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, em Porto Velho e de Belo Monte, no Rio Xingu - Pará (região Norte), também ameaça os índios que vivem ali. "Os licenciamentos ignoraram a presença de grupos isolados nas suas áreas de impacto, reconhecida inclusive pela Funai", diz o texto divulgado. No Maranhão, segundo os agentes da organização, que é vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), há índios de grupos isolados que perambulam por terras indígenas já demarcadas e mesmo assim correm riscos. Essas terras, de acordo com o relatório, são permanentemente invadidas por madeireiros. Os exploradores de madeira também estariam ameaçando povos na fronteira do Acre (região Norte) com o Peru.

Representantes dos trabalhadores e de 4 montadoras (Volkswagen, Ford, Scania e Mercedes-Benz) fecham um acordo que prevê reajuste salarial de 10,81% com a incorporação já na folha de pagamento de setembro, além do pagamento de abono no valor de R$ 2,2 mil, em 20 de outubro. Esse foi o maior aumento conquistado pela categoria que tem data-base em setembro e representa um adicional de 6,26% sobre a taxa de inflação acumulada no período. A oferta das montadoras já tinha sido definida, no dia 18, mas elas queriam parcelar o pagamento do reajuste com a concessão de 9%, em setembro, e 1,66%, no ano que vem. Já o abono seria pago em duas partes: a primeira (R$ 1,1 mil) em outubro e o restante em 2011. Essa proposta foi rejeitada em assembleia pelos trabalhadores. As empresas responderam ao apelo dos metalúrgicos e concordaram em efetuar o pagamento integral. A medida atenderá 42 mil metalúrgicos de unidades instaladas em São Bernardo do Campo, Taubaté, São Carlos e Tatuí. Segundo levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 97% das 290 negociações salariais apuradas pela entidade indicam reajustes iguais ou superiores à taxa de inflação, acumulada desde o último reajuste. Uma parcela dos trabalhadores da Mercedes Benz permanecem em greve.

Mais de 70 mil pessoas participam de uma caminhada na Praia de Copacabana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em defesa da liberdade religiosa. Ao som de grupos como Olodum, 6 trios elétricos animaram a manifestação, que reuniu praticantes de várias religiões. Esta foi a terceira edição da caminhada, organizada pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (Ccir) do Rio. De acordo com o interlocutor da instituição, Ivanir dos Santos, o grande destaque foi o aumento da participação de católicos e anglicanos no evento. Praticantes de wicca, hare krishnas, mulçumanos e ciganos também marcaram presença na caminhada, mas predominaram as religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé. De acordo com Ivanir, são as principais vítimas da intolerância.

Adultos e crianças com necessidades especiais participam de uma passeata celebrando o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência em Copacabana Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A idéia era chamar a atenção da população para a importância de se respeitar as diferenças, uma vez que as pessoas com deficiência, em geral, sofrem uma série de preconceitos não criminalizados pela sociedade.

2º feira 20

Os cerca de 2.700 metalúrgicos da Volvo do Brasil, instalada na Cidade Industrial de Curitiba – Paraná (região Sul), aceitam proposta da empresa, que reajusta o vale-mercado de R$ 60 para R$ 200, e decidem encerrar a greve. Durante o período da paralisação, a empresa deixou de produzir aproximadamente 150 caminhões. Os metalúrgicos da Volkswagen, em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, não receberam a proposta que queriam e optaram por continuar a paralisação. No dia 17 de setembro a direção da Volvo já havia aceitado algumas das cláusulas econômicas defendidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. Os trabalhadores terão reajuste salarial de 10,08% a partir deste mês, o que representa um aumento real de 5,55%, semelhante ao que já tinha sido conseguido pelos trabalhadores da Renault, instalada em São José dos Pinhais. Eles também tiveram a promessa de abono de R$ 4,2 mil, a serem pagos em duas parcelas, uma ainda em setembro e outra no início de outubro. Os trabalhadores da Toyota, em Indaiatuba – São Paulo (região Sudeste), decidem em assembléia realizada no final da tarde, pela manutenção da greve deflagrada no dia 16. A maioria dos 2.100 funcionários da empresa aderiu à paralisação, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região. Também continua em greve a maioria dos 800 empregados da Mercedes Benz em Campinas – São Paulo. Eles recusaram a contraproposta patronal de 10,5% e aguardam, assim como a Toyota, uma nova rodada de negociações. Apenas a Honda, em Sumaré – São Paulo decidiu aceitar a proposta patronal e retornou as atividades já no fim de semana. Os representantes dos 3 mil funcionários aceitaram o reajuste de 10,5% proposto pela Sinfavea. Os trabalhadores de duas montadoras, Toyota e Mercedes Benz insistem e pedem 17,45% de reajuste, redução da jornada de 40 h para 36 h, fim do fator previdenciário, licença-maternidade de 180 dias e auxílio-creche para filhos com até 6 anos.

3º feira 21

Três trabalhadores rurais são executados no município de Pacajá, sudoeste do Pará (região Norte). Os trabalhadores eram ligados à Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (Fetraf). Trata-se da mesma região em que foram executados os

dirigentes Batolomeu dos Santos (Brasília), Alfeu Federicci (Dema) e a irmã Dorothy. A disputa pela terra e por madeira está entre as motivações dos crimes.

Índios interditam 2 rodovias nas cidades de Ipuaçu e entre Rios, em Santa Catarina (região Sul) para reivindicarem melhores condições de saúde. Eles exigem saneamento básico, motoristas e veículos para transportar pacientes a hospitais e medicamentos. Segundo comunicado da Prefeitura de Ipuaçu, os índios reclamam de abandono por parte da Funasa. Os manifestantes estariam alegando, também, que medicamentos que deveriam ser encaminhados à farmácia em Xanxerê, não estão chegando. Aproximadamente 6 mil índios de 14 aldeias entre Ipuaçu e Entre Rios reivindicam melhorias. A comunidade indígena pretende continuar com a manifestação até ser atendida pela Funasa. O manifesto também tem o apoio de aldeias no Paraná (região Sul). Em junho de 2010, indígenas ocuparam a sede da Funasa em Florianópolis - Santa Catarina, também em manifesto contra as condições de saúde; 2 dias depois eles desocuparam o prédio após a fundação se comprometer a atender algumas das reivindicações que, segundo eles, até o momento não foram atendidas.

O movimento "Fora Roseana Sarney" reúne cerca de 2 mil estudantes, tuiteiros, líderes sindicais e representantes de movimentos sociais, como o MST, no centro de São Luís, capital do Maranhão (região Nordeste). Os integrantes do movimento se concentraram na Praça da Bíblia e seguiram em passeata pela Rua Grande até o Palácio dos Leões. Segundo a organização do evento, a ação reuniu estudantes de pelo menos 20 escolas públicas de São Luís, 20 entidades ligadas a movimentos sociais, estudantil e sindical, além de representantes de 6 partidos: PSTU, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB), PDT e Partido Socialista Brasileiro (PSB), mais membros da ala do Partido dos Trabalhadores (PT) contraria a aliança do partido com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Integrantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Movimento Estudantil Independente (MEI), dos Diretórios Centrais de Estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), do movimento Negro no Maranhão, Vale Protestar e do movimento Lesbica, Gays, Transexuais e Bissexuais (LGTB) também participam da passeata. O movimento teria tido início pela internet.

Produtores são notificados judicialmente para que paguem os valores remanescentes de desapropriações da área do Projeto Campos Lindos, no nordeste do Tocantins (região Norte). Segundo informações do site do MST, a dívida total desses 36 proprietários chegaria a R$ 156 milhões, que deverá ser rateada proporcionalmente entre eles. Entre os produtores que terão que devolver o dinheiro estaria a senadora Kátia Abreu do partido Democratas (DEM). A sentença que determina o pagamento é do juiz Francisco Vieira Filho, da Comarca de Goiatins, onde a Procuradoria Geral do Estado (PGE). O projeto atinge uma área de 105 mil ha, no município de Campos Lindos, depois da desapropriação feita por decreto do então governador Siqueira Campos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1996. Na época, a desapropriação foi classificada como de "utilidade pública" e, 3 anos depois, com a criação do projeto

agrícola, os terrenos foram repassados para produtores rurais, políticos, empresários, entre outros, a preço médio de R$ 8 o ha.

Os cerca de 6 mil servidores técnicos da UnB decidem pôr fim à greve que durou cerca de 180 dias. Desde o dia 12 de março, os servidores interromperam parte das atividades como forma de pressionar a retomada das negociações do pagamento da Unidade de Referência de Preço (URP), direito adquirido pela categoria, segundo o sindicato, desde 1989. A suspensão da greve é consequência da limitar emitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pela ministra relatora do processo Cármen Lúcia, no dia 16 que manteve o pagamento da gratificação de 26,05% do salário De acordo com o coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), Cosmo Balbino, haverá um novo encontro na próxima semana para acertar outras questões. O termo de compromisso que deve ser discutido com a reitoria da UnB tem como objetivo evitar que funcionários em estágio probatório sejam punidos pela greve, estendendo o benefício para toda a categoria, inclusive para aqueles que não impetraram ação trabalhista. O servidor do Instituto de Física da Universidade de Brasília Marcelo Parise, que fez greve de fome em sinal de protesto por quase 7 dias, avaliou o término da greve como positivo. Além da reincorporação dos 26,05%, o sindicato negocia o pagamento da salário referente aos dias paralisados, que deve ser calculado desde a expedição do mandado de segurança no dia 12 de maio.

Um grupo de manifestantes se reúne em frente ao palácio do governo do Amapá (região Norte) para pedir o afastamento do governador, Pedro Paulo Dias do Partido Progressista (PP). O governador enfrentou protestos na volta ao trabalho, durante a cerimônia de posse. O movimento, chamado de Mãos Limpas em alusão à operação da Polícia Federal (PF), apóia o pedido de *impeachment* de Dias, protocolado na ultima semana na Assembleia Legislativa do estado. Segundo a coordenadoria de Comunicação do estado, a volta ao governo foi marcada por uma cerimônia simples. Durante o discurso, Dias disse, aos prantos, que era inocente e ainda questionou a ação da PF. Dias afirmou que não renunciará ao governo. Após 9 dias preso em Brasília, o governador reassumiu o cargo no dia 20. Segundo dados da Polícia Militar do Amapá, cerca de 20 mil pessoas participaram da carreata de recepção do governador, que foi feita no percurso entre o aeroporto e a praça Beira Rio. A Operação Mãos Limpas investiga um esquema de desvio de recursos que envolve o governador Pedro Paulo Dias, o ex-governador do estado Waldez Góes; o ex-secretário de Educação José Adauto Santos Bitencourt; o empresário Alexandre Gomes de Albuquerque e mais 12 pessoas. As investigações, iniciadas em 2009, revelaram indícios de um esquema de desvio de recursos da União, que eram repassados à Secretaria de Educação do Amapá, provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Além da Secretaria de Educação, outros órgãos do governo do Amapá, como a Assembleia Legislativa, a prefeitura de Macapá, o Tribunal de Contas do Estado, as secretarias estaduais de Justiça e Segurança Pública, Saúde, Inclusão e Mobilização Social, Desporto e Lazer, além do Instituto de Administração Penitenciária estão

envolvidos no escândalo. O Ministério Público da União (MPU) disse hoje que não vai pedir nova prisão de Dias, nem o afastamento do governador do cargo, porque o fato dele estar no governo exercendo suas funções não atrapalhará a investigação.

Ambientalistas realizam manifestação na Boca Maldita, no centro de Curitiba – Paraná (região Sul), contra a aprovação do projeto de lei que prevê a flexibilização do atual Código Florestal. A população está assinando o Manifesto de Curitiba documento que será encaminhado às autoridades políticas do Executivo e do Legislativo e aos candidatos às eleições deste ano. "Nossa perspectiva é colher pelo menos 50 mil assinaturas. A nossa legislação ambiental é respeitada em todo o mundo, não pode sofrer alterações que vão aumentar o desmatamento na Amazônia, em beiras de rio, encostas de morro, enfim, em áreas frágeis, que poderão ser passíveis de desmatamento", disse o ambientalista Christopher Blum, da organização não governamental (ONG) Sociedade Chauá, que promove o evento, junto com um grupo de estudantes, o Ecoberrantes, e com apoio da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. Eles protestam contra o novo Código Florestal, de relatoria do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), cuja aprovação resultará, segundo os ambientalistas, em danos irreparáveis aos ambientes naturais e à qualidade de vida da população brasileira. Dentre as ações para reverter a redução da cobertura florestal no estado, o governo paranaense desenvolve o Programa Mata Ciliar, que tem 110 milhões de mudas plantadas, por mais de 86 mil agricultores. O Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica no estado, mostra que o Paraná reduziu o desmatamento de 3.326 ha, entre 2005 e 2008, para 2.699 ha no período de 2008 a 2010.

Um grupo de organizações ambientalistas protocola, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as respostas dos 4 principais candidatos à Presidência da República – Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva do Partido Verde (PV) e Plínio de Arruda Sampaio (P-SOL) – a questões ligadas a mudanças no Código Florestal. Elas querem que os posicionamentos dos presidenciáveis sejam anexados aos seus respectivos programas de governos. Em resposta a um questionário de 7 perguntas, feito por 12 entidades ambientalistas, todos os candidatos se manifestaram contra os principais pontos do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que atenua a legislação ambiental, inclusive com brechas para anistia de desmatadores. Os presidenciáveis se dizem contra a anistia para quem desmatou ilegalmente e não consideram o Código Florestal um entrave ao desenvolvimento do agronegócio. Em relação à ocupação de encostas e margens de rios, Dilma, Serra, Marina e Plínio se manifestaram contrários ao uso desordenado dessas e de outras áreas de preservação e defenderam a recuperação e regularização dos locais. Apesar do relatório do deputado Aldo Rebelo ter sido aprovado na subcomissão da Câmara criada para avaliar as mudanças no Código Florestal, os 4 presidenciáveis consideram o assunto ainda aberto a discussões após o período eleitoral e defendem maior participação de outros setores da sociedade na avaliação das propostas. Para o coordenador do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental (ISA), Raul do Valle, o registro das respostas dos candidatos no TSE complementa os programas de governo – que não tratavam das mudanças do

Código Florestal de forma aprofundada. O registro, também vai permitir, segundo Valle, que os eleitores possam cobrar do próximo presidente ações contra o desmonte da legislação ambiental.

Mais de 100 organizações da sociedade civil brasileira e internacional enviam uma notificação extrajudicial ao Banco do Brasil, exigindo que o banco não financie a usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu – Pará (região Norte). O documento levanta os diversos problemas socioambientais e de direitos humanos que a usina de Belo Monte deve causar, como impactos na qualidade da água ou a seca que a usina causará na Volta Grande do Xingu, onde vivem centenas de famílias que dependem do rio para sobreviver, além de problemas no processo de licenciamento da usina. Segundo Roland Widmer, coordenador de Eco-Finanças da organização Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, o projeto atual de Belo Monte violaria a Constituição, que reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que ocupam, inclusive as utilizadas para suas atividades produtivas. Além da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, aderiram à notificação organizações como Greenpeace, Movimento Xingu Vivo para Sempre, International Rivers, Instituto Socioambiental (ISA), Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e BankTrack, entre as mais de 100 organizações e grupos.

Os bancários do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) paralisam 45 agências de vários bancos na Avenida Rio Branco, principal via no centro da capital. De acordo com um dos diretores do Sindicato dos Bancários no Rio de Janeiro, Marcelo Azevedo, as paralisações são decorrentes de um longo processo "em que o patronato, apesar de ser o que mais lucra no país, não apresentou nada à categoria". “Se a negociação não avançar e não tiver nenhuma resposta concreta e aceitável para os bancários e bancárias, nós vamos fazer uma grande assembleia no dia 28. E no dia 29 vamos deflagrar a greve nacional da categoria”, destacou. Azevedo enfatizou que, apesar do lucro dos bancos, há registro de muitas demissões. Além disso, a categoria é uma das que mais tem recorrido a tratamentos psiquiátricos, dependência química e sofrido com doenças no trabalho. Os bancários reivindicam 11% de reajuste, participação nos lucros e resultados (PLR) de três salários, mais R$ 4,5 mil. Também estão na pauta questões relacionadas a assédio moral, dignidade, local de trabalho e diversidade. São Paulo concentrou a maior movimentação de bancários. Pela manhã, cerca de 6 mil trabalhadores participaram de um ato no centro da capital paulista. Além disso, 63 agências e 5 prédios administrativos atrasaram a abertura em uma hora.

4º feira 22

Entidades e movimentos sociais brasileiros – entre eles, a Via Campesina Brasil - promovem ato em frente ao Consulado do Chile na cidade de São Paulo, São Paulo (região Sudeste). As entidades, entre elas, a Articulação Continental dos Movimentos Sociais da ALBA, Via Campesina – Brasil e o MST, manifestam sua solidariedade e

preocupação com o estado de saúde dos presos políticos do Povo Mapuche que estao há mais de 60 dias em greve de fome, em defesa de seus territórios e contra a lei Antiterror que criminaliza as lutas sociais. “Em um país democrático, se garante plenamente o direito dos seus povos originários e a liberdade de expressão. O Estado chileno deve saldar a enorme dívida histórica que tem com este povo, que vem resistindo e enfrentando um verdadeiro genocídio étnico e cultural”, afirmam os movimentos em carta que será entregue na atividade.

O *Diário Oficial da União* publica a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condena o Brasil ao pagamento de indenizações às vítimas do caso Escher. Arlei José Escher, Dalton Luciano de Vargas, Delfino José Becker, Pedro Alves Cabral e Celso Aghinoni, integrantes de associações que mantinham vínculos com o MST no Paraná, tiveram suas ligações telefônicas monitoradas por decisão judicial que foi considerada ilegal, já que o pedido não tinha a notificação do Ministério Público nem fundamentação. A sentença que condena o Brasil a título de dano imaterial também obriga o país a pagar US$ 20 mil a cada vítima e a investigar os fatos que geraram as violações. A decisão é de julho de 2009. O governo brasileiro publicou no *Diário Oficial da União*, neste dia 22, decreto em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aceita a decisão da corte e autoriza a Secretaria de Direitos Humanos a cumprir a sentença. O caso foi levado à corte em maio de 2003. Diante da morosidade e da suspeita de conivência de autoridades responsáveis pela investigação, as organizações não governamentais Justiça Global, Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap), MST, Terra de Direitos e CPT iniciaram o trâmite no Sistema Interamericano de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Representantes do Cimi, do MST, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Via Campesina realizaram ato simbólico em frente à embaixada do Chile, em Brasília - Distrito Federal (Região Centro-Oeste). O objetivo da manifestação é protocolar um documento destas entidades relacionado à greve de fome de indígenas Mapuche no país, que já dura mais de 60 dias e protestam contra a lei Antiterror. No documento entregue, as entidades manifestam total solidariedade ao Povo Mapuche e repudiam energicamente a aplicação da denominada Lei Antiterror, como instrumento para calar a voz dos movimentos sociais.

A Presidência da CNBB divulga nota pedindo a demarcação das terras do povo Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste). A CNBB repudia a violência que os indígenas têm sofrido especialmente nas comunidades Y’poí, no município de Paranhos, e Ita’y Ka’aguyrusu, em Douradina, Mato Grosso do Sul. “São ataques a mão armada numa brutal intimidação aos habitantes dessas comunidades que se vêem não só cerceadas no seu direito de ir e vir como também privadas de bens essenciais à vida como água, comida, educação e saúde”, diz a nota. A CNBB afirma que a situação exige uma solução “rápida, urgente e eficaz” e “dirige um veemente apelo ao governo para que faça cumprir os dispositivos da Constituição Federal de demarcar as áreas tradicionalmente ocupadas pelos Guarani-Kaiowá”.

Os bancários do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) paralisam parcialmente, as atividades nas agências do centro da cidade. A iniciativa faz parte do Dia Nacional de Luta da categoria. De acordo com um dos diretores do Sindicato dos Bancários no Rio de Janeiro, Marcelo Azevedo, apesar do lucro dos bancos, há registro de muitas demissões. Além disso, a categoria é uma das que mais tem recorrido a tratamentos psiquiátricos, dependência química e sofrido com doenças no trabalho. Os bancários reivindicam 11% de reajuste, participação nos lucros e resultados (PLR) de três salários, mais R$ 4,5 mil. Também estão na pauta questões relacionadas a assédio moral, dignidade, local de trabalho e diversidade. A Fenaban informou, por meio de sua assessoria, que a paralisação ocorre fora de contexto já que na semana passada foi acertado em reunião que as propostas seriam apresentadas hoje. A federação entende como legítimas as manifestações e passeatas, mas não concorda com a paralisação no momento em que um acordo está em negociação. No Distrito Federal - Brasília (região Centro-oeste), a manifestação ocorreu no Setor Bancário Sul, onde os sindicalistas abordaram clientes e anunciaram as reivindicações apresentadas à Fenaban em frente às agências da região.

Mais de 300 ciclistas, organizados pelo Movimento Bicicleata Pará, pedalam pelas ruas Belém - Pará (região Norte) em protesto pelo Dia Mundial Sem Carro, exigindo mais respeito no trânsito. Representantes da marca CTBike, em alusão à Companhia de Trânsito de Belém (CTBel), multam mais de 100 carros estacionados irregularmente na ciclofaixa da Avenida Visconde de Souza Franco, dialogando com os pedestres sobre a importância do respeito à vida no trânsito e meios sustentáveis de transporte. O ponto alto do protesto foi o momento em que cerca de 200 cicloativistas encontram o passeio organizado pela Prefeitura de Belém, com pouco mais de 100 ciclistas. Pelo segundo ano consecutivo, o Prefeito Duciomar Costa tentou promover a sua gestão junto à categoria através de um passeio comemorativo, distribuindo camisetas e sorteando prêmios. O passeio, entretanto, é interceptado e transforma-se em protesto. O passeio que serviria para promover a gestão municipal, transforma-se em ato político contra Duciomar Costa, acusado pelos participantes do evento de "assassino de ciclistas", por não ter construído ciclovias na cidade. O protesto desviou o percurso do passeio oficial e passou em frente à casa do prefeito, onde os manifestantes encenaram a morte de um ciclista por um ônibus. A Bicicletada é um movimento onde ciclistas se juntam para reivindicar seu espaço nas ruas. Serve para divulgar a bicicleta como um meio de transporte, criar condições favoráveis para o uso deste veículo e tornar mais ecológicos e sustentáveis os sistemas de transporte de pessoas, principalmente no meio urbano.

5º feira 23

O MST assina manifesto contra a terceirização do sistema de saúde, com a criação das chamadas “organizações sociais”, conhecidas como “OS”, que celebram contratos para a prestação de serviços privados ao Estado para a garantia de direitos social previsto na

Constituição. O manifesto, lançado por uma frente de organizações da área da saúde, solicita ao Supremo Tribunal Federal (STF) que acate a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.923/98 contra a lei que institucionaliza a terceirização do sistema de saúde, classificada como inconstitucional. "As organizações sociais representam uma terceirização dos serviços públicos de saúde, que a Constituição brasileira garante, como direito de todos e dever do Estado. Em última instância, é o acirramento de todo um processo de privatização do Sistema Único de Saúde, iniciado no governo Collor", afirma o integrante da coordenação nacional do setor de saúde do MST, André Rocha.

Decreto publicado no *Diário Oficial da União* autoriza a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a providenciar o que for necessário para o cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre o caso Sétimo Garibaldi. Em 1998, Garibaldi foi atingido por um tiro durante uma desocupação extrajudicial de um acampamento do MST na Fazenda São Francisco, em Querência do Norte, no Paraná. Ferido na coxa, Garibaldi morreu em seguida. O crime foi denunciado, mas os suspeitos nunca foram presos e o inquérito foi arquivado.O assassinato foi denunciado em 2003 à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que foi informada também do posterior arquivamento não fundamentado do inquérito policial. Em 2007, a comissão enviou o caso à corte, que em novembro do ano passado decidiu pela condenação do Estado brasileiro. Na sentença, a corte da OEA diz que o Estado brasileiro violou os direitos às garantias judiciais e à proteção judicial e acusa a Justiça de demora excessiva na apuração do caso. O decreto publicado hoje determina que a viúva, Iracema Garibaldi, receba US$ 52.142,86 e cada um dos seis filhos do agricultor US$ 21.142,86. Os valores serão convertidos em reais.

Manifestantes que acompanham o segundo dia de julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da candidatura de Joaquim Roriz do Partido Social Cristão (PSC) ao governo do Distrito Federal realizam protesto em Brasília – Distrito Federal (regiao Centro-oeste). As 14 horas, grupos pró e contra Roriz começaram a se concentrar em frente à sede do STF, na Praça dos Três Poderes. A candidatura de Joaquim Roriz foi questionada pelo PSOL com base na Lei da Ficha Limpa. Em 2007, ele renunciou ao Senado para escapar de um processo de cassação. O julgamento no STF foi interrompido no dia 22 de setembro por causa de um pedido de vista do ministro José Antonio Dias Toffoli e retomado no início da tarde.

Cerca de 250 manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ocupam o Ministério das Cidades em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Zezito Alves, coordenador do MTST, explicou que há risco de despejo imediato de famílias em pelo menos 3 estados – Minas Gerais, São Paulo (região Sudeste) e Amazonas (região Norte). No Distrito Federal (região Centro-oeste) e no Pará (região Norte), segundo ele, os despejos também podem ocorrer, mas já há negociações em andamento. De acordo com o MTST, os despejos ocorrem por causa de obras de infraestrutura voltadas para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. O

movimento cobra do ministério que os despejos sejam interrompidos e que as famílias sejam removidas e realocadas em locais onde há condições melhores de moradia. Nos últimos dias, o MTST bloqueou rodovias em diversos estados. Os manifestantes que, a princípio, ocupavam a entrada do Ministério das Cidades, aguardam a conclusão da reunião no auditório do prédio. Os dirigentes foram recebidos pelo secretário Nacional de Programa Urbanos, Celso Santos Carvalho e pela secretária Nacional de Habitação Inês Magalhães, enquanto os manifestantes aguardaram a conclusão da reunião no auditório do prédio. Segundo os representantes do Ministério, as políticas de infraestrutura criadas para atender a realização dos eventos esportivos têm como diretriz principal desenvolver o país beneficiando a população como um todo. O governo não compactua com expulsão de famílias, disseram os secretários nacionais, destacando que existem políticas de moradia para atender às famílias. O Ministério se comprometeu a intermediar as negociações nos casos em que os terrenos são dos municípios ou particulares. E destacaram que a diretriz do governo federal é de, nesses casos, negociar para evitar desfecho trágico e não criminalizar os movimentos sociais.

Movimentos sociais e partidos políticos se reunem para protestar contra a cobertura eleitoral feita pelos grandes veículos da mídia comercial. De acordo com os participantes do Ato contra o Golpismo Midiático, jornais e revistas desses conglomerados de comunicação social, com sede em São Paulo e no Rio de Janeiro, estão agindo contra a candidatura do PT à Presidência da República. A manifestação foi organizada pelo Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé e realizada no auditório do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP) em São Paulo – SP (região Sudeste). O local, com 120 poltronas, ficou completamente lotado por mais de uma hora. Quase 300 pessoas participaram do ato. Muitas não conseguiram entrar na sala e ficaram nos corredores do sindicato. Segundo comunicado distribuído pelo Sindicato dos Jornalistas de SP, a mídia comercial tem veiculado "baixarias e de denúncias sem provas" contra a candidatura do PT à Presidência da República. Isso, conforme a entidade, ocupa mais espaço na cobertura eleitoral desses veículos que a discussão de propostas para o país. Para o presidente do SJSP, José Augusto Camargo, a estratégia da mídia comercial, apesar de intensa, está se mostrando ineficiente para mudar os rumos da eleição presidencial. "A sociedade brasileira mudou. Esta mídia não dialoga mais com a população. Então, ela está fazendo um movimento de tentar influenciar, dar um golpe midiático, para um público que não é o seu, que não lê os jornais". O presidente do PCdoB, Renato Rabelo, rejeitou as acusações de que o ato seria uma forma de tentar censurar o trabalho da imprensa.. "Nós somos os verdadeiros defensores da liberdade de expressão", garantiu ele, ao discursar. O coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro, disse que a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos donos favorece à perseguição dos movimentos sociais. Por isso, ele defendeu que o próximo governo busque uma maior democratização desse setor.

6º feira 24

Estudantes do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Católica de Brasília (UCB), em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste) protestam contra um debate organizado pela UCB, pela Rede Vida de Televisão e pela CNBB entre candidatos dos partidos "mais bem votados" à Presidência da República. O protesto era contra a exclusão dos partidos menores do debate oficial do canal de televisão e contra uma série de medidas tomadas pela UCB para a promoção do debate. A reitoria da UCB chegou a chamar a polícia para reprimir a manifestação e os estudantes foram impedidos de entrar até mesmo no espaço do DCE. Eles organizaram um debate para protestar contra o debate da UCB e denunciar a "ditadura" imposta aos estudantes. Por conta do evento, a direção da universidade modificou toda a rotina dos estudantes, professores e funcionários. Salas de aula e espaços coletivos foram fechados para garantir a "segurança" dos presidenciáveis. Segundo os manifestantes, "o mais escandaloso, no entanto, foi durante o próprio debate", devido ao fechamento das portas pelas polícias Militar e Federal. Os candidatos presentes ao debate eram do PT, do PSDB, do PV e do PSOL.

Sábado 25

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, rede de 46 Organizações Não Governamentais (ONG) que apresentou a Lei da Ficha Limpa, considera que a nova legislação - debatida pelo Supremo Tribunal Federal (STF),em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste) em votação empatada sem proclamação de resultado - é constitucional e está em vigência. A interpretação das entidades, entre as quais a CNBB e a OAB, é de que como a lei não foi rejeitada por maioria absoluta, conforme prevê o artigo 97 da Constituição, prevalece o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que aprovou a Lei da Ficha Limpa e do próprio STF, que determina em seu regimento interno e na súmula vinculante 10 que em caso de empate a tese da manutenção da lei contestada será considerada vencedora. Nem mesmo a renúncia de Joaquim Roriz, responsável pelo recurso contra a lei no STF, é vista pelo movimento como obstáculo à vigência da lei. "Para nós, observando a legislação, a lei é constitucional", afirmou o juiz eleitoral Márlon Reis, um dos líderes do movimento. Na interpretação de juristas, a renúncia de Roriz extinguiu a ação no STF. Para Daniel Seidel, secretário executivo da Comissão Brasileira de Justiça de Paz, não houve prejuízo à decisão com a renúncia do candidato. "A renúncia indica que ele assume ser realmente ficha-suja". A interpretação do movimento é de que houve o julgamento, havia quorum suficiente e o empate beneficia a visão em defesa da lei na tese em disputa, segundo a qual a Ficha Limpa é plenamente constitucional. "O julgamento já acabou, falta apenas proclamar o resultado", defendeu Reis. As entidades prometem manter a pressão sobre o STF, para que os ministros decidam de fato sobre a questão,

inclusive com protestos como o feito em frente ao STF. "Pega muito mal para a corte suprema deixar algo tão importante sem definição", comentou Reis.

O Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil lança estudo sobre os impactos da soja, com foco nos reflexos em Terras Indígenas (TI's) do Mato Grosso (região Centro-oeste). Maior produtor do grão no país, o Mato Grosso abriga também o maior número de TI's. O estudo denuncia invasão de Terras Indígenas no estado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, apenas 44 (ou 31,2%) dos 141 municípios do estado não cultivavam soja ou não tinham registro da cultura. No mesmo ano, 54 cidades (38,3%) tinham entre 10 mil e 575 mil ha de soja. Das 78 TIs listadas pela Funai, ao menos 30 ficam em municípios com mais de 10 mil ha de soja. Problemas inerentes à produção de soja no Cerrado, como desmatamento, desertificação, pressão sobre os territórios, contaminação de solos e de cursos de água já têm afetado várias aldeias indígenas. Um dos casos mais graves é a invasão e o desmatamento dentro da TI Maraiwatsede. Homologada pelo governo federal em 1998 com extensão de 165 mil ha, a área permanece com 90% de seu território tomado ilegalmente por fazendeiros e posseiros não indígenas, majoritariamente criadores de gado e produtores de soja e arroz. Estas atividades são responsáveis por um dos maiores desflorestamentos registrados em áreas protegidas no Mato Grosso: 45% da mata nativa da TI Maraiwatsede já foi destruída, como aponta o Relatório 2010 do Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). Entre os invasores, estão vereadores, o ex-prefeito de Alto Boa Vista, no estado, bem como o atual prefeito da cidade e seu irmão. Duas fazendas de soja são as maiores responsáveis pelo desmatamento ilegal da área, tendo sido multadas várias vezes pelo Ibama e agora denunciadas também pelo Ministério Público Federal (MPF). O estudo destrincha este caso e aborda ainda a pressão da sojicultura em outras áreas, como a TI Sangradouro, também dos Xavantes, e terras de Paresi, Irantxe e Nambikwara.

Pequenos produtores rurais e um grupo de índios que representa 86 famílias indígenas Guarani-Kaiowá entram em conflito devido à indefinição na demarcação da Terra Indígena Panambi, em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O conflito se dá no acampamento Ita'y Ka'aguyrusu, de 3 ha de área. Conforme nota da PF, os indígenas acusam os produtores rurais de utilizar fogos de artifício e tiros para o alto na tentativa de amedrontá-los e levá-los a sair da terra. Os produtores afirmam que os índios revidam com pedras e pedaços de pau. Os indígenas ocupam a área há cerca de 20 dias. O embate entre indígenas e agricultores naquele ponto do estado começou no fim da década de 40, quando o governo Getúlio Vargas promoveu a colonização de 300 mil ha na região. Apesar de os indígenas terem ocupado 400 ha na região e a Funai ter demarcado 2.037 ha para reserva indígena, atualmente, na região, pequenos agricultores (com títulos de até 200 ha) usam a terra para o plantio de milho e soja, entre outras culturas. Em 2005, a Funai criou um grupo de trabalho para retomar a demarcação, mas apenas em 2009 o laudo antropológico foi finalizado. Conforme o Decreto 1.775/1996 e a Portaria 14/1996 do Ministério da Justiça, o estudo é fundamental para a demarcação. O laudo foi protocolado na Funai no dia 4 de maio de 2009, mas a demarcação ainda

não foi retomada. Segundo o ofício 337, de 1/9/2010, do presidente da Funai, Márcio Meira, o laudo não apresentava "os conteúdos em conformidade" com a legislação de demarcação e uma reunião (sem data marcada) será feita na Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação da Funai para adequação. Para Egon Heck, coordenador regional do Cimi em Mato Grosso do Sul, quem criou o problema foi o governo federal. A Funai, por sua parte, teria se omitido. O presidente do Sindicato Rural de Douradina, Cláudio Pradella, diz que os produtores rurais entrarão com um pedido de reintegração de posse para que os índios desocupem a área do acampamento.

Grupos de ativistas pelos direitos animais se manifestam na abertura da 29 Bienal de Arte de São Paulo - SP (região Sudeste), em repúdio ao uso de 3 urubus como objetos de arte em uma das exposições do evento, que permanecerá ate dezembro. Enquanto a própria Fundação Bienal afirma que a mostra é um espaço de "livre pensar e de debate, onde artistas e sociedade possam encaminhar temas de relevância", e que "esse debate deve se dar no campo das idéias, dentro dos limites da lei e do respeito", os ativistas afirmam que o seu direito de livre manifestação é usurpado com agressões, pois a obra "que fere os limites do respeito a outros seres que ali estão sendo explorados involuntariamente" continua exposta. Após não terem sua solicitação de libertação dos animais atendida, os ativistas escrevem sobre a obra: "Liberte os urubus".

Domingo 26

Cerca de 200 manifestantes vão às ruas no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votem favoravelmente à validade da Lei da Ficha Limpa para a próxima eleição.

Alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Rio Grande do Sul (região Sul), que se declaram brancos, escrevem manifesto em que denunciam o racismo contra negros e indígenas na universidade e, de forma mais ampla, na sociedade. Eles afirmam que há um "contexto de exclusão estrutural de negros e indígenas dos benefícios e espaços de cidadania produzidos por nossa sociedade e onde, ao mesmo tempo, é produzida uma teia de privilégios a nós brancos, que torna completamente desigual e desumana nossa convivência". Eles lembram que o racismo não é apenas um "problema dos negros", mas também de brancos. Os estudantes exigem a imediata aprovação de Ações Afirmativas de Reparação às populações negras e indígenas e a inclusão da UFRGS no sistema de cotas já no próximo vestibular. Explicam que, apesar de ser comprovado que biologicamente não existem raças distintas entre humanos, esse conceito é uma realidade sociológica.

2º feira 27

Cerca 50 famílias do MST ocupam a fazenda Lavoura Seca, a 4 Km do centro de Quixadá, no sertão central do Ceará (região Nordeste). A área pertence ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas é utilizada pela prefeitura municipal de Quixadá e pela Universidade Federal do Ceará (UFCE), que desenvolvem na área um projeto experimental. As famílias reivindicam a área para fins de Reforma Agrária, para que possam trabalhar e construir suas moradias. Além da fazenda Lavoura Seca, o MST reivindica a vistoria e imissão de posse de outras áreas no município. "Ainda há muitos latifúndios e concentração de terras em Quixadá", afirma o coordenador do MST Ricardo Messias. A ação conta também com apoio de várias entidades do município, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá.

Cerca de 300 manifestantes liderados pela senadora Kátia Abreu, vão até a sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Palmas - Tocantins (região Norte) protestar contra a censura. Por 4 votos a 2, o TRE-TO cassou no dia 26 a liminar do desembargador Liberato Póvoa que decretou censura ao estado e a outros 83 meios de comunicação no dia 24. A censura foi pedida pela coligação do governador do Estado, Carlos Gaguim do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que concorre à reeleição por uma aliança que conta com o PT e o PC do B e é apoiada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua candidata, Dilma Rousseff. Wilson Pedrosa/AE. Gaguim é acusado pelo Ministério Público de estar envolvido num esquema de fraudes de R$ 615 milhões em licitações dirigidas em 11 prefeituras de São Paulo e do Tocantins. Ele recorreu à censura - e a conseguiu, para evitar que as notícias a seu respeito fossem utilizadas pela coligação de seu oponente, o tucano Siqueira Campos. Ao perceber o alcance político da decisão do desembargador Liberato Póvoa, e o desgaste que ela estava causando, Gaguim tentou fazer uma manobra jurídica. Recorreu ao TRE solicitando que mudasse a liminar, reduzindo seu alcance apenas para proibir a coligação de Siqueira Campos de mostrar as denúncias na TV, liberando os veículos de comunicação da censura. Mas o TRE rejeitou o pedido. Como caiu toda a liminar, os adversários de Gaguim poderão utilizar as denúncias contra o governador no horário eleitoral.

Moradores da Favela Real Parque, realizam protesto na zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste). O ato fechou parcialmente a Marginal Pinheiros no sentido Interlagos, na região do Morumbi, às 20h. Apenas a pista expressa da marginal ficou liberada. Os manifestantes atearam fogo em um ônibus e em pneus, colocados na pista. Alguns moradores chegaram a entrar em confronto com a tropa de choque da Polícia Militar (PM), que tentava desobstruir a via. Os manifestantes atiraram pedras na polícia que revidou com tiros de balas de borracha. Os moradores realizam o protesto 3 dias após um incêndio ter atingido a favela. Mais de 300 barracos foram destruídos. Segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), a manifestação chegou a causar 7 Km de lentidão na marginal.

O governo do Espírito Santo (região Sudeste) anuncia que desativou a carceragem do Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Vila Velha, município da região

metropolitana de Vitória. De acordo com o governo, a desativação foi possível devido à entrega do Centro de Detenção de Provisória Masculino de Vila Velha, com 500 vagas, construído próximo a BR-101 Sul, em Vila Velha. A superlotação e as más condições da carceragem foram relatadas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que chegou a sugerir ao Ministério Público intervenção federal no estado. De acordo com o relatório, com capacidade para abrigar cerca de 30 presos, o DPJ de Vila Velha chegou a abrigar 300 pessoas. A carceragem também esteve no rol dos presídios capixabas denunciados em maio deste ano ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), devido ao tratamento degradante dado aos presos. As denúncias motivaram um pedido da OEA para que o governo brasileiro tomasse providências urgentes em relação à situação dos presos da unidade como forma de garantir a integridade física dos encarcerados. De acordo com o governo do estado, o novo presídio fará parte de um complexo penitenciário com outras quatro penitenciárias para regime fechado e semiaberto.

3º feira 28

Cerca de 70 famílias ligadas ao MST sofrem despejo pela PM, na fazenda São Rafael, município de Paripueira, ao Sul de Maceió - Alagoas (região Nordeste). As famílias estão acampadas na área há 6 anos. A antiga proprietária requereu reintegração de posse da área. Foi realizada uma audiência, mas a proprietária da fazenda não aceita o acordo. O contingente utilizado para ameaçar os trabalhadores rurais é "de 3 policiais para um sem terra", segundo um dos dirigentes locais. O Centro de Gerenciamento de Crises, Direitos Humanos e Polícia Comunitária (CGCDHPC) da PM convenceu os agricultores a deixarem a área pacificamente e se abrigarem no acampamento Santa Quitéria, próximo ao local. O acampamento da fazenda São Rafael está localizado em frente ao assentamento Primavera, área de referência da Reforma Agrária no município.

Estudantes secundaristas e universitários brasileiros pertencentes a coletivos de curso, oposições de base e grêmios agrupados nacionalmente na Rede Estudantil Classista e Combativa (RECC), manifestam solidariedade à juventude argentina na defesa de seus direitos. Nas últimas semanas os estudantes argentinos têm se confrontado com o governo Macri e Kirchner na defesa da educação pública. Eles já realizaram 30 ocupações de escolas e faculdades. O auge das mobilizações ocorreu no ultimo dia 16 de setembro, quando ocorreu uma grande mobilização em homenagem aos desaparecidos na "Noite do Lápis", nome da operação militar que ocorreu a exatos 34 anos durante o período da ditadura Civil-Militar Argentina. Essa operação torturou e matou 6 estudantes secundaristas, deixando outros tantos feridos, que lutavam em defesa do Passe-Livre estudantil. Estima-se que a manifestação do ultimo dia 16 contou com cerca de 40 mil manifestantes entre estudantes e trabalhadores, nas ruas de Buenos Aires.

4º feira 29

A greve nacional dos bancários fecha 3.864 agências em todo o país, segundo balanço da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). O movimento atinge 26 estados e o Distrito Federal - Brasília (região Centro-oeste) e não tem prazo para acabar. Segundo o presidente da Contraf, Carlos Cordeiro, em nota divulgada pela entidade sindical, a grande adesão à paralisação reflete o descontentamento da categoria com as instituições financeiras. "Essa grande participação na greve mostra a indignação dos trabalhadores com os bancos. Apesar de apresentarem crescimento médio de 32% no lucro líquido do primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2009, os bancos só ofereceram o índice de inflação de 4,29%, ou seja, zero de aumento real". A categoria tem data-base em 1º de setembro e reivindica aumento de 11%, piso salarial de R$ 1,51 mil para portaria, R$ 2,15 mil para escriturário, R$ 2,91 mil para caixas, R$ 3,64 mil para primeiro-comissionado e R$ 4,85 mil para primeiro-gerente. Os bancários pedem ainda Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de três salários mais R$ 4 mil fixos, aumento para um salário mínimo do valor do auxílio-refeição, mais contratações, medidas de proteção à saúde do trabalhador e ao emprego, entre outras reivindicações. A Fenaban informou, também em nota, que irá adotar "as medidas legais cabíveis e necessárias para garantir o acesso e o atendimento da população nas agências". A entidade informou que os bancos estão dispostos a discutir a concessão de aumento real. "A Fenaban aceita discutir reajuste real dos salários e demais benefícios da convenção coletiva, inclusive a participação nos lucros e resultados. Mas não pode aceitar um índice exagerado como o pleiteado pelos sindicatos", afirmou a entidade.

A greve nacional dos bancários, consegue a adesão de 100% das agências de bancos públicos e privados no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Já em bairros das zonas Sul, Norte e Oeste, a adesão à greve foi insignificante e as agências abriram normalmente, de acordo com o sindicato dos bancários no estado. A categoria reivindica aumento salarial de 11%, mas a proposta da Fenaban é de reajuste baseado no índice de inflação de 4,29% para salários e para os auxílios alimentação e refeição. O presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Almir Aguiar, afirmou que a proposta da Fenaban foi descartada pela categoria. "Ninguém votou contra [a greve]. Os participantes entenderam que a proposta é insuficiente. Os banqueiros têm um lucro muito grande e nós não queremos fazer uma discussão só da questão econômica, como também da saúde do trabalhador e das condições de trabalho", disse. Além do reajuste salarial de 11% e da elevação dos auxílios refeição e alimentação e creche, os bancários querem Participação nos Lucros e Resultados (PLR), valorização dos pisos salariais, combate às metas abusivas, fim do assédio moral, plano de carreiras, cargos e salários em todos os bancos, proteção ao emprego, mais contratações, auxílio-educação e segurança para os funcionários contra assaltos. De acordo com o presidente do sindicato, a Fenaban alega que a maioria das reivindicações apresentadas pela categoria são questões que devem ser negociadas nas próprias agências.

5º feira 30

Bancários anunciam que não há previsão para a retomada das atividades. A categoria está em greve desde o dia 29 de setembro e o pedido de negociação feito aos empregadores ainda não foi atendido. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Finaneiro (Contraf-CUT), aproximadamente 5.5 mil agências bancárias estão de portas fechadas em todo o país. Ele denuncia que os bancários trabalham num clima de opressão. A Confederação considera absurdo o reajuste inferior a 5% oferecido pelos bancos e lembra que o problema é de interesse de toda a população, pois a lucratividade dessas instituições está relacionada à alta taxa de juros aplicados sobre o crédito. A segurança dos trabalhadores e clientes também está em pauta. A cada 15 dias, uma pessoa morre durante assaltos em agências bancárias. A categoria, que faz a negociação salarial nacionalmente, incluindo instituições públicas e privadas, reivindica 11% de reajuste salarial, além da ampliação de benefícios. A negociação com os bancos começou no dia 11 de agosto e não avançou. A Fenaban ofereceu apenas a reposição da inflação, mas admitiu a possibilidade de negociar aumentos reais de salário. A adesão da categoria chegou a 75% na capital do Rio de Janeiro (Região Sudeste). De acordo com nota divulgada pelo Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, dos 21 mil bancários do estado, cerca de 15.700 estão em greve. Estão fechadas 697 das 930 agências de bancos privados e públicos em todo o município. O sindicato dos bancários informou ainda que a maior adesão à greve se concentra no centro da cidade do Rio, onde quase 100% dos bancos estão fechados. Em seguida, na zona norte e zona oeste. Já na zona sul a adesão, segundo o sindicato, é menor. Em São Paulo- SP (região Sudeste), mais de 800 bancários realizaram uma passeata para legitimar a greve da categoria. De acordo com o sindicato 28 mil trabalhadores aderiram a greve em São Paulo. Os trabalhadores fecharam 649 agências e 14 centros administrativos.

Glossário

Abert	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV
ANMP	Associação Nacional de Médicos Peritos da Previdência Social
ANMR	Associação Nacional dos Médicos-Residentes
Cimi	Conselho Missionário Indígena
CMI	Centro de Mídia Independente
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Fenaban	Federação Nacional dos Bancos
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

	Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
PT	Partido dos Trabalhadores

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Peter Sana (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Agência Brasil, Jornal Brasil de Fato, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA, Vermelho, Radioagência de Notícias do Planalto.

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Octubre de 2010

Editada en marzo

Asdi
Agencia Sueca de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo

Govern de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials, Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 782

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de
Brasil

Integrantes

Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ)
Alice Coutinho da Trindade (UFRJ)
Anísio Borba, Luiza Leite, Luis Américo Araújo Vargas,Peter Sana, Reginaldo Costa, Taisa Falcão.

Fuentes

Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA, Vermelho, Radioagência de Notícias do Planalto.

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

BRASIL

Cronologia do conflito social

Outubro do 2010

6ª Feira 1

Movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Via Campesina, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Assembléia Popular e Consulta Popular, promovem um ato em defesa da democracia no Equador e contra as ameaças de golpes de Estado. A atividade acontece em frente ao consulado equatoriano em São Paulo - SP (região Sudeste) e pretende rechaçar a intenção golpista de sublevação da polícia nacional, que utiliza reivindicações sindicais para tomar com violência quartéis policiais. "Expressamos nossa solidariedade e reafirmamos nosso compromisso com a luta constante pela defesa da democracia no Equador, que nesta quinta-feira, 30 de setembro, se viu afetada pelas Forças Armadas, a Embaixada dos Estados Unidos e outros setores de direita, que priorizam seus interesses mesquinhos frente às necessidades reais do povo", afirma a Via Campesina, em nota divulgada.

Bancários, no terceiro dia da greve nacional, fecham 6.215 das 19,8 mil agências de todo o país, de acordo com balanço da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). De acordo com o presidente da Contraf, o movimento iniciado nas grandes cidades, no dia 29 de setembro, já se propaga também por cidades de porte médio. "O fortalecimento da greve é uma sonora resposta dos bancários ao silêncio dos bancos", disse o sindicalista. Coordenador do Comando Nacional dos Bancários, Cordeiro disse que os trabalhadores "estão revoltados com o desrespeito" da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) que, diante da reivindicação de reajuste de 11%, ofereceram apenas os 4,29% da inflação dos últimos 12 meses, sem nenhuma sinalização sobre outros benefícios. De acordo com o dirigente da Contraf, os bancos tiveram crescimento médio de 32% nos lucros, no primeiro semestre deste ano. A categoria, para ele, não aceita a posição dos bancos num momento em que a economia nacional cresce em "ritmo chinês" e que outras categorias têm conquistado aumentos reais de salários. O Comando Nacional dos Bancários voltará a se reunir no dia 4 em São Paulo, para definir meios de intensificar a mobilização.

Um grupo de representantes de movimentos indígenas e sociais se reúne com os diretores da área de licenciamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis (Ibama) para discutir o cumprimento das exigências estabelecidas na licença ambiental da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu – Pará (região Norte). Segundo o advogado do Instituto Socioambiental, Raul do Valle, existem medidas que foram previstas mas não estão sendo cumpridas, como a ampliação das escolas existentes na região e a análise da qualidade da água do Rio Xingu após a construção da usina. "Estamos apreensivos, porque parece que, para as autoridades, esses problemas não existem", disse Valle, ao sair da reunião com o Ibama em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Segundo ele, os representantes do órgão garantiram que vão examinar as reivindicações apresentadas. Também participaram do encontro representantes de aldeias indígenas da região, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Na tarde de hoje, o grupo também esteve com a desembargadora Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional

Federal da 1ª Região, para cobrar o julgamento, ainda este ano, do mérito da ação civil pública que trata da obrigatoriedade de audiências com as comunidades indígenas atingidas pela construção de Belo Monte. Nesta semana, o Ministério Público Federal no Pará notificou o diretor de Licenciamento do Ibama, Sebastião Custódio Pires, sobre o descumprimento das condicionantes prévias estabelecidas no licenciamento ambiental de Belo Monte. Segundo os procuradores, não estão sendo cumpridas as exigências relacionadas aos povos indígenas, além de 35 ações relacionadas a questões socioambientais da região.

Moradores de favelas de Niterói e do Rio de janeiro - RJ (Região Sudeste), fazem manifestação, com o intuito e de denunciar o descaso da Prefeitura de Niterói, com o direito moradia da população da região. O grupo montou barracos de papelão na areia e simulou uma língua negra com sacos pretos. De acordo com o Comitê dos Desabrigados das Chuvas de Niterói, há cerca de 7 mil pessoas sem receber o aluguel social.

Cerca de 70 famílias ligadas a Frente de Luta pela Moradia (FLM) ocupam número 959 da Avenida Duque de Caxias, no Centro de São Paulo – SP (região Sudeste). O prédio será desapropriado pelo governo estadual para a construção do Complexo Cultural Luz, mas os proprietários questionam a indenização na Justiça e ainda há famílias morando no local. Os sem-teto afirmam que não vão aceitar o bolsa-aluguel ou benefícios para deixar o local. Eles reivindicam que os prédios sejam desapropriados.

Domingo 3

Acontece em todo país eleições para Presidente da República, governadores, senadores e deputados. A candidata do PT-PMDB e outros partidos, Dilma Rousseff, obteve 47.651.434 votos (46,91%), José Serra (PSDB-DEM) obteve 33.132.283 votos (32,61%), Marina Silva (PV), obteve 19.636.359 votos (19,33%), Plínio Arruda Sampaio (PSOL) 886.816 votos (0,87%). Na Câmara dos Deputados se confirmou a seguinte composição dos maiores partidos: PT (88), PMDB (79), PSDB (53), DEM (43), PR (41), PP (41), PSB (34), PDT (28), PTB (21). No Senado, a vitoria governista foi igualmente expressiva: PMDB (16), PT (11), PSDB (5), PP (4), PR (3). Desse modo, o governo Dilma contará com mais de 2/3 dos votos na Câmara e maioria no Senado.

O Acampamento Boa Vista em Jacaré dos Homens, localizado no sertão de Alagoas (região Nordeste), é alvo de um incêndio criminoso. No local moram 12 famílias camponesas acompanhadas que estão há 3 anos nas terras improdutivas da Fazenda Riacho dos Bois. As famílias são acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Estado. Segundo relatos, os camponeses saíram pela manhã para votar e quando retornaram se deparam com as labaredas. O último incêndio ocorreu em 2009. O principal suspeito das famílias é José Carlos Amorim, o proprietário do imóvel. “Alguns dias atrás o fazendeiro disse que iria haver uma tragédia se todos os acampados não saíssem de lá, e agora acontece isso! Tudo veio abaixo, nós não temos para onde ir e plantar o nosso feijão, milho e palma”, declara um dos agricultores. Policiais civis do município de Batalha registraram a queixa e disseram que não podiam conferir os estragos. No entanto, no mesmo dia, foram vistos na área com o fazendeiro. De acordo com o coordenador da CPT, Cícero Marcos dos Santos, apenas a pequena igreja do acampamento foi poupada pelo fogo, mas a santa foi roubada do altar. Agora, o caso será denunciado formalmente na Vara Agrária e na Comissão de Direitos Humanos da

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Alagoas, e será cobrada para os camponeses uma indenização, pela lavoura destruída, no valor de R$ 25 mil.

2º feira 04

Cerca de 3 mil pessoas ocupam 4 prédios abandonados no centro de São Paulo - SP (região Sudeste), nesta madrugada. A ocupação faz parte de um protesto promovido pela FLM e busca chamar a atenção de políticos federais, estaduais e municipais para a dificuldade das famílias que têm renda mensal até 3 salários mínimos (R$ 1.530) em conseguir uma moradia na maior cidade do país. Foi a maior ação conjunta em prédios vazios do centro nos últimos anos. Das quatro ocupações, duas foram em imóveis historicamente reivindicados por movimentos sociais: o Edifício Prestes Maia, na região da Luz, e o prédio que pertence ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), na Avenida 9 de Julho, ambos alvo de antigas ocupações. Foram ocupados também: o edifício do Hotel Columbia Palace, na Avenida São João, e o do número 799 da Avenida Ipiranga. Neste, as sacadas dos 15 andares do prédio viraram palco para os ocupantes, que passaram a tarde batendo garrafas e panelas enquanto gritavam frases de protesto. Pedestres pararam para ver a cena e alguns estabelecimentos comerciais fecharam as portas, por causa da aglomeração. As manifestações aumentaram quando policiais bloquearam o acesso de pessoas e mantimentos á ocupação. O acesso também foi bloqueado nas outras três ocupações. Segundo o comandante do Policiamento da Capital, coronel Marcos Roberto Chaves, a idéia era impedir que móveis fossem levados para dentro dos edifícios e manifestantes que saíram voltassem para os prédios. Outra ocupação de 70 famílias ocorreu no dia 1 de outubro, no número 959 da Avenida Duque de Caxias. O prédio será desapropriado pelo governo estadual para a construção do Complexo Cultural Luz, mas os proprietários questionam a indenização na Justiça e ainda há famílias morando no local. Os cinco prédios continuam ocupados. Os movimentos dizem não estar dispostos a aceitar bolsa-aluguel ou benefícios para saírem. Eles querem que os prédios sejam desapropriados. "São grandes devedores de IPTU que contribuem para o déficit habitacional da cidade", disse Tânio Leonardo de Moura, organizador da ocupação no Prestes Maia.

Moradores de Morro do Chapéu, na Chapada Diamantina - Bahia (região Nordeste) protestam contra a “Rádio Brilhante” emissora que estaria fazendo acusações contra o candidato a deputado federal eleito, Edson Pimenta, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e seus aliados políticos do município. Segundo os moradores, a emissora, ligada ao deputado José Carlos Araújo do Partido Democrático Trabalhista (PDT), tem utilizado seus programas para defender interesses políticos e partidários. Durante o programa Jornal Canal Aberto, cerca de 30 pessoas iniciam o protesto na porta da rádio. O protesto se ampliou e mais de 400 manifestantes participaram do ato. Na noite do dia 03 de outubro a rádio chegou a noticiar, de forma equivocada que Edson Pimenta havia perdido as eleições.

4ª Feira 06

A Contraf contabiliza 7.723 agências bancárias de portas fechadas em todo o país. Isso mostra que a greve dos bancários ganha fôlego nos 26 estados e no Distrito Federal. Há 8 dias parados, em repúdio à proposta da Fenaban de reajuste salarial de 4,29% - índice

que repõe a inflação passada -, a categoria realizou assembleias em todo o país. Os bancários decidiram pela continuidade da paralisação, enquanto os banqueiros não oferecerem ganhos reais. De acordo com o presidente da Contraf, Carlos Cordeiro, o movimento tem crescido a cada dia, em razão da "crescente indignação dos bancários com o desrespeito dos bancos", que lucraram mais de R$ 25 bilhões no primeiro semestre e só oferecem 4,29% de reajuste, sem sequer considerar as demais reivindicações da categoria. O movimento dos bancários começou com o fechamento de 3.864 agências. Hoje, esse número passou para 7.723 unidades de portas fechadas. A greve já é a maior da categoria nos últimos 20 anos. O Comando Nacional dos Bancários informou que a mobilização é por tempo indeterminado.

Cerca de 400 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) realizam acampamento em frente à casa do empreiteiro Paulo Colombo, no Butantã, em São Paulo - SP (região Sudeste). A manifestação está ligada às negociações da ocupação Che Guevara, no município de Taboão da Serra, no estado, cujo terreno o empreiteiro é proprietário. Segundo os ocupados, o processo de negociação com a Prefeitura está parado. As famílias afirmam que havia uma possibilidade da desapropriação, ou mesmo a compra do terreno pela Prefeitura, no entanto, o proprietário não tem contribuído nesta negociação. A ação também é uma denúncia contra a forte especulação imobiliária nas periferias da Grande São Paulo, que cada vez mais dificultam negociações semelhantes a essa. Pelo interesse de criação de novos empreendimentos, a forte atuação das empreiteiras e construtoras nestas regiões tem causado fortes tensões com quem já ocupa o local. Os valores dos terrenos crescem cada vez mais, e os moradores pobres das regiões são praticamente expulsos e enviados a regiões cada vez mais distantes, ficando mais afastado do centro urbano. A ordem de despejo para o terreno já foi aprovada, e pode acontecer a qualquer momento. O movimento realiza essa ação numa tentativa de pressionar por uma resposta do proprietário para que se consiga alguma garantia em relação à construção dessas moradias no local. O tempo de permanência das famílias no terreno é indeterminado.

5ª Feira 07

Cerca de 150 pessoas participaram de um ato promovido pelas centrais sindicais para marcar o Dia Mundial pelo Trabalho Decente. O grupo saiu em passeata da frente do Teatro Municipal de São Paulo- SP (região Sudeste) e seguiu pelo centro da cidade até o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), onde foi entregue um documento com reivindicações ao superintendente regional, José Roberto de Melo. Entre as solicitações, estão antigas bandeiras de luta das centrais sindicais como a geração de empregos, melhores condições de trabalho e valorização do salário mínimo. Em declarações dos líderes sindicais, prevaleceu a expectativa de que o sucessor do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mantenha a política de concessão de aumentos reais para quem ganha o mínimo."Trabalho decente é emprego digno com carteira assinada, contra o trabalho escravo, contra o trabalho infantil, contra a precarização por meio da terceirização", disse o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos. O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, disse que a mobilização também busca melhorias como a igualdade de salários entre homens e mulheres que exercem as mesmas funções. O ato também contou com representantes União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Nova Central.

A greve dos bancários chega ao seu nono dia e registra o fechamento de 8.280, de acordo com balanço divulgado pela Contraf. Segundo o presidente da Contraf, Carlos Cordeiro a tendência é a greve ficar mais forte a partir de agora, uma vez que a resposta da Fenaban, à carta enviada pelo Comando Nacional dos Bancários, no dia 4, não apresentou propostas nem marcou uma nova rodada de negociações.

6º feira 08

Mais de 4 mil crianças de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária do estado do Paraná (região Sul) participam de "Encontros Sem Terrinha", em varias regiões. Os encontros, que tem como o lema "Sem Terrinha: Por escola, terra e dignidade!", acontecem todos os anos e integra a Jornada Nacional de luta dos Sem Terrinha. Essas atividades comemoram o Dia da Criança, reafirmando a identidade de luta pelo direito a educação do campo e a Reforma Agrária. Em alguns locais, são realizadas marchas, mobilizações, negociações e atos públicos nos municípios, nas prefeituras e secretarias de educação para pautar a construção e abertura de escolas nos assentamentos e acampamentos. Segundo o coordenador de Educação do MST, Alessandro Santos Mariano, apenas 100 dos 300 assentamentos existentes no Paraná têm escolas. Nesses locais, vivem cerca de 28 mil famílias. Em apenas 21 escolas há cursos de 5ª a 8ª séries e 16 oferecem até o ensino médio. "Como a maioria só garante até a 4ª série muitos desistem de estudar e entre os que continuam é grande a reprovação devido às faltas, costumeiras em alguns locais de difícil acesso", explicou. De acordo com o coordenador, não há um índice certo, mas é muito alta a evasão escolar no campo após a 8ª série. Além dos assentamentos, há também as escolas itinerantes que atendem acampamentos do estado. "São dez escolas onde estão matriculados 1,2 mil educandos", informa o coordenador, acrescentando que o número de unidades escolares é muito baixo para atender todos os alunos. "Ser criança no campo é diferente de ser criança nas cidades. Desde muito pequenas elas acompanham os pais na luta por seus direitos e já conhecem e discutem o Estatuto da Criança e do Adolescente", disse Mariano. A expectativa é que 18 estados realizem os encontros reunindo 12 mil crianças em todo o Brasil.

Acontece o Quinto Encontro Estadual dos Sem Terrinha, nas cidades de Fraiburgo, Lebon Régis e Caçador, em Santa Catarina (região Sul). O Encontro contou com a presença de mais 300 crianças e adolescentes, filhos de acampados e assentados do MST. O encontro contou ainda com a presença de 50 crianças e adolescentes de comunidades pobres e morros da grande Florianópolis, que estão organizados em Centros Sociais Populares, ligados a Igreja Católica e a Teologia da Libertação. Outro pólo de atividade é a regional de Passos Maia, que reuniu mais de 500 estudantes das escolas em assentamento e acampamento de várias cidades do extremo oeste de Santa Catariana. Os principais objetivos do Encontro dos Sem Terrinha são: realizar uma grande festa de socialização de experiências culturais das crianças camponesas; valorizar a organização das crianças nos acampamentos e assentamentos coordenados pelo MST; fortalecer a identidade camponesa e sem-terra, e também negociar com autoridades locais/estaduais as demandas de escola do campo, como espaços de lazer, cultura e esportes para as crianças e adolescentes nos assentamentos e acampamentos. Uma das principais atividades é a caminhada realizada no município de Lebon Régis, que tem como inicio o ponto de Feira Livre e termina na prefeitura municipal, onde uma comissão de 10 estudantes, pais, mães e educadores são recebidos pelo prefeito Padre

Ludovino Labas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A comissão entregou uma carta assinadas por estudantes, educadores, pais, solicitando que o prefeito encaminhe ofício ao secretário estadual de educação para que as escolas itinerantes deixem de ser uma experiência pedagógica, e tornem-se política pública de estado. Além disso, a comissão exige que sejam feitas melhorias nas estradas dos assentamentos que dão acesso a Escola 30 de Outubro, para que sejam evitadas situações, de crianças e adolescentes que estudam nessa escola ficarem até 15 dias sem poder ir à aula, em função das péssimas condições das estradas. O prefeito compromete-se a formar uma comissão com estudantes, educadores, pais e mães da Escola 30 de Outubro, para buscar junto ao Incra, as condições necessárias, para que o patrulhamento, conservação e melhorias das estradas dos assentamentos de Lebon Régis, venham a ser realizada nos próximos dias.

Domingo 10

O MST de Rondônia lança nota, denunciando a ação de pistoleiros armados que tem ameaçado a integridade e segurança das famílias, crianças, jovens, adultos e idosos acampadas na BR-429, perto do município de Alvorada do Oeste no estado de Rondônia (região Norte). A nota afirma: "Viemos por meio deste comunicado informar as autoridades e setores da sociedade civil organizada, que está em curso um conflito anunciado nas imediações da Fazendo Agropecuário Rio Ricardo Franco, localizada na BR-429, km 30, no sentido ao município de Alvorada do Oeste (Rondônia). Cerca de 200 famílias de trabalhadores rurais ligadas ao MST estão acampadas à margem desta estrada desde maio de 2009. As famílias permanecem na beira da estrada à espera de uma resposta, em acordo entre o DNIT, órgão responsável pela a estrada, a Prefeitura e a Câmara. O conflito anunciado se dá devido à postura do fazendeiro nos últimos dias. Entre os dias 8 e 10/10, sempre de madrugada, cerca de 7 homens armados vêm atacando o acampamento, com rajadas de tiros de armas de grosso calibre, a mando do fazendeiro. No local, se encontram famílias inteiras, com mulheres, crianças, homens, jovens e idosos. Queremos com este documento alertar todas as instituições do Estado para que possam intervir nos cuidados da integridade física das famílias e pra que se faça cumprir a lei. E para que as entidades da sociedade civil se solidarizem com as famílias, fazendo visitas no local e divulgando nossa denúncia."

O Sétimo Encontro Estadual dos Sem Terrinha do MST da Paraíba (região Nordeste) tem início com o tema "Os Sem Terrinha em Defesa da Educação do Campo". O encontro foi realizado na Escola Municipal Escritor Luiz Augusto Crispim, no município de João Pessoa. Participaram mais de 400 Sem Terrinha das várias regiões do estado da Paraíba. Os principais objetivos do encontro são debater as diretrizes da educação do campo, construindo coletivamente com os Sem Terrinha, educadores e comunidades o projeto da escola do campo desejada pelos trabalhadores rurais, discutir os direitos das crianças e adolescentes, além de proporcionar a comunicação entre os Sem Terrinha das diversas regiões do estado, sendo um espaço de lazer e diversão para as crianças Sem Terra. O lema que guia e motiva as crianças Sem Terra é a luta por "Escola, Terra e Dignidade".

O MST promove seu 5º Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinhas, reunindo cerca de 300 crianças, em Abelardo Cruz, Santa Cataria (região Sul). O encontro acontece no parque municipal Manuel Lustosa Martins, em uma parceria com a secretaria de educação da cidade. As crianças participam de varias oficinas, de dança teatro,

'contação' de história, confecção de brinquedos, xadrez e pintura. Na noite sessão de cinema para os Sem Terrinhas.

3º feira 12

Crianças acampadas e assentadas de todas as regiões do Rio Grande do Sul (região Sul) participam, do Décimo Quarto Encontro Estadual dos Sem Terrinha. As atividades foram realizadas no Assentamento Integração Gaúcha, na cidade de Eldorado do Sul, e na capital, Porto Alegre. Cerca de 500 crianças entre 7 e 12 anos participaram do encontro. Este ano, o tema do encontro é "Fechar escola é crime: Sem Terrinha na luta pelo direito de estudar", abordando o fechamento das escolas itinerantes nos acampamentos sem terra pelo Ministério Público Estadual (MPE) e pelo governo do Rio Grande do Sul. Cerca de 450 crianças são prejudicadas em seu direito de estudar com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2009 pelo MPE e governo estadual. Os Sem Terrinha exigem a reabertura das escolas nos acampamentos, que em 13 anos de funcionamento no Rio Grande do Sul alfabetizaram e deram dignidade a centenas de famílias. As crianças também reivindicam mais qualidade à educação do campo, já que muitas escolas de assentamentos enfrentam a falta de professores, de material e de transporte escolar.

Sem Terrinha realizam a Décima terceira Jornada Nacional dos Sem Terrinha sob o lema "Por Escola, Terra e Dignidade" no centro da cidade do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). O encontro acontece na Escola Politécnica Joaquin Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e conta com a participação de 200 crianças de todo o estado. O Encontro recebeu ainda, a visita e participação de mais de 30 crianças da comunidade de Manguinhos, da Região Metropolitana. As crianças lêem a carta final do encontro exigindo que a “escola boa é perto de casa, bonita, não caindo aos pedaços, com merenda escolar, sala de vídeo, quadra, área de lazer, biblioteca, informática”. No Buraco do Lume, no Rio de Janeiro os sem terrinha realizaram uma mobilização com a participação de diversos amigos entre sindicatos, parlamentares e entidades. O ato também denunciou o problema das escolas do campo do Norte Fluminense, em especial no município de Campos dos Goytacazes, que teve 12 escolas fechadas em 4 anos, deixando mais de 300 crianças sem aulas. Ainda durante o protesto é denunciada a realidade de abandono e precariedade das escolas rurais em todo o país. “Estamos aqui para cobrar do Ministério da Educação (MEC) e do Incra e dizer que não queremos escolas fechadas. O dia das crianças é para festejar, mas também para se reunir e fazer luta”, afirmou Elisângela Carvalho, do setor de educação do MST.

Jovens e crianças do MST do Maranhão (região Nordeste) realizam a Primeira Jornada da Infância e da Juventude, na cidade de Açailândia. As atividades foram encerradas com uma manifestação que reuniu 400 jovens e crianças, nas principais ruas da cidade e e na praça principal. O Encontro Sem Terrinha debate com a infância e juventude os projetos em desenvolvimento na região e as alternativas de permanência e geração de renda no campo. Além disso, o encontro discute também, a partir das dificuldades no cotidiano das crianças, a necessidade de políticas públicas para garantir a universalização da educação e lazer, que são direitos básicos ainda negados ao conjunto da população. Durante os debates, os Sem Terrinha discutem a situação de jovens no campo e uma pauta de reivindicação é elaborada, com o objetivo de ser entregue às autoridades locais.

O MST encerra o Quinto Encontro Estadual dos Sem Terrinha do Rio Grande do Norte (região Nordeste). A atividade reuniu cerca de 350 crianças e 150 educadores infantis, no Centro de Capacitação e Treinamento Patativa do Assaré, em Ceará Mirim. As crianças participaram de uma marcha pelas ruas da cidade, apresentando os temas discutidos no encontro. A manifestação foi encerrada com a leitura da carta dos Sem Terrinha. Depois, o documento foi entregue à Câmara Municipal e à prefeitura de Ceará Mirim. A carta das crianças reivindica mais escolas nas áreas de Reforma Agrária, qualificação do ensino infantil, apoio à construção de cirandas infantis e ampliação do Cento de Capacitação e Treinamento Patativa do Assaré. Além disso, o encontro exige a aceleração dos processos de desapropriação de terras e a criação de projetos de assentamentos. As crianças que participam da atividade moram em acampamentos e assentamentos do interior do Rio Grande do Norte. A programação do encontro contou ainda com oficinas de teatros, capoeira, danças de rua, artes plásticas e brincadeiras com sorteios de presentes.

Os bancários de todo o país deverão decidir em assembleias se aceitam a nova proposta de reajuste salarial apresentada neste dia 11 pela Fenaban. A entidade ofereceu aos grevistas a proposta de reajuste de 7,5%, com aumento real de 3,08%, para os que ganham até R$ 5.250. Para os bancários com salário maior do que isso, a proposta prevê uma parcela fixa de R$ 393,75 ou correção de 4,29% de acordo com a inflação.As negociações entre os bancários e a Fenaban foram retomadas hoje, após a rejeição da proposta apresentada no dia 9. A proposta apresentada pela Fenaban também prevê elevação de 7,5% nos vales e auxílios, valorização do piso eu uma PLR maior. Também está prevista uma cláusula de combate ao assédio moral e a implementação de um canal de denúncias para casos de assédio.

4º feira 13

O MST propõe uma reunião com a equipe de transição do próximo governo estadual para tratar do fechamento das escolas nos acampamentos, as chamadas escolas itinerantes. A sugestão foi feita durante audiência com o Ministério Público Estadual em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). De acordo com o MST, o governador eleito Tarso Genro será oficiado para indicar responsáveis da equipe de transição a fim de tratar do tema das escolas já para o próximo ano letivo. Além do novo governo, são convidados para a reunião o Ministério Público, que já se colocou à disposição, e o Conselho Estadual de Educação. A audiência no Ministério Público acontece após o Décimo Quarto Encontro Estadual dos Sem Terrinha. Em Porto Alegre, as crianças foram às ruas para denunciar que: fechar escola é crime! Elas exigem a reabertura das escolas itinerantes. Os Sem Terrinha seguiram pela Avenida Borges de Medeiros, até o Ministério Público Estadual (MP). As escolas foram fechadas em 2009 por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta entre o governo estadual e o MP. A medida prejudicou muitas crianças, entre elas as de São Gabriel, na Fronteira Oeste, que estão sem estudar já que não há vagas na rede regular.

5º feira 14

Depois de 15 dias de paralisação, a maior parte dos bancários do país aceitou a proposta dos bancos de reajuste salarial de 7,5% para quem ganha até R$ 5.250. Acima dessa faixa, a oferta é uma parcela fixa de R$ 393,75 ou a correção da inflação (4,29%), o que for mais vantajoso. Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal propuseram reajuste de 7,5% independentemente do salário. O sindicato de Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul) rejeitou a proposta do BB e da Caixa, mas aceitou a dos bancos privados. No Maranhão (região Nordeste), nenhuma proposta foi aceita. Bahia (região Nordeste), Rio de Janeiro (região Sudeste), Pará (região Norte), Amapá (região Norte), Maranhão e Bahia recusaram o reajuste da Caixa. As demais regiões voltam a trabalhar normalmente hoje. A proposta dos bancos inclui ainda correção de 7,5% para todos os benefícios e para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), com exceção do limite individual da Parcela Adicional, em que o valor passará de R$ 2.100 para R$ 2.400 (14,28%). Para os funcionários da Caixa, a proposta é distribuir 4% do lucro líquido de maneira linear para todos os empregados. Mesmo antes da conclusão de todas as assembleias, o presidente da Contraf e coordenador do Comando Nacional dos Bancários, Carlos Cordeiro, afirmava que a proposta dos banqueiros era "satisfatória" e sugeria que todos os sindicatos aceitassem o reajuste. Cordeiro também disse que as agências das regiões que aceitaram as propostas voltam a funcionar hoje. Até a decisão dos bancários, pelo menos 8,3 mil agências do País - de um total de 19,8 mil - estavam com as portas fechadas, segundo a Contraf. Trata-se da maior greve organizada pela categoria nos últimos 20 anos. "Esses avanços nas negociações só foram possíveis por causa da grande participação dos bancários", disse Cordeiro. A greve foi iniciada quando a Fenaban propôs 4,29% (equivalente a inflação) aos funcionários, que exigiam 11% - o que representaria aumento real de 5% nos ganhos mensais - entre outros benefícios.

Cerca de 250 crianças e jovens de escolas de assentamentos no município de São Mateus participam do Oitavo Encontro Estadual dos Sem Terrinha do MST do Espírito Santo (região Sudeste). A atividade aconteceu na superintendência de educação, que é responsável pelas escolas dos assentamentos. Durante o encontro, as crianças apresentam uma pauta de reivindicação, que perpassa a construção e manutenção das escolas, qualidade da merenda escolar e garantia do ensino para jovens e adolescentes nos assentamentos. Os Sem Terrinhas distribuíram nas ruas e entregam na prefeitura municipal de São Mateus, a pauta de reivindicações. No final da manifestação, o prefeito recebeu o grupo de crianças.

Crianças e Jovens ligados ao MST, realizam o Quarto 4º Encontro Estadual das crianças Sem Terrinha de São Paulo (região Sudeste). Uma marcha de crianças se dirigiu para a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Uma comissão formada por 15 crianças Sem Terrinha pauta as dificuldades que as crianças enfrentam nas suas regiões para freqüentar as escolas e também exigem em nome das 400 crianças presentes no encontro, que seja dada maior atenção para uma educação baseada na realidade do meio rural. Paulo Renato Souza (PSDB), secretário de Educação, “não teve tempo” para receber a comissão, de acordo com sua assessoria. Com isso, essa é a Décima Quarta vez que o MST solicita audiência, mas não é recebido pelo responsável pelas escolas estaduais.

6º feira 15

O MST em conjunto com diversos movimentos sociais, entre eles, Via Campesina, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), laçam nota pública fazendo um balanço do processo eleitoral e indicando voto na candidata à presidência do Brasil Dilma Roussef para o segundo turno. Segundo a nota, "(...) os movimentos sociais e a Via Campesina Brasil afirmam o seu apoio e compromisso de lutar para eleger a candidata Dilma Rousseff para o cargo de presidenta do Brasil. Queremos nos juntar aos movimentos sindicais, populares, estudantis, religiosos e progressistas para promover debates com a sociedade, desmascarar a propaganda enganosa dos neoliberais e autoritários e exigir avanços na democracia, nas políticas públicas que favoreçam a população, no combate aos corruptos e corruptores e na democratização do poder em nosso país. Precisamos derrotar a candidatura Serra, que representa as forças direitistas e fascistas do país. Devemos seguir organizando o povo para que lute por seus direitos e mudanças sociais, mantendo sempre nossa autonomia política frente aos governos."

Integrantes do MST realizam manifestação ocupando a superintendência do Banco do Brasil em ato organizado pela Força Sindical em São Paulo - SP (região Sudeste). Em nota, o movimento conclama a militância para "se engajar nessa luta, que é importantíssima para a classe trabalhadora". Com o título Vamos eleger Dilma Rousseff presidenta do Brasil, o comunicado - assinado também pela Via Campesina e por outros 13 movimentos sociais - diz que é preciso "derrotar a candidatura Serra, que representa as forças direitistas e fascistas do país". Embora as ocupações de terra tenham sido praticamente suspensas desde o último abril vermelho em função do calendário eleitoral, a maioria da população não aprova as ações do MST, como indicam pesquisas recentes. O texto do "comunicado ao povo brasileiro" foi definido após uma série de reuniões em Brasília - Distrito Federal (região centro-oeste), São Paulo - São Paulo (região Sudeste) e outras capitais. Os signatários consideram que os avanços do governo Lula na reforma agrária foram insuficientes, manifestam preocupação com o arco de alianças da candidatura de Dilma - pois "há forças políticas que se contrapõem a essas demandas sociais" - mas vêem em José Serra um "inimigo" de suas bandeiras de luta.

Cerca de 4 mil crianças de acampamentos e assentamentos do Paraná (região Sul), da região de Porecatu realizam uma marcha, durante o encontro Sem Terrinha. A marcha saiu do trevo de entrada da cidade e seguiu até a igreja central, onde os participantes receberam a benção do padre e do pastor. Já no oeste do estado aproximadamente 150 crianças se encontraram em Matelândia. Elas vieram do Assentamento Ander Rodolfo Henrique, acampamento Chico Mendes, e 1° de Agosto. Os jovens militantes realizaram uma marcha no município de Ramilândia, onde a pauta de reivindicações foi entregue ao Prefeito e a Secretária de Educação. Entre os pontos da pauta está o pedido da construção de mais escolas.

Os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que ainda permaneciam em greve, voltam ao trabalho em todo o Brasil, segundo a Contraf. De acordo com a confederação, em assembleias realizadas na noite do dia 14, os trabalhadores decidiram aceitar as propostas específicas dos dois bancos públicos e encerraram a greve deflagrada em 29 de setembro. Os demais bancários já haviam terminado o movimento no dia 13 e retomaram no dia 14 às suas atividades. Somente continuam em greve os trabalhadores do Banco do Amazônia e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em alguns estados do país. Segundo a Contraf, a paralisação foi a maior greve nacional dos últimos 20 anos. Ficaram fechadas 8.280 agências de bancos públicos e privados em todo país. O reajuste conquistado pelos grevistas foi de 7,5%,

além da valorização dos pisos até 16,33%, melhoria na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), inclusão na convenção coletiva de um instrumento de combate ao assédio moral e de melhorias na segurança bancária. A Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 deverá ser firmada no início da próxima semana, com validade para bancários de instituições públicos e privados em todo país. De acordo com a Contraf, as instituições financeiras terão prazo de até 10 dias corridos após assinatura do acordo para pagar a antecipação da PLR. As diferenças da aplicação dos reajustes salariais e o impacto no tíquete-refeição e na cesta-alimentação sobre setembro e outubro serão incluídos na folha de pagamento de novembro.

As cerca de 400 pessoas ligadas ao MTST que ocupam a frente à casa do empreiteiro Paulo Colombo, no Butantã, em São Paulo - SP (região Sudeste) são surpreendidas pela Guarda Civil Metropolitana que chegou ao local e exigiu que o acampamento fosse desmontado. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), os policiais utilizaram spray de pimenta e um manifestante foi preso. O clima ficou tenso e a polícia militar foi chamada. Sob pressão policial, as famílias desmontaram o acampamento, mas permanecem no local, aguardando as negociações com as autoridades competentes a respeito de suas moradias.

Sábado 16

Professores universitários do estado de São Paulo (região Sudeste) lançam manifesto em defesa da educação pública no qual criticam as propostas e os métodos políticos da candidatura de José Serra (PSDB). Os professores lembram que, sob seu governo, a Universidade de São Paulo (USP) foi invadida por policiais armados com metralhadoras, atirando bombas de gás lacrimogêneo. Em seu primeiro ato como governador, assinou decretos que revogavam a relativa autonomia financeira e administrativa das Universidades estaduais paulistas. Os salários dos professores da USP, Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp) vêm sendo sistematicamente achatados, mesmo com os recordes na arrecadação de impostos. Os professores afirmam que esse "choque de gestão" é ainda mais drástico no âmbito do ensino fundamental e médio, convergindo para uma política de sucateamento da rede pública de educação. São Paulo foi o único estado que não apresentou, desde 2007, crescimento no exame do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), índice que avalia o aprendizado desses 2 níveis educacionais. No manifesto, eles denunciam que os salários da rede pública no estado mais rico da federação são menores que os de Acre, Tocantins, Roraima (região Norte), Rio de Janeiro, Espírito Santo (região Sudeste), Mato Grosso (região Centro-oeste), dentre outros. Diante das reivindicações por melhores condições de trabalho, Serra costuma afirmar que não passam de manifestação de interesses corporativos e sindicais que querem desestabilizá-lo. Assim, afirmam os professores, "além de evitar a discussão acerca do conteúdo das reivindicações, desqualifica movimentos organizados da sociedade civil, quando não os recebe com cassetetes".

2º feira 18

Servidores da Assembléia Legislativa fazem greve surpresa trancando os portões de acesso ao pátio do órgão no Paraná (região Sul). A sessão plenária das 14:30hs foi suspensa pelo presidente da casa, Nelson Justus do Partido Democrata (DEM). A principal reivindicação é o pagamento da diferença salarial correspondente à Unidade Real de Valor (URV), adotada em 1994, quando da transição de moeda para o real. No fim da tarde, Justus recebeu os manifestantes e foi montada uma comissão para discutir o assunto. Com a negociação, a greve foi suspensa por uma semana.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo com 54 entidades entrega à sociedade brasileira o resultado do Plebiscito Popular sobre o Limite da Propriedade, realizado de 1º a 12 de setembro de 2010. Participaram deste plebiscito 519.623 pessoas, em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal. Só não participam do mesmo, Santa Catarina, Amapá e Acre que optaram por fazer o abaixo-assinado, somente. Na cédula havia 2 perguntas. A primeira: "Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil, devem ter um limite máximo de tamanho?" Para esta pergunta 95,52% respondem afirmativamente, 3,52, negativamente, 0,63% foram votos em branco e 0,34%, votos nulos. Em relação à segunda pergunta, "Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade?" os que responderam sim foram 94,39%, 4,27% responderam não, 0,89 % foram votos em branco e 0,45%, votos nulos. Segundo site do MST, dificuldades na divulgação do plebiscito e com os gastos de uma campanha nacional tornaram a campanha bem difícil para os movimentos sociais, apesar disso, mais de meio milhão de pessoas se posicionam afirmativamente em relação à necessidade e à conveniência de se colocar um limite à propriedade da terra.

Onze pessoas são encontradas em situação de trabalho degradante numa carvoaria no município de Abel Figueiredo – Pará (região Norte) pela equipe de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho. Entre elas, apenas 3 tinham carteira assinada e 4 eram menores de 16 anos. Segundo informações divulgadas pelo ministério, os trabalhadores não usavam equipamentos de proteção individual como máscaras, botas e roupas adequadas para altas temperaturas. Além disso, eram abrigados em alojamentos precários, sem água potável. Eles também não recebiam integralmente os salários. O empregador terá que pagar R$ 65.772,50 em verbas rescisórias aos trabalhadores resgatados.

3º feira 19

Representantes da CUT, da categoria dos aposentados, e outras entidades sindicais, se reúnem em Brasília- Distrito Federal (região centro- oeste), para discutir o aumento do piso salarial. O encontro foi motivado pela campanha do candidato Jose Serra (PSDB), que prometeu um aumentar no salário mínimo de R$ 510 para R$ 600.

A estudantes ligados á UNE e professores fazem ato na Pontifícia universitário Católico (PUC) de São Paulo - SP (região sudeste), em favor da candidatura a presidência da república de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), o ato serve também para divulgar um manifesto que circula pela internet com mais de 2 mil

assinaturas de professores universitários, contra o candidato a presidência da república Jose Serra (PSDB).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) divulgou protesto contra uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que questiona a redução da jornada de trabalho da categoria de 44 h para 30 h semanas. A Adin está tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF) e foi ajuizada pela Confederação Nacional de Saúde. A ação questiona a validade da Lei 12.317/2010, que fixou em 30 h semanais a carga horária dos assistentes sociais, sem redução salarial. Para o CFESS, os argumentos contra a lei "têm caráter estritamente econômico e defendem a manutenção dos lucros" das empresas que empregam assistentes sociais. O relator da Adin no STF será o ministro Celso de Mello, mas não há prazo para análise da ação.

Servidores do Tribunal de Justiça (TJ) do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) entram em greve por tempo indeterminado. Segundo Toni Vieitas, representante do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Sind-Justiça) no Sul Fluminense, no primeiro dia do movimento, a adesão é de 70% nas 13 comarcas da região. O presidente do TJ-RJ publicou um aviso em que ameaça cortar o ponto dos grevistas, além de outras punições. As ameaças já eram previstas e o Sindicato. Já em 19 de outubro o Sind-Justiça ingressou com uma ação cautelar preparatória com pedido de liminar no Órgão Especial. A iniciativa visa impedir remoções arbitrárias, cortes de ponto e de vencimento, além da abertura de processos administrativos disciplinares e/ou sindicâncias. A reivindicação do reajuste de 24% é resultado de uma campanha iniciada em 1987, quando o então governador Moreira Franco concedeu reajuste de 70% para todo o funcionalismo estadual, sem incluir os serventuários da Justiça. Desde 1988, a categoria luta em todas as instâncias judiciais contra o governo do estado. Em 1998, porém, o TJRJ, administrativamente, reconheceu o direito e concedeu um reajuste de 10% para todos os servidores, deduzindo este percentual dos 70% pretendidos. Em setembro de 2010, com o fim do processo, o governo do estado deveria conceder o reajuste de 24% aos serventuários, o que ainda não foi feito.

Funcionários do metrô do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) deflagram greve. De acordo com o sindicato, o início da greve foi adiado duas vezes na tentativa de acordos. Em uma reunião no dia 15, os metroviários e o Metrô-DF haviam chegado a acordo em 3 dos 10 itens da pauta de reivindicações. De acordo com o sindicato, a diretoria do Metrô-DF voltou atrás em algumas partes do acordo no dia 18, o que levou à deflagração da greve. Em comunicado divulgado no site, a companhia informa que "vem cumprindo rigorosamente os termos do acordo coletivo já celebrado perante o Tribunal Regional do Trabalho da Décima região em abril deste ano". A nota diz ainda: "Entendemos que as novas reivindicações, que não tratam de reajuste salarial e não estão previstas no acordo coletivo, estão sendo utilizadas com o provável cunho político-eleitoral para prejudicar, de forma deliberada, a população do Distrito Federal e especialmente o usuário do Metrô-DF."As principais reivindicações da categoria são a nomeação dos aprovados no último concurso público, a realização de novo concurso e a diminuição da carga horária dos pilotos de 40 h para 30 h semanais. Segundo o sindicato, faltam agentes de segurança, agentes de estação e controladores.

4º feira 20

O Estatuto da Igualdade Racial entra em vigor neste dia 20 de outubro. Quando foi aprovado, diversos setores do movimento negro se posicionaram contrários à sanção pelo presidente Lula. A resistência se deu devido às alterações no texto original, que excluiu reivindicações históricas. O Projeto foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT) e tramitou por uma década no Congresso, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O texto perdeu 4 dos artigos considerados mais importantes. Entre eles, a previsão de cotas para negros nas universidades federais e escolas técnicas públicas. O incentivo fiscal para empresas que contratarem negros também foi excluído do projeto, junto à reserva de vagas em produções da televisão e do cinema e em partidos políticos. A proposta de implantação de políticas de saúde voltadas para o combate a doenças com maior incidência entre os negros também foi rejeitada. Dentre as enfermidades, a anemia falciforme é a que exige maior preocupação. As medidas aprovadas, como a que transforma a capoeira em esporte, deverão ser regulamentadas por meio de decretos e legislações complementares.

As entidades que compõem o Fórum Nacional da Reforma Agrária (FNRA), com apoio do Partido Verde (PV) do Distrito Federal, entregam à candidata Dilma Rousseff (PT) um documento com compromissos, políticas e ações essenciais que asseguram o desenvolvimento com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental. A entrega ocorreu em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) após ato em defesa do meio ambiente e de apoio à cândida. O ato do PV é para demonstrar o apoio de deputados federais, estaduais e da militância do PV à Dilma. Na oportunidade, representantes do FNRA, entregaram um documento com 10 itens entre eles: o fortalecimento da agricultura familiar, a atualização dos índices de produtividade e a realização da Reforma Agrária. Também participam do ato público o presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, a representante da CUT, Carmen Foro, o representante da CTB, David Wylkerson, Marina Santos, da Via Campesina e Luiz Cláudio Mandela, da Cáritas Brasileira. O secretário de Política Agrária da Contag, Willian Clementino afirma que a luta dos movimentos não é apenas em favor da reforma agrária. "Lutamos também para que o campo sobreviva com sustentabilidade e em harmonia com aqueles que vivem na cidade, e isso só será possível com políticas públicas que considerem a importância da agricultura familiar", afirma. A carta do FNRA foi assinada por diversos movimentos sociais, entre eles: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), CARITAS - Brasileira; Centro de Justiça Global, Grito dos Excluídos, *Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas* (*Ibase),* Jubileu Sul/Brasil, MAB, MST, Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), Pastorais Sociais, CTB. Assim apóiam a candidata Dilma: "As Entidades que compõe o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), de modo autônomo e independente, declaram o seu apoio à eleição de Dilma Roussef para presidenta do Brasil. (...) Defendemos Dilma, porque a erradicação da pobreza é fundamental para romper com as desigualdades econômicas e sociais que, infelizmente, ainda perduram em nosso País. Vamos à Luta! Vamos eleger Dilma Roussef presidenta do Brasil."

Trabalhadores da Transpetro, denunciam campanha partidária organizada, pela CUT e pela Federação Única dos Trabalhadores (FUP), dentro da sede do Sindicato dos Petroleiros do Rio de janeiro- Rio de janeiro (região sudeste), através de panfletos convocando os trabalhadores para um ato contra o candidato a presidência da república Jose Serra (PSDB), segundo os trabalhadores o panfleto está disponível dentro da sede

do Sindicato, junto aos jornais do sindicato, todos com mensagens contra a campanha do candidato Jose Serra..

Um grupo vinculado ao movimento de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) realizam na Cinelândia, em frente à Câmara dos Vereadores, no centro do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), um ato em defesa do Estado laico e da criminalização da homofobia. O Fórum Estadual LGBT, que reúne 25 organizações cariocas, organizou a atividade com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para as vidas que estão sendo tiradas por causa de preconceito, discriminação e falta de informação. Uma das reivindicações do ato é a aprovação do Projeto de Lei Complementar 122/06, que tramita no Congresso, para tornar crime a homofobia, assim como ocorre com o racismo. O Grupo Gay Bahia divulgou um levantamento que aponta um aumento de 20% nos assassinatos de 2007 para 2009. Outra questão destacada é que o Brasil é um país laico, de acordo com a Constituição.

Cerca de 52 Tribunais de Justiça (TJ) do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) estão paralisados devido à deflagração de greve decidida em assembléia dos servidores do TJ realizada no dia 18 de outubro. A Administração do TJ toma medidas em represália aos grevistas. É publicada no Diário Oficial da União deste dia 20 de outubro a cassação de 13 das 15 licenças sindicais dos coordenadores do Sindicato da categoria - Sind-Justiça. Outra medida é a remoção arbitrária, através de ato da Corregedoria, de Alexander Brasil, antigo ativista da categoria, do Fórum Central para a Comarca de Santa Maria Madalena.

5º feira 21

Sindicalistas, estudantes, petroleiros, militantes do MST e militantes do PT, fazem ato contra privatizações de estatais no Rio de janeiro - RJ (região sudeste). Diversas organizações realizam um protesto em frente ao prédio administrativo da Petrobrás. Segundo a FUP, o objetivo do ato é proteger a Petrobras de uma possível privatização. Criada em 1953, a Petrobras possui um valor de mercado de quase U$ 300 bilhões e emprega 74 mil pessoas. A Federação acredita que uma mudança no modelo de gestão pode significar grande perda não só para os trabalhadores. Embora o ato tenha o tema contra as privatizações, são distribuídos, inúmeros matérias de campanha da candidato a presidência da república Dilma Rousseff (PT). Segundo a Policia Militar, o ato contou com a presença de mais de 5 mil pessoas.

Trabalhadores caminhoneiros realizam protesto na Avenida Brasil, Rio de janeiro - RJ (região Sudeste). O protesto é contra algumas pontos que entraram em vigor no programa Caçamba Legal da prefeitura do Rio de janeiro. A principal reivindicação é contra o horário restritos para despejar o lixo nos aterros sanitários.

Professores universitários realizam um protesto contra a interferência do governo nos sindicatos. O Ato, coordenado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), ocorreu na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), e teve a participação de representantes de entidades sindicais e de movimentos sociais. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, também esteve na manifestação. Segundo o Andes-SN, desde maio uma nota técnica do Ministério do Trabalho e Emprego impede o sindicato de representar os professores do ensino superior de Santa Catarina. A presidente da entidade, Marina

Barbosa, afirmou que o governo não poderia interferir na distribuição e participação dos sindicatos.“O que está em discussão aqui é o direito de representação sindical, a liberdade e a autonomia. Não somos contra o governo conceder autorização para a abertura de novos sindicatos, isso é democrático e nós vamos disputar com essas instituições na base. Mas somos contra o governo impedir a atuação do nosso sindicato em Santa Catarina”, afirmou a presidente. O ministro, Carlos Lupi, esteve na manifestação e disse que o ministério não interfere em disputas sindicais. O ministro pediu um tempo para a equipe técnica estudar e se for o caso e rever a nota. Carlos Lupi assumiu publicamente o compromisso de se reunir com os professores no dia 3 de novembro. O ministro ressaltou que existem divisões nos sindicatos e que muitas vezes uma única entidade não representa as demandas de toda categoria. No caso dos professores de ensino superior, segundo o ministro, além de Santa Catarina, professores da Bahia também entraram com pedido para a criação de um outro sindicato que os represente. O Andes-SN foi fundado em 1981 como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Em 1988, após a promulgação da Constituição Federal, passou a se chamar Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Atualmente a entidade tem mais de 70 mil professores filiados.

Cerca de 100 servidores civis do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro realizam uma passeata em parte da Avenida Rio Branco, uma das principais vias do centro da cidade do Rio de Janeiro RJ (região Sudeste), reivindicando o cumprimento de promessas feitas pelo governo. A iniciativa foi organizada por trabalhadores filiados ao Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintrasef-RJ). De acordo com um dos coordenadores da passeata, Roberto Salimeni, a principal reivindicação é a regulamentação da Gratificação de Qualificação (GQ) para os servidores enquadrados no Plano de Cargo e de Carreira e Tecnologia Militar (PCCTM), prometida pelo governo. Ele explicou que os servidores civis da Aeronáutica e do Exército também são contemplados na negociação. “Estamos reivindicando também que o nível auxiliar do PCCTM tenha reajuste no vencimento básico e na gratificação de desempenho de tecnologia, porque eles não tiveram nenhum [aumento] e ficaram zerados. O nosso entendimento é que eles estão sendo totalmente discriminados pelo governo federal. Mais um motivo é a reivindicação de receber o auxílio alimentação em dinheiro, no valor de R$ 304”, explicou. A Secretaria da Recursos Humanos do Ministério do Planejamento informou que um acordo foi assinado com diversas categorias dos servidores, mas por conta da legislação eleitoral não é permito o envio do projeto ao Congresso Nacional. O diretor da Confederação dos Servidores Federais (Condsef), Sergio Ronaldo, confirmou que o governo tem negociado desde o início do ano com os trabalhadores e que o debate foi suspenso por causa do período eleitoral.

Médicos anestesistas realizam paralisação em hospitais privados e públicos do estado de São Paulo (região Sudeste). A greve já afeta cerca de 330 (70%) dos 480 hospitais. Os números foram divulgados pela Sociedade de Anestesiologia do Estado de São Paulo (Saesp). Segundo a entidade, aproximadamente 2,3 mil (57%) dos cerca de 4 mil médicos filiados não trabalharam hoje. No total, há em torno de 5 mil anestesistas no estado. A Secretaria da Saúde do município de São Paulo informou que dos 17 hospitais municipais 11 (65%) foram afetados e apenas cirurgias de emergência ou urgência foram feitas pelos anestesistas. A paralisação dos anestesistas pretende chamar a atenção para o baixo repasse dos convênios e operadoras de saúde aos anestesistas. A mobilização é motivada também pela reivindicação de que o governo federal adote um novo plano de cargos e salários no Sistema Únicos de Saúde (SUS). A manifestação pretende ainda protestar contra a falta de equipamentos adequados para o procedimento da anestesia em alguns hospitais. Segundo a Saesp, um médico anestesista recebe hoje

R$ 105 dos convênios médicos para fazer uma cesariana. Se o parto fosse particular, o valor seria, em média, em torno de R$ 1,5 mil.

Os metroviários do Distrito Federal – Brasília (região Centro oeste), após e acordo com a empresa responsável pelo metrô, decidem a noite encerrar a greve iniciada no dia 19 de outubro. Entre as solicitações atendidas, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários do Distrito Federal (Sindmetrô-DF), estão a redução da carga horária dos metroviários de 40 para 30 horas semanais, a convocação do cadastro de reserva do último concurso, e a realização de uma nova seleção para contratação de agentes de segurança e pilotos extinguindo os cargos terceirizados. Durante os dois dias em que as atividades do metrô foram parcialmente interrompidas, apenas seis trens estavam em operação, o que equivale a 30% da frota. De acordo com a Secretaria de Transportes, o fluxo nas estações não chegou a 50% do total de usuários. Atualmente, 160 mil pessoas utilizam o metrô diariamente. A partir de agora, a empresa deve avaliar, em conjunto com a categoria, o atual quadro efetivo de funcionários para calcular o número de vagas e os cargos que serão oferecidos na nova seleção.

6º feira 22

O chamado "Choque de Ordem" da Prefeitura do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) demole imóveis na comunidade da Restinga, no bairro Recreio dos Bandeirantes. Após várias semanas de ameaças de remoção a comunidades da região, um imenso aparato da Prefeitura e do governo estadual, incluindo polícia militar e civil, guarda municipal e funcionários da subprefeitura local, totalizando mais de 100 pessoas, chega à comunidade para efetuar as demolições. Questionados por moradores se têm ordem de demolição ou qualquer documento que prove a legalidade do ato, os funcionários da Prefeitura dizem, segundo os próprios moradores, que "não precisam disso". Após insistência dos moradores, os policiais aconselharam que eles procurassem a subprefeitura para mais informações. Conforme relato de integrantes da Rede contra a Violência, os policiais teriam apenas dito que a remoção é ordem pessoal do prefeito Eduardo Paes, que, ao passar pelo local, teria ficado indignado com a permanência dos imóveis, e ordenado a ação imediata. A Restinga, assim como a Vila Harmonia, Vila Recreio 2 e outras comunidades, que existem há muitos anos na região, estão ameaçadas de remoção para suposta implantação da Transoeste, uma das três grandes vias previstas no Rio de Janeiro, tendo em vista as Olimpíadas e a Copa do Mundo. Insatisfeitas com o processo arbitrário da ação e com as alternativas apresentadas pela Prefeitura (cada família removida receberia um apartamento do projeto "Minha Casa Minha Vida" em Cosmos - Santa Cruz, no estado, muito distante de onde moram atualmente, com uma área menor que 40 metros quadrados, e ainda teriam que pagar R$ 50 de mensalidade. Além disto, não foi oferecida nenhuma alternativa às pessoas que trabalham e tiram seu sustento das lojas da Avenida das Américas, da qual ficariam muito distantes.

Sábado 23

Um pelotão da Polícia Militar da Bahia invade com violência o assentamento D. Helder Câmara, em Ilhéus, Bahia (região Nordeste). Bernadete Souza, a coordenadora do

assentamento, questionou o pelotão de polícia sobre a ilegalidade de sua presença na área do assentamento, por ser uma jurisdição do Incra que não pode ser invadida sem mandato judicial. Diante deste questionamento, o comandante, alegando "desacato à autoridade", ordena que Bernadete seja algemada e conduzida à delegacia. Neste momento, a sacerdotisa incorpora um orixá. Algemada, é colocada e mantida pelos policiais num formigueiro, onde é atacada por milhares de formigas, provocando graves lesões. Quando os membros da comunidade tentam se aproximar para socorrê-la, um dos policiais aponta a pistola para cabeça de Bernardete, ameaçando atirar. Segundo informações do site do MST, spray de pimenta foi usado contra os trabalhadores. Bernadete foi algemada, arrastada pelos cabelos por quase 500 m e jogada na viatura. Os policiais, numa clara demonstração de racismo e intolerância religiosa, gritaram "fora satanás"! Na delegacia da Polícia Civil para onde foi conduzida, Bernadete, bastante machucada, foi colocada algemada em uma cela com homens. A comunidade D. Hélder Câmara exige Justiça e punição rigorosa aos culpados e conclama a todas as organizações e pessoas a se mobilizarem contra tal ação.

Domingo 24

A Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Barcellos (AMABB) e a União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR) realizam a primeira Parada Gay da favela da Rocinha, em São Conrado, na zona sul do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). O ato é promovido pelas duas associações de moradores da comunidade para "combater a discriminação" e virou o programa de domingo das famílias, que ocuparam as estreitas calçadas para ver os trios elétricos e acompanhar os desfiles de drag queens e transformistas. No lugar de ativistas gays, os líderes comunitários chamaram "celebridades" como a Mulher Maçã, escolhida rainha do evento. "A festa foi um pedido da comunidade. Aqui moram muitos gays e eles mereciam um evento como esse", disse Telmo Oliveira, diretor da Associação de Moradores do Bairro Barcelos, uma das localidades da Rocinha. O presidente da entidade, Vanderlan Barros de Oliveira, o Feijão, reponde em liberdade a inquérito por associação para o tráfico, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Ele nega todas as acusações. Em agosto, durante o arrastão no Hotel Continental, um dos mais caros da cidade, Feijão negociou a rendição dos traficantes que invadiram o lugar. Na concentração, cerca de 10 mil pessoas partiram para a caminhada. Os organizadores esperava reunir cerca de 30 mil na Via Ápia, parte baixa da favela, onde um palco foi montado.

2º feira 25

O Ministério Público Federal do Pará (região Norte) envia uma recomendação ao presidente do Ibama, Abelardo Azevedo, para que o órgão não emita novas licenças para a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Segundo o documento, nenhuma obra de infraestrutura para atender à população atingida teve início até o momento. A licença prévia do empreendimento condiciona a instalação da usina às obras de infraestrutura. A recomendação surgiu depois que as prefeituras de Altamira e Vitória do Xingu prestaram informações e afirmaram que as obras para atender à população atingida ainda não saíram do "marco zero". O padrão foi adotado pelo próprio Ibama para medir

os impactos do empreendimento. De acordo com a Licença Prévia nº 342/2010, que permite a construção do empreendimento, a instalação, mesmo que parcial, só poderia ocorrer depois do início da construção de escolas, postos de saúde, hospitais e obras de saneamento nos municípios e localidades diretamente afetados. Segundo o Ministério Público, a infraestrutura de saúde e educação é uma das questões que mais preocupa as comunidades da região uma vez que o simples anúncio da obra já começou a atrair migrantes e está sobrecarregando os serviços na região. "Sequer foi assinado convênio entre o empreendedor e o município de Altamira tratando da questão da saúde no município", afirma o documento do Ministério Público.

3º feira 26

Ônibus das empresas VIP M'Boi Mirinim e da VIP Guarapiranga deixam de circular pela manhã na zona sul de São Paulo – São Paulo (região Sudeste) em protesto contra o assassinato do sindicalista Sérgio Augusto Ramos, de 48 anos. Ramos, que era diretor do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores de Transporte Rodoviário e Urbano de São Paulo e havia denunciado um esquema de desvio de dinheiro público da entidade. Segundo o promotor Roberto Porto, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), a denúncia foi confirmada por outras 6 testemunhas. Segundo o sindicalista, empresas de plano de saúde contratadas pelas companhias repassavam R$ 240 mil/mês à diretoria do sindicato. O serviço de saúde foi subsidiado pela Prefeitura. O presidente do sindicato, Isao Hosogi, negou a acusação.

O MAB conquista a definição de novos critérios de cadastramento socioeconômico dos atingidos por barragens. O decreto foi assinado pelo presidente Lula, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Participam da solenidade os ministros de Minas e Energia, Meio Ambiente, Aqüicultura e Pesca e da Secretaria Geral da Presidência, presidentes das estatais do setor elétrico, representantes das Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o bispo Dom Tomás Balduíno, sindicatos ligados à energia elétrica e ao petróleo, movimentos indígenas e movimentos sociais da Via Campesina, além de deputados estaduais e federais eleitos no último pleito. Com o decreto, cria-se um instrumento de identificação e qualificação das pessoas atingidas nas áreas das barragens. Até hoje não havia uma legislação específica que assegurasse os direitos da população atingida por barragens, tampouco um órgão público encarregado de realizar as indenizações e reassentamentos. Com o decreto, um comitê interministerial - formado por representantes dos ministérios de Minas e Energia, Pesca e Aqüicultura e Meio Ambiente e pela Secretaria Geral da Presidência - vai fiscalizar o cumprimento do cadastramento. Em seu discurso, Joceli Andrioli, da coordenação nacional do MAB, reconhece o esforço do atual governo em criar normas para que as populações atingidas por barragens sejam tratadas com dignidade e tenham seus direitos reconhecidos. Andrioli critica a entrega do setor elétrico para as empresas privadas durante a onda de privatizações dos anos 90. Segundo ele, é necessário retomar o setor elétrico sob controle do povo brasileiro e essa é uma luta de toda a sociedade. Além disso, o MAB entrega para o presidente Lula um documento chamado Plataforma Operária e Camponesa - que é um conjunto de propostas formuladas pelos movimentos sociais da Via Campesina, FUP, Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e por sindicatos de eletricitários. As propostas da plataforma apontam linhas para que a energia esteja, de fato, a serviço do povo brasileiro e para que os atingidos por

barragens e a sociedade em geral tenham mais participação nas definições da política energética nacional. Para os atingidos por barragens dos diversos estados que participam da solenidade, o decreto é uma vitória, no entanto, dizem que estarão atentos e certos de que a efetivação desta política só acontecerá com muita luta e organização dos trabalhadores afetados pelas obras. De acordo o MAB, a medida é necessária, uma vez que são projetados mais de mil empreendimentos nos próximos anos, o que pode atingir até 200 mil pessoas, números que devem ser mais precisos com o novo cadastramento. Desde 2009, o presidente Lula tem se manifestado em público sobre o pagamento da dívida histórica do Estado com os atingidos por barragens.

Médicos de todo o país realizam manifestação em frente ao Ministério da Saúde em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) pedindo mais recursos para a área. Segundo o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Roberto Luiz Dávilla, um levantamento feito pelas entidades médicas diagnosticou um grave quadro na área de financiamento da saúde pública.“Nós estamos muito preocupados com a falta de financiamento adequado. O SUS [Sistema Único de Saúde] não vai se tornar um SUS de verdade, o SUS que nós sonhamos, se não tiver um financiamento. E nós entendemos que a forma de financiamento mais adequada é a regulamentação da Emenda 29”, afirmou. A regulamentação da Emenda 29, que deverá ser votada na Câmara dos Deputados, define percentuais que devem ser destinados à saúde pela União, pelos estados e pelos municípios. Para o presidente do CFM, seria necessário investir de 8% a 12% do Produto Interno Bruto (PIB) na saúde. Outra questão apontada por Dávilla é a necessidade de se ter uma carreira pública de médico, o que valorizaria o profissional que trabalha no SUS.

Movimentos populares como Moradores da Vila Autódromo, Vila Harmonia, Restinga da Marambaia, Pastoral das favelas, MST, Federação Internacional dos Sem Teto (FIST), Ocupação Quilombo das Guerreiras, Ocupação Zumbi dos Palmares, Rede Contra a Violência, Agricultores de Madureira, dentre outros realizam ato na Comunidade do Metrô, localizada entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Vila Olímpica da Favela da Mangueira, no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), contra a remoção da comunidade. Cerca de 85 famílias estão sendo ameaçadas de remoção e destruição para que no local seja construído um estacionamento de carros. A passeata saiu da Comunidade do Metrô e foi até a Prefeitura, passando pela UERJ, Maracanã e a Ocupação dos Tamoios, que também está ameaçada de remoção. Segundo informações do CMI, durante o percurso, os manifestantes perceberam que estavam sendo seguidos por um automóvel. Quando registram por foto o veículo, 2 homens se identificaram como policiais e exigiram o aparelho. Houve conflito e policiais usaram spray de pimenta. Na Prefeitura, os manifestantes encontram os portões fechados e guardas civis.

4º feira 27

Militantes do PT e de outros movimentos sociais realizam "ato contra escândalos de corrupção no Metrô" no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). A manifestação ocorreu em frente à sede da companhia, na Rua Boa Vista. " Antônio Mentor, líder do PT na Assembléia paulista, disse que "não se pode aceitar essa tese fantasiosa de que houve conluio entre as empresas e que o Metrô não sabia de nada". Mentor asseverou que "todo o processo de licitação da Linha 5 foi comandado por José Serra, pelo

governo dele". "(Serra) não pode agora tentar se esquivar alegando que já não era mais governador quando houve a concorrência", cobrou o deputado. “Primeiro ele virou as costas para o Paulo Preto (ex-diretor da Dersa)”.

5º feira 28

Integrantes da Academia Nacional de Medicina, reunidos em plenária no Rio de janeiro - RJ (região sudeste), divulgam uma nota de repúdio, contra a acusação de que o médico Jacob Kligeman, teria participado de uma farsa ao atender o candidato a presidência da república Jose Serra do (PSDB). A acusação foi feita pelo atual presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, que se referiu a agressão sofrida pelo candidato Jose Serra no ato realizado no ultimo dia 20, e também ao atendimento como farsa. Os médicos repudiaram as declarações de Lula e exigiram respeito á sua ética e sua profissão.

Moradores do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp) lançam abaixo-assinado contra a repressão na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo - SP (região Sudeste). Eles denunciam que, além do processo contra 14 estudantes, trabalhadores e seu Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp) sofrem mais de 20 processos por realizarem greve e manifestações em luta por isonomia salarial. As perseguições e punições atingem também o corpo docente, como no caso do professor do Instituto de Ciências Biomédicas que sofreu suspensão por denunciar à mídia a acomodação irregular de cadáveres nos laboratórios de sua unidade. No abaixo-assinado, os moradores denunciam que "essas medidas repressoras visam destruir todas as forças de resistência para avançar no processo de privatização da universidade, para que esta sirva somente as grandes empresas em detrimento dos interesses da população". Eles repudiam os atos antidemocráticos na USP e exigem: fim dos processos contra estudantes, trabalhadores e professores; fim das perseguições políticas; e uma universidade comprometida com o pensamento livre.

6º feira 29

O consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira Rondônia (região Norte), nega irregularidades no reassentamento de famílias que serão atingidas pela barragem da usina. O ministério Público de Rondônia e o Ministério Publico do estado, entraram com uma ação civil publica contra o consórcio e os governos federal, estadual e municipal questionando o cumprimento das medidas socioeconômicas na transferência de famílias do distrito de Mutum Paraná – que será alagado – para o assentamento batizado de Nova Mutum. Antes da ação dos ministérios públicos, o Ibama já havia questionado a empresa sobre os problemas. Em documento enviado ao Ibama, neste dia 29, o diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade do consórcio, Antonio Luiz Abreu Jorge, disse que as condicionantes estão sendo cumpridas e que os problemas de infraestrutura estão sendo resolvidos com soluções emergenciais. A ESBR informou que construiu duas escolas em Nova Mutum e contratou serviço de transporte escolar para que os estudantes que permaneceram em Mutum Paraná sejam levados ao local. Na ação, o MPF e o MP do estado relatam que o serviço não está sendo prestado de forma

satisfatória e que os estudantes estão perdendo aulas por falta de transporte. Em relação aos serviços de saúde, os ministérios públicos argumentam que não há nenhum posto de atendimento em Nova Mutum. A empresa reconhece que a unidade de saúde definitiva só será entregue em fevereiro de 2011, mas diz ter disponibilizado duas casas para atendimento provisório "A ESBR está em fase de contratação temporária de três médicos e um enfermeiro que atuarão no local até a conclusão da obra", diz o documento enviado o Ibama. A Unidade Integrada de Segurança Pública, prevista em convênio assinado entre o consórcio e o governo do estado também não está pronta. A ESBR afirma que a obra será entregue em novembro e que disponibilizou duas casas no assentamento para a instalação de um posto policial provisório. Outro ponto questionado pelo Ibama e que também faz parte da ação movida pelo MPF e pelo MP de Rondônia é a dificuldade na transferência de estabelecimentos comerciais de Mutum Paraná para o novo assentamento. A empresa justifica que o atraso para realocar os comerciantes se deu por causa da demora dos proprietários em escolher os locais para as lojas.

Indígenas e apoiadores na luta pela criação da primeira Universidade Indígena do País, que seria construída no local, lançam manifesto denunciando a medida que isolou a ocupação Indígena do Museu do Índio do Maracanã, no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), articulada em torno de 28 etnias organizadas no Instituto Tamoio dos Povos Originários. O poder público, a serviço da Odebrecth Brasil SA, da Delta Construções SA e da Construtora Andrade Gutierrez SA, vencedoras da licitação para as "obras de reforma e adequação" do Complexo do Maracanã (orçadas em R$ 705.589.143,72, com 900 dias de prazo de vigência), ergue um muro, separando a ocupação da rua Mata Machado. Seguranças da empresa terceirizada do Estádio Mário Filho impedem que os indígenas e apoiadores usem a entrada que dá acesso para a avenida Maracanã, fechada por um portão (lacrado durante à noite). O muro dificulta o acesso dos indígenas aos locais de comércio e pontos de ônibus da região.

Sábado 30

O presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Flaviano Pinto, de 45 anos, do Povoado Charco, município de São Vicente no Maranhão (região Nordeste), é assassinado com oito tiros de pistola, disparados contra a sua cabeça. Flaviano liderava a luta dos trabalhadores rurais contra o cercamento de parte da comunidade Charco com cerca elétrica, pela família do fazendeiro Gentil Braga. A família Braga é proprietária de extensas áreas na região da Baixada maranhense. Além disso, é responsável por diversos despejos violentos na região. O conflito na região vem sendo denunciado pela CPT ao Incra, Instituto de Terras do Maranhão (Iterma), aos órgãos de segurança pública e de justiça do estado do Maranhão. O sindicalista Manoel Santana Costa, 35 anos, também é ameaçado de morte, por defender a comunidade rural da região. Ele pode ser executado por pistoleiros caso não sejam tomadas medidas para a sua proteção.

Cerca de 500 moradores da zona oeste da cidade do Rio de janeiro - RJ (região sudeste), ocupam condomínio de casas populares que pertence ao programa do governo federal, "Minha Casa Minha Vida". Os manifestantes, foram retirados das residências e estão sendo escoltados pela PM dentro de ônibus de volta para a região onde residem, o subprefeito da zona Oeste, marcou uma reunião com os manifestantes para o dia 31 de outubro.

Glossário

CMI	Centro de Mídia Independente
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Fenaban	Federação Nacional dos Bancos
FUP	Federação Única dos Trabalhadores
FLM	Frente de Luta pela Moradia
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MAB	*Movimento dos Atingidos por Barragens*
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não Governamental
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL/CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Peter Sana (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA, Vermelho, Radioagência de Notícias do Planalto.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

País

Mes de Año

Editada en el MES de AÑO

Asdi
Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo

Govern
de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials,
Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 000

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de

Integrantes Nombres

Fuentes Nombres

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Novembro do 2010

2ª feira 01

Centrais Sindicais em São Paulo-SP (região sudeste) entregam pauta unificada ao relator do Orçamento para 2011 Gim Agnello. Os trabalhadores reivindicam aumento de 12,9% para o salário mínimo que pode chegar a R$ 575,80. A proposta foi encaminhada majoritariamente pelas centrais que apoiaram a candidatura de Dilma Rousseff (PT).

Cerca de 50 famílias ocupam um prédio na Rua Sara, 85, no bairro do Santo Cristo, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O prédio pertence ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e esta abandonado há cerca de 15 anos. As famílias organizaram a ocupação, de forma autônoma e por meio de decisões tomadas em assembléias. Moradores e integrantes de outras ocupações estão na porta do prédio em solidariedade à ocupação intitulada "Ocupação Guerreiro Urbano". As famílias ocupadas redigiram um manifesto no qual afirmam que o "déficit habitacional do município é maior do que 150 mil (estimativa oficialmente subestimada), sendo que em cada 10 pessoas que necessitam de moradia, 9 ganham entre 0 e 3 salários mínimos.

3ª feira 02

Cerca de mil moradores do distrito de Engenheiro Passos em Resende no Rio de janeiro - RJ (região sudeste) fazem manifestação contra a volta da cobrança da tarifa de R$ 9,20 no pedágio da Via Dutra para veículos com placa de Resende. A Via Dutra é a única forma dos moradores de Engenheiro Passos chegarem ate a cidade de Itatiaia onde ficam localizados hospitais escolas e demais serviços públicos.

4ª feira 03

A comunidade da Pedra do Sal, é reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), como remanescente de quilombo. No documento, também consta a identificação das comunidades de

Cabral, com 50 famílias, no sul fluminense, e Sacopã, na zona sul da capital com 13. Instalada em uma região por onde devem ter desembarcado cerca de 1 milhão de africanos escravizados o local atualmente é o cenário de um dos maiores projetos de revitalização da cidade para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. As 25 famílias da comunidade Pedra do Sal disputam a posse de suas casas com a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT) e devem enfrentar um processo complicado até a emissão do título de posse. Elaborado com base em laudos antropológicos, o documento do Incra declarou que as famílias da Pedra do Sal são donas de uma área de 3.534 m² onde estão imóveis da Venerável Ordem Terceira, ligada à igreja Católica. A instituição alega ter herdado, de dom João VI, os terrenos, onde atualmente desenvolve projetos sociais, mas, segundo o Incra, não há documentos que comprovem essa doação. O superintende do instituto no Rio, Gustavo Souto, explica que as informações levantadas indicam que a área onde estão as famílias da Pedra do Sal pertencem à União. Segundo ele, com a publicação do relatório, a VOT terá 90 dias para contestar os dados e deve procurar a Justiça, assim como já fez anteriormente, na tentativa de barrar a regularização fundiária da comunidade. A comunidade de Sacopã (Família Pinto), localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul, também deve enfrentar um processo contra os vizinhos, antes de conseguir o título de posse do terreno, assegurado pela Constituição. Segundo o superintendente, "os moradores do bairro, um dos mais nobres da capital, já demonstram nos argumentos preconceito infundado contra os vizinhos quilombolas"."Se ninguém contestar nada, se não houver um processo judicial longo, fora do controle do Incra, os títulos das três comunidades saem em 2011. Mas o mais provável são contestações contra Sacopã e Pedra do Sal. Já Cabral, em Paraty, deve trilhar um caminho mais simples", afirmou o superintendente. Mesmo diante de mais uma disputa, os remanescente da Pedra estão confiantes, pois a VOT perdeu na Justiça outros processos contra a comunidade. "Passamos apertos, com desocupações forçadas e ameaças até a finalização do relatório [do Incra]. O fato de ele ter sido publicado é uma grande vitória", declarou o presidente da Associação de Moradores, Damião Braga. Conhecida como Pequena África, a zona portuária do Rio é marcada por elementos da cultura afro-brasileira. Além do quilombo, abriga um antigo cemitério de escravos e o monumento à Pedra do Sal. No local, os estivadores, negros recém-libertados, descarregavam o sal e se reuniam em rodas de samba. Ali surgiram nomes como Donga, Pixinguinha, João da Baiana e Heitor dos Prazeres.

Quarenta e nove pessoas que trabalhavam em condições análogas à escravidão, no município de Cambuí – Minas Gerais (região Sudeste) são libertadas pela Polícia Federal Rodoviária. Entre os libertos, havia 7 adolescentes e 13 mulheres. Segundo o portal Repórter Brasil, as vítimas cuidavam de mais de 400 mil pés de morango, em 2 propriedades. As jornadas de trabalho não eram registradas, mas duravam, em média, até 10 h diárias. A água para consumo não era adequada e os trabalhadores não tinham acesso a banheiros. As necessidades eram feitas em um buraco. O local onde eram feitas as refeições não possuía mesas nem cadeiras. Os agrotóxicos eram aplicados nas lavouras de morango sem nenhum controle. Os trabalhadores que realizavam essa tarefa não recebiam o treinamento exigido por lei. Além disso, os empregadores não

forneciam equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados, o que colocava em risco a saúde dos trabalhadores. O proprietário deverá pagar R$ 341 mil em verbas rescisórias e, também, por não ter concedido descanso semanal remunerado aos empregados. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, desde 2005, mais de 36 mil trabalhadores foram resgatados de situação análoga à escravidão.

5ª feira 04

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina decreto que aprimora a política de educação no campo e regulamenta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Com objetivo de reduzir o analfabetismo entre jovens e adultos do campo, a medida faz com que a oferta da educação, da creche à universidade, seja compartilhada entre municípios, estados e a União. De acordo com o Ministério da Educação, o Pronera visa a garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável, saneamento básico para as escolas, promoção da inclusão digital com acesso a computadores, conexão à *internet* e às demais tecnologias digitais. Serão beneficiados os agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e caboclos. O ministro da Educação, Fernando Haddad, ressaltou que todas as questões dos formuladores da educação, desde a formação de professores ao transporte escolar, estão colocadas no programa. Haddad reconheceu a dificuldade em melhorar os índices educacionais no campo, mas disse que houve melhora nos últimos anos. A representante da Via Campesina, Antonia de Oliveira, lembrou que, há vários anos, os camponeses reivindicam melhorias na educação oferecida no campo. "O decreto será a oportunidade para os camponeses ampliarem o acesso à educação. Nos possibilita sair de um anonimato na educação do campo. Vamos ter maior respaldo e mais conhecimento", disse Antônia. De acordo com o decreto, o governo federal ficará responsável por criar e implementar mecanismos que assegurem a manutenção e o desenvolvimento da educação na área rural. O decreto prevê medidas para integrar o fomento à educação básica para jovens e adultos à qualificação social e profissional. Segundo o Ministério da Educação (MEC), para que estados e municípios recebam assistência técnica e as transferências de recursos do governo federal, será necessário que sejam incluídas nos seus planos estaduais e municipais as ações de educação no campo.

A Força Sindical formaliza a proposta de aumento do salário mínimo para R$ 580, no Congresso Nacional em Brasília- Distrito Federal (região Centro-oeste). A Força Sindical enviou também uma proposta para a presidente eleita Dilma Rousseff (PT) de aumento de 9%, para aposentados que ganham acima do salário mínimo. A central sindical pede a área técnica do governo para estudar possibilidades de viabilizar um aumento acima de R$ 550, proposta que já era admitida pelo governo federal.

O Movimento em Defesa do Hospital Estadual Pedro II, faz manifestação em frente à Secretária Estadual de Saúde do Rio de janeiro - RJ (região Sudeste). O hospital se

encontra fechado desde o dia 14 de outubro, e o movimento alega que com isso, aumentou a demanda de pacientes nos demais hospitais da região. O movimento também é contra a municipalização do hospital que passaria a ser administrado por uma Organização Social (OS). Segundo o movimento, a administração do hospital seria privatizada por meio dessa administração. Representantes do movimento também entraram com uma representação no Ministério Público Estadual, pedindo a reabertura da unidade e o Sindicato dos Médicos (SinMed/ Rio), solicitou uma vistoria no Hospital.

Um grupo de 5 pessoas formado por estudantes universitários e servidores da Cultura distribui panfletos nos Jardins da Biblioteca Nacional (BN), no Rio de janeiro - RJ (região Sudeste) em evento e comemoração aos 200 anos da instituição. Após distribuírem, pacificamente, cerca de 100 panfletos eles tentaram sair, mas foram impedidos de deixar o prédio. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI) os manifestantes sofreram inclusive agressões físicas por parte dos seguranças. O panfleto em questão é assinado em conjunto pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, pelas Associações de servidores da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e do Arquivo Nacional e também pelo mandato do vereador Eliomar Coelho para denunciar a situação do servidor Silvio Bahiana, que teria sido afastado de maneira sumária de seu posto de trabalho na Biblioteca Nacional por ter se negado a passar à frente de mais de 2 mil cidadãos na fila de atendimento do Escritório de Direitos Autorais (EDA), a pedido do presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Muniz Sodré, um projeto da Fundação Roberto Marinho. O panfleto cobra uma resposta à representação oficial protocolada por Silvio contra a atitude tomada pela direção da BN.

6ª Feira 05

Indígenas das etnias Guarani e Tupiniquins conquistam os decretos de homologação das terras indígenas Comboios e Tupiniquim, ambas no município de Aracruz - Espírito Santo (região Sudeste). Os decretos encerram uma disputa que remonta há mais de 4 décadas. Assinados pelo presidente Lula da Silva, os decretos asseguram a propriedade das terras indígenas aos povos. As área somadas abrangem cerca de 18 mil ha e eram objeto de litígio judicial entre os indígenas e a empresa Fibria, nome atual da empresa Aracruz Celulose.

Os servidores da BN agredidos no dia 4 de novembro por seguranças da instituição procuram o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef). Acompanhados pelo diretor Vicente Oliveira e pelo advogado do sindicato, Antônio Carlos. Eles foram até uma delegacia prestar queixa e fazer exame de corpo de delito devido às escoriações que ficaram como resultado das agressões. Além da ida à delegacia, o Sintrasef encaminha à Presidência da Biblioteca um pedido de reunião com o objetivo de entender melhor o ocorrido e cobrar as devidas providências. De acordo com Vicente Oliveira, o Sintrasef não vai tolerar agressões a nenhum servidor público e vai exigir explicações da direção da BN sobre o assunto. Até lá, o

sindicato está tomando as medidas jurídicas cabíveis com base na queixa apresentada à Polícia.

As cerca de 50 famílias que ocuparam no dia 1º de novembro o prédio do INSS e formaram a Ocupação Guerreiros Urbanos, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) sofrem ordem de despejo por agentes da Polícia Federal (PF), com o apoio da polícia militar. Em manifesto, os ocupados denunciam que a polícia infringe a lei, uma vez que a ação não é acompanhada de pedido de reintegração de posse, nem do oficial de justiça, e ocorre sem a presença do conselho tutelar e do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), responsável por mediar conflitos fundiários no estado. Eles ainda afirmam que os agentes da Policia Federal não se identificaram individualmente. As famílias informam ainda que sofreram humilhação dos policiais.

Sábado 06

Pescadores de São Miguel (Biguaçu) e de Governador Celso Ramos, em Florianópolis - Santa Catarina (região Sul) realizam "barqueata" contra o Estaleiro OSX na Baía Norte de Florianópolis e na principal avenida da cidade, a Beira-Mar Norte. A Polícia Naval reprimiu o protesto e com isso, alguns manifestantes dispersam. Duas embarcações foram notificadas e uma foi apreendida. O pescador dono da embarcação, Eliton, terá que retornar em 2 dias para prestar depoimento e saber o valor da multa recebida pelo envolvimento na "barqueata". O ato repressivo da Marinha do Brasil ocorreu enquanto lideranças comunitárias e ambientalistas usavam um microfone para expor os motivos do ato. A movimentação foi, durante todo o tempo, acompanhada por um helicóptero. Os manifestantes vaiaram a Marinha brasileira.

Domingo 07

Pessoas transportadas em condições degradantes são encontradas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante ação policial no posto da BR-040, na entrada do Distrito Federal, próximo ao município goiano de Valparaíso (região Centro-oeste). Duas caminhonetes vindas de Patos, na Paraíba, com 23 pessoas nas carrocerias junto com uma carga de sandálias, seguiam para o Sul do país, onde os trabalhadores venderiam a mercadoria. De acordo com o agente Gustavo Almeida, os trabalhadores estavam na estrada desde o dia 4 e a viagem até o Sul ainda levaria mais 2 dias. Segundo Almeida, os homens estavam nas carrocerias, em cubículos de ferro cobertos por lonas pretas. "Se pegasse fogo, por exemplo, não teriam como sair. Estavam amontoados, junto com as sandálias, no lugar sujo", descreveu o policial. Os dois motoristas das caminhonetes e os trabalhadores foram levados a uma delegacia de Polícia Civil, onde prestarão depoimentos. Os responsáveis deverão arcar com as

despesas de hospedagem dos trabalhadores e o transporte de volta. A PRF autuou os motoristas por infrações de trânsito, e segundo Almeida, a Polícia Civil poderá indiciá-los por crimes ligados a maus-tratos e a trabalho degradante.

Índios da etnia Guajajara bloqueiam um trecho da Rodovia BR-226 perto da cidade de Barra do Corda, estado do Maranhão (região Nordeste). Os indígenas protestam contra a falta de verbas para o transporte escolar de indígenas.

2ª feira 08

A greve dos servidores do Judiciário no estado do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) completa 20 dias. O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio de Janeiro (SindJustiça) afirma que mais de 1 milhão de casos estão acumulados desde o início da paralisação, em 19 de outubro. Com apenas 30% do efetivo trabalhando, a categoria está atendendo apenas os casos considerados de emergência, como liminares de pensões alimentícias, busca e apreensão de menores, liberação de verba para compra de remédios e alvarás de soltura. O comando da greve reivindica a garantia de 24% de aumento para todos os servidores. Segundo o sindicato, o reajuste foi aprovado em 1987, no governo Moreira Franco. Depois de 22 anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pelo cumprimento da medida a partir do dia 3 de setembro deste ano de 2010, mas o "governo do estado e o tribunal não cumpriram a determinação". A diretoria do SindJustiça informou que a presidência do tribunal condicionou a abertura de diálogo com os coordenadores do sindicato à suspensão da greve. De acordo com o coordenador-geral do SindJustiça, Amarildo Silva, "existe um acúmulo de serviço muito grande. Isso prejudica a população jurisdicionada, prejudica a classe dos advogados, mas a gente quer ver onde nós estamos sendo prejudicados e resolver essa questão do reajuste". Silva afirmou ainda que a presidência do TJRJ não admite a existência do movimento grevista e faz intensas pressões sobre os servidores. O sindicalista acusou a atual administração de ameaças em relação ao corte da folha de ponto e da suspensão dos salários. De acordo com o coordenador do sindicato, o tribunal removeu arbitrariamente 33 servidores de suas funções habituais para lugares distantes como forma de punição. O sindicato espera reverter as punições no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). À imprensa, o TJRJ nega que haja greve e diz desconhecer as reivindicações. Segundo a assessoria do órgão, "os servidores estão trabalhando normalmente".

Detentos iniciam rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís - Maranhão (região Norte). Iniciada nesta manhã, o motim já contabiliza 9 presidiários mortos por companheiros de cela e um agente penitenciário baleado. Cinco pessoas são mantidas reféns, todos monitores do complexo. A Polícia Militar não descarta a possibilidade de haver mais corpos dentro do presídio. Os presos pediram a presença de um pastor e um juiz. A expectativa é que eles auxiliem nas conversas. Entre as reivindicações dos presos estão melhores condições dentro do presídio e a saída do atual

diretor. A rebelião começou nesta manhã quando presos renderam um agente penitenciário e pegaram sua arma. Em nota, a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, afirmou que no complexo de Pedrinhas "há um estado de tensão permanente entre facções de presos" e que "no Maranhão, assim como nos demais estados, a superlotação dos presídios é uma realidade". Na nota, a secretaria diz ainda que esse problema está sendo enfrentado pelo governo do estado com a construção de novas unidades prisionais.

Estudantes universitários e secundaristas liderados pelos Diretórios Centrais de Estudantes (DCE's), Grêmios Estudantis e pela União Estudantil dos Estudantes Natalenses protestam contra aumento de tarifa de ônibus em Natal – Rio Grande do Norte (região Nordeste). A partir do dia 15 de novembro, a tarifa passa a ser de R$ 3. Os manifestantes iniciaram o protesto após a notícia ser dada pela prefeita Micarla de Souza, que informou ainda que terá limitação semanal o cartão de meia passagem para estudantes. O cartão só poderá ser utilizado 2 vezes ao dia. A prefeita argumenta que "o direito a meio [passe] se restringe à ocasião em que o estudante se desloca de casa para a escola e vice-versa" e acrescenta que "não é justo que a coletividade arque com os custos da meia passagem dos estudantes fora dessa ocasião referida". Segundo cálculos realizados pela equipe da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, caso não houvesse a limitação do uso da meia passagem, as tarifas poderiam chegar a custar R$ 3,50 em média.

Fórum de Oposição lança moção de repúdio ao Ministério da Cultura "contra Violência e Corrupção" na BN e solicitam rigor na punição aos atos cometidos no dia 4 de novembro, quando manifestantes foram impedidos de sair do prédio da Biblioteca por estarem panfletando contra medidas do presidente da instituição. Na moção, o fórum repudia "a morosidade deste Ministério na apuração da denúncia feita pelo servidor da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Silvio Bahiana, em maio de 2009", sobre o favorecimento da Fundação Roberto Marinho, bem como denunciam "a perseguição política e o assédio moral, já de amplo conhecimento deste Ministério, impostos ao servidor pela direção do órgão público, tendo em vista que o trabalhador agiu no cumprimento de suas obrigações, em defesa dos princípios da administração pública".

Moradores da Favela Vila Taboinhas, em Vargem Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) sofrem com violência policial em protesto. Policiais militares do Batalhão de Choque lançaram dez bombas de gás lacrimogêneo contra moradores. A ação foi durante um protesto contra a ordem judicial de reintegração de posse de um terreno de 33 mil m². No tumulto provocado pela ação da polícia, uma criança foi pisoteada, 3 mulheres desmaiaram e pelos menos 4 pessoas ficaram feridas. Quando as bombas foram lançadas, o coronel Antônio Couto, que comandava a operação, fazia uma vistoria na favela, acompanhado de oficiais de Justiça, para conhecer o local das remoções. Cerca de 250 famílias vivem no local.. Couto afirmou que não havia partido dele a ordem para lançar as bombas. Depois, questionado sobre quem determinara a ação, ameaçou prender o repórter do jornal Estado de São Paulo. "Você está atrapalhando o meu trabalho." Segundo o coronel, policiais do Choque

relataram ter reagido a pedras lançadas por moradores, mas isso não foi testemunhado pela reportagem. "É melhor dar um tiro em mim, mas não em meu neto", reagiu um dos moradores, de frente para o grupo do Batalhão de Choque protegido por escudos. Ele segurava a roda de um carrinho de bebê atingido - e destruído - na ação. O garoto não ficou ferido. "O que a gente fez de errado? O senhor não tem filhos? A gente não é bicho", afirmou outro homem, condenando a ação da polícia. Moradores chegaram a erguer, com entulho e pedras, uma barricada na rua principal da favela, para impedir as máquinas levadas para demolir as casas. O terreno, de propriedade privada, começou a ser ocupado pelas famílias há 5 anos.

3ª feira 09

Cerca de 120 famílias do MST, são despejadas de duas fazendas no município de São Joaquim do Monte, no Agreste de Pernambuco (região Nordeste). De acordo com um dos coordenadores do MST no estado, Edilson Barbosa, as famílias estão acampadas à beira de uma estrada próxima às fazendas e devem voltar para o antigo assentamento. “O pessoal só está aguardando a recomposição da estrutura, já que os barracos foram destruídos no despejo.” O conflito pela posse das fazendas Consulta e Jabuticaba é antigo. De acordo com a ouvidora agrária regional do Incra em Pernambuco, Elisabete Moreira da Silva, já ocorreram mais de 10 tentativas de despejo dos trabalhadores que ocupam as propriedades. Os proprietários se recusam a vender as terras para o governo e a União não pode desapropriar as fazendas porque as áreas são consideradas pequenas. “Elas têm mais ou menos 240 ha. Propriedades desse tamanho só podemos adquirir por compra, não podem ser desapropriadas [para fins de reforma agrária]. De um lado, ficam os trabalhadores que não desistem da área e, de outro, os proprietários que não negociam”, disse a ouvidora. Edilson Barbosa, do MST, disse que as propriedades foram fracionadas ilegalmente pelos fazendeiros para evitar a possibilidade de desapropriação. “Por isso, decidimos continuar e reocupar.” Segundo informações do site do MST, devido a lentidão na compra das áreas, a população destas fazendas vivem sob ameaça de pistoleiros, além de sofrer violência por parte da Policia Militar.

Diversos movimentos sociais, entre eles Via Campesina, MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), lançam manifesto em apoio à candidatura à presidente de Dilma Rousseff. “(...) os movimentos sociais e a Via Campesina Brasil afirmam o seu apoio e compromisso de lutar para eleger a candidata Dilma Rousseff para o cargo de presidenta do Brasil. Queremos nos juntar aos movimentos sindicais, populares, estudantis, religiosos e progressistas para promover debates com a sociedade, desmascarar a propaganda enganosa dos neoliberais e autoritários e exigir avanços na democracia, nas políticas públicas que favoreçam a população, no combate aos corruptos e corruptores e na democratização do poder em nosso país. Precisamos derrotar a candidatura Serra, que representa as forças direitistas e fascistas do país. Devemos seguir organizando o povo para que lute por seus direitos e mudanças sociais, mantendo sempre nossa autonomia política frente aos governos. Conclamamos a

militância de todos os movimentos sociais, os lutadores e lutadoras do povo brasileiro, para se engajarem nessa luta, que é importantíssima para a classe trabalhadora. Vamos à luta!! Vamos eleger Dilma Rousseff presidenta do Brasil."

Os movimentos sociais das 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 vão integrar uma rede nacional de monitoramento dos direitos da população. Eles trocarão informações e organizarão mobilizações para tentar garantir que os direitos dos cidadãos, principalmente os relacionados à moradia, não sejam violados durante a preparação do Brasil para o Mundial de futebol. A criação da rede nacional de monitoramento foi acordada hoje pelos representantes dos movimentos sociais durante o seminário Impactos Urbanos e Violações de Direitos Humanos nos Megaeventos Esportivos, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em São Paulo – SP (região Sudeste). No evento, todos demonstraram preocupação, principalmente, com as remoções e os despejos causados pelas obras nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. De acordo com a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik, os megaeventos esportivos ocorridos em outros países mostraram que as violações dos direitos à moradia são constantes. Na preparação para a Copa do Mundo da África do Sul, ocorrida este ano, e para as Olimpíadas de Atenas, em 2004, por exemplo, famílias que moravam em áreas mais pobres foram as mais prejudicadas. Arnaldo Fernandes, ambientalista de Fortaleza (CE), afirmou que os movimentos sociais não são contra o Brasil sediar grandes eventos esportivos. Segundo ele, os movimentos querem que esses eventos tragam benefícios a toda população, não apenas às empresas envolvidas na organização. "A nossa preocupação é que se tenha um legado", disse Fernandes. "Queremos que a Copa traga uma melhora efetiva do meio urbano e social para todos."Na defesa desse legado, os integrantes dos movimentos sociais que participaram do seminário da USP se comprometeram a articular uma central de informações e também campanhas para conscientizar a população sobre possíveis violações de direitos causadas por obras da Copa.

Estudantes do Rio de janeiro- RJ (região sudeste), formam um novo movimento chamado MOVA-SE (Movimento dos Vestibulandos Ativistas), o movimento já aderido por mais de 300 estudantes em redes sociais, e estão organizando uma passeata para o dia 15 no Rio de janeiro, o movimento reivindica a volta dos antigos vestibulares e o uso do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), como instrumento de avaliação do ensino médio e escolas.

Cerca de 400 famílias da comunidade Vila Taboinhas, que fica em Vargem Grande, no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) são despejadas. Após algumas horas de tensão, o Batalhão de Choque da Polícia Militar entra na comunidade, jogam bombas de gás e efetuam disparos. Segundo os moradores, os policiais agridem os ocupados. O suposto proprietário da área que ocupada entrou com ação de reintegração de posse em 2007 e logo conseguiu decisão judicial favorável da juíza Érika do Fórum da Barra. Entretanto, a ordem de despejo não foi imediatamente cumprida porque o proprietário não soube dizer quais eram os limites de sua propriedade e foi necessária perícia técnica. Os

moradores só foram notificados da decisão nesse ano de 2010. A juíza esteve pessoalmente na comunidade com cerca de 30 oficiais de justiça para notificar as famílias. O Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública, procurado pela Associação de Moradores e pelas famílias, entrou com agravo contra a decisão, que foi inicialmente aceito pela desembargadora, que logo após, entretanto, voltou atrás alegando falta de documentos. A decisão da juíza é pelo despejo puro e simples, sem determinar nenhuma alternativa de moradia para as famílias, o que contraria diversas legislações. A área onde se encontra a comunidade faz parte da região que será atingida pela implantação da Transoeste e Túnel da Grota Funda, sendo portanto local de valorização imobiliária, o que, segundo os moradores, "deve ter despertado a cobiça do suposto proprietário que a tinha abandonado há anos". Os movimentos sociais Conselho Popular, Movimento de União Popular (MUP) e Rede contra a Violência, a Defensoria Pública e o Ministério Público buscam contatos com a juíza e a desembargadora do caso para conseguir mais prazo para negociar uma alternativa para as famílias, mas não conseguem.

Trabalhadores em condições análogas a de escravos são libertados nos municípios de General Carneiro e Palmas, no Paraná (região Sul). Os 98 trabalhadores foram encontrados em áreas dedicadas à extração de madeira (pinus) sob responsabilidade de 4 empresas: a Madepar Agroflorestal; a Palmasplac Agropastoril Ltda., o Grupo Estrela Indústria de Papel Ltda., e o Grupo Guararapes. A operação contou com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e integrantes da Polícia Federal (PF). Entre as vítimas, 5 eram adolescentes com menos de 18 anos. Barracões de madeiras e até um contêiner improvisado abrigavam parte dos empregados. Não havia camas ou colchões suficientes para todos; alguns trabalhadores dividiam a mesma cama. Apesar do frio que faz na região, as vítimas tomavam banho em um pequeno córrego, com uma lona em volta para garantir o mínimo de privacidade. As empresas não disponibilizavam instalações sanitárias aos empregados - nem nos alojamentos, nem nas frentes de trabalho. O empregador não fornecia Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). As empresas foram multadas e tiveram que assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que se comprometem a não mais utilizar trabalho em condições análogas a da escravidão.

4ª feira 10

Cerca de 1.500 moradores do acampamento bloqueiam a BR-163, em Itaquiraí - Mato Grosso do Sul (região Centro - oeste) para reivindicar alimentação. Os sem-terra brasiguaios (Brasileiros e Paraguaios) acampados nas margens da, ameaçam 'radicalizar os protestos' para não desocupar a área. O prazo foi determinado pela Justiça em 18 de novembro. As obras de duplicação da rodovia tomarão toda extensão do trecho atualmente ocupado pelos brasiguaios, ligados ao MST. O Incra já viabilizou uma área provisória de 8 ha, perto do acampamento. Outra solução é a desapropriação de uma

fazenda em Naviraí, de 3.700 ha, que depende de liberação da Funai, pois pode ser terra indígena.

Detentos realizam rebelião de presos da Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal, no centro de Manaus – Amazonas (região Norte). A rebelião começou, quando um grupo de 326 detentos invadiu outra ala da cadeia, fazendo 6 reféns. Um foi libertado no início da tarde em troca de água e energia elétrica, que tinha sido desligada. Os outros 5 foram libertados em seguida. Três presos foram mortos, de acordo com a Polícia Militar do estado. Os presos rebelados queimaram colchões e destruíram algumas celas. Os presos que não participaram do motim foram isolados no pátio do presídio. A rebelião terminou no início da noite. A cadeia tem, atualmente, 821 presos. A maioria, presos provisórios que aguardam julgamento. Esta previsto para janeiro de 2011 a inauguração do novo presídio estadual. A unidade terá capacidade para 568 presos provisórios.

Guardas municipais, policiais civis e militares realizam ato contra a homofobia na Candelária, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato lembrou das Lésbicas, Gays Bissexuais e Transexuais e Transgêneros (LGBTs) assassinados no Brasil. Durante a manifestação, flores e bolas brancas simbolizando os homossexuais assassinados, foram distribuídas às pessoas. De acordo com o presidente da Organização Não Governamental (ONG) Grupo Arco-Iris, Júlio Moreira, não se pode discutir segurança pública para o público LGBT sem assegurar a inclusão social para os homossexuais. O ato ocorreu enquanto a cidade sedia o Segundo Seminário Nacional de Segurança Pública para LGBT, "Não podemos discutir a questão da segurança pública [para os homossexuais] se não houver políticas públicas de inclusão social. Em muitas vezes a vítima sofre violência homofóbica justamente pelas vulnerabilidades sociais em que elas convivem. Um exemplo são os travestis e os transsexuais, pois se expõem ao assumirem uma identidade de gênero feminino. Com isso, eles têm dificuldade ao acesso básico à saúde, educação e ao trabalho. Então temos que trabalhar neste âmbito também para melhorar o quadro de discriminação no país", afirmou. Segundo o superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio, Cláudio Nascimento, mesmo com a tradição das polícias serem machistas, nos últimos anos os policiais estão mudando a perspectiva ao lidar com a temática LGBT."A tradição das policias, por conta da ditadura militar, é uma tradição ainda machista, muito conservadora. Mas, na última década, estamos percebendo uma mudança grande nas perspectivas dos policiais, na maneira de lidar com esta temática [LGBT]. O seminário, terminou neste dia 10. Segundo Nascimento, os participantes do seminário estão elaborando um plano de ação nacional na área de segurança pública para combater a discriminação. Eles esperam também definir um conjunto de diretrizes para elaborar 27 planos estaduais, direcionados às forças policiais em cada estado da Federação.

O Movimento Mais Feliz, que apóia a Proposta de Ementa Constitucional (PEC) que torna a busca pela felicidade um direito constitucional, acompanha a aprovação da PEC na Comissão da Constituição e Justiça em Brasília- Distrito Federal (região Centro-

oeste). A PEC reivindica que o Estado promova as condições básicas para que os cidadãos busquem a felicidade com dignidade, a partir de um ponto onde todos tenham as mesmas oportunidades.

5ª feira 11

Cerca de 300 famílias quilombolas e da Via Campesina ocupam as Fazendas Aparecida, Arapuã e Lagoa da Varanda (de propriedade de Raul Ardito Lerário), na luta pela conquista do Território Brejo dos Crioulos, nos Municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, norte de Minas Gerais (região Sudeste). O território quilombola, composto por 512 famílias espalhadas em 8 pequenas comunidades, abrange 17.309 ha. As 5 maiores fazendas detêm 13.000 ha do território. Desde 2004 os quilombolas vêm fazendo ocupações na busca de seus direitos. Ações de jagunços contra quilombolas já foram anteriormente denunciados. Em dezembro de 2009, o Incra de Minas Gerais foi pela primeira vez ocupado por quilombolas, no intuito de agilizar os processos. Segundo informações oficiais, o processo de Brejo dos Crioulos já foi analisado pelos técnicos da regularização de territórios quilombolas do Incra nacional e aguarda parecer da Procuradoria Geral Especializada da autarquia, para ser direcionado para a análise final do Conselho Diretor Nacional do órgão. Os quilombolas reivindicam que o processo de regularização do território chegue à Casa Civil para que o decreto de desapropriação possa ser assinado.

Entidades ambientalistas e de direitos humanas enviam à Organização dos Estados Americanos (OEA) um documento denunciando o que consideram ser irregularidades na licitação e no processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, Pará (região Norte). Na denúncia, os ativistas pedem que a OEA exija esclarecimentos do governo brasileiro e se manifeste pela suspensão imediata do licenciamento ambiental da obra, vetando o início da construção da hidrelétrica. As organizações argumentam que, em nome da usina, o governo deixou de lado direitos fundamentais das comunidades tradicionais da região do Xingu e que a hidrelétrica ameaça "a segurança alimentar, o meio ambiente e o acesso à água potável".Entre as áreas ameaçadas por Belo Monte, de acordo com as entidades, estão as comunidades Arroz Cru, Arara da Volta Grande, Juruna do km 17 e Ramal das Penas, todas às margens do Rio Xingu. Os ativistas alegam que há risco de epidemias e do aumento da pobreza na região, por causa do fluxo migratório de trabalhadores que serão atraídos pela obra. Entre as entidades que assinam o documento estão o Movimento Xingu Vivo para Sempre, a Justiça Global, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Associação Interamericana de Defesa do Ambiente.Belo Monte deve alagar uma área de 516 Km quadrados. O que preocupa os ambientalistas não é o tamanho do lago – considerado pequeno – mas o desvio do curso do rio, que poderá deixar seca a região conhecida como Volta Grande do Xingu. Em fevereiro, a usina recebeu a licença prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O documento foi alvo de várias ações na Justiça. Em abril, o empreendimento foi

licitado. O início das obras ainda depende de outra licença do Ibama, a de instalação, que deve ser concedida após análise do cumprimento de condicionantes ambientais pelo consórcio empreendedor.As empresas pediram ao Ibama a concessão de uma licença parcial, para instalação do canteiro de obras. No entanto, o Ministério Público Federal (MPF) no Pará já enviou um recomendação ao órgão ambiental alertando que a legislação brasileira não prevê nenhuma licença parcial. Em novembro de 2008, o Ibama concedeu licença de instalação parcial para a construção do canteiro e das obras iniciais da Usina Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira. A licença de instalação definitiva só foi assinada em junho de 2009.

Manifestação realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas, em Minas Gerais (região Sudeste) interrompe o trânsito por cerca de 10 minutos em uma das pistas da BR-381, no sentido de São Paulo, em trecho da cidade de Betim. O protesto, que durou cerca de 40 minutos, foi organizado com o objetivo de cobrar agilidade das autoridades responsáveis na construção de uma passarela sob as duas vias da BR, na entrada do Jardim Piemont, bairro predominantemente industrial, que abriga, aproximadamente, 300 empresas - estimativas dão conta de que, na região, trabalhem cerca de 8 mil trabalhadores, dentre os quais 2,3 mil metalúrgicos da base de representação do sindicato. Durante o protesto, que foi monitorado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), os manifestantes portavam duas enormes faixas brancas, num gesto que simbolizava o pedido de "paz" na rodovia, e outras faixas com os dizeres "Passarela do Jardim Piemont: a vida pede passagem", "Trabalhadores exigem a construção da Passarela do Jardim Piemont" e "Chega de mortes e acidentes por omissão das autoridades".

O movimento estudantil Enemganados, e cerca de 500 estudantes em Niterói - Rio de Janeiro (região Sudeste), fazem protesto contra o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A passeata seguiu ate a Universidade Federal Fluminense (UFF), onde foi recebida, pelo pró- reitor Sidney Mello. O protesto foi motivado pelo impasse apresentado pelo MEC, para a resolução dos erros nos gabaritos distribuídos em algumas provas.

Estudantes da Comunidade de uma rede social criada em protesto contra o ENEM 2010, protestam em Fortaleza- Ceará (região nordeste). Os estudantes protestaram em frente á reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC). A UFC adota como processo único de seleção o ENEM. O protesto é uma demonstração da insatisfação dos estudantes com o descaso das autoridades com a educação brasileira.

Em repúdio ao protesto de Índios da etnia Guajajara iniciado no dia 7 de novembro, caminhoneiros também iniciam um bloqueio no trecho da Rodovia BR-226 entre os municípios de Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras, no Maranhão (região Nordeste). A tensão provocou, no dia 9 de novembro, uma troca de tiros entre os índios e o delegado da Polícia Civil Edmar Gomes Cavalcanti. O delegado e 5 indígenas ficaram feridos. A área do protesto fica dentro de uma reserva indígena. O Ministério Público Federal (MPF) no Maranhão, por meio do procurador da República José Leite, requisita

a presença da Fundação Nacional do Índio (Funai) e o deslocamento da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal para a região. O procurador da República, Alexandre Soares, já havia acionado, por meio de ação civil pública, o estado do Maranhão pelas irregularidades no transporte escolar indígena. A Justiça Federal determina, em liminar, que o estado preste de forma contínua os serviços de transporte escolar aos indígenas, sob pena de multa.

6ª feira 12

O trabalhador rural Jorge Aleixo da Cunha, é assassinado nas proximidades da Fazenda Poço, onde estava acampado, no município de Barra de São Miguel - Paraíba (região Nordeste). Segundo informações do site do MST, o agricultor voltava pra casa quando foi surpreendido por 2 pessoas em uma moto. Segundo a perícia, o crime foi premeditado, pois não havia sinais de luta corporal ou roubo. A partir da interferência da Ouvidoria Agrária do Incra, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de advogados que tem acompanhado o caso, e ainda segundo o delegado de Santa Cruz do Capibaribe, Paraíba, que esteve no local do crime, as evidências indicam que o fato esteja ligado diretamente com a questão da luta pela terra da Fazenda Poço. A fazenda era um dos 6 imóveis do proprietário Agrimar Leite. Abandonado há anos e por deixar muitas dívidas na região, a Fazenda Poço foi repassada para Ademar Farias no início de 2009, como pagamento de uma dívida. A negociação não levou em conta as 32 famílias que já estavam acampados e trabalhando por lá desde 2005. Ademar Farias entrou com um pedido de desocupação e antes que a justiça ouvisse as partes o proprietário deu um prazo para que as famílias deixassem o local. Os agricultores resistiram e o despejo foi suspenso. Desde então, a comunidade vem denunciando os casos de ameaças de expulsão e uso indevido da força policial.

Cerca de 300 estudantes realizam uma manifestação no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) em protesto contra o que consideram desordem no Enem. Eles se concentraram na Cinelândia e caminharam, com narizes de palhaço, caras pintadas, carro de som e faixas, até o Palácio Gustavo Capanema, onde funciona a sede do MEC. O representante da Assembleia Nacional de Estudantes - Livre (Anel), Julio Anselmo Mendes Junior, disse que a reivindicação é pelo fim do novo Enem e pelo livre acesso à universidade. Jonas Murad, da Nova Organização Voluntária Estudantil (Nove) defendeu a realização de uma segunda prova, desta vez facultativa, para substituir a primeira. No final da tarde, o representante do MEC, Cícero Fialho, conversou com os estudantes, que condenaram os erros do Enem e pediram acesso livre à universidade. Eles entregaram a Fialho um manifesto com críticas ao exame.

Vinte estudantes da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo - SP (região Sudeste), 16 acusados de participarem da retomada de parte da moradia do Conjunto Residencial da USP (CRUSP) neste ano de 2010 e 4 acusados de integrarem a ocupação da reitoria em 2007, estão sendo ameaçados de expulsão da universidade por "praticar

ato atentatório à moral ou aos bons costumes", "perturbar os trabalhos escolares e a administração da universidade" e "atentar contra o nome e a imagem da universidade". Os processos se baseiam no decreto 52.906, de 27 de março de 1972, instituído sob a égide do Ato Institucional 5 (AI-5) - redigido pelo ex-reitor da USP Gama e Silva, que vigora na USP de forma transitória há algumas décadas, e proíbe greves e manifestações políticas, prevendo sanções também para quem "promover manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares; afixar cartazes fora dos locais [...]". O Estatuto da USP foi parcialmente reformado em 1988, porém, após mais de 25 anos do fim da ditadura no Brasil, alguns fundamentos arbitrários ainda são mantidos. Ao mesmo tempo, trabalhadores da USP e seu sindicato sofrem mais de 20 processos por realizarem greve e manifestações na luta pela isonomia salarial. Professores também estão sendo atingidos, como é o caso do professor do instituto de Ciências Biomédicas, que sofreu suspensão por denunciar à imprensa irregularidades nos laboratórios de sua unidade.

Domingo 14

A Décima Quinta Parada do Orgulho Gay do Rio de Janeiro tem este ano de 2010 entre as principais bandeiras a aprovação pelo Congresso do Projeto de Lei 122/2006, que criminaliza a homofobia. Uma multidão desfilou ao som de 13 trios elétricos na Praia de Copacabana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Fundador da Parada do Orgulho Gay, o superintendente de Direitos Individuais e Coletivos do governo do Rio de Janeiro, Claudio Nascimento, ressaltou que são necessários mais avanços legislativos para consolidar a luta contra a discriminação de gênero no país. Uma questão que continua preocupando é a violência contra pessoas por questão de gênero, segundo Nascimento. “Um homossexual morre assassinado por dia no Brasil. De julho até agora, mais de 1,5 mil homossexuais sofreram discriminação, segundo os dados registrados no Disque Cidadania Homossexual.”Apesar das dificuldades, ele reconhece que houve avanços nas lutas da comunidade LGBT nos últimos anos.“Quinze anos atrás a gente sequer era recebido em uma delegacia de polícia nem tinha esse tema debatido nos governos e nos legislativos. Hoje o assunto é parte da agenda pública brasileira, mostrando que a comunidade *gay*, de lésbicas e travestis conquistou um espaço concreto de debates.”O retrocesso nos debates políticos da última campanha eleitoral, em relação à discriminação contra união de pessoas do mesmo sexo, foi criticado pelo presidente do Grupo Arco-Íris, Julio Moreira.“A campanha eleitoral sofreu pressões muito grandes de setores conservadores ligados a algumas religiões, o que é muito perigoso, pois vai contra a laicidade do estado.”

O Ministério da Justiça e a Funai identificam 68 fazendas em terras indígenas da etnia Xavante, em São Félix do Araguaia - Mato Grosso (região Centro-oeste). Apenas 11,56% são cadastradas. A luta dos Xavantes contra os fazendeiros vem desde 1998, quando a terra indígena foi homologada. É uma extensão de 165 mil ha de terra. 90%

dela estão ocupados ilegalmente devido à pecuária e ao cultivo da soja, atividades ligadas à destruição da floresta. Praticadas ilegalmente dentro da terra dos índios, a pecuária e a soja já desmataram 45% da mata nativa, segundo levantamento do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). Só em outubro de 2009 é que as empresas líderes, incluindo os frigoríficos Marfrig e Minerva, passaram a rastrear a carne. Em julho de 2010 ficou pronto o primeiro relatório de monitoramento, quando os 3 grandes do setor excluíram 221 fazendas. Só no Mato Grosso, o frigorífico JBS tirou da lista de fornecedores 17 propriedades, das quais 5 em terras indígenas, entre elas Marãiwatsede. Como JBS, Marfrig e Minerva são, segundo o Greenpeace, responsáveis por 36% do abate feito na Amazônia Legal, isto significa que ainda resta enquadrar 64% dos frigoríficos do país. Segundo o cacique da aldeia Marãiwatsede, Damião Paradzané, a fazenda Rio Preto seria uma das principais incentivadoras da criação de gado dentro da área indígena. A propriedade está localizada no limite da terra dos Xavantes, escoa 120 mil cabeças de gado por ano e aparece na lista do Ministério da Justiça e da Funai. Um dos maiores infratores ambientais já identificado pelo Ibama mora no Mato Grosso e tem fazenda na terra indígena Marãiwatsede. A família Penasso, proprietária da fazenda Colombo, constam da lista de punições com autos de infração por desmatamento ilegal. Recentemente eles foram alvo da Operação Soja Pirata. Numa área contínua de 3,6 mil ha de terra foram apreendidas 14 mil toneladas de soja. A apreensão seria um caso isolado, não fosse o fato de 30 das 78 terras indígenas do Mato Grosso estarem localizadas em municípios com mais de dez mil ha de soja.

2ª feira 15

Cerca de 250 estudantes secundaristas e universitários promovem, protesto contra o que classificam como o descaso de sucessivos governos com a educação, uma passeata e na Avenida Paulista, na região central da capital São Paulo – SP (região Sudeste). Usando nariz de palhaço, com apitos e cartazes em que exigiam mais investimentos no ensino público, os manifestantes se reuniram no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp). Dali, caminharam no sentido centro até a altura da Rua da Consolação, de onde voltaram ao museu, onde encerraram o protesto. Ao mobilizar os participantes pela *internet*, os autores da ideia deixaram claro que o movimento é apartidário e não se posiciona nem contra nem a favor do cancelamento do Enem deste ano, mas sim pela melhoria da educação brasileira. Os organizadores da manifestação alegam que os problemas do Enem vão além dos erros de organização, impressão, gabaritos trocados ou vazamento de provas. Para eles, o exame não tem cumprido sua finalidade inicial, que seria a de avaliar a qualidade do ensino nacional, e não dos estudantes, tendo se tornado mais um mecanismo injusto de acesso às universidades públicas.

Estudantes ligados ao Movimento dos Vestibulandos Ativistas Sem Enem (MOVA-SE), realiza passeata na cidade do Rio de janeiro - RJ (região sudeste). A passeata reuniu cerca de 50 estudantes que protestaram contra o ENEM.

Estudantes vão às ruas protestar contra os erros no Enem. No primeiro dia de prova, os nomes de disciplinas estavam invertidos no cartão-resposta e cadernos da prova amarela foram entregues incompletos. Há ainda denúncias de vazamento do tema da redação. A Justiça federal analisa pedido de anulação do exame. Em Curitiba - Paraná (região Sul), a polícia estima que cerca de 300 estudantes participaram de caminhada por todo o calçadão da Rua 15 de Novembro e algumas ruas do centro. Os alunos, que também se mobilizaram por redes sociais, pintaram os rostos de amarelo. O objetivo da manifestação, segundo os organizadores, foi mostrar que o movimento estudantil continua forte. "O Enem foi apenas o gatilho que faltava", disse um dos líderes, que pediu anonimato. "Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu. Aqui está presente o movimento estudantil", foram algumas das palavras de ordem. Em meio às várias faixas, uma sugeria que a presidente eleita Dilma Rousseff nomeasse o deputado eleito Francisco Everardo Oliveira Silva do Partido da República (PR-SP), o Tiririca, para o Ministério da Educação. Em Belo Horizonte - Minas Gerais (região Sudeste), militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) se juntaram aos alunos secundaristas no ato contra a "desorganização" do Enem e por mais vagas na universidade pública. Os estudantes usaram narizes de palhaço e vestiram roupas pretas, "em luto pela falência da educação", segundo afirmou Gladson Reis, de 19 anos, presidente Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Grande Belo Horizonte. Houve também manifestações no Rio de Janeiro (região Sudeste), no Recife - Pernambuco (região Nordeste), em São Paulo e em Ribeirão Preto - SP (região Sudeste).

3ª feira 16

Cerca de 2 mil trabalhadores da categoria de tele-atendimento que prestam serviço ao Departamento de Transito (DETRAN), do Rio de janeiro (região sudeste), pertencentes ao Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (Sinttel), realizam paralisação. Os trabalhadores protestam contra a falta de condições adequadas de trabalhos e falta de estrutura da unidade. A greve começou após os trabalhadores saberem que não tem mais direito ao vale refeição.

4ª feira 17

Sem-terras começam a ser despejados pela polícia Federal no acampamento Osvaldo de Oliveira, na fazenda Bom Jardim, em Macaé no estado do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O latifúndio, que foi ocupado por 400 famílias ligadas ao MST no dia 7 de setembro de 2010, tem 1600 ha e foi considerado improdutivo pelo Incra ainda em 2006, por não cumprir com sua função social e ambiental. No dia 1º de setembro, a fazenda foi decretada de interesse social para fins de Reforma Agrária. Mesmo assim, o proprietário pediu a reintegração de posse. Desde a ocupação, ruralistas e latifundiários

da região aliados a parte do Judiciário local vêm se organizando para a realização do despejo. As famílias denunciam que o proprietário da fazenda não respeita a legislação ambiental. A área de Reserva Legal não estava registrada no Ibama e as áreas de proteção permanente também não estavam protegidas. O MST propõe criar na área um assentamento com princípios agroecológicos e de forma cooperada. "Esperamos que os órgãos competentes não se coloquem de forma truculenta perante a ação do despejo. Aqui da capital estamos com muitas dificuldades em conseguir informações mais precisas sobre os acontecimentos, mas tememos a possibilidade de violência contra os trabalhadores. Só temos uma certeza: seguiremos lutando e ocupando latifúndios enquanto ainda existir famílias, expulsas da terra, que nela querem trabalhar e viver", afirma Marcelo Durão, integrante da Direção Estadual do MST no Rio de Janeiro. Participam da ocupação famílias de toda a região e diversos municípios, como Rio das Ostras, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Macaé.

A Secretaria Estadual de Habitação assina com a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades contrato para compra de um imóvel do INSS para transformá-lo em moradia popular. Serão investidos cerca de R$ 2,5 milhões na operação segundo informações da Agência Brasil.. Segundo o secretário de Habitação, Leonardo Picciane, as obras devem começar até março de 2011. Serão 42 unidades habitacionais. O prédio, que está localizado no centro do Rio, foi abandonado pelo INSS há 20 anos e, em 2007, foi ocupado por 42 famílias sem-teto. Elas criaram no local a Comunidade Manuel Congo, sob condições precárias de moradia, pois não há ligação de água e luz."A ideia é recuperar o prédio e entrar com projeto social de organização comunitária e educação patrimonial. Só assim os moradores poderão cuidar do que foi recuperado e realizar a manutenção do prédio", explicou Picciane. A secretaria informou que serão gastos pela União, na compra do prédio, R$ 763.448, via Caixa Econômica Federal, e mais R$ 163.312, como contrapartida do governo do estado, totalizando quase R$ 1 milhão para a aquisição do imóvel. Na segunda etapa do projeto, serão investidos R$ 1,29 milhão do governo do estado e R$ 600 mil do governo federal, no desenvolvimento do projeto arquitetônico e na viabilização das obras. Para a restauração do prédio, não será necessário que os moradores sejam retirados da localidade. De acordo com Picciane, se houver necessidade de fazer a desocupação, as famílias vão receber o aluguel social. O prédio tem 10 andares e, segundo o secretário, o sucesso da ação poderá servir de modelo para novas intervenções do gênero em prédios públicos abandonados no centro do Rio.

Liminar da Justiça Federal garante a todos os candidatos do Enem que se disserem prejudicados pelos problemas da inversão do cartão-resposta e da montagem de parte dos cadernos de questões amarelos, o direito de realização de nova prova de Ciências Humanas e Ciências da Natureza. A decisão também determina que o site criado pelo MEC para fazer requisições de correção invertida do gabarito fique no ar até as 23h59 (horário de Brasília) do dia 26 de novembro, "a fim de assegurar a eficácia da medida". A liminar foi concedida pela juíza da 7.ª Vara Federal do Ceará, Karla de Almeida Miranda Maia. Ela atendeu a solicitação do Ministério Público Federal (MPF). Para fundamentar sua decisão, a juíza disse que, em "centenas de e-mails" recebidos pela

Diretoria da 7ª Vara Federal, estudantes reclamam de orientações confusas dadas pelos fiscais de sala, o que "gerou uma distorção que não se soluciona mediante simples correção invertida do cartão-resposta, segundo propõe o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)". Sobre o procedimento adotado pelo MEC para identificar os candidatos que pegaram a prova amarela e terão direito a fazer um novo teste - a checagem das atas das 128 mil salas onde foi realizado Enem - Karla Maia escreveu: "Não há razão que justifique submeter esses alunos a uma prévia triagem (...) ainda mais quando esse juízo de valor está calcado em atas de salas redigidas por fiscais, cujo despreparo restou evidenciado".

5ª feira 18

Cerca de 600 famílias que ocupavam o prédio do INSS, na Avenida 9 de Julho em São Paulo - SP (região Sudeste), deixam o local pacificamente mesmo com a presença de policiais militares. Os sem-teto ocupavam o prédio desde o dia 4. A construção está abandonada há 20 anos e já foi ocupada várias vezes. Segundo o INSS, o órgão já repassou ao Ministério das Cidades a reivindicação da Frente de Luta por Moradia (FLM) para que o local seja destinado à habitação popular. No entanto, até que haja uma definição, o INSS vai continuar impedindo as ocupações, de acordo com a assessoria de imprensa do órgão. O coordenador da mobilização, Osmar Borges, informou que a expectativa das famílias é a de obter moradias financiadas por meio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) do Ministério das Cidades.

A Prova do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) aplicada no dia 17 e neste dia 18 é boicotada pelos estudantes da melhor escola pública da rede estadual. De acordo com reportagem do Jornal Folha de S. Paulo, 300 alunos do Terceiro ano do Ensino Médio da Escola Técnica Estadual de São Paulo (Etesp) optam por não fazer a prova e realizaram um protesto em frente ao prédio da diretoria. Os estudantes reivindicam uma audiência com o diretor e dizem que a manifestação se dá porque o resultado das provas não se reflete em melhorias no ensino.

Estudantes ocupam a reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em Perdizes, na Zona Oeste da capital de São Paulo – SP (região Sudeste). Os estudantes reivindicam a redução das mensalidades na universidade.

Centrais Sindicais dentre elas Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, se reúnem em Brasília- Distrito Federal (região centro- oeste), com o ministro de Planejamento Paulo Bernardo para defender o aumento do salário mínimo para R$ 580. O ministro defende a proposta de aumento para R$ 540 as centrais incluem na pauta também a correção do imposto de renda

6ª feira 19

Os estudantes que ocupavam a reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) desocupam o prédio em Perdizes, na Zona Oeste da capital. Segundo Felipe Moda, da Comissão de Comunicação da Ocupação da Reitoria da PUC-SP, a retirada é uma tentativa de retomar as negociações dos valores das mensalidades com a direção da universidade já no dia 22. "Ocupamos a reitoria por causa da campanha pela redução das mensalidades feita ao longo de todo este ano. Foi uma tentativa de pressionar a direção e tentar o diálogo. Ainda assim, a PUC continuou negando o diálogo e disse que só conversaria conosco se desocupássemos o prédio. Resolvemos, então, sair da reitoria e estamos tentando uma reunião com a direção já na segunda-feira", disse Moda. Segundo ele, ainda não há por parte da PUC qualquer confirmação de que esta reunião irá mesmo ocorrer. Antes dos estudantes iniciarem a desocupação, o reitor Dirceu de Mello divulgou nota classificando como inoportuna, injusta e ilegal a ocupação da reitoria da instituição. A manifestação do reitor fez referência à nota divulgada pela Fundação São Paulo, mantenedora da PUC, em que a instituição manifesta sua decepção diante da ocupação ilegal das dependências da reitoria. "Com esta atitude violenta, porque invasão de domicílio, os estudantes rompem o diálogo e se isolam", diz a nota.

A Federação das Favelas do Rio (FAFERJ), Federação das Associações de Moradores (FAM-RIO), Conselho Popular, Núcleo de Assistência Jurídica Popular (NAJUP) e representantes de ocupações se reúnem no Rio de janeiro - RJ (região Sudeste), no diretório do PT, para discutir a forma arbitrária que vem sendo conduzida as remoções em áreas de baixa renda, realizada pela secretaria de Habitação da cidade do Rio de Janeiro. A secretaria é chefia por Jorge Bittar membro do PT. Ao final do encontro, o partido decide divulgar uma nota de repúdio contra a secretaria de Habitação da cidade.

Cerca de 150 pessoas realizam caminhada pelo fim da Intolerância Religiosa em Cachoeira - Bahia (região Nordeste). Os participantes da caminhada protestam contra os episódios de intolerância religiosa que ocorreram nos dias 23 e 28 de outubro, em Ilhéus e Cachoeiras, respectivamente. Eles afirmam que essas 2 ações não são casos isolados e são recorrentes não apenas na Bahia como em todo o Brasil. Eles denunciam a "freqüente e histórica perseguição ao povo de santo" (praticantes do candomblé) e à população negra.

Sábado 20

Ativistas de movimentos negros participam, em São Paulo - SP (região Sudeste), da Sétima Marcha da Consciência Negra, que neste ano de 2010 teve como tema as comemorações dos 100 anos da Revolta da Chibata. O evento contou com atos políticos, pronunciamentos, apresentações culturais e uma passeata pelas ruas do centro da cidade. A marcha foi promovida pela prefeitura e pelos movimentos negros. Segundo o diretor da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Flávio Jorge

Rodrigues da Silva, a marcha foi retomada em 2003 para mostrar que a população negra está nas ruas e continua a sua denúncia contra o racismo no Brasil. “Apesar dos avanços que conseguimos nos últimos anos o nosso país ainda tem uma desigualdade racial muito grande, por isso a necessidade de estarmos aqui hoje”. O objetivo é ainda chamar a atenção para as mortes de jovens negros que ocorrem sistematicamente na cidade de São Paulo, para a valorização das mulheres negras e para a necessidade de políticas sociais de promoção da qualidade de vida da população negra. “Recentemente tivemos a morte de 2 jovens negros por parte de policiais e isso acontece todos os dias em quase todas as cidades do Brasil”, disse Silva. O membro da Associação Cultural Refavela, João de Oliveira, disse que ao longo do tempo a comunidade negra conseguiu desmontar o que ele chamou de mito da democracia racial. Mostrou que os negros continuam nas piores condições da sociedade em todos os setores. “Temos que trazer sempre esse debate, não só no dia da Consciência Negra, mas todos os dias. Temos que questionar o que é essa tal democracia e igualdade de oportunidades em um país como o nosso, onde 10% da população detém 10% da riqueza”. O presidente nacional da União de Negros pela Igualdade (Unegro), Edson França, afirmou que é importante fazer manifestações como a de hoje, porque existe uma desigualdade que é constatada tanto nas pesquisas como na prática e é preciso desconstruir tanto a desigualdade quanto o racismo.

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, capitais como Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), Salvador - Bahia (região Nordeste) e São Paulo - SP (região Sudeste) realizaram eventos artísticos especiais e mobilizações. Na capital do Rio de Janeiro, há também homenagem organizada pela Seppir ao herói João Cândido Felizberto, o Almirante Negro. Em São Paulo ocorre a Marcha da Consciência Negra, que percorre o centro antigo, repleto de construções que têm referência com a história dos negros no Brasil, como explica o coordenador nacional de União de Negros pela Igualdade (Unegro), Edson França. Segundo Edson, a passeata reúne 3 mil pessoas e pauta a implementação de políticas públicas de combate ao racismo em São Paulo, a exemplo dos avanços em nível federal. Entretanto, Edson fez questão de dizer que os avanços nas políticas federais precisam ser ampliados.

Domingo 21

Cerca de 300 militantes do Movimento LGBT e entidades sociais fazem no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), em São Paulo - SP (região Sudeste) na Avenida Paulista, manifestação de repúdio aos atentados violentos cometidos na madrugada do dia 14 de novembro contra 4 rapazes. Eles pedem também providências das autoridades. Depois do ato no Masp, os manifestantes caminham até a Estação Brigadeiro, do metrô, onde as agressões ocorreram. O coordenador do Grupo Identidade -- de Luta pela Diversidade Sexual -- de Campinas, Paulo Mariante, lembrou a morte, há 10 anos, do homossexual Edson Néris, espancado e morto por um grupo de 30 skinheads, na Praça da República, no centro de São Paulo. Para ele, sempre que esse tipo de violência ocorre

é importante que a sociedade mostre seu repúdio. “Em primeiro lugar, é a denúncia de uma situação que ainda acontece e, em segundo, é chamar a atenção ao fato de que ainda temos uma impunidade muito grande com relação a esses crimes”. Mariante ressaltou que por isso é preciso destacar publicamente a falta de legislação que classifique a homofobia como crime e puna as agressões. Já foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar 122/06, que criminaliza a homofobia, que agora está em tramitação no Senado. “Esse projeto está no Senado aguardando votação e enquanto não é votado ocorrem situações como essa, que não têm a devida atenção e punição por parte do Estado”.

Estudantes que integram a Assembléia Nacional dos Estudantes (ANEL) fazem protesto no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), contra o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Os estudantes afirmam que o exame promove uma competição entre as instituições e coloca a responsabilidade da avaliação da universidade sobre os estudantes. O exame sofreu boicote generalizado em várias cidades além do Rio de Janeiro, dentre elas São Paulo - SP (região sudeste), Brasília- Distrito Federal (região centro-oeste), e Belo Horizonte - Minas de Gerais (região sudeste), onde os estudantes assinam a provam e saíram das salas sem responder as questões do exame.

2ª feira 22

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), aprova o relatório da Comissão Especial que analisa denúncias de violações de direitos humanos no processo de implantação de barragens no Brasil. A reunião ocorreu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste). O presidente do Conselho e Secretário Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, parabenizou a Comissão e considerou seu trabalho “árduo e histórico”. O Relatório Final possui uma parte dedicada às recomendações e considerações gerais para garantia e preservação dos direitos humanos dos atingidos por barragens e outra referente ao acompanhamento das denúncias dos casos acolhidos pela Comissão Especial. As usinas mencionadas são Canabrava, Tucuruí, Aimorés, Foz do Chapecó, Fumaça, Emboque e Barragem de Acauã. Segundo o relatório, “os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas conseqüências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual”. A comissão identificou, nos casos analisados, um conjunto de 16 direitos humanos sistematicamente violados, dentre os quais, merecem destaque o direito à informação e à participação; direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; direito à moradia adequada; direito à melhoria contínua das condições de vida e direito à plena reparação das perdas. Entre os principais fatores, apontados pelo relatório, que causam as violações de direitos humanos na implantação de barragens estão a precariedade e insuficiência dos estudos ambientais realizados pelos governos federal e estaduais, e a definição restritiva e

limitada do conceito de atingido adotados pelas empresas. Segundo a coordenação do MAB, o relatório só confirma as denúncias que o movimento vem fazendo há anos.

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no Maranhão (região Nordeste) terá de reservar ao menos 10% de suas vagas de graduação para estudantes vindos de comunidades indígenas e outros 10% para estudantes negros que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. A política de cotas na universidade estadual havia sido aprovada pela Assembleia Legislativa, mas foi vetada pela governadora Roseana Sarney do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Os deputados, no entanto, derrubam o veto do Executivo. A nova lei foi promulgada pelo presidente da Assembleia, Marcelo Tavares, e publicada no Diário Oficial neste dia 22. O governo estadual tem agora 60 dias para regulamentar a lei. A UEMA não comenta a aprovação da lei. O processo seletivo para 2011 já foi iniciado, a primeira fase das provas já aconteceu. Para o próximo ano são oferecidas 3.624 vagas em 9 campi em todo o estado. Para a secretária-adjunta da Igualdade Racial do Maranhão, Benigna Almeida, a criação das cotas é importante para garantir os direitos destes povos "que historicamente foram colocados à margem". O governo do estado informa que o veto da governadora segue parecer da Procuradoria Geral do Estado, que entende que a reserva de vagas é matéria de competência exclusiva do chefe do Executivo.

O Décimo primeiro Encontro Estadual dos Sem Terrinha começa no Ginásio de Esportes do Geraldão, no Recife capital de Pernambuco (região Nordeste). A atividade, que vai até o próximo dia 24 de novembro, conta com a participação de cerca de 2 mil crianças vindas de acampamentos e assentamentos do MST em todo o estado. Participam também um grupo de crianças de assentamentos organizados pela CPT e um grupo de "Sem Tetinho", crianças oriundas de ocupações urbanas organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Durante o encontro, as crianças participam de oficinas pedagógicas conduzidas por estudantes e integrantes de diversas organizações, entidades e grupos culturais comprometidos com o desenvolvimento das crianças para que elas venham a se tornar sujeitos históricos e não apenas consumidores, além das oficinas oferecidas pelos educadores do próprio Geraldão. Ao promover o encontro das crianças Sem Terra de todo o estado entre elas e com outras crianças que também vivem em processos de luta por direitos e por uma sociedade mais justa, o encontro se transforma em uma grande festa para compartilhar experiências culturais das crianças.

O diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP, reconhece a existência de racismo no caso que envolve estudantes do último ano. A bolsista Meire Rose Morais recebeu uma série de ofensas de uma colega por meio de uma lista de e-mails. Segundo o regulamento interno, somente a Reitoria pode tomar providências, como a abertura de uma investigação. O diretor afirma que, apesar de abrigar diferentes grupos, a PUC não possui nenhuma política voltada para promover a integração entre eles.

A população dos estados do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (região Nordeste) vai pagar a água mais cara do país após a concretização das obras de

transposição do Rio São Francisco. Os movimentos sociais criticam os argumentos do governo de que a transposição do São Francisco é importante para acabar com a seca no Nordeste Setentrional. O valor por mil litros da água será de aproximadamente R$ 0,13. O valor elevado, segundo a estatal, está relacionado "à complexidade do projeto". O valor cobrado em outras bacias hidrográficas no Brasil é de aproximadamente R$ 0,01 a R$ 0,02 por mil litros. O próprio governo admite que apenas 5% da população do semiárido será favorecida pelo projeto, sendo que 70% da água será utilizada em irrigações e para a criação de camarão.

3ª feira 23

O MST e as famílias do Acampamento 8 de Março realizam um ato pela Reforma Agrária com cerca de 100 pessoas, em Riversul, na região de Itapeva, no interior de São Paulo (região Sudeste). O Primeiro Ato Político de Apoio à Reforma Agrária no município de Riversul, segundo informações do site do MST, pretende levar a sociedade o debate sobre a questão agrária e a necessidade da realização do assentamento na fazenda Can-Can, como alternativa para a geração de trabalho, renda e produção de alimentos na região. Representantes de movimentos sociais, entidades sindicais, parlamentares e autoridades locais foram convidadas para a atividade. Além das famílias do Acampamento 8 de Março, moradores dos assentamentos da região também participam do ato.

De acordo com relatório do Grupo Gay da Bahia (região Nordeste), 387 homossexuais foram assassinados entre 2008 e 2009. Os últimos casos que chamaram a atenção foram dos jovens espancados na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste), e do estudante baleado no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) após a Décima Quinta Parada do Orgulho Gay. No momento em que se discute a aprovação da lei da homofobia – que criminaliza toda manifestação contrária ao homossexualismo – a Universidade Presbiteriana Mackenzie divulgou nota se manifestando contra a aprovação lei. Em um dos trechos a instituição afirma que a "lei interfere diretamente na liberdade e na missão das igrejas".

O movimento social Mães de Maio (Santos-SP), a ONG Justiça Global, a Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura e o Núcleo Especializado de Direitos Humanos e Cidadania da Defensoria Pública do Estado de São Paulo reivindicam que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) federalize as investigações (já arquivadas) sobre 6 crimes ocorridos em maio de 2006 na Baixada Santista, envolvendo 9 homicídios. Na avaliação das entidades, há indícios de que os crimes "foram praticados por policiais militares, membros de grupos de extermínio" que até hoje não foram responsabilizados, pois "todos os seis casos foram arquivados com a autoria dos homicídios permanecendo desconhecida", descreve petição feita à Procuradoria-Geral da República (PGR) em maio deste ano de 2010. De acordo com a vice-procuradora-geral, Deborah Duprat, a PGR "tende a acolher" o pedido. Segundo ela, o pleito ainda não foi levado ao STJ

porque a procuradoria aguardava o desfecho do julgamento do caso Manoel Mattos, "para ver a jurisprudência, como é que o STJ se comportaria", disse Deborah se referindo à decisão do mês passado em favor da federalização das investigações do assassinato de Mattos (ocorrido em janeiro de 2009 no interior da Paraíba). Para a coordenadora do movimento Mães de Maio, Débora Maria da Silva, a impunidade dos policiais envolvidos nos homicídios gerou mais mortes. Até maio deste ano, a Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo contabilizou 115 assassinatos na Baixada Santista. No pedido de federalização à PGR, as entidades apontam uma série de erros na apuração dos crimes, tais como falha da perícia no local; falha na busca de provas materiais e falha no recolhimento dos depoimentos de testemunhas presenciais. A advogada Renata Lira, da ONG Justiça Global, enfatizou que os corpos das vítimas foram enterrados com a bala alojada (sem ser retirada para investigar a arma de onde partiu); que as cenas do crime foram descaracterizadas e que fitas de vídeo com imagens do crime, feitas por circuitos de segurança, sequer foram examinadas. As entidades desconfiam do envolvimento de policiais e reclamam da Justiça estadual. Além disso, eles "não têm nenhuma confiança no Ministério Público local", disse a advogada que pediu que o CDDPH vá até a Baixada Santista. De acordo com a denúncia das entidades, os crimes têm como padrão a participação de homens encapuzados em motos ou carros, que fazem as execuções em local público.

Os sindicatos de aeroviários e aeronautas realizam no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) o Dia Nacional de Luta, com manifestações nos aeroportos Santos Dumont e Tom Jobim. Com faixas e alto-falante, os manifestantes entraram no saguão do Aeroporto Santos Dumont para entregar panfletos e informar os passageiros e demais trabalhadores sobre suas reivindicações. O protesto foi pacífico e não houve tumulto. De acordo com a presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, se até o dia 1º não surgir uma proposta, os aeroviários entrarão em greve."Estamos com 34% de crescimento nas empresas aéreas em detrimento do resto do mundo, que está com 13%, enquanto a economia brasileira cresce a 7,5%. Estamos numa briga com a Anac [Agência Nacional de Aviação Civil] para que sejam contratados mais trabalhadores nas empresas, que é o fruto de todos os problemas nos aeroportos. As empresas querem ter lucro usando pouca gente para trabalhar", afirma Balbino. A categoria pede reajuste de 30% para os que ganham abaixo do piso salarial e 15% para os demais, além de novos pisos para os operadores de equipamento e os agentes de *check-in*. Uma cesta básica, no valor de R$ 300, e a licença-maternidade de 6 meses para as trabalhadoras de empresas privadas também estão na lista de reivindicações.Os trabalhadores reclamam que nos últimos anos as 5 maiores empresas do setor cresceram rapidamente, gerando lucro, sem reparti-lo com os funcionários. Apesar do crescimento, eles alegam que o número de empregados não cresceu proporcionalmente nessas empresas, que acabam aumentando o número de funções e a jornada de trabalho. A empresa de aviação Gol, uma das 5 maiores do país, informou em nota, que reforçará o quadro de colaboradores nos aeroportos e em sua Central de Relacionamento com o Cliente (CRC), além de manter tripulações reserva nas bases com maior fluxo de passageiros. O objetivo é assegurar a qualidade no atendimento durante período de fim de ano. Em 2007 e 2008 também houve ameaça de greve da categoria, que acabou não se concretizando.

Um grupo de aeroviários (trabalhadores que prestam serviços para as companhias aéreas nos aeroportos) protesta, no saguão do Portão C do Aeroporto de Congonhas, na zona sul da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). A categoria tem data-base em 1º de dezembro e reivindica reajuste de 30% para quem ganha o piso salarial e de 15% para os trabalhadores das demais faixas. A pauta será discutida no dia 24, em uma rodada de negociação, no Rio de Janeiro, com os representantes do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea).“A nossa expectativa é que os patrões venham com uma resposta digna à nossa pauta entregue no último dia 1º de outubro”, afirmou o presidente do Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo, Reginaldo Alves de Souza. Ele disse que o anseio da categoria é que as companhias aéreas dividam melhor os altos lucros obtidos com o crescimento do setor nos últimos anos. O líder sindical destacou que, de agosto a outubro, período de baixa temporada, os voos ficaram lotados. Segundo Souza, o menor piso da categoria é o de auxiliar de serviços gerais (R$ 704,39). Em seguida, vêm os de auxiliar de manutenção (R$ 774,12) e de mecânico aéreo (R$ 1.126,31). Por meio de sua assessoria de imprensa, o Snea informou que sempre esteve aberto às negociações e afastou a possibilidade de transtornos no período de festas de fim de ano, quando, tradicionalmente, cresce a demanda de passageiros.

4ª Feira 24

Trabalhadores das categorias dos aeronautas e aeroviários fazem manifestação nos aeroportos do Rio de Janeiro - RJ (região sudeste), representantes dos sindicatos das duas categorias se reúnem com representantes das empresas do ramo, para negociar o aumento salarial, os trabalhadores da categoria ameaçam começar uma greve geral caso as reivindicações não sejam atendidas.

Cerca de 300 servidores do Poder Judiciário realizam um protesto na Praça dos Três Poderes em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A manifestação, que começou em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) e seguiu para o Palácio do Planalto, foi feita para reivindicar o reajuste da categoria, que está para ser votado no Congresso Nacional. De acordo com o coordenador da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário Federal (Fenajufe), José Carlos de Oliveira, o percentual médio de reajuste do salários pedido pelos manifestantes, 56%, não é excessivo. “Este valor não incide sobre todas as parcelas do salário. Na verdade, não estamos pleiteando 56% sobre o salário todo, porque este valor não será calculado sobre coisas como gratificações, funções comissionadas e outras vantagens pessoais”, explicou. Segundo Oliveira, 7 estados já estão com os servidores da Justiça Federal em greve – Rio Grande do Sul (região Sul), Bahia, Alagoas, Maranhão (região Nordeste), Amazonas (região Norte) e Mato Grosso (região Centro-oeste), além dos funcionários do Tribunal Regional do Trabalho, em Campinas – SAP Paulo (região Sudeste). “A expectativa era que, passadas as eleições, o reajuste fosse votado, mas não foi isso que aconteceu”, disse. Em reunião do Conselho Político na semana passada, os líderes do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), conversou com o ministro de Relações

Institucionais, Alexandre Padilha, e com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A proposta principal de Vaccarezza era de que houvesse uma negociação com os deputados para que não seja votado este ano nada que aumente significativamente os gastos no início do próximo governo. Entre os itens da pauta que poderiam gerar o aumento de custos está o reajuste dos servidores do Judiciário e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 300, que trata do piso salarial para policiais e bombeiros de todo o país.

A Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas recomenda ao Estado brasileiro que inclua na legislação penal o tráfico de pessoas para o trabalho análogo à escravidão e para o comércio de órgãos. Atualmente, somente o tráfico voltado para a prostituição é criminalizado. As sugestões são feitas durante um encontro nacional ocorrido em Minas Gerais (região Sudeste). Elas deverão compor o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Entre outras iniciativas, foi apontada a necessidade de fortalecimento do serviço de denúncias "Disque 100" e a inclusão do tema no currículo dos centros de formação de policiais. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), cada ser humano transportado ilegalmente de um país para outro rende aproximadamente US$ 30 mil para os criminosos. Mais de 83% das vítimas são mulheres, sendo que 48% são menores de 18 anos.

5ª Feira 25

O Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) recebe o apoio de seis tanques blindados da Marinha para intensificar as ações nas favelas cariocas. A Secretaria de Segurança Pública informa que 22 mortes ocorreram em confrontos entre policiais e traficantes. Em entrevista à Radioagência NP, o deputado estadual Marcelo Freixo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ) afirma que a ação dos traficantes é um revide contra a presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O deputado fez críticas à política de segurança no estado e questionou a falta de combate ao tráfico de armas. Ele afirma que as UPPs têm o objetivo de fazer uma ocupação militar para facilitar a retirada dos moradores das áreas consideradas importantes para a realização das Olimpíadas de 2016.

Famílias sem-teto que ocupavam um prédio na Avenida Ipiranga na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) deixam o local em cumprimento a uma determinação judicial. Não houve incidentes durante a desocupação. Para a saída das famílias, Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) teve de interditar um quarteirão, entre as avenidas Ipiranga e São João, o que levou à mudança de rota de algumas linhas de ônibus e à busca de alternativas por parte dos motoristas que, normalmente, transitam no local. Pouco antes de serem esvaziados os 13 andares do edifício, um dos líderes da FLM Osmar Borges informou que a desocupação seria organizada para que as cerca de 1,2 mil famílias pudessem sair aos poucos, sem oferecer resistência. Os sem-teto agora estão acampados em frente ao prédio da Câmara Municipal. Segundo a Polícia Militar,

cerca de 300 pessoas participam da manifestação. As famílias estavam no local desde o dia 4 de novembro, data em que, simultaneamente, 4 prédios foram ocupados em um movimento articulado para pressionar as autoridades a transformar imóveis abandonados na região central em moradias populares.

Sábado 27

Movimentos sociais do campo do Pará (região Norte), organizados na Via Campesina, lançam nota a respeito das alterações do Código Florestal Brasileiro, que podem ser votadas no plenário da Câmara dos Deputados ainda neste ano de 2010. Segundo a nota, "(...) viemos nos manifestar contra as alterações do Código Florestal e em defesa da preservação da natureza e da produção de alimentos saudáveis, exigindo a manutenção do Código vigente, com a inserção de regulamentações que fortaleçam a soberania alimentar e a proteção ambiental, por parte dos órgãos competentes, para que se reconheça a importância da agricultura familiar/camponesa para a sociedade e se coloque em cheque o modelo de produção do agronegócio através dos seus imensos latifúndios, monocultivos e uso desenfreado de agrotóxicos, consistindo-se como ecologicamente insustentável, economicamente excludente e socialmente injusto."

Domingo 28

Uma ação que reune 3 mil policiais e militares das forças armadas resulta na ocupação do complexo do Alemão, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Na região, formada por 14 favelas vivem mais de 400 mil pessoas. Dias antes, a Vila Cruzeiro havia sido tomada numa situação parecida. Com quase 100 suspeitos mortos, o governo do estado anunciou que os traficantes foram vencidos e que as forças armadas permanecerão nas comunidades até o próximo ano. O deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ) alerta que diferente do que se está sendo noticiado, essa aparente derrota do tráfico não significa o fim da violência. Ele lembra que as ações de enfrentamento nunca trouxeram resultados positivos. Marcelo acredita que os traficantes se reorganizarão se continuarem recebendo armas e drogas. Para ele, a presença do Estado deveria se dar com a promoção de políticas públicas.

2ª feira 29

Agricultores fazem uma manifestação de paz pelas ruas de Atalaia - Alagoas (região Nordeste) quando se completa 5 anos do assassinato de uma liderança do campo no estado. O Dia Estadual de Luta contra a Impunidade e Violência no Campo e na Cidade começa com esta manifestação pelas ruas de Atalaia. "Os comerciantes e moradores de

Atalaia não mais fecham suas portas ao MST, como há quatro anos fizeram. Isso é fruto de um trabalho contínuo de relação com a população e entendimento desta das reais causas da luta pela terra, que também irá beneficiá-los", afirma o padre Arnaldo, da paróquia do município, durante a celebração mística na Rodoviária no Centro da cidade. O ato contou ainda com a presença de entidades urbanas que sempre apoiaram a luta do MST, como a CUT e sindicatos como o dos trabalhadores da educação e o dos jornalistas. As milhares de famílias que marcham nas ruas da Atalaia rumam à Maceió, onde erguem acampamento na praça dos Martírios (Centro) e participam de uma vigília durante a semana. Uma série de audiências com o Poder Público são feitas a primeira delas com a Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), contando com a presença de apenas 4 dos 33 prefeitos convidados. Os trabalhadores ainda pretendem se reunir para encaminhar suas demandas com setores do Incra, Instituto de Terras de Alagoas (Iteral), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Eletrobrás/Distribuição Alagoas (antiga Ceal).

3ª feira 30

Uma decisão do Ministério Público de Pernambuco (região Nordeste) obriga a Associação dos Oficiais, Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar/Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (AOSS) e a empresa de outdoors Stampa, a veicular 21 outdoors com mensagens de promoção e defesa dos direitos humanos e da Reforma Agrária. A arte será definida pelo MST e aprovada pelo Ministério Público. A entidade, atualmente denominada Associação dos Militares de Pernambuco (AME), terá ainda que publicar retratações públicas ao MST no Diário Oficial, no jornal interno da polícia militar e no página na internet da associação. A contrapropaganda deve ser veiculada a partir de março de 2011. A decisão é resultado do Termo de Ajustamento de Conduta no Ministério Público de Pernambuco. O pedido foi apresentado pela organização de direitos humanos Terra de Direitos, pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), pela CPT e pelo MST por danos morais e direito de resposta contra a AOSS, em virtude da "campanha publicitária" contra o MST realizada pela Associação em 2006. A AOSS distribuiu nas principais vias públicas do Recife e nas rodovias do estado de Pernambuco outdoors e jornais, além de propagandas nos horários nobres das rádios e televisões, peças com conteúdos difamatórios e preconceituosos contra os sem-terra. Nos outdoors, veiculava-se a seguinte mensagem: "Sem Terra: sem lei, sem respeito e sem qualquer limite. Como isso tudo vai parar?" A campanha tinha o claro objetivo de criminalizar o MST e seus militantes e deslegitimar a luta pela Reforma Agrária dos trabalhadores rurais, incitando a sociedade e os próprios policiais militares à violência contra os sem-terra. De acordo com o depoimento do capitão da polícia Militar de Pernambuco, Vlademir José de Assis, que assumiu a presidência da AOSS depois da saída do Major Feitosa, a campanha foi financiada por grupos empresariais, proprietários de empresas de TV e políticos pernambucanos. O Ministério Público considera a campanha um abuso aos direitos humanos e um desrespeito aos princípios

constitucionais de liberdade de reivindicação e de associação, e acima de tudo, uma ofensa à dignidade da pessoa humana.

Cerca de 1.500 famílias ligadas ao MST realizam uma caminhada pelas ruas do Centro de Maceió - Alagoas (região Nordeste) pela punição dos assassinos de Jaelson Melquíades e tantos outros que tombaram na luta pela terra. Os trabalhadores rurais reivindicam engajamento e justiça na investigação do crime.

Glossário

CMI	Centro de Mídia Independente
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FLM	Frente de Luta pela Moradia
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não Governamental
PM	Polícia Militar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora Assistentes: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Peter Sana (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA, Vermelho, Radioagência de Notícias do Planalto.

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

País

Mes de Año

Editada en el MES de AÑO

Asdi
Agencia Sueca
de Desarrollo Internacional

Norad
Agencia Noruega para la
Cooperación al Desarrollo

Govern
de les Illes Balears
Conselleria d'Afers Socials,
Promoció i Immigració
Direcció General de Cooperació

El Observatorio Social de América Latina [OSAL] cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional [ASDI], la Agencia Noruega para la Cooperación al Desarrollo [NORAD] y la Agencia de Cooperación Internacional de las Islas Baleares [ACIB].

Documento de trabajo Nº 000

Realizado por el Comité de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura de

Integrantes Nombres

Fuentes Nombres

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en el documento incumbe exclusivamente al autor o a los autores firmantes y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinada a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de los movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado es uno de los resultados de este trabajo de relevo y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un escrito en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social y las medidas políticas llevadas a cabo durante el mes indicado en el país referido.

La cronología presentada ha sido elaborada por uno de los **Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación del equipo de investigación mexicano, que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento y Análisis del Conflicto Social y la Coyuntura Latinoamericana

PAÍS	INSTITUCIÓN	COORDINACIÓN
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Brasil	LPP - UERJ	Roberto Leher
Chile	DI - UARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Montoya
Costa Rica	IIS - FCS - UCR	Sindy Mora Solano
Ecuador	Centro de Investigaciones CIUDAD	Mario Unda
Guatemala	FLACSO Guatemala	Simona Yagenova
México	FCPS - UNAM	Massimo Modonesi Lucio Fernando Oliver Costilla
Panamá, El Salvador, Nicaragua y Honduras	CELA "Justo Arosemena" (Panamá)	Marco A. Gandásegui (h)
Paraguay	Centro de Documentación y Estudios	Quintín Riquelme
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo Teves
República Dominicana y Puerto Rico	CES "Padre Juan Montalvo" (Rep. Dominicana)	Octavio Figueroa
Venezuela	PROVEA	Marco Antonio Ponce

BRASIL
Cronologia do Conflito Social
Dezembro do 2010

4ª feira 01

O site Wikileaks – especializado em divulgar documentos sigilosos – apresenta dados que mostram que o governo dos Estados Unidos considera o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) um obstáculo para a criação de uma lei antiterrorismo no Brasil. Essa acusação teria sido feita em 2008 e corresponde a uma prática comum entre os diplomatas estadunidenses, que são encarregados de espionar as autoridades dos países onde atuam. Para o integrante da Coordenação Nacional do MST João Pedro Stédile, a atuação dos diplomatas revela a relação colonialista que os Estados Unidos têm com o Brasil e com o resto do mundo. "Toda a opinião pública mundial sabe que o maior terrorista do mundo é o governo dos Estados Unidos. Eles promovem as guerras; invadiram o Iraque, o que custou a vida de 300 mil pessoas; invadiram o Afeganistão; mantêm mais de 800 presos na base militar de Guantânamo, completamente fora das normas internacionais; e todos sabem que eles mantêm campos de tortura em países do Leste Europeu." Stédile considera que a relação entre luta social e terrorismo já é bastante difundida no Brasil e essa preocupação dos Estados Unidos com os movimentos sociais é apenas mais um ciclo de uma batalha ideológica, iniciada no século passado.

5ª feira 02

Cerca de 40 famílias são ameaçadas pela Polícia Militar (PM)) que cumpre um mandado de reintegração de posse no Acampamento Pachamama (Terra Mãe), localizado no município de Messias, na zona da mata de Alagoas (região Nordeste). Segundo site do MST, o mandato, emitido pela Vara Agrária, não foi comunicado à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que acompanha as famílias camponesas há mais de um ano. A CPT de Alagoas informa que os camponeses irão resistir e considera um absurdo a medida anti-conciliadora do Gerenciamento de Crises da PM que está organizando a retirada das famílias.

6ª feira 03

Cerca de 200 entidades de classe participam de uma manifestação realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em São Paulo – SP (região Sudeste). As entidades querem barrar uma possível recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).O ato foi organizada pelo Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor, da Fiesp, que estima uma arrecadação superior a R$ 1 trilhão em 2011. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, disse que a intenção é apoiar o governo que assume. "O que a sociedade quer não é mais impostos, e sim escola públicas, saúde, segurança pública e transportes".A mesma opinião foi externada por outros participantes, como os presidentes da Associação Comercial de São Paulo, Alencar Burti, e do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento no Estado de São Paulo, José Chapina Alcazar. Para Alcazar, "a intenção do governo é sempre criar mais impostos para alimentar

a máquina pública e cada vez crescer mais o emprego público".Na análise de Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, presidente da Comissão de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, a "sociedade tem de estar unida para não haver qualquer aumento da carga tributária ".Segundo Amaral, têm ocorrido pressões em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal) para uma elevação da carga tributária, mas o que "precisamos é de incentivar o empreendedorismo", disse. Os trabalhadores vão articular propostas a serem encaminhadas à presidenta eleita Dilma Rousseff, com objetivo de neutralizar eventuais aumentos da carga tributária e para conseguir reduzir as obrigações com o Fisco.

2ª feira 06

Os assassinos Cícero Soares de Melo e Luiz José dos Santos são condenados em um Júri Popular de Pernambuco (região Nordeste) por duplo homicídio qualificado praticado contra os dirigentes do MST, Josias de Barros Ferreira e Samuel Matias Barbosa, em 2006. Eles recebem a pena de 40 e 39 anos de prisão respectivamente. Eles foram assassinados no acampamento Alto da Balança, às margens da BR-232, no município de Moreno, Pernambuco (região Nordeste). No acampamento viviam, desde 2000, 59 famílias ligadas ao MST. Para o MST, esse resultado representa a justiça pelos assassinatos de dois importantes dirigentes do movimento, que foram assassinados por dedicar suas vidas à luta pela Reforma Agrária.

Os ex-funcionários da empresa Votorantim Metais, da unidade de Três Marias – Minas Gerais (região Sudeste) realizam protesto contra o corte ao acesso aos serviços do plano de saúde. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do município, todos eles foram aposentados por invalidez e tiveram as condições de saúde afetadas enquanto atuavam na Votorantim. A categoria realiza uma manifestação em frente à sede da empresa e pede apoio aos vereadores na Câmara Municipal. A unidade de Três Marias da Votorantim Metais é conhecida pelos inúmeros desastres ambientais que já causou com a extração subterrânea de minérios.

Estudantes da Universidade de Brasília (UnB) no Distrito Federal (região Centro-oeste), protestam durante a inauguração do Memorial Darcy Ribeiro, contra a construção em tempo recorde das obras do Memorial, enquanto outras obras públicas consideradas prioridades pelos alunos da universidade, como o pronto socorro e o espaço do estudante, estão atrasadas. O discurso do reitor da universidade foi abafado pela manifestação. Estavam presentes na inauguração ainda o presidente da república Luis Inácio Lula da Silva e o presidente do Uruguai José Mujica. O ministro da Cultura, Juca Ferreira, tentou tranquilizar os manifestantes, ressaltando a importância de Darcy Ribeiro para a UnB. O antropólogo, morto em 1997, foi um dos idealizadores da UnB e o primeiro reitor da instituição. Alheio ao protesto dos estudantes, Lula ressaltou, no discurso, a história de Darcy Ribeiro e sua importância para o país e para a UnB. "Hoje temos motivos para uma grande comemoração, Darcy está de volta a Brasília".O Memorial Darcy Ribeiro, batizado de beijódromo pelos estudantes da universidade, tem 2 mil metros quadrados distribuídos em 2 andares. Foi projetado pelo arquiteto e parceiro de Darcy em diversos projetos, João Filgueiras Lima, o Lelé. Segundo o Ministério da Cultura (MinC), o local reúne um acervo mais de 30 mil obras do antropólogo e educador e da primeira mulher dele, a também antropóloga Berta Gleizer Ribeiro. O memorial ainda guarda documentos pessoais, como cartas trocadas com Oscar Niemeyer e com o filósofo francês Jean-Paul Sartre. Estão previstas para o local exposições de obras de arte brasileira, que vão de quadros de Portinari a artefatos indígenas. Segundo informações do Centro de Mídia Independente (CMI), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UnB participou do evento, mas não da manifestação e faz um diálogo com os manifestantes para dispersar o protesto.

3ª feira 07

O relatório *Direitos Humanos no Brasil 2010*, elaborado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e divulgado neste dia 7 aponta que os povos indígenas estão sendo desconsiderados na construção de grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil, diz.“Em 2010, além dos tradicionais conflitos envolvendo a posse e demarcação das terras indígenas, destacaram-se aqueles relativos a grandes projetos infraestruturais ligados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, ou a interesses econômicos regionais e locais com incidência naquelas terras.”, afirma o documento. O relatório chama ainda a atenção para as 489 Terras Indígenas que aguardam o reconhecimento. “Tal número, por si só, já indica que a questão da demarcação das terras indígenas no Brasil continua longe de ser resolvida”, disse a advogada indigenista Rosane Lacerda, que participou da elaboração do levantamento. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que deverá ser construída no Rio Xingu, no Pará, é apontada como uma obra que afetará as “áreas de perambulação” dos grupos de índios isolados locais. Segundo o documento, o governo tem se negado a reconhecer os impactos do empreendimento nos povos indígenas da região. A construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, em Rondônia – usinas de Santo Antônio e Jirau – também é citada como agressiva para grupos de índios isolados ou com pouco contato com a civilização não indígena. O relatório coloca essas questões como alguns exemplos do desrespeito sistemático dos direitos dos índios para a implementação de grandes obras de infraestrutura. “São assim desconsiderados os impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais que tais comunidades terão que suportar”.

As 257 famílias que estavam acampadas em frente à Câmara Municipal de São Paulo deixam o local. Os acampados eram algumas das 1,2 mil pessoas que desocuparam, no dia 25 de novembro, um prédio do centro capital após determinação judicial. O prédio havia sido ocupado em uma ação organizada pela Frente de Luta do Moradia (FLM) no dia 4 de outubro. O imóvel localizado na Avenida Ipiranga estava abandonado há anos e foi ocupado ao mesmo tempo que 3 prédios também na região central. Depois que a Justiça decidiu pela reintegração de posse do imóvel, integrantes da FLM instalaram-se na área da Câmara Municipal para protestar. Neste dia 07, depois de um acordo com a prefeitura e o governo estadual, eles desmontaram suas barracas. O acordo prevê que 111 famílias das 257 acampadas sejam incluídas no programa municipal Parceria Social. Pelo programa, essas famílias receberão um auxílio aluguel de R$ 300 por 30 meses. A Secretaria da Habitação estadual se comprometeu a fazer, em parceria com a FLM, estudos sobre áreas da zona leste da capital disponíveis para construção de casas. As famílias serão selecionadas de uma relação com o cadastro de 357, a partir do perfil sócio-econômico e de acordo com cronograma da prefeitura. A prioridade para o atendimento emergencial será das que estão em pior situação. As que tiverem condições aguardarão em casa de amigos e parentes. A Prefeitura estima que os 53 prédios do centro estejam prontos em dois anos. Foram 2 meses de ocupação, reintegração de posse, chuva, sol e violência policial

4ª feira 08

Aproximadamente 100 famílias de agricultores organizados pelo MST, na ocupação conhecida como “Fazenda da Milu”, são surpreendidas por cerca de 20 pistoleiros armados, na Zona Rural de Cacimbinhas, Alagoas (Maceió). Os pistoleiros chegaram em vários carros ameaçando os militantes. Além dos carros, uma ambulância do município de Cacimbinhas chegou transportando os jagunços armados. O movimento apresentou denúncias a entidades de direitos humanos, para evitar um conflito na região.

O camponês Elias Francisco Santos da Silva, líder de uma ocupação na área conhecida popularmente como Lageiro no município de Messias - Alagoas (região Nordeste) e militante da Liga dos Camponeses Pobres, é assassinado por um grupo de jagunços da usina Utinga Leão, situada entre as cidades de Rio Largo e Messias. Segundo os acampados, há inúmeras denúncias realizadas pelo movimento camponês alagoano de que a usina Utinga Leão vem treinando seus vigilantes para servir como milícia no combate aos camponeses pobres. Segundo denúncia do CMI, após assassinarem Elias e expulsarem os demais camponeses do acampamento, os criminosos permaneceram escondidos entre as árvores que cercam a área até a Polícia Militar (PM) chegar. Esta ao chegar foi recebida com tiros e se retira. Mesmo com envio de reforços, numa segunda tentativa a PM novamente é expulsa pelos jagunços. Segundo o comandante da PM, os policiais não estão treinados para combater naquelas condições (na mata).

Relatores dos Direitos Humanos da Plataforma Dhesca que viajaram pelo país entre 2009 e 2010 para mapear as violações e sugerir políticas de enfrentamento, fazem inúmeras denúncias no relatório desta pesquisa apresentado na Câmara dos Deputados, em Brasília – Distrito-Federal (região Centro-oeste). Em Caetité – Bahia (região Nordeste) está localizada a única mina de urânio em operação no Brasil. O relatório apresentado denuncia que a extração do mineral está afetando a saúde da população local. Para Alexandre Ciconello, integrante da Plataforma Dhesca, há uma dificuldade de acesso às informações, pois a mina é considerada uma área de segurança nacional. “Existem estudos científicos que indicam que a quantidade média de urânio no organismo daquela população é de mais de cem vezes maior do que a média mundial.” Um dos relatores visitou presídios femininos e encontrou situações degradantes, como relata Alexandre. “É uma situação calamitosa. Presença de ratos, lixo e denúncias graves de confinamento de presidiárias no Rio Grande do Sul (região Sul), negando os medicamentos antiretrovirais para as presidiárias que têm HIV/AIDS. Para a relatoria, neste caso, é uma forma de tortura e até mesmo uma tentativa de matar do Estado.” A relatoria investigou as ameaças de despejo vividas por comunidades das cidades que receberão jogos da Copa do Mundo de 2014. Também foram identificados inúmeros casos de violação de direitos relacionados à liberdade religiosa nas escolas.

Trabalhadores da categoria dos aeroviários, fazem protesto em acesso ao aeroporto Tom Jobim/ Galeão, na cidade do Rio de Janeiro - RJ (região sudeste), os trabalhadores reivindicam aumento salarial de 15%, e reajuste de 30%, sobre os pisos salariais, alem da criação de pisos para as funções de chek-in (funcionários que atendem balcão),e operadores de equipamento e esclasa com menos horas de trabalho. Depois de uma manifestação que durou pelo menos 4 h, os cerca de 300 aeroviários e aeronautas seguiram em passeata até o terminal. O grupo foi acompanhado por policiais militares do Batalhão de Choque e houve confronto. Os policiais chegaram a usar spray de pimenta para dispersar os manifestantes, que reagiram. Não há informações de prisões, mas alguns trabalhadores ficaram feridos. A presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, afirmou que oito voos da empresa aérea Gol registraram atrasos por falta de funcionários no embarque, já que muitos aderiram ao movimento.A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), que administra os aeroportos, nega que tenha ocorrido qualquer alteração no horário dos voos em decorrência da manifestação. A Infraero garantiu também que o número de passageiros que teria perdido o voo ou se atrasado para o procedimento do check-in em razão do bloqueio no acesso ao terminal foi normal.

Cerca de 22 crianças e adolescentes que participam do encontro Mudanças Climáticas: Nossa Vida Está em Jogo entregam a representantes da equipe de transição da Presidência da República uma carta pedindo que o próximo governo atue em favor da preservação ambiental, do reconhecimento da diversidade das populações do país, dos direitos fundamentais, da visibilidade social das comunidades, da reforma agrária e da demarcação e titulação de territórios. O encontro reuniu

crianças e adolescentes de 7 estados, representando povos tradicionais, quilombolas e comunidades indígenas, do Semiárido, de colônias de pescadores, de entidades ligadas aos sem-terra e, também, das grandes cidades. A expectativa é que tanto a carta como uma bandeira brasileira pintada por eles – com as palavras “Ordem e Progresso” substituídas por “Amor, Vida, Direitos” – sejam entregues à presidenta eleita, Dilma Rousseff.O encontro Mudanças Climáticas: Nossa Vida Está em Jogo teve início no dia 6. Organizado pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), o evento reúne jovens do Paraná, da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Pernambuco e do Pará.

Alunos da Autarquia Municipal de Ensino de Arcoverde (Aesa), município do interior de Pernambuco (região Nordeste) realizam manifestações contra o aumento de mensalidades em uma faculdade local. Além de questionar o reajuste de mensalidades, os estudantes cobram qualidade da instituição. Os protestos em Arcoverde (PE) se juntam às manifestações organizadas pela União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da instituição. O movimento estudantil todos os anos se vê obrigado a desenvolver campanhas contra os aumentos abusivos de mensalidades, que são constantes. Em Arcoverde, o questionamento é em relação a um reajuste de 20% em uma autarquia municipal, a Aesa. O reajuste foi proposto pela administração da autarquia. Ao todo, existem 13 autarquias municipais de ensino em Pernambuco, que enfrentam problemas semelhantes ao da Aesa. A presidente da UEP Virgínia Barros, presente na mobilização desta semana, explica que a luta da entidade é pela estadualização dessas instituições. “Os municípios não possuem condições financeiras de sustentar uma universidade com qualidade no ensino, pesquisa e extensão e políticas de assistência estudantil. Do mesmo modo, não há democracia interna nem transparência na administração. Achamos que a transferência da responsabilidade das autarquias para o Estado contribuiria substancialmente para solucionar estes problemas”.

5ª feira 09

Estudantes realizam um ato político em protesto contra a morte de Samuel de Souza, estudante e morador do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), em São Paulo - SP (região Sudeste). O estudante, no dia 2 de dezembro, ao sentir-se mal, pediu ajuda à Guarda Universitária, que não prestou socorro. Ele faleceu no mesmo dia. Os estudantes afirmam que "antes de se tratar de um descaso pontual, a morte de Samuel é conseqüência de uma orientação privatista e discriminatória do reitor Grandino Rodas para o conjunto da Universidade". Eles acrescentam que entre os motivos que levaram Samuel à morte está a "desagregação social dos moradores do CRUSP provocada por suas instalações precárias e superlotadas".

6ª feira 10

O 1º Simpósio Brasileiro de Saúde Ambiental, realizado na cidade de Belém, Pará (região Norte), aprova uma moção contra o uso dos agrotóxicos. A atividade é organizada pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), em conjunto com o Departamento de Saúde Ambiental e do Trabalhador (DSAST) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e o Instituto Evandro Chagas (IEC/SVS/MS). Segundo a moção, "estudos evidenciam que o nível e a extensão do uso dos agrotóxicos no Brasil estão comprometendo a qualidade dos alimentos e da água para o consumo humano", afirmam os pesquisadores.

Um grupo de ativistas libertários e anarco-punks realiza protesto em frente ao Consulado Geral dos Estados Unidos em São Paulo - SP (região Sudeste), uma das áreas mais vigiadas e controladas da cidade. O ato é a representação de apoio ao preso político afro-americano Mumia Abu-Jamal. Um policial exigiu que os ativistas abrissem suas mochilas para verificar se havia bombas ou drogas. Segundo informações do CMI, durante o protesto, o cônsul Geral dos Estados Unidos em São Paulo se recusou a receber uma carta da Rede informal de apoio e solidariedade ao Mumia Abu-Jamal, endereçada ao presidente Barack Obama, que solicita que ele se pronuncie por um novo julgamento a Mumia Abu-Jamal e contra a execução dele e de todos os homens, mulheres e crianças condenados à morte no mundo.

O Centro Acadêmico Vladmir Herzog de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande - Paraíba (região Nordeste), envia ao consulado Geral da Inglaterra no Brasil nota de repúdio à prisão de Julian Assange, diretor do site WikiLeaks, e cobra sua libertação. Na nota, o Centro Acadêmico se posiciona "pela liberdade de expressão e acesso livre à informação".

Sábado 11

Cerca de 40 pessoas realizam manifestação em frente ao Consulado Geral Britânico, em São Paulo – SP (região Sudeste), pedindo a libertação de Julian Assange, proprietário do *site* WikiLeaks, responsável pela divulgação de documentos diplomáticos sigilosos. A manifestação, declarada independente, foi convocada pela *internet*, por meio de redes sociais como o Facebook e o Twitter. Oliver, que preferiu não informar o sobrenome e disse não ser ligado a partidos políticos ou organizações, disse que é um dos responsáveis pela divulgação da manifestação pela *internet* por defender a atuação do *site*. “Entender o que seus governos fazem e a posição dos Estados Unidos no mundo é uma contribuição que o WikiLeaks deu. Divulgar esses documentos e exigir a liberdade do Assange, que fundou o *site* e está preso, são deveres de qualquer cidadão”, afirmou.Também presente ao ato, Miryàm Hess, que faz parte do Conselho da Rede Grumin de Mulheres Indígenas, afirmou que o manifesto é importante para chamar a atenção para uma questão envolvendo os direitos humanos.“Ele [Assange] é simplesmente um defensor dos direitos humanos e, quando vamos às últimas consequências para defender os direitos humanos, a resposta do Estado que viola esses direitos é prisão, tortura e morte.”Julian Assange está preso em Londres e pode ser extraditado para a Suécia, onde é acusado de crimes sexuais. Segundo Miryàm Hess, o tema também envolve uma discussão sobre a liberdade e a qualidade da imprensa em todo o mundo. Esta semana, Lula da Silva também defendeu Assange. "Vamos fazer o primeiro protesto contra a liberdade de expressão na *internet* porque o rapaz [Assange] estava colocando lá apenas o que ele leu. E, se ele leu, é porque alguém escreveu. O culpado não é quem divulgou, mas quem escreveu a bobagem", disse Lula.

2ª Feira 13

A CPT, o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) entre outros movimentos lançam nota rechaçando a proposta de reforma do Código Florestal. Diante da pressão da bancada ruralista para aprovar no ano de 2010 o relatório do deputado federal Aldo Rebelo do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que flexibiliza o Código Florestal. Os movimentos que compõem a Via Campesina Brasil reafirmam a sua posição pela manutenção da legislação vigente e contra o relatório em discussão. "A Via Campesina Brasil reafirma a sua posição pela manutenção do atual

Código Florestal Brasileiro. Rechaçamos a proposta de alteração apresentada pelo deputado Aldo Rebelo, que incorpora as grandes pautas dos ruralistas, como redução da Área de Preservação Permanente e a anistia das multas por desmatamentos", afirma nota.

Manifestantes realizam ato pacífico a favor da moradia em frente à Ocupação Guerreiro Urbano, na Rua Mem de Sá, no centro do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). As 25 famílias que ocupam um prédio inutilizado de propriedade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) foram despejadas pela polícia. Os manifestantes que prestam apoio aos moradores da ocupação também sofreram com a ação dos policiais que eles classificaram como "truculenta". A polícia atirou balas de borracha, spray de pimenta e gás lacrimogêneo. Um estudante ficou ferido e 7 pessoas foram presas. Segundo dados do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há mais de 6 milhões de imóveis abandonados, mais que os 5,8 milhões necessários para atender à demanda da população por lares adequados.

Centenas de moradores das comunidades da Zona Sul de São Paulo - SP (região Sudeste) trancam o tráfego da Avenida M'Boi Mirim. Os moradores protestam contra a empresa de transportes SPtrans e a Prefeitura de São Paulo devido à retirada de circulação de diversas linhas de ônibus. Os manifestantes reivindicam a volta das linhas.

3ª feira 14

Após uma manifestação, no qual a BR-174 entre Mirassol D`Oeste a Pontes de Lacerda foi bloqueada, o MST consegue do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a posse da fazenda São Paulo, em Mato Grosso (região Centro-Oeste). A área está localizada no município de Mirassol D`Oeste e tem um total de 4.522 ha. De acordo com um dos coordenadores do MST da região, Edael Alvez Martins, a expectativa é de que a fazenda possa abrigar o assentamento de 100 famílias. O número exato de famílias assentadas e da posse efetiva desta área ainda vai depender do trâmite burocrático por parte do INCRA. Martins explicou que o órgão ainda precisa fazer o parcelamento da área, ou seja, fazer o levantamento da área de proteção ambiental e dividir o restante entre as famílias a serem assentadas.

O MST lança nota pública exigindo punição dos assassinos dos trabalhadores rurais Vanderlei das Neves e José Alves dos Santos, mortos em emboscada na Fazenda Pinhal Ralo, no dia 16 de janeiro de 1997, na cidade de Rio Bonito do Iguaçu - Paraná (região Sul). A nota é uma pressão sobre os rumos do julgamento que acontece em Laranjeiras do Sul, no estado. Segundo a nota, "o MST enxerga o caso dentro de uma série que, em mais de uma década, deixou 19 trabalhadores rurais mortos no Paraná. São crimes políticos, cometidos pelo latifúndio e pelo agronegócio. (...) Esperamos que esse caso abra um precedente para o pagamento da dívida histórica que o Estado brasileiro tem com os trabalhadores vítimas da violência do agronegócio, no Paraná e no Brasil, e suas milícias armadas disfarçadas de seguranças privados."

A Corte Interamericana de Direitos Humanos emite sentença do caso Gomes Lund vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia), condenando o Estado brasileiro inclusive pela adoção da Lei de Anistia, incompatível com a Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos. Em sua resolução, a Corte declara que "O Estado é responsável pelo desaparecimento forçado e, portanto, pela violação dos direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal, estabelecidos nos artigos 3, 4, 5 e 7 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação com o artigo 1.1 desse instrumento" e que "O Estado descumpriu a obrigação de adequar seu direito interno à Convenção Americana sobre Direitos Humanos". O juiz designado para o caso,

Roberto de Figueiredo Caldas, adverte que as normas da Corte funcionam como uma Constituição supranacional e que, portanto, cabe ao Brasil, signatário do Pacto de São José, respeitar tais normas, inclusive realizando adaptações à Constituição nacional para respeitar os textos aceitos internacionalmente. Os peticionários da ação são o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (região Sudeste), o Centro Pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil) e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo.

Os servidores da Justiça Federal de São Paulo – São Paulo (região Sudeste) realizam duas horas diárias de paralisação, desde o dia 9 de dezembro. No Fórum da Barra Funda, na capital, foi decretada greve geral na Justiça do Trabalho. No primeiro dia de paralisação, cerca de 40% dos servidores do Tribunal Regional Federal (TRF) haviam aderido ao movimento grevista. De acordo com a direção executiva do sindicato da categoria em São Paulo, a situação se agrava há mais de uma década. A retomada das mobilizações acontece no retorno do recesso de fim de ano.

4ª feira 15

O julgamento do assassinato dos trabalhadores rurais Vanderlei das Neves, e José Alves dos Santos, ocorrido no Paraná (região Sul), termina depois de dois dias de relatos de testemunhas e interrogatórios da defesa e acusação. Apesar da presença de cerca de 100 integrantes do movimento acompanhando o julgamento, os acusados, Antoninho Valdecir Somenzi, e Jorge Dobinski da Silva, são absolvidos pelo júri, que alegou falta de provas para atribuir os crimes aos suspeitos. Em 16 de janeiro de 1997, cerca de 10 trabalhadores foram alvejados por tiros em uma lavoura de milho. Na ocasião, além de Neves e Santos, que morreram no local, José Ferreira da Silva, também foi ferido com um tiro de raspão no olho. O crime aconteceu na Fazenda Pinhal Ralo, em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná (região Sul), propriedade da empresa Giacometi Marondin (atual Araupel), na área que pertence a maior ocupação de terras realizada pelo MST.

O sindicato nacional dos aeroviários afirma que fará greve no dia 23 de dezembro, devido ao retrocesso na reunião com o Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, que se realizou no Rio de janeiro - RJ (região sudeste). A categoria reduziu o seu pedido de reajuste salarial de 15% para 13 %, mas o Sindicato das Empresas Aéreas oferece apenas 6,08%, como reposição da inflação do último ano.

A Justiça Federal no Pará suspende, em caráter liminar, o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Teles Pires, na divisa entre os estados de Mato Grosso (região Centro-oeste) e do Pará (região Norte). A suspensão pode impedir que o projeto participe do leilão de energia marcado para o dia 17 de dezembro. A Usina Teles Pires, que será construída no rio de mesmo nome, é a maior do pacote de usinas que irão a leilão nesta semana, terá capacidade de 1.820 megawatts (MW) de potência instalada. A licença prévia para o projeto foi emitida no dia 13 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que também deu o aval ambiental para as usinas de Cachoeira e Estreito, no Rio Parnaíba, no Piauí. Na decisão, a juíza Hind Ghassan Kayath, da 9ª Vara da Justiça Federal, argumenta que o processo de licenciamento ambiental da Usina Teles Pires foi apressado e tem falhas graves. “A concessão da licença prévia não poderia ter sido expedida haja vista que o EIA/Rima [Estudo e Relatório de Impacto Ambiental] encontra-se completamente maculado de vícios que precisam ser sanados”.A decisão atende a um pedido do Ministério Público Federal no Pará, que entrou com ação civil contra o licenciamento ambiental isolado da usina, que será parte de um complexo de 6 hidrelétricas no mesmo rio.

5ª Feira 16

Um grupo de 300 trabalhadores rurais organizados no MST faz um protesto no km 112 da BR-050, no município de Uberaba - Minas Gerais (região Sudeste). Os sem-terra protestam contra uma ordem de despejo das famílias que ocupam a fazenda Inhumas, além de outras com pedido de reintegração de posse iminente. O Movimento reivindica também a vistoria de outras áreas pelo INCRA.

A Advocacia-Geral da União (AGU) derruba a liminar que suspendia o licenciamento da Usina Hidrelétrica (UHE) Teles Pires, na divisa do Pará com Mato Grosso, e impedia o projeto de ir à leilão no dia 17. De acordo com a AGU, a liminar, concedida pela Justiça Federal no Pará a pedido do Ministério Público Federal (MPF), foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 1° Região (TRF-1).O MPF questiona o licenciamento ambiental isolado da usina, que fará parte de um complexo de seis hidrelétricas que serão construídas no Rio Teles Pires.Com 1.820 megawatts (MW) de potência instalada, a UHE Teles Pires é a maior do pacote de hidrelétricas que irão a leilão esta semana. A licença prévia para o projeto foi emitida no dia 13 Ibama. Além de Teles Pires, o governo pretende leiloar amanhã as usinas de Cachoeira e Estreito, no Rio Parnaíba, no Piauí, Santo Antônio do Jari, entre o Pará e o Amapá, e a ampliação de Jirau, em Rondônia.

6ª feira 17

A União Nacional dos Estudantes (UNE), recebe do governo federal indenização de 44,6 milhões, pela destruição da sua sede no Rio de janeiro - RJ (região sudeste), em 1964. O governo federal reconheceu a responsabilidade do Estado no ato. A UNE considera a reparação um fato histórico para a entidade.

Parentes de vítimas da violência no Rio de Janeiro realizam uma manifestação em frente à Igreja da Candelária, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para pedir que as dezenas de mortes no estado não sejam esquecidas. Um painel com 10 metros (m) de comprimento e 4 m de altura, com os nomes de diversas vítimas, foi colocado em frente à igreja, além de cartazes e flores em homenagem aos mortos. Segundo Adriano Amieiro, um dos organizadores do evento e irmão da engenheira Patrícia Amieiro, desaparecida há dois anos, essa atividade será realizada anualmente no início de dezembro. Ele disse que durante o ano ocorreram oito reuniões para definir metas voltadas à união dos parentes de vítimas. O presidente do Movimento Rio de Paz, Antonio Carlos Costa, acredita que o Rio vive um momento de esperança, mas ao mesmo tempo, de apreensão, por causa dos avanços obtidos com as unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e a necessidade de mais investimento financeiro e humano para a sua sustentação. De acordo com Costa, somente neste ano, segundo as estatísticas oficiais, ocorreram aproximadamente 27 mil mortes violentas. Ele destacou que, se for somado a isso o número de policiais civis e militares mortos, casos de latrocínio, lesões corporais seguidas de morte, entre outros crimes, o cenário seria de guerra civil no Rio. O presidente do Movimento Rio de Paz espera que a mudança ocorra por meio da valorização do trabalho policial. Para ele, além de as Forças Armadas e policiais entrarem nessas comunidades, é fundamental que os moradores sejam atendidos com políticas públicas de acesso à educação, lazer, saneamento básico, dentre outros serviços. Para ele, o tráfico deve ser "cada vez menos convidativo para o menino que não encontra sentido em passar o mês inteiro trabalhando para receber um salário que não é condizente com a dignidade humana".

O Décimo Primeiro leilão de energia nova, ocorrido na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em São Paulo – SP (região Sudeste), levou os preços do megawatt-hora (MWh) ao menor patamar da história. O valor médio de R$ 67,31 por MWh é o mais baixo já atingido em disputas organizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para compra e venda de energia que será gerada em usinas do país. No leilão de hoje, foram vendidos 968 megawatts, que serão gerados pelas futuras usinas Santo Antônio de Jari, no Amapá, e Teles Pires, na divisa de Mato Grosso com Pará. O consórcio Amapá Energia, formado pelas empresas ECE Participações e Jari Energética, arrematou a Usina de Santo Antônio oferecendo a tarifa R$ 104 por MWh. Não houve deságio porque o valor é igual ao preço mínimo de referência estabelecido pela agência reguladora. Já o consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado pelas empresas Neoenergia, Eletrobras Furnas, Eletrobras Eletrosul e Odebrecht venceu a disputa pelo controle da futura Hidrelétrica Teles Pires. O grupo ofertou uma tarifa 33% menor do que o preço de referência e vai vender a energia produzida por R$ 58,35 o MWh. Essa tarifa, segundo o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tomasquim, é a menor já oferecida por uma só usina em todos os leilões feitos pela Aneel. Tomasquim disse que esses preços comprovam a eficiência das disputas de compra e venda de energia por meio de leilões. “Com este leilão, fechamos o ano contratando somente energia de fontes renováveis; alcançamos o menor valor por energia de uma usina; e o menor valor médio para um leilão de energia”, disse ele.O diretor-geral da Aneel, Nelson Hübner, disse que “a redução [das tarifas] beneficia o consumidor, que usará uma energia mais barata quando as usinas começarem a produzir”. Pelo contrato que os consórcios firmarão com Aneel, as usinas Santo Antônio do Jari e Teles Pires devem começar a fornecer energia em 2015. O fornecimento será feito por 30 anos. Os consórcios prometem investir R$ 4,8 bilhões nos empreendimentos.

Famílias do Jardim Pantanal em São Paulo - SP (região Sudeste), sofrem agressão de policiais para desocuparem o lugar onde moram. O governo do estado e a prefeitura de São Paulo pretendem construir a via parque para a copa do mundo no local. As famílias, que sofreram no verão do ano de 2009 com enchentes e aguardavam medidas do governo, no dia 16 de dezembro perderam seus bens devido à inundação causada pela abertura das barragens do rio Tietê, que causou vazamento das águas. A polícia agrediu os moradores e prendeu 5 pessoas sem mandado judicial segundo o CMI. A alegação era de que, estes estariam roubando uma área do estado, apesar de receberem vale aluguel. Os moradores, alegam que são os reais donos das casas que ocupam e já há algum tempo, não recebem o auxílio do estado.

Domingo 19

Sem-teto acampam em área classificada de improdutiva, em Mato Grosso - Porto dos Gaúchos (região Centro-oeste). A área será 'fatiada' para reforma agrária. É uma das poucas áreas com essas dimensões de vegetação nativa do bioma Amazônia que restam no norte de Mato Grosso, onde a pecuária domina. A Fazenda Mandaguari segue o que diz a lei, que mandou preservar a vegetação nativa em 80% do território das propriedades rurais instaladas no bioma Amazônia. Mas seguir a regra ambiental estabelecida em 2001, raridade entre os produtores da região, pesou contra no laudo do Incra. O instituto classificou o imóvel de "grande propriedade improdutiva" porque não explorava mais que 20% das terras. "Era um direito adquirido", alega o superintendente do Incra em Mato Grosso, William Sampaio. De acordo com ele, o proprietário teria de explorar metade das terras que não estava registrada como reserva legal na matrícula do imóvel, segundo a lei que vigorava na época do avanço da fronteira agrícola na região. A Fazenda Mandaguari foi desapropriada por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004, após vistoria relâmpago nas terras. Depois de anos de disputa na Justiça, os donos têm até os primeiros dias de

janeiro para retirar quase 5 mil cabeças de gado do local e entregar as terras - pastos e florestas - ao futuro assentamento. Um experimento arriscado para a preservação do meio ambiente. Em outubro de 2010, um auto de inspeção da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso constatou queimada de 25 ha da floresta da fazenda, atribuído pelo documento aos sem-terra acampados no local. "A vizinha ali foi queimar o lixo e o fogo escapuliu", contou o assentado Odair José de Oliveira, diante dos sinais ainda visíveis da queimada. "Fiz de tudo o que estava ao meu alcance", disse ao Estado um dos donos da fazenda, João Antônio Lian, um grande exportador de café. Ele negociou com o Incra e admite ter financiado o sindicato dos trabalhadores rurais na tentativa de suspender o acampamento. Lian e o sócio devem receber da União R$ 25 milhões pelas terras, segundo avaliação mais recente. Ele quase fez um acordo com o Incra, quando o preço chegou a R$ 30 milhões. Madeira e serraria. "A madeira lá dentro vale mais que o preço da terra", calcula Ricardo Ewald, dono da Serraria Jaraguá, instalada a apenas 9 quilômetros do acampamento dos sem-terra. A madeira se tornou escassa na região. Madeireiras, ao contrário, ainda abundam. Documento do Incra prevê que a Fazenda Mandaguari tem capacidade de assentar 350 famílias. Cada uma teria direito a 10,57 ha da área já desmatada e ocupada por pasto e mais 37,17 ha da área de floresta, "a ser explorada através de plano de manejo", quando há corte seletivo de árvores. O formato é criticado pelos acampados, que ainda pensam no modelo tradicional de assentamentos de reforma agrária. "Para a nossa região aqui, a terra tem de ter no mínimo 50 hectares abertos para cada um, menos que isso não é viável", calcula José Viana, um dos acampados.

2ª feira 20

A União dos Povos Indígenas do Vale do Javarí (UNIVAJA), de Atalaia do Norte - Amazonas (região Norte), representada por suas lideranças encaminham ao Procurador Geral do Amazonas manifesto. No documento, os povos indígenas exigem providências urgentes ante os graves problemas enfrentados pelos indígenas da região amazônica, sobretudo aqueles ligados à saúde.

Os técnicos do Ministério Público Federal (MPF) em visita a Anapu e Vitória do Xingu – Pará (região Norte), dois dos municípios que serão afetados pela hidrelétrica de Belo Monte, constatam que as empreiteiras responsáveis pelas obras não cumprem as determinações de implantação de serviços de água e esgoto. Até o momento, apenas 2 poços artesianos foram escavados, sendo que um deles pode estar contaminado devido à proximidade com uma residência. A Licença Prévia da hidrelétrica prevê a construção de 2 postos de saúde e uma escola na região. Segundo o MPF, apenas um dos postos teve as obras iniciadas. Após o anúncio da instalação da usina de Belo Monte, no início de 2010, aproximadamente 8 mil pessoas migraram para o município de Altamira, na esperança de conseguir emprego. Esse volume populacional pode sobrecarregar os serviços públicos de saúde, educação, entre outros.

Artistas de rua protestam na avenida Paulista, em São Paulo - SP (região Sudeste) contra a "Operação Delegada", da Prefeitura de São Paulo e da Polícia Militar, que impede atividades artísticas em espaços públicos. A operação tem como objetivo reprimir atividades de comércio ilegal. Mas artistas que atuam como estátuas vivas, palhaços e músicos, entre outros profissionais, afirmam estarem impedidos de se apresentar nas ruas. Desde maio deste ano, os artistas de rua estão proibidos de vender CDs ou DVDs, mesmo que sejam de seu próprio trabalho, ou fazer apresentações com aparelhagem de som, em praças ou ruas da capital paulista. A mesma proibição vale para artistas que recebem doações do público. A prefeitura justifica que a simples apresentação de artistas na via pública não requer autorização. “Uma vez que a manifestação artística é garantida pela Constituição Federal”. Mas, os artistas discordam, afirmando que dependem das doações recebidas nas ruas e da venda de suas próprias produções. A passeata partiu do vão do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e percorreu uma calçada da Avenida Paulista até a esquina com a rua

Augusta, voltando para o ponto inicial em seguida. No vão do museu, foi lido um manifesto e houve música e dança. Os manifestantes tomam a avenida no trecho logo em frente ao Masp, interrompendo o trânsito por alguns minutos.

Pelo menos 30 trabalhadores da empresa de cosméticos Natura foram demitidos nos últimos dias. De acordo com o Sindicato dos Químicos Unificados, todos os trabalhadores estavam com a saúde debilitada. A maioria dos funcionários são mulheres e atuavam na unidade de Cajamar, na Grande São Paulo – SP (região Sudeste). O sindicato afirma que a empresa reconheceu – por meio do Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT) – que as lesões foram adquiridas na linha de produção. De acordo com a legislação, os trabalhadores que recebem auxílio-doença acidentário do INSS têm estabilidade de um ano, depois da reabilitação, e não podem ser demitidos nesse período. O sindicato revela que, na maioria dos casos, a Natura efetuou as demissões assim que o prazo venceu.

Organizaçoes Não Governamentais (ONG's), e deputados da comissão de direitos humanos do governo federal, entregam para órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organizacao dos Estados Americanos (OEA), relatório com denuncias de tortura e execução, por parte dos policiais que ocupam 2 complexos de favelas do Rio de janeiro - RJ (região sudeste). Dentre as denuncias há relatos de agressões físicas e psicológicas além de execução.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) informa que o assentamento de famílias sem-terra em área de floresta nativa na Amazônia, na região norte de Mato Grosso (região Centro-oeste) se vale de uma brecha legal. Em 1999, portaria do próprio ministério proibiu novos assentamentos em áreas de floresta e determinou que a reforma agrária se desse em áreas já desmatadas. A mesma portaria prevê exceções para assentamentos agroextrativistas, que se dedicam à extração de látex ou castanhas, por exemplo. "Por analogia, o Incra também pode criar assentamentos ambientalmente diferenciados" em área de floresta amazônica, alegou a assessoria do ministro Guilherme Cassel, que adiantou que a mudança da regra está em estudo. O ministério foi questionado sobre a desapropriação da área de 175 km no norte do Mato Grosso, dos quais 142 km2 são florestas nativas, para assentamento de reforma agrária. Segundo reportagem publicada na edição do dia 19 de dezembro, no jornal O Estado de São Paulo, os donos da fazenda Mandaguari têm prazo até os primeiros dias de janeiro para retirar quase 5 mil cabeças de gado da propriedade, considerada improdutiva porque não explora mais do que 20% das terras. Desde 2001, a lei ambiental manda que propriedades no bioma Amazônia preservem 80% da vegetação nativa, mas essa regra não foi levada em conta no laudo do Incra, que identificou o descumprimento da função social da terra. A desapropriação foi decretada em 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda de acordo com a reportagem, as famílias acampadas às margens da floresta têm planos de instalar uma serraria no futuro assentamento, para escapar da pressão dos madeireiros locais. O Ministério do Desenvolvimento Agrário se ateve ao artigo da portaria que proíbe o corte raso em florestas primárias pelos assentamentos e alega que estimulará o manejo florestal comunitário nos 142 km2 de floresta nativa da fazenda, no município de Porto dos Gaúchos. O argumento apresentado pelo ministério foi acatado pelo desembargador federal Carlos Olavo, do Tribunal Regional Federal, que concedeu ao Incra a posse da terra, "liminarmente e em caráter provisório", depois de uma longa batalha na Justiça. As restrições impostas pela portaria do MDA são, porém, objeto de perícia determinada pela Justiça Federal do Mato Grosso do caso da fazenda Mandaguari. Até a conclusão da perícia, a área de floresta da propriedade não pode ser danificada, sob pena de multa diária de R$ 1 mil ao Incra.

Duas mulheres realizam panfletagem em frente a uma loja Marisa em Florianópolis - Santa Catarina (região Sul) para denunciar as práticas de trabalho escravo de imigrantes em fábricas ligadas diretamente a essa rede comercial. Uma das maiores redes varejistas do país, a rede de lojas Marisa foi flagrada em rastreamento de cadeia produtiva do setor de confecções. No sobrado de uma Igreja localizada na Vila Nova Cachoeirinha, em São Paulo - SP (região Sudeste), a fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP) encontrou 16 pessoas de nacionalidade boliviana (uma delas com menos de 18 anos) e um jovem peruano trabalhando em condições análogas à escravidão na fabricação de peças de vestuário feminino para a Marisa. Nenhum dos trabalhadores que pilotavam as máquinas de costura tinham Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada. Todos manejavam peças de um lote da Marisa. A etiquetagem com a marca era feita no próprio local. Foram apreendidos cadernos com anotações que remetem diretamente ao endividamento por meio de vales, descontos indevidos nos salários, cobranças ilegais de passagens da Bolívia para o Brasil e a "taxas" não permitidas de despesas designadas com termos como "fronteira" e "documentos", o que, segundo a fiscalização, consiste em "fortes indícios de tráfico de pessoas". As jornadas de trabalho começavam às 7h e chegavam a se estender até às 21h. Nos sábados, o turno transcorria das 7h às 12h, com o restante do fim de semana livre, conforme depoimentos colhidos durante a fiscalização. As refeições eram feitas de modo improvisado nos fundos do mesmo cortiço que abriga a oficina. Os registros dos cadernos apreendidos mostram ainda que os trabalhadores recebiam R$1,33 por peça.

3ª feira 21

O fracasso nas negociações com as empresas aéreas, em reunião de hoje em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) com intermediação do Ministério Público do Trabalho, fez com que aeroviários e aeronautas mantivessem a data de início da greve das duas categorias para o dia 23 de dezembro. Segundo a presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, como não houve fato novo na negociação, não haverá necessidade de nova assembleia da categoria. Aeroviários e aeronautas reivindicavam 15% de aumento salarial, mas, diante das dificuldades de negociação, reduziram a proposta para 13%, segundo Selma Balbino. As companhias aéreas, entretanto, estão dispostas apenas a repor a inflação do período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 6,08%. A sindicalista acusou as companhias aéreas de atribuir aos aeroviários e aeronautas a culpa pelos atrasos de vôos que vêm sendo registrados há dias nos principais aeroportos brasileiros. “Essa radicalidade deles está pautada para a sociedade achar que o motivo de atrasos e *overbooking* (venda de passagens em número maior que o número de assentos do avião) é por culpa nossa”.

Moradores e apoiadores de ocupações sem-teto do centro do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) realizam o ato "Natal Com Teto", uma manifestação que ocorre todo final de ano. O ato deste ano é voltado para a denúncia do latifúndio urbano do INSS e dos despejos violentos e ilegais, principalmente o ocorrido no dia 13 de dezembro, no qual 7 pessoas foram presas e os ocupantes foram postos para fora do prédio. O Ato teve início as 16h com concentração na porta do prédio despejado, que fica na Rua Mem de Sá, 234. O prédio já está com suas portas lacradas com tijolos e concreto, o que impossibilita tanto uma nova ocupação, quanto qualquer tipo de uso do imóvel. Às 17h o ato saiu em caminhada em direção ao INSS. A manifestação percorreu algumas ocupações que foram despejadas. A antiga ocupação da Rua Gomes Freire, 510 hoje é um estacionamento; e o prédio da Rua Riachuelo, 48, que também pertence ao INSS e o da Rua da Lapa, que já foram desocupados encontram-se vazios. Os policiais que acompanham a manifestação deixam as sirenes ligadas, o que dificulta que as pessoas ouçam os manifestantes. O Ato terminou no INSS, com muitas falas de denúncia.

Cerca de 200 manifestantes, em sua maioria estudantes secundaristas e universitários, protestam em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste) para questionar e barrar o aumento salarial de deputados, senadores, ministros, presidente e vice-presidente da República. Tal medida (PDC 3036/2010), aprovada em regime de urgência pelos próprios parlamentares dia 15 de dezembro, elevará a maioria dos seus salários em 61,8%, com exceção de presidente e vice, que terão seus salários aumentados em 133,9%, além dos auxílios que já os políticos já possuem. Praticamente todos os partidos tiveram orientação favorável ao aumento, entre eles Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Verde (PV), DEM, PDT.

4ª feira 22

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas do Estado do Paraná (Sindiquímica-PR), no Paraná (região Sul) realiza uma passeata em repúdio ao assédio moral que a Ultrafértil vem praticando contra os petroquímicos. Com nome comercial de "Vale Fertilizantes", a Ultrafertil tem reprimido duramente seus trabalhadores durante a Campanha Salarial 2010. Há anos sem nenhum tipo de reajuste salarial, previsto no Plano de Cargos e Salários, vários trabalhadores estão há mais de 10 anos com o mesmo salário de quem está assumindo a função hoje. Segundo o Sindiquímica, a principal reivindicação é pela valorização e reconhecimento do trabalho desempenhado pela categoria. Diante da recusa da empresa em negociar, os trabalhadores decidiram em Assembléia não fazer horas extras enquanto o acordo coletivo não for fechado. A iniciativa desencadeou atitudes por parte da Ultrafértil que não estão previstas na lei. De acordo com o Sindicato, além de dar advertência para diretor do sindicato com intuito de intimidar, a Ultrafértil passou a assediar os petroquímicos para trabalharem durante as folgas. Os trabalhadores que mesmo assim não concordaram tiveram sua jornada alterada, tendo sua folga deslocada para o meio da semana, sem nenhum aviso antecipado. Para o sindicato, a reação da empresa para o fato dos petroquímicos não trabalharem nas folgas explicita um grave problema: a falta de força de trabalho. Ou seja, a empresa não consegue operar com o quadro atual e a exigência de horas extras acarreta uma sobrecarga de trabalho ao quadro atual, que por conseqüência compromete a segurança. Assim, para o sindicato, uma empresa como a Vale que anunciou recentemente um lucro trimestral recorde de R$ 10,6 bilhões, representando um aumento de 253% sobre 2009, a atitude mais sensata seria a de contratar mais trabalhadores e voltar a negociar o acordo coletivo, algo que não tem sido feito. O sindicato também denuncia que hoje na empresa faltam até mesmo uniformes, considerados Equipamentos de Proteção Individual (EPI) básico.

Aeroviários realizam paralisação no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A paralisacao ocorre um dia antes da greve geral programada pelo Sindicato Nacional dos Aeroviários. A paralisação durou três horas e meia no Aeroporto Santos Dumont,. Depois da paralisação, que terminou às 7h30, os funcionários fizeram um piquete por duas horas na porta do aeroporto. De acordo com o secretário-geral do sindicato, Marcelo Schmidt, a manifestação foi apenas um “aquecimento espontâneo” dos trabalhadores para a greve do dia 23 de dezembro. Ele confirmou que o ato provocou atrasos e cancelamentos de voos. O sindicalista ressaltou que a possibilidade de acordo é remota, já que, até agora, segundo ele, os trabalhadores não foram procurados e a proposta não agradou. No entanto, Marcelo Schmidt disse que a intenção não é prejudicar os passageiros As assembleias estão sendo feitas e a resposta vai ser dura. Segundo a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), até as 10h de hoje, dos 47 voos programados para sair do Santo Dumont, cinco sofreram atrasos e oitos foram cancelados. Houve ainda uma passeata no Aeroporto Tancredo Neves em

Confins, Minas Gerais (região Sudeste), para reforçar o indicativo de greve previsto para o dia 23 de dezembro.

Comitê de Luta do Transporte Coletivo de Joinville - Santa Catarina (região Sul) lança Manifesto contra o aumento da tarifa da passagem de ônibus na cidade. No manifesto, o Comitê denuncia que as empresas concessionárias, GIDION e TRANSTUSA, pressionam a Prefeitura para que a passagem do coletivo urbano seja reajustada de R$2,30 para R$2,60. Os movimentos que assinam o manifesto explicam que não concordam com um aumento desse porte, pois seus salários não suportarão a despesa dele decorrente. "Entendemos que isso é inaceitável pois, além de se tratar de uma concessão pública de transporte de mais de quarenta anos e inúmeras prorrogações ilegais que estão sendo contestadas na Justiça, traz um ônus insuportável para os trabalhadores e estudantes, usuários do transporte coletivo", conforme relatam no manifesto. Eles exigem cumprimento de responsabilidades por parte do Poder Público "para que atenda as reivindicações da população usuária de um serviço público essencial como o transporte coletivo" e afirmam que o Comitê vai combater qualquer aumento na tarifa. Eles exigem ainda que o Prefeito de Joinville assuma o compromisso de não conceder nenhum aumento de tarifa nesse momento, possibilitar o debate com a população sobre o modelo de gestão mais apropriado para a cidade e abertura de licitação para a concessão do serviço de transporte coletivo. Assinam o manifesto associações de moradores, centros acadêmicos e grêmios estudantis, sindicatos, dentre outros.

As lideranças indígenas organizadas na União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, em Atalaia do Norte - Amazonas (região Norte), realizam reunião com Heródoto Jean de Sales, ex-administrador da Fundação Nacional do Índio (Funai), e atualmente indicado por Antonio Alves de Souza, secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), para assumir cargo de chefia do Distrito Sanitário Especial Indígena do Vale do Javari (DSEI-JAVARI). As lideranças pedem que Souza desista da indicação, pois não concordam que Sales seja chefe do DSEI-JAVARI. Sales disse aos indígenas que aceitou a indicação a fim de reestruturar o distrito sanitário para o bom funcionamento em atenção à saúde indígena. As lideranças criticaram o fato de Sales não ter se preocupado com as mortes dos indígenas na região e denunciam que Sales participou de vários seminários regionais sobre reestruturação do órgão indigenista e negou informações sobre o assunto aos indígenas. Os indígenas afirmam que muitas autoridades do DSEI indicadas por partidos políticos e autoridades que desconhecem a realidade do Vale do Javari já passaram pelo órgão e nada fizeram para melhorar as condições de vida dos povos indígenas. Após 3 horas de reunião, Sales disse às lideranças que vai renunciar ao cargo de chefia do DSEI-JAVARI devido à não aceitação por parte dos indígenas.

5ª feira 23

Trabalhadores da categoria dos aeroviários realizam atos em aeroportos das cidades de Salvador - Bahia (região Nordeste), Brasília - Distrito Federal (região centro - oeste), Confins-Minas Gerais (região sudeste), e Rio de janeiro - Rio de janeiro (região sudeste), onde 20% dos trabalhadores de solo, paralisam o trabalhadores, causando um atraso nas viagens. A greve geral marcada para a data de hoje foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, mas a categoria pensa em realizar a greve geral a partir do dia 10/01/11. Os trabalhadores acham insuficiente o aumento oferecido pela justiça do Trabalho de 8%. Neste mesmo dia, uma liminar do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Milton de Moura França, determinou que 80% dos trabalhadores aéreos (aeronautas e aeroviários) mantenham-se em atividade deste dia 23 até 2 de janeiro de 2011. O descumprimento

da ordem judicial pode gerar multa diária de R$ 100 mil. Com a decisão, a greve prevista não está ocorrendo. Os sindicatos dos trabalhadores e dos empresários deverão manter negociação.

Aeroviários e aeronautas em função da liminar do Tribunal Superior do Trabalho (TST), resolvem se mobilizar e fazer uma manifestação no Aeroporto Internacional de Brasília no Distrito Federal (região Centro-oeste). O ato ocorre apesar da suspensão da greve. Os funcionários fecharam três faixas da pista que dá acesso ao terminal aeroviário, ocasionando um engarrafamento no local. Segundo o delegado sindical do Sindicato dos Aeroviários, Jadson Gomes, a manifestação foi pacífica e ocorreu com o apoio da Polícia Militar. "Já estava firmado que haveria paralisação no dia de hoje, mas com a liminar do TST decidimos cancelar a greve. Participaram da manifestação no aeroporto de Brasília, funcionários que estavam de folga ou que trabalham no turno contrário. Por isso, não prejudicamos nenhum passageiro", afirmou. Apesar da manifestação no aeroporto de Brasília, a movimentação de passageiros é considerada normal pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). O índice de atrasos supera os 40%: dos 72 voos programados para hoje, 29 sofreram atrasos e apenas um foi cancelado. Os aeronautas e aeroviários programavam para hoje o início de uma paralisação. A greve foi suspensa por uma decisão do TST que determinou que 80% dos funcionários mantenham suas atividades de hoje até 2 de janeiro de 2011.

Sábado 25

Cerca de 45 famílias do Acampamento São José, localizado na fazenda Cruzeiro Novo, distante 20 Km da Vila Alacilândia, no município de Conceição do Araguaia, Pará (região Norte) são despejadas por 7 homens encapuzados e fortemente armados. A fazenda tem como suposto proprietário Milton Gomes de Oliveira, deputado estadual do estado da Bahia (região Nordeste). Embora o Juiz da Vara Agrária de Redenção, tenha concedido uma liminar, em 25 de novembro, em favor do fazendeiro, o grupo armado sequer esperou que o juiz determinasse a ida de um oficial de justiça ao acampamento, acompanhado de policiais militares para o devido cumprimento da ordem judicial, conforme determina a lei. De acordo com informações dos acampados, quem comandava ação ilegal eram: um capitão da Polícia Militar de nome "Seade" e um policial civil de nome "César", ambos lotados em Conceição do Araguaia. As famílias foram expulsas para fora da fazenda e homens armados passaram a fazer vigilância na propriedade para impedir a volta dos trabalhadores. A liminar deferida pelo juiz em favor do fazendeiro contraria uma recomendação do Tribunal de Justiça do Pará que orienta todos os juízes das varas agrárias a realizarem audiências de justificação prévia, com a presença do Incra, antes de analisar o pedido de liminar. O Juiz não observou a recomendação do Tribunal ao qual é subordinado.

2ª feira 27

O MST denuncia a perseguição sofrida pela pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – Unidade Pantanal (Mato Grosso do Sul – região Centro-Oeste), – Débora Fernandes Calheiros. Com 20 anos de profissão e conhecida internacionalmente, a pesquisadora Débora Fernandes Calheiros, está sofrendo perseguição no ambiente de trabalho desde o início em 2006. Na ocasião a pesquisadora denunciou – em um parecer técnico pedido pela própria Embrapa – os impactos ambientais provenientes da construção da empresa do grupo EBX, do empresário Eike Batista, no pólo siderúrgico de Corumbá. Desde então a pesquisadora vem sendo afastada de estudos considerados importantes. Débora estava há dois anos em uma comissão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que discutia com o Ministério do Meio Ambiente

assuntos relacionados a construção de 116 hidrelétricas previstas para a bacia do Alto Paraguai. Porém, no mês de outubro, foi afastada da comissão. Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), Vicente Almeida, já é certo para a pesquisadora que as hidrelétricas irão afetar o funcionamento hidroecológico do Pantanal Mato-grossense, a pesca e o turismo de pesca, que são atividades econômicas e de subsistência das comunidades ribeirinhas. Para ele, o afastamento foi ocasionado por pressão política.

O Incra reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Rincão dos Caixões a área de 226 ha situada no município de Jacuizinho, no Rio Grande do Sul (região Sul). A portaria foi publicada neste dia 27, no *Diário Oficial da União*. A comunidade Rincão dos Caixões é composta por 12 famílias que vivem na região de Jacuizinho há mais de 5 décadas. O relatório sócio-histórico-antropológico, necessário ao processo de regularização dos territórios de comunidades remanescentes de quilombos, foi feito por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A tarefa é desempenhada pelo Incra desde 2003, em parceria com a UFRGS. A iniciativa cumpre o que foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988. A Carta garante que "o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional". De acordo com o Artigo 216, "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

Estudantes sobem a rampa do Palácio do Planalto em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste), em uma manifestação contra o aumento dos parlamentares aprovado o dia 15 de dezembro. Eles permaneceram sentados no local durante cerca de 20 minutos, depois de terem sido impedidos de chegar ao topo pela segurança presidencial e a Polícia Militar. Além dos salários de deputados e senadores, terão reajuste os de ministros, e do presidente e vice-presidente da República. "O objetivo não é invadir prédio público, mas reivindicar o direito de participar do processo decisório no país. Queremos um posicionamento do presidente Lula e da presidente eleita, Dilma Rousseff, sobre o aumento", explicou Brito. A manifestação reuniu aproximadamente 100 estudantes mobilizou sete viaturas da Polícia Militar. Após o protesto, os estudantes deixaram o local espontaneamente.

Ativistas realizam manifestação em Recife - Pernambuco (região Nordeste) em repúdio ao aumento de 62% do salário dos deputados, senadores, ministros, presidente e vice-presidente da República. Com enquetes teatrais, palavras de ordem, apitos, maquete, os manifestantes fecharam diversas avenidas. A manifestação foi articulada com outros ativistas do país pelas redes sociais para questionar "como o Brasil tem um dos maiores níveis de desigualdade social do mundo pode conceder um aumento salarial de 62% à classe política". O ato foi encerrado numa assembléia na qual se dialogou sobre as novas táticas para barrar o aumento.

4ª feira 29

O Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (Snea), e representantes das categorias dos aeronautas e trabalhadores de aviação civil, se reúnem em Brasília- Distrito Federal (região centro- oeste). O Snea aumentou a sua proposta de reajuste salarial de 8% para 8,2%, além de 8,5% , para pisos salariais da categoria e os representantes das categorias envolvidas diminuíram sua proposta de 13%

para 10%. O Snea levará a proposta dos trabalhadores para os presidentes das empresas do ramo, e posteriormente apresentará uma resposta.

A Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), que opera em fase de testes, terá que diminuir imediatamente, em 70%, a sua capacidade operacional, até que sejam resolvidos os problemas técnicos que resultaram no lançamento de fuligem metálica no ar no entorno da usina, em Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), no último fim de semana. A determinação é da Secretaria Estadual do Ambiente. A empresa também deverá ser submetida a uma auditoria externa, conforme exigência do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e do Ministério Público Estadual, a ser feita por uma empresa de engenharia ligada ao setor siderúrgico. De acordo com a secretária do Ambiente, Marilene Ramos, as novas medidas, no entanto, não livram a empresa de "multa severa", cujo valor será fixado no dia 3 de janeiro, em reunião do conselho diretor do Inea. Marilene Ramos também informou que caso não sejam feitos todos os ajustes necessários para impedir novos acidentes ambientais, a empresa pode não obter a licença de operação, documento que assegura o seu funcionamento definitivo, previsto para ser concedida em fevereiro. A CSA também se comprometeu, em reunião no dia 28 de dezembro, entre seus representantes e técnicos da secretaria, a indenizar as famílias cujas casas foram atingidas pela fuligem, em valor ainda não definido, pelos gastos com a limpeza. O ambientalista Sérgio Ricardo, fundador do Fórum Meio Ambiente da Baía de Sepetiba, considerou a indenização só com a limpeza "irrisória". Segundo ele, a operação a plena carga da siderúrgica poderá trazer riscos ambientais graves, como a ocorrência de chuva ácida na região. "O efeito disso é o ressecamento da vegetação, o que é muito grave, porque ali é região de Mata Atlântica, com várias unidades de preservação. Essa chuva vai precipitar sobre as residências mais próximas e também no município vizinho de Itaguaí, porque o deslocamento da massa de ar vai nessa direção. Pode haver uma Cubatão dentro do Rio de Janeiro", afirmou. Ele também informou que vai encaminhar formalmente ao Ministério Público, nas primeiras semanas de janeiro, a recomendação para que seja solicitada à Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) uma auditoria sobre as condições de saúde da população local para averiguar possíveis danos causados pela usina em função da poluição atmosférica."Se fosse uma empresa pequena, o controle seria mais fácil. Uma empresa desse porte tem uma carga poluidora muito grande e a Fiocruz é uma instituição isenta e independente, capaz de verificar a situação real.

Trabalhadores, dentre eles 4 mulheres, são libertados da Fazenda Lago da Bezerra, localizada entre os municípios de Araguacema e Couto Magalhães - Tocantins, na fronteira com o Pará (região Norte). As 36 pessoas eram mantidas em condições subumanas e análogas à escravidão. A fazenda de criação de gado bovino é de propriedade de Newton Oliveira, proprietário também do Hotel Santos Dumont, em Goiânia - Goiás (região Centro-oeste). A situação foi flagrada pelo grupo móvel de fiscalização no início deste mês de dezembro. Além das jornadas exaustivas (12h diárias, com pequenos intervalos e sem recebimento de hora extra), os trabalhadores sofriam ameaças com arma de fogo, violência verbal e assédio moral, vinculadas a exigências no cumprimento de tarefas braçais, conforme descrição do auditor fiscal do trabalho Klinger Moreira, que coordena a ação. O grupo de libertados vivia na região da Fazenda Lago da Bezerra e parte substantiva era de um projeto de assentamento. Entre as vítimas, alguns prestavam serviço de preparação de pasto para a pecuária na referida área há cerca de 10 anos, sempre sem registro: eram convocados e dispensados periodicamente. O dono da fazenda permanecia no local entre 15 e 20 dias por mês e, segundo relatos, não permitia que os empregados repousassem após o almoço. Além das jornadas exaustivas, as condições eram degradantes. Beneficiado na própria fazenda, o arroz consumido pelas vítimas estava armazenado de forma completamente imprópria, em local infestado de ratos e morcegos. O sal utilizado como tempero do arroz preparado pelos empregados era o mesmo que o do gado e os trabalhadores só comiam carne quando algum gado morria no pasto. Do total de vítimas, seis

tinham registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). De acordo com depoimentos, o empregador forçava a continuidade da empreitada, mesmo depois do encerramento formal do contrato, com ameaças de retenção da guia do Seguro-Desemprego. A fiscalização verificou ainda que, mesmo os poucos registrados recebiam parte dos vencimentos por fora da folha de pagamento, o que fazia com que não fosse arrecadado o total de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por parte do empregador, entre outros benefícios negligenciados. Klinger apontou também outras graves irregularidades, como o crime de omissão de receita, mais conhecido como "caixa 2". Newton se recusou a pagar as verbas rescisórias, que somaram R$ 450 mil. A fiscalização foi concluída e a questão das responsabilidades pelo flagrante de trabalho escravo encaminhada ao Poder Judiciário, que deve começar a analisar o caso em janeiro de 2011.

Glossário

CMI	Centro de Mídia Independente
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PM	Polícia Militar
UNE	União Nacional dos Estudantes

Realizada pelo Comitê de Acompanhamento e Análise da Conjuntura do Brasil do Observatório Social da América Latina (OSAL-CLACSO).

Levantamento e sistematização feitos pela equipe: Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ). Pesquisadora Assistente: Alice Coutinho da Trindade (UFRJ). Assistentes de pesquisa: Anísio Borba (LPP/UERJ), Luiza Leite (LPP/UERJ), Luis Américo Araújo Vargas (UFRJ), Peter Sana (LPP/UERJ), Reginaldo Costa (UFRJ), Taisa Falcão (LPP/UERJ).

Fontes: Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência Brasil, MST na Imprensa, Jornal do MST, Centro de Mídia Independente (CMI), Boletim DATALUTA, Vermelho, Radioagência de Notícias do Planalto[1].

[1]As mídias Radioagência de Notícias do Planalto e O Vermelho, adotadas devido ao período eleitoral em que as grandes mídias se voltaram quase que exclusivamente ao acompanhamento das eleições, deixando de lado os conflitos sociais dos trabalhadores em luta, foram adotadas como mídias, permanentes por apresentarem registros que somente podem ser encontrados nessas mídias.